



DOSSIÊ “PLANOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE CULTURA: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS”

DOSSIER “MUNICIPAL AND STATE CULTURE PLANS: REFLECTIONS AND EXPERIENCES”

Editorial | Colaboradores da Edição | Apresentação do Dossiê

Editorial | Issue's Contributors | Dossier's presentation

Políticas culturais nos territórios: contribuições para os processos de construção dos planos municipais de cultura

Cultural policies in the territories: contributions to the processes of construction of municipal culture plans

LIA CALABRE

Sistema Estadual de Cultura do RJ: desafios da institucionalização de políticas públicas participativas no campo cultural fluminense (2009-2019)

State System of Culture of Rio de Janeiro: challenges of the institutionalization of participatory public policies in the cultural field (2009-2019)

SIMONE AMORIM

Metodologia participativa para elaboração de planos municipais de cultura: uma experiência aplicada

Participatory methodology for the elaboration of municipal culture plans: an applied experience

LUIZ AUGUSTO FERNANDES RODRIGUES e MARCELO SILVEIRA CORREIA

Planos Municipais de Cultura na perspectiva democrática: A contribuição da UFBA na construção de uma Agenda Pública

Local Cultural Plans in a democratic perspective: Federal University of Bahia's contribution to the construction of a Public Agenda

KÁTIA COSTA, LUANA VILUTIS e ERNANI COELHO NETO

A implantação dos planos de cultura no estado e na cidade de São Paulo: histórico, construção e desafios

The cultural plans implementation in the state and city of São Paulo: history, construction and challenges

INTI ANNY QUEIROZ

Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios

Social participation and culture plans: three experiences and their challenges

JOSÉ MÁRCIO BARROS

A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia em análise

The formulation of the State Culture Plan of Bahia in review

SOPHIA CARDOSO ROCHA

Plano de Cultura Infância do Ceará: um exercício de planejamento e resultado de escuta de demandas sociais

Ceará Childhood Culture Plan: a planning exercise and a result of social demands

DEBORAH REBELLO LIMA e LILIAN LUSTOSA DA COSTA

O desafio de implantar um plano de cultura para a cidade do Rio de Janeiro

The challenge of implementing a culture plan for the city of Rio de Janeiro

ANA LÚCIA RIBEIRO PARDO

ARTIGOS (Fluxo contínuo)

ARTICLES (Continuous flow)

Fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional de documentos de análises físico-químicas aplicadas a objetos do patrimônio

Theoretical and methodological foundations of informational processing of physical-chemical analysis documents applied to objects of cultural heritage

NAIR YUMIKO KOBASHI e LAÍS DE OLIVEIRA

Communication, Cyberculture and Cinema: Baudrillard and Matrix: “the limit point between two worlds”

Comunicação, cibercultura e cinema: Baudrillard e Matrix: “o ponto limite entre dois mundos”

LUÍS MIGUEL CARDOSO e MARGARIDA CESÁRIO BATISTA

Comunicação digital e interação social entre jovens: o uso de materiais audiovisuais nas redes sociais

Digital communication and social interaction among young people: the use of audiovisual materials in social networks

DANIEL LUCIANO GEVEHR e VALMIR MATEUS DOS SANTOS PORTAL

Festas populares na Bahia: gestão e dinâmica identitária

Popular festivities in Bahia: management and identity dynamics

EDUARDO DAVEL e MARCELO DANTAS

Effective ways of teaching pragmatics: humor in the classroom

Formas eficazes de ensinar pragmática: humor na sala de aula

ULISSES DE OLIVEIRA, SUMIKO IKEDA e MARCELO SAPARAS

ENSAIO ESSAY

Projeto Caos: consumo e niilismo em *Clube da Luta* (1999)

Chaos Project: consumerism and Nihilism in *Fight Club* (1999)

LUCAS RIBEIRO DE CARVALHO e GUSTAVO SOUZA SANTOS

PragMATIZES

Revista Latino Americana de Estudos em Cultura

Ano IX nº 17 - abr/2019 a set/2019

EDITORES EXECUTIVOS

Flávia Lages, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
Luiz Augusto F. Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil
João Domingues, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Departamento de Arte, Curso de Produção Cultural, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Adriana Facina, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ahtziri Molina Roldán, Universidad Veracruzana, México
Alberto Fesser, Socio Director de La Fabrica em Ingenieria Cultural / Director de La Fundación Contemporánea, Espanha
Alexandre Barbalho, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Allan Rocha de Souza, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Ana Enne, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Angel Mestre Vila, Universitat de Barcelona, Espanha
Antônio Albino Canela Rubin, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Carlos Henrique Marcondes, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Christina Vital, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Daniel Mato, Universidad Nacional Tres de Febrero, Argentina
Danielle Brasiliense, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Eduardo Paiva, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Edwin Juno-Delgado, Université de Bourgogne / ESC Dijon, campus de Paris, França
Fábio Fonseca de Castro, Universidade Federal do Pará, Brasil
Fernando Arias, Observatorio de Industrias Creativas de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina
Flávia Lages, Universidade Federal Fluminense, Brasil
George Yúdice, Universidad de Miami, Estados Unidos da América
Gizlene Neder, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Guilherme Werlang, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Hugo Achugar, Universidad de la Republica, Uruguay
Isabel Babo, Universidade Lusófona do Porto, Portugal
João Domingues, Universidade Federal Fluminense, Brasil
José Luís Mariscal Orozco, Universidad de Guadalajara, México
José Márcio Barros, Universidade Estadual de Minas Gerais / PUC Minas, Brasil
Julio Seoane Pinilla, Universidad de Alcalá, Espanha
Leandro Riudades, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Lia Calabre, Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil
Lilian Fessler Vaz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Livia de Tommasi, Universidade Federal do ABC, Brasil

Livia Reis, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Luiz Augusto F. Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Luiz Guilherme Vergara, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Manoel Marcondes Machado Neto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Márcia Ferran, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Maria Adelaide Jaramillo Gonzalez, Universidad de Antioquia, Colômbia
Maria Manoel Baptista, Universidade de Aveiro, Portugal
Marialva Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marildo Nercolini, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marina Bay Frydberg, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Mário Pragmácio Telles, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marisa Schincariol de Mello, Universidade Cândido Mendes, Brasil
Marta Elena Bravo, Universidad Nacional de Colombia – sede Medellín, Colombia

Martín A. Becerra, Universidad Nacional de Quilmes, Argentina
Mónica Bernabé, Universidad Nacional de Rosario, Argentina
Muniz Sodré, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Orlando Alves dos Santos Jr., Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Patricio Rivas, Universidad de Chile, Chile
Paulo Carrano, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Paulo Miguez, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Renata Rocha, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Ricardo Gomes Lima, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Rossi Alves Gonçalves, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Stefano Cristante, Università del Salento, Italia
Teresa Muñoz Gutiérrez, Universidad de La Habana, Cuba
Tunico Amâncio, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Valmor Rhoden, Universidade Federal do Pampa, Brasil
Victor Miguel Vich Flórez, Pontifícia Universidad Católica del Perú, Peru
Zandra Pedraza Gomez, Universidad de Los Andes, Colômbia

CONSELHO EDITORIAL ASSOCIADO JÚNIOR

Deborah Rebello Lima, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Priscilla Oliveira Xavier, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ, Brasil

CONSELHO DE ÉTICA

Luiz Augusto F. Rodrigues, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marina Bay Frydberg, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Rossi Alves Gonçalves, Universidade Federal Fluminense, Brasil

EQUIPE DE SUPORTE

Ubirajara Leal, Diagramação - IACS/UFF
Dulce Maria Terra Guimaraes, Revisão de texto - IACS/UFF

REALIZAÇÃO:



PragMATIZES participa do compromisso de São Francisco (Pacto de DORA)

Signatory of



PARCEIROS:



INDEXADORES:



PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura.

Ano IX nº 17, (ABR/2019 a SET/2019). – Niterói, RJ: [s. N.], 2019.

(Universidade Federal Fluminense / Laboratório de Ações Culturais -
LABAC e Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades -
PPCULT)

Semestral

ISSN 2237-1508 (versão on line)

1. Estudos culturais. 2. Planejamento e gestão cultural.
3. Teorias da Arte e da Cultura. 4. Linguagens e expressões
artísticas. I. Título.

CDD 306

Sumário / Summary

<i>EDITORIAL / EDITORIAL</i>	07
<i>COLABORADORES DA EDIÇÃO / ISSUE'S CONTRIBUTORS</i>	11
<i>APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ / DOSSIER'S PRESENTATION</i>	
DOSSIÊ: Planos municipais e estaduais de cultura: reflexões e experiências	
<i>DOSSIER: Municipal and State culture plans: reflections and experiences</i>	
OS EDITORES	17
<i>DOSSIÊ / DOSSIER</i>	20
Políticas culturais nos territórios: contribuições para os processos de construção dos planos municipais de cultura	
Cultural policies in the territories: contributions to the processes of construction of municipal culture plans	
LIA CALABRE	21
Sistema Estadual de Cultura do RJ: desafios da institucionalização de políticas públicas participativas no campo cultural fluminense (2009-2019)	
State System of Culture of Rio de Janeiro: challenges of the institutionalization of participatory public policies in the cultural field (2009-2019)	
SIMONE AMORIM	35
Metodologia participativa para elaboração de planos municipais de cultura: uma experiência aplicada	
Participatory methodology for the elaboration of municipal culture plans: an applied experience	
LUIZ AUGUSTO FERNANDES RODRIGUES E MARCELO SILVEIRA CORREIA	52
Planos Municipais de Cultura na perspectiva democrática: A contribuição da UFBA na construção de uma Agenda Pública	
Local Cultural Plans in a democratic perspective: Federal University of Bahia's contribution to the construction of a Public Agenda	
KÁTIA COSTA; LUANA VILUTIS e ERNANI COELHO NETO	64

**A implantação dos planos de cultura no estado e na cidade de São Paulo:
histórico, construção e desafios**

The cultural plans implementation in the state and city of São Paulo:
history, construction and challenges

INTI ANNY QUEIROZ 78

Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios

Social participation and culture plans: three experiences and their challenges

JOSÉ MÁRCIO BARROS 91

A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia em análise

The formulation of the State Culture Plan of Bahia in review

SOPHIA CARDOSO ROCHA 101

**Plano de Cultura Infância do Ceará:
um exercício de planejamento e resultado de escuta de demandas sociais**

Ceará Childhood Culture Plan: a planning exercise and a result of social demands

DEBORAH REBELLO LIMA E LILIAN LUSTOSA DA COSTA 119

O desafio de implantar um plano de cultura para a cidade do Rio de Janeiro

The challenge of implementing a culture plan for the city of Rio de Janeiro

ANA LÚCIA RIBEIRO PARDO 131

ARTIGOS (Fluxo contínuo) / ARTICLES (Continuous flow) 154

**Fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional
de documentos de análises físico-químicas aplicadas a objetos do patrimônio**

Theoretical and methodological foundations of informational processing
of physical-chemical analysis documents applied to objects of cultural heritage

NAIR YUMIKO KOBASHI E LAÍS DE OLIVEIRA 155

**Communication, Cyberculture and Cinema: Baudrillard and *Matrix*:
“the limit point between two worlds”**

Comunicação, cibercultura e cinema: Baudrillard e *Matrix*:
“o ponto limite entre dois mundos”

LUÍS MIGUEL CARDOSO E MARGARIDA CESÁRIO BATISTA 174

**Comunicação digital e interação social entre jovens:
o uso de materiais audiovisuais nas redes sociais**

Digital communication and social interaction among young people:
the use of audiovisual materials in social networks

DANIEL LUCIANO GEVEHR e VALMIR MATEUS DOS SANTOS PORTAL 187

Festas populares na Bahia: gestão e dinâmica identitária

Popular festivities in Bahia: management and identity dynamics

EDUARDO DAVEL e MARCELO DANTAS 203

Effective ways of teaching pragmatics: humor in the classroom

Formas eficazes de ensinar pragmática: humor na sala de aula

ULISSES DE OLIVEIRA, SUMIKO IKEDA E MARCELO SAPARAS 225

ENSAIO / ESSAY 238

Projeto Caos: consumo e niilismo em Clube da Luta (1999)

Chaos Project: Consumerism and Nihilism in Fight Club (1999)

LUCAS RIBEIRO DE CARVALHO e GUSTAVO SOUZA SANTOS 239

ÍNDICE (edições 2011 a 2019, n. 1 a 16) / INDEX (all editions) 248

Editorial

PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura chega à sua 17ª edição semestral com satisfação renovada. Nesses nove anos conseguimos manter nosso fluxo temporal sem atrasos (ao menos sem atrasos significativos), e atingir públicos cada vez maiores e mais diversificados. Foram 163 artigos, dos quais 15 em espanhol e 3 na língua inglesa, o que nos mostra parte da abrangência que a revista vem conquistando, especialmente na latino-américa. Viemos buscando atrair e selecionar artigos (sempre pelo sistema de avaliação duplo cego) segundo perspectivas temáticas reunidas em dossiês, sem prejuízo da edição de artigos em fluxo contínuo. Um desafio que ainda se mostra aos editores é diversificar as seções e atrair, por exemplo, Resenhas; até agora só publicamos três resenhas, uma Entrevista e dois Ensaio. Fica o convite...

Ao todo, foram 240 autores, sendo que 15 procuraram a revista mais de uma vez nesses nove anos, resultando em 225 diferentes pesquisadores. Destacamos que foram 30 autores de fora do Brasil e 210 autorias brasileiras, sendo que das cinco regiões. Consideramos que a abrangência de *PragMATIZES* tem sido bem desconcentrada; sendo um periódico radicado no RJ, este estado representa - até então - a inserção territorial de apenas 35,4 % dos autores que conosco publicaram. Em termos de internacionalização, nossa revista já alcançou 12,5 % de inserção em relação aos autores. Apresentamos em seguida alguns mapeamentos e percentuais.

Do total de artigos publicados até a presente edição, 112 integraram os seguintes dossiês temáticos, apresentados nesta listagem seguindo o número da respectiva edição, e identificando as/os pesquisadoras/es responsáveis pela editoria do Dossiê:

D4: *Cultura e Territorialidades* (os editores de *PragMATIZES*)

D6: *Cultura e Práticas de Consumo* (Ana Enne, UFF)

D7a: *Direitos Culturais* (Mário Pragmácio Telles, UFF)

D7b: *EBPC* [Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, II] (os editores de *PragMATIZES*)

D8: *Políticas Culturais na América Latina* (Deborah Rebello Lima, FCRB e Luiz Augusto F. Rodrigues, UFF)

D9: *Construyendo identidades en las Américas: Interpelaciones desde la(s) Cultura(s) y Gestión Cultural* (Marcela País Andrade, Universidad de Buenos Aires (ARG) y Ahtziri Molina Roldán, Universidad Veracruzana (MEX))

D10: *Economia Política da Comunicação e da Cultura na Íbero-América* (Alexandre Barbalho, UECE)

D11: *Múltiplos carnavais: Economia e política nas manifestações culturais populares* (Marina Bay Frydberg, UFF)

D12: *Leituras do mundo: formas de expressão criativas e comunicativas* (Marisa Schincariol de Mello, UFF e Rôssi Alves Gonçalves, UFF)

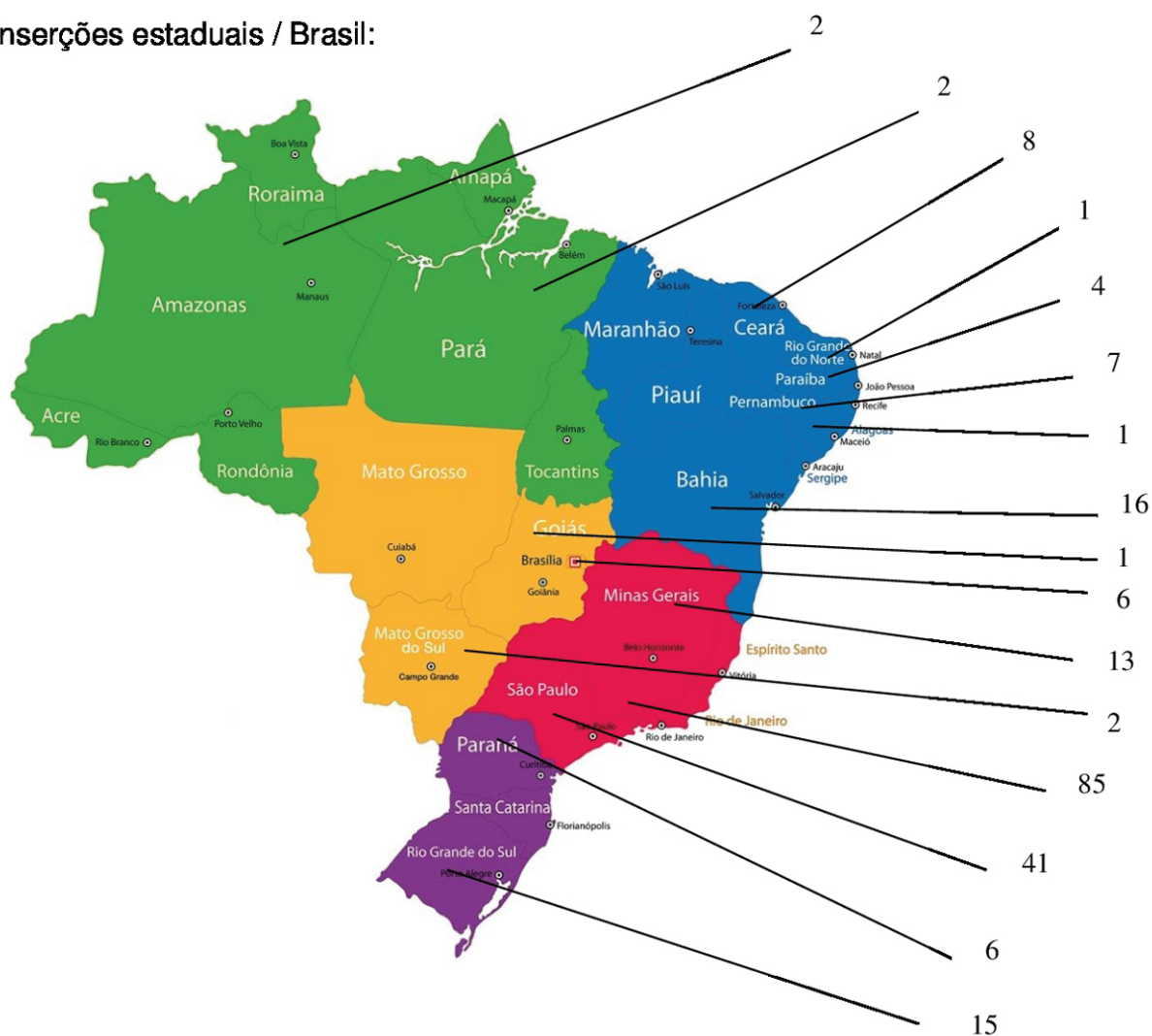
D13: *Cultura e Religião* (José Abílio Perez Jr, UFJF; Leandro Durazzo, UFRN; e Derley Menezes Alves, UFPB)

D14: *Práticas socioculturais, patrimônio cultural e territórios* (Fábio Castro, UFPA; Luiz Augusto F. Rodrigues, UFF; e Renata Rocha, UFBA)

D16: *Elementos para políticas brasileiras de acervos digitais em memória e cultura* (Carlos Henrique Marcondes, UFF)

D17: *Planos municipais e estaduais de cultura: reflexões e experiências* (os editores de *PragMATIZES*)

Inserções estaduais / Brasil:



Alguns percentuais em relação à origem dos autores:

		Quantidade	Percentual	Subtotais
Internacionalização	América Latina	17	57 %	30 = 100 %
	Europa	9	30 %	
	Demais continentes	4	13 %	
Regiões brasileiras	Norte	4	33,8 %	210 = 100 %
	Nordeste	37		
	Centro-Oeste	9		
	Sul	21		
	Sudeste	139	66,2 %	
Total		240		

Colaboradores da edição

Ana Lúcia Pardo: Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades - PPCULT-UFF/ Universidade Federal Fluminense (2019), Doutora e Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018 e 2010). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Amazonas (1990). Formada na Escola de Teatro Martins Pena - Rio de Janeiro (1993). Professora de Artes Cênicas no Programa de Estudos Sociais e Culturais na Pós-Graduação em Produção Cultural na Universidade Cândido Mendes (2012/2017). Foi Chefe da Divisão de Políticas Culturais do Ministério da Cultura na Representação Regional RJ/ES; Assessora da Divisão de Estudos e Pesquisas da Funarte; Coordenadora de Feiras Nacionais de Livros da Fundação Biblioteca Nacional; Assessora da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio; Assessora Especial da Fundação Nacional do Índio; Consultora do Ministério da Cultura, FAPEX e Universidade Federal da Bahia na elaboração do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Curadora e coordenadora de painéis internacionais (2006 a 2016). **E-mail:** anapardo.teatralidade@gmail.com - **ORCID:** 0000-0002-7671-438X

Daniel Luciano Gevehr: Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FAC-CAT), Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional. Coordenador do NIEMI - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e Identidades, em parceria com universidades do Brasil e do exterior. **E-mail:** danielgevehr@faccat.br - **ORCID:** 0000-0003-1815-4457

Deborah Rebello Lima: Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2009) e em Comunicação Social pela UFRJ (2010). É especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pelo Escola de Políticas Públicas e Governo (IUPERJ-UCAM) (2012) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV). Foi assessora técnica no Setor de Estudos em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (Ministério da Cultura). Atualmente, é assessora da Direção Geral da Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ e integra a equipe do Sistema Integrado de Museus, Acervo e Patrimônio Cultural. Tem experiência na área de Comunicação e Cultura, com ênfase em Políticas Públicas. **E-mail:** deborahrebellolima@hotmail.com - **ORCID:** 0000-0002-4598-5347

Eduardo Davel: Professor na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador no CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (UFBA) e no NPGA - Núcleo de Pós-Graduação em Administração (UFBA). Pós-doutorado em Administração pela Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Ph.D. em Administração pela École des Hautes Études Commerciales de Montreal (Canadá). Pesquisador visitante na Graduate Faculty of Political and Social Science da New School for Social Research (New York, EUA). Editor da O&S - Revista Organizações & Sociedade. Editor associado da RAE - Revista de Administração de Empresas e da RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Pesquisa e publica sobre empreendedorismo cultural, educação em Administração, métodos qualitativos

de pesquisa, aprendizagem, criatividade, cultura, arte e estética nas organizações. **E-mail:** davel.eduardo@gmail.com - **ORCID:** 0000-0003-0610-6474

Ernani Coelho Neto: Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre e Bacharel em Administração pela UFBA. Vice-Coordenador do Mestrado Multidisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social e componente da linha de pesquisa de economia da cultura, gestão criativa e turismo. Experiência nas áreas de gestão da cultura, comunicação organizacional, negociação empresarial, indústria do lazer, entretenimento e planejamento do turismo. Faz parte do grupo de pesquisa Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social. **E-mail:** ecneto@ufba.br - **ORCID:** 0000-0002-5611-490X

Gustavo Souza Santos: Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, Ibituruna, Minas Gerais. **E-mail:** gustavo.ccpv@gmail.com - **ORCID:** 0000-0002-9712-2690

Inti Anny Queiróz: Doutora e mestre em Filosofia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo / USP com pesquisa na área de análise dialógica do discurso e filosofia da linguagem e da cultura. Sob orientação da Prof. Dra. Sheila Vieira de Camargo Griillo, desenvolveu pesquisa de doutorado intitulada: "A arquitetura da esfera político-cultural brasileira nos enunciados do Sistema Nacional de Cultura". Entre 2012 e 2014, desenvolveu uma pesquisa de mestrado intitulada "Projeto cultural: as especificidades de um novo gênero do discurso". Bacharel em Letras nas habilitações de Linguística e Português pela Universidade de São Paulo. Participa do grupo de pesquisa Dialogo

(CNPq). É produtora cultural e gestora de projetos culturais de diversas linguagens desde 2002. **E-mail:** inti.queiroz@gmail.com - **ORCID:** 0000-0002-6484-2712

José Márcio Barros: Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, Mestre em Antropologia Social pela Unicamp e Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor do PPG em Artes da UEMG e coordenador da PPG Lato Sensu em Gestão Cultural. Professor Permanente do PPG em Cultura e Sociedade da UFBA. Professor da PUC Minas nas áreas de Antropologia e Comunicação; Gestão Cultural, Políticas Culturais e Diversidade Cultural, junto aos cursos de Jornalismo, Cinema e Audiovisual, Relações Públicas. Atua na área da Antropologia Urbana e das Políticas Públicas com ênfase nas temáticas da identidade cultural, política cultural, cidade e cultura, gestão cultural, diversidade cultural e processos de mediação. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). **E-mail:** josemarciobarros@gmail.com - **ORCID:** 0000-0002-3058-5236

Kátia Costa: Mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. **E-mail:** katiacosta.cult@gmail.com

Lais de Oliveira: Bacharel em Biblioteconomia e mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo na linha de Organização da Informação e do Conhecimento, com ênfase em organização, representação e recuperação da informação, compreendendo linguagens documentárias (Tesouros, taxonomias e ontologias), bancos de dados e metadados. **E-mail:** lais.oliveira@usp.br

Lia Calabre: Graduada em História pela Universidade Santa Úrsula

(1988), mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1999 e 2002). Foi pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, coordenadora do setor de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (2003-2019). Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (2015-2016). Organizadora do Seminário Internacional de Políticas Culturais (2010-2019). Atual coordenadora de Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão. Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da FCRB (PPGMA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT-UFF). Professora colaboradora nos MBAs de Gestão Cultural e Produção Cultural da FGV-RJ e UCAM. Autora de livros, artigos e materiais didáticos, nacionais e internacionais, sobre políticas culturais. **E-mail:** liacalabre@gmail.com

Lilian Lustosa da Costa: Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará e é mestre em História, Política e Bens Culturais na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Tem experiência nas áreas Gestão, Política Cultural e História, com pesquisas desenvolvidas nestas temáticas. Trabalhou em diversas instituições na área de cultura. Atualmente é responsável pelo Estação Ceará Criativo, escritório de Economia Criativa da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. **E-mail:** lilianlustosa@gmail.com

Luana Vilutis: Doutora pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Trabalha com formação e pesquisa na área de políticas culturais e sociais com ênfase em estudos intersetoriais de cultura, educação e

economia solidária **E-mail:** luanavilutis@gmail.com

Lucas Ribeiro de Carvalho: Graduando em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário UNA, Minas Gerais.

Luís Miguel Cardoso: Doutor em Letras - Línguas e literaturas Modernas. Professor do Instituto Politécnico de Portalegre e da universidade de Lisboa. Autor do livro "Literatura e Cinema: Vergílio Ferreira e o espaço do indizível", publicado pela Edições 70, Portugal. **E-mail:** lmicardoso@ippportalegre.pt - **ORCID:** 0000-0002-6332-8367

Luiz Augusto F. Rodrigues: Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense / UFF (1987) e doutorado em História pela UFF (1997). É professor Titular do Departamento de Arte da UFF, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades / PPCULT e à graduação em Produção Cultural. Vem atuando nas áreas de Política, Formação e Gestão Cultural. Coordena o Laboratório de Ações Culturais -LABAC / UFF. Presidiu o Conselho de Cultura de Niterói no biênio 2008-2010. Pesquisador associado à Red Latinoamericana de Gestión Cultural e à cátedra UNESCO Política cultural e gestão, coordenada pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Co-organizador da coleção CULTURA E... (editora Lumen Juris, RJ). Autor de livros, capítulos, artigos em periódicos científicos e em anais de congressos nacionais e internacionais. **E-mail:** luizaugustorodrigues@id.uff.br - **ORCID:** 0000-0003-0583-9641

Marcelo Dantas: Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris VII – Denis Diderot (2000), Mestre em Administração (1993), Especialista em Gestão Pública (1991) e Graduado em Comunicação (1982) pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto e Coorde-

nador do CST – Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural do CECULT – Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Livros publicados: *Olodum – De bloco afro a holding cultural* (Salvador: Editora Grupo Cultural Olodum – Casa de Jorge Amado, 1994); e *Diversidade Sexual e Trabalho* (São Paulo: Editora Cengage, 2012), este como coorganizador, junto com Maria Ester de Freitas. E-mail: mdantas50@gmail.com.

Marcelo S. Correia: Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense / UFF. Professor de Letras/Português e Literaturas de Língua Portuguesa formado pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), artista plástico e arte-educador. Atuou como diretor artístico do Centro Cultural Artístico da Região Oceânica / CCARO (Niterói). Foi gestor cultural e professor junto ao projeto Ponto de Cultura Niterói Oceânico (MinC-CCARO, 2007-2012). Foi consultor da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, junto a ação Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Cultura. Preside a organização social Instituto Grão - programas ambientais e ações culturais. E-mail: marcelonetcorreia@hotmail.com

Marcelo Saporas: Possui graduação em Letras - Inglês pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: linguística, tradução, ensino da lí-

ngua inglesa, persuasão e metáfora. Pós-Doutorado em ACD pela PUCSP. E-mail: msaparas@uol.com.br - ORCID: 0000-0002-9924-8369

Margarida Cesário Batista: Mestranda em Mídia e Sociedade pelo Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal. E-mail: margaridabatista1995@hotmail.com

Nair Yumiko Kobashi: Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo. Pesquisadora 1D de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. E-mail: nairkobashi@gmail.com - ORCID: 0000-0002-5282-7363

Simone Amorim: Gestora cultural, doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), com mestrado em História, Política e Bens Culturais (FGV). Tem Licenciatura Plena e Especializações em Letras e MBA em Gestão Internacional de Políticas Culturais pela Cátedra UNESCO de políticas Culturais da Universidade de Girona (Espanha). Possui experiência em organizações do terceiro setor, na coordenação e desenvolvimento de projetos socioculturais. Coordenou o processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura do RJ (planejamento estratégico de longo prazo, construído de modo participativo, junto aos 92 municípios fluminenses), na Secretaria de Estado de Cultural do Governo do Estado do RJ. Atualmente é consultora de projetos socioculturais e investigadora (pós-doutorado) nas áreas de cultura, territórios e cidades, em Lisboa. E-mail: xsimoneamorimx@gmail.com - ORCID: 0000-0002-0015-3774

Sophia Cardoso Rocha: Integrante do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora e

Mestra pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Graduada em Produção em Comunicação e Cultura, pela Faculdade de Comunicação da UFBA, e em Direito, pela Universidade Católica do Salvador. Trabalhou na Fundação Gregório de Mattos (Prefeitura Municipal de Salvador), na Fundação Cultural do Estado da Bahia e na Secretaria Estadual de Cultura da Bahia. Participou da equipe de trabalho que elaborou o Plano Estadual de Cultura da Bahia, e foi assessora técnica dos colegiados setoriais das artes da Bahia, trabalhando na elaboração dos seus planos setoriais. As principais áreas de interesse são: políticas culturais, gestão cultural e sociologia da cultura. **E-mail:** sophiacrocha@gmail.com - **ORCID:** 0000-0003-3688-1228

Sumiko Nishitani Ikeda: Possui graduação em Letras Anglo-Germânicas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem e doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem todos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora titular no curso de pós-graduação em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUCSP. De 1992 a 1998, exerceu, na qualidade de professora titular, magistério e pesquisa na Osaka University of Foreign Studies, Kyoto University of Foreign Studies e na Kakuritsu Kokugo Kenkyujoo de Tokyo. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase na interface Discurso e Gramática, atuando na linha de pesquisa Linguagem, Trabalho e Educação - sob o enfoque em especial da Lingüística Sistêmico-Funcional. **E-mail:** sumiko@uol.com.br - **ORCID:** 0000-0002-5812-5098

Ulisses Oliveira: Pós-doutorando no Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Universidade Nova de Lisboa (Por-

tugal). Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-São Paulo) e Mestre na mesma área pela mesma universidade. Atua como professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde leciona disciplinas correlatas às áreas de Língua Inglesa e Linguística na Graduação. Além disso, atua no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras), na linha de pesquisa “Discurso, subjetividade e ensino de línguas”, e no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Foi professor na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Coordenador do LEP (Laureate English Program) da Laureate International Universities e professor de Inglês na Escola de Negócios na Universidade Anhembi Morumbi. **E-mail:** ulisvaz@gmail.com - **ORCID:** 0000-0002-5479-4905

Valmir Mateus dos Santos Portal: Graduado em Comunicação Social, especialista em Artes Visuais e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR-FACCAT). Professor do Curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) no Rio Grande do Sul. Sócio diretor do Coletivo Yes. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Publicidade, atuando principalmente nos seguintes temas: fotografia, semiótica, estúdio fotográfico, marketing social e laboratório fotográfico. **E-mail:** mateusportal@faccat.br

Apresentação do Dossiê

***“Planos municipais
e estaduais de cultura:
Reflexões e experiências”***

O presente dossiê surgiu de esforço direto dos editores da revista, face a importância da construção de planejamento e gestão participativos para a pasta da Cultura. Neste sentido, foi aberta chamada pública e estimulada a participação de pesquisadores para a temática dos **Planos estaduais e municipais de cultura: reflexões e experiências**.

As políticas públicas de cultura no país vêm passando por mudanças estruturais nas duas últimas décadas, que envolvem sobremaneira a tentativa de planejamentos sistêmicos estruturantes e estruturados. Buscam, muitas vezes, construir ações mais participativas e compartilhadas entre esferas governamentais e sociedade civil. Destaque-se, nestas perspectivas, a busca pela construção/implementação de sistemas de cultura, em âmbito federal, estaduais e municipais. Parte dessas construções são discutidas nesta edição de PragMATIZES.

O artigo *Políticas culturais nos territórios: contribuições para os processos de construção dos planos municipais de cultura*, de Lia Calabre, abre o dossiê. Como a autora argumenta, “A garantia da cidadania democrática e cultural são elementos indispensáveis na busca da superação de desigualdades e do reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos que habitam o território, em suas dimensões social, econômica e cultural. O objetivo fundamental de uma política cultural deveria ser o de garantir o direito à cultura, do qual gozam o conjunto dos cidadãos.” Lia, em seu artigo, trabalha “com a aceleração desse processo de reconhecimento das políticas culturais como um campo das políticas públicas, mais especificamente, tendo por ponto de partida o cenário internacional, a partir dos anos 1970. O objetivo do artigo é o de refletir sobre a problemática das políticas culturais a partir da gestão pública municipi-

pal, tendo como ferramenta fundamental o plano de cultura com suas premissas, princípios e desafios.”

O artigo de Simone Amorim intitulado *Sistema Estadual de Cultura do RJ: desafios da institucionalização de políticas públicas participativas no campo cultural fluminense (2009-2019)* analisa o processo de criação do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) durante o período referido, destacando as contradições na implantação de políticas públicas participativas, diante dos limites de compromisso entre o poder público e a sociedade civil. Como aponta a autora, “Apesar das disputas internas, de resto naturais à dinâmica política, o Estado precisa assegurar unidade e coerência de governo, do início ao fim do processo, quanto ao compromisso com políticas participativas, de modo a não expor suas fragilidades à sociedade.”

Seguindo com estudos sobre o estado do Rio de Janeiro, a artigo *Metodologia participativa para elaboração de planos municipais de cultura: uma experiência aplicada*, de Luiz Augusto F. Rodrigues e Marcelo Correia, traz proposição metodológica para a construção de planos de cultura, experiência sugerida a 34 dos 92 municípios do RJ que aderiram à parceria técnica entre a SEC-RJ e o Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense (LABAC-UFF), através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC) – Edição 2015.

Planos Municipais de Cultura na perspectiva democrática: A contribuição da UFBA na construção de uma Agenda Pública, artigo de autoria de Kátia Costa, Luana Vilutis e Ernani Coelho Neto, está inserido no contexto da institucionalização do Sistema Nacional de Cultura. O texto tece “considerações a respeito do alcance dos planos de cultura no fortalecimen-

to da gestão pública municipal em uma perspectiva democrática. Para tanto, parte da experiência de assessoria e formação para elaboração de planos de cultura realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre os anos de 2011 e 2018”.

O artigo *A implantação dos planos de cultura no estado e na cidade de São Paulo: histórico, construção e desafios* de Inti Anny Queiroz objetiva “demonstrar dois processos diferentes que ocorreram na mesma região do país e que em muitos momentos contou com agentes similares, tanto do governo quanto da sociedade civil.” A autora relata “as atividades e as dificuldades enfrentadas tanto por questões políticas quanto burocráticas e que vem impedindo a plena implantação dos sistemas de cultura territoriais” estudados.

O texto *Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios*, de José Márcio Barros, tem o “objetivo de analisar a participação social na construção de políticas públicas de cultura, mais especificamente o processo de consulta virtual para a revisão das Metas do Plano Nacional de Cultura, o processo de construção do Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais e do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Por meio de análise de dados extraídos de plataformas de participação, relatórios institucionais e entrevistas, a pesquisa constatou a importância dos mecanismos de participação social originados na Constituição Federal do Brasil de 1988, bem como as necessidades de seu aprimoramento no campo das políticas culturais no Brasil”.

Sophia Rocha no artigo intitulado *A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia em análise* apresenta a trajetória de formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia. Como principais conclusões a autora observou que o processo de elaboração do Plano foi “complexo e longo, acionando diversas instâncias e

atores”, que sua elaboração “estava em total consonância com a política cultural desenvolvida pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia” e que houve “um claro alinhamento político entre a Secult e o Ministério da Cultura”.

Deborah Rebello Lima e Lilian Lustosa da Costa, no artigo *Plano de Cultura Infância do Ceará: um exercício de planejamento e resultado de escuta de demandas sociais*, de, tratam “o exemplo cearense, suas características e problematiza algumas particularidades do campo de políticas culturais num contexto mais recente. O Plano de Cultura Infância elaborado pelo governo do estado do Ceará pode ser um interessante exemplo de valorização de pautas da diversidade cultural e de fortalecimento de posturas da sociedade civil. Os resultados encontrados sinalizam uma peça de planejamento recém aprovada e que possivelmente ainda precisará de redirecionamentos”.

O artigo Ana Lúcia Pardo, intitulado *O desafio de implantar um plano de cultura para a cidade do Rio de Janeiro* traz uma experiência na qual a autora atuou como consultora da sua primeira etapa. Como apontado, “Um plano decenal, cujo principal desafio é ultrapassar as ações pontuais propondo uma política de Estado. Porém, a continuidade desse processo foi interrompida, tornando-se a própria implementação do PMC-RJ um dos grandes desafios, dentre outros que se impõem: Como fazer um plano que espelhe as carências e potências dessa cidade? Como garantir o pleno exercício dos direitos culturais dos atores desse processo? Como corrigir desigualdades e concentrações? Como democratizar o acesso e a participação? Proponho discutir questões que devem estar nas bases de implantação de uma política cultural, dentro de um conceito de cultura cidadã, desde o qual construir cidade é construir cidadania para a cidade”.

Dossiê

Políticas culturais nos territórios: contribuições para os processos de construção dos planos municipais de cultura¹

Políticas culturales en los territorios: contribuciones a los procesos de construcción de planes de cultura

Cultural policies in the territories: contributions to the processes of construction of municipal culture plans

Lia Calabre²

Palavras-chave:

Políticas culturais

Política pública

Planos de cultura

Território

Cidadania cultural

Resumo:

A garantia da cidadania democrática e cultural são elementos indispensáveis na busca da superação de desigualdades e do reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos que habitam o território, em suas dimensões social, econômica e cultural. O objetivo fundamental de uma política cultural deveria ser o de garantir o direito à cultura, do qual gozam o conjunto dos cidadãos. O presente artigo vai trabalhar, com a aceleração desse processo de reconhecimento das políticas culturais como um campo das políticas públicas, mais especificamente, tendo por ponto de partida o cenário internacional, a partir dos anos 1970. O objetivo do artigo é o de refletir sobre a problemática das políticas culturais a partir da gestão pública municipal, tendo como ferramenta fundamental o plano de cultura com suas premissas, princípios e desafios.

1 Texto recebido em 20/10/2019 e aceito para publicação em 24/10/2019

2 Lia Calabre de Azevedo. Doutora em história, professora do PPG Memória e Acervos – Fundação Casa de Rui Barbosa e PPCULT – Universidade Federal Fluminense, Brasil. Contato: liacalabre@gmail.com

Resumen:

La garantía de la ciudadanía democrática y cultural son elementos indispensables en la búsqueda de superar las desigualdades y reconocer las diferencias reales existentes entre los sujetos que habitan el territorio, en sus dimensiones sociales, económicas y culturales. El objetivo fundamental de una política cultural debe ser garantizar el derecho a la cultura. El presente artículo busca recuperar un poco de la trayectoria de la construcción de las políticas públicas de cultura, más específicamente, tomando como punto de partida el escenario internacional desde la década de 1970. El propósito del artículo es reflexionar sobre el problema de las políticas culturales desde la gestión pública municipal, teniendo como herramienta fundamental el plan cultural con sus premisas, principios y desafíos.

Palabras clave:

Políticas culturales

Política pública

Planes de cultura

Territorio

Ciudadanía cultural

Keywords:

Cultural policies

Public Policy

Culture plans

Territory

Cultural citizenship

Abstract:

The guarantee of democratic and cultural citizenship are indispensable elements in the search to overcome inequalities and to recognize the real differences existing between the subjects that inhabit the territory, in their social, economic and cultural dimensions. The objective of a cultural policy should be to guarantee the right to culture. This article will work, with growing recognition of cultural policies as a field of public policies, taking as its starting point the international scenario, from de 1970s. The purpose of this article is to reflect on the problem of cultural policies from the municipal public management, having as a fundamental tool the culture plan with its premises, principles and challenges.

Políticas culturais nos territórios: contribuições para os processos de construção dos planos municipais de cultura

“A cada momento a totalidade existe como uma realidade concreta e está ao mesmo tempo em processo de transformação. A evolução jamais termina. O fato acabado é pura ilusão.”
(Milton Santos – Da totalidade ao lugar)

Como podem ser construídas políticas públicas de cultura? Essa é a questão que guia a elaboração do presente artigo. Ao pensarmos sobre a problemática que envolve a relação entre a área da cultura e a construção de políticas públicas, verificamos que, no caso da América Latina, as discussões sobre a necessidade e importância da existência de políticas culturais se iniciaram, mais efetivamente, nos anos 1970, quando em muitos dos países da região ainda vigiam as ditaduras militares. A Colômbia (Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para a América Latina e Caribe – 1978) e o México (Conferência Mundial de Políticas Culturais – Mondia-cult - 1982) cumpriram um papel destacado no crescimento dessa discussão, sediando alguns dos principais encontros mundiais sobre políticas culturais fomentados pela UNESCO (que foi a responsável por inserir a cultura na pauta das políticas públicas de diversos governos naquele momento).

As discussões frutificaram ao longo dos anos 1980. No caso do Brasil tivemos a criação do Ministério da Cultura e a presença dos direitos culturais na Constituição Cidadã de 1988. Ações que foram seguidas pelo desmonte da área pública sob a orientação de políticas de viés neoliberal, nos anos 1990 – período no qual a área das políticas públicas de cultura ficou restrita, quase que exclusivamente, às

ações das leis de incentivos, com o núcleo de decisão sobre a aplicação dos recursos nas mãos da iniciativa privada.

Os anos 2000 representaram para o Brasil, falando aqui do campo da cultura, tanto a construção de novos projetos, como o ressurgimento de algumas das discussões e ações gestadas ainda nos anos 1970 e 1980, só que dessa vez em um contexto democrático e participativo. A Ditadura Civil Militar, que teve fim em 1985, havia realizado muitas ações de estruturação no campo da gestão pública da cultura. A construção do Ministério da Cultura (MinC), que já se deu no período democrático, contou com pouca participação social, ainda que tenha sido uma demanda do Fórum Nacional de Secretários de Cultura. O chamamento da sociedade para a participação na construção das políticas de cultura só passa a ocorrer, efetivamente, nos anos 2000, na gestão do Ministro Gilberto Gil, sob o governo do Presidente Lula.

Os anos de 2003 a 2010 foram de intensas mudanças no campo da gestão pública de cultura. As ações e discussões não ficaram restritas aos limites da máquina pública do governo federal, várias e diferentes iniciativas de escuta e participação democrática foram construídas nos estados e municípios. Nos anos de 2011 a 2015, diversos dos projetos gestados nos oito anos anteriores foram sendo implementados e muitos dos programas continuados.

No campo da participação social, no período que vai de 2003 até 2015, foram convocados inúmeros setores da sociedade, de todas as regiões do país, para participar da construção de um efetivo campo de políticas públicas de cultura³, com projetos

3 Os processos participativos, com a utilização de várias ferramentas, foram acionados na construção de inúmeras políticas setoriais. Houve um crescimento significativo das conferências nacionais setoriais.

de estruturação de mais largo prazo, tais como o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Políticas Culturais, com um intenso trabalho na busca dos desdobramentos das ações nas esferas estadual e municipal do Sistema, com seus Planos e Conselhos.

Lançando um olhar mais abrangente sobre os anos 2003 – 2010 podemos, ainda, destacar algumas questões mais conceituais ou poderíamos, talvez, chamar de algumas inovações operacionais, que impactaram no processo efetivo da implementação da política cultural⁴. A primeira delas está na reafirmação constante de que tudo o que estava sendo implementado tinha por base a chamada tridimensionalidade da cultura⁵, composta pelas dimensões simbólica, cidadã e econômica, e definidas pelo MinC, como:

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira. (MINC, 2010, p. 8)

Ainda que se possa afirmar que os objetivos propostos nas dimensões não te-

tenham sido plenamente alcançados, estas estiveram todo o tempo presentes no campo discursivo dos documentos e das ações do MinC. O Ministério fez largo uso do “capital simbólico” (no sentido atribuído por Bourdieu) contido na ideia de tridimensionalidade, realizando ações que resultaram em efetivos avanços no campo da estruturação de políticas culturais em bases mais democráticas, participativas, abrangentes e cidadãs. Entram para a pauta de discussão da gestão pública, de uma maneira mais efetiva, as problemáticas dos direitos culturais, da cidadania cultural e da economia da cultura⁶.

Uma segunda concepção teórica que acompanhou a prática da gestão do MinC foi a da diversidade cultural. José Márcio Barros, nos chama a atenção para o fato de que:

Reconhecer na diversidade cultural apenas a presença de diferenças estéticas é simplificar a questão. Há sempre, e é isso que torna a questão complexa, a tensão política e cognitiva de diferentes modelos de ordenamento e gestão. Diversidade cultural é a diversidade dos modos de instituir e gerir a relação com a realidade. (BARROS, 2009, p. 84)

Entre os compromissos assumidos pelo Brasil, como um dos países defensores e signatários da Convenção da Diversidade, estão os de “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”; “criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo”; e, “encorajar o diálogo entre culturas”. Tais compromissos colocam na ordem do dia uma questão fundamental: a do conhecimento das práticas culturais do país (ou da localidade) por parte dos gestores públicos

4 Parte dessa discussão foi apresentada no artigo intitulado Políticas Culturais e estratégias territoriais em tempos sombrios.

5 Termo que se tornou corrente na gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira.

6 Essa questão já foi por mim trabalhada em dois outros artigos que tem como foco a participação social, presentes nas referências bibliográficas.

(que não se restringe aos resultados obtidos com a coleta de dados estatísticos, por exemplo) ou, como nos falou José Márcio Barros, da necessidade de estar atentos “aos modos de gestão que se fazem presentes nos diferentes padrões culturais” (*idem*). Em verdade: “como considerar realizada a inclusão social se os valores, comportamentos, modos de vida, imaginários, raízes, práticas e heranças culturais, manifestações, fabulações e celebrações da maioria da população são desconhecidos das gestões?” (MOREIRA; FARIA, 2005, p. 12), questionam os pesquisadores Altair Moreira e Hamilton Faria ao tratarem das questões dos governos municipais, que teoricamente deveriam ser os detentores de um conhecimento mais aprofundado da realidade sob sua responsabilidade administrativa.

Os modelos de democratização da cultura aplicados em diversos países nas últimas décadas do século passado se mostraram inadequados para o florescimento de sociedades com níveis menos desiguais de práticas e acesso à cultura. A ideia de um estado centralizado, no qual se originam um conjunto de decisões sobre a oferta cultural para todo o país, terminou por reproduzir um padrão concentrador do capital simbólico do qual historicamente eram detentores determinados segmentos sociais com maiores graus de escolarização e pertencentes às camadas médias e altas da população. O modelo centralizador francês de política cultural, originado na gestão de André Malraux, que inspirou alguns governos ao longo das décadas de 1960 e 1970, foi gradativamente sendo superado.

Na década de 1980 e mais intensamente na de 1990, alguns países, como a própria França, que por muito tempo mantiveram uma política de financiamento e gestão da cultura altamente centralizada, passaram a investir no processo de descentralização administrativa, decisória e financeira. No final da década de 1990, as vilas francesas já investiam nos territórios o

dobro dos recursos que o Ministério da Cultura. Em um estudo sobre o processo de descentralização e de ampliação da governança territorial, o especialista francês Guy Saez alerta para a necessidade do desenvolvimento de novas lógicas para as políticas de cultura que extrapolem a dimensão puramente institucional. Alerta ainda para a urgência da mudança dos procedimentos e dos instrumentos de políticas públicas de maneira a nos autorizar a falar em uma nova ação pública fundada nos princípios do compartilhamento, da transversalidade e da territorialidade. (SAEZ, 2004, p. 43)

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 garantiu uma maior autonomia aos municípios no campo da elaboração e da efetivação das políticas públicas. E, sem dúvida, ao pensarmos na construção de políticas públicas de cultura temos no município um nível de governo estratégico e privilegiado para a efetivação das ações. É no território que a cultura é praticada em toda a sua intensidade e diversidade. Como afirma Alfons Martinell:

Para além das leis e normas, nas cidades as comunidades organizam sua vida cultural da forma que for possível e se enriquecem culturalmente à medida que incorporam serviços públicos para facilitar seu acesso e fomentar a participação. Muitos desses processos são realizados de forma espontânea, às vezes com uma assunção dos serviços públicos por parte dos cidadãos, sem a participação do Estado. (SEMPERE, 2011, p. 64)

É nas cidades, nas localidades, nos territórios que os cidadãos realizam grande parte das práticas culturais cotidianas. Estas são espaços de vivência e convivência nos quais pode ser verificada uma dinâmica cultural intensa. No Brasil, o investimento municipal em cultura é muito desigual - cenário que se apresenta de maneira muito similar ao do conjunto das outras ta-

xas de desigualdades apresentadas pelo país. Muitos municípios possuem um baixo grau de investimento, ainda que na média da soma do conjunto dos recursos, o IBGE nos informa que os governos municipais investem mais em cultura que os governos estaduais e o governo federal.

É o município que, mais efetivamente, dialoga com o cidadão em “seu território”, que implementa as políticas públicas de proximidade, que responde às demandas locais. E, dentre um emaranhado complexo de políticas setoriais municipais, está a política pública municipal de cultura.

O objetivo fundamental de uma política cultural deveria ser o de garantir o direito à cultura, do qual deveriam gozar o conjunto dos cidadãos – como previsto na Constituição Federal e, ainda, em algumas das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas. Isso quer dizer que estamos falando de práticas e de desejos de ser e de fazer, ligados a questões de natureza material e imaterial. A política cultural deve ter em conta que as ações estão posicionadas nos campos do real e do simbólico,

do consumo e da fruição, do acesso e das práticas. A maior parte das disputas e tensões entre o direito previsto, o direito concretizado e a negação dos direitos se fará mais evidente nos territórios, sob as administrações municipal e estadual.

Um município, independentemente do tamanho do seu território ou de sua população, é constituído por múltiplos outros recortes territoriais reais e simbólicos, onde as disputas por direitos se fazem mais evidentes.

Independente do processo de esvaziamento, dada a pouca atenção efetiva que vem sendo dispensada à construção do Sistema Nacional de Cultura, pelos três ministros da cultura que ocuparam a pasta no curto período de dois anos e meio do golpe que destituiu a Presidenta eleita Dilma Rousseff, assim como no governo que se seguiu, ao verificamos o índice de adesão ao SNC, pelos municípios brasileiros, constatamos que, em janeiro de 2018, chegava a 45,8% do total de municípios e que seguiu crescendo até a avaliação de setembro de 2019, como pode ser observado nas tabelas abaixo⁷.

	Estados com adesão	Municípios com adesão	Total de Municípios	% Municípios com adesão
Centro-Oeste	4	199	467	42,6%
Norte	6	190	450	42,2%
Nordeste	9	888	1794	49,5%
Sudeste	4	676	1668	40,5%
Sul	3	600	1191	50,4%
Total	26	2553	5570	45,8%

Fonte: Sistema Nacional de Cultura – Acordo de Cooperação Federativa – atualizado em 24/01/2018 - MinC

7 É importante destacar que o presente artigo foi redigido em outubro de 2019, em um governo que extinguiu o Ministério da Cultura, transformando-o em uma Secretaria Especial da Cultura subordinada ao Ministério da Cidadania.

	Estados e DF com adesão	Municípios com adesão	Total de Municípios	% Municípios com adesão
Centro-Oeste	4	209 (+10)	467	44,8%
Norte	7	191 (+1)	450	42,4%
Nordeste	9	929 (+41)	1794	51,8%
Sudeste	4	703 (+27)	1668	42,1%
Sul	3	631 (+31)	1191	53%
Total	27	2.663	5570	47,8%

Fonte: Sistema Nacional de Cultura – Acordo de Cooperação Federativa – atualizado em 30/09/2019 - MinC⁸

O quadro acima nos revela um cenário de razoável articulação interna do poder público municipal na direção da construção de políticas públicas de cultura. É importante ressaltar que para aderir ao Sistema Nacional de Cultura, o município se compromete a cumprir um conjunto de exigências, tais como a realização de conferências municipais de cultura, a elaboração de um plano municipal de cultura, a criação de um conselho de política cultural, enfim, todo um conjunto de ações que requer um diálogo intenso do poder público com a sociedade civil.

Algumas reflexões indispensáveis para a construção de um plano municipal de cultura

A garantia da cidadania democrática e cultural é elemento indispensável na busca da superação de desigualdades e do reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos que habitam o território, em suas dimensões social,

econômica e cultural. As garantias de cidadania e de democracia cultural passam pela elaboração de uma política de sustentação e ampliação do capital cultural. Um plano de cultura municipal deve, necessariamente, ter em conta as garantias da cidadania e da democracia como principais premissas.

O município (o território) é o lugar de maior potencialidade de desenvolvimento cultural. Aqui não estamos falando das artes do espetáculo ou da engenharia do entretenimento, pode-se até chegar a gerar ações que visem a alcançar tais questões. As discussões aqui propostas estão tratando, metaforicamente falando, de alguns passos antes. Estamos nos referindo a um desenvolvimento, como o que propõe o economista Amartya Sen, que considera as “liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos” de uma sociedade, e que pensa que as capacidades podem ser tanto expandidas pelas políticas públicas quanto “a direção da política pública pode ser influenciada

8 Adesão ao SNC. <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2019/09/2019.09-Quantitativo-atualizado-3.pdf> Acesso em: 16/10/2019..

pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo”. (SEN, 2000, p. 32)

Vamos, a partir daqui, apresentar algumas das premissas que consideramos indispensáveis em qualquer processo de construção de planos de cultura municipais, seguidas de alguns princípios norteadores e propostas de ação. A intenção não é a de elaborar um manual, ou um esquema mínimo a ser seguido pela gestão pública e agentes envolvidos na elaboração dos planos de cultura municipais, mas sim, compartilhar reflexões que foram construídas a partir de processos de observação teórico e prática. Muitas das questões que serão aqui colocadas tendem, em uma conjuntura de amesquinamento das políticas públicas, para não falar das intolerâncias e dos autoritarismos, a ser desconsideradas por muitos dos que ocupam postos de poder.

A primeira e principal premissa que queremos destacar é a do reconhecimento da importância da cultura para o desenvolvimento do município, do território, do local. Aqui podemos falar dos aspectos do desenvolvimento humano, do desenvolvimento social e do desenvolvimento econômico, assim como do desenvolvimento sustentável. Também no caso das políticas territoriais a ideia de tridimensionalidade, ou “pluridimensionalidade” podem ser acionadas, sempre tendo em vista a transversalidade da cultura no que diz respeito ao conjunto de áreas que compõem o campo das políticas públicas. Imediatamente associada a esta está a premissa da estreita relação entre cultura e qualidade de vida da população, com o reconhecimento, por parte do poder público, das práticas locais nas suas diversidades e complexidades. Também deve estar presente no conjunto das premissas tanto o respeito à memória e às tradições, como também a garantia ao acesso às inovações.

A cultura é um direito fundamental, expresso na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 22, que trata dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à dignidade e ao desenvolvimento da personalidade. Essa é outra premissa fundamental em todo o processo de elaboração de um plano municipal de cultura. O professor e jurista Allan Rocha de Souza, afirma que:

As justificativas dos direitos culturais remetem, assim, à formação da pessoa para uma existência digna, à construção das identidades, onde o particular e o social se encontram, à inclusão e o exercício da cidadania cultural, à capacitação para o diálogo intercultural e ao desenvolvimento socialmente sustentável. Todas essas circunstâncias interagem na justificação dos direitos culturais assim como informam seu conteúdo. (SOUZA, 2012, p. 46)

Um plano municipal de cultura deve estar, de alguma maneira, alinhado com o conjunto das políticas públicas elaboradas para o território, sem deixar, é claro, de considerar as especificidades e particularidades de cada uma das áreas. Por determinação constitucional, os governos, em todos os níveis, devem elaborar planos estratégicos plurianuais, eles devem ser de acesso e conhecimento público. Uma das premissas dos planos de cultura também deve ser a de ter as suas ações articuladas com as prioridades estratégicas elencadas pelo governo local. Há, no texto constitucional, uma recomendação de que os planos de cultura também sejam plurianuais. A tendência inicialmente seguida pelos planos, era de que tivessem o prazo de execução de 10 anos, nos moldes do Plano Nacional de Cultura. Essa era uma estratégia que visava a garantir algum nível de continuidade nas políticas. Os planos são monitorados através da efetividade de suas metas no tempo previsto para o cumpri-

mento das mesmas. De uma maneira geral, a construção das metas estratégicas dos governos municipais costumam respeitar as dinâmicas territoriais, fato que contribui para que, mesmo no caso de um plano de cultura decenal, algumas das questões estratégicas locais sejam consideradas. Um plano municipal tem que refletir as questões locais, tem que demonstrar que os gestores e agentes culturais detêm um amplo conhecimento da realidade do território.

A construção de um plano municipal de cultura, em bases democráticas, é uma tarefa que deve ser realizada por representantes do governo e da sociedade civil, deve ser um processo participativo. O reconhecimento da diversidade cultural local, do pluralismo das práticas culturais, dos diversos saberes e fazeres locais, são elementos indispensáveis ainda na fase inicial de um sistema municipal de cultural, seja na elaboração do plano seja na construção do conselho de cultura local. Os elementos que compõem seja o conselho, seja o comitê ou ainda o grupo de trabalho da construção do plano deve, de alguma maneira, espelhar e ter como questão central a diversidade cultural local.

Em um artigo dedicado às questões dos direitos culturais e a cidade, o estudioso Alfons Martinell Sempere, nos apresenta um relato sobre uma experiência concreta, de construção de um documento (uma carta) que deveria servir de referência base para os mais diversos partidos políticos e para os cidadãos. O documento possuía (além do preâmbulo e justificativas) três partes fundamentais: “Os direitos culturais dos cidadãos e cidadãos”; “Os compromissos dos cidadãos e cidadãos”; e, “Os compromissos da administração pública”.

Um dos princípios que guia o documento, que nos apresenta Martinell, é

o de que as políticas culturais se constroem e se efetivam a partir do diálogo e das ações de responsabilidade tanto do Estado quanto da sociedade. Vamos encontrar, por um lado, recomendações sobre a responsabilidade do Estado de garantir um mínimo de equipamentos de maneira equilibrada pelo território, de ampliar a oferta, de garantir o acesso aos recursos públicos, de fornecer meios de comunicação, entre outras. Mas, por outro lado, também vamos encontrar recomendações para que os proponentes de projetos culturais levem em consideração, em suas propostas, os setores mais vulneráveis da população, a ampliação máxima em termos de diversidade de públicos, a harmonização da expressão cultural proposta com a convivência do espaço público, entre outros. Esse exemplo é muito interessante pois lança luz, de maneira mais efetiva, para o fato de que não é o Estado o responsável direto pela produção e pelo tipo de produto cultural que será apresentado ao público. O que é ofertado, a dinâmica cultural local, deve ser construída com o compromisso com os próprios direitos culturais, em ações de responsabilidade coletiva. Muitos tem direitos e muitos tem deveres, tal ponto não deve ser desconsiderado pelo conjunto dos agentes na construção de um plano municipal.

Existe um largo debate sobre as tensões e contradições entre políticas de regulação social e ações de emancipação social; e sobre a capacidade do Estado em assegurar a multiplicidade de direitos ou criar ações assentadas em conceitos limitadores ou padronizadores das diferenças. Em um artigo⁹ no qual reflete sobre as possibilidades, ou não, do direito ter um papel emancipador na

9 É um artigo que utilizo de maneira recorrente quando trabalho com a temática da participação social.

sociedade contemporânea e, em especial, na criação de possíveis esferas de representação dos oprimidos e marginalizados, Boaventura Souza Santos propõe que a “sociedade civil insubmissa” deve ter como objetivo:

(...) fomentar sociabilidades da convivialidade entre diferentes identidades culturais sempre que se encontrarem e disputarem um terreno de inclusão e pertença potencialmente comum. Através da sociabilidade, o terreno comum torna-se simultaneamente mais inclusivo e menos comum, ou seja, menos homogeneamente comum a todos os que afirmam pertencer-lhes. (SANTOS, 2003, p. 49)

As reflexões sobre a necessidade da diversidade local estarem presentes no plano, não significa propor uma pasteurização das ações de maneira a criar um todo que não reflete as partes. A problemática das diferentes identidades, como alerta Boaventura, deverá estar expressa no plano, isso também não significa nominar exaustivamente toda a diversidade, mas sim de criar condições para que ela exista, que floresça, sem ser soterrada por um conjunto de ações e regramentos homogeneizadores.

As premissas e princípios acima propostos não são de fácil execução, mas podem ser indicativos do nível de compromisso do governo local com a democracia e a cidadania cultural.

Existem ações, metodologias de gestão, atividades e projetos, que podem tornar mais viável uma política cultural democrática e participativa, tais como: co-gestão de serviços públicos; apoio a museus comunitários; gestão partilhada de equipamentos; fóruns temáticos; realização de escutas públicas; apoio a redes de intercâmbio; implantação de orçamento participativo; entre outros.

Abaixo vamos recuperar duas experiências de impacto territorial, como exemplos de ações que podem estar previstas em planos municipais e que estão diretamente ligadas a questões como: cidadania, identidade, pertencimento e memória.

O apoio à criação de museus comunitários é uma ação destacada no processo de fortalecimento da cidadania cultural e mesmo da cidadania plena. Lugares como museus e centros de memória não devem servir apenas para guardar registros de memória dos grupos dominantes. Temos um exemplo muito interessante da construção de um museu comunitário: o Museu da Maré. No site, o Museu da Maré se apresenta como um:

(...) conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos. As ações propostas no Plano Museológico, contemplam o programa institucional, de acervos, de exposição, educativo cultural, de pesquisa e de divulgação da iniciativa. (MUSEU DA MARÉ)

O Museu da Maré foi criado em 2006, no âmbito de uma conjuntura bastante propícia para ações de tal natureza. O Ministério da Cultura estava implementando o Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, sendo sua ação de maior repercussão a dos Pontos de Cultura (o Museu da Maré foi um ponto de cultura). Na proposta de criação da instituição, os organizadores do Museu da Maré, deixam muito claro os princípios guia da construção do espaço:

A intenção do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem lembradas e os lugares de memória a serem lembra-

dos são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e por isso, uma versão que limita as representações da história e da memória de grandes parcelas da população. Por isso, o Museu da Maré, como uma iniciativa pioneira no cenário da cidade, se propõe a ampliar o conceito museológico, para que este não fique restrito aos grupos sociais mais intelectualizados e a espaços culturais ainda pouco acessíveis à população em geral. A favela é lugar de memória e por isso nada mais significativo do que se fazer uma leitura museográfica a partir de tal percepção. (MUSEU DA MARÉ)

No caso da Maré o trabalho coletivo dos organizadores e da comunidade veio contribuindo para a modificação do conceito de museu, com ênfase no território. O trabalho deu tão certo, que o museu foi várias vezes escolhido para receber exposições em circulação de outras instituições do país, inclusive internacionais. Existe também um trabalho no campo educativo de levar os meninos da comunidade envolvidos com o projeto, para visitar outros museus e trazer jovens de outras localidades para conhecer o Museu da Maré, promovendo uma circulação de ideias e de pessoas. Esse tipo de processo dialoga com questões como a da identidade, do pertencimento, de estar no lugar, cria sentimentos como: “Eu tenho uma identidade!” ou “Eu posso trabalhar a minha identidade!”

Ainda no campo da valorização da memória local há uma interessante experiência realizada no município de Itajaí, no litoral norte do estado de Santa Catarina. A região sul do Brasil foi a de maior concentração de imigração branca europeia no final do século XIX e XX. A área municipal de preservação do patrimônio estava a cargo da Fundação Genésio Miranda Lins, instituída em 1976. O

professor e estudioso José Roberto Severino, foi convidado a dirigir a Fundação no período de 2005 a 2008. Ao chegar à nova gestão, foi realizado um diagnóstico inicial, através do qual a equipe registrou o que considerou como uma série de fragilidades institucionais:

A FGML apresentava fraca relação com a memória social nas atividades da instituição; ausência de uma política patrimonial definida; pouca transversalidade com os órgãos governamentais [...]. Notava-se a pouca presença dos indígenas, uma forte presença dos lusos, nenhuma presença dos afrodescendentes e a grande presença dos imigrantes europeus que ancoraram no porto ao longo do século XIX e XX, bem como de todos os descendentes. É flagrante a ausência da memória do agricultor, do pescador, do estivador, do comerciante. (SEVERINO, 2016, p. 101)

Destaca-se que a Fundação possuía um “Conselho de Notáveis” que era formado por especialistas dedicados ao estudo da história oficial da cidade, e que participava da construção da política de guarda da Instituição, inclusive sobre o acervo e a memória a ser preservada. Política essa que gerava as fragilidades acima apontadas no diagnóstico da gestão que assumia.

A partir do diagnóstico, acima citado, foram definidas as diretrizes do trabalho que iria ser desenvolvido para combater as fragilidades encontradas. Como podemos observar havia um processo significativo de exclusão, na preservação da memória social, de uma série de segmentos sociais fundamentais para a construção da história local. Tal comportamento criava, por um lado, sentimentos de não representação e pertencimento em seus descendentes e de outro um baixo grau de identificação

com os lugares de memória preservados oficialmente. A equipe decidiu estruturar seu trabalho com vistas ao desenvolvimento de políticas de inclusão da diversidade na preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Segundo Roberto Severino, a escolha metodológica da equipe para aproximação da população, nos mais de 40 bairros do município, foi a participação das reuniões do Orçamento Participativo (OP). Como recorda o gestor, “o estranhamento inicial, logo foi tomado pelo entusiasmo da população em poder decidir, discutir, propor. Tínhamos uma hora por reunião para fazer a apresentação e ouvir dos participantes as demandas relacionadas ao patrimônio” (*Idem*, p. 101-02). A partir desses primeiros resultados obtidos nas reuniões de discussão do Orçamento Participativo, a equipe da Fundação tomou como tarefa “ouvir a população acerca de uma política patrimonial de inclusão, através das sucessivas entrevistas realizadas para compor um novo acervo, tendo como suporte a história oral” (*Idem*, p. 102). O desdobramento da ação, foi a criação de uma gerência de Patrimônio Cultural voltada para as minorias e grupos excluídos socialmente.

A gestão do patrimônio cultural no Brasil tem a tradição de concentrar parte significativa de suas ações (ou mesmo a totalidade delas), na preservação do patrimônio edificado, e de estabelecer diálogos quase que exclusivamente com grupos de especialistas que costumam compor os conselhos de área. A forma tradicional de operar com o conceito de patrimônio artístico e histórico, costuma considerar que a preservação deve ter como alvo os estilos arquitetônicos consagrados, ou seja, em geral dos brancos e das elites. Essa forma tradicional de gestão gera um sentimento de exclusão, de ausência de identidade, de parte significativa da população. Esta não se iden-

tifica com a memória preservada e representada nos museus e centros culturais.

A experiência da gestão do patrimônio, em Itajaí, promoveu uma apropriação ampliada da memória social local, incluindo na história oficial os elementos, os atores, tradicionalmente ausentes da mesma. Os resultados das entrevistas e das novas documentações que passam a ser incorporadas ao acervo da Fundação, geram uma ampliação das fronteiras da história local. Tais materiais passam a ser matéria de programas da Rádio Universitária local e dos jornais locais, a constar na produção de material didático e de projetos que envolvem os jovens, a memória e a cultura local. Ações de educação patrimonial foram criadas. O projeto foi desdobrado em inúmeras publicações – inclusive com fins didáticos. Enfim, o gestor do projeto avaliou que “dessa forma, as comunidades passaram a ter maior visibilidade e compreensão dos seus saberes e fazeres enquanto patrimônio, buscando estratégias de transmissão desse legado” (*Idem*, p. 105).

Outras experiências poderiam ser aqui elencadas. O país possui um conjunto de ações desenvolvidas, ainda que pontualmente, que formam um mosaico de experiências que precisam ser estudadas e podem ser replicadas. A autonomia que a Constituição de 1988 deu aos municípios, os permite realizar políticas, planos e ações que extrapolam as ações federais. Existem inúmeras histórias de programas de longo prazo bem sucedidos tais como o Fundo Municipal de Cultura de Porto Alegre ou o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais de São Paulo, o VAI.

A elaboração de um plano municipal de cultura tem que levar em conta uma série de desafios que estão postos para a gestão. Nas proposições dos planos e na estruturação das metas a cul-

tura deve ser pensada, tanto como um processo (contínuo, histórico, enraizado no tecido social) quanto como um produto expresso ora nas múltiplas linguagens (literatura, teatro, música, artes cênicas, artes digitais etc.) ora nos diversos fazeres (brincadeiras, patrimônio imaterial, crenças, práticas de cura etc.). Um plano deve prever ações e mecanismos que garantam o acesso amplo tanto à cultura local como à produção cultural de uma maneira mais ampla, permitindo o fortalecimento e a ampliação dos repertórios locais, sem descuidar da garantia da circulação de informação e diálogos nos mais diferentes níveis de fazeres e saberes.

Existem muitos desafios, muitos (pré)conceitos arraigados que necessitam ser superados tais como o da ideia de que cultura é sinônimo de erudição, que é coisa de artista, que toda produção tem que ter incentivo do estado, ou que é intocável e deve ser protegida das influências externas.

Para concluir

Vivemos um tempo de contínua descrença ou desrespeito nos pressupostos universalizantes dos direitos, e num país que mantém níveis inconcebíveis e crescentes de desigualdade em pleno século XXI. O campo artístico-cultural está sempre atravessado pela dualidade mercado / estado, colocando a produção cultural sob o risco da lógica da mercadoria. A cultura que é um direito constitucional, logo objeto de políticas públicas, tem ficado subordinada a projetos pouco democráticos e que, em geral, não consideram a diversidade cultural do país. No atual momento a liberdade de expressão dessa diversidade se vê atacada pelo governo federal que reedita práticas de censura, fazendo uso altamente arbitrário dos recursos públicos, rasgando os princípios constitucionais de liberdade de expressão.

Todo esse quadro torna ainda mais fundamental a elaboração de estudos e análises que nos auxiliem a compreender melhor a conjuntura na qual estamos inseridos, os processos históricos que nos trouxeram até aqui, permitindo a construção de novos instrumentos de gestão de políticas públicas, mais inclusivos, transversais, democráticos e participativos.

Em uma conjuntura de crise, como no momento atual, onde assistimos a despolitização das ações cotidianas e a espetacularização da política, o estudioso peruano Víctor Vich chama nossa atenção para o fato de que sempre podemos reinventar novas formas de vida, assim:

El trabajo en cultura es, entonces, un trabajo enfocado y abocado hacia la construcción de una nueva hegemonía: es un trabajo para transformar las normas o habitus que nos constituyen como sujetos, para deslegitimar aquello que se presenta como natural (y sabemos histórico), y para revelar otras posibilidades de individuación y de vida comunitaria, (VICH, 2014, p. 19)

Referências

BARROS, José Marcio. Diversidade cultural e gestão da cultura. Revista Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 8, abr.-jul. 2009.

CALABRE, Lia. Estudos Acadêmicos Contemporâneos sobre Políticas Culturais no Brasil: Análises e tendência. PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, ano 4, n. 7, mar.-set. 2014.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais e Participação Social: Visadas históricas e futuros possíveis. In:

Anais do XIII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2017.

CALABRE, Lia. Reflexões sobre alguns desafios da gestão pública de cultura no Brasil: participação e organização sistêmica. In: MINC. Seminário Internacional Sistemas de Cultura: Política e gestão cultural descentralizada e participativa. Brasília: MINC; Rio de Janeiro: FCRB, 2016.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Uma opção radical e moderna: Democracia Cultural. In: Rubim, Albino (org.). Política Cultural e gestão democrática no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2017.

GARCIA-CANCLINI, Néstor (ed.). Políticas Culturales en América Latina. México: Editorial Grijalbo, 1987.

MOREIRA, Altair José; FARIA, Hamilton. Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município. In: FARIA, Hamilton; MOREIRA, Altair José; VERSOLATO, Fernanda. Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

MUSEU DA MARÉ -. http://www.museudamare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=54. Acesso em: 20/12/2018.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SAEZ, Guy. Gouvernance culturelle territoriale: les acteurs. In: SAEZ, G. (coord.) Institutions et vie culturelles. Paris: La documentation Française, 2004.

SANTOS, Boaventura Souza. Poderá o direito ser emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 65, p. 3-76, maio 2003.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005.

SEMPERE, Alfons M. A cidade como espaço privilegiado para os direitos culturais. Revista Ob-

servatório Itaú Cultural/OIC, São Paulo, n.11, p. 61-72, jan.-abr. 2011.

SEN, Amartya K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, José Roberto. Uma experiência de gestão participativa em patrimônio cultural no município de Itajaí – SC. In: RUBIM, Albino (org.). Política Cultural e gestão democrática no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2016.

SOUZA, Allan Rocha de. Os direitos culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

VICH, Víctor. Desculturalizar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

**Sistema Estadual de Cultura do RJ:
desafios da institucionalização de políticas públicas participativas
no campo cultural fluminense (2009-2019)¹**

**Sistema Estatal de Cultura de Río de Janeiro:
desafíos de la institucionalización de políticas públicas participativas
en el ámbito cultural (2009-2019)**

**State System of Culture of Rio de Janeiro:
challenges of the institutionalization of participatory public policies
in the cultural field (2009-2019)**

Simone Amorim²

Palavras-chave:

Política cultural
Instituições públicas
Rio de Janeiro
Plano Estadual
de Cultura

Resumo:

O trabalho analisa o processo de criação do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (2009-2019), destacando as contradições na implantação de políticas públicas participativas, diante dos limites de compromisso entre o poder público e a sociedade civil. Com o intuito de entender e dimensionar as dificuldades e os avanços obtidos, o artigo propõe uma análise empírica do caso fluminense fundamentado sobre o aporte teórico neoinstitucionalista. O artigo pretende contribuir para que administradores públicos possam observar erros e acertos dessa experiência em processos de gestão que envolvam a participação social e apresenta uma atualização do quadro geral das políticas de cultura no Rio de Janeiro, profundamente deterioradas pela crise institucional que afeta o estado desde 2016.

1 Texto recebido em 02/10/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019

2 Simone Rodrigues Amorim. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora pós-doc junto ao ISEG/Universidade de Lisboa, Portugal. Contato: xsimoneamorimx@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-0015-3774>

Resumen:

El trabajo analiza el proceso de creación del Sistema Estatal de Cultura de Río de Janeiro (2009-2019), destacando las contradicciones en la implantación de políticas públicas participativas, frente a los límites del compromiso entre el poder público y la sociedad civil. Con el fin de entender y dimensionar las dificultades y los avances obtenidos, el artículo propone un análisis empírico del caso Fluminense, fundamentado en el aporte teórico neoinstitucionalista. El artículo contribuye a que administradores públicos puedan observar errores y éxitos de esta experiencia en procesos de gestión que involucran la participación social y también se presenta una actualización del cuadro general de las políticas culturales en Río de Janeiro, profundamente deterioradas por la crisis institucional que afecta al estado desde 2016.

Palabras clave:

Política cultural
Instituciones públicas
Rio de Janeiro
Plano Estadual de Cultura

Keywords:

Cultural Policy
Public Institutions
Rio de Janeiro
State Culture Plan

Abstract:

The paper analyzes the process of creating the Rio de Janeiro's State System of Culture (2009-2019), highlighting the contradictions in the implementation of participatory public policies, facing the limits of commitment between public power and civil society. In order to understand and measure the difficulties and advances obtained, the article proposes an empirical analysis of the Fluminense case based on the neo-institutionalist theoretical contribution. The article intends to contribute so that public administrators can observe errors and successes of this experience in management processes that involve social participation and presents an update of the general framework of cultural policies in the state of Rio de Janeiro, deeply deteriorated by the institutional crisis that affects the state since 2016.

Sistema Estadual de Cultura do RJ: desafios da institucionalização de políticas públicas participativas no campo cultural fluminense (2009-2019)

Apresentação

A realização da I Conferência Nacional de Cultura, em 2005, inaugurou um diálogo inédito entre os governos federal, estaduais e municipais; e entre produtores, gestores, artistas e pesquisadores do campo cultural, por meio de novas formas institucionais estimuladas pelo Ministério da Cultura. Tendo como pano de fundo a proposta ambiciosa de construção participativa de um Sistema Nacional de Cultura, à semelhança do modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), novas políticas de financiamento, de gestão de equipamentos e de ampliação da participação popular na definição da agenda do setor possibilitaram a criação e o fortalecimento de espaços deliberativos mais plurais no campo da cultura brasileira.

Essa conjuntura favoreceu, por exemplo, a realização (inédita até 2005) de conferências de cultura e que fossem criados conselhos paritários entre o poder público e a sociedade, além de suscitar um debate sobre fundos de cultura e a criação de planos decenais. Essas ações, entre outras, permitiriam a negociação das prioridades no investimento dos recursos públicos, de modo que políticas de gabinete, pensadas 'para' e não 'com' a sociedade pudessem gradualmente deixar de ser a característica da pasta. Visões críticas analisam essa mudança (BOTELHO, 2001; RUBIM, 2008; CALABRE, 2009), protagonizada pelos órgãos da gestão pública, como a possibilidade de ruptura do histórico de descontinuidades e autoritarismos que

desde o período inaugural, na década de 1930, caracterizam as políticas culturais brasileiras.

Implementadas em quase todas as unidades federativas, no estado do Rio essas transformações começaram no final de 2009, quando pela primeira vez a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) propôs a construção de políticas participativas de longo prazo, por meio de um plano decenal sujeito a revisões periódicas, não restritas à classe artística e construídas em conjunto com todos os municípios do estado.

Esse processo, depois de uma ampla consulta pública (online e presencial), que envolveu a visita da SEC-RJ a todos os 92 municípios fluminenses, oito conferências regionais pelo estado e o envolvimento de mais de cinco mil participantes, acabou por consolidar a articulação que culminou com a criação do Sistema Estadual de Cultura, sancionado pelo governador após votação favorável da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), por meio da Lei 7.035, em 7 de julho de 2015.

Contudo, a despeito de um inédito empenho de mobilização para a participação social e da qualidade dos documentos aprovados, o processo é marcado também por desencontros e paralisações preocupantes, sobretudo após 2016, quando a implantação do Sistema foi estagnada. Diante disso, a questão que se coloca é em que medida a derrocada dos pressupostos participativos tem a capacidade de fazer ruir todo o edifício erigido no campo cultural, no estado fluminense, onde institucionalmente foi implementado um conjunto de ações de qualificação geral das condições organizacionais da cultura.

Apenas um ano depois de sua aprovação, o Sistema Estadual de Cul-

tura se viu ameaçado por retrocessos quando uma proposta de extinção da SEC-RJ foi encaminhada pelo Poder Executivo (sendo posteriormente revertida em favor da ampla mobilização da sociedade civil) e o compromisso com o fortalecimento de políticas democráticas, transparentes e plurais perdeu-se diante dos sucessivos desmontes institucionais sofridos pela pasta.

Em 2019, passados quatro anos desde a formalização dos mecanismos participativos estabelecidos pela Lei do Sistema Estadual de Cultura, propomos analisar as condições em que eles foram gestados para avaliar suas possibilidades de consolidação no deteriorado cenário político-institucional atual.

Nossa hipótese é que o grau de êxito na implantação de políticas públicas participativas depende de duas variáveis: a) os níveis de institucionalização e de organização (política e administrativa) do poder público; b) a qualidade das relações entre Estado e sociedade civil, em que fatores como compromisso político, transparência e legitimidade são fundamentais para garantir níveis de confiança necessários para a realimentação do processo. Por institucionalização, compreendemos o processo histórico-social de consolidação de estruturas e procedimentos regulares no interior do Estado capazes de garantir espaços formais estáveis para o desenvolvimento de ações e relações políticas aos diversos agentes que compõem o sistema político – grupos de interesse, eleitores, legisladores, gestores públicos, burocratas etc. (STEINMO, THELEN e LONGSTRETH, 1992).

Mesmo quando parecia aberto à participação social, o estado do Rio de Janeiro foi incapaz de fazer avançar políticas participativas na área da cultura porque atuou de forma contraditória, desinstitucionalizando a área logo após

enorme esforço de organizá-la. Na sequência, desativou essas políticas, reduzindo-as apenas ao cumprimento legal mínimo exigido pela Lei do Sistema. Esvaziadas politicamente em substância e legitimidade, as políticas culturais participativas deixaram de ser um compromisso da pasta, em sintonia com a retração da participação civil na administração pública ocorrida no Brasil a partir de 2016, e aprofundada ainda mais em 2019, com a extinção do Ministério da Cultura.

O artigo está dividido da seguinte maneira: primeiramente, situaremos as contradições geradas pela nova institucionalidade diante das estruturas anteriores mobilizando o debate teórico neoinstitucionalista para compreender como a sociedade civil, em sua atuação no interior das instituições do Estado, pode contribuir com possibilidades mais democráticas de condução de políticas públicas. Em seguida, nos dedicaremos à análise empírica do caso do estado do Rio de Janeiro, demarcando seus avanços e retrocessos. Apontaremos os percalços ocorridos durante a construção do Sistema e como eles representam problemas para a participação social detectados pela literatura. Finalmente, na última seção, avaliaremos o quadro de estagnação das políticas públicas participativas no estado. A análise foi construída a partir de um duplo local de fala, já que os autores foram coordenadores técnicos do Plano Estadual e dos Planos Setoriais de Cultura, e são também pesquisadores do tema. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com gestoras que atuaram na SEC-RJ na execução de políticas culturais³.

3 Entrevistas com Bárbara Otero, gestora da Coordenação de Políticas Culturais; e Remata Costa, coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas (SEB), em 15.10.2018.

Paradoxos da Participação, Limites da Ação Política

Respondendo aos compromissos assumidos pelo novo governo federal eleito em 2002, o Ministério da Cultura (MinC) foi capaz de aumentar os níveis de transparência e de participação da sociedade civil na construção de suas políticas culturais, um processo que teve início nas audiências realizadas em todo o país, por ocasião da discussão do Plano Nacional de Cultura e da reformulação da Lei Rouanet (CALABRE, 2014).

Induzidos politicamente pelo Ministério e seduzidos pela possibilidade de parcerias de financiamento com o governo federal, diversos estados e municípios brasileiros assumiram também o compromisso de incorporar as represadas demandas por mais participação social na formulação de políticas de cultura, em particular na construção de mecanismos institucionais de organização de longo prazo; de representação política; e de financiamento da área.

O processo de redemocratização de cunho neoliberal no Brasil evidenciou, sobretudo na segunda metade dos anos 1990, um conflito entre forças emergentes de mercado e uma incipiente sociedade civil, com as primeiras produzindo desigualdades econômicas a instaurar formas diferenciadas de participação. Se o regime democrático pôde garantir uma igualdade formal a priori, a atuação autônoma do mercado gerou desigualdades substantivas, instaurando um paradoxo no sistema: aqueles que mais necessitavam participar eram justamente os que menos recursos para isso possuíam – instrução e capital social, capacidade de mobilização e recursos econômicos (AVRITZER, 2008; 2012). O móvel da participação é uma exclusão anterior, mas, sem canais de vocalização suficientes e eficientes, não há

veículos que possam viabilizá-la. Esse paradoxo é particularmente acentuado na área cultural brasileira, marcada por forte assimetria política entre os setores artístico-culturais, histórico de omissão do poder público, ausência de políticas culturais e alta precariedade administrativa e institucional (MAGALHÃES, 1985; BOTELHO, 2000; DORIA, 2003).

A criação do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro foi um processo demarcado por sobressaltos, cujas contradições relativas encontram eco na literatura neoinstitucionalista sobre associativismo, que se dedica a compreender como o regime democrático pode ser aprimorado por meio da atuação da sociedade civil no interior das instituições do Estado. Argumentamos que fatores institucionais devem ser considerados na análise de políticas públicas, pois contribuem para modelar e definir interesses, preferências e objetivos dos agentes políticos (KRASNER, 1984). Instituições, porém, não operam de forma autônoma. Estão sujeitas a interferências das esferas da economia e da política, espaço onde a sociedade civil pode exercer influência considerável, modificando seu funcionamento e seus resultados.

Nos *trade-offs* entre sociedade civil e o Estado considerados no debate neoinstitucionalista, Jean Cohen e Andrew Arato oferecem uma perspectiva otimista (COHEN; ARATO, 1992). Para os autores, o fortalecimento da sociedade civil estruturaria novos níveis de pluralismo e ampliaria as demandas sociais existentes, em um fluxo constante de aprimoramento das condições dentro de um sistema democrático, expandindo como consequência o raio de atuação das instituições públicas. No Brasil, as políticas de participação social são em grande medida resultado desse processo de fortalecimento do associativismo e do pluralismo desde a redemocratização.

De fato, os autores vêem a sociedade civil como *locus* de experimentação social para o desenvolvimento de novos tipos de solidariedade e de relações de cooperação e de trabalho por meio de associações transclassistas (*Idem*, p.38). Nessa dinâmica, as organizações culturais desempenham papel especial, uma vez que “contribuem para uma consciência de cidadania e seu desenvolvimento amplia o espaço da cultura como elemento importante na construção ativa e consciente na solução de seus problemas” (CARVALHO, 2009, p.20).

Contudo, a sociedade civil encontra limitações impostas pelas instituições vigentes. O paradoxo que se coloca é que, estando ela própria inserida em um quadro institucional, as transformações formuladas no seio da sociedade civil encontram frequentemente balizamentos colocados pelas instituições, gerando, em muitos casos, uma reprodução daquele quadro institucional. Veremos que o estabelecimento de políticas de participação social pela SEC-RJ não encontrou propriamente impedimentos institucionais, mas uma resistência constante e crescente que culminou no fim desse experimento em 2019.

Preocupada com a insuficiência da teoria democrática tradicional em oferecer um modelo político capaz de estimular a cooperação e a igualdade social, pela ênfase que confere às liberdades individuais, Carol Gould (1988) ressalta a necessidade de encontrar formatos institucionais capazes de proteger e de ouvir a diversidade de interesses de minorias. Pela crítica do comportamento autointeressado dos indivíduos defendido pelo modelo neoliberal de associativismo, Gould, como também Benjamin Barber (1984) e Seyla Benhabib (2007) na teoria da democracia deliberativa, baseiam-se na concepção de política como processo. Isto é,

através de uma dinâmica de interação os indivíduos tendem a aprimorar seu comportamento político e a fortalecer a institucionalidade. Há, nesses autores, um entendimento da necessidade de abertura de espaços institucionais capazes de arejar o Estado com democracia, tanto mais fortalecida quanto mais for capaz de assegurar diversidade cultural ao sistema político. Se obrigatória a democratização das instituições, através de relações mais equânimes entre os indivíduos, está claro que essas mesmas instituições têm também o poder de conformá-los. O caso brasileiro é exemplar nesse sentido, em que as instituições são marcadas por ações verticalizadas, mais preocupadas em controlar a cultura do que em promovê-la (BARBALHO, 2007; RUBIM, 2007).

Contra esse ciclo vicioso, Gould afirma que a democratização extensiva das esferas econômica e política pode relativizar tanto premissas de mercado (e sua visão imediatista, voltada para o fim último do lucro), como de Estado (baseadas no controle burocrático e na centralização). Pela multiplicação de formas de expressão aparentes pelo processo associativo e pela organização de grupos sociais, a política deve se converter, então, de campo universalizante (quando entendido sob a ótica da estática institucional) em uma forma que abrigue e estimule transformações. A heterogeneidade dos gêneros de discurso deve ser afirmada como forma de manutenção e aprimoramento do regime (e de suas instituições). E nada mais próprio ao campo cultural do que a afirmação da diversidade.

O esforço normativo de Carol Gould, porém, esbarra na realidade concreta do estado do Rio de Janeiro, que suscita um conjunto de questões relativas à qualidade e à legitimidade da representação política. Um cenário como o fluminense, marcado por baixa institu-

cionalização, baixo capital social e falta de credibilidade das instituições, coloca ainda o problema da concentração de recursos pelos grupos melhor organizados.

Como demonstraremos, apesar do empenho relativo do governo do estado do Rio para melhorar as relações entre Estado e sociedade civil na área da cultura, algumas barreiras à institucionalização das políticas não foram superadas – desorganização política e administrativa, falta de compromisso integral, de transparência e de legitimidade – limitando o alcance das políticas participativas e sedimentando as bases atuais de estagnação.

Contradições e Avanços: o Caso Fluminense

A experiência de desenvolvimento do Sistema Estadual de Cultura no Rio de Janeiro enfrentou ao longo do processo problemas de transparência e de legitimidade que contribuíram negativamente na geração de confiança, reforçando de modo continuado a baixa qualidade da relação entre Estado e sociedade civil. Reforça esse argumento a verificação de contraditórias idas e vindas do processo que explicitam a falta de prioridade da própria pasta da cultura e a falta de unidade do governo do estado com o compromisso de institucionalização de um processo participativo no ciclo da política cultural fluminense.

A primeira demonstração de incoerência política pelo Estado foi a coexistência de processos paralelos e contraditórios sendo executados simultaneamente pelo Poder Executivo, gerando confusão e falta de entendimento da direção política da SEC-RJ. Em novembro de 2009, a Secretaria dá início ao processo de construção participativa do Plano Estadual de Cultura que, conforme designação do próprio órgão, “foi desenvolvido

com base no diálogo com gestores públicos dos 92 municípios do estado, representantes de entidades, agentes culturais, artistas, Comissão de Cultura da ALERJ e o MinC para apontar diretrizes e estratégias para as políticas públicas no estado do Rio de Janeiro”⁴.

Paralelamente, porém, o poder Executivo encaminha para a ALERJ o Projeto de Lei 1975/2009, que dispunha sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais (OS), mediante contrato de gestão. O PL é votado em regime de urgência pelo Legislativo fluminense e aprovado em menos de trinta dias após a entrada na pauta da casa⁵.

Não discutiremos aqui os ganhos e perdas relativos aos processos de privatização da gestão de equipamentos públicos, via estabelecimento de modalidades de transferência do poder de decisão sobre as estratégias de gestão de recursos públicos. Destacamos o fato de que entre 2009 e 2013 a SEC-RJ conseguiu aprovar aquela que ficou conhecida como a Lei das OS (Lei 5.498 de 07/07/2009), regulamentou o dispositivo legal por meio dos Decretos 4.256 de 2010 e 42.882 de 2011 e transferiu a gestão de parte significativa dos equipamentos culturais do estado para duas organizações até então desconhecidas no Rio de Janeiro.

Não questionamos a legitimidade do órgão gestor da cultura em pautar a

4 Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/consulta-publica/plano-estadual-de-cultura>. Acesso em: 30 out. 2018.

5 O PL entra na Ordem do Dia em 16 de junho de 2009 e é aprovado pela ALERJ em 8 de julho. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/c987f75b6d60576e83257552006c871b?OpenDocument>. Acesso em: 30 out. 2018.

política pública a partir da definição de sua agenda. Porém, entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo em que a SEC-RJ transferia a gestão de diversos equipamentos importantes, definindo seus objetivos, metas e o desenho institucional de atuação das OS; conclamava a sociedade a debater e construir uma política cultural pública participativa para os mesmos setores culturais cobertos pela atuação dessas organizações. A partir de abril de 2012, em meio a essa contradição no âmbito do futuro Sistema Estadual de Cultura, eram realizadas audiências e consultas públicas para definir diretrizes prioritárias que orientariam a construção de planos setoriais da cultura no estado.⁶

Esse tipo de atuação ratifica o que Maria Alice Rezende de Carvalho (1995, p. 4) chamou de “baixa legitimação da autoridade política do Estado”, que tem por consequência aprofundar as reservas por parte da sociedade civil em relação ao quadro político-institucional

cujo privatismo “congénito” estreitou excessivamente a dimensão da pólis, condenando praticamente toda a sociedade à condição de bárbaros. A expressão “cidade escassa” refere-se a essa dimensão residual da cidadania e, portanto, a sua parca competência para articular os apetites sociais à vida política organizada – isto que, no mundo das ideias políticas, caracterizaria a “cidade liberal-democrática”. (*Idem*, p.4)

É nessa cidade liberal-democrática, escassa para a maioria da população que nela vive, que os conflitos e dilemas em torno da institucionalização de novas

formas de participação da sociedade civil nos processos decisórios das políticas coexistem com os velhos vícios do poder estabelecido.

Um segundo fator que incidiu sobre a credibilidade do processo ocorreu por suspensões e lacunas no seu desenvolvimento. Durante os cinco anos (2010 a 2015) em que o Sistema e o Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro estiveram em fase de construção e de debates públicos, em dois deles (durante quase todo o ano de 2011 e entre 2014 e 2015) nenhuma ação com a sociedade civil foi realizada, por questões internas de descontinuidade na estrutura profissional do órgão estadual gestor de cultura (2011); e por conflitos político-eleitorais entre a SEC-RJ e a Casa Civil do governo do estado (2014-2015).

Esses intervalos acarretaram desmobilizações dos atores sociais envolvidos, além de uma perda substantiva nos esforços de cumprimento de uma metodologia que levasse ao objetivo original proposto. Como consequência, escutas para diagnóstico territorial tiveram que ser parcialmente refeitas em algumas audiências e reuniões em 2012, quando o processo foi retomado depois da primeira paralisação. Já na tramitação do Projeto de Lei 533/2015, que instituiria o Sistema Estadual de Cultura e seus componentes, também houve contradições que ajudam a compreender os dilemas da participação.

Após cerca de três anos (2010 a 2012) de escutas públicas e abertas que objetivavam a produção de um diagnóstico da cultura fluminense, e de um esforço particular de mobilização política pelo poder público em todas as regiões do estado, foi produzido um texto-base da Lei e do Plano Estadual de Cultura (PEC), que absorveu o núcleo das propostas apresentadas pela sociedade civil para a área.

⁶ Planos Setoriais de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/planos-setoriais>. Acesso em: 18 jan. 2015.

A minuta para consulta pública do PEC, apresentada e distribuída pela SEC-RJ em janeiro de 2013 para a segunda rodada de discussões, chamava a atenção por uma série de inovações que distinguiam o Plano de projetos de outros estados da federação e do Plano Nacional, fruto da capacidade de escuta e de incorporação de demandas próprias demonstrada pela SEC-RJ. Entre as novidades trazidas pela sociedade civil, destacavam-se o protagonismo juvenil na cultura, com reaproximação entre educação e cultura; a incorporação de diversas estratégias de valorização do interior; a imbricação entre cultura e formas sustentáveis de produção com uma diversidade de fontes de fomento para a área, que passaria a ser dotada de um fundo próprio sujeito ao controle por um comitê gestor com participação da sociedade civil; entre outros avanços.

Em 14 de dezembro de 2012 foi aberta nova etapa de consultas pela internet, em paralelo à realização de outras dez audiências presenciais abertas por todas as regiões do estado ao longo de 2013, como forma de garantir canais de escuta pelo poder público. Em dezembro de 2013, a versão consolidada pela SEC-RJ da Lei e do Plano Estadual de Cultura foi encaminhada oficialmente para a Casa Civil do governo (que já conhecia o teor do documento), onde permaneceu por um período de um ano e meio (2014 e boa parte de 2015), imobilizando o andamento dos trabalhos, esfriando as relações conquistadas pela Secretaria com a sociedade civil, prejudicando a transparência na condução do processo, com evidente prejuízo de credibilidade e da confiança pública que haviam sido conseguidas com grandes dificuldades. Importante ressaltar que o texto encaminhado para a Casa Civil já não contou com uma sistematização participativa das contribuições da sociedade civil, recebendo mais uma compilação dos técnicos da SEC-RJ

ou simplesmente o veto de algumas das demandas das consultas públicas pela secretária de cultura.

O exemplo é uma evidência da fraqueza política da pasta, sua falta de prestígio no interior do próprio governo, e os reduzidos acompanhamentos e pressões pela sociedade como fatores negativos na tentativa de promoção de maior institucionalização da Secretaria. A SEC-RJ chegou a ficar excluída, por exemplo, de um edital de fortalecimento dos Sistemas de Cultura, lançado pelo MinC em maio de 2014 apenas para estados que já os tivessem aprovados⁷.

O ano eleitoral de 2014 evidenciou uma disputa política no interior do governo do estado, motivando um conflito sobre o limite da renúncia fiscal para a cultura proposto na lei (Art. 24), que congelou definitivamente o diálogo da pasta com a sociedade civil. Inicialmente acordada com a Casa Civil em 0,5% da arrecadação do ICMS fluminense, o valor proposto foi reduzido pela Casa Civil para 0,4%, depois do texto parado há meses fora do controle da SEC-RJ. Isso fez com que o texto não fosse logo encaminhado para a tramitação na ALERJ. Ao longo de 2014, entre promessas de liberação pela Casa Civil e cobranças à SEC-RJ pelos setores que haviam prestado seu engajamento e energia política para o processo, o texto ficou paralisado à espera da definição dos resultados eleitorais.

A eleição do Luiz Fernando Pezão, candidato do governador Sérgio Cabral Filho, e a recomposição pós-eleitoral das forças políticas valorizaram a Secretaria

7 http://www.cultura.gov.br/inscricoes-abertas/-/asset_publisher/kQxYTMokF1Jk/content/sai-minca-edital-de-fortalecimento-do-snc/10883. Acesso em: 15 jan. 2016

de Estado de Esporte e Lazer, que incorporou 'Juventude' ao nome da pasta em janeiro de 2015, passando a ser comandada pelo filho do ex-governador, o neófito Marco Antônio Cabral. O imobilismo, a partir daí, se acentuou com a possibilidade do valor de 0,4% ser agora repartido entre as duas secretarias. Além disso, o processo de construção participativa esbarrou em limites que excediam a capacidade e a autonomia institucional da própria SEC-RJ em conduzir e resolver o processo que ela havia dado início. A crise econômica que se abateu sobre as finanças do estado só contribuiu para aumentar a disputa, congelar a política e, a essa altura, colocá-la em xeque perante a sociedade civil, que não teve conhecimento do casuísmo desses movimentos.

Infelizmente, o conflito foi desfeito por motivos menos nobres do que a pressão de uma sociedade civil atenta e atuante, mas por razões intragovernamentais. Um rumor de que o MinC lançaria novo edital, voltado ao fortalecimento de sistemas municipais de cultura – mas condicionando o financiamento de projetos à obrigatoriedade de que seus estados também tivessem sistemas aprovados – gerou grande pressão de prefeituras sobre a SEC-RJ. Mesmo sem confirmação oficial, a informação oficiosa foi importante para despertar a Casa Civil, num contexto de penúria fiscal, liberando o texto para a Assembleia Legislativa.

Sobre esse último ponto, cumpre destacar a importância que as instâncias sub-nacionais deram à expectativa de financiamento por parte do governo federal, como um dos fatores críticos de adesão ao Sistema Nacional de Cultura e acelerado esforço de criação das estruturas institucionais que compusessem os Sistemas municipais.

Na tramitação da lei, a ALERJ promoveu-a em regime de urgência, com

parca mobilização política pela sociedade civil e pouca participação das regiões do estado, aprovando a Lei Estadual de Cultura em 26 de junho de 2015, não sem que a base majoritária do próprio governo na Assembleia reduzisse para 0,25% o percentual do ICMS destinado ao fomento da cultura (ficando os outros 0,25% que comporiam o valor original de 0,5% destinados apenas para projetos esportivos). Os agentes de cultura estiveram alheios a esses movimentos e o suposto edital do MinC com cláusulas condicionantes aos estados da federação jamais foi publicado.

A conclusão do processo é exemplar no que diz respeito aos dilemas da participação da sociedade civil destacados pela teoria neoinstitucionalista. Sem instâncias formais de acompanhamento e pressão pelos grupos organizados e sem transparência sobre a natureza do conflito dentro do próprio governo, a sociedade civil, após ter sido encorajada a tomar posição e a contribuir para a formulação de uma política estadual de cultura, tomou conhecimento, a posteriori, de um rito de aprovação acelerado, sem tempo e sem condições para novo esforço de remobilização, depois de um ano e meio sem informações sobre o processo. O texto aprovado sofreu emendas consideradas positivas, que tornaram obrigatórios a descentralização de recursos para o interior do estado (art. 21, I) e investimentos em ações culturais para pessoas com deficiência (art. 21, III), por exemplo. A promoção de políticas de gênero, entretanto, foi suprimida do Plano Estadual de Cultura (Eixo 2, estratégia 2.1.2) por força da bancada cristã na ALERJ, que logrou ainda incluir entre os objetivos expressos do Sistema a promoção de manifestações religiosas (art.3, XI), pontos em que a organização da sociedade civil poderia ter feito significativa diferença.

Mesmo aprovando uma lei que pode ser considerada avançada e construída com a colaboração dos agentes da cultura, a SEC-RJ perdeu a oportunidade de fortalecer vínculos com a sociedade civil ao não ser capaz de integrá-la devidamente no momento decisivo. A despeito da perda de valores de renúncia fiscal ocorrida com a mudança do texto do artigo 24 aprovado, a condução final do processo determinou um prejuízo político de difícil mensuração, pois a falta de transparência incidiu tanto na confiança dos atores que se envolveram quanto na própria legitimidade da política. Um desgaste que incide sobre a continuidade de iniciativas que se proponham participativas e sobre sua capacidade de converter propostas oriundas da sociedade civil em ações de governo.

Apesar das disputas internas, de resto naturais à dinâmica política, o Estado precisa assegurar unidade e coerência de governo, do início ao fim do processo, quanto ao compromisso com políticas participativas, de modo a não expor suas fragilidades à sociedade. O discurso da participação cívica na produção e execução de políticas culturais envolve desafios que remetem a formas mais institucionais de conduzir a relação com os agentes da sociedade civil. Mais grave, porém, do que evidenciar suas contradições e tornar questionável seu compromisso político é o risco de não poder contar com a energia cívica e a contribuição dos movimentos sociais no futuro, retrocedendo novamente a patamares de um passado recente.

O que se presenciou na sequência da aprovação da Lei 7.035, regulamentada pelo Decreto 45.419/2015, foi um conjunto de esforços bastante frágeis frente à conjuntura política de crise que se instaurou no governo fluminense. De todas as instâncias previstas para a gestão do Sistema, bem como os mecanismos pla-

nejados para dar suporte a elas, apenas o Conselho Estadual de Cultura (hoje Conselho Estadual de Política Cultural) consolidou-se após a constituição do aparato normativo aprovado pelo legislativo fluminense. O fato de ter tido regulamentação imediata após a aprovação da lei permitiu que essa instância fosse rapidamente instalada e seus conselheiros eleitos e empossados. No entanto, como veremos a seguir, com limitada capacidade de influenciar a política cultural do órgão (a despeito de ter sido a instância institucional mais contundente no episódio de reversão da decisão de fechamento da SEC-RJ no início de 2017).

Importa salientar que a lei que instituiu o Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro (SIEC-RJ) previu como suas instâncias de gestão as seguintes institucionalidades: a Secretaria de Estado de Cultura como sua coordenadora; o Conselho Estadual de Política Cultural; Conselho Estadual de Tombamento; Conferências Estadual e Regionais de Cultura; Fóruns Setoriais e Regionais; Comissão de Cultura da ALERJ, órgãos públicos gestores e sistemas de cultura dos municípios fluminenses; Conselhos Municipais de Cultura; Conselhos Municipais de Proteção do Patrimônio Cultural e a Comissão de Intergestores Bipartite (que deveria ser composta de três representantes indicados pela SEC-RJ e dois pelo conjunto dos secretários e dirigentes municipais de cultura).

Além dessas instâncias, os instrumentos de gestão previstos a serem implementados e geridos por elas se apoiariam no tripé planejamento, financiamento e capacitação, por meio principalmente do Plano Estadual de Cultura. Além do PEC, a lei prevê o Programa Estadual de Fomento e Incentivo a Cultura, que dá indicativos do direcionamento dos fundos, fontes de financiamento, beneficiários, bem como modalidades de aplicação, prevendo um

limite máximo de 40% para o investimento dos recursos na capital; e o Programa de Formação e Qualificação Cultural, uma arrojada estratégia de capacitação dos agentes de cultura em todo o estado.

A despeito de todos os esforços implementados pelo governo do estado e o atendimento de participação da sociedade civil na construção desses importantes mecanismos institucionais, verifica-se atualmente um quadro de total estagnação e retrocesso das políticas culturais participativas no estado do Rio de Janeiro. Pior do que isso, os instrumentos de gestão que deveriam balizar a implementação de todas as ações da pasta foram abandonados e a SEC-RJ retornou às práticas anteriores ao ano de 2009.

Estagnação das Políticas Culturais Fluminenses

O desenvolvimento de um Sistema Estadual de Cultura, iniciado no final de 2009 com um entusiasmado chamamento à participação social pela secretária de Estado de Cultura, foi marcado por uma inconstância de priorização política, registrando momentos de completa paralisia. Essa dinâmica irregular de diálogo com a sociedade civil é uma marca presente em iniciativas que partem da SEC-RJ⁸ quanto à implantação de políticas participativas, o que corrobora a constatação de que é bastante incipiente a estrutura de participação social construída pelo Sistema Estadual de Cultura.

Depois da prejudicada mobilização da sociedade nos ritos de aprovação da lei que criou o Sistema Estadual de Cultura, em julho de 2015, o Decreto

45.419, que regulamentou o Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), seria publicado em outubro daquele ano. Em sua composição, o CEPC conta com 32 conselheiros, sendo dezesseis membros titulares e respectivos suplentes, representantes da sociedade civil: dez membros das regiões do estado eleitos nas Conferências Regionais de Cultura convocadas e organizadas pela SEC-RJ, mais seis membros representantes dos segmentos culturais (artes cênicas, artes visuais, audiovisual, música, literatura e cultura popular), eleitos virtualmente. Os outros dezesseis membros titulares e suplentes, representantes do poder público, são compostos por dois membros da Comissão de Cultura da ALERJ e outros quatorze representantes, indicados pelo governo estadual, dentre os quais, pelo menos um do poder público estadual, um representante do poder público municipal, um membro de instituição acadêmica e um de instituição de relevância cultural no estado do Rio de Janeiro. Todos indicados diretamente pelo poder público estadual, sem eleição.

Na sequência de sua publicação, em apenas 60 dias, foram realizadas 20 reuniões públicas para eleição dos novos conselheiros de política cultural (10 Conferências Regionais, antecedidas de 10 reuniões prévias às Conferências), abrangendo todas as 92 cidades do estado, onde foram eleitos os 16 membros representantes da sociedade civil. Nesse curto período teriam sido cumpridas etapas de: planejamento dos regulamentos da eleição; esclarecimento do processo, para que as pessoas pudessem efetivar sua participação; divulgação dos eventos; mobilização local (e virtual), para que se conhecessem os candidatos; organização logística e efetiva realização da eleição de conselheiros e suplentes.

O extinto Conselho Estadual de Cultura do RJ, criado em 4 de abril de

8 A partir de 2019 o órgão passa a se chamar Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC).

1975 pelo Decreto-Lei nº 58⁹, contava com 21 membros efetivos e 4 suplentes indicados entre pessoas de notável saber e experiência nos diversos campos da cultura, que eram nomeadas pelo governador do estado. Foram necessários 40 anos para que um componente participativo pudesse finalmente penetrar em uma estrutura redesenhada para influenciar a forma como as políticas públicas de cultura do estado do Rio de Janeiro passariam a ser pensadas no futuro. Seria mais que legítima a construção de um processo eleitoral elaborado em parceria mais estreita com a população e agentes culturais das 92 cidades fluminenses. Em vez disso, as 10 Conferências Regionais organizadas para esse fim sucederam-se umas às outras em eventos que reuniram pouco mais de mil pessoas em todo o estado.

O CEPC constitui a principal instância participativa prevista na estrutura geral do Sistema, e como tal desempenhou papel fundamental na resistência às sucessivas tentativas de esvaziamento das políticas de cultura fluminenses, desde a sua reestruturação. Além dele, outras duas instâncias foram fortalecidas nessa estratégia de arquitetura compartilhada: os Fóruns Regionais e os Fóruns Setoriais e Artístico-culturais, que são elementos integrantes do Sistema Estadual de Cultura. Juntamente com o CEPC, os Fóruns têm tentado dar continuidade ao modelo de diálogo iniciado no âmbito do Sistema, seja como espaço de interlocução com o governo na capital, seja na pressão para que os instrumentos construídos nas gestões anteriores se efetivem:

Nessa diretiva, foi regulamentada pelo Decreto nº 45.419, de 19 de

Outubro de 2015, [a] existência dos Fóruns de Cultura, tanto regionais como dos segmentos culturais, sendo a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC) responsável por articular os Fóruns setoriais e regionais de Cultura, junto ao Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC). Ressalta-se que os Fóruns são estabelecidos como instâncias de assessoramento e consulta do CEPC e tem como competência contribuir na construção de estratégias para a implementação das diretrizes da Política Estadual de Cultura¹⁰.

Além dessas instâncias, que avançam no propósito de consolidar um ambiente mais arrojado para a cultura, e criadas para serem referências norteadoras do novo perfil de políticas que o Sistema pretendia inaugurar, figuram o Plano Estadual de Cultura e os Planos Setoriais, com diretrizes de médio e longo prazo construídas a partir de um amplo processo de negociação com a sociedade civil. Ambos sofreram com a inconstância de priorização política. Durante os anos de 2017 e 2018, em virtude da articulação do CEPC e dos Fóruns, algum avanço foi registrado, especialmente no que se refere ao estabelecimento de metas a serem cumpridas em prol do desenvolvimento cultural do estado (criação de grupos de trabalho no interior do CEPC e discussões iniciais). Porém, não foram verificados avanços concretos na implementação de nenhuma ação. Tampouco encontram-se disponíveis informações atualizadas nos canais do órgão em relação à articulação das metas e programas dos instrumentos de gestão construídos

9 Um histórico do CEC pode ser consultado na página do órgão: <http://www.cultura.rj.gov.br/historico-conselho>. Acesso em: 18 maio 2019.

10 Blog do CEPC. Disponível em: <http://conselhoestadualculturarrj.blogspot.com/p/foruns-regionais-e-artistico-culturais.html>. Acessado em: 18 maio 2019.

entre 2009 e 2015. De fato, no âmbito do Sistema, depois de 2015, as únicas instâncias de gestão participativas regulamentadas foram o Conselho e os Fóruns e um único instrumento, o Fundo Estadual de Cultura. Já os planos participativos (estadual e setoriais), que mobilizaram milhares de pessoas ao longo de sua construção, ainda não se tornaram realidade. Alguns setores, como Livro e Leitura e Audiovisual, em virtude dos avanços nos debates anteriores a 2015, ainda evoluíram na articulação de parcerias e na realização de ações pontuais. No momento em que redigimos este artigo, no entanto, todos os planos setoriais encontram-se completamente abandonados em função das novas diretrizes na pasta.

O cenário registrado nesses quatro anos posteriores à criação da Lei do Sistema Estadual de Cultura é de retrocesso a patamares inimagináveis em 2009. A alternância de secretários da pasta, por exemplo, retrocede mais de 10 anos, quando cada gestão tinha pelos menos quatro secretários de Cultura. Na verdade, essa é uma realidade da pasta desde a sua criação, quando apenas os governos pós-fusão¹¹ (Floriano Faria Lima, de 1975 a 1979; e Antônio de Pádua Chagas Freitas, de 1979 a 1983) completaram a gestão com apenas um secretário do início ao fim do mandato. Entre o período de 2015 e 2019 quatro secretários ocuparam a titularidade da pasta, o que compromete seriamente a continuidade das políticas e acaba por produzir desconfiança no canal deliberativo que se pretendia construir, esvaziando a legitimidade desses espaços. Um

fato agravado pelo retorno da prática, outrora comum na SEC-RJ, de entregar sua titularidade a um aliado político do governador que não necessariamente tenha aproximação com o campo cultural, como moeda de troca eleitoral.

A crise econômica enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro desde meados de 2016, quando o governo decretou calamidade pública financeira, fez-se sentir duramente na estrutura funcional da SEC-RJ. A partir de então houve uma perda significativa no orçamento da pasta, encolhimento de 30% do quadro funcional de técnicos, contingenciamento de salários e reestruturação (leia-se esvaziamento) daquilo que havia sido o principal legado da gestão anterior iniciada em 2007. Referimo-nos à modernização da estrutura do órgão a partir da criação de superintendências e áreas direcionadas exclusivamente ao desenvolvimento de setores da cultura e das artes, até então tratados no conjunto de outras políticas, uma novidade à época. Sob esse quadro geral de esvaziamento completo, não é possível imaginar um horizonte em que a retomada de políticas de participação social e a opção pela cultura como fator de desenvolvimento voltem a ser prioridades do Estado.

Considerações Finais

Esse artigo, embora bastante crítico quanto aos desafios enfrentados no processo de institucionalização do Sistema Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, pretende registrar o potencial que os avanços conquistados até aqui podem significar em termos de renovação das estratégias adotadas pelos gestores públicos no campo cultural fluminense.

Uma das conquistas foi sem dúvida a maior diversidade de agentes que se comprometeram com a proposta, para

11 Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, oficial a partir de 1975, ano em que foi criado o órgão estadual de gestão da cultura (que aglutinava a pasta da educação, à época).

além da classe artística (grupos comunitários, usuários dos equipamentos de cultura, organizações não-governamentais da área, projetos sociais e pontos de cultura), demonstrando uma inflexão na forma como a própria cultura é entendida pelo Estado, não se limitando às artes e ao patrimônio simbólico, mas às formas de sociabilidades historicamente construídas no território. Outros ganhos de institucionalização se fazem observar, ainda que timidamente. O Sistema Estadual de Cultura estabeleceu bases legais que fortalecem o processo de institucionalização do poder público na área cultural, por meio de mais participação cívica na formulação, acompanhamento e controle das políticas. Sua efetividade, no entanto, enfrenta um paradoxo institucional, pois obriga que o Estado se reestruture segundo essa lógica permeável, tarefa que só poderá ser realizada na medida em que as pressões da sociedade civil se fizerem atendidas.

Nesse sentido, o Conselho Estadual de Política Cultural, reformulado para responder a exigências democráticas – eleito e regionalmente representativo, paritário, plural e deliberativo – passa a assumir papel central como instância de articulação e pressão da sociedade civil sobre o processo de fortalecimento da institucionalização do domínio da cultura no estado do Rio de Janeiro. A eleição direta ocorrida em dezembro de 2015 e em fevereiro de 2016, por meio de conferências regionais e eleição virtual, restitui e renova o órgão após um vazio institucional de quatro anos¹², depois de expirado

o mandato do último Conselho, de resto inexpressivo e sem legitimidade porque até então composto somente por membros indicados pelo poder público.

Também os editais de chamada pública foram incorporados pela SEC-RJ como prática regular de promoção cultural, muito embora o volume de recursos investidos em fomento pelo órgão ainda seja menor do que aquele distribuído por essa modalidade, portanto suscetível a voluntarismos, preferências pessoais e à continuidade da ‘política de balcão’. São contradições geradas por novas institucionalidades a conviver entre obsoletas formas de gestão pública. Administrativamente, entretanto, a SEC-RJ estabeleceu uma Coordenação de Políticas Culturais em 2015, voltada especificamente para a regulamentação e a implantação dos diversos instrumentos do Sistema (mas depois encerrada, em 2019), com destaque para a execução do Programa de Formação e Qualificação Cultural, que chegou a ter duas edições.

Por fim, o aumento da participação social foi relevante também para forçar a SEC-RJ a assumir sua vocação de ente estadual, isto é, a de trabalhar como integrador de políticas junto aos municípios fluminenses em articulação com o governo federal. Isso havia se materializado, em particular, com a terceira edição do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC), promovido pela SEC-RJ em 2014-2015, junto com o MinC e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), para estimular a criação de sistemas de cultura em municípios do estado. Ao fazer isso, a SEC-RJ assumiu o papel de dinamizadora de sistemas, sinalizando positivamente para a sociedade seu compromisso político com a institucionalização da área cultural em todo o estado e não somente de suas próprias estruturas.

12 Os conselheiros possuíam mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos pelo governador do estado por mais dois períodos. Os 25 conselheiros empossados em 17 de abril de 2007 (21 titulares e 4 suplentes) não foram reconduzidos, tendo em vista que a SEC-RJ já planejava uma alteração na estrutura do Conselho quando do término do mandato, em 2011.

Por outro lado, apesar desses avanços, não se pode deixar de registrar que o nível reduzido de organização dos grupos políticos e a baixa confiança no Estado pelos agentes da área cultural exerceram impacto negativo sobre a qualidade geral do processo de elaboração participativa do Sistema Estadual de Cultura, a despeito da promulgação de uma nova lei. A possibilidade de realização das políticas, malgrado a disposição do Estado, esbarra ainda na alta dependência das vontades pessoais de gestores, dado o baixo nível de institucionalização do poder público. Isso ficou patente com o encerramento das políticas setoriais em 2018, cujo processo foi negligenciado pela gestão subsequente à que deu início a esse conjunto de políticas participativas. As políticas setoriais ficaram então ao desejo particular de superintendentes continuá-las ou engavetá-las, com danos para a credibilidade da pasta perante os segmentos culturais que contribuíram no processo para assistirem novamente seus esforços frustrados, sem a devida entrega dos resultados anunciados. Este fator também contribuiu para a redução de confiança, que por sua vez contribui para enfraquecer a própria instituição. A indisposição de alguns gestores com políticas de participação social foi se tornando cada vez maior, na mesma medida em que a conjuntura nacional ia também se indispondo com formas mais democráticas de se fazer política. A indisposição inicial se converteu em negligência a partir de 2016 para se tornar abandono a partir de 2019. Sob o novo governo eleito em 2018, a Coordenação de Políticas Culturais foi encerrada e todas as informações relativas – legislação, registros oficiais, notícias dos eventos realizados com a sociedade e toda a documentação existente – foram excluídas em 31 de maio de 2019. Com a decisão de reformular totalmente seu site oficial, a Secretaria determinou assim o apaga-

mento de 10 anos de trabalho e o fim de toda memória institucional do processo, razão adicional para que estudos como este sejam produzidos e publicados. Neste sentido, o estado do Rio de Janeiro é um reflexo da conjuntura nacional de precaução contra a participação cidadã nas instituições do Estado e de retração democrática.

Este artigo buscou apresentar os percalços políticos de um processo desencadeado nos últimos dez anos no estado do Rio de Janeiro com a introdução do pressuposto participativo no campo das políticas públicas de cultura do estado. Contrapondo-se ao patrimonialismo de estruturas clientelistas arcaicas que historicamente ditaram o modus operandi do campo cultural, foi implementado um conjunto de ações que se pretendia transformador de uma realidade, mas que, passada uma década, configura-se como uma tentativa parcial de modernização que não conseguiu se realizar como estruturante de uma nova realidade.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Revista Opinião Pública*. Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, junho, 2008.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Revista Opinião Pública*. Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, novembro, 2012.
- BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Coleção Cult, v. 2. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e política cultural – 1976 – 1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BARBER, Benjamin R. *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. Berkeley: University of California Press, 1984.

BENHABIB, Seyla. Sobre um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: WERLE, Denilson Luiz; MELO, Rúrion Soares (orgs.) *Democracia Deliberativa*. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.47-79.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 15 (2), p. 73-83, abril/junho de 2001.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, Junho 2014, p. 137-156.

CARVALHO, Cristina Amélia. O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: *Políticas Culturais: reflexões e ações*, Observatório Itaú Cultural/Edições Casa de Rui Barbosa, São Paulo, 2009, p. 19-33.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade Escassa e Violência Urbana. *Série Estudos*. IUPERJ: Rio de Janeiro, n. 91, Agosto, 1995.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL. *Relatório de Formação do Conselho Estadual de Política Cultural: biênio 2016-2018*. Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/leiestadual/upload/Anexo5.pdf>. Acesso em: 18/05/ 2019.

DORIA, Carlos Alberto. *Os Federais da Cultura*. São Paulo: Biruta, 2003.

GOULD, Carol C. *Rethinking Democracy*. Freedom and social cooperation in politics, economy and society. Cambridge University Press: Nova Iorque, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Lei 7.035/2015 - Sistema Estadual de Cultura*

do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.cultura.rj.gov.br/editais/doceditais/lei_sistema_estadual_de_cultura_do_rj.pdf. Acesso em: 15/01/2016.

KRASNER, Stephen D. Approaches to the State: Alternative Conceptions and Historical Dynamics. *Comparative Politics*, v. 16, n. 2, p. 226-246, jan 1984.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, Nova Fronteira; Brasília: FNPM, 1985.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Coleção Cult, v. 2. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e Enfrentamentos. *INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, SP, v. 31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen;. LONGSTRETH, Frank (eds.). *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Metodologia participativa para elaboração de planos municipais de cultura: uma experiência aplicada¹

Metodología participativa para la elaboración de planes municipales de cultura: una experiencia aplicada

Participatory methodology for the elaboration of municipal culture plans: an applied experience

Luiz Augusto Fernandes Rodrigues²
Marcelo Silveira Correia³

Palavras-chave:

Plano municipal
de cultura

Gestão compartilhada

Metodologia
participativa para
planejamento cultural

Resumo:

Apresentação de metodologia participativa e integrada utilizada na elaboração de planos municipais de cultura. O trabalho relata experiência desenvolvida no estado do Rio de Janeiro, fruto de parceria técnica entre o Laboratório de Ações Culturais da Universidade Federal Fluminense (LABAC-UFF) e a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ), ação decorrente do programa PADEC – edição 2015. O artigo aponta parte do processo, breves relatos e reflexões sobre o tema.

1 Texto recebido em 07/10/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Luiz Augusto Fernandes Rodrigues. Doutor em História, pela UFF. Professor Titular do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Contato: luizaugustorodrigues@id.uff.br - <https://orcid.org/0000-0003-0583-9641>

3 Marcelo Silveira Correia. Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense, Brasil. Contato: marcelonetcorreia@hotmail.com

Resumen:

Presentación de metodología participativa e integrada utilizada en la elaboración de planes municipales de cultura. La experiencia de los informes de trabajo se desarrolló en el estado de Río de Janeiro, resultado de una asociación técnica entre el Laboratorio de Acciones Culturales de la Universidad Federal Fluminense (LABAC-UFF) y la Secretaría de Estado de Cultura de Río de Janeiro (SEC-RJ), una acción resultante del Programa PADEC – edición 2015. El artículo señala parte del proceso, breves informes y reflexiones sobre el tema.

Palabras clave:

Plan municipal de cultura

Gestión compartida

Metodología participativa para la planificación cultural

Keywords:

Municipal culture plan

Shared management

Participatory methodology for cultural planning

Abstract:

This article presents a participatory and integrated methodology used in the elaboration of municipal plans of culture. The work reports experience developed in the state of Rio de Janeiro, a result of a technical partnership between the Laboratory of Cultural Actions of the Federal Fluminense University (LABAC-UFF) and the State Secretariat of Culture of Rio de Janeiro (SEC-RJ), an action resulting of the PADEC Program – 2015 edition. The article points out part of the process, brief reports and reflections on the subject.

Metodologia participativa para elaboração de planos municipais de cultura: uma experiência aplicada

Apresentação

Trazer a experiência do processo participativo de construção de planos municipais de cultura é, além de apresentar a proposta metodológica, assumir um lugar de fala privilegiado, pois o que aqui é apresentado foi dito, pensado e construído através de relações dialógicas não subalternizadas. Poderiam alguns argumentar: mas a Universidade é um lugar de hegemonias. Sim, é fato, mas a metodologia proposta buscou minimizar tal impacto... Falaremos, aqui, de uma proposta que foi norteadora e não impositiva; não se tratou de uma consultoria para aplicação de metodologia fechada, pronta, e sim de uma possibilidade de aplicação que - entendemos - permitiria aos municípios a construção de processos participativos, democráticos e abrangentes para a formulação de suas políticas públicas de cultura.

A formulação desta proposta metodológica partiu da experiência junto ao bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, e foi formalizada através de parceria entre o Laboratório de Ações Culturais (LABAC-UFF) e a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC-RJ) para ação junto a municípios fluminenses através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC) – Edição 2015. Este Programa incluiu processo de formação de gestores culturais, dotação de infraestrutura para equipamentos culturais municipais e ações dinamizadoras para a elaboração de planos de cultura (experiência que será aqui relatada). Trinta e quatro (34) municípios fluminenses aderiram à ação de dinamização assinando Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado de Cultura

do RJ, de modo a receber apoio para construção e implementação do Plano Municipal de Cultura (PMC), através da presença de um agente dinamizador voltado a integrar poder público e sociedade civil. Foram ao todo selecionados oito “Dinamizadores”, que atenderiam a mais de um terço de municípios do estado que aderiram ao Programa. A ação de dinamização compreendeu, de maneira geral, a seguinte metodologia: 1. apresentar aos munícipes a ação de elaboração do PMC, através de procedimentos compartilhados entre agentes do governo e da sociedade civil; 2. criar um grupo de trabalho (GT) misto com a finalidade de compilar documentos e diretrizes, levantar mapeamentos e informações sobre os processos culturais locais etc.; 3. propor e discutir junto ao GT a aplicação de metodologia específica (que será detalhada mais a frente) para a definição de diretrizes e ações norteadoras do PMC; 4. apresentação à sociedade civil como um todo, assim como a agentes dos poderes executivo e legislativo os resultados preliminares, possibilitando/potencializando a futura aprovação do PMC como lei. Cabe destacar que o processo de dinamização buscou estimular que outras peças do Sistema Municipal de Cultura (SMC) fossem viabilizadas, em especial: a) implantação do conselho de política cultural (no caso de municípios que ainda não o tivesse), e b) criação de um sistema público de financiamento da cultura, com a implementação especialmente de um fundo municipal de cultura voltado a - sobretudo através de editais públicos - viabilizar ações constantes do PMC. Buscou-se assim, fortalecer a gestão pública de cultura sob parâmetros amplos, democráticos e participativos.

Este artigo se estrutura, inicialmente, de modo a discutir a noção de gestão cultural. Segue relatando parte das políticas públicas de cultura inauguradas com a gestão do Ministro Gilberto Gil que foram voltadas à fortalecer ações sistêmicas e participativas. O artigo segue apresentan-

do detalhadamente e de modo exemplificado a metodologia sugerida para a construção de planos municipais de cultura.

Gestão cultural: conceito norteador da ação

Começemos por discutir algumas noções sobre gestão cultural. Por *gestão cultural* adotou-se a proposição de Rodrigues e Castro (2017, p. 46) que a entendem como “campo próprio, articulando o conceito com noções como mediação e acesso aos bens culturais e de fomento às práticas culturais dos territórios”. Os autores já haviam proposto anteriormente (2015) uma forma particular de lidar com o universo da cultura; deixando a noção de gestão como universo administrativo. Assim, propõem

[...] retirar a ênfase do termo *gestão*, o que tenderia a ter a cultura vinculada a ações gerenciais e ao cumprimento de metas e objetivos que nem sempre são norteados por reais parâmetros de efetividade, e colocar mais foco no termo *cultura*, entendido aqui em suas dimensões estéticas sob bases que ultrapassam os códigos simbólicos mais hegemônicos, dimensões cidadãs construídas a partir do direito universal de ampla participação dos sujeitos e grupos na criação, fruição e planejamento de processos no campo da cultura e da arte, dimensões econômicas entendidas aqui muito mais pela ampliação do acesso aos bens da cultura humana do que às lógicas de produtividade e geração obrigatória de renda ou lucro.

O que nos parece mais adequado é que a utilização do termo **gestão cultural** pressuponha a **gestão de processos e mediações no campo cultural, com suas diferenças e negociações imanentes**. Assim, os gestores culturais, assim puramente nominados, seriam aqueles sujeitos norteados pelos firmes propósitos da Gestão Cultural.

Os demais seriam gestores institucionais, gestores governamentais de políticas culturais, gestores ou produtores de projetos culturais, produtores executivos (de projetos, de espaços...) etc. (RODRIGUES; CASTRO, 2015, s/p, grifos do documento original)

Por outro lado, diferentes autores vêm apontando a necessidade de se entender *política cultural* como esfera que ultrapassa a dimensão governamental. Dentre outros, destacamos a formulação inaugural de García Canclini (1987⁴, p. 26) que concebe as políticas culturais como “conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social”.

Sob tais pressupostos, busca-se fortalecer as dimensões participativa e cidadã, e inseri-las nas diversas possibilidades dos circuitos culturais e suas políticas.

Brunner (1985a) designa cultura como um conjunto de circuitos nos quais intervêm os agentes produtores (artistas e criadores), os meios de produção (entendidos pelas tecnologias disponíveis e utilizadas, os recursos econômicos e a propriedade dos meios de produção), formas comunicativas (divulgação dos bens culturais, agentes distribuidores e dispositivos de troca), públicos e instâncias organizativas (estas podendo ser ligadas ao setor público, privado e/ou comunitário); nas instâncias organizativas se encontram as agências financia-

4 Este texto, assim como outros do autor, ganhou uma publicação recente em português, que integra o livro *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* (N. García Canclini), organizado por Renata Rocha e Juan Brizuela e editado pela EDUFBA em 2019.

doras, produtores privados, órgãos públicos de controle e estímulo, escolas de formação etc. Ou seja, as reflexões de Brunner sobre os circuitos nos remetem ao sistema de produção cultural e suas etapas: produção/criação, distribuição, troca, uso/consumo (ou reconhecimento). (LIMA; RODRIGUES, 2014, p. 853)

Procura-se reforçar a necessidade de canais efetivos de participação como estratégia fundamental para se instituir políticas. Como apontado por Rodrigues (2009, pp. 83-91)

Participação e esfera pública são ideias inseparáveis. Fazem parte da própria concepção de política. É necessário refletir sobre esse termo. [...] Nosso desafio, hoje, é alcançar formas que, para além de preservar, democratizar e incentivar modos e práticas culturais diversificados, criem estratégias que reforcem o exercício público e político dos diversos atores sociais, a fim de que todos e cada um possam ser protagonistas de si mesmos. [...] Creio, firmemente, que nosso desafio é conseguir constituir redes diversificadas de agentes sociais. O próprio conceito de rede reforça a possibilidade de êxito de qualquer proposta: rede que se estabelece a partir do comprometimento e do envolvimento das mais diversas esferas. É esse trabalho de “varejo” que pode efetivamente construir novas possibilidades de caminhos conjuntos. Uma ação que se desdobra nos usuários mais diretos e neles com suas redes mais particularizadas, que, pouco a pouco, podem se agregar aos “fios” anteriores. Dessa nova trama serão irradiados novos fios (que a ela se unem) e assim sucessivamente, tal qual nós de uma rede que se vai tecendo. [...] O Brasil vivenciou durante muito tempo a falência de políticas sociais públicas inclusivas, ficando sob a ação sociocultural de organizações não governamentais. São mais de

cem mil ONGs e centenas de milhares de voluntários. Caminho que, sozinho, também não resolve. O aterrorizante “abismo social” que marca a sociedade brasileira tem mobilizado cada vez mais ações de segmentos os mais diversificados. Quando nos detemos nos índices de pobreza e de ausência de condições mínimas de vida, vemos um quadro no mínimo estarrecedor. Em face de tanta carência, não podemos pensar isoladamente na arte, na cultura, na educação, na sociabilidade, na exclusão social ou em outros tantos “nas”. Não podemos implementar ações isoladas. Trata-se de prover e garantir a própria cidadania. Cultura e cidadania seriam como que palavras de ordem.

Políticas de cultura e participação no Brasil hoje...

Ao observar o *Prefácio* para o livro de Ana Clarissa Fernandes de Souza (2015), constata-se a necessidade de se aprofundar os estudos das políticas culturais, destacando o foco analítico da autora ao refletir sobre a implementação de políticas culturais de cunho mais participativo, como aquelas propostas pelo Sistema Nacional de Cultura e pelos sistemas estaduais e municipais dele resultantes (ações ainda em processo de institucionalização e sistematização).

A proposição de políticas para a cultura e para sua melhor organização e fomento vem assumindo maior consistência e centralidade, e estamos vivendo um momento histórico, no qual podem ser constatadas algumas tentativas de ultrapassar a tônica mercadológica das políticas culturais dos anos 90 – “cultura é um bom negócio” – em prol de novas formas de construção de políticas para a cultura em formatos mais democratizantes e socialmente compartilhados. (RODRIGUES *apud* SOUZA, 2015, p. VII)

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi incluído, em 2012, na Constituição Federal de 1988 como Artigo 216-A. Posteriormente, passou-se a contar com o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (SIEC) – Lei 7035, sancionada em 7 de julho de 2015. Cabe agora aos municípios criarem suas leis municipais de cultura (alguns municípios do RJ já criaram suas leis).

Sistemas municipais integram, minimamente, o de nominado **CPF** da Cultura, isto é: **CONSELHO – PLANO – FUNDO**. Institucionalidades geridas por órgão gestor próprio do município (Secretaria ou Fundação de Cultura) em parceria e controle pela Sociedade Civil.

Buscando implementar o seu sistema de cultura, os municípios devem realizar Conferências de Cultura, momento no qual a sociedade como um todo discute e aponta diretrizes para a política cultural local. Momento propício, também, para a eleição de representantes da sociedade e da vida cultural do município para comporem o Conselho Municipal de Política Cultural (ou nome similar). Conselho e demais munícipes terão a incumbência também de participar da construção e acompanhamento do Plano Municipal de Cultura, que estabelecerá metas e diretrizes do curto ao longo prazo, prevendo ações de até 10 anos para sua devida implantação. Para garantir a implantação do Plano são necessários recursos financeiros, mobilizados através do Fundo Municipal de Cultura.

Complementarmente, os municípios devem se aliar a outras duas demandas do Sistema Nacional de Cultura: programa de formação na área cultural; sistema de indicadores e informações culturais.

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi incluído na Constituição Federal em 2010, através do Art. 215. Foi regulamen-

tado e detalhado na lei nº 12.343/2010 (estruturada em 5 Capítulos e Anexo com as Diretrizes, estratégias e ações. Contem 53 Metas. Já o Plano Estadual de Cultura do RJ é peça integrante da Lei do Sistema Estadual (Capítulo 2 desta lei), também integrado por Anexo estruturado em 6 eixos temáticos, que contemplam 15 diretrizes e um total de 66 estratégias. São documentos importantes e que devem dialogar com o **plano municipal**.

A criação dos planos municipais de cultura: proposta metodológica...

Os relatos a seguir apresentam a proposta metodológica desenvolvida para fomentar junto aos municípios fluminenses a implementação e construção de seus planos de cultura. Os planos são garantia de condução continuada das políticas e programas culturais locais, e permitem ao município acompanhar a realização de suas metas, e avaliá-las.

A proposição partiu do entendimento de que a metodologia elencada a seguir ajudaria ao município estabelecer demandas diversificadas e inclusivas, pensá-las em perspectivas temporais, propor maneiras de avaliação (quantitativa e qualitativa), buscar identificar parcerias (governamentais, institucionais e societárias), sobretudo dadas as dificuldades operacionais e financeiras de boa parte dos aparatos institucionais da política cultural municipal.

A proposta é que o PLANO trace metas e diretrizes que atendam à cadeia produtiva da cultura como um todo. Com isso, pode-se pensar sob a lógica de um circuito ou sistema de produção:

- . CRIAÇÃO / PRODUÇÃO;
- . DIVULGAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO;
- . ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS;
- . FRUIÇÃO, USO E CONSUMO DOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS.

Por exemplo, um CD musical para existir e ser apreciado precisa percorrer um conjunto de etapas:

- . Precisa que os artistas componham as canções e que o disco seja produzido;
- . Precisa estar disponível das lojas, ou em sites (assim por diante);
- . Precisa estar acessível aos ouvintes, seja através da compra ou de acesso gratuito ou subsidiado;
- . Precisa que as pessoas efetivamente se apropriem daquele bem; não basta comprar o CD e deixá-lo na estante. É preciso que ele seja fruído e apreciado.

Para auxiliar na construção do PLANO MUNICIPAL, propõe-se metodologia estruturada em quatro eixos, conforme a seguir.

EIXO 1: FRUIÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

(fomento às artes visuais, artes cênicas, música, audiovisual e literatura);

EIXO 2: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES

(fomento ao artesanato, reforço e/ou implementação de práticas e festejos populares –como Folias, Blocos de carnaval etc.);

EIXO 3: TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CONSTRUÍDO

(valorização, recuperação e preservação

dos ambientes afetivos locais e ações de atração turística a partir dos patrimônios e da memória);

EIXO 4: SOCIABILIDADE, COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

(ações que reforcem a coesão social e a interação entre as pessoas; formas de compartilhamento da gestão pública de cultura – por ex.: Conselhos, Conferências, Fundos de financiamento; ações de geração de renda e emprego e de circulação das produções culturais; etc.).

As propostas lançadas devem identificar os agentes protagonistas potenciais (executores e parceiros) de cada ação e planejá-las segundo perspectivas de curto, médio ou longo prazo. Como critério genérico para as **perspectivas temporais** propôs-se as seguintes temporalidades norteadoras para as ações: a) de **curto** prazo, 1 a 2 anos; b) de **médio** prazo, 3 a 6 anos; c) de **longo** prazo, 7 a 10 anos.

Outrossim, apontou-se a necessidade de se prever formas de **Avaliação** sobre a cumprimento das metas.

A seguir, sugestão de quadro de propostas.

EIXO:					
DESAFIO:					
Ações propostas	Tempo de implementação (curto, médio ou longo prazo)	Ciclo de frequência (único, anual, bienal, bianual etc.)	Possíveis parceiros	Resultados Esperados	Formas de AVALIAÇÃO dos resultados
1.1 ...					

Ação PADEC - edição 2015 junto a municípios do estado do Rio de Janeiro...

PADEC é um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios, desenvolvido a partir de parceria entre a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro com o Ministério da Cultura. Assenta-se em quatro linhas de apoio: 1) Qualificação da gestão pública da cultura; 2) Preservação do patrimônio material; 3) Fortalecimento da identidade cultural local; 4) Melhoria da infraestrutura para a cultura local. Para a edição de 2015, o PADEC-RJ ofereceu três linhas de ação aos municípios do estado:

- a) Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais (em sua segunda edição);
- b) Implantação e modernização de espaços culturais;
- c) Aplicação de Metodologia de Apoio para a organização dos Sistemas Municipais de Cultura.

Esta terceira linha de ação foi construída com apoio técnico do Laboratório de Ações Culturais da UFF. Incluiu a proposição da metodologia supracitada, estimulada junto aos municípios que conveniaram a ação PADEC, através de processo denominado de *Dinamização – Ação de Apoio aos Sistemas Municipais de Cultura*. Não se tratava de consultoria para confecção de planos municipais, e sim de buscar acionar e estimular o desenvolvimento dos planos de forma compartilhada entre executivo municipal da área da Cultura e representantes da sociedade civil.

Como exemplificação (bem sucinta e esquemática) sobre a possibilidade de se pensar o planejamento cultural local a partir das bases propostas, tomamos – não como forma modelar – possível exemplo para cada eixo. Importante ressaltar que as diretrizes traçadas em conferências municipais realizadas são a fonte principal para o processo,

que deve retornar para ampla apreciação por parte da sociedade civil como um todo.

Exemplo exploratório 1:

Segundo levantamentos para o município de **TANGUÁ**, pela Munic 2006⁵ o município não possuía teatro e já desenvolvera oficinas de formação teatral (apontando para uma vocação ou desejo local).

Pelo site Mapa de Cultura⁶, observa-se a permanência da inexistência de teatro, mas também que o município conta com anfiteatro ao ar livre (Espaço Cultural Observatório de Talentos).

Considerando como DESAFIO, dentro do eixo **FRUIÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL**, o fomento às artes cênicas, podemos então buscar elencar um conjunto de ações para enfrentar tal Desafio, levando-se em conta as fases do circuito ou sistema de produção cultural:

Criação / Produção:

- a.1) desenvolvimento de oficinas de teatro, de dança, de cenotécnica, de construção de cenários e figurinos etc.;
- a.2) workshops com grupos artísticos locais e externos;
- a.3) residências artísticas.

Distribuição e divulgação:

- b.1) concursos (esquetes, dramaturgia etc.) e festivais;
- b.2) editais para circulação de espetáculos;

5 MUNIC é um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2005, o Ministério da Cultura encomendou ao IBGE tal suplemento sobre a organização das bases culturais dos municípios brasileiros, cujos resultados ficaram conhecidos como Munic 2006.

6 Plataforma estadual de informações básicas sobre os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/>

b.3) construção de teatro.

Fases contempladas por indicações gerais: 1. Troca: deve-se estimular ações com acesso gratuito e oferta de financiamento através de editais (que de-

vem estimular que as montagens sejam produzidas no município, estimulando a economia local); 2. Fruição e uso: contrapartida através de projeto-escola, debates junto às apresentações etc.

EIXO 1: FRUIÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL					
DESAFIO: FOMENTO ÀS ARTES CÊNICAS					
Ações propostas	Tempo de implementação	Ciclo de frequência	Possíveis parceiros	Resultados Esperados	Formas de avaliação dos resultados
1.1 Oficinas de teatro e de dança	Curto prazo	Anual	- SM Educação (integração curricular); - grupos locais	4 oficinas semanais: a) teatro; b) dança; c) cenografia; d) figurino maquiagem	. relatórios dosicineiros; . acompanhamento dos egressos.
1.2 Workshops com grupos artísticos (locais e externos)	Curto prazo	Bienal	- MinC	3 workshops (1 a cada 6 meses): teatro, dança e circo	. lista de presença; . atratividade de grupos externos.
1.3 Residências artísticas	Médio prazo	Chamada anual (3 meses cada)	- FUNARTE; - Universidades	5 residências por ano e 5 apresentações públicas de resultados/ano	- demanda pelo programa; - grau de satisfação do público expectador; - reverberação em espetáculos
1.4 Concursos e festivais	Médio prazo	Bienal, sg. modalidades (dramaturgia; esquetes etc.)	- Escolas; - Agremiações e referências locais (júris)	Apresentações públicas de poesias e esquetes. Publicação de poesias e contos.	- públicos participantes - procura pelas publicações nas bibliotecas
1.5 Editais de circulação de espetáculos	Médio prazo	Bienal	- Municípios da região - SEC-RJ - FUNARTE	"x" espetáculos apresentados	- públicos - municípios envolvidos - grupos participantes e concorrentes
1.6 Construção de teatro	Longo prazo	Único	- SM Obras; - Empresas; - MinC e Min. Turismo	Teatro capaz de abrigar espetáculos cênicos e multimídias	- atratividade do equipamento - capacidade de absorção das produções locais

Exemplo exploratório 2:

Segundo levantamentos sobre o município de **CABO FRIO**, o I Fórum Municipal de Cultura (2009) elencou o fortalecimento do movimento de Cultura Negra como proposta.

Considerando como DESAFIO, dentro do eixo **MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES**, o fomento às expressões étnicas de matriz afrobrasileira, podemos então buscar elencar um conjunto de ações (todas presentes no referido documento) para enfrentar tal Desafio.

Levando em conta as fases do circuito ou sistema de produção cultural, temos: Criação / Produção:

a.1) apoiar oficinas comunitárias em territórios quilombolas e demais áreas do município, com temáticas focadas nas expressões culturais afrobrasileiras;

a.2) apoiar e estimular a ampliação das ações dos Quilombos, através de editais específicos (ou de eixo próprio no PROED – Programa de Editais)

Distribuição e divulgação:

b.1) apoiar com infraestrutura a promoção de feiras de produtos em eventos e festivais;

b.2) instituir Semana de Consciência Negra;

b.3) criar Festival da Diversidade Cultural;

b.4) criar Centro de Referência de Cultura Afrobrasileira.

Fases contempladas por indicações gerais: 1. Troca: deve-se estimular ações com acesso gratuito e oferta de fi-

nanciamento através de editais; 2. Fruição e uso: estimular debates a diversidade cultural e étnica nas escolas.

EIXO 2: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES					
DESAFIO: AMPLIAÇÃO DE AÇÕES DE CULTURA NEGRA					
Ações propostas	Tempo de implementação	Ciclo de frequência	Possíveis parceiros	Resultados Esperados	Formas de avaliação dos resultados
1.1 Oficinas de cultura afro	Curto prazo	Anual	- SM Educação (implementação da Lei 10.639); - mestres griôs	Oficinas semanais (a definir)	. relatórios dosicineiros; . quantificação das ofertas em eventos e feiras.
1.2 Editais para fomento das ações dos quilombos	Curto prazo	Bienal	- Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR).	Programa bienal de editais	. relatórios dos grupos apoiados; . avaliação da atratividade territorial gerada.
1.3 Promoção de Feiras de produtos	Curto prazo	Diversa	- Territórios quilombolas e outros grupos locais	Realização de feiras com participação de produtos de grupos afrobrasileiros	- procura pela participação em feiras
1.4 Implementação da Semana de Consciência Negra	Curto prazo	Anual	- escolas - quilombos - grupos diversos	Realização anual das Semanas	- envolvimento dos grupos locais com os eventos
1.5 Criação de Festival da Diversidade Cultural	Curto prazo	Anual	- escolas municipais - ONGs	Realização anual dos Festivais	- envolvimento dos grupos com a realização de festivais - capacidade geral de atratividade dos eventos
1.6 - Criação de Centro de Referência de Cultura Negra	Médio prazo	Único	- Ministério do Turismo - MinC	Criação do Centro	- relatórios de presença

Exemplo exploratório 3:

Segundo levantamentos da realidade e demandas do município de **ANGRA DOS REIS** apontadas na 8ª Conferência Municipal de Cultura (2013), destacou-se como DESAFIO, dentro do eixo **TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CONSTRUÍDO**, ações de preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural e ambiental. Levando em conta as fases do circuito ou sistema de produção cultural, temos: Criação / Produção:

a.1) desenvolver oficinas regulares de educação ambiental e patrimonial nas escolas públicas;

a.2) implementar editais para pesquisas históricas, e publicações;

a.3) realizar inventário do patrimônio arquitetônico (formal e afetivo);

a.4) ações de arqueologia.

Distribuição e divulgação:

b.1) contratação de técnicos em conservação, manutenção e restauração do patrimônio histórico;

b.2) implementar programa de visitas guiadas aos bens arquitetônicos e ambientais;

b.3) criação de arquivo público, abrigando também o acervo do Museu de Artes Sacras;

b.4) criação e fiscalização de leis de patrimônio (tombamento de sítios históricos, conjuntos arquitetônicos e paisagens culturais e naturais);

b.5) criação do Conselho de Patrimônio, com participação da sociedade civil;

b.6) criação de Escritório do Patrimônio Ambiental, localizado em Ilha Grande.

Fases contempladas por indicações gerais: 1. Troca: deve-se estimular ações com acesso gratuito e também subsidiadas por instituições localizadas em bens históricos; 2. Fruição e uso: estimular debates, visitas e publicações.

EIXO 3: TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CONSTRUÍDO					
DESAFIO: PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E AMBIENTAL					
Ações propostas	Tempo de implementação	Ciclo de frequência	Possíveis parceiros	Resultados Esperados	Formas de avaliação dos resultados
1.1 oficinas de educação ambiental e patrimonial	Curto prazo	Bianual	- SM Educação; - instituições locais	Oficinas semestrais	. relatórios dos professores; . programa de redações escolares
1.2 editais para pesquisas históricas, e publicações	Médio prazo	Bienal	- SEC-RJ	Editais implantados	- quantitativo de pesquisas realizadas e editadas
1.3 inventário patrimônio arquitetônico	Curto prazo	Único	universidades	Patrimônio inventariado	- bens inventariados
1.4 ações de arqueologia	Longo prazo	Diversas	- IPHAN	Sítios vitalizados	- ações desenvolvidas
1.5 contratação de técnicos (conservação, manutenção e restauração do patrimônio)	Curto prazo	Único		Técnicos contratados	- quantitativo contratado
1.6 visitas guiadas aos bens arquitetônicos e ambientais	Curto prazo	Mensal	- escolas públicas	Visitas regulares aos bens	- número de visitas realizadas
1.7 criação de arquivo público	Médio prazo	Único	- Museu de Artes Sacras	Arquivo Público	- quantitativo de visitaçao
1.8 criação de leis de patrimônio	Curto prazo	Único	- câmara de vereadores	Leis criadas e fiscalizadas	- preservação dos bens
1.9 criação do Conselho de Patrimônio	Médio prazo	Único	- câmara de vereadores	Conselho de Patrimônio (participativo)	- ações do Conselho
1.10 criação de Escritório do Patrimônio Ambiental	Longo prazo	Único	- IBAMA	Escritório em Ilha Grande	- ações do Escritório

Exemplo exploratório 4:

O eixo 4 - **SOCIABILIDADE, COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO SUSTENTÁVEL** – se estrutura em ações muitas vezes transversais aos outros eixos. A criação de Conselhos com

integrantes da sociedade, e ações de comunicação e interação entre governo e sociedade servem como ilustrações desta questão. Pensou-se, aqui, em uma breve frente de ação ligada ao município de **ARRIAL DO CABO**, a saber: fortalecer a institucionalidade e gestão participativa das políticas municipais de cultura.

EIXO 4: SOCIABILIDADE, COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO SUSTENTÁVEL					
DESAFIO: GESTÃO PARTICIPATIVA NA CULTURA					
Ações propostas	Tempo de implementação	Ciclo de frequência	Possíveis parceiros	Resultados Esperados	Formas de avaliação dos resultados
1.1 Realizar Conferências Municipais de Cultura	Curto prazo	Bienal	- Entidades e grupos locais - Escritório Regional do MinC	Conferências realizadas	Participação da sociedade e de representantes governamentais
1.2 Criar e implantar o Conselho Municipal de Política Cultural	Curto prazo	Único	- Entidades municipais - SM de Educ. - SM de Meio Ambiente - Câmara de Vereadores	Conselho instituído	Reuniões do Conselho; Participação dos munícipes
1.3 Instituir Fundo Municipal de Cultura	Curto prazo	Único	- SM de Finanças - Câmara de Vereadores	Fundo regulamentado e em desenvolvimento	Editais realizados e pagos

À guisa de conclusão...

O processo de dinamização junto aos municípios se revelou promissor.

Houve municípios que nunca tinham realizado conferência de cultura e cujos encontros de dinamização para alavancar o processo de construção do plano de

cultura se mostraram potentes inclusive para instituir redes locais. Havia municípios que já tinham plano de cultura formulado, mas que perceberam na metodologia proposta uma possibilidade de se alcançar formulações mais concretas e realizáveis no tempo. Houve proposta para estruturar *site* para acompanhamento das ações do Plano em permanente processo de avaliação pela sociedade civil. Enfim... processos potentes em várias perspectivas.

Por outro lado, alguns gestores governamentais perceberam a necessidade de se pensar o planejamento de modo processual e compartilhado, pois as dificuldades de “escutas” e “presença” são realmente grandes... (mesmo quando bem intencionados, gestores não são oniscientes nem onipresentes; portanto o compartilhamento deve ser uma ação imanente aos processos de planejamento).

Pelo viés da universidade, as articulações técnicas possibilitaram maior aderência entre formulações teóricas e práticas sociais, saindo – cada vez mais – dos muros às vezes encastelados da academia...

Entretanto não se pode deixar de ponderar certas dificuldades que os processos participativos e compartilhados enfrentam. Por um lado, a fraca qualificação para a *gestão cultural* de muitos gestores de políticas públicas. Por outro, tímidas (por vezes, cabe reforçar) condições de autonomia e protagonismo de muitos agentes da sociedade; tais realidades geram condições muito desiguais de participação, como já apontou Ana Clarissa de Souza (2016) ao analisar as condições de participação de determinados conselheiros de cultura representantes da sociedade civil nos embates travados em reuniões nas quais representantes do executivo ocupam lugares privilegiados de fala e atuação.

Referências

BRUNNER, José Joaquín. *La cultura como objeto de políticas*. Santiago de Chile: FLACSO, 1985. Programa n. 74, out. 1985a.

BRUNNER, José Joaquín. *A propósito de políticas culturales y democracia: un ejercicio formal*. Santiago de Chile: FLACSO, 1985. Programa n. 254, ago. 1985b.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: ____ (org.) *Políticas Culturales en América Latina*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

LIMA, Deborah Rebello; RODRIGUES, Luiz Augusto F. Ponto de cultura: novas tipologias de fomento a circuitos culturais – um exemplo brasileiro. *Colonialismos, Pós colonialismos e lusofonias* - Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais. Abril 2014, p. 852-859. Disponível em <http://estudosculturais.com/congressos/ivcongresso/wp-content/uploads/2014/04/atas-PT-final.pdf>. Acesso em 30 abril 2014.

RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELO, Maria Amélia [et al.] (org.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Uerj/Decult, 2009. p. 76-93

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; CASTRO, Flávia Lages de. *Cultura e ... Gestão Cultural*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; CASTRO, Flávia Lages de. *Gestores culturais: proposta de categorização – nuances etnográficas*. - Anais do XI RAM / Reunión de Antropología del Mercosur. Montevideo, 2015. s/p. [Ainda não disponível on line]

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; SILVEIRA, Marcelo S. Construção e gestão de políticas culturais compartilhadas. *Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. 14p.

SOUZA, Ana Clarissa F. de. *Democracia e compartilhamento da gestão pública de cultura: problematizando a participação social instrumentalizada do Sistema municipal de Cultura de Petrópolis-RJ*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Territorialidades. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2016.

SOUZA, Ana Clarissa F. de. *Sistema Nacional de Cultura e Gestão Compartilhada: um estudo sobre o processo de construção do Sistema Municipal de Cultura de São Gonçalo – RJ*. Rio de Janeiro – RJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015

Planos Municipais de Cultura na perspectiva democrática: A contribuição da UFBA na construção de uma Agenda Pública¹

Planes Municipales de Cultura en la perspectiva democrática: Contribución de la UFBA hacia la construcción de una Agenda Pública

Local Cultural Plans in a democratic perspective: Federal University of Bahia's contribution to the construction of a Public Agenda

Kátia Costa²
Luana Vilutis³
Ernani Coelho Neto⁴

Palavras-chave:

Planos municipais
de cultura

Universidade Federal
da Bahia

Sistema Nacional
de Cultura

Participação social

Gestão pública municipal
de cultura

Resumo:

Este artigo está inserido no contexto da institucionalização da política cultural brasileira proposta pelo Sistema Nacional de Cultura. Busca tecer considerações a respeito do alcance dos planos de cultura no fortalecimento da gestão pública municipal em uma perspectiva democrática. Para tanto, parte da experiência de assessoria e formação para elaboração de planos de cultura realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) entre os anos de 2011 e 2018. Após uma apresentação da metodologia adaptada pela Escola de Administração da UFBA, o artigo propõe uma reflexão acerca das potencialidades dessa experiência na construção de uma agenda pública de cultura com ampla participação social orientada pela valorização dos conselhos municipais de política cultural.

1 Texto recebido em 13/10/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. Contato: katiacosta.cult@gmail.com

3 Doutora pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Contato: luanavilutis@gmail.com

4 Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre e Bacharel em Administração pela UFBA. Contato: ecneto@ufba.br <https://orcid.org/0000-0002-5611-490X>

Resumen:

Este artículo se inserta en el contexto de la institucionalización de la política cultural brasileña propuesta por el Sistema Nacional de Cultura. Busca hacer consideraciones sobre el alcance de los planes de cultura en el fortalecimiento de la gestión pública municipal en una perspectiva democrática. Por lo tanto, parte de la experiencia de asesoramiento y capacitación para la elaboración de planes de cultura realizada por la Universidad Federal de Bahía (UFBA) entre 2011 y 2018. Luego de una presentación de la metodología adaptada por la Facultad de Administración de la UFBA, el artículo propone una reflexión sobre las potencialidades de esa experiencia en la construcción de una agenda pública de cultura con amplia participación social orientada por la valorización de los consejos municipales de política cultural.

Palabras clave:

Planes Municipales de Cultura

Universidad Federal de Bahía

Sistema Nacional de Cultura

Participación social

Gestión pública municipal de la cultura

Keywords:

Municipal culture plans

Federal University of Bahia

National Culture System

Social participation

Local public management of culture

Abstract:

This article concerns the process of institutionalization of the Brazilian cultural policy proposed by the National Culture System (NCS). It seeks to raise considerations regarding the scope of cultural plans in strengthening local public management from a democratic perspective, based on an experience of consulting and training for the elaboration of cultural plans carried out by the Federal University of Bahia (UFBA) between 2011 and 2018. After a presentation of the methodology fitted out by the Management School of UFBA, the article proposes a reflection on the potentials of this experience in the construction of a public agenda of cultural management with broad social participation and guided by the appreciation of municipal cultural policy councils.

Planos Municipais de Cultura na perspectiva democrática: A contribuição da UFBA na construção de uma Agenda Pública

Este artigo nasce da experiência da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no assessoramento e formação de órgãos públicos e conselhos municipais para a elaboração de planos de cultura. Em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), a Escola de Administração da UFBA realizou um projeto de extensão ao longo de mais de seis anos (de 2011 a 2018) envolvendo todas as regiões brasileiras. O Projeto MinC-UFBA deixou como legado um conjunto de materiais pedagógicos, vídeos, site, plataforma digital, equipes capacitadas em quatro estados e uma metodologia para elaboração de planos municipais de cultura sistematizada e amplamente difundida nos fóruns e instâncias de gestão pública e de participação social da área cultural.

Neste artigo procuramos apresentar essa metodologia para elaboração de planos municipais de cultura e refletir acerca de seus alcances e desafios no que diz respeito ao fortalecimento da gestão pública municipal de cultura em uma perspectiva democrática. Interessa abordar a contribuição da Universidade na construção de uma agenda pública de cultura envolvendo a participação da sociedade civil e dos conselhos municipais de política cultural. Para tanto, iniciaremos com uma breve contextualização do Projeto no âmbito das ações de implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) empreendidas pelo MinC para em seguida, apresentar a metodologia adaptada pela UFBA e, ao final, problematizar acerca do papel dos conselhos estaduais e municipais de cultura no processo de formulação e validação dos planos de cultura.

O contexto dos Planos Municipais de Cultura

Até recentemente, embora de maneira desigual e irregular, o Brasil vinha registrando um lento, porém constante, aprimoramento de suas estruturas de governança, formulação e gestão das políticas públicas. Tais aprimoramentos estavam em linha com um conjunto de mudanças do setor público que aconteceram em muitos lugares do mundo e que trouxeram à baila temas como a transparência, novas formas de participação popular nas escolhas governamentais, formulação de políticas públicas baseadas em evidências, processos de avaliação/monitoramento de resultados e consequências e, também, a gestão mais eficiente dos recursos públicos.

No campo específico das políticas culturais, as últimas duas décadas testemunharam um experimento em larga escala, liderado pelo Governo Federal, no sentido de transformar o ambiente que envolve a administração pública do setor. A justificativa central dessa agenda repousava no diagnóstico de que era preciso combater a fragilidade orçamentária, as escolhas arbitrárias, a falta de compromisso com o longo prazo, o casuísmo na destinação de recursos, a interferência dos interesses eleitorais, a pouca prioridade dada à questão dos direitos culturais⁵.

Uma das feições mais importante desse experimento de institucionalização da política cultural brasileira é o Sistema Nacional de Cultura. Aguiar (2019) acrescenta, ao tratar da relação entre o federalismo brasileiro e o SNC, que já na Constituição de 1988 ficou estabelecido parâmetros para iniciativas legislativas em

5 Para uma discussão sobre a evolução das políticas culturais no contexto do Brasil, ver Rubim (2007).

muitas áreas, inclusive a cultura, e as regras gerais para evitar contradições e conflitos entre os estatutos formulados pelos legisladores nos planos federal, estadual e municipal. Além dos aspectos já citados, a situação de interdependência resultante de um contexto legal dessa natureza também estimulava a busca de mecanismos para mediar a cooperação entre os diversos níveis de governo.

Assim, a partir de 2003, quando as primeiras ações concretas para sua constituição tomaram corpo, o SNC se converteu, num processo marcado por idas e vindas, no instrumento prioritário para lidar com o *deficit* de institucionalidade que caracterizava a administração pública da cultura, para articular esforços dos entes federados no setor e, como salienta Oliveira (2014, p. 148), para aumentar a visibilidade da temática dos direitos culturais:

Quanto mais desenvolvido for o aparato dos direitos culturais, mais conhecidos e determináveis serão esses direitos. Isso permitirá uma proteção judicial mais eficaz nos casos em que o poder público não cumprir seu papel mediante políticas públicas. É o que já ocorre com outros direitos sociais como, por exemplo, quando falta vaga para uma criança na escola pública ou uma medicação devida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em algum posto de saúde: o cidadão que ficou sem o atendimento público nessas áreas pode recorrer ao Judiciário para exercer seu direito subjetivo de ter sua demanda concretizada.

Uma imagem útil para se compreender melhor a função do SNC é a de uma *moldura*. Essa *moldura* funciona como um arranjo de incentivos, normativos e operacionais, para o aparato administrativo do setor da cultura, favorecendo certas condutas e modelos de ação e, ao mesmo tempo, desestimulando outros menos de-

sejáveis⁶. Um dos aspectos que a moldura do SNC procura estimular é a incorporação de uma visão e uma lógica de longo prazo na formulação e na gestão das políticas culturais. Para isso, o marco legal do SNC estabeleceu como tarefa prioritária a disseminação dos planos de cultura - e do consequente domínio da sua metodologia de elaboração entre os administradores públicos, conselheiros de políticas culturais e representantes da sociedade civil engajados na militância cultural.

A adoção dos planos de cultura entre os entes da federação se tornou mais comum a partir do começo da segunda década deste século com a elaboração do Plano Nacional de Cultura, instituído através da Lei 12.343 de 2010 e em resposta a um conjunto de iniciativas do Ministério da Cultura do Brasil (MinC) que, em parceria com universidades públicas do sistema federal de ensino superior, criaram as condições para a capacitação de estados e municípios na metodologia de planejamento adaptada ao setor da cultura. Um efeito prático e incontestável da colaboração entre o MinC e as universidades foi a consolidação de uma agenda pública que trouxe para o universo da gestão cultural as técnicas de planejamento já em uso em outros setores.

Na ocasião duas universidades lideraram o processo de transferência de conhecimento, técnicas e procedimentos de planejamento: a Universidade Federal da Bahia, que se concentrou na realidade dos municípios; a Universidade Federal da Santa Catarina, que tratou dos planos estaduais de cultura. Tanto no nível federal, como nos níveis estadual e municipal, o modelo de planejamento adotado cor-

⁶ Uma discussão ampliada sobre a noção de instituições e o contexto legal e operacional do SNC pode ser encontrada em Coelho Neto (2019).

respondeu a uma adaptação do formato de planejamento estratégico. Essa metodologia, bastante difundida no setor privado, também tem um extenso registro de aplicação no setor público e em diversas áreas da gestão governamental.

Ao analisar sua aplicação no contexto do setor público, Bryson e Edwards (2017) destacam que há uma variedade de abordagens de planejamento estratégico em uso. Algumas privilegiam o processo, incorporando uma visão tendencialmente incremental e a preocupação com administração dos interesses dos grupos relevantes, por exemplo. Em outros casos com um horizonte mais estreito, o peso recai sobre questões como as negociações, aspectos gerenciais da estratégia, o uso do planejamento como estrutura para a inovação. E, finalmente, há as abordagens orientadas para o conteúdo que envolvem tipicamente técnicas como a análise de portfólio e avaliação das forças competitivas.

Dada a diversidade de possibilidades e as peculiaridades do setor cultural, a metodologia de planejamento estratégico precisou ser adaptada e ajustada para o caso dos planos municipais de cultura (PMC) e para a realidade da administração pública no Brasil. Apesar da previsão constitucional da interação e interdependência entre todos os níveis de governo na gestão pública da cultura e da existência de um pacto que respeita a autonomia dos entes, o que temos historicamente no Brasil é um predomínio da instância federal na centralização do poder (CUNHA FILHO, 2000). O SNC propõe, assim, um conjunto de mecanismos de cooperação e articulação entre os diferentes níveis de governo para contribuir com a instituição de uma gestão descentralizada das políticas culturais. Os planos de cultura e os conselhos são alguns mecanismos do SNC com ênfase na participação social e na articulação dos diferentes componentes do Sistema e dos diferentes entes

federados, o que pode contribuir para o desenvolvimento de um ambiente democrático e republicano da gestão pública da cultura.

A seguir, tratamos do trabalho de organização e sistematização da metodologia para elaboração de planos municipais de cultura, realizado pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), a partir do acordo de cooperação técnica firmado em 2011 com o Ministério da Cultura, no âmbito do que foi denominado Projeto MinC-UFBA.

A metodologia de Planos Municipais de Cultura na perspectiva democrática

A metodologia adotada no decorrer do projeto MinC-UFBA nasce a partir de uma “concepção de participação aliada à cidadania e à democracia que compreende o sujeito político, seja ele individual ou coletivo, para além de seus direitos e deveres, mas como participante ativo no espaço público democrático”. (UFBA, 2012, p. 16) Dessa forma, entende os sujeitos como protagonistas de processos locais, considerando-os como parte interessada, seja como coparticipantes da sua formulação, seja como beneficiários diretos da ação pública.

A participação aqui é entendida como o princípio maior para a diversidade cultural, no qual é causa e efeito. Tratar políticas culturais na esfera democrática requer dentre outros fatores considerar as dinâmicas artísticas e culturais a partir do envolvimento de seus porta-vozes, fazedores e produtores, associando conhecimentos e práticas para construções a partir do diálogo entre o poder público e a sociedade.

A metodologia começou a ser desenvolvida em 2011, sendo revista e aprimorada a cada edição do Projeto para atender aos novos desafios apresentados, como

ganho de escala (ampliação dos municípios contemplados), composição do material pedagógico, formação de conselheiros públicos de cultura, sistematização e difusão da experiência, dentre outros. A proposta metodológica pauta-se em “um trabalho intenso de coadunar os princípios da participação social e de fortalecimento da diversidade cultural ao processo de formulação de políticas públicas de cultura, com estrita observância aos princípios da administração pública. (COSTA, 2017, p. 56)

Como pontos norteadores destacados pelas universidades envolvidas e pelo próprio MinC, a proposta metodológica para elaboração de planos de cultura considera as seguintes diretrizes e critérios:

a) uniformização da metodologia de construção de planos de cultura, de modo a atender estados e municípios, com enfoque participativo e contemplando a diversidade cultural;

b) valorização dos conselhos estaduais e municipais de cultura como protagonistas no processo de formulação e validação dos planos de cultura;

c) envolvimento de representante do poder legislativo no grupo de trabalho (GT) para construção do plano;

d) incentivo à constituição de GT interno nas secretarias dos municípios;

e) diagnóstico do estágio atual dos sistemas de informações / base de dados / indicadores culturais;

f) documentos básicos para consulta: plano diretor municipal, leis de cultura etc.;

g) respeito aos princípios de territorialidade, participação e setorialidade;

h) utilização da síntese das demandas levantadas nas conferências em torno dos cinco eixos do Plano Nacional de Cultura. (COSTA, 2017, p. 56)

A EAUFBA consolidou os aspectos essenciais do roteiro metodológico no *Guia de Orientação para a Construção de um Plano Municipal de Cultura: aspectos conceituais e operacionais* (EAUFBA,

2018). Esse documento apresenta de forma simples, clara e didática o processo de construção do plano de cultura organizado em quatro etapas.

A Etapa I, denominada COMO ESTAMOS? é composta dos tópicos Caracterização do Município, Diagnóstico, Desafios e Oportunidades. Essa etapa consiste no coração do plano, pois nela estão dispostas todas as informações sobre o município considerando a sua história, contexto, aspectos sociais, econômicos, político-institucionais, demográficos. Tem-se também o diagnóstico da realidade cultural das localidades, sendo este desmembrado em categorias de análise, como fragilidades e obstáculos, vocações e potencialidades, além da elaboração dos principais desafios e oportunidades a serem trilhados pelo município, como os principais pontos a serem analisados para a confecção do plano de cultura.

A Etapa II, denominada ONDE QUEREMOS CHEGAR? é composta dos tópicos Diretrizes e Prioridades, Objetivos Gerais e Específicos, Estratégias, Metas e Ações. Aqui busca-se traçar os eixos para o plano de cultura, estabelecer objetivos concretos, metas e ações possíveis de serem alcançados. Essa etapa pode ser denominada de “parte dura do plano”, ou seja, a concretização de desejos em propostas reais de serem realizadas pelo município, considerando a sua capacidade de gestão e orçamentária.

Na Etapa III, denominada COMO FAZER E QUANDO CHEGAREMOS LÁ?, estão reunidos os tópicos Prazos de Execução, Resultados e Impactos Esperados, Recursos e Mecanismos e Fontes de Financiamento. Essa é a fase da projeção orçamentária do plano, onde se busca definir os recursos necessários, com critérios claros para a sua execução, bem como identificar as fontes de financiamento e demonstrar claramente quais os resulta-

dos esperados e impactos pretendidos na realidade cultural local.

A Etapa IV, denominada COMO GERIR OS AVANÇOS? é composta pelos tópicos Indicadores de Monitoramento e Avaliação e Modelo de Gestão. Esta é a última fase de elaboração do plano de cultura e visa orientar a formulação de indicadores de monitoramento, além de sugerir uma proposta de modelo de gestão que pode sofrer adequações de acordo com o entendimento de cada ente federado, neste caso os municípios.

A questão da participação está sedimentada nas premissas e nos princípios que orientam a conduta dos atores e agentes envolvidos, como também são decorrentes de postulados constitucionais, de orientações do MinC e das boas práticas da gestão pública. (UFBA, 2012)

No caso dos planos de cultura foram estabelecidos quatro premissas e cinco princípios, que de forma integrada propõem que o processo seja lastreado pela observância à participação dos diferentes agentes e atores culturais do município, estabelecendo instâncias de diálogo, participação e negociação, reconhecendo as diferenças como ativos para o processo e não como obstáculos. Ainda, essas premissas e princípios preveem que a cultura seja entendida como parte das políticas de desenvolvimento territorial, tendo em vista um planejamento municipal integrado.

Esse conjunto de orientações visa sobretudo estabelecer um processo democrático, onde todos podem falar e ouvir, respeitando assim as características inerentes o campo da cultura: complexidade, contradição, diversidade e pluralidade. Aqui os diálogos se dão a partir das realidades culturais locais e de como a diversidade cultural se expressa para além das suas formas estéticas e ultrapassam os processos economicamente produtivos.

A metodologia compreende a flexibilidade necessária para que os municípios a concebam sem engessamento, ou seja, ela serve de orientação para a elaboração dos planos de cultura, porém é possível que se agreguem outros fatores ou outros aspectos que estejam vinculados com as realidades traduzidas no planejamento. Nesse sentido, compreende-se a cultura como um campo de divergências e de contraditórios, onde empreender um projeto político como o da diversidade cultural no planejamento público nada mais é do que aceitar o desafio imposto pelas diferenças, mas que, em contraposição, institui uma nova forma de enxergar o mundo a partir do diverso, abandonando por completo os processos homogêneos, afinal “o certo é que, como possibilidade ou como desafio, a diversidade precisa ser encarada como bem, patrimônio que nos oferece a experiência de pertencimento, e ainda como recurso, um capital social capaz de nos fazer viver juntos”. (COSTA; BARROS, 2016, p. 125)

O Projeto MinC-UFBA, em sua edição inicial, trouxe avanços em relação ao apoio e assessoramento técnico aos municípios brasileiros na construção de seus planos de cultura, revelando dentre outros fatores a importância de se ampliar o número de municípios beneficiados com a ação, para assim dar celeridade ao processo de institucionalidade pretendido pelo MinC. Outra contribuição foi demonstrar a importância de se ofertar um processo formativo que considerou a necessidade de capacitar as equipes locais para a implementação dos sistemas de cultura, com base no PMC, assim como incluir representantes da sociedade civil como atores fundamentais no processo, facilitando a apreensão e o aprimoramento de conhecimentos sobre as políticas e gestão cultural, com base no planejamento da cultura.

Esses foram os principais tópicos que fizeram com que o MinC e a EAUF-

BA executassem uma formação a distância para os planos de cultura entre 2014 e 2018⁷, dividida em duas edições que culminaram no atendimento a aproximadamente 1.000 municípios inscritos e 2.000 participantes inscritos, entre representantes do poder público e da sociedade civil.

A partir desse momento, os guias de orientação técnica se transformam em módulos com conteúdo teóricos e de planejamento. Os conteúdos foram divididos em Módulos Conceituais e de Planos Municipais de Cultura. Para essa nova realidade do projeto foram contratados professores conteudistas e tutores, técnicos em tecnologias da informação e um suporte pedagógico.

Os módulos básicos eram formados por seis apostilas: Introdução ao Ambiente da Formação (baseado no sistema *Moodle*, já adotado pela UFBA em seus cursos a distância); Cultura e Produção Simbólica; Políticas Públicas de Cultura; Planejamento Público; Sistema Nacional de Cultura; e Cultura e Desenvolvimento. O objetivo desses módulos foi o de promover maior

alinhamento conceitual sobre os principais temas que norteiam o campo da cultura.

Para tratar especificamente do tema Planos Municipais de Cultura, outros seis módulos foram elaborados com base na primeira edição do projeto, porém com um maior aprofundamento, sendo que o primeiro deles, Visão Geral, traçava considerações sobre os conteúdos da formação, sobre o roteiro do PMC e, especialmente, fez a introdução acerca dos conteúdos específicos para a elaboração dos planos municipais de cultura. Os demais foram: Análise da Situação Atual; Projeção do Futuro Desejado; Operacionalização do Futuro Desejado, Projeção de Prazos e Recursos; e, Monitoramento do Plano Municipal de Cultura.

A partir dessa estrutura e da avaliação dos conteúdos, as etapas de elaboração do plano passam de quatro para cinco, desmembrando alguns conteúdos que antes estavam consolidados em uma única etapa, como é o caso de Prazos e Recursos, conforme Figura 1:



Figura 1 – Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos Municipais de Cultura

Fonte: BRITTO, 2014, p. 30.

7 Para acesso à descrição completa do projeto, da metodologia e do processo do Projeto MinC-UFBA, ver Costa (2017).

Para a terceira edição do projeto - no formato de ensino a distância (EaD) - após avaliação da equipe, novamente os conteúdos foram revistos e, dessa vez, os conteúdos dos módulos conceituais passaram por uma revisão e foram condensados em quatro módulos, sendo que o Visão Geral passou a ser o primeiro a ser estudado pelos participantes da formação. Em seguida, têm-se os módulos Políticas Públicas de Cultura e Sistema Nacional de Cultura; Cultura, Diversidade e Desenvolvimento; e, Planejamento Público e Financiamento da Cultura. Para os conteúdos de planos, mantém-se a estrutura de módulos anterior, utilizada na 2ª edição do projeto (1ª formação EaD).

Com o objetivo de democratizar o acesso dos pesquisadores, agentes e atores culturais, em 2018, a Escola de Administração da UFBA produziu um sítio⁸ no qual estão disponíveis todos os conteúdos e materiais produzidos ao longo das três edições do projeto e o e-book *Planos Municipais de Cultura: Guia de Orientação* em formato digital, trazendo a metodologia em sua versão mais atual. Além disso, estão disponíveis para acesso público videoaulas, fotos e outros registros, como a plataforma de preenchimento de planos de cultura, na qual qualquer pessoa pode se cadastrar e fazer uso do instrumento para elaborar o plano de cultura da sua cidade. O que muda nessas duas edições em comparação à primeira que teve um caráter presencial? A metodologia foi totalmente revisada e aprimorada, de acordo com as avaliações realizadas no âmbito da gestão do projeto, havendo incorporação de ferramentas tecnológicas que dispunham para os participantes todos os conteúdos da formação, orientação pedagógica di-

ária e permanente, além da incorporação de outras universidades públicas no processo, como a Federal do Recôncavo da Bahia, a Federal de Santa Catarina, a Estadual de Minas Gerais e a Federal do Rio Grande do Sul.

A terceira edição marcou o compromisso e o trabalho integrado entre essas universidades, sendo um dos objetivos o de que elas se apropriassem da metodologia e fossem capazes de apoiar tecnicamente os municípios em seus estados e regiões. Ficou demonstrada a importância da atuação dessas universidades públicas em processos que vão além da pesquisa e da formação, mas também em temas que contribuem para a transformação da sociedade, associando, em uma única experiência, a formação, a capacitação técnica, a pesquisa, o assessoramento técnico, a extensão e a produção de conteúdo que se encontra totalmente a disposição para a sociedade.

O objetivo das edições EaD se configura a partir da formação em planejamento público de gestores e representantes da sociedade civil, com vistas a ampliar a compreensão sobre os Planos de Cultura. Assim, destacam-se como elemento fundamental nessas edições os fóruns de discussão teórica, nos quais participantes e tutores discutiam os conteúdos, realizaram tarefas programadas para a conclusão de cada etapa do processo de aprendizado e em paralelo preenchiam uma plataforma online, na qual os participantes, com base no conteúdo estudado e partir do roteiro metodológico, formulavam o plano de cultura de sua cidade, chegando ao final da formação com uma minuta preliminar do plano de cultura do seu município. Para Telechea e Hasenreiter (2018, p. 88) os procedimentos e técnicas que foram apresentados para a concepção do plano, seu monitoramento e sua gestão não possuíam caráter impositivo. Ao contrário, o tom normativo pro-

8 Disponível através do sítio <http://www.planosmunicipaisdecultura.ufba.br/>

cessual foi deliberadamente afastado e realçado o aspecto processual analítico, de maneira a incentivar que cada participante operasse o método na sua experiência prática, conforme o grau de aplicabilidade no respectivo município.

Extensão Universitária e construção de uma agenda pública

Na primeira edição do Projeto, executada entre 2011 e 2013 em formato presencial, a UFBA assessorou a elaboração de planos de cultura em 12 capitais e oito municípios de regiões metropolitanas selecionados pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura de Capitais e Cidades de Regiões Metropolitanas⁹. O trabalho da UFBA contou com a contratação e capacitação de equipes locais responsáveis pela pesquisa e sistematização de conteúdos, bem como pelo acompanhamento e orientação da elaboração dos planos municipais de cultura.

A assessoria orientada pela metodologia participativa de planejamento desenvolvida pela Escola de Administração contemplou iniciativas de naturezas diversas, tais como levantamento e pesquisa da situação institucional da política cultural no município; mobilização e integração de autoridades municipais (do executivo e legislativo) em torno da elaboração do plano; produção de guias e documentação orientadora e realização de três seminários nacionais de integração e alinhamento técnico com todas as equipes dos vinte municípios.

Já nas edições seguintes do Projeto MinC-UFBA, como vimos, o trabalho de formação ocorreu na modalidade

a distância e contou com uma equipe de professores conteudistas e tutores além do desenvolvimento do material pedagógico. Na segunda edição (2014 e 2015) a UFBA selecionou, contratou e formou 43 tutores para acompanhar e orientar a elaboração de planos municipais de cultura. A partir dessa experiência, foi possível replicar a metodologia e descentralizar sua execução, capacitando outras universidades para sua implementação. A terceira edição do Projeto MinC-UFBA, realizada entre 2016 e 2018, contou com equipes regionais situadas na Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul na formação para a elaboração de planos municipais de cultura. Para tanto, cada universidade contratou e capacitou tutores, difundindo a metodologia para outras regiões do país. Além da coordenação técnica, articulação institucional, avaliação e monitoramento pedagógico, a UFBA também contou com uma equipe de tutores, realizou o trabalho de orientação e supervisão de tutoria e a secretaria executiva do Projeto.

O caráter multidisciplinar das equipes envolvidas e a intersecção da cultura com a administração pública são aspectos que revelam alcances indiretos, porém relevantes e inovadores, deste Projeto de extensão universitária. Profissionais da área cultural, de comunicação e produção cultural foram formados pela Escola de Administração da UFBA para trabalhar com integrantes da gestão pública municipal, o que proporcionou um diálogo proveitoso e necessário entre dois campos profissionais e do conhecimento que usualmente apresentam uma interação insuficiente.

Acreditamos que o percurso traçado por essa experiência de apoio e formação para a elaboração de planos municipais de cultura, ancorada em uma metodologia que permite aos municípios adequações coerentes com as suas realidades culturais e de planejamento, deixa-

9 Uma descrição e análise dessa edição do Projeto MinC-UFBA pode ser encontrada em Vilutis (2012).

ram como legado alguns pontos que merecem atenção, tais como:

a) o reconhecimento das realidades culturais como premissa para a relevância de se desenvolver métodos de planejamento que considerem os diferentes sentidos expressos pela cultura de um lugar;

b) a importância de processos presenciais e a distância como aspectos complementares para imprimir novas relações de aprendizado, destacando modos de interação inovadoras tão imprescindíveis no mundo contemporâneo, além do uso das tecnologias da informação como instrumentos de aproximação entre os participantes; e,

c) o envolvimento entre as universidades e o próprio Estado num processo que se debruça sobre o planejamento público da cultura, considerando, dentre outros fatores, as dinâmicas culturais locais e sua diversidade cultural, associado à importância do planejamento público para o desenvolvimento cultural, econômico e humano dessas localidades.

A execução da metodologia prevê a instituição de uma instância local de governança do processo de elaboração do plano de cultura¹⁰. A orientação da UFBA para a composição e atribuições dessa instância é que ela seja o espaço de trabalho, pesquisa, discussão e formulação dos planos, com pessoas responsáveis por articular agentes culturais diversos. Na prática, esse núcleo executivo gestor do PMC envolve membros do órgão público de cultura, conselheiros de cultura e representantes da sociedade civil e de outras secretarias da Prefeitura que possuam interface com a cultura.

10 A nomeação dessa instância varia entre os municípios, mais conhecida como Núcleo Executivo Gestor do PMC, em algumas localidades ela foi chamada de Comissão ou de Fórum. O importante é que seja uma instância legalmente instituída com sua composição e atribuições formalizadas por decreto.

A responsabilidade pela elaboração do plano municipal de cultura é do órgão gestor de cultura, protagonista de sua execução. Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural acompanhar e participar ativamente desse processo, além de ser o grande responsável pela validação do documento antes de seu encaminhamento para a aprovação da Câmara de Vereadores. Na ausência de um conselho de cultura no município, é recomendável que essas responsabilidades sejam assumidas pelo núcleo executivo gestor do plano e que este se capacite para também liderar o processo de instituição do próprio conselho.

A escolha dos municípios para receberem a assessoria e a formação para a elaboração de planos de cultura levou em consideração sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura e o estágio de constituição de seus mecanismos: Conferência, Conselho, Fundo, dentre outros. Consideramos o plano de cultura a espinha dorsal do Sistema, um elemento organizador e impulsionador do conjunto de seus demais mecanismos. Para que o Sistema represente o avanço necessário à institucionalização da política cultural do Estado brasileiro e traga inovações ao campo da gestão pública da cultura, é fundamental haver uma intensa articulação e sinergia entre seus componentes. Dos cinco mecanismos obrigatórios do SNC, destacamos o Conselho de Política Cultural e as conferências de cultura como os principais espaços de exercício do direito à participação na vida cultural. O plano de cultura organiza a ligação entre os diversos mecanismos do Sistema, é o elemento que estimula a sinergia do conjunto e a complementaridade dos entes federados.

A experiência de implementação da metodologia aqui descrita revelou que a elaboração de planos de cultura é uma práxis eminentemente pedagógica, com

todo o caráter político nela intrinsecamente embutida. É um processo formativo de gestores públicos e conselheiros de cultura que passam a refletir criticamente sobre a realidade cultural de seu município, sobre suas vocações e potencialidades, a respeito dos alcances, limites e fragilidades existentes na institucionalidade da cultura e os caminhos para sua transformação.

É nesse processo que os conselhos de políticas culturais são pautados e seu papel político é reforçado. Se o conselho de cultura é embrionário no município, a elaboração do plano de cultura pode contribuir para a construção de uma pauta de trabalho organizadora da atuação do órgão. Conforme o conselho está mais fortalecido, o plano de cultura funciona como um instrumento em torno do qual a agenda pública da cultura é constituída, reivindicada e muitas vezes executada. A relação entre o plano e o conselho de cultura é estratégica e opera de mão dupla: ao mesmo tempo em que o plano de cultura contribui para orientar o trabalho dos conselheiros e pautar a agenda pública, é esse o órgão responsável por participar de sua formulação e validar o documento, além de monitorar sua execução e participar de sua gestão.

Casos como o de São Caetano do Sul/SP¹¹ e de Belo Horizonte/MG são expressivos dessa sinergia, como podemos ver no relato da experiência mineira (OLIVEIRA JUNIOR, 2019, p. 228).

Até a aprovação da primeira versão do Plano Municipal de Cultura [de Belo Horizonte/MG] foram realizadas, entre 2005 e 2015, quatro conferên-

cias municipais de cultura e diversos outros encontros, reuniões públicas e reuniões deliberativas, seminários e consultas públicas. Mas foi com a criação do Conselho Municipal de Política Cultural, em 2008, e o início efetivo dos seus trabalhos, quatro anos após, que governo e sociedade civil chegaram a um acordo do que seria o primeiro documento orientativo para as políticas públicas de cultura na cidade.

A efetiva participação de conselheiros de cultura no processo de elaboração de planos municipais contribui não só para o alcance e efetividade do plano, como também para o fortalecimento do próprio conselho. A ausência de um conselho de política cultural no município pode até não enfraquecer a participação social no processo de elaboração do plano, haja visto que existem as conferências de cultura e o núcleo executivo gestor, mas seguramente dificulta sua aprovação junto ao legislativo e compromete sua execução, como ocorreu no caso de São Paulo/SP relatado por Córdula e Corá (2019).

Como visto no início deste texto, temos a promoção da participação social e a diversidade cultural dentre as diretrizes consideradas fundamentais para o desenvolvimento da proposta metodológica aqui apresentada. A valorização dos conselhos municipais de cultura como protagonistas no processo de formulação e validação dos planos de cultura é um aspecto que não somente legitima e confere transparência ao processo de redação do plano, como também contribui para que o plano não seja apenas um documento e se torne um instrumento orientador da política cultural, uma ferramenta para o fortalecimento institucional da gestão pública da cultura. O conselho contribui para que o plano se configure como uma práxis social em constante processo de consulta, revisão e aprimoramento.

11 Para conhecer a experiência de elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Caetano do Sul/SP, veja Sampaio e Azevedo (2019).

Processo em construção

Sem desprezar a necessidade de revisões e aperfeiçoamentos, essa produção coletiva de conhecimento, fruto de seis anos de intenso trabalho, não deveria ser interrompida, pois, assim como outras ações empreendidas pelo Ministério da Cultura entre 2003 e 2013, desse esforço resultaram ações estruturantes para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura. Isto se mostra relevante, haja vista que o Brasil é um país de uma ampla extensão territorial, contextos e realidades distintas e que há uma necessidade ímpar de tornar esses processos cada vez mais fortes.

Por outro lado, ações como essa, que dialogam com as localidades e traçam processos que validam e alicerçam a construção democrática, infelizmente passam a ser vistos como ameaças aos projetos conservadores e totalitários. Não é à toa que o legado do MinC e de seus projetos de valorização da diversidade cultural e fortalecimento dos processos democráticos estejam sendo tratados atualmente pelo governo brasileiro com total desinteresse.

Por fim, vale trazer ao texto uma frase de Oscar Niemeyer, utilizada como slogan da primeira edição do projeto: “É preciso sonhar senão as coisas não acontecem”.

Sonhamos e começamos a perceber que era possível tornar a cultura um campo potencial para o desenvolvimento humano, social, político e econômico, por isso a disseminação dessas ações são, acima de tudo, um ato de resistência a tudo que estamos vivendo hoje no Brasil. A participação e a diversidade cultural, quando associadas a um projeto de Estado, são capazes de promover a democracia cultural.

Referências

AGUIAR, Mariana de Araújo. *A efetividade das Políticas Culturais para o Desenvolvimento: arranjos institucionais, capacidades estatais e impactos da Política Cultura Viva*. (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/mestrado/2019/mariana_de_araujo_aguiar_f2c27.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

ARAUJO, Anarda Pinheiro; MARTINS, Natália Luiza Alves; CÂNDIDO, Nathalie Carvalho; OSÓRIO, Lícia Maria Teixeira. *Sistema Nacional de Cultura (SNC): um reflexo da estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)?* Salvador: VI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (FACOM-UFBA), 2010.

BARBALHO, Alexandre. *Sistema Nacional de Cultura: Campo, Saber e Poder*. Fortaleza: EdUECE, 2019.

BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JUNIOR, José. Por uma cultura do público: planos de cultura e diversidade cultural. In: BARROS, José Barros; COSTA, Kátia (orgs.). *Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2019. p. 17-30.

BRASIL, Ministério da Cultura. *Análise e avaliação das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC)*. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/12/PNC_final-31-12-18-1.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

BRITO, Neuza Hafner. *Planos Municipais de Cultura – Visão Geral*. Disponível em: http://www.planosmunicipaisdecultura.ufba.br/sites/planos-municipaisdecultura.ufba.br/files/7_modulo_elaboracao_do_plano_-_visao_geral.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRYSON, John; EDWARDS, Lauren Hamilton. *Strategic Planning in the Public Sector*. Oxford Research Encyclopedia of Business and Management. Maio 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/business/view/10.1093/acrefore/9780190224851.001.0001/acrefore-9780190224851-e-128?print=pdf>. Acesso em 12 out. 2019.

COELHO NETO, Ernani. Por que jogar esse jogo? In: BARROS, José Barros; COSTA, Kátia

(orgs.). *Planos municipais de cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p. 31-47.

CÓRDULA, Américo; CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Participação social na elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Paulo/SP. In: BARROS, José Barros; COSTA, Kátia (orgs.). *Planos municipais de cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p. 239-265.

COSTA, Kátia Maria de Souza e BARROS, José Márcio Pinto de Moura. Diversidade Cultural e Participação Social na Construção de Planos Municipais de Cultura. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2608>. Acesso em: 10 out. 2019.

COSTA, Kátia Maria de Souza. *A Diversidade Cultural no Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura*. (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos Culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

EAUFBA. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Guia de Orientação para construção de Plano Municipal de Cultura. 1ª edição do Projeto MinC-UFBA. Salvador, janeiro de 2012. Disponível em: www.planosmunicipaisdecultura.ufba.br. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, José. Desafios do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte/MG: por uma política cultural de interesse público. In: BARROS, José Barros; COSTA, Kátia (orgs.). *Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2019. p. 217-238.

OLIVEIRA, Danilo Júnior de. *Direitos Culturais e Políticas Públicas: os marcos normativos do Sistema Nacional de Cultura*. (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Planos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

SAMPAIO, Adriana; AZEVEDO, Sérgio de. Plano Municipal de Cultura de São Caetano do Sul/SP, 2012-2018: processo de elaboração, aprovação e reflexão crítica. In: BARROS, José Barros; COSTA, Kátia (orgs.). *Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2019. p. 181-202.

TELLECHEA, Justina; HASTENREITER FILHO, Horacio Nelson. O uso de tecnologias de ensino a distância na formação para a elaboração de Planos Municipais de Cultura (PMC). In: BARROS, José Barros; COSTA, Kátia (orgs.). *Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2019. p. 81-99.

VILUTIS, Luana. Planos Municipais de Cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 135-150, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6751/4826>. Acesso em: 13 out. 2019.

A implantação dos planos de cultura no estado e na cidade de São Paulo: histórico, construção e desafios¹

La implementación de planos de cultura en el estado y la ciudad de São Paulo: historia, construcción y desafíos

The cultural plans implementation in the state and city of São Paulo: history, construction and challenges

Inti Anny Queiroz²

Palavras-chave:

Plano de cultura

Cidades

Orçamento

Resumo:

Os processos de implantação dos planos de cultura nos entes federados são parte relevante da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, que depende dos mesmos para compor a descentralização territorial, a diversidade e a lógica de subsidiaridade da proposta. Neste artigo apresentamos um panorama detalhado dessa construção no estado e município de São Paulo com vistas a demonstrar dois processos diferentes que ocorreram na mesma região do país e que em muitos momentos contou com agentes similares, tanto do governo quanto da sociedade civil. Trataremos dos processos a partir da observação histórica, relatando como ocorreram em cada ente federado. Observaremos as atividades e as dificuldades enfrentadas tanto por questões políticas quanto burocráticas e que vem impedindo a plena implantação dos sistemas de cultura territoriais. As atividades promovidas pelos movimentos das militâncias da cultura para tentar reverter as tentativas de desmonte também serão destacadas a fim de compreendermos a arquitetônica e as tensões na composição do sistema.

1 Texto recebido em 17/09/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Mestre e Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professora do Curso de Extensão em Gestão Cultural da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Contato: inti.queiroz@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-6484-2712>

Resumen:

Los procesos de implementación de planos culturales en las entidades federadas son una parte relevante de la estructura del Sistema Nacional de Cultura, que depende de ellos para componer la descentralización territorial, la diversidad y la lógica de subsidiariedad de la propuesta. En este artículo presentamos una descripción detallada de la implementación con el fin de demostrar dos procesos diferentes que ocurrieron en la misma región del país y que en muchas ocasiones tuvieron agentes similares, tanto del gobierno como de la sociedad civil. Trataremos los procesos desde la observación histórica, informando cómo ocurrió su construcción en cada entidad federada. Analizaremos las actividades y dificultades que enfrentan, los problemas políticos y burocráticos que han impedido la plena implementación de estos sistemas de cultura territorial. Las actividades promovidas por los movimientos culturales de militancia para tratar de revertir los intentos de desmantelamiento también se resaltarán para comprender la arquitectura y las tensiones en la composición del sistema.

Palabras clave:

Plano de cultura

Ciudades

Presupuesto

Keywords:

Cultural plan

Cities

Budget

Abstract:

The implementation process of cultural plans in the federated entities are a relevant part of the structure of the National Culture System, which depends on them to compose the territorial decentralization, diversity and the logic of subsidiarity of the proposal. In this paper we present a detailed overview with the intention to demonstrate two different processes that occurred in the same region of the country and which, in many times, had similar agents, both from government and civil society. We will deal with the processes from the historical observation, reporting how their construction occurred in each federated entity. We will focus in what the activities and difficulties faced by both political and bureaucratic issues that have been impeding the full implementation of these territorial culture systems. The activities promoted by the militancy movements of culture to try to reverse attempts to dismantle will also be highlighted in order to understand the architectonic and tensions in the composition of the system.

A implantação dos planos de cultura no estado e na cidade de São Paulo: histórico, construção e desafios

Introdução

A implantação do Plano Nacional de Cultura nos estados e municípios é parte integrante da lógica do processo do sistema em termos federativos. Compreender como cada região do país tem desenvolvido estes processos pode nos auxiliar não apenas na análise do sistema como um todo, mas principalmente a observar os desafios e problemas estruturais do modelo em termos de gestão pública a nível federal.

Neste estudo buscamos apresentar, a partir da observação histórica e político-cultural da implantação dos Planos de Cultura do estado e do município de São Paulo, como esta construção tem acontecido e quais dificuldades, desafios e soluções foram apresentados, principalmente pela militância da cultura. Iniciaremos a reflexão sobre o estado e em seguida trataremos da cidade. Evidenciaremos não apenas os planos, mas, por conta do caráter sistêmico da arquitetura do Sistema Nacional de Cultura (SNC), observaremos também os trâmites no legislativo, outros elementos do sistema como as conferências, os conselhos, os fundos e o orçamento.

A implantação do sistema de cultura no estado de São Paulo

Desde o início, os processos de construção do Sistema Estadual de Cultura em São Paulo encontraram um cenário não muito propício para sua implantação por conta da falta de interesse da gestão estadual nessa nova Política Nacional de Cultura. Há pouca ou quase nenhuma informação disponível sobre as conferên-

cias estaduais de cultura do estado, justamente por conta da falta de interesse do estado na realização desses encontros.

No período do chamado do então Ministério da Cultura (MinC) para a realização das primeiras conferências municipais e estaduais em 2005, visando à 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), o estado de São Paulo não realizou sua primeira conferência estadual (ainda que diversos outros tenham realizado as suas). Em 25 de novembro de 2009, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, capitaneada no período pelo secretário João Sayad, promoveu no Memorial da América Latina a 1ª Conferência Estadual de Arte e Cultura³ para discutir assuntos de interesse da gestão. No dia 26 de novembro de 2009, ocorreu o que seria a 1ª Conferência Estadual de Cultura ligada ao SNC, onde foram escolhidos os delegados para a 2ª CNC que aconteceria no ano seguinte em Brasília. Desta forma, o estado de São Paulo entra com pelo menos quatro anos de atraso nas discussões sobre o sistema, o que se reflete também na implantação dos processos localmente.

São Paulo foi um dos estados que mais tarde fez sua adesão ao SNC, de acordo com informações no site do Plano Estadual. Foi o penúltimo estado do país a aderir ao SNC.

O Estado de São Paulo aderiu ao Sistema Nacional de Cultura por meio do Acordo de Cooperação Federativa firmado, em 6/9/2013, entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, nos termos da Portaria 156 do Ministério da Cultura, de 6/12/2012. Pelo Acordo, a Secretaria de Cultura fica incumbida

3 Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-abre-inscricoes-para-conferencia-de-arte-e-cultura/>. Acesso em 07 julho 2019.

de instituir o Sistema Estadual de Cultura, formada por nove componentes, seis obrigatórios e três optativos.⁴

Pouco tempo após a adesão ao SNC, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo (SEC) publicou uma resolução que criou o primeiro grupo interno para a articulação da implantação do Sistema. A resolução SC 109, de 20 de dezembro de 2013 criou o Grupo de Trabalho Interno para a Discussão da Elaboração do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo. De acordo com a resolução, ao grupo composto caberia articular todas as ações iniciais de implantação do sistema paulista.

A 3ª Conferência Estadual de Cultura (CEC) (que na verdade seria a segunda) ocorrida em setembro de 2013 no Memorial da América Latina teve a participação de mais de 800 agentes do setor cultural. As propostas aprovadas na 3ª CEC paulista traz em seu texto um tom que não representava as vontades do governo estadual, mas do setor cultural local. Isso fica evidenciado no item terceiro do Eixo 1 que exige como premissa “Que o Estado aplique 3% de seu orçamento anual na Secretaria de Cultura”. Em 2013, o orçamento estadual investido na pasta da cultura não chegava aos 0,5% do PIB paulista, e nos anos que seguiram, o governo estadual declarou cortes anuais de mais de 30% de orçamento na pasta da cultura por dois anos seguidos, chegando em 2019 com um orçamento de menos de 0,3%.

A primeira tentativa de inscrição do projeto de lei do Sistema Estadual Pau-

lista, nomeado como “Código Estadual de Cultura”, apresentou desde o início um erro do parlamentar responsável pela inscrição da primeira proposta da lei. O Deputado Estadual Edmir Chedid (DEM – SP) inscreveu o PL relativo ao Sistema na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em outubro de 2014 com um texto copiado da lei similar escrita no estado da Bahia. O texto inscrito no sistema legislativo estadual apresentava diversas incidências da palavra “Bahia” em trechos em que deveria constar a palavra “São Paulo”. O erro foi noticiado na grande mídia local pela jornalista Monica Bergamo e o texto do PL ficou disponível no site da Assembleia Legislativa por algumas semanas. A primeira tentativa de projeto de lei do sistema paulista foi arquivada atrasando ainda mais o processo.

Por outro lado, e por iniciativa do setor cultural, um grupo de especialistas, artistas e produtores culturais assumiu a escrita das minutas para a implantação do Sistema e de seu CPF (Conselho, Plano e Fundo). A publicação da Resolução SC nº 85, de 19 de agosto de 2014, revogava alguns itens da resolução 109 e visava designar membros para comporem a Comissão de Sistematização de Informações, Elaboração e Redação do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo.

A Comissão de Sistematização realizou dezenove reuniões e escreveu novas propostas para o projeto de lei do Sistema, em conjunto com os textos de implantação do Plano e do Fundo de Cultura paulista. Em março de 2015, a comissão apresentou a primeira proposta de minutas ao então Secretário de Estado da Cultura Marcelo Mattos Araújo numa reunião no prédio da secretaria para encaminhamento ao legislativo e executivo estadual. Todavia, para garantir a legitimidade da ação, a Comissão convocou uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, para a entrega oficial

4 Informações presentes no site que abrigou a consulta pública do Plano Estadual de Cultura. O site foi retirado do ar pelo Governo do estado de SP em maio de 2019.

das minutas. A audiência foi organizada por trabalhadores da cultura paulista e por alguns parlamentares simpáticos à causa e realizada no dia 29 de abril de 2015 e contou com a presença de mais de 300 pessoas. Dentre os encaminhamentos deliberados na audiência, foi criada a Frente Pró-Sistema Estadual de Cultura, composta por diversas entidades e movimentos artísticos e culturais do estado para ampliar o debate. A Frente se propôs a liderar a luta para a implantação do Sistema Paulista em conjunto à Comissão de Sistematização, bem como pleitear a aprovação das leis do sistema com conteúdo apoiado pelos agentes da esfera em São Paulo. Composta por relevantes nomes e grupos do setor cultural, a Frente também tinha como representantes na Assembleia Legislativa os deputados estaduais: João Paulo Rillo (atualmente filiado ao Psol, mas naquele momento ainda como parlamentar do PT), Carlos Gianazzi (Psol) e Leci Brandão (PCdoB) que compunham a Frente Parlamentar de Cultura do Estado de São Paulo.

Durante um ano as minutas escritas pela Comissão de Sistematização, contendo textos sugeridos pela classe para os projetos de lei do Sistema, Plano, Fundo e Conselho estadual estiveram em análise pelo setor jurídico da Secretaria de Estado da Cultura. Entre 1º de agosto e 15 de setembro de 2015, a minuta escrita pela Comissão com as metas do Plano Estadual⁵ ficou em consulta pública via internet num site organizado pela sociedade civil e permitiu a todos os interessados sugerirem alterações no enunciado com vistas a melhorar trechos e inserir novas metas coerentes com as demandas do setor.

Contudo, paralelo a isso e à revelia dos processos de implantação liderados

5 Idem NR 3.

pelo setor cultural paulista, o Deputado Estadual Edmir Chedid retomou o processo por meio da proposta de projeto de lei do Código Estadual de Cultura com minutas diferentes das propostas pela Comissão de Sistematização com um novo texto. No dia 19 de novembro de 2015, ele esteve em reunião com o Secretário de Cultura Marcelo Araújo, conforme noticiado no site da ALESP e entregou uma nova proposta de seu PL do Código.⁶ Neste momento, a implantação do sistema paulista inicia um processo de mão dupla. Por um lado, o processo de implantação do Sistema estadual corria conforme os manuais de implantação do MinC determinavam, mas por outro, o processo foi “atropelado” a partir de um acordo entre os governistas estaduais.

No dia 13 de abril de 2016, numa atitude fora do contexto, Edmir Chedid em parceria com o governo inscreve na ALESP o projeto de lei N. 305⁷, do Código Estadual de Cultura. O texto, ao contrário do que sugere o modelo de projeto de lei de sistema de cultura, se apresenta como um compêndio de leis já existentes como o Programa de Incentivo à Cultura do Estado de São Paulo (ProAC-SP), ou mesmo a definição de datas festivas da cultura popular paulista. O Código inscrito pelo deputado do partido Democratas ignorou totalmente o teor dos enunciados produzidos pela comissão de agentes culturais e não incluiu em seu objeto principal instituir o Sistema Estadual de Cultura, muito menos um Plano Estadual de Cultura. O PL se inscreve à frente do processo de implantação do Sistema Paulista de Cultura ignorando as propostas escritas por pessoas do setor cultural desde 2014 com

6 Informação disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368691>. Acesso em 2 jun. 2016.

7 PL 305/2016 disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1310397>. Acesso em 2 de jun. 2019.

ampla participação popular. O mesmo deputado estadual, que em 2014 havia inscrito a primeira tentativa de Sistema estadual, foi pivô de um esforço do governo do estado de São Paulo de desenvolver o processo de implantação do sistema de forma incoerente aos preceitos do SNC, sem participação popular em sua idealização e com uma estrutura diferente da sugerida pelo MinC.

Numa tentativa de barrar o texto de Edmir Chedid, o deputado estadual João Paulo Rillo, com ajuda de agentes culturais do estado, propôs no dia 21 de abril de 2016 dezesseis emendas de alteração do texto do PL do Código. As emendas foram escritas a partir das minutas desenvolvidas anteriormente pela Comissão do setor cultural e em diálogo com o enunciado do PL de Edmir Chedid. As emendas previam alterações para tornar o conteúdo do texto inscrito mais próximo às premissas das minutas escritas para o Sistema Estadual de Cultura, legitimadas nas audiências e em consulta públicas.

No dia 25 de abril de 2016, o PL de Edmir Chedid entrou para análise nas comissões da ALESP: CCJR - Comissão de Constituição, Justiça e Redação. CEC - Comissão de Educação e Cultura. CFOP - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento. Os últimos andamentos substanciais do PL no site da ALESP informam que:

- a) Em 3 de agosto de 2016, o Deputado Marcos Zerbini (PSDB), relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, deu seu parecer favorável à matéria;
- b) Em 13 de junho de 2018, o Deputado Luiz Turco (PT), pela Comissão de Educação e Cultura, com voto favorável ao projeto, porém contrário à emenda nº 14 e favorável às demais emendas apresentadas. Este foi contestado pelo deputado Gilmaci Santos (PRB) que pediu vistas ao projeto no dia 27 de novembro.
- c) De maio a setembro de 2019, o PL

foi distribuído para leitura a deputados integrantes da Comissão de Educação e Cultura da ALESP: Carlos Gianazzi (Psol), Gilmaci Santos (Partido Republicanos – antigo PRB) e Professora Bebel (PT).

De outro lado, corria o processo das minutas feitas pela Comissão. Em agosto de 2016, depois de passar por várias instâncias, o então Secretário Adjunto José Roberto Sadek finalmente encaminhou para o governador parecer pedindo a aprovação do plano escrito pela comissão de sistematização. Em setembro de 2016, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) contestou alguns pontos. A Casa Civil devolveu o documento à SEC para correção de alguns apontamentos. No mês de novembro de 2016, a SEC encaminha um novo documento à PGE, com o PL corrigido e responde as contestações. Em dezembro de 2016, o Secretário Marcelo Araújo pede exoneração do cargo e Sadek assume a cadeira interinamente, até que em março de 2017, José Luiz Penna, presidente do Partido Verde, assume a Secretaria Estadual de Cultura. Desde então, o Plano Estadual de Cultura encontra-se parado na PGE. Neste momento a secretaria alega que para dar andamento ao resgate e à atualização do Plano, seria necessário primeiramente compor o Conselho para cuidar desse processo.

A fim de acelerar o processo, em dezembro de 2017, a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo capitaneada por Penna, e pelo Partido Verde, preparou um decreto de instituição do Conselho Estadual de Política Cultural que seguiu para a sanção do Governador. Com a saída de Geraldo Alckmin para concorrer à eleição presidencial e a posse de seu vice-governador Márcio França, a assinatura do decreto coube a França, que não apenas assinou o decreto, mas autorizou a realização da eleição do Conselho e que de fato foi publicado em edital no Diário Oficial do estado logo após as eleições gerais

de 2018. O edital de eleição do Conselho previa eleger 12 colegiados de 17 setores (6 titulares e 6 suplentes). Inicialmente o processo eleitoral estava com data marcada para acontecer no início de dezembro de 2018. Entretanto, a SEC desistiu de realizá-lo neste período e deixou para ser realizado em 2019, pela gestão seguinte, alegando falta de tempo e recursos para ampliar os locais de votação presencial.

Com a posse do novo governador João Dória em janeiro de 2019, a SEC passa a se chamar Secretaria de Cultura e Economia Criativa e este nomeia para o cargo de secretário Sérgio Sá Leitão, que entre 2017 e 2018 esteve como Ministro da Cultura de Michel Temer. No mês de fevereiro de 2019, o Secretário Sérgio Sá Leitão decide parar o processo de eleição do Conselho por vias democráticas e em reuniões com a militância do setor cultural propõe que o Conselho Estadual de Políticas Culturais seja escolhido por ele junto a entidades representativas da cultura. No dia 15 de abril de 2019, numa atitude arbitrária e contrária ao que havia sido dialogado entre representantes do setor e o secretário, o governador João Dória veicula em suas redes sociais um vídeo divulgando seu “novo” Conselho Estadual de Cultura composto por notáveis escolhidos por ele e em maioria representantes de camadas mais elitizadas e conservadoras das artes. Ainda que a militância da cultura estadual tenha buscado reverter esse quadro, exigindo que a eleição do conselho seja realizada de forma direta e que o Plano Estadual de Cultura seja tido como prioridade da pasta, até a escrita deste artigo não há indícios de que a atual gestão responda positivamente a esta reivindicação.

Outra demonstração de que a nova gestão de Dória não estava em consonância com as demandas do setor, foi o corte de dezenas de editais do ProAC, o

fomento estadual, principalmente aqueles que versavam sobre a diversidade cultural como o de cultura LGBT⁸, cultura negra, cultura indígena, música alternativa, Hip Hop entre outros. A Secretaria alegou que isso seria uma reorganização do modelo, que até então eram 47 editais e passaram a ser apenas 31.

No segundo semestre de 2019, o texto do Plano Estadual de Cultura de São Paulo, que foi escrito em 2015 pela comissão de trabalhadores da cultura, já conta com quatro anos de atraso e passou por diversas instâncias governamentais. Mesmo os funcionários da Secretaria não sabiam dizer qual é o texto que nesse momento ainda seria avalizado. O site da consulta pública com o histórico dos processos e com a minuta do plano foi retirado do ar em maio de 2019.

A implantação do sistema de cultura na cidade de São Paulo

A história da implantação do sistema municipal de cultura deve ser observada a partir da realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura (CMC), na gestão da então prefeita Marta Suplicy por meio do decreto municipal 44.765 de maio de 2004. A Conferência teve como tema “A cultura em São Paulo: diversidade e direitos culturais”. As discussões realizadas na 1ª CMC estiveram em torno de seis eixos: 1. Gestão cultural; 2. Memória e patrimônio cultural; 3. Cultura como atividade econômica; 4. Globalização e metrópole; 5. Interfaces da cultura com a educação; 6. Cidadão e cultura. Onze pré-conferências iniciaram o processo e foram realizadas nas macro-

8 Sigla utilizada para designar a diversidade de gêneros: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais [Nota do Editor].

zonas da cidade e contou com mais de 3.600 participantes. Ao todo foram contabilizadas 658 propostas da sociedade civil e a indicação de 85 representantes para a 1ª Conferência Municipal de Cultura, onde foram aprovadas 131 propostas. A Conferência foi realizada no último ano de governo de Marta Suplicy que foi sucedida por José Serra na prefeitura e que não acatou as prioridades determinadas para as políticas culturais em sua gestão.

A realização da 2ª Conferência Municipal de Cultura em 2009 ocorreu durante a gestão do prefeito Gilberto Kassab. Foi organizada por uma comissão de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura a partir do decreto municipal 50.894 de 29 de setembro de 2009. Não há registros da realização de pré-conferências territoriais. A segunda conferência não foi amplamente divulgada e contou com a presença de apenas 292 participantes. Foram elencadas 171 propostas e destas 15 foram priorizadas para levar para discussão na Conferência Estadual.

A primeira ação concreta para o início da implantação efetiva do sistema na cidade foi o decreto de 12 de junho de 2013 para a construção da 3ª CMC. A adesão do município ao SNC a partir do Acordo de Cooperação Federativa aconteceu no dia 26 de julho de 2013 já na gestão do prefeito Fernando Haddad. Nos dias 27 e 28 de julho foram realizadas as pré-conferências territoriais em cinco macrorregiões da cidade. Nos dias 2 a 4 de agosto foi realizada a terceira conferência no Memorial da América Latina com a presença de 784 participantes e aprovou 60 propostas. Destas, 30 delas foram priorizadas. A oportunidade de aderir ao SNC após duas conferências anteriores e realizar concomitantemente a conferência durante o primeiro ano da gestão de Haddad possibilitou que o processo tivesse desde o início uma organização que seguisse os trâmites sugeridos pelos manuais do SNC.

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo capitaneada por Juca Ferreira foi pioneira na implantação de uma plataforma digital colaborativa para mapeamento da cultura em todo país. O desenvolvimento de um software livre pelo Instituto Tim intitulado “Mapa da Cultura”⁹ foi possível a partir de uma parceria que trazia a tecnologia não só para a cidade, mas como recurso a ser implantado posteriormente em todos os entes federados do sistema. Assim, São Paulo passou a ser um laboratório para o mapeamento da cultura, pois a plataforma SP Cultura¹⁰ passou a receber milhares de inscrições de agentes culturais, equipamentos públicos, eventos e projetos a fim de acelerar, com ajuda da sociedade civil, a contabilização dos avanços culturais na cidade.

Além da plataforma online, outro importante suporte desenvolvido pela gestão a fim de ativar a construção do Plano Municipal de Cultura (PMC) foi o desenvolvimento de publicações impressas e de distribuição gratuita. O evento “Seminário Participa Cultura: Construindo o Sistema Municipal de Cultura” ocorrido em abril de 2014 na Biblioteca Mario de Andrade foi realizado para apresentar a publicação *Participação e cidadania cultural: A experiência da III Conferência Municipal de Cultura* e discutir temas do sistema municipal como o projeto de lei do conselho municipal de cultura (neste momento ainda em construção) e as prioridades para o PMC. O livro trazia relatos sobre a conferência e apresentava justificativas para as demandas municipais que deveriam servir de base para a construção do Plano. A publicação traz ainda

9 A tecnologia do Mapa da Cultura foi a partir de então utilizado em outras cidades, mas também e nível federal e nos estados.

10 Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 15 ago. 2019.

uma ampla presença de mapas e gráficos evidenciando a diferença em termos do que acontece nas mais variadas regiões da cidade e principalmente a forte presença da questão periférica nos temas abordados. Nos dados é possível perceber que a subprefeitura da Sé apresenta o maior número de inscritos na conferência, entretanto são as diversas periferias da cidade em conjunto que apresentaram maior número de participantes. Desta forma, a participação social demarca como temática transversal os territórios, principalmente visando a inclusão da periferia da cidade nas políticas culturais de forma menos desigual. Na parte final da publicação, onde encontramos quatro textos anexos, é possível ver algumas evidências de que a periferia da cidade estava no centro das discussões. Como, por exemplo, no trecho intitulado “Pontos de vista de grupos participantes” se destaca um texto escrito pelo Fórum de Cultura da Zona Leste intitulado “A periferia foi cobrar... e agora?” onde exigem a ampliação da participação de artistas periféricos em políticas culturais já existentes e a criação de uma lei de fomento à cultura das periferias.

A construção do Plano Municipal de Cultura começou em julho de 2015 com a realização de um edital de contratação de uma empresa de consultoria para a organização das etapas seguintes. A escolhida foi a Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo que montou uma equipe de dezoito pessoas que contava com estudiosos, gestores e trabalhadores da cultura. Aliado a isso, um chamamento público de pessoa física selecionou duas consultoras para desenvolver o diagnóstico sobre o município durante três meses a partir dos resultados iniciais vistos na terceira conferência.

Naquele mesmo período, as outras partes do sistema estavam sendo

construídas no legislativo: a) O projeto de lei do Fundo, o PL 46/ 2013, que foi aprovado como lei 16.278/2015 (lei do Fundo Municipal de Cultura) com vistas a acelerar o processo, contrariando a sugestão dos manuais do MinC de que esta deveria ser a última etapa do sistema. b) O projeto de lei do Conselho ainda está em tramitação na Câmara Municipal como PL 01-00248/2015 (até o momento aprovada em todas as comissões e em primeira votação, mas sem perspectiva de aprovação final).

A etapa seguinte da formulação do PMC, da formulação das diretrizes, ações, metas para a consulta pública, foi realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2015 a partir de encontros em reuniões territoriais e setoriais. Em outubro, ocorreram oficinas temáticas internas com gestores da secretaria e membros da Fundação São Paulo que organizou a etapa. Nesses encontros foi formulado o primeiro esboço do texto com as 50 metas da primeira versão do Plano Municipal de Cultura (PMC) da cidade de São Paulo visando a etapa seguinte da consulta pública. As metas foram elencadas a partir das sugestões da 3ª CMC e de demandas da própria secretaria.

A consulta pública do PMC foi realizada em site específico¹¹ entre 25 de fevereiro a 25 de março de 2016 e também em reuniões presenciais que reuniram mais de 2.500 participantes entre os dias 25 de fevereiro a 10 de março de 2016. Os encontros chamados em diferentes pontos da cidade e em reuniões temáticas setoriais abertas à sociedade civil possibilitaram uma ampliação nas discussões e no alcance dos processos. A minuta final com os textos do Plano e do sistema foi enviada para a Casa Civil no mês de ju-

11

O site foi tirado do ar pela prefeitura no ano de 2017.

lho, mas por conta do processo eleitoral o documento só foi oficializado pela prefeitura em novembro.

A versão final do SMC e do PMC com 20 metas foi publicada e lançada num grande evento no Centro Cultural São Paulo no início de dezembro de 2016. O Sistema e o Plano Municipal de Cultura de São Paulo foram aprovados por meio do decreto municipal 57.484/2016 publicado no Diário oficial da cidade de São Paulo no dia 30 de novembro de 2016. A maior parte da militância cultural presente no evento da cidade recebeu o conteúdo da versão final do plano positivamente, porém com grande preocupação por conta do atraso na oficialização e pela fragilidade de não ter sido publicado como lei.

O documento com a versão final do primeiro Plano Municipal de Cultura da cidade de São Paulo apresentava a novidade de dividir os dez anos em planos plurianuais e em eixos e metas temáticas de forma mais genérica. A relação com a estrutura de gestão da cidade, que distribui ações de todos os setores através de um plano plurianual aprovado sempre no primeiro ano de gestão de um prefeito cria assim uma forma de projetar políticas culturais para cada futuro governo. Isto é, nas metas já estava desenhada cada ação que cada nova gestão da prefeitura deveria fazer num determinado espaço-tempo e de forma descentralizada, buscando assim atingir os pontos mais distantes das periferias da cidade.

Em janeiro de 2017, a nova gestão municipal do prefeito João Dória toma posse e a SMC passa a ser capitaneada pelo Secretário André Sturm. O novo grupo político de imediato apresenta um discurso para a cultura muito diferente do anterior, e ignora a existência de um Sistema e um Plano Municipal de Cultura. Este novo tratamento com o setor cultural foi comprovado com o apagamento de

mais de cinco quilômetros de murais de grafite na Avenida 23 de maio e o anúncio da privatização de centros culturais e bibliotecas já na primeira quinzena da gestão. Para reiterar isso, no início de fevereiro de 2017 anunciam na mídia o congelamento de 45% da verba destinada para a cultura aprovada na Lei Orçamentária Anual de 2017, inviabilizando boa parte dos programas já existentes e elencados no Plano de cultura da cidade. Em imediata resposta a isso, os trabalhadores e movimentos de cultura da cidade se mobilizaram e criaram a Frente Única da Cultura SP (FUC), uma iniciativa que reuniu dezenas de forças culturais das mais diversas procedências. No dia 27 de março de 2017, a partir de uma convocação da FUC, os trabalhadores da cultura da cidade realizaram uma grande manifestação pelas ruas do centro da cidade intitulada “Descongela a cultura já!” com mais de sete mil pessoas presentes e noticiada em toda a grande mídia do país. O movimento tinha como pautas únicas: o descongelamento das verbas da cultura da cidade e a imediata implantação do Plano Municipal de Cultura.

Em 31 de março de 2017, a prefeitura apresentou seu programa de metas que ignorava totalmente as propostas do PMC. As duas únicas metas para a cultura presentes no programa, que era base para o Plano Plurianual de Dória, versavam sobre a ampliação em 15% da quantidade de público em equipamentos culturais e bibliotecas.

No início de junho de 2017, após um grave incidente de ameaça de agressão a um agente cultural de uma Ocupação cultural no bairro de Ermelino Matarazzo por parte do secretário Sturm (o incidente foi gravado e divulgado maciçamente via redes sociais), dezenas de integrantes de diversos movimentos culturais ocuparam a Secretaria Municipal de Cultura exigindo a saída imediata do Secretário. A partir

desse momento, o diálogo entre a SMC e o setor cultural passou a ser ainda mais difícil. Confrontos diários em artigos escritos nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, com textos de ambas as partes, deixavam ainda mais claro que o diálogo era muito difícil e que a nova gestão não estava interessada nem no Plano Municipal de Cultura e nem em permitir a participação social dos agentes culturais na construção das políticas da cidade. Ao contrário disso, a gestão propunha uma política de centralização de ações, e mostrava uma postura autoritária explicitada em polêmicas matérias de jornal e em postagens em redes sociais do próprio secretário.

No dia 16 de novembro de 2017, o Ministério Público da cidade de São Paulo abriu um inquérito para averiguar irregularidades na implantação do Plano Municipal de Cultura pela prefeitura de Dória a partir de denúncias de movimentos sociais da cultura. A denúncia feita a partir da Comissão Especial de Estudos do Orçamento da Cultura¹² incluía o não cumprimento da meta 1 do PMC que prevê a execução 2% de orçamento para cultura (nesse momento executada em menos de 0,5%) e a não execução de programas previstos no PMC e em lei, como os Fomentos ao Teatro, à Dança e à cultura da periferia.

12 A Comissão foi instituída em fevereiro de 2017 a partir de uma reivindicação da militância da cultura da cidade. Foi presidida pelo ex-presidente da Câmara o vereador Antonio Donato (PT) e contava com a presença de outros vereadores com presença regular como Toninho Vespoli (Psol), Alfredinho (PT) e Soninha (PPS). Com encontros semanais que ocorreram durante 180 dias, permitiu que trabalhadores da cultura tivessem a oportunidade de dialogar e reivindicar sobre a execução orçamentária da cidade com parlamentares e membros do executivo, principalmente das secretarias de cultura e de finanças. As pautas principais da sociedade civil que exigiu a criação da comissão eram: o descongelamento do orçamento, a melhor distribuição dos recursos pelos territórios da cidade e a imediata implantação do Plano Municipal de Cultura.

O orçamento da cultura da cidade fechou o ano de 2017 com mais de 45% de sua verba prevista na LOA não executada. A estimativa de orçamento para o ano de 2018, enviado pela SMC para o projeto de lei da Lei Orçamentária Anual (LOA), apresentou uma redução de 15% relativa ao ano anterior. Após a realização das audiências de discussão da PLOA 2018 na Câmara de SP em dezembro de 2017, os movimentos de cultura da cidade conseguiram ampliar a margem do projeto de orçamento original, mas ainda permanecendo em pelo menos 7% menor do que o aprovado em 2017 com 0,84% relativo ao orçamento geral da cidade. O foco das reivindicações dos movimentos da cultura naquele momento não era apenas pela ampliação do orçamento, mas principalmente pela implantação do Plano Municipal de Cultura.

O Plano Plurianual (PPA) de Dória, aprovado na Câmara no dia 13 de dezembro de 2017 (e que valerá até o ano de 2021), não apresentou nenhum item relativo à implantação do Plano Municipal de Cultura. Também é possível perceber no PPA que a projeção orçamentária para a Secretaria Municipal de Cultura até 2021 sofrerá redução significativa, mantendo-se nos quatro anos no patamar máximo de 0,8%. Este dado contraria a Meta 1 do Plano Municipal de Cultura de São Paulo, que projeta que a cidade chegue aos 2% de verba para a cultura até 2021¹³. Ao contrário disso, a projeção do PPA prevê uma redução de recursos ao longo dos quatro anos de execução.

13 Projeções do PPA 2018 – 2021 para o orçamento da SMC: 2018 – R\$ 488.156.209 (0,85% do total do orçamento); 2019 – R\$ 469.174.440 (0,81%) redução de 19 milhões; 2020 – R\$ 518.572.879 (0,82%); 2021 – R\$ 526.387.588 (0,81%) ampliação de apenas 8 milhões. Informações disponíveis em <http://www.camara.sp.gov.br/blog/ppa-plano-de-habitacao-e-47-projetos-de-vereadores-sao-votados/>. Acesso em 15 set. 2019.

Em abril de 2018, João Dória deixa a prefeitura para concorrer à eleição para o cargo de governador do estado de São Paulo e em seu lugar fica seu vice-prefeito, Bruno Covas, também do PSDB, que mantém a mesma política de cortes no orçamento para o setor cultural. Isso foi evidenciado com a proposta de Lei Orçamentária Anual municipal para o ano de 2019, que trouxe uma diminuição de mais de 18% nos recursos da cultura quando comparado ao executado no ano anterior. O decreto municipal 58.207 de 24 de abril de 2018, assinado por Covas e que versava sobre a reestruturação da Secretaria da Cultura, trazia em seu artigo 2 que as “Finalidades da Secretaria Municipal de Cultura são:

I - implementar e gerir o Sistema Municipal de Cultura;

II - implementar, coordenar, monitorar e avaliar o Plano Municipal de Cultura - PMC;¹⁴

Contudo, mesmo com este decreto, a gestão continuou ignorando o Plano Municipal de Cultura, tanto em seus documentos oficiais, quanto nos diálogos com os trabalhadores da cultura. A justificativa versa sobre a falta de recursos e a falta de funcionários para a implantação do Plano.

Em janeiro de 2019, o prefeito Covas exonerou André Sturm da Secretaria Municipal de Cultura e em seu lugar nomeou o empresário Alexandre Yousseff, que em suas declarações iniciais na imprensa não mencionou o Plano Municipal de Cultura, nem mesmo a maioria dos pro-

gramas municipais existentes há muitos anos e estabelecidos em leis.

Em 12 de março de 2019, o Movimento Cultural das Periferias (MCP)¹⁵ realizou uma grande audiência cidadã da cultura no teatro Cia Pessoal do Faroeste no bairro da Luz, com a presença do secretário e sua equipe e de mais de 300 pessoas da sociedade civil. Nesta audiência, integrantes do MCP apresentaram uma série de dados e reivindicações, entre elas a imediata implantação do Plano Municipal de Cultura de São Paulo e a criação de uma Comissão de Política Cultural da Periferia, para trabalhar em conjunto com a SMC e com o legislativo a fim de retomar os processos de implantação do Sistema Municipal de Cultura. A primeira ação concreta para isso foi a criação de uma subcomissão do Plano Municipal de Cultura no mês de maio de 2019, submetida à Comissão de Finanças e Orçamento¹⁶.

Em setembro de 2019, a subcomissão realizou o Seminário Plano Municipal de Cultura na Câmara Municipal de São Paulo, com cinco mesas temáticas a fim de trazer de volta as discussões sobre o tema e chamar a atenção da prefeitura e trabalhadores do setor. Até o momento, a prefeitura de São Paulo continua ignorando o Plano Municipal de Cultura não incluindo nenhum processo do sistema em seus planos.

14 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2018/5820/58207/decreto-n-58207-2018-dispoe-sobre-a-reorganizacao-da-secretaria-municipal-de-cultura-altera-a-denominacao-e-a-lotacao-dos-cargos-de-provimento-em-comissao-que-especifica-bem-como-transfere-cargos-para-o-quadro-especifico-de-cargos-de-provimento-em-comissao>. Acesso em 17 set. 2019.

15 O Movimento Cultural das Periferias surgiu em 2013 com a intenção de democratizar e descentralizar recursos para os trabalhadores da cultura das periferias da cidade. O movimento criou e viabilizou a lei 16.496/16 que busca financiar projetos culturais realizados na periferia da cidade.

16 A subcomissão, assim como a Comissão especial implantada em 2017, visa a fiscalização, análise e atualização do PMC, bem como a inserção de itens orçamentários na Lei Orçamentária Anual da cidade para 2020 com vistas a regionalizar e descentralizar os recursos para que estes cheguem de fato às periferias da cidade.

Considerações finais

Nos dois casos observados, foi possível afirmar sobre a falta de interesse político de gestores de um mesmo partido, o PSDB, na implantação dos sistemas de cultura tanto em âmbito estadual quanto municipal. Destaque para o desmonte ocorrido na gestão Dória na prefeitura no ano de 2017 (e depois refletido no governo dele no estado em 2019) visível principalmente na falta de diálogo com o setor cultural. Isso também se estende à não implantação do Plano Municipal de Cultura como um todo, um documento criado com ampla participação popular e que atravessou mais de dez anos de discussões. Ao contrário disso, as duas gestões de Doria têm se empenhado em encerrar programas e cortar verbas de políticas culturais que existem há décadas como os Fomentos (Teatro, Dança e os recentes Circo e Periferia), e o Programa Vai em nível municipal. Na atual gestão no estado, Doria e o Secretário Sá Leitão cortam os editais que promoviam a diversidade cultural no ProAC em plano estadual. Relevante destacar que a gestão também barrou processos de implantação dos sistemas, ao ignorar a existência do Plano Municipal de Cultura da cidade ou mesmo ao não acatar o decreto que tratava da eleição direta do Conselho estadual, nomeando pessoalmente um grupo de notáveis que o apoiavam.

Os dois processos relatados, tanto no estado quanto no município de São Paulo, demonstram a dificuldade de implantação de sistemas de cultura territoriais durante gestões que não comungam com os mesmos preceitos de política cultural previstos no Sistema Nacional de Cultura. Da mesma forma é possível dizer que a não vontade política é sempre justificada pela falta de recursos e equipes nas secretarias. A falta de diálogo entre os agentes públicos e o setor cultural ocorreu de forma muito similar nos dois entes federados em momentos que esse mesmo grupo político estava no governo.

Contudo, é relevante perceber que a participação popular a partir de movimentos organizados de trabalhadores da cultura tem desempenhado um importante papel na contenção do desmonte dessas políticas nesses territórios. Ainda que em boa parte dos casos tenha sido impossível segurar as ações governamentais empenhadas a não permitir a concretização dessas políticas, os movimentos conseguiram ao menos uma redução de danos e demonstraram a importância do engajamento político na luta pela manutenção de direitos adquiridos.

Referências

CORÁ, Maria Amélia Jundurian; CÓRDULA, Américo. Participação social na elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Paulo/SP. In: BARRROS, José Marcio; COSTA, Katia (org.). *Planos municipais de cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.

QUEIROZ. Inti Anny. A arquitetônica da esfera político-cultural brasileira nos enunciados do Sistema Nacional de Cultura. Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-15082019-093817/pt-br.php>. Acesso em 14 set. 2019.

SÃO PAULO. PROJETO DE LEI N. 305 de abril de 2016, que institui o Código Estadual de Cultura. Informação disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1310397>. Acesso em 02 set. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Plano Municipal de Cultura*. São Paulo: SMC, 2016a.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Plano Municipal de Cultura: caderno de consulta pública*. São Paulo: SMC, 2016b.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. *Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo*. Organizadoras: Ana Paula do Val; Luciana Piazzon Lima; Maria Vasconcelos Oliveira; Viviane Cristina Pinto. São Paulo: SMC, 2014.

Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios¹

Participación social y planes de cultura: tres experiencias y sus retos

Social participation and culture plans: three experiences and their challenges

José Márcio Barros²

Palavras-chave:

Participação social

Planos de cultura

Brasil

Resumo:

Este texto é fruto de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq com o objetivo de analisar a participação social na construção de políticas públicas de cultura, mais especificamente o processo de consulta virtual para a revisão das Metas do Plano Nacional de Cultura, o processo de construção do Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais e do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Por meio de análise de dados extraídos de plataformas de participação, relatórios institucionais e entrevistas, a pesquisa constatou a importância dos mecanismos de participação social originados na Constituição Federal do Brasil de 1988, bem como as necessidades de seu aprimoramento no campo das políticas culturais no Brasil.

1 Texto recebido em 14/10/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

Pesquisa Participação social, processos de consulta e deliberação públicas nas interfaces da cultura e da comunicação: uma aproximação comparativa a processos no nível nacional, estadual e municipal. Processo n°:445548/2014-2 Chamada: MCTI/CNPQ/Universal 14/2014, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Pesquisadores Prof. Dr. José Márcio Pinto de Moura Barros (Coordenador e Pesquisador); Profa. Dra. Giordanna Santos (UFMT); Dra. Renata Melo (UFBA); Ms. Caroline Craveiro (PBH); Ms. José Oliveira Jr. (PBH) MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

O texto conta com a participação efetiva dos pesquisadores citados acima.

2 José Márcio Pinto de Moreira Barros. Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Professor do PPG em Artes da UEMG e do PPG Cultura e Sociedade da UFBA, Brasil. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Contato: josemarciobarros@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-3058-5236>

Resumen:

Este texto es el resultado de una investigación financiada por el Consejo Nacional de Investigación – CNPq con el objetivo de analizar la participación social en la construcción de políticas públicas de cultura, más específicamente el proceso de consulta virtual para la revisión de objetivos del Plan Nacional de Cultura, el proceso de construcción del Plan Estatal de Cultura de Minas Gerais y el Plan Municipal de Cultura de Belo Horizonte. A través del análisis de datos extraídos de plataformas de participación, informes institucionales y entrevistas, la investigación constató la importancia de los mecanismos de participación social originados en la Constitución Federal de Brasil de 1988, así como la necesidades de su mejora en el campo de las políticas culturales en Brasil.

Palabras clave:

Participación social

Planes culturales

Brasil

Keywords:

Social participation

Culture plans

Brazil

Abstract:

This text is the result of a research funded by the National Research Council – CNPq with the objective of analyzing the social participation in the construction of public policies of culture, more specifically the process of virtual consultation for the review of goals of the National Culture Plan, the process of constructing the State Plan of Culture of Minas Gerais and the Municipal Plan of Culture of Belo Horizonte. Through analysis of data extracted from participation platforms, institutional reports and interviews, the research found the importance of the mechanisms of social participation originated in the Brazilian Federal constitution of 1988, as well as the needs of its improvement in the field of cultural policies in Brazil.

Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios

I. Introdução

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, mecanismos de participação como plebiscito, referendo e iniciativa popular, bem como conferências, planos, conselhos, consultas públicas, assumiram um grau de institucionalidade nunca antes visto na história do país. Praticada de forma crescente a partir do final dos anos de 1990 e, atualmente, enfrentando refluxos e retrocessos significativos ao nível da governança federal, o estudo das formas de participação na operacionalidade da democracia e a efetividade desses espaços participativos, chamada por Avritzer (2011, p.13) de “problema da efetividade”, se mostram continuamente atuais e importantes. Na Ciência Política, há um grande referencial analítico das experiências participativas em diversos campos, porém, no setor cultural, as análises da efetividade da participação eram e ainda são mais escassas. Essa realidade vem sendo alterada por conta dos próprios avanços sociais e de sua institucionalização, que se potencializaram a partir da Emenda Constitucional nº 48, de 2005, que inseriu na Carta Magna o Plano Nacional de Cultura (PNC). A emenda acrescenta ao parágrafo 3º do artigo 215 um novo ordenamento normativo com vistas ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, produção, promoção e difusão de bens culturais, formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, democratização do acesso aos bens de cultura e valorização da

diversidade étnica e regional (BRASIL, 2005, art. 215, § 3º).

Por sua vez, a Lei nº 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura, asseverou que o Sistema Nacional de Cultura (SNC) seja o principal articulador federativo do PNC, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil (art. 3º, § 1º). E, mais adiante, a Emenda Constitucional nº 71, de 2012, dispôs sobre o SNC, seus princípios, estrutura e consignou a necessidade de elaboração de uma lei específica para dispor sobre a regulamentação do próprio Sistema Nacional (art. 216-A, § 3º). Tal legislação (Projeto de Lei – PL 4271/2016) aprovada em novembro de 2017 pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público foi arquivada pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 20 de janeiro de 2019.

Esse longo e inacabado percurso para a institucionalização do SNC enfrenta hoje revezes que colocam em risco os avanços democráticos realizados, especialmente no que se refere à participação social na cultura. É importante destacar que, desde 2014, no âmbito das políticas públicas brasileiras, esse processo de suspensão dos mecanismos de participação social vem enfrentando revezes, tendo como um dos marcos centrais a suspensão da Política Nacional de Participação Social e do Sistema Nacional de Participação Social pelo legislativo federal. Na atualidade, o decreto federal 9.759/2019 determinou a extinção de todos os conselhos, comitês, comissões, grupos e outros tipos de colegiados ligados à administração pública federal. Arguido junto ao Supremo Tribunal Federal, seus efeitos foram limitados considerando a compreensão de que apenas por meio de lei tais colegiados podem ser extintos.

No que se refere ao Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), ainda

no governo anterior, foram apresentadas para consulta pública alterações na sua composição, sob o mesmo argumento da necessidade de modernização, economia e agilidade, por meio da redução do número de participantes e representações. A consulta pública realizada entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 não teve seus resultados publicados, mas alimentou os argumentos do Decreto nº 9.891/2019 que instituiu o novo modelo e abriu o processo de eleições para a representação da sociedade civil, processo este que encontra-se em curso.

Desta maneira, além do desafio de saber qual a qualidade e a efetividade destes processos no engendramento de políticas públicas, é preciso, também, manter vivo o interesse na realização de estudos sobre a participação social, especialmente no campo da cultura onde estes se encontram parcialmente institucionalizados. Ainda não existem dispositivos e mecanismos institucionalizados que garantam, por exemplo, às deliberações das Conferências Nacionais de Cultura e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) desdobramentos conectados à elaboração de políticas públicas e à proposição de leis. Em outros termos, as conferências de cultura e o CNPC ainda não possuem caráter vinculante em suas deliberações. Nesse caso, os efeitos das diretrizes aprovadas nas três conferências nacionais de cultura, realizadas em 2005, 2010 e 2013 sobre as decisões governamentais parecem ser melhor explicadas pela conjuntura propícia que alinhava as pautas de atores sociais e políticos à vontade política do Ministério da Cultura. (ZIMBRÃO, 2013, p. 13) do que propriamente ao avanço institucionalizado de uma cidadania participativa. O que encontramos na atualidade é uma conjuntura radicalmente diferente das últimas décadas, com a diminuição de investimentos públicos federais em cultura, com a ins-

tituição de ações de controle de conteúdo em atividades realizadas ou patrocinadas por empresas públicas federais, bem como ações restritivas na atuação da ANCINE (Agência Nacional do Cinema) etc. etc.

Carvalho, Gameiro e Goulart (2008) apontavam, há 10 anos atrás, para a necessidade de se reconhecer avanços, mas também para a urgência de se identificar os limites em relação à participação autônoma e não institucionalizada.

[...] o campo da cultura no Brasil experimentou, nos últimos anos, algum arejamento do predomínio da concepção neoliberal nas políticas públicas culturais ao introduzir elementos simbólicos, identitários e substantivos na ação do Estado, e ensaiar um processo de formação de políticas com a efetiva participação da sociedade civil. [...] A participação da sociedade, ainda que monitorada, produziu a aprendizagem política dos grupos organizados da sociedade e possibilitou a experimentação de novas formas de atuação e organização que alteram o cenário político da cultura. Experiências de práticas coletivas, de organização autônoma em redes horizontais e de articulações originais para apoiar novas reivindicações, surgiram nos últimos tempos, à margem e para além das inovações inscritas nos programas governamentais. Em princípio, estas novas práticas de organizar seriam facilmente aceitas pelo aparato estatal, na medida em que a participação autônoma e o protagonismo das comunidades locais são defendidas no discurso oficial. Porém, elas têm sido o germe de conflitos e distanciamentos entre as administrações populares e os setores mais dinâmicos da sociedade. (CARVALHO; GAMEIRO; GOULART, 2008, p. 10)

Acompanhar e analisar a participação institucionalizada nos processos e produtos de instâncias de consulta e deliberação – como no Plano Nacional de Cultura, no Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais e no Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte, constituiu, portanto, oportunidade única para a reafirmação da importância de se compreender os efetivos avanços do modelo participativo na gestão pública.

O trabalho de pesquisa que deu origem a esse texto, se desenvolveu por meio de uma metodologia exploratória e de caráter qualitativo de forma a garantir o enquadramento conceitual de nosso problema de pesquisa e a posterior análise de nosso objeto empírico: a revisão das Metas do Plano Nacional de Cultura, o processo de construção do Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais e do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Para a análise de cada empiria, em um primeiro momento, foram elaboradas “linhas do tempo” com as trajetórias de cada um dos Planos e da revisão das Metas do Plano Nacional e também uma descrição pormenorizada das estruturas, dos processos e dos procedimentos adotados nos três objetos analisados.

Em seguida, por meio de uma descrição detalhada, foram traçados os antecedentes e os desdobramentos processuais que geraram a revisão das metas do PNC, bem como da elaboração dos Planos Estadual e Municipal de Cultura. Foi construída uma matriz de análise, um banco de dados no Google Drive, onde as participações nos processos foram arquivadas para posterior análise de conteúdo. Além disso, também foi feito um levantamento da memória dos processos, disponíveis em sites e publicações, bem como feita uma descrição pormenorizada dos processos, a partir de dados coletados, por meio de entrevista aberta, junto a gestores e conse-

lheiros participantes dessas instâncias participativas.

Este artigo apresenta uma rápida problematização de algumas dimensões dos três processos evidenciando a importância de se lutar pela continuidade e aprimoramento dos processos de participação social, entendidos como conquistas históricas dos avanços democráticos das últimas décadas no Brasil.

II. Os processos analisados

II.1 – A revisão das metas do Plano Nacional de Cultura

O processo de revisão das metas do PNC teve início em 2014, quando a Portaria nº.309/2014 constituiu o Grupo de Trabalho intitulado “GT MinC-PNC”, com a tarefa de reunir, consolidar, validar e disponibilizar as informações necessárias à revisão do Plano Nacional de Cultura/PNC, conforme previsto nos artigos 11 e 12, da Lei nº 12.343/2010, que instituiu o PNC. O GT foi composto por representantes das Secretarias do Ministério da Cultura e de representantes de suas Vinculadas. O processo, liderado pela Coordenação Executiva do PNC, resultou em um conjunto de propostas de revisão das metas que posteriormente foram levadas à consulta pública. Entre 2014 e 2015, o GT se reuniu 11 vezes para consolidar, validar e disponibilizar as informações necessárias à revisão. Em 24 de novembro de 2014 apresentou a proposta preliminar ao Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). O objetivo da revisão foi o de adequar as 53 metas do PNC ao processo de monitoramento, levando em consideração a qualificação de indicadores e fontes de aferição, bem como a atualização de responsabilidade pela execução de políticas, programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, ao alcance de cada uma das metas. A proposta buscou também atuali-

zar os horizontes programáticos do PNC, apontando uma leitura da capacidade de execução e indicando um possível caminho de prioridades. (MINC, 2016, p. 3)

Em 1 de setembro de 2015 deu-se início ao processo de consulta pública sobre a revisão das Metas do Plano Nacional de Cultura. Prevista para ficar disponível por 3 meses, até dezembro de 2015, o processo de consulta acabou sendo prorrogado até o dia 15 de fevereiro de 2016.

A participação ocorreu de duas formas: o participante poderia opinar sobre a proposta de alteração das metas apresentada pelo MinC ou apresentar novas propostas. Após a consulta pública, um Comitê Executivo deveria deliberar sobre a revisão final do PNC, considerando a previsão de finalização no primeiro semestre de 2016. (MINC, 2016).

É importante ressaltar que o resultado da consulta pública orientaria as decisões a serem tomadas pelo Comitê Executivo do PNC que desde 2016 deveria ter sido composto com representantes do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), do Congresso Nacional, dos entes Federados e do MinC. Tal procedimento, entretanto, nunca foi efetivado, seja pela falta de regulamentação da Lei nº 12.343/2010 que instituiria oficialmen-

te o Comitê Executivo habilitando-o a elaborar uma proposta final da redação das metas revistas, para posterior submissão ao CNPC, seja pelas mudanças políticas ocorridas a partir do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Além de uma plataforma digital, estiveram disponíveis aos interessados para o encaminhamento de críticas, comentários e sugestões diferentes canais e meios de participação como vídeos, áudios, imagens, artigos e resenhas que poderiam ser enviados por e-mail ou pelos Correios.

A consulta na plataforma virtual foi organizada de forma a disponibilizar o texto da meta em sua redação original, o texto da meta com a proposta de revisão apresentada pelo GT MinC-PNC, incluindo alteração em sua redação e também em seus indicadores, além de sua subdivisão, aglutinação a outra meta, manutenção, exclusão. Ao participante era possível participar concordando ou não com a revisão, além de apresentar seus comentários e argumentos.

O processo de participação contabilizou 1.956 votos sendo 1.796 (91,82%) favoráveis à revisão e 160 (8,18%) contrárias, além de 306 comentários assim distribuídos:

Interações	
Interações e diálogo dos e entre participantes	288
Respostas do MINC a perguntas	13
Avisos do Minc	2
Não identificadas	3
Total	306

Quadro 1 - Quantitativo de interações na Consulta das Metas do PNC

II.2 - O Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais

O Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais (PEC/MG) teve um longo processo de construção desde o início da década de 2000. Podem ser destacados como momentos estratégicos no processo a realização de um Fórum Técnico organizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre o financiamento público da cultura, que aconteceu entre 2004 e 2005; a aprovação da emenda à Constituição do Estado número 81/2009, que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração de um Plano Estadual de Cultura por meio de processo de tramitação de lei ordinária. Além disso, a implantação do Conselho Estadual de Política Cultural, em 2011/2012, a adesão do estado de Minas Gerais ao SNC em 2013 e a eleição da segunda composição do Conselho Estadual de Política Cultural em 2014, se configuraram como marcos históricos importantes.

O processo específico de construção do PEC/MG, teve início em 2014 e seguiu a orientação dada pela Metodologia de Elaboração de Planos Estaduais de Cultura elaborada e aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina, por meio de um convênio firmado com o Ministério da Cultura, de forma a oferecer orientação aos planos decenais dos estados. Sua efetivação se deu com a promulgação da Lei Estadual nº 22.627 em 2017.

O processo de participação social ocorreu em ambiente virtual entre 18 de abril e 18 de maio de 2016 no site da ALMG e por meio de 12 Fóruns Regionalizados realizados entre 22 de fevereiro e 17 de maio do mesmo ano. Ambas as consultas forneceram elementos para a sistematização e debates na etapa final realizada entre 8 e 10 de junho de 2016. Nos fóruns presenciais os temas de discussão foram divididos em três grandes grupos relacionados à Garantia de Direi-

tos Culturais; Sistema Estadual de Cultura e Sistema de financiamento à cultura. Já para a consulta virtual, foram priorizados 12 temas divididos em dois grandes grupos “Garantia de Direitos Culturais” e “Sistema Estadual de Cultura”.

II.3 - O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, o Plano Municipal de Cultura se efetivou por meio da Lei nº 10.854, de 16 de outubro de 2015, aprovado antes da instituição do Sistema Municipal de Cultura que se deu pela Lei nº 10.901 de 11 de janeiro de 2016, que o dispõe como um de seus elementos. A elaboração de planos municipais de cultura contou com a participação da sociedade civil por meio de conferências e do conselho de política cultural.

A Prefeitura de Belo Horizonte assinou em 2005 o protocolo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e em 2010 assinou o Acordo de Cooperação Federativa junto ao Ministério da Cultura. Entre 2005 e 2010, a Fundação Municipal de Cultura realizou duas conferências municipais nas quais as proposições de instituição do Sistema Municipal de Cultura foram aprovadas, incluindo a agenda de elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Em 2012, é dado o início do processo de consolidação do Sistema Municipal de Cultura e de seus elementos: órgão gestor, conselho de política cultural, conferência de cultura, plano de cultura, sistema de financiamento à cultura, sistema de informações e indicadores culturais, programa de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura. Destaca-se desse momento, a pauta incisiva do Conselho Municipal de Política Cultural (COMUC) para a elaboração do plano municipal de cultura somada à atuação dos servidores efetivos da instituição ingressos a partir de 2009.

Desde 2005 a gestão municipal empreendeu, com períodos de menor e maior comprometimento, a depender da gestão, processos voltados para a implantação dos elementos que integram o Sistema Municipal de Cultura. A proposta de elaboração do PMC, esteve presente nas propostas aprovadas desde a 1ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2005. Entre 2011 e 2012, o Plano Municipal de Cultura foi tema apresentado e debatido em encontros promovidos pela Fundação Municipal de Cultura, por meio de um projeto de seminários intitulado Diálogos Culturais. Durante este período, o COMUC realizou reuniões específicas para instaurar o processo de elaboração do plano municipal de cultura, partindo da leitura dos materiais das conferências municipais de 2005 e 2009 e deliberando sobre a inclusão do tema na 3ª Conferência Municipal, realizada em 2013. Ainda em 2012, foram criados grupos temáticos no âmbito do Conselho, com membros do poder público e da sociedade civil para análise das propostas das conferências anteriores e preparação de um material para embasar a minuta do Plano Municipal. Em 2013, a Fundação Municipal de Cultura, com a colaboração do Conselho Municipal de Política Cultural, realizou, em julho, a 3ª Conferência Municipal de Cultura, apresentando como um dos temas o Plano Municipal de Cultura. A conferência foi precedida por nove pré-conferências regionais que levantaram propostas para os temas da conferência. Na plenária final foi aprovada a realização de uma Conferência Extraordinária focada apenas no documento do plano municipal. A Conferência Extraordinária foi realizada em agosto de 2013, tendo como tema a construção do Plano Municipal de Cultura. No entanto, a plenária considerou ainda insuficiente o tempo para deliberar definindo a realização de reuniões deliberativas subsequentes, e relativas a temas e linhas da política cultural municipal. As reuniões foram realizadas em setembro de 2013.

Entre setembro e novembro, o material foi consolidado e feita uma entrega simbólica do documento em reunião do Conselho Municipal de Política Cultural.

Em 2014, foi realizada, pela equipe técnica da Fundação Municipal de Cultura (FMC), outra revisão e adequação textual do documento para envio ao gabinete do então prefeito Márcio Lacerda. Em 2015, a Secretaria de Governo enviou o projeto de lei nº 1501/2015 para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Entretanto, o documento enviado para a CMBH pela Secretaria de Governo não incluía as metas, ações e prazos dispostos no documento original do Plano. Com a chegada do projeto de lei do PMC na Câmara, este encaminhamento foi questionado por vereadores, servidores e grupos da sociedade civil, considerando a natureza específica de planos municipais de políticas públicas. O vereador Arnaldo Godoy, em audiência pública convocada na CMBH, coordenou um processo de negociações resultando na aprovação de emenda aditiva que incorporou metas, ações e prazos a serem cumpridos pelo município. A emenda foi aprovada e o projeto de lei também, em outubro de 2015.

III. Algumas reflexões

Como vimos, nos três casos analisados pela pesquisa, a construção e revisão dos planos de cultura, utilizou de mecanismos legítimos de participação social. Em relação ao processo de revisão das Metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), realizadas pelo MinC, 101 participantes apresentaram propostas relacionadas a questões como mudança de título da meta (27,6%); alteração da redação (33,3%); alteração dos indicadores (30,4%); uma exclusão de meta; três aglutinações de metas (2,8%) e apenas seis metas (5,7% do total), foram mantidas tal como em sua versão original.

No processo de revisão, o MinC introduziu um mecanismo muito importante na qualificação da participação social. Trata-se da apresentação dos conceitos operacionais que compunham cada uma das metas revistas, o que permitiu uma maior e melhor compreensão dos aspectos técnicos e políticos de cada enunciado.

Assim como ocorreu no âmbito estadual, em Belo Horizonte várias foram as instâncias e/ou formas participativas na elaboração do Plano Municipal de Cultura. Apesar do quantitativo de participação não ser muito expressivo, a pesquisa identificou alta qualificação da participação, considerando que 97,5% referiam-se à meta proposta, 96,7% eram comentários críticos e 81,0% eram propositivos. Vale ressaltar que a pequena participação nas consultas virtuais está relacionada à sua pouca operacionalidade, considerando que o acesso à internet é pago. A baixa adesão a processos de e-participação (participação em plataforma digital) na medida em que se constitui como um sistema muito diferente da participação presencial em conferências e conselhos, se apresenta como um interessante tema de reflexão comparativa, na medida em que constitui-se como um modelo de participação direta por meio digital, uma experiência bem distinta da participação por representação de delegados(as).

A descontinuidade nos processos participativos e na implementação de ferramentas de e-participação decorrentes das trocas de gestores no MinC, a subsequente descontinuidade das ações da própria instituição e a pouca integração da população no geral no processo, são outras questões evidenciadas na pesquisa.

No que diz respeito ao Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais e a participação no processo de elaboração, observamos que ocorreram diversas formas

de contribuição da sociedade civil: consulta virtual, fóruns presenciais descentralizados e reuniões abertas do CONSEC. Apesar da pequena adesão ao processo virtual, a participação se mostrou igualmente coerente e de qualidade: 85% dos comentários versavam sobre a temática. Além disso o tom propositivo das participações se fez presente em 97,5% dos comentários, demonstrando a qualidade e compromisso dos participantes.

Apesar de se ter várias instâncias para participação na elaboração do PEC-MG, e inclusive isto ser um fator considerado positivo pelos entrevistados na pesquisa (gestores e conselheiros de cultura), a participação de pessoas que não atuam no campo das artes e da cultura também não se efetivou o que fez com que predominasse uma pauta de discussão sobre os meios e não sobre os fins de uma política cultural.

Aqui também, os mecanismos presenciais de participação se mostraram mais adequados que os virtuais, na medida em que permitiram diálogos e debates mais efetivos e interativos. É importante destacar que o uso limitado da internet se deu tanto pela ausência de sinal de boa qualidade na maioria dos municípios, seja por se constituir em serviço pago.

A pesquisa nos permite afirmar que a participação social, além de um direito assegurado constitucionalmente, se mostrou essencial para a legitimidade e consistência da construção e revisão dos instrumentos decenais de planejamento das políticas públicas de cultura. Nos três processos, é visível o amadurecimento e consolidação da participação social por meio de mecanismos diferentes e complementares. As diferenças entre a participação institucionalizada por meio da representação e a participação direta por meio digital no campo da cultura, aponta a pesquisa, requerem novos

estudos de forma a se verificar as possibilidades de aprimoramento. Entretanto, não há qualquer evidência empírica que aponte para a inadequação destes mecanismos experimentados nos três eventos estudados na pesquisa. Pelo contrário, o que se pode afirmar é que, como base nos termos da Constituição Federal, a participação social na construção de políticas públicas de cultura é um direito assegurado que necessita de aprimoramento por meio da continuidade de experiências, mas nunca a sua supressão ancorado no discurso de sua improdutividade.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, p.13-25.
- AVRITZER, Leonardo. *Experiências Nacionais de Participação Social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.
- BARROS; BRAGA; SILVA. *Relatório Final do Projeto Comunicação e Cultura: Um estudo sobre a participação social e as proposições em processos de consulta e deliberação públicas*. Processo: 409682/2013-6. Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013. Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Belo Horizonte: 2016.
- BARROS, José Marcio; COSTA, Kátia (org.). *Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiência*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2019.
- BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Política Cultural. *Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte 2015-2015 – Lei municipal nº 10.854 de 16 de outubro de 2015*.
- BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. *Sistema Municipal de Cultura - lei nº 10.901 de 11 de janeiro de 2016*
- BELO HORIZONTE. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. *Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte*. Processo nº 01.151.001-12-80.
- BRASIL. *Decreto nº 8.243*, de 23 de maio de 2014. Institui o ambiente virtual de participação social Participa.br. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 11 de novembro de 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Conselho Nacional de Política Cultural, Secretaria de Articulação Institucional. *Guia de Orientações para os Municípios Sistema Nacional de Cultura – perguntas e respostas*, novembro, 2011
- BRASIL. CASA CIVIL. *Constituição Federal*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- BRASIL. CASA CIVIL. *Decreto n.8.638*, de 15 jan. 2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8638.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.
- CARVALHO, C.; GAMEIRO, R.; GOULART, S. As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. *Anais do VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova Lisboa, 2008. Disponível em: <http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/716.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- ZIMBRÃO DA SILVA, Adélia C. Políticas públicas culturais e mecanismos de democracia participativa. *Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília/DF, 16 a 18 abril de 2013.

A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia em análise¹

Análisis de la formulación del Plan Regional de Cultura de Bahía

The formulation of the State Culture Plan of Bahia in review

Sophia Cardoso Rocha²

Palavras-chave:

Plano Estadual
de Cultura da Bahia

Plano Nacional
de Cultura

Sistema Nacional
de Cultura

Políticas Culturais

Resumo:

O objetivo desse artigo é apresentar e analisar a trajetória de formulação do Plano Estadual de Cultura (PEC) da Bahia, no marco do Programa de Nacional de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Gestores de Cultura, do Ministério da Cultura. A análise realizada ao longo do artigo baseou-se em documentos institucionais, estudos e pesquisas dirigidas a políticas públicas e na observação participante da autora. Como principais conclusões do artigo observou-se que: o processo de elaboração do PEC foi complexo e longo, acionando diversas instâncias e atores; a elaboração do PEC estava em total consonância com a política cultural desenvolvida pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult); havia um claro alinhamento político entre a Secult e o Ministério da Cultura, refletido nas diretrizes, ações e metas do PEC.

1 Texto recebido em 06/10/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Sophia Cardoso Rocha. graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador e em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui mestrado e doutorado em Cultura e Sociedade pela UFBA e é pesquisadora do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da UFBA, Brasil. Contato: sophiacrocha@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-3688-1228>

Resumen:

El propósito de este artículo es presentar y reflexionar sobre la trayectoria de la formulación del Plan Regional de Cultura de Bahía, en el marco del Programa Nacional para el Fortalecimiento Institucional de los Gestores Culturales del Ministerio de Cultura. El análisis realizado a lo largo del artículo se basó en documentos institucionales, estudios e investigaciones dirigidos a políticas públicas y la observación participante de la autora. Como conclusiones principales del artículo se observó que: el proceso de elaboración del Plan fue complejo y largo, desencadenando diversas instancias y actores; la elaboración del Plan estuvo totalmente en línea con la política cultural desarrollada por la Secretaría de Estado de Cultura (Secult); Hubo un claro acercamiento político entre Secult y Ministerio de Cultura, reflejada en las directrices, acciones y objetivos del Plan regional.

Palabras clave:

Plan Regional
de Cultura da Bahía

Plan Nacional de Cultura

Sistema Nacional
de Cultura

Políticas Culturales

Keywords:

State Culture Plan

National Culture Plan

Culture's National System

Culture Policy

Abstract:

This article aims to present and evaluate the State Culture Plan of Bahia (PEC) formulation path, within the framework of the National Program for the Institutional Strengthening of Cultural Managers, supported by the Ministry of Culture. This research is based on institutional documents, studies and investigations in the field of public policies and the author's participant observation. The analysis highlights some aspects as main conclusions: the PEC's development process was complex and long, triggering various instances and actors; the PEC's elaboration was totally in line with the cultural policy developed by the Secretariat of State for Culture (Secult); there was a clear political approach between Secult and Ministry of Culture, reflected in the PEC's guidelines, actions and goals.

A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia em análise

Introdução

Nas últimas duas décadas, as áreas da política e da gestão cultural no Brasil passaram por uma inédita mobilização em torno da instituição de elementos estruturantes, como mecanismos de participação social e instrumentos de planejamento de médio e longo prazo. Tal movimento se deu nos diversos níveis federativos que compreendem o Estado brasileiro – Municípios, Estados, Distrito Federal e União, e tiveram relação direta com uma ação intencional do Ministério da Cultura (MinC), que entre os anos de 2003 e 2016, com avanços e retrocessos, investiu na construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

O impulso observado após os anos 2000 no sistema organizativo da cultura no país, especificamente no âmbito da gestão pública, deve ser compreendido no bojo do desenvolvimento do SNC, que, em síntese, pretende instituir na esfera federal e nos demais entes federados uma estrutura capaz de garantir estabilidade à área cultural por meio de: órgãos gestores; conselhos; conferências; comissões intergestores; planos; sistemas de financiamento; sistemas de informação e indicadores; programas de formação; e sistemas setoriais de cultura. (BRASIL, 2012) Conforme o Art. 216-A da Constituição Federal (1988), esse conjunto de elementos devem possibilitar a instituição de um

[...] processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 2012)

Uma pretensão difícil sob a mais diversas perspectivas, já que os elementos que devem compor os sistemas de cultura guardam em si enormes desafios para serem criados e desenvolvidos, sem falar no cenário de fundo brasileiro que reúne, concomitantemente, o histórico da fragilidade das políticas culturais, a complexa relação entre Estado e cultura, as desigualdades regionais que caracterizam o federalismo nacional e uma democracia jovem e instável.

Por outro lado, apesar desse cenário, há de se reconhecer o esforço do país em constituir políticas sistêmicas em diversas áreas, um movimento decorrente do modelo de federalismo cooperativo que convoca os entes federados a atuarem de maneira complementar. Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu tanto competências privativas para os entes, como competências complementares e suplementares, quer permitem atuações conjuntas em diversas matérias, sem que o princípio da autonomia federativa seja violado. (ANDERSON, 2009; BARACHO, 1986) No Brasil, a prática de compartilhamento das competências em termos de prestação de serviços e promoção de atividades é tradicionalmente objeto de políticas sistêmicas, que, em resumo, têm por objetivo “promover a integração de órgãos, otimizar recursos, propiciar eficiência e universalidade do atendimento à população [...]” (CUNHA FILHO, 2010, p. 78). Neste sentido, áreas como saúde, educação, assistência social, meio-ambiente vêm se organizando para promover a atuação conjunta da União, dos Estados e dos Municípios.

A primeira experiência sistêmica no país e referencial para as demais é o Sistema Único de Saúde (SUS), fruto de uma intensa disputa capitaneada pelo movimento sanitário, que desde a década de 70 pleiteava a universalização do acesso aos serviços de saúde e sua descentralização para os entes subnacionais. Esses e outros pleitos foram aprovados na VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que estabeleceu os princípios do SUS consolidados em 1988 na Constituição Federal

e na Lei 8.080/90: universalidade; descentralização político-administrativa; regionalização e hierarquização dos serviços; atendimento integral e participação da comunidade. (ARRETICHE, 2011; BRASIL, 1988; 1990) Desde então, uma série de normas e ações vem ocorrendo em torno do SUS, o que demonstra a sua complexidade e a necessidade de compreendê-lo enquanto processo de médio e longo prazo. Para a área da cultura, a organização do SUS foi uma clara referência, conforme depoimentos dos atores responsáveis pela condução do SNC no Ministério da Cultura e os elementos estruturantes do SNC, similares ao da Saúde, a exemplo de planos nacional, estaduais e municipais (ROCHA, 2018).

A experiência da construção de planos de cultura por parte de Estados e Municípios, processo induzido pelo MinC, deve ser entendido dentro desse contexto mais ampliado, que incorpora desafios do âmbito da cultura, do pacto federativo e da gestão pública.

O Plano Nacional de Cultura e a sua pactuação

Em 10 de agosto de 2005, foi aprovada a Emenda Constitucional nº48 que acrescentou o parágrafo terceiro ao artigo 215 da Constituição Federal e previu a criação do Plano Nacional de Cultura “visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público [...]”. (BRASIL, 2005). Tal previsão materializou-se por meio da Lei nº12.343/2010, que estabeleceu por um período de dez anos princípios, diretrizes, estratégias e ações para a cultura, bem como as atribuições do poder público. Neste caso, coube expressamente ao MinC a função de coordenação executiva do PNC, sendo responsável pelo estabelecimento de metas e pelos termos de adesão ao documento. Neste ponto, vale ressaltar que a vinculação de Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do PNC deverá ser feita de maneira voluntária, em respeito ao princípio da autonomia federativa. Porém, por se tratar de um plano que não atende apenas à esfera

federal, o PNC necessita que os três níveis federativos possam atuar de forma coordenada e colaborativa. O reconhecimento da dimensão federativa do PNC pode ser observado por meio de diversas metas que, para serem atingidas até 2020, precisam da atuação conjunta dos entes subnacionais, a exemplo de:

Meta 1: Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados.

Meta 37 - 100% das Unidades da Federação (UFs) e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com secretarias de cultura exclusivas instaladas.

Meta 49: Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao SNC. (BRASIL; MINC 2012)

A implementação de metas como essa exigem uma articulação entre todos os entes federados. Nesse sentido, é fundamental que o PNC e o SNC possam estar em sintonia e avancem nos processos de definição das competências e atribuições de cada ente, o que ainda não foi concretizado. Apesar da Lei nº12.343/2010 prever que haja um regulamento tratando de tais aspectos, não houve a publicação do mesmo até o momento.

[...] apesar de a lei não limitar um tempo para que isso ocorra, a falta de um regulamento atravança objetivos que demandam a capilarização das políticas em nível municipal e estadual, o estabelecimento de mecanismos de gestão e financiamento compartilhado de ações públicas e a própria interligação institucional com o Sistema Nacional de Cultura, principal responsável pela articulação federativa do Plano. (VARELLA, 2014, p. 166)

O SNC, assim com o PNC, tampouco teve sua regulamentação publicada, o que prejudica o seu desenvolvimento. De acordo com Silvana Meireles (2017 apud ROCHA, 2018), o debate sobre o federalismo no âmbito do Sistema não avançou muito no MinC ou nos Estados e Municípios, o que prejudica a definição das competências, refletida na ausência das mesmas no PNC.

O federalismo como um dos pilares do SNC é um conceito reconhecido por todos. Contudo, o debate interno e mesmo com estados e municípios não avançou muito nesse sentido. Há pouco acúmulo desse debate. Tampouco houve progressos na discussão sobre os papéis e a divisão de responsabilidades entre os entes federados. O Plano Nacional de Cultura - PNC é reflexo desse cenário: nas metas estabelecidas não há qualquer menção às competências das três esferas. (MEIRELES, 2017 apud ROCHA, 2018, p. 315)

Outro fator que agrava a implementação do PNC é o seu financiamento, posto que a Lei nº 12.343/2010 prevê que, ao aderirem ao PNC, os entes subnacionais receberão recursos públicos federais para desenvolverem suas ações. Tais recursos deverão ser transferidos da União para Estados e Municípios e serem aplicados prioritariamente através de Fundo de Cultura, com o devido acompanhamento e fiscalização do Conselho de Cultura. Ocorre que o Fundo Nacional de Cultura não possui recursos suficientes para financiar ações previstas em planos de cultura dos entes subnacionais, aliás, nem mesmo para as ações do próprio MinC.

Muitas metas do Plano Nacional de Cultura não serão alcançadas por falta de financiamento porque a maioria das metas colocadas ali é de responsabilidade do governo de estados e municípios, nem é do Governo Federal. Além de serem metas ambiciosas para um prazo de 10 anos – quando você não resolveu certas questões do próprio Sistema [SNC]–, você pas-

sa uma responsabilidade para estados e municípios quando eles não tem como suportar essa responsabilidade. (GUAPINDAIA, 2016 apud ROCHA, 2018, p. 315).

Todas as dificuldades acima relatadas não impediram o MinC de promover ações voltadas à participação dos entes subnacionais no PNC e no SNC. Nessa perspectiva, foi criado em 2011 o Programa Nacional de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Gestores de Cultura, que integrou três projetos: (1) apoio à elaboração de planos estaduais e municipais de cultura; (2) apoio técnico das representações regionais do MinC para o desenvolvimento dos sistemas de cultura; e (3) apoio à formação de gestores de cultura do Nordeste.

O projeto dos planos estaduais e municipais de cultura foi consequência de um longo processo de discussão, iniciado em 2010, quando secretários e dirigentes de órgãos públicos de cultura de Estados e Municípios indicaram ao MinC a necessidade de ações de capacitação e assistência técnica para o desenvolvimento de seus respectivos planos. O embasamento da solicitação estava na própria Lei nº 12.343/2010, que prevê que o Ministério ofereça assistência técnica e financeira aos entes que adiram ao PNC. Assim, foi realizada uma parceria entre o MinC, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e órgãos públicos gestores de cultura de estados e municípios, que a partir de 2012 iniciaram o projeto de apoio metodológico e técnico para elaboração de planos de cultura. Em síntese, a UFSC ficou responsável por acompanhar o Distrito Federal e os Estados, e a UFBA, os municípios. Vale ressaltar que apesar de as universidades desenvolverem metodologias próprias, ambas deveriam favorecer a participação social, a criação e o uso de instâncias de governança e abranger tanto a dimensão setorial da cultura quanto territorial.

A primeira edição do Projeto de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais

de Cultura abarcou 17 unidades federadas: o Distrito Federal e 16 Estados, todos signatários do Acordo de Cooperação Federativa do SNC; dentre esses estados estava a Bahia, cujo processo de participação no projeto será analisado a seguir.

Antecedentes do Plano Estadual de Cultura da Bahia

A formulação do Plano Estadual de Cultura da Bahia (PEC) possui alguns marcos antecessores à participação do Estado no Programa Nacional de Fortalecimento Institucional dos Órgãos Gestores de Cultura, a saber: (1) criação da Secretaria de Cultura do Estado (Secult) em 2006; (2) alinhamento político da Secult com o MinC; e (3) instituição do Sistema Estadual de Cultura da Bahia em 2011.

De 1991 a 2006, o Estado da Bahia foi governado por coligações dirigidas pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, que no campo da cultura optou por não dedicar-lhe um órgão gestor exclusivo. Assim, durante mais de uma década, as ações dirigidas a essa área esteve sob o comando da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), o que na opinião de alguns estudiosos implicou em distorções como: subordinação da cultura em relação ao turismo; construção de um discurso de uma identidade baiana voltada para fortalecer o mercado do turismo, negligenciando a diversidade cultural do Estado; e concentração de recursos em Salvador, capital do Estado, e em torno de um grupo pequeno de produtos culturais (CANEDO, 2008; FERNANDES, 2008; RUBIM, 2007).

A relação entre cultura e turismo é complexa e enseja uma série de debates, a exemplo da construção de estereótipos voltados para representar determinada riqueza cultural de uma região/povo (HAZIN, OLIVEIRA, MEDEIROS, 2001) e, mais recentemente, de processos de gentrificação típicos de grandes centros urbanos, onde a preservação de sítios históricos veio acompanhada da

apropriação seletiva do espaço, constituindo uma política que tenta conjugar renovação e preservação patrimonial, privilegiando a oferta de infraestrutura e serviços voltados para o turismo e para a ascensão econômica (PAES, 2018). Nesse sentido, o reconhecimento da interface entre cultura e turismo não pode ser desacompanhado de uma reflexão profunda e crítica sob os efeitos das políticas dirigidas a um e a outro. No caso da Bahia, tais políticas conduziram ao provimento de ações culturais da SCT voltadas para:

[...] infraestrutura, através da construção e da manutenção de equipamentos culturais [...], preservação do patrimônio material através do restauro de monumentos históricos e da aquisição de coleções para museus, [...] e dinamização do setor cultural. Privilegiou-se a consolidação de uma marca da identidade baiana, limitada aos recursos culturais da região do Recôncavo, em detrimento da diversidade cultural que caracteriza um Estado com 417 municípios. (CANEDO, 2008, p.71).

A prática dessa política começou a ser alterada em 2006, quando foi publicada em dezembro a Lei nº 10.549, instituindo a Secretaria de Cultura (Secult), um dos primeiros atos da gestão de Jaques Wagner, governador eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições daquele ano. Em termos organizacionais, a Secult contava com duas superintendências: Superintendência de Promoção Cultural e a Superintendência de Cultura, além das instituições vinculadas: Fundação Pedro Calmon (FPC), Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac) e o Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia (Irdeb). Em termos de orientação político-conceitual, a Secult buscou atuar a partir das seguintes linhas: diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização e diálogo/transparência; e apresentou como missão:

Formular e implementar, de forma articulada com a sociedade, políticas pú-

blicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania. (BAHIA, 2007)

O trecho citado demonstra a mudança na condução das políticas culturais no Estado e um alinhamento expressivo com a política dirigida pelo MinC, pautada nas dimensões simbólica, econômica e cidadã da cultura. Já a quarta dimensão assumida pela Secult – territorial – foi fundamental na concretização de parcerias entre os dois órgãos gestores. Assim, programas e projetos federais implantados na Bahia foram adapta-

dos seguindo a política de territorialização do Estado, refletido, por exemplo, na adoção de critérios em editais que estabeleçam cotas de projetos por município e/ou por Território de Identidade, como ocorreu com o Edital de Pontos de Cultura da Bahia de 2008 (ROCHA, 2011). Outra ação que exemplifica a aproximação entre o MinC e a Secult foi as conferências de cultura. Seguindo a dinâmica desse espaço de participação social convocado pelo Ministério (em 2005, 2010 e 2013), a Secult realizou conferências estaduais (em 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013) que envolviam etapas municipais e territoriais, e em algumas edições, setoriais. A adesão da Bahia às conferências de cultura é emblemática, conforme quadro a seguir.

	% de municípios baianos participantes	Quantidade de inscritos* (aprox.)	Tema	Quantidade de propostas - etapa estadual
I CEC 2005	5%	2 mil	Estado e sociedade construindo as políticas públicas de cultura	47
II CEC 2007	93,5%	41 mil	Cultura é o que?	394
III CEC 2009	88,4%	50 mil	Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento	32 (16 para a etapa Estadual e 16 para a Nacional)
IV CEC 2011	73%	30 mil	Planejar é preciso – consolidação dos planos de cultura	76
V CEC 2013	85,8%	45 mil	Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Estadual de Cultura	30 (20 para a etapa Estadual e 10 para a Nacional)

Quadro 01 – Comparativo das conferências estaduais de Cultura da Bahia

* Considerando o total de participantes ao longo de todas as etapas das conferências.

Os temas que conduziram as conferências de cultura revelam o alinhamento da Secult com o MinC, notadamente relativas ao Plano de Cultura e ao Sistema de Cultura, conforme as conferências de 2011 e 2013; mas refletem também um processo de institucionalização de tais elementos que vinham sendo desenvolvidos no Estado, e que foi materializado com a aprovação da Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011. A chamada Lei Orgânica da Cultura da Bahia estabelece os objetivos e princípios orientadores da política estadual de

cultura e institui o Sistema Estadual de Cultura da Bahia enquanto

[...] conjunto articulado e integrado de normas, instituições, mecanismos e instrumentos de planejamento, fomento, financiamento, informação, formação, participação e controle social, que tem como finalidade a garantia da gestão democrática e permanente da Política Estadual de Cultura nos termos desta Lei. (BAHIA, 2011)

O quadro 02 apresenta a composição desse Sistema.

I - organismos de gestão cultural:	II - mecanismos de gestão cultural:	III - instâncias de consulta, participação e controle social:
a) o Conselho Estadual de Cultura; b) a Secretaria de Cultura, seus órgãos e entidades; c) sistemas setoriais de cultura do Estado; d) sistemas municipais de cultura ou órgãos municipais de cultura;* e) instituições de cooperação intermunicipal;* f) instituições de cooperação interestadual, nacional e internacional;*	a) Plano Estadual de Cultura, planos de desenvolvimento territorial e setoriais de cultura; b) Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura; c) Sistema de Informações e Indicadores Culturais; d) Sistema de Formação Cultural;	a) Conferência Estadual de Cultura; b) colegiados setoriais, temáticos ou territoriais de cultura; c) Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; d) Ouvidoria do Sistema Estadual de Cultura; e) outras formas organizativas, inclusive fóruns e coletivos específicos da área cultural de iniciativa da sociedade.*

Quadro 02 – Composição do Sistema Estadual de Cultura da Bahia

* De acordo com o parágrafo único do artigo sétimo, esses organismos e instâncias devem integrar o SEC em instrumento jurídico próprio, definido em regulamento.

Fonte: elaboração da autora a partir de informações disponibilizadas na Lei Estadual nº Lei nº 12.365/2011.

Em comparação com o SNC, vale ressaltar que o Sistema de Cultura da Bahia foi instituído um ano antes, já que a Emenda Constitucional nº 71 que

acrescentou o Art. 216-A à Constituição Federal só foi aprovada em novembro de 2012. Em termos de composição, observa-se que o Sistema Estadual incorpora

mais instâncias de consulta, participação e controle social que o SNC, prevendo existência do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; Ouvidoria e abrindo ainda para novas formas organizativas. Além disso, pode ser composto também por instituições de cooperação de diversos âmbitos, inclusive internacional.

Especificamente em relação ao Plano Estadual de Cultura, o artigo 15 da Lei Orgânica o descreve como mecanismo de gestão cultural de caráter obrigatório que deve orientar a formulação do Plano Plurianual, dos planos territoriais e setoriais, além do Orçamento Anual. A Lei estabelece ainda a estrutura do PEC – diagnóstico; diretrizes; estratégias, metas e ações; políticas específicas, inclusive setoriais e territoriais, de fomento e de qualificação; fontes de financiamento etc. –, as responsabilidades e as condições para sua aprovação, a exemplo de: (1) periodicidade mínima decenal; (2) ser elaborado com participação social, devendo considerar as proposições da Conferência Estadual de Cultura e o conteúdo do PNC; (3) contar com a participação e o controle social no momento da formulação, execução, acompanhamento e avaliação; (4) ter o processo de elaboração coordenado pela Secult, cabendo ao Conselho Estadual de Cultura a sua apreciação e deliberação para que o mesmo seja, por fim, encaminhado à Assembleia Legislativa.

O conjunto de todas essas iniciativas apresentadas nessa sessão é fundamental para compreender o processo de ingresso e participação da Bahia no projeto de apoio à elaboração de planos estaduais de cultura do MinC.

A elaboração do Plano Estadual de Cultura da Bahia

Em março de 2012, a Secult firmou Termo de Compromisso com o MinC

e a UFSC dirigido à elaboração do Plano Estadual de Cultura da Bahia. De acordo com esse documento, o Ministério deveria indicar as diretrizes gerais do projeto e supervisionar o plano de trabalho; à UFSC caberia dar condições técnicas para o desenvolvimento das atividades de elaboração do plano junto aos Estados; e à Secult prover condições para a construção do mesmo por meio de medidas como: acolhimento de técnicos; acesso a documentos; garantia do processo de construção participativa etc. A vigência do Termo era de 12 meses, prazo que se mostrou inexecutável para a tramitação completa do Plano: do diagnóstico à aprovação na Assembleia Legislativa do Estado. Nesse sentido, a Secretaria continuou trabalhando no documento ao longo de 2013, 2014 e 2015.

O trabalho de elaboração do PEC foi conduzido pelo “Núcleo Executivo Estadual”, composto por um articulador, funcionário da Secult, e por dois técnicos contratados após indicação da Secretaria e análise curricular da UFSC, sendo uma coordenadora técnica e um analista técnico em gestão cultural. Ao longo de dois anos, esse Núcleo se dedicou à formulação do Plano com apoio de dirigentes e servidores da Secult, incluindo o próprio Secretário, Albino Rubim, que considerava essa ação prioritária para a gestão pública e lhe dedicou acompanhamento direto. Para Rubim (2014, p.6), era preciso fortalecer a institucionalidade da cultura por meio da criação de legislações vinculadas a demandas sociais e disputas político-culturais.

A institucionalidade cultural ainda é muito frágil na Bahia, no Brasil e no mundo. A confecção de legislações qualificadas tem um papel essencial na conformação de um ambiente adequado que estimule e garanta o fortalecimento da cultura. A legislação é uma das dimensões mais substantivas da institucionalidade. Ela baliza e dá regra e compasso para a cultura. Uma legislação qualificada

e progressista estimula sobretudo o campo cultural e seu desenvolvimento.

Nesse sentido, o PEC integrava a pretensão de fortalecimento da Secult e da própria política cultural do Estado.

Um dos primeiros desafios enfrentados pelo Núcleo Executivo Estadual foi avaliar a proposta metodológica da UFSC, já que era preciso adequá-la à situação do Estado, possuidor de antecedentes que não podiam ser ignorados. Sabia-se que vários Estados haviam firmado o Termo de Compromisso com a UFSC e o MinC e que era preciso garantir algum grau de independência em relação à metodologia geral proposta pela Universidade. As condições de implantação do SNC variavam de um lugar para outro, a exemplo da existência de órgão gestor exclusivo para a cultura em alguns estados; funcionamento e composição de conselho de cultura; e existência de sistema estadual de cultura, caso da Bahia e do Acre. Especificidades desse tipo devem ser alvo de constante preocupação em uma política que se proponha sistêmica e fomentadora do pacto federativo, como é o caso do SNC. Para Barros e Machado (2013), o alinhamento institucional e formal em torno da construção de um sistema federativo deve respeitar as singularidades culturais e regionais. Nesse sentido, apesar de o importante alinhamento entre os planos estaduais de cultura e o PNC, é preciso garantir espaços para que os entes subnacionais possam instituir seus processos e dinâmicas respeitando suas especificidades.

No caso da Bahia, tais singularidades foram respeitadas e assimiladas ao longo do diálogo com a UFSC, cuja metodologia era pautada em quatro etapas: (1) sensibilização e mobilização dos atores sociais chave e articulação de parceiros; (2) análise situacional da realidade do setor cultural; (3) prognóstico para o futuro do setor cultural; e (4) sistema de monito-

ramento e avaliação do plano estadual de cultura (UFSC, 2012).

O objetivo principal da primeira fase era criar e fomentar processos de participação social. Para isso, era indicado a criação de um fórum estadual e de fóruns regionais. Ao Núcleo Executivo Estadual caberia coordenar tal trabalho, envolvendo também a formação dos participantes, levantamento de informações sobre as regiões/territórios, realização de oficinas e seminários etc. Como a Bahia já havia iniciado o processo de formulação do seu PEC, especialmente considerando a IV Conferência Estadual de Cultura, ocorrida um ano antes do início desse projeto, a Secult decidiu não criar os fóruns indicados pela UFSC. A IV CEC, conforme Quadro 01, teve por tema a elaboração de planos de cultura; a sua mobilização foi intensa, envolvendo aproximadamente 30 mil pessoas, entre representantes da sociedade civil e do poder público; em termos territoriais, a abrangência da IV CEC foi grande, com participação dos 27 territórios de identidade (100%) e 307 municípios (73%). Considerando esse contexto, criar novas instâncias de discussão para levantar as prioridades para o PEC poderia deslegitimar a Conferência, fragilizando o processo de participação social iniciado em 2005. Nesse sentido, a Secult optou por reconhecer as Conferências enquanto espaço fundamental na formulação de políticas públicas e por potencializar instâncias de diálogo já existentes. Assim, manteve-se ao longo do projeto relação especial de proximidade com o Conselho Estadual de Cultura, na época composto exclusivamente por representantes da sociedade civil. Além disso, foram realizados encontros com integrantes dos Pontos de Cultura da Bahia; com representantes de órgãos públicos municipais da cultura, por meio da Associação de Dirigentes Municipais de Cultura, e com servidores e dirigentes que ocupavam lugar estratégico na Secult, a exemplo dos Representantes Territoriais

da Cultura (funcionários que atuavam nos Territórios de Identidade).

A segunda fase do projeto – análise situacional da realidade do setor cultural – tinha por objetivo reunir informações para construção de um diagnóstico, auxiliando a indicação das prioridades para o PEC. Para tanto, o Núcleo Executivo, com apoio de outros setores da Secretaria, reuniu informações das quatro conferências de cultura e dos relatórios de gestão da Secult, além de dados do IBGE, do IPEA, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e da Secretaria Estadual da Fazenda. Esse conjunto de informações foi estruturado em torno das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, e de aspectos relativos à gestão cultural e à participação social, em sintonia com a organização do PNC. Dessa etapa vale ressaltar que foram encontradas diversas limitações, pois os dados sobre a cultura no Estado eram insuficientes e estavam dispersos. A fragilidade e falta de sistematização de informações que acomete a área da cultura não é novidade e nem exclusividade da Bahia. Na esfera federal, somente a partir dos anos 2000 é que o IBGE passou a gerar dados sobre a área, após acordo firmado com o MinC durante a gestão do ministro Gilberto Gil. É sabido que a elaboração de políticas públicas deve considerar estudos e pesquisas que ajudem a definir diretrizes e prioridades, evitando o desperdício de gastos e esforços. Entretanto, os instrumentos de gestão, como os planos de cultura, ainda possuem seus diagnósticos fragilizados. Ao analisar o PNC, Albino Rubim (2008) destaca justamente a fragilidade e fragmentação de seu diagnóstico, que não conseguiu delimitar com precisão os problemas a serem atacados, refletindo na dispersão do documento. No caso do PEC, apesar do esforço de indicar os pontos fracos e fortes do setor cultural do Estado, o diagnóstico nem sempre conseguiu apresentar com segurança o que precisava, de fato, ser realizado.

“Prognóstico para o futuro do setor cultural” era a terceira fase do projeto, cujo objetivo era traçar estratégias para alcançar os resultados pretendidos, em sintonia com o diagnóstico. Era o momento de definir as diretrizes, objetivos, estratégias, metas e ações do plano, incluindo os prazos de execução e a previsão de recursos. Tais elementos estavam em consonância com as exigências da Lei Orgânica da Cultura da Bahia, que ressaltava ainda a necessidade de serem consideradas as conferências de cultura e o PNC. Diante disso, o Núcleo Executivo começou o trabalho reunindo todas as propostas eleitas como prioritárias nas quatro conferências estaduais de cultura, perfazendo análise de aproximadamente 550 propostas. Esse grande número de demandas prioritárias pode ser interpretado como uma vontade do poder público de contemplar a maior quantidade possível de ideias e de atores culturais, evitando atritos entre esses. Porém, essa postura agregadora dificultou a indicação objetiva das prioridades para a política cultural do Estado, e ao final, as demandas eram tantas que se tornou impossível identificar o que realmente deveria ser prioritário para a área. Converter as demandas de conferências em diretrizes/estratégias da política cultural é um desafio a ser enfrentado. De maneira geral, as conferências expressam necessidades e desejos, mas desconsideram aspectos fundamentais da gestão, como expectativa de recursos orçamentários, prazos, meios de acompanhamento e avaliação (VILUTIS, 2012). Além disso, os resultados das conferências muitas vezes não originam políticas públicas, já que não há dispositivos, métodos ou mecanismos institucionalizados que assegurem tal desdobramento (ZIMBRÃO, 2013).

No caso da Bahia, muitas propostas apresentadas nas conferências estaduais foram eliminadas do PEC, já que era impossível formular um documento de gestão com periodicidade decenal capaz de

absorver todas aquelas demandas. Para Albino Rubim, apesar de o PEC ter considerado os resultados das conferências,

[...] Isto não significa, honestamente, que todas as propostas aprovadas nas conferências tenham sido ou possam ser implantadas. As demandas são muitas, diversas, algumas exigem recursos vultosos e outras são contraditórias, como é natural em um ambiente democrático (RUBIM, 2013a, p.3).

Para selecionar as propostas que poderiam compor o Plano, o Núcleo Executivo precisou analisar individualmente cada uma delas, observando uma série de critérios, tais como: consonância com os princípios do Sistema Estadual de Cultura; compatibilidade com o PNC; competência do órgão demandado; capacidade de execução considerando tempo e recurso. O trabalho de interpretar, analisar e compilar as contribuições das conferências gerou um documento com 233 propostas, que obviamente necessitava ser reduzido para tornar-se exequível. Nesse sentido, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes da Secult que atuou no estabelecimento de prioridades a partir da aplicação do método GUT. O fato desse GT ser composto por funcionários das várias áreas da Secretaria favoreceu o surgimento de temas não discutidos nas conferências e que foram incorporados no PEC, a exemplo da estratégia 2 – “Aprimoramento de gestão de políticas públicas”, que tem como uma das ações “b) fortalecer os quadros institucionais e carreiras da Secretaria de Cultura, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências” e a meta

70% do quadro de pessoal da Secretaria formado por servidores efetivos estatutários. Realização de concursos públicos, em especial, para profissionais especializados. Plano de carreira dos servidores da Cultura reformado em 2015 e implantado em 2016.

Esse GT favoreceu também o debate sobre a necessidade de ações complementares entre os setores da Secult. Por exemplo, algumas propostas das conferências eram dirigidas à memória dos povos tradicionais e necessitava da atuação conjunta do IPAC e do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI). Vale ressaltar que além do distanciamento entre as unidades vinculadas, havia um certo afastamento dessas com o órgão central da Secretaria, daí a necessidade da “superção deste esgarçamento institucional e o desenvolvimento de políticas compartilhadas”. (RUBIM, 2013b, p. 176) Todo esse trabalho ensejou um debate fundamental sobre como as questões setoriais seriam incorporados ao Plano, o que levou à decisão de não incluí-las, deixando-as para os seus respectivos planos setoriais. Desse modo, o PEC não estabelece ações específicas para o teatro, o museu, a música ou a leitura. O documento traz estratégias mais amplas, capazes de abarcar diversas áreas, a exemplo da estratégia 13:

Desenvolvimento e ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive os da Secretaria de Cultura do Estado, através das seguintes ações: a) ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, qualificando a fruição e o contato com as culturas; b) promover a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência. (BAHIA, 2014)

Outro desdobramento do trabalho desse GT foi a identificação de várias demandas das conferências que não eram da competência direta da Secult, mas que eram fundamentais para a área da cultura, a exemplo de propostas voltadas para educação e comunicação. Nesse sentido, o PEC dedicou uma sessão para tratar da transversalidade da cultura com outras áreas, estabelecendo no parágrafo sétimo, estratégia 20:

Promoção da articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas governamentais, através das seguintes ações:

[...] b) atuar em conjunto com os órgãos de educação no desenvolvimento de atividades que insiram a cultura no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante; [...]

e) promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura; [...]

f) realizar programas, em parceria com os órgãos de comunicação, para que atuem como centro de produção e difusão cultural;

g) implantar, em conjunto com os órgãos responsáveis, a banda-larga em todo Estado da Bahia; [...] (BAHIA, 2014)

Finalizado o trabalho desse GT, coube ao Núcleo Executivo compatibilizar as prioridades pré-definidas para o PEC com as previstas no PNC. Assim, se a meta 2 do PNC prevê “100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)” (BRASIL; MINC, 2012), o PEC a incorporou nos seguintes termos:

Art. 9º, III – estratégia 3 - Implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, através das seguintes ações:

a) cadastrar, mapear e sintetizar as informações culturais, a fim de orientar a coleta pelo Estado e Municípios de dados relacionados à gestão, formação, produção, difusão, circulação, fruição e reflexão de obras, atividades e expressões culturais;

b) estabelecer parâmetros para formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas culturais. (BAHIA, 2014)

Várias outras iniciativas foram absorvidas pelo PEC e a sua própria estrutura buscou refletir a organização do PNC. Outra similaridade entre os dois refere-se à elaboração posterior das metas, ou seja, após a publicação como lei dos Planos. No caso do PNC, ele foi instituído por lei em 2010 e suas metas publicadas em dezembro de 2011. No caso do PEC, ele foi aprovado como lei em novembro de 2014 e suas metas submetidas a consulta pública entre dezembro de 2014 e março de 2015. O Projeto de Lei do PEC, portanto, não apresentou metas, sendo composto por 12 princípios, 19 objetivos, 7 diretrizes, distribuídas em sete capítulos, 20 estratégias e 62 ações.

A minuta do PEC foi submetida a consulta pública, via internet, entre os dias 15 de agosto e 30 de setembro de 2013, cabendo sugestões de alterações em todo o documento. Ao final foram registradas 133 contribuições, sendo quase todas comentários ou relatos sobre determinado tema. Não foi sugerido exclusão de conteúdo e das inclusões sugeridas, seis foram inseridas no documento, que seguiu para apreciação do Conselho Estadual de Cultura. De acordo com a Lei Orgânica da Cultura, a aprovação e deliberação do PEC cabia ao Conselho e, seguindo a determinação, a Secult encaminhou aos conselheiros a minuta comentada do Plano, ressaltando as contribuições da consulta pública, e o diagnóstico. A reunião de deliberação foi realizada na sede do Conselho ao longo do dia 05 de novembro de 2013 e contou a presença do secretário e alguns dirigentes da Secult, do Núcleo Executivo do Plano, e dos próprios membros do Conselho. Do debate nesse plenário vale destacar a alteração de duas propostas incluídas após a consulta pública: “Garantir formação periódica aos conselheiros de cultura” e “Garantir a for-

mação dos membros que integram os Fundos de Cultura”. Por decisão dos conselheiros, essas ações passaram a ser redigidas como: “Garantir assessoria técnica aos conselhos de cultura” e “Garantir assessoria técnica aos membros que integram os Fundos de Cultura”. No entendimento dos conselheiros não eram necessárias ações de formação para tal função, já que aqueles que tomam posse nessa instância já devem possuí-la, cabendo apenas uma assessoria técnica. Esse posicionamento divergia do que vinha sendo desenvolvido pelo MinC e pela Secult, que defendiam a formação permanente de conselheiros, tanto em temas específicos, como orçamento público, como em questões mais amplas relacionadas à interface entre Estado e sociedade. (FERNANDES; RUBIM; RUBIM, 2010) Apesar dessa divergência, a minuta do PEC foi aprovada em sessão única no Conselho, ressalvadas as críticas quanto à fragilidade do diagnóstico e falta de maior detalhamento do Plano, provavelmente decorrente da ausência das metas.

Especificamente sobre as metas, vale ressaltar que a decisão de não incluí-las nesse momento deveu-se a duas questões. A primeira relativa ao tempo de tramitação do Projeto de Lei do PEC. Até chegar à Assembleia Legislativa, a minuta precisava passar pela consulta pública, ser aprovada pelo plenário do Conselho Estadual de Cultura, voltar para ajustes formais na Secult, ser encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado e para a Casa Civil. Considerando que essa tramitação começaria em agosto de 2013, quando findava a consulta pública, e que em 2014 havia eleição para o Governo do Estado, era preciso dar celeridade à elaboração do documento para que pudesse ser aprovado ainda naquela gestão; especialmente considerando que

[...] a política pública ainda está vinculada a acordos político-partidários e pessoais, dificultando que se supe-

re a prática instalada de atendimentos pontuais para a sua definição e o desmantelamento de seus quadros técnicos, permitindo a implementação de uma política pública de continuidade (CALABRE; PARDO, 2013, p. 218).

Como as metas requeriam mais tempo para serem elaboradas, optou-se por inseri-las posteriormente. Além disso, na visão do secretário Albino Rubim, a inclusão das metas no Plano aprovado no Legislativo, poderia engessar o documento, visto que para as metas serem revisadas e alteradas, seria necessário submetê-las novamente à aprovação dos deputados estaduais. Nesse sentido, seria mais estratégico separar as metas do documento aprovado como Lei e inseri-las em uma normativa vinculada ao Executivo, a exemplo de um decreto. Por isso, foi estabelecido no projeto de lei do PEC que as suas metas seriam fixadas pela coordenação executiva (composta por membros indicados pela Secult, com a participação do Conselho Estadual de Cultura e representantes do setor cultural), e publicadas em 180 dias, a partir da entrada em vigor da Lei.

Finalmente, em junho de 2014 o Projeto de Lei (PL) 20.864/14 que cria o Plano Estadual de Cultura da Bahia foi enviado em caráter de urgência para a Assembleia Legislativa, onde foi aprovado por unanimidade no dia 05 de novembro desse mesmo ano. O passo seguinte dado pela Secult foi constituir uma comissão para elaborar as metas do PEC, orientadas por três aspectos: (1) considerar o PNC e suas metas, notadamente as que tinham incidência sobre os entes subnacionais; (2) não incluir metas setoriais, já que essas deveriam compor os planos setoriais que estavam em elaboração; (3) serem em número reduzido, considerando a exequibilidade do documento e a existência de outros planos complementares. Ao final, foram elaboradas 20 metas. Parte delas atendiam a diversas estratégias e ações, a exemplo da Meta 1 “Sistema es-

tadual consolidado com 100% dos planos setoriais e territoriais elaborados e implantados e sistemas municipais implantados em 60% dos municípios baianos”, que atendia a ações das estratégias 1 - “Fortalecimento da articulação das esferas dos poderes públicos”; 2 - “Aprimoramento da gestão de políticas públicas” e 9 - “Consolidação do Fundo de Cultura como principal mecanismo de fomento”. Em outros casos, duas metas atendiam a uma mesma ação, como a que respondia pela estratégia 14, “Estabelecimento de redes de equipamentos culturais”, que tinha como primeira ação: “estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais, fomentando, inclusive, programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade”. Para essa ação foram definidas duas metas:

Meta 12 - Instalação e funcionamento de, pelo menos, duas instituições culturais mantidas pelo Governo Federal na Bahia. Implantação de dois novos centros culturais da Secretaria de Cultura em territórios de identidade que não tenham equipamentos culturais da Secretaria. Instalação de, pelo menos, 40 novos centros culturais municipais na Bahia. Atração de, pelo menos, cinco centros culturais mantidos por organizações empresariais.

Meta 13 Implantação e funcionamento de rede de equipamentos culturais públicos - federais; estaduais e municipais - com intercâmbio de experiências, programações compartilhadas e acervos disponibilizados na internet.

Também foram definidas metas que dialogavam diretamente com o PNC, a exemplo de

Meta 17 - Aumento de 200% de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação em cultura, ampliação em 150% de

agentes culturais atendidos por cursos técnicos e profissionalizantes, crescimento em 100% de agentes culturais atendidos por outros tipos de cursos e aumento de 100% de agentes culturais atendidos por assessorias técnicas, transformando a Bahia em destino nacional e internacional de formação, qualificação e capacitação em cultura

Ao mesmo tempo em que essa meta atendia à estratégia 18 do PEC - “Disseminação do conhecimento e ampliação da apropriação social do patrimônio cultural” -, vinculava-se às metas 15, 16 e 18 do PNC. Vale registrar que para a implementação dessas metas, a Secult e o MinC precisam se articular com os órgãos públicos de educação.

Esse conjunto de 20 metas elaboradas pela Secult foi submetido a consulta pública entre os dias 12 de dezembro de 2014 e 31 de março de 2015, alcançando, assim, outra gestão.

Finalizado o processo de elaboração do PEC, cabia à Secult implementá-lo, monitorando as metas e realizando os ajustes necessários. Tal processo, entretanto, possui pouca visibilidade, não sendo possível acompanhar a execução do PEC, que sequer tem suas metas divulgadas no site da Secretaria. A avaliação, portanto, do desenvolvimento das ações previstas no Plano por parte de atores não vinculados à Secult fica bastante comprometida.

Considerações Finais

A análise do processo de formulação do PEC permitiu observar quão complexo é a construção de instrumentos de gestão pública que proponham ser participativos e democráticos; preocupação que permeou a Secult que, a partir de 2006, passou a ter dentre suas diretrizes a participação social e a territorialização da cultura. O PEC, por-

tanto, deveria estar em consonância com tal orientação e refletir a política desenvolvida no Estado, consolidada formalmente por meio da Lei nº 12.365/2011, que instituiu o Sistema Estadual de Cultura da Bahia. A Lei Orgânica da Cultura, como ficou conhecida, englobava uma série de iniciativas, dentre elas a previsão de planos estaduais, setoriais e territoriais da cultura. Consequentemente, o trabalho de elaboração do PEC deveria estar em consonância fina com os dispositivos dessa Lei. Também deveriam ser incorporados no documento as contribuições oriundas das diversas conferências de cultura realizadas no Estado. Especialmente a partir da II Conferência (2007), houve uma grande mobilização de atores culturais, tanto da sociedade civil como do poder público, em torno da definição de prioridades para a política cultural da Bahia. A Secult entendeu, assim, que o conjunto das demandas elencadas nesses encontros deveriam ser a principal fonte do PEC.

Outra diretriz do processo de formulação do Plano foi a articulação com o PNC. De maneira geral, as duas gestões da Secult – 2007 a 2010 e 2011 a 2014 – estiveram em sintonia fina com as políticas culturais desenvolvidas pelo MinC. Isso pode ser confirmado por diversas iniciativas, a exemplo da instituição do Sistema Estadual de Cultura da Bahia, reflexo do SNC; do Edital Pontos de Cultura da Bahia, o primeiro a ser publicado no país, fruto da estadualização do projeto do MinC; e do empenho do Estado em promover e participar das Conferências Nacionais de Cultura. Portanto, o diálogo entre o PEC e o PNC refletia esse alinhamento.

Em relação ao documento em si, verificou-se que alguns critérios guiaram a sua elaboração, a saber: número limitado de estratégias, ações e metas, inserindo apenas aquelas consideradas imprescindíveis e exequíveis; apresentação de temas centrais, delegando temas setoriais a planos específicos; exclusão de assuntos próprios de determinados municípios ou territórios, já que

as ações do PEC deveriam ser pertinentes ao todo o Estado e questões territoriais/municipais deveriam estar em seus respectivos planos; indicação de ações transversais, ainda que não fossem de competência exclusiva da SEC, a exemplo de matérias relativas à educação ou à comunicação, fundamentais para o desenvolvimento da cultura; e alinhamento com as metas do PNC.

Destaca-se nesse processo a opção da Secult de não incluir as metas no Projeto de Lei do PEC, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado em novembro de 2014. As metas são fundamentais em um plano, conferindo-lhe concretude, viabilidade orçamentária e acompanhamento sistemático. A questão é se, garantida a participação social, elas devem ser submetidas a aprovação e revisão do Legislativo ou se devem ficar restritas ao Executivo. É uma discussão que merece ser aprofundada. As metas são monitoradas e devem sofrer alterações ao longo da execução do PEC; são, portanto, mais flexíveis que outros elementos, como objetivos ou diretrizes, e, assim, podem ser modificadas com mais celeridade, nada garantido se tramitar no Legislativo. Por outro lado, a não fixação em Lei das metas pode prejudicar a implementação do Plano por parte do próprio Executivo, que, por exemplo, pode não divulgá-las ao conjunto da sociedade. Vale o debate.

Por fim, é impossível abordar esse assunto sem fazer uma mínima referência à situação atual do Brasil. A extinção do Ministério da Cultura e toda fragilização que as políticas culturais vem sofrendo nos últimos anos tem desdobramentos graves para a gestão cultural em todos os níveis de governo. O Sistema Nacional de Cultura, que por sua própria configuração de política de médio e longo prazo, requer investimento permanente, necessita estar na pauta dos governos federal, estaduais e municipais; o PNC, cuja vigência termina em 2020, precisa ser renovado com participação social; as Conferências Nacionais de Cultura ne-

cessitam ser retomadas, já que a última foi realizada em 2013 e novos diálogos entre Estado e sociedade precisam ser instituídos; o sistema de financiamento à cultura precisa ser revisto, e o Fundo Nacional de Cultura ser fortalecido para que viabilize, por exemplo, execução do próprio Plano Nacional. Apesar de todas essas necessidades, o horizonte não é nada animador no país, com uma gestão no âmbito federal completamente avessa a políticas participativas, democráticas e republicanas. Resta saber se haverá resistência e contraposição nas esferas estaduais e municipais e dos atores sociais que vivenciaram a construção participativa de políticas públicas para a cultura.

Referências

- ANDERSON, G. *Federalismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan ; São Paulo: FAPESP, 2011.
- BARACHO, J. O. *Teoria Geral do federalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- BAHIA. *Lei Estadual Nº 10.549 de 28 de dezembro de 2006*. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85395/lei-10549-06>. Acesso em: out. 2019.
- BAHIA. *Lei Estadual Nº 12.365 de 30 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/06/Lei-12.365-de-30-11-2011-LeiOrg%C3%A2nica-da-Cultura.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2014.
- BAHIA. Projeto de Lei N º 20.864/2014. Aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Poder Legislativo, Salvador, BA, 3 jun. 2014. Seção 3. p. 9-14.
- BARROS, J. M. e MACHADO, F. O Acre e o Brasil: continuidades e singularidades nas políticas culturais, in: BARBALHO, A.; BARROS, J.M., e CALABRE, L. (orgs.), *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2013. p. 43-74.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília,DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 48, 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 ago. 2005. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm. Acesso em: 11 mar. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 nov. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/EMC71_29.11.2012/EMC71.asp. Acesso em: set. 2019.
- BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Seção 1. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 29 nov. 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2012.
- CALABRE, L; PARDO, A. L. Avanços e desafios do federalismo na cultura do Estado do Rio de Janeiro. In: BARBALHO, A; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (orgs.). *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 201-222.
- CANEDO, D. *Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de*

Cultura da Bahia. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CUNHA FILHO, F. H. *Federalismo Cultural e Sistema Nacional da Cultura: contribuições ao debate*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FERNANDES, T. A *Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006*. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERNANDES, T; RUBIM, A; RUBIM, L. (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2010.

HAZIN, A. L.; OLIVEIRA, C. de; MEDEIROS, R. P. de. *Cultura e Turismo: interação ou dominação? Trabalhos para Discussão*. N.121/2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/121.html>. Acesso em: ago. 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA; SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Termo de compromisso e assistência técnica*. Compromisso que entre si firmaram o Ministério da Cultura, por intermédio da secretaria de articulação institucional, o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Cultura, e a Universidade Federal de Santa Catarina para desenvolver o Projeto de apoio à elaboração dos planos estaduais de cultura. Brasília, DF: 2011.

PAES, M. T. (2018). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP Espaço e Tempo* (online), 21(3), p. 667-684. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.128345>

ROCHA, S. C. *Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia*. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16299/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sophia%20Rocha.pdf. Acesso em: 20 nov. 2014.

ROCHA, S. C. *Da Imaginação à Constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016*. 523 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28182>. Acesso em: 06 out. 2019.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p.11-36.

RUBIM, A. A. C. Plano Nacional de Cultura em debate. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 59-72, 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3333/2449>. Acesso em: 11 jun. 2018.

RUBIM, A. A. C. V Conferência Estadual de Cultura da Bahia. 2013a. Disponível em: <https://conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/06/texto-do-secret3a1rio-de-cultura-da-bahia-albino-rubim-v-conferc3aancia1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais na Bahia contemporânea. In: BARBALHO, A; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (orgs.). *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013b. p.159-178.

RUBIM, A. A. C. Apresentação. Legislação e Institucionalidade da Cultura. In: BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. *Legislação da Cultura na Bahia*. 2014 P.5-8. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacaolegislacaodaculturanaBahia.pdf>. Acesso em: out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Planos estaduais de cultura: estratégias metodológicas para um processo participativo. In: Seminário de Planos Estaduais de Cultura, 2012 Florianópolis. *Anais...* Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

VARELLA, Guilherme. *Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VILUTIS, Luana. Planos Municipais de Cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v.5, n.2, p. 135-150, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6751>. Acesso em: 12 nov. 2017

ZIMBRÃO, A. Conferências Nacionais de Cultura e seus desdobramentos em políticas públicas. In: Seminário Internacional Políticas Culturais, 4.; 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. p. 1-16.

Plano de Cultura Infância do Ceará: um exercício de planejamento e resultado de escuta de demandas sociais¹

Plan de Cultura Infantil de Ceará: un ejercicio de planificación y resultado de las demandas sociales

Ceará Childhood Culture Plan: a planning exercise and a result of social demands

Deborah Rebello Lima²
Lilian Lustosa da Costa³

Palavras-chave:

Cultura

Infância

Plano

Diversidade cultural

Política cultural

Resumo:

A breve análise apresentada neste artigo, trata o exemplo cearense, suas características e problematiza algumas particularidades do campo de políticas culturais num contexto mais recente. O Plano de Cultura Infância elaborado pelo governo do estado do Ceará pode ser um interessante exemplo de valorização de pautas da diversidade cultural e de fortalecimento de posturas da sociedade civil. Os resultados encontrados sinalizam uma peça de planejamento recém aprovada e que possivelmente ainda precisará de redirecionamentos.

1 Texto recebido em 21/10/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Deborah Rebello Lima. Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Produtora Cultural da Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ, Brasil. Contato: deborahrebellolima@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-4598-5347>

3 Lilian Araripe Lustosa da Costa. Mestre em História, Política e Bens Culturais na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Responsável pelo Estação Ceará Criativo, escritório de Economia Criativa da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Contato: lilianlustosa@gmail.com

Resumen:

El breve análisis presentado en este artículo aborda el ejemplo de Ceará, sus características y problematiza parte del campo de la política cultural en un contexto más reciente. El Plan de Cultura Infantil preparado por el gobierno del estado del Ceará puede ser un ejemplo interesante de valorar las pautas de diversidad cultural y fortalecer las actitudes de la sociedad civil. Los resultados encontrados señalan una pieza de planificación recientemente aprobada y posiblemente aún necesiten redireccionamientos.

Palabras clave:

Cultura
Infancia
Plan
Diversidade cultural
Politica cultural

Keywords:

Culture
Childhood
Plan
Cultural diversity
Cultural policy

Abstract:

The brief analysis presented in this article deals with the Ceará example, its characteristics and problematizes some others of the cultural policy field in a more recent context. The Childhood Culture Plan elaborated by the government of the state of Ceará can be an interesting example of valuing cultural diversity guidelines and strengthening civil society attitudes. The results founded highlight a new instrument of planning that may still need redirection.

Plano de Cultura Infância do Ceará: um exercício de planejamento e resultado de escuta de demandas sociais

Introdução

Este artigo é parte de um esforço de análise de conjuntura sobre o setor de políticas culturais. Afinal, tendo em vista o decréscimo e a diminuição da centralidade da pauta em nível federal, é fundamental observar os rearranjos que o campo vem percorrendo nos últimos tempos⁴ nos estados e municípios.

Por conta disso, foram dedicados esforços para discorrer sobre as especificidades do Plano de Cultura Infância do Ceará. Ele é uma peça de planejamento importante em si, por dedicar atenção a uma temática que pouco foi desenvolvida, especificamente pelo conjunto das políticas culturais no cenário mais contemporâneo. Da mesma maneira, o exemplo reportado neste trabalho também é pertinente pela forma como foi elaborado e desenvolvido: a partir de demandas e pressão da sociedade civil organizada, mais especificamente do

4 Este artigo é fruto de um trabalho similar desenvolvido, apresentado e publicado no XV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, que ocorreu em agosto de 2019. Naquela oportunidade apresentamos um artigo mais amplo sobre o caso do Ceará e o mesmo está disponível nos Anais do evento (<http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult/>). A especificidade desta reflexão dá conta de pensar o modelo do Plano de Políticas Culturais para a Infância e em diálogo com outras ponderações sobre planos nacionais apresentadas neste dossiê.

Grupo Nacional Cultura Infância⁵. Indica, portanto, este movimento contemporâneo em que as ações públicas em cultura não podem mais ser pensadas pelo âmbito exclusivo do Estado. A escuta e a troca sobre as necessidades e pressões de múltiplos grupos da sociedade civil são mais do que pertinentes, fundamentais. Isso reforça o sentido democrático e a importância da participação dos cidadãos na tomada de decisão e na proposição de novas políticas governamentais.

Por outro lado, também toca em uma questão relevante: nos últimos tempos, tivemos um número crescente da elaboração de Planos (peças de planejamento), em diversas esferas da federação, com múltiplas temáticas e intencionalidades. Diante das descontinuidades e das fragilidades institucionais em muitos locais do Brasil, em muitos casos cresce na sociedade civil uma espécie de descrédito em relação à participação. Afinal, é também preciso ponderar sobre a mobilização executada pelo poder público para realizar as metas delineadas e também da sociedade civil para acompanhar o seu desenvolvimento.

O desafio de trabalhar com a diversidade

É importante pensar a multiplicidade de possibilidades que a noção de diversidade cultural enseja para a construção de políticas públicas. O florescimento dessa pauta

5 O Grupo Nacional de Cultura Infância é um coletivo formado por artistas, pesquisadores, gestores, produtores culturais e projetos socioculturais de diversas partes do Brasil, dentro de um ambiente interativo e construtivo. A pauta que os une é a da militância por políticas culturais de Estado para a infância. Em atividade desde 2014, o Grupo Nacional de Cultura Infância promove um diálogo com a sociedade civil e o poder público, reivindicando programas, ações e recursos públicos para a Cultura Infância nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal. O coletivo realiza o Fórum Nacional Cultura Infância, para sistematizar debates, traçar metas e encaminhar ações.

no contexto brasileiro, a partir especialmente da primeira década dos anos 2000, fomentou o surgimento de inúmeras perspectivas de atendimento e de desafios a serem contemplados pelas ações governamentais.

Em âmbito federal, antes mesmo da aprovação da Convenção de Promoção e Proteção da Diversidade Cultural, o Ministério da Cultura, à época, criou uma secretaria reservada a pensar as necessidades provenientes da diversidade cultural: a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - SID. De acordo com o decreto ministerial 5.036 de 7 de abril de 2004, que foi responsável pela reforma administrativa do MinC e o redesenho necessário para a elaboração de políticas, a SID teria as seguintes competências:

Art. 11. À Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural compete: I - promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério; II - acompanhar, em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional da Cultura, a implementação dos fóruns de política cultural, responsáveis pela articulação entre o Ministério e a comunidade cultural; e III - subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas com a promoção da diversidade e do intercâmbio cultural e a proteção dos direitos autorais. (BRASIL, 2004, p. 6)

Naquele momento, é possível ponderar que talvez a SID tivesse um papel transversal, uma Secretaria que subsidiaria as demais para a elaboração de políticas. Por isso, era preciso conhecer a diversidade cultural e diversos editais foram lançados com o propósito de mapear as especificidades desse país gigante.

A adoção da diversidade como uma das bases fundantes da política nacional

de cultura era visto como elemento essencial, afinal, estava em discussão naquele momento a proposta de uma nova abordagem para o setor. A visão de um Ministério da Cultura voltado exclusivamente para o desenvolvimento de ações vinculadas às linguagens artísticas não dava mais conta da complexidade do mundo contemporâneo, como bem pontuou Gilberto Gil, ministro da Cultura na época:

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural, mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é uma: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa. (GIL, 2003, s.p.)

A diversidade passava a ser mais do que uma escolha governamental, era como uma espécie de “reparação da desigualdade”, um mecanismo de reconhecimento da importância de todas as manifestações culturais existentes no enorme país chamado Brasil, e não apenas as que historicamente estiveram mais próximas das estruturas de poder e ganharam mais atenção do Estado. Essa abordagem era um elemento na construção da noção de cultura como um direito geral e irrestrito a ser garantido a todos os cidadãos brasileiros. E nesta direção, não apenas o

direito de acesso às práticas deveria ser fomentado, era preponderante o investimento maciço na garantia de produção de manifestações culturais. O Ministério posicionava-se a “aprender” com a diversidade, a “conhecer” a pluralidade, possibilitando reconhecimento, salvaguarda, proteção e promoção⁶.

Esta visão de diversidade cultural como um exercício de alteridade, como forma de voltar a atuação governamental para as inúmeras práticas de maneira efetiva era um desafio. É possível considerar que a visão do Brasil como uma espécie de caleidoscópio de práticas culturais era quase algo dado, como uma constatação, ou instrumento retórico utilizado em algumas ocasiões. Contudo, a efetiva dimensão dessa diversidade e de suas especificidades era ainda um trabalho bastante complexo a ser desenvolvido.

Nesse contexto, de levante da temática da diversidade cultural, outros desafios foram percebidos, afinal, era fundamental ultrapassar a utilização da diversidade como um instrumento de temática política, como bem pontua José Márcio Barros (2011). Na mesma direção, George Yúdice (2016) sinalizou que é preciso se atentar para o desafio de superar a abordagem inspiracional sobre a diversidade cultural, entendendo-a como o elemento de resolução de inúmeros males sociais. É imprescindível compreender toda a complexidade que se apresenta ao lidar com a diversidade cultural, suas necessidades, seu histórico etc.

Em síntese, a diversidade cultural brasileira não poderia ser tratada apenas como um elemento de aclamação e de celebração da cultura nacional, portanto, conhecê-la apenas não era o suficiente. Percebendo os desafios do tema e o lugar central que este

ganhou na gestão, sendo considerado um dos pilares do governo federal, a SID acabou ganhando em importância e tendo suas competências alargadas posteriormente, em 2009, no decreto nº 6.935 de 30 de abril de 2009. No entanto, sem perder a função de transversalidade com as outras secretarias.

Art. 16. À Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural compete: I - promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério; II - instituir programas de fomento às atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério; III - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, acompanhamento e avaliação de projetos culturais de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania encaminhados ao Ministério; (BRASIL, 2009, p. 7)

Contudo, a pergunta que pode ser feita: onde estava a discussão sobre política cultural para a infância diante de todo o esforço de valorização da diversidade cultural? Para Emídio Sanderson, um dos fundadores do Grupo Nacional Cultura Infância e articulador para o Plano Cultura Infância do Ceará, o debate da diversidade foi potente, mas também revelou tensões no campo, segundo fala deste gestor cultural: “Isso foi ótimo. Mas, por outro lado, criou um ambiente muito bélico, de disputas (envolvendo o recurso público). E o nosso argumento é que, quando a gente fala de infância, é a do indígena, do LGBT, de todos. Foi com essa proposição que entramos nesse território”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017)⁷.

6 Conceitos-chave na Convenção da Diversidade Cultural aprovada pela UNESCO em 2005.

7 Em síntese, a aclamação da diversidade não gerou um ambiente primaveril apenas na sociedade civil, tensões históricas acabaram surgindo no campo.

No âmbito federal, algumas ações foram realizadas para a construção de políticas que levassem em conta a temática da infância. Em 2008, a SID realizou uma oficina denominada: *Brincando com a Diversidade*, ainda na mobilização de dados e escuta de demandas da sociedade civil. Já em 2011, a nova Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (uma junção da SID com a Secretaria de Cidadania Cultural) realizou o I Encontro Nacional de Cultura para a Infância, ocorrido no Rio de Janeiro, também com o intuito de reunir profissionais, pesquisadores e governo, para o debate da pauta e a possibilidade de geração de dados para a construção de políticas. Aos poucos, o grupo de articulação da temática foi se fortalecendo e possibilitou a inserção de uma meta específica no Plano Nacional de Cultura voltada para a infância:

Meta 47 - 100% dos Planos Setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude. (BRASIL, 2011, p. 239)

No entanto, não existem dados disponíveis sobre o atingimento dessa meta até os dias de hoje. O que esse trajeto pode sinalizar? Que não se nega a vital importância de valorização da diversidade cultural como centro do entendimento para a cultura, mas é preciso também compreender que a pulverização da demanda torna o percurso de construção de políticas ainda mais lento, mais complexo. É preciso fortalecer questões, disputar espaços e conseguir mobilização suficiente para o atendimento das necessidades.

No caso específico de ações direcionadas para a infância, não podemos falar de completa falta de ações do Estado, contudo, é pertinente sinalizar que esta pauta durante muitos anos foi atendida pelos braços de segurança pública, pela educação e pela assistência social. O olhar específico da área cultural ainda é algo novo e em amadurecimento (com muitas descontinuidades e propostas conflitantes).

Também é pertinente pensar as particularidades desta setorial a partir da cultura, é ainda mais desafiador se o modelo de construção política é focado em instrumentos democráticos. Afinal, quem fala pela infância? De que maneira? Com quais propósitos? O modelo cearense pode pontuar alguns aspectos interessantes nesta discussão.

O Ceará como espaço de resistência

O trabalho desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado tem se destacado pela continuidade de algumas políticas estruturantes e grande visibilidade nacional, tais como: o Sistema Nacional de Cultura e a Política Nacional de Cultura Viva. No entanto, não apenas a continuidade da pauta nacional pode ser destacada. Como já retratado em artigo anterior⁸, o caso cearense pode ser visto como um exemplo pertinente de continuidade de uma agenda progressista no que tange ao tratamento da cultura por parte do Estado, ainda que ainda de maneira tímida e um tanto desarticulada.

No caso da temática da infância, é pertinente salientar que parte da articulação feita já na esfera federal, para a criação da meta específica do plano nacional para a temática, teve a participação de grupos cearenses. Após a já mencionada oficina, *Brincando com a Diversidade*, em 2011, foi organizado o Encontro Nacional de Cultura Infância. Na ocasião, profissionais e instituições que atuam na defesa e promoção dos direitos culturais da criança se reuniram no Rio de Janeiro, debatendo políticas culturais de âmbito nacional para a infância. Há registros de que o grupo de articulação para a criação da meta 47 se estruturou de maneira mais orgânica durante a realização da Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis,

8 Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult>

que nesta edição foi realizado no Ceará, em 2012, que depois de organizado, foi denominado Grupo Nacional de Trabalho Cultura e Infância e apresentaram ao Conselho Nacional de Políticas Culturais um documento com a síntese de suas propostas denominado “*Uma Política Pública para a Cultura da Infância*” (CENTRO DE REFERÊNCIA NACIONAL CULTURA INFÂNCIA, 2017).

No entanto, vale salientar, que apesar de toda a articulação do grupo, o plano estadual cearense não possui nenhuma meta específica destinada a esta setorial. A inquietação sobre esse dado permitiu uma maior organização da sociedade civil e a pressão aos então candidatos ao governo do estado durante a eleição de 2014.

O Grupo Nacional Cultura Infância, com respaldo da Secult, realizou uma escuta pública com instituições como UNICEF, UFC, UECE e Ministério Público, além dos artistas que trabalham na área, para pautar, juntos aos candidatos à governador a proposta de elaboração de um plano. Quando a nova gestão assumiu a pasta da Cultura, em 2016, o Grupo se reuniu com o secretário para tornar o plano possível.

A proposta da criação de um Plano de Cultura para a Infância do Ceará visa institucionalizar uma política cultural na qual a criança fosse reconhecida como um indivíduo detentor de direitos. O objetivo era então o de levantar, por meio de uma escuta pública, as reais necessidades para a construção de um cenário cultural efetivo, para as crianças cearenses, mobilizando diferentes atores sociais e culturais (QUINTO; CAVALCANTE JÚNIOR, 2017)

O que a análise do Plano em si pode apresentar?

Em termos de estrutura e definição temática, o plano cumpre o papel de apresentar a setorial, por meio de oito títulos dis-

tintos. Em sua estrutura, a legislação delimita as definições do campo, as atribuições do poder público, as especificidades de financiamento, desenha o sistema de avaliação e monitoramento e apresenta as metas específicas. Além, é claro, de especificar sua temporalidade de atendimento decenal.

Sobre a conceituação, delimita a compreensão de infância e, consequentemente de atendimento das ações, de acordo com a faixa etária de 0-12 anos, mas indicando a compreensão da criança como um sujeito de direitos que precisam ser respeitados. Conferindo um caráter autônomo e não tutelado ao escopo do que seria infância. De acordo com o parágrafo único do artigo 1º da lei de criação do Plano de Cultura Infância do Ceará (Lei nº 122 de 2017):

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por Cultura Infância o fenômeno social e humano de múltiplos sentidos que abrange, diretamente ou indiretamente, a categoria geracional de 0 (zero) até 12 (doze) anos de idade, passando por toda sua extensão antropológica, sociológica, política, ética, estética, simbólica, produtiva e econômica e respeitando as peculiaridades das diferentes fases da infância, sendo a criança, dentro desse escopo, entendida como sujeito histórico-cultural e de direitos com prioridade absoluta, produtor de cultura e capaz de desenvolver suas diversas linguagens, destacando-se o brincar como a sua principal linguagem, a partir daí construindo suas compreensões e significações do mundo e de si própria mediante a interação com outras crianças e com os outros membros da sociedade, sem deixar de considerar a relevância das manifestações artísticas e culturais produzidas e fruídas pela criança, com a criança e para a criança. (CEARÁ, 2017, p.1)

Essa visão humanista e não tutelada sobre a infância é novamente percebida no conjunto de princípios apresentados

na legislação, com o intuito de observar as particularidades identitárias e de fases da infância, além do Estado laico, da descentralização etc. Esse capítulo também estabelece o sistema de cooperação entre estado e municípios que queiram se unir para a implementação do mesmo. Algo similar do realizado na elaboração do plano nacional, em função do respeito ao nosso sistema federativo e da autonomia dos entes.

O título seguinte especifica, com mais detalhes, as atribuições do poder público na realização das políticas para a infância que vão desde o papel articulador e formador, até indutor para que outros agentes da sociedade civil construam políticas direcionadas para esse público. No que tange às atribuições orçamentárias, o plano é tímido e apenas vincula à setorial a possibilidade de disponibilização de recursos, o que dá um tom discricionário à elaboração das políticas para o setor. Em síntese, não há nenhuma obrigação legal, ou mesmo um fundo específico destinado para as ações. Como sinalizam os artigos 7 e 8:

Art. 7º Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Estado do Ceará, havendo disponibilidade financeira, destinarão recursos a serem empregados na execução de programas, ações e projetos que contemplem a Cultura Infância em todas as suas linguagens artísticas e garantam a execução das ações e estratégias estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º A Secretaria da Cultura do Ceará, na condição de coordenadora executiva do Plano de Cultura Infância do Ceará, deve estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a Cultura Infância de forma a contemplar as ações e estratégias deste Plano, prevendo, havendo disponibilidade financeira, pelo menos um edital de seleção pú-

blica de projetos por ano voltado para a Cultura Infância, com um reajuste de, no mínimo, 5% (cinco por cento) a cada ano. (CEARÁ, 2017, p. 3)

Da mesma forma, o principal instrumento de financiamento citado pelo Plano é o edital, uma forma de seleção republicana dos projetos a serem financiados, mas um tanto desgastada pelas suas limitações. Chama a atenção também a sinalização da necessidade de buscar mais recursos nacional e internacionalmente, o que indica as dificuldades orçamentárias da pasta da cultura e que não necessariamente foram enfrentadas neste instrumento.

É pertinente indicar que, ainda que o Plano seja um reconhecimento temático importante, sem vinculação orçamentária explícita há uma enorme dificuldade de garantir a execução do planejamento delineado. Tanto que até o momento, apenas uma edição do edital Cultura Infância foi realizada, em 2016, portanto, anterior ao reconhecimento do Plano como Lei. Este edital é um exemplo interessante, porque sinaliza que essa temática gravitava a agenda política cearense não somente pela área da cultura e que a expressiva participação da sociedade civil já existia antes da aprovação do Plano.

O edital Cultura Infância, mencionado anteriormente, teve 25 projetos selecionados, nas categorias Criação, Produção, Circulação e Difusão; Pesquisa e Formação; e Memória Cultural, com um total de orçamento no valor de R\$ 986.000,00. Foram selecionados 13 projetos para o interior e 12 para Fortaleza. As propostas selecionadas eram voltados para formação com oficinas em arte cênicas, música, mamulengos e filmes; produção de livros, revista em quadrinho e cordéis; apresentação e montagem de espetáculos; programação de centros culturais; e um específico para a implantação de um parque interativo. Um tema comum em muitos projetos foi a questão do

patrimônio, ações voltadas para a preservação da oralidade na cultura indígena, educação patrimonial, tradições, entre outros. Uma nova edição está prevista para 2020.

No que tange à construção da pauta, vale ressaltar que o governo do Estado tem um programa entre secretarias denominado Mais Infância Ceará⁹, que a partir de fevereiro de 2019 teve o projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa tornando-se uma política pública estadual. Com a aprovação do parlamento estadual, o Programa passou a um novo patamar de atuação com garantias de continuidade, já que sua regulamentação resguarda as conquistas já realizadas. E pode ser uma das ações a serem vinculadas às demandas do Plano. O Mais Infância Ceará também é fruto de um amplo diálogo com a sociedade.

No que tange a área da cultura e diretamente ao Plano, o Mais Infância Ceará já entregou aos cearenses 74 brinquedopraças, espaço de lazer para as crianças, e mantém garantida mais 66 equipamentos que estão em execução e análise, além da entrega de cinco Praças Mais Infância e 27 em execução e em licitação. Através de parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC-CE), foram atendidas 125 mil crianças e 21 mil pais visitantes e participantes no Espaço Mais Infância, local composto de brinquedoteca, biblioteca infantil, sala de multimídia, cozinha gourmet e cineminha. Além da realização de 131 edições do Arte na Praça, atividades de cultura e lazer para as crianças e suas famílias em praças de 88 municípios.

9 Criado em agosto de 2015, a iniciativa defende a necessidade de se ter um olhar especial e mais dedicado à infância, a partir de um diagnóstico da situação do Estado na área e do mapeamento das ações voltadas para o segmento nas diferentes secretarias estaduais. O programa, que abrange os 184 municípios cearenses, busca contemplar a complexidade de promover o desenvolvimento infantil, estruturando-se em quatro pilares: Tempo de Crescer, Tempo de Brincar, Tempo de Aprender e Tempo de Nascer.

O Edital Cultura Infância também foi chancelado pelo programa, uma iniciativa pioneira no país com o objetivo de garantir o direito da criança à cultura, à arte para sua fruição, formação e ampliação dos seus repertórios artísticos e culturais. Outro edital também realizado a partir da parceria entre a Secretaria da Cultura e o Mais Infância Ceará foi o Toda Banda de Música é uma Escola¹⁰, que teve por objetivo apoiar, promover e fortalecer o Sistema Estadual de Bandas de Música do Ceará a partir da seleção dos municípios cearenses para implantação, ampliação ou modernização de suas bandas de música no âmbito do Programa Toda Banda de Música é uma Escola, por meio da cessão de uso de instrumentos musicais e capacitação de crianças e jovens músicos.

O diferencial do edital é que a banda de música é compreendida no referido programa como uma escola livre para educação musical, a qual envolverá músicos profissionais, regentes, arte educadores e escolas da cidade por meio de oficinas, ensaios e apresentações artísticas e demais atividades formativas e de fruição cultural. No edital foram selecionados 20 (vinte) municípios para a categoria Implantação da Banda de Música e 40 (quarenta) na Modernização da Banda de Música. Cada município receberá um kit composto por 46 (quarenta e seis) itens, entre instrumentos e estantes de partitura. O edital teve um orçamento no total de R\$ 5.447.340,00 voltado para aquisição dos instrumentos.

No que tange ao monitoramento das metas do Plano e da reavaliação das mesmas, a lei determina que seja um trabalho compartilhado entre a Secult, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Ceará e o Fórum de Cultura para a Infân-

10 Ação realizada em 2018 e inserida nos debates e proposições demandadas pela sociedade civil.

cia. Assim como a temporalidade definida para a reavaliação das propostas é de cinco anos. Segundo o artigo 13:

Art. 13. A fim de atualizar e aperfeiçoar o presente Plano, as ações e metas estabelecidas podem ser reestruturadas a cada 5 (cinco) anos, fundamentadas em avaliações quantitativas e qualitativas. Parágrafo único. A reestruturação a que se refere este artigo deve passar por um processo de consulta pública e pela aprovação do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA) e do Fórum de Cultura Infância do Ceará. (CEARÁ, 2017, p. 3)

Os títulos seguintes (da cidadania e diversidade cultural, patrimônio cultural, educação e cultura e linguagens artísticas) versam sobre a interface da temática com outras questões caras às políticas culturais. Nessas seções também é possível analisar as metas específicas de atendimento do planejamento. No geral, o instrumento apresenta, além de definições e proposições conceituais para o setor, oito metas de acordo com a divisão temática já citada.

De fato, o plano não é extremamente longo ou efusivamente detalhado, como alguns observam o Plano Nacional de Cultura, por exemplo. As metas definidas apresentam bons contornos de área, ainda que algumas sejam mais quantificáveis do que outras, o que pode dificultar a mensuração futura de resultados. Propomos uma espécie de classificação quanto à tipologia de cada uma e o seu diálogo com outras áreas da administração pública.

Meta 1: versa sobre o direito de espaços públicos voltados para as crianças para o brincar e o incentivo e acesso à leitura;
Meta 2: propõe uma derivação da Política Nacional de Cultura Viva com pontos de

cultura voltados para a infância¹¹;
Meta 3: trata de mobilidade, acesso e ações transversais com outras áreas do planejamento público visando a fruição cultural;
Metas 4 e 5: enfatizam ações que valorizem o direito à memória e à história das próprias práticas culturais através da participação dos Mestres da Cultura;
Metas 6 e 7: versam sobre a retroalimentação da própria política, a primeira indica a necessidade de mapear as práticas culturais locais para o melhor atendimento¹², a segunda aponta a necessidade de formação de agentes públicos e da sociedade civil (fazendo a interação com o campo educacional);
Meta 8: sinaliza a necessidade de apoio e fomento para instituições que já oferecem ações para esse público.

Após dois anos de publicação do Plano, ainda não existem expressivos resultados quanto ao cumprimento de suas metas. A cultura infância continua em grande parte dos programas e ações da Secretaria da Cultura, mas não com foco programático específico desta. Como enfatizamos anteriormente, só tivemos uma edição do Edital Cultura Infância e anterior a publicação do Plano. Não há um setor que pense e formule políticas para esse público de maneira específica, no cotidiano da gestão, a temática, ainda que prioritária discursivamente, é tratada de maneira transversal e atendida subsidiariamente pelos programas de outras áreas da Secult. A cultura infância teve força de agendamento da sociedade civil e na construção do Plano, contudo, a falta de uma estrutura administrativa específica e de recursos orçamentários consistentes podem dificultar a execução das propostas delineadas.

11 Vale ressaltar que o Cultura Viva já executou também ações nessa direção, como os Pontinhos de leitura, por exemplo.

12 Uma meta curiosa, não seria uma ação anterior?

Conclusões

O exemplo cearense de construção do Plano de Cultura Infância e da realização do Edital Cultura Infância é interessante por alguns motivos: pelo fortalecimento de um elo da diversidade cultural brasileira; pela valorização de uma temática transversal e que tendia a ficar “invisibilizada”; por ser um exemplo de pressão e articulação da sociedade civil e não necessariamente uma iniciativa de “participação tutelada” pelo setor público; e por ser um tema que está em disputa com a agenda conservadora que cresce no país.

Fortalecer a diversidade é tentar estabelecer ações práticas e que dêem corpo e materialidade às figuras discursivas apresentadas à exaustão na primeira década dos anos 2000. Em síntese, retomando Yúdice, estamos trabalhando para superarmos a abordagem inspiracional do tema. Da mesma forma, observar a infância para além de uma noção de segmentação de público, percebendo os desafios de aproximação não é algo simples e não pode ser tratado apenas como uma “fatia” de atendimento. Outro ponto relevante é observar esse percurso de diálogo entre Estado e grupos da sociedade civil, não necessariamente ocorre de forma homogênea e/ou linear.

A abordagem de um tema “invisibilizado” no setor das políticas culturais também é interessante. Por isso o exemplo é potente, por ser uma abordagem na área cultural de um tema que historicamente foi tratado ou pela assistência social ou pela segurança pública.

O exemplo também ilustra o percurso de amadurecimento da sociedade civil, em pleitear posições mais efetivas e do poder público em ouvi-la, porém, há que se refletir também sobre a forma de participação em setoriais em que o protagonista (o infante) não necessariamente tem lugar de fala e poder decisório. Até

o momento, quem fala pela infância no exemplo retratado foram grupos da sociedade civil e organizações de escopo internacional, como a UNICEF.

Contudo, o outro lado de construção de um plano como esse é em relação à expectativa gerada nesses mesmos grupos da sociedade civil. Afinal, apresenta-se mais um plano setorial com propostas de atendimento, algumas delas não tão mensuráveis e quantificáveis, o que pode trazer dificuldade de avaliação na efetividade do instrumento de planejamento. José Marcio Barros e José de Oliveira Júnior (2019) ressaltam a dimensão que o plano pode alcançar, como espécie de contrato entre agentes com capacidade decisória distinta, por se tratar de um instrumento de pactuação política centrada na auscultação da sociedade. Fica o questionamento: a pluralidade de estruturas de planejamento colabora com o poder público ou frustra a sociedade civil pela quantidade de demandas represadas e não atendidas em sua plenitude?

Esse debate sobre o Plano de Cultura Infância do Ceará é transversal a essas estruturas de planejamento, pois a questão passa a ser a superação de visualização do instrumento não como um fim em si mesmo, como se a fonte de articulação fosse para ser reconhecido e atendido no planejamento governamental. É preciso ultrapassar essa barreira e batalhar por mais efetividade e entrega nas pactuações ofertadas nos planos de cultura.

Por último, mas não menos importante, o tema é bastante caro ao espectro conservador brasileiro que vem se fortalecendo nos últimos anos, numa efusiva disputa por imaginários e projeções específicas de “valores”. Observar uma prática de construção democrática, que dá voz ao contraditório, mas que se preocupa com valores humanísticos sobre a infância brasileira é algo a ser efusivamente valorizado.

Referências

- BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- BARROS, José Márcio; COSTA, Katia. *Planos municipais de cultura: reflexões e experiências*. Belo Horizonte: EDUEMG, 2019.
- BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JUNIOR, José de. *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão*. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.
- BRASIL. *Decreto ministerial nº 5.036* de 7 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF, abril, 2004.
- BRASIL. *Decreto ministerial nº 6.835* de 30 de abril de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF, abril, 2009.
- BRASIL. *Portaria ministerial nº123* de 13 de dezembro de 2011. Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura - PNC. Brasília, DF, dez, 2011.
- CEARÁ. *Lei nº 122* de 2017. Institui o Plano de Cultura Infância do Ceará. Fortaleza, CE, 2017.
- CENTRO DE REFERÊNCIA NACIONAL CULTURA INFÂNCIA. *Uma política para a Cultura da Infância*. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.culturainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Uma-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-para-a-Cultura-da-Inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em 30 set. 2019.
- DIÁRIO DO NORDESTE. *O percurso do Plano*. Fortaleza, Ceará, 16 de setembro de 2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/o-percurso-do-plano-1.1821179>. Acesso em: 30 set. 2019.
- GIL, Gilberto. *Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discorso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>. Acesso em 12 out. 2015.
- LIMA, Deborah Rebello; COSTA, Lilian Araripe Lustosa da. *Políticas Públicas de Cultura e Movimentos de Resistência: O Caso da Secult-CE (2015-2018)*. Anais XV Enecult. Salvador: UFBA, 2019.
- QUINTO, Maria Edneia Gonçalves; CAVALCANTE JÚNIOR, Francisco Silva. *Estado e Políticas Culturais Para a Infância: qual é o lugar da criança?*. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo5/estadoepoliticasculturaisparaainfanciaqualeolugardacrianca.pdf>. Acesso em 30 set. 2019.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- YÚDICE, George. Os desafios do novo cenário midiático para as políticas públicas. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 20, p. 87-112, jan-jun. 2016.

O desafio de implantar um plano de cultura para a cidade do Rio de Janeiro¹

El reto de implementar un plan cultural para la ciudad de Río de Janeiro

The challenge of implementing a culture plan for the city of Rio de Janeiro

Ana Lúcia Pardo²

Palavras-chave:

Cidade

Cidadania

Plano de cultura

Política pública

Estado

Sociedade civil

Resumo:

Este artigo propõe refletir sobre o processo de trabalho de construção do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, da qual fiz parte como consultora da sua primeira etapa. Um plano decenal, cujo principal desafio é ultrapassar as ações pontuais propondo uma política de Estado. Porém, a continuidade desse processo foi interrompida, tornando-se a própria implementação do PMC-RJ um dos grandes desafios, dentre outros que se impõem: Como fazer um plano que espelhe as carências e potências dessa cidade? Como garantir o pleno exercício dos direitos culturais dos atores desse processo? Como corrigir desigualdades e concentrações? Como democratizar o acesso e a participação? Proponho discutir questões que devem estar nas bases de implantação de uma política cultural, dentro de um conceito de cultura cidadã, desde o qual construir cidade é construir cidadania para a cidade.

1 Texto recebido em 24/10/2019 e aceito para publicação em 28/10/2019.

2 Ana Lúcia Ribeiro Pardo. Pós-doutoranda e professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT-UFF), bolsista de pesquisa da (CAPES/PNPD), Brasil. Doutora e mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Contato: anapardo.teatralidade@gmail.com

Resumen:

Este artículo propone reflexionar sobre el proceso de construcción del Plan de Cultura Municipal de Río de Janeiro, del cual fui parte de su primera etapa. Un plan decenal, cuyo principal desafío es superar las acciones puntuales que proponen una política de Estado. Sin embargo, la continuidad de este proceso se interrumpió, convirtiéndose en la propia implementación del PMC-RJ uno de los grandes retos, entre otros que se requieren: ¿Cómo hacer un plan que refleje las necesidades y poderes de esta ciudad? ¿Cómo podemos garantizar el pleno ejercicio de los derechos culturales de los actores de este proceso? ¿Cómo corregir las desigualdades y concentraciones? ¿Cómo democratizar el acceso y la participación? Propongo debatir cuestiones que deben basarse en la aplicación de una política cultural, dentro de un concepto de cultura ciudadana, ya que construir una ciudad es construir la ciudadanía para la ciudad.

Palabras clave:

Ciudad
Ciudadania
Plan cultural
Política pública
Estado
Sociedad civil

Keywords:

City
Citizenship
Culture plan
Public policy
State
Civil society

Abstract:

This article proposes to reflect on the construction work process of the Municipal Culture Plan of Rio de Janeiro, of which I was a part of its first stage. A decenal plan, whose main challenge is to overcome the one-off actions proposing a state policy. However, the continuity of this process was interrupted, becoming the very implementation of the PMC-RJ one of the great challenges, among others that are required: How to make a plan that reflects the needs and powers of this city? How can we ensure the full exercise of the cultural rights of the actors of this process? How to correct inequalities and concentrations? How to democratize access and participation? I propose to discuss issues that should be on the basis of the implementation of a cultural policy, within a concept of citizen culture, since which to build a city is to build citizenship for the city.

O desafio de implantar um plano de cultura para a cidade do Rio de Janeiro

Ao vivenciarmos a primeira etapa do trabalho de construção do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (PMC-RJ), fruto de um pacto federativo e do convênio assinado com o governo federal, como significa um elemento constitutivo fundamental do Sistema Nacional de Cultura, torna-se imprescindível e urgente discutir quais serão as diretrizes apontadas no planejamento dos próximos dez anos e em que bases será consolidado. Mais ainda, qual é a garantia de continuidade e retomada deste trabalho para sua efetiva implementação, uma vez que o plano se encontra neste momento paralisado aguardando uma definição da nova gestão da Secretaria Municipal de Cultura da cidade? Este artigo pretende contribuir no sentido de problematizar e levantar questões, a partir de referenciais teóricos, para se analisar o processo de construção de uma política pública municipal a partir da implantação do Plano de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, dentro do conceito de uma Cultura cidadã.

É possível perceber que a sociedade clama por uma política pública de Cultura que tenha continuidade, uma política de Estado, para além de uma gestão de governo, fundamentada, construída, proposta e formulada em conjunto com os diversos setores da sociedade. Mas, para isso de fato acontecer, é fundamental que a política esteja referenciada em diagnósticos, levantamentos, pesquisas, mapeamentos, considerando os anseios e as necessidades de cidadãos e cidadãs que conferem vida, movimento e expressão à cidade.

Em resposta a esta inquietação, a cidade do Rio de Janeiro iniciou em 2012

o seu processo de construção do Plano Municipal de Cultura, tendo que assumir pela frente como principal desafio desta política de Estado, o de ultrapassar ações pontuais e eventuais, traçando diretrizes e metas para os próximos dez anos. Isso supõe a descentralização de recursos direcionados às áreas desassistidas das periferias da cidade, além do fomento e apoio às diferentes linguagens artísticas, à valorização, salvaguarda, proteção e manutenção das comunidades tradicionais, da memória e das identidades locais da cidade do Rio de Janeiro.

No Documento Base da Prefeitura, o planejamento proposto para a formulação de um Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro pressupõe, necessariamente, um amplo diálogo com a população carioca. Ainda que possa apontar caminhos, partindo de diagnósticos e análises acerca de programas e projetos executados nos últimos anos, é preciso reconhecer o acúmulo cultural dos seus diferentes atores, apostando numa construção coletiva. Para isso, será importante reafirmar as identidades locais como único instrumento válido para a emancipação humana dentro de uma cidadania democrática e plural.

A formulação do PMC-RJ precisará espelhar a diversidade cultural da cidade, suas potencialidades artísticas, seu poder de invenção, criação e renovação, de modo a propor políticas transversais da Cultura com as áreas de Educação, Comunicação, Turismo, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Habitação, Saúde etc. Isso em respeito à cidade do Rio de Janeiro, daquilo que representa e que ainda pode ser, do que anseia e merece ser, da força de seu povo que trabalha, luta, constrói e faz dela uma cidade que ficou conhecida como maravilhosa. Esta cidade que é a primeira do mundo a receber o título da UNESCO de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural Urbana.

Por isso, se fez necessário e urgente um Plano de Cultura, para se pensar nos caminhos futuros a partir das carências e potências da cidade, que pactue com a população e esteja alinhado dentro de uma visão sistêmica com o poder público estadual e federal. Uma política cultural, portanto, que dê condições para deixar florescer a cidade e seus cidadãos e que dialogue com gestores, especialistas e agentes de outras áreas.

Isso significa pensar a especificidade de cada segmento e, ao mesmo tempo, criar políticas conjuntas, pactuadas, com espaço para o individual e o coletivo, o local e o global, o territorial, o nacional e o mundial, o que implica colocar a Cultura na centralidade do governo, com suas práticas, políticas e estudos acerca da sociedade contemporânea. Nessa direção, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, através de um convênio firmado com o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia, deu início, em fevereiro de 2012, ao processo de trabalho com vistas à elaboração de um Plano Municipal de Cultura para a cidade.

Inicialmente, foram feitos mapeamentos, diagnósticos e levantamento de informações sobre os equipamentos, serviços e condições de produção e o acesso cultural, bem como, o alinhamento às metas do Plano Nacional de Cultura. A equipe partiu, num primeiro momento, para o diálogo, a escuta e a discussão de prioridades com os agentes culturais e a sociedade como um todo. Essa etapa de diálogo e discussão com a sociedade exigiu a convocação de representantes dos segmentos artístico-culturais para participarem de uma série de 12 encontros setoriais de Dança, Teatro, Circo, Música, Artes Visuais, Artes Urbanas, Artes Populares, Audiovisual, Livro e Leitura, Museus, Patrimônio e Memória, Arquivo, bem como, das Unidades de Polícia Pacificadora – UPP Social.

Para a elaboração do Plano de Cultura do Rio, os dados foram sistematizados tomando por base os seguintes documentos: os 12 Encontros Setoriais; as propostas levantadas na I Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2009; as metas definidas para a área de Cultura no Plano Diretor da Cidade; as metas da Lei Orgânica do Município do Rio; o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio para 2013/2016 e o alinhamento às Metas do Plano Nacional de Cultura.

Durante esse processo de construção do PMC-RJ, buscamos apresentar uma síntese com os principais problemas e os obstáculos ao desenvolvimento cultural da cidade. Um diagnóstico cultural que nos trouxe como resultado o que chamamos de uma Radiografia de Fragilidades (A), tais como: A1. Ausência de dados, mapeamentos e pesquisas em torno das manifestações culturais, da distribuição dos bens culturais e dos hábitos de consumo cultural na cidade do Rio de Janeiro; A2. Carência de escritórios de apoio e formação de técnicos, artistas e gestores; A3. Dificuldade de acesso e apoio, principalmente de novos agentes culturais aos programas de fomento; A4. Concentração de equipamentos culturais em determinadas regiões obrigando também a reestruturá-los e a ampliar o seu atendimento; A5. Falta de percepção por parte da população da potencialidade da Cultura da cidade. Faltava à cidade a sistematização de informações que explicitem hábitos e manifestações culturais, essa era uma das metas elencadas no Plano Estratégico da Cidade 2013-2016.

Até o ano 2013, a cadeia da economia da Cultura, a quantidade de equipamentos culturais e as atividades e demandas da área precisavam estar mapeadas para, assim, embasar a elaboração de políticas para os setores, conforme; A6. Carência de espaços públicos de formação para técnicos, artistas, produtores e ges-

tores culturais. E apresentam as seguintes Diretrizes (B): B1. Necessidade de revisão da Lei Orgânica do Município; B2. Revisão das leis tributárias; B3. Preservação de acervos; B4. Assegurar a integração entre as secretarias na promoção de projetos de cunho cultural; B5. Promover políticas transversais da Cultura com outras áreas.

Essa etapa, que compreendeu a realização desses doze encontros setoriais, foi fundamental uma vez que possibilitou promover o diálogo e uma escuta mais apurada com os agentes culturais. Os resultados obtidos nos encontros deram maior consistência e insumos para o diagnóstico geral e específico acerca dos problemas, vocações e potencialidades da Cultura nas diferentes regiões e territórios da cidade.

Conforme o levantamento, a cidade do Rio possuía naquele momento 18 escolas técnicas, 6 delas públicas, para a formação de artistas nas áreas de Dança, Música, Circo e Artes Dramáticas. Naquele momento, não havia sido encontrada nenhuma escola técnica voltada para a capacitação e a formação de gestores culturais. Uma iniciativa encontrada nesse sentido, seria o Programa de Capacitação RioFilme/Senai 2012 - para profissionais e estudantes do setor Audiovisual fluminense, de acordo com a categoria de Fragilidades (A) - aqui retomada: A7. Necessidade de capacitação técnica para gestores que administram espaços públicos da rede de equipamentos municipais de Cultura. Os servidores da Secretaria Municipal de Cultura começaram a ser capacitados a partir de 2011 e, com a previsão de serem capacitados 164 servidores até o final de 2012. E A8. Carência de escritórios de apoio para auxiliar na confecção de projetos culturais no município.

A Secretaria de Estado de Cultura criou em 2008 o Escritório de Apoio à Produção Cultural com atuação voltada para

a qualificação dos projetos apresentados aos editais da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e do Ministério da Cultura. O Escritório foi criado em parceria com o SEBRAE e o MinC e foi desativado em 2012. Foram atendidos, nesse período, 4.232 projetos da cidade do Rio. No âmbito municipal, identificamos o convênio, criado em 2010 com o SEBRAE e a SMC-RJ, para capacitar gestores/produtores de instituições culturais localizadas no entorno de um dos equipamentos municipais (Centro de Artes Calouste Gulbenkian). Esse convênio, que se estendeu por três meses, capacitou 19 pessoas na elaboração de planos de negócio, 15 em projetos de captação de recursos e o escritório de modelação de projetos atendeu 66 pessoas. Ao avaliar a quantidade de pedidos pela criação de um escritório municipal de projetos, concluiu-se que essa necessidade ainda não havia sido sanada já que essa demanda havia sido apontada em todas as reuniões pelos diferentes setores.

Na sequência, as Fragilidades levantadas nesse diagnóstico cultural apontou ainda: A9. Percepção, por parte de produtores e artistas, sobre a dificuldade de acesso aos investimentos e financiamentos de fomentos públicos aos novos sujeitos criativos da Cultura. Identificou-se que nos editais municipais havia a necessidade de comprovação de 2 anos de experiência e nos editais estaduais 4 anos o que, automaticamente, afastaria o jovem e o novo produtor de acessar aos fomentos públicos. E também A10. Ausência de um programa permanente de Arte-educação para a formação de educadores, em especial, voltado para museus e centros culturais da cidade. Um programa permanente ainda não havia sido desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio, mas no ano de 2012, a Secretaria ministrou 2 seminários e 2 cursos voltados ao tema da Arte-educação. Um dos seminários, que estava voltado principalmente

aos professores, com palestras e debates sobre as ações de Arte- educação, contou com 1.420 participantes.

O segundo seminário, cujo tema tratou das *Ações Educativas em Arte Contemporânea*, se propôs a discutir possíveis abordagens e promover a reflexão acerca das questões que fundamentam as ações e as proposições educativas elaboradas em exposições de Arte Contemporânea. Esse seminário, realizado no período de 2 a 5 de outubro de 2012, pela Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio junto com o Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, teve um público total de 200 educadores ao longo de 4 encontros. Nos cursos, *Encontro com Educadores -Arte Brasileira: Uma panorâmica*, foram feitos 26 encontros com a capacitação de 870 educadores, cujo intuito era que os educadores levassem para a sala de aula o tema *Arte Brasileira*. Para tanto, foram aplicadas aulas teóricas associadas a laboratórios de Arte. Já no curso *Arte Educação Inclusiva: A Arte na Inclusão de Pessoas com Deficiência Física, Intelectual e Sensorial*, 360 educadores foram capacitados num total de 12 encontros.

Nesse levantamento, surgiram também outras questões como: A11. Insuficiência de espaços de apresentação e principalmente de poucos palcos adequados à Dança na cidade para o atendimento da demanda da produção. Existem atualmente 110 palcos na cidade onde 27 são municipais, 11 estaduais, 15 federais e 56 privados. Com a alavancada do número de produções fomentadas pelos editais, ocorrida naquele período, a quantidade de palcos vinha se mostrando insuficiente para atender a essa demanda.

No caso da Dança, soma-se a esse problema o fato de que somente 2 palcos são específicos para o setor, no caso, o Teatro Cacilda Becker e o Centro Coreo-

gráfico, e os demais espaços são pouco adaptados às especificidades desse segmento. Dos 27 equipamentos municipais, apenas 4 são palcos apropriados à Dança. Ainda nesse campo de Fragilidades, foram apontadas: A11. Necessidade de reestruturação e revocacionamento dos equipamentos públicos de Cultura, no sentido de prepará-los para o recebimento das diferentes manifestações artísticas e A12. Falta de um programa de bolsas de pesquisa para artistas.

A Secretaria Municipal tinha uma bolsa de pesquisa patrocinada pela Fundação Rio Arte, a qual havia sido extinta, em 2006, com o fechamento da Fundação.

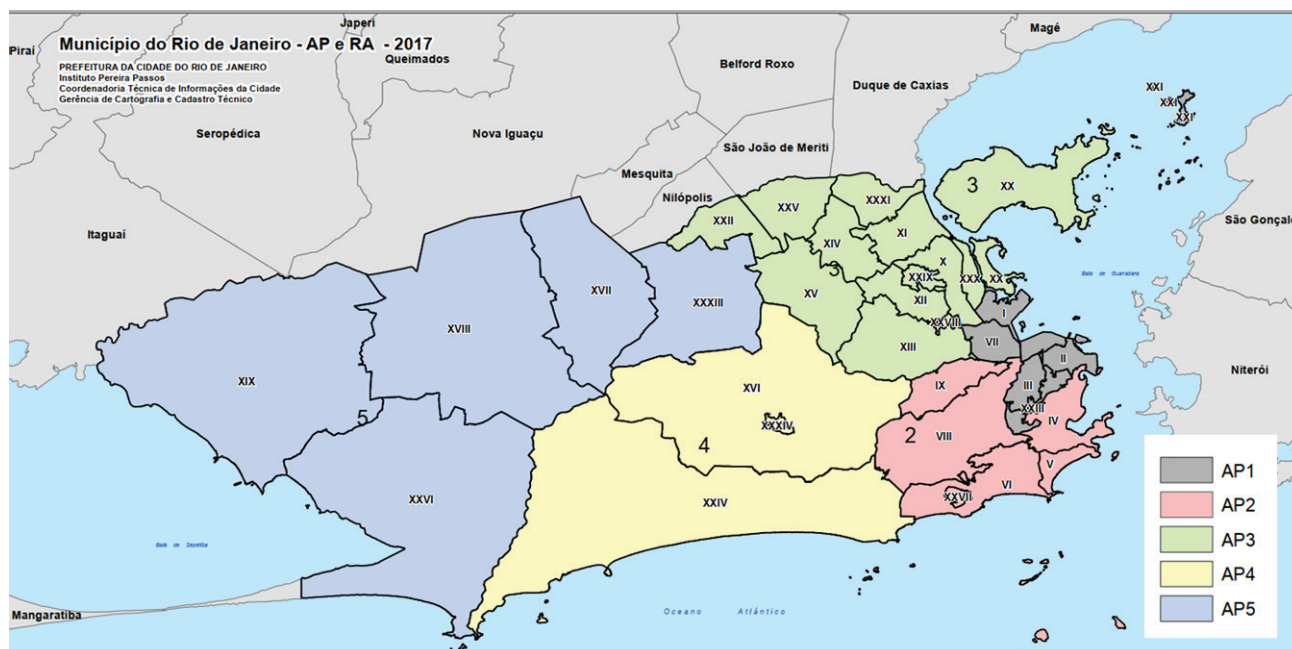
No que se refere aos editais, esta foi ainda uma fragilidade: A13. A política de fomento via editais não atende de forma universal a todos os segmentos artísticos, principalmente produtores e artistas das áreas distintas do eixo Centro- Zona Sul. O Edital de Apoio ao Teatro (FATE) existe na Prefeitura desde 2003, mas a partir de 2011 foram criados os Editais de Apoio à Música (FAM), à Dança (FADA), às Artes Visuais (PRÓ-ARTES VISUAIS) e ao Audiovisual (FAC).

Ao analisarmos os números dos editais dos anos de 2011 e 2012, constatamos que a maior parte dos projetos apoiados eram oriundos de produtoras sediadas na Zona Sul (AP2) e no Centro da cidade (AP1). Porém, esse dado isolado não explica a informação apontada pelos produtores em reuniões. Para a exatidão dessa informação, necessitaríamos de uma pesquisa mais aprofundada. Segundo informações coletadas com os analistas de alguns segmentos pesquisados, os projetos de produtores vindos da periferia precisavam de melhor formulação, aonde se concluiu a necessidade de um escritório de projetos para auxiliá-los na elaboração dos projetos a serem enviados aos editais de fomento.

Mencionamos aqui os resultados, com o número de projetos aprovados e as Áreas de Planejamento (AP) procedentes, nos anos de 2011 e 2012: FATE 2011- 75 projetos apoiados - AP1- 16 AP2-55 AP3- 1 AP4-3 AP5-0; FATE 2012 - 64 projetos apoiados - AP1-13 AP2- 45 AP3- 1 AP4- 5 AP5-0; FADA 2011- 31 projetos apoiados - AP1 - 7 AP2- 20 AP3 - 1 AP4-3 AP5-0; FADA 2012- 24 projetos apoiados - AP1 - 6 AP2- 13 AP3- 3 AP4-2 AP5 - 0; FAM 2011 - 24 projetos apoiados - AP1 -6 AP2- 16 AP3- 2 AP4-0 AP5-0; FAM 2012 - 19 projetos apoiados - AP1- 3 AP2 -14 AP3-

1 AP4- 1 AP5 - 0; PRÓ- ARTES VISUAIS 2011-28 projetos apoiados - AP1 - 6 AP2- 20 AP3- 1 AP4-1 AP5- 0; PRÓ- ARTES VISUAIS 2012 - 29 projetos apoiados - AP1 - 9 AP2 - 16 AP3- 3 AP4 - 0 AP5. O Mapa das APs, disponibilizado pela prefeitura, pode ser visto abaixo.

Cumprir registrar que a AP1 é vinculada ao centro da cidade, a AP2 é vinculada à zona sul, a AP3 é vinculada à zona norte, a AP4 é vinculada a Barra da Tijuca e Jacarepaguá e, a AP5 é vinculada a Zona Oeste.



Mapa 1 – Áreas de Planejamento APs da Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
(<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1529762/DLFE-220205.pdf/>)

Ainda nas fragilidades apontadas nos encontros, registramos: A14. Ausência de um programa de fomento anual que contemple a manutenção de companhias, como também, o processo de pesquisa e criação artística; A15. Ausência de linhas de financiamento reembolsáveis para o custeio de pequenas produções. Vale ressaltar que a única linha

reembolsável encontrada no município é uma linha de distribuição de recursos no setor de Audiovisual para a produção e a comercialização de conteúdo para cinema, TV e novas mídias, sendo no caso, a Linha Rio Global.

Essa Linha tem como objetivo promover a imagem do Rio de Janeiro atra-

vés do incentivo à produção audiovisual estrangeira na cidade e faz parte do Programa Rio Audiovisual, uma parceria da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro com a Prefeitura do Rio, através da RioFilme.

No que se refere à circulação na cadeia produtiva da Cultura, a concentração aparece como um dos principais problemas a ser enfrentado: A16. A viabilidade de circulação de ações de Cultura em todas as áreas da cidade se traduz impossível, tendo em vista a insuficiência de equipamentos culturais em todas as regiões. Os editais municipais preveem a circulação de espetáculos e exposições, mas a concentração de equipamentos nos bairros da AP-1, que engloba os bairros do Centro, e da AP-2, que envolve a Zona Sul e Grande Tijuca, e a quantidade de equipamentos culturais nas demais Áreas de Planejamento da cidade impossibilitam que isso ocorra de maneira mais efetiva. Essas concentrações percebidas na circulação apareceram também na distribuição dos recursos voltados para cada segmento artístico-cultural: A17. Na área de Audiovisual, grande parte dos investimentos públicos estão voltados, em sua maioria, para o Cinema, restando ficar prejudicada a parcela de investimento para o desenvolvimento de novos formatos.

Outra fragilidade observada se refere à dificuldade de articulação entre o Poder Público e a iniciativa privada e também entre as secretarias de governo, resultando, inclusive, muitas vezes até mesmo em ações concorrentes: A18. Dificuldade de articulação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Diretamente com a iniciativa privada, só identificou-se que havia uma articulação indireta por meio da Companhia Municipal CDURP, responsável pelas obras do Porto Maravilha que articula com a iniciativa privada. A Secretaria Municipal de Cultura possui equipamentos na região que fazem par-

te do projeto Porto Maravilha. E também: A19. Dificuldade de articulação entre a Secretaria Municipal de Cultura e as demais Secretarias da Prefeitura. A articulação se dava principalmente entre a Coordenação de Livro e Leitura e a Secretaria de Educação por meio de um programa desenvolvido no interior das Escolas do Amanhã, o Segundo Turno Cultural, onde as crianças participavam de oficinas culturais. Este projeto começou em 2009, atendendo 152 escolas e 7.600 alunos com 34 oficinas sendo oferecidas.

A partir de 2011, a Coordenação estendeu este programa às Vilas Olímpicas da Secretaria de Esporte e Lazer, onde em 2012, foram realizadas 22 oficinas em 13 Vilas Olímpicas, com um público estimado de 4.412 pessoas. Além disso, surgiram essas questões a serem enfrentadas: A20. As ações de fomento das três esferas de poder não são articuladas e complementares, sendo muitas vezes concorrentes; A21. Os Mecanismos de isenção fiscal – ISS são de difícil aplicação em razão dos mecanismos burocráticos. Para a isenção, são necessárias leis específicas, e quando existe a lei, como é o caso do Circo, a máquina pública tem mecanismos operacionais muito burocratizados que acabam por dificultar a aplicação da lei. Aponta ainda: A22. Dificuldade na aplicação de contratos, convênios e no funcionamento das ações no campo das Artes e da Cultura, implicando fazer uma revisão tributária. De fato, há necessidade de revisão em alguns aspectos e muitos deles escapam da atuação do poder municipal.

Nesse sentido, no campo municipal já havia um pedido formal à Secretaria de Fazenda solicitando a simplificação dos trâmites e a revisão cabível. Dando prosseguimento às fragilidades, registramos: A23. Os dispositivos do capítulo da Cultura estão ultrapassados e precisam ser revistos na Lei Orgânica Municipal. A Lei foi

criada em 1992 e, desde então, o capítulo referente à Cultura não sofreu qualquer tipo de alteração; A24. Falta intensificar a interlocução com o Poder Legislativo, em especial com a Comissão de Educação e Cultura, de forma a se discutir as questões referentes à Cultura; A25. Ausência de sinalização urbana com simbologia universal em monumentos e locais históricos da cidade; A26. Carência de investimentos para que os bairros atraiam público aos seus equipamentos culturais. A sinalização turística aparecia como uma das metas que o governo do Prefeito Eduardo Paes se comprometia a alcançar até junho de 2013, assumida em seu Plano Estratégico – 2013/2016; A27. A infraestrutura de transporte público não favorece a circulação para tornar-se viável a visita aos equipamentos culturais, a exemplo de museus localizados em bairros distantes do Centro, como o Museu da Chácara do Céu e o Museu Casa do Pontal, que reclamam que os mesmos não são atendidos por uma infraestrutura de transporte mais eficiente que contribua à visita em seus museus, o que impede a criação de um circuito cultural que envolva todos os equipamentos culturais da cidade.

No que se refere à acessibilidade, os problemas enfrentados são: A28. Baixo índice de instalações e mecanismos de acesso de pessoas com deficiência aos equipamentos de Cultura da cidade. A média de acessibilidade dos equipamentos culturais fica em 40%, exceto o Cinema, que chega a 90%. No caso da cidade, muitos dos equipamentos culturais não foram pensados para serem equipamentos de Cultura, pois são casas ou sobrados históricos adaptados para receber museus, centros culturais ou bibliotecas. Muitos já criaram formas de atender seus usuários, mas ainda faltam atendimentos adequados, principalmente, às pessoas com deficiência visual e auditiva. A cidade, na maior parte das vezes, ainda não está preparada para receber esse público em

seus equipamentos. Ainda com relação ao acesso e uso dos espaços, apontamos essas fragilidades: A27. Valores faciais dos ingressos dispendiosos, mesmo aqueles espetáculos fomentados com verba pública. Esse fator dificulta o acesso de público aos bens e produtos culturais; A29. As manifestações culturais afrodescendentes encontram dificuldade de utilização dos espaços culturais, em especial, os Blocos Afro e as Folias de Reis.

Sobre os acervos, os equipamentos culturais e a regulamentação do artista, registramos: A30. Necessidade de preservação dos acervos, em especial, da produção audiovisual; A31. Concentração de equipamentos culturais, entre públicos e privados em determinadas áreas da cidade, principalmente no Centro e na Zona Sul; A32. Supressão de exibição de filmes de curta-metragem antes dos filmes de longa-metragem; A33. Falta de regulamentação da profissão de artista. Atuação artística de maneira informal no mercado de trabalho.

Após identificarmos essas fragilidades e demandas, foi feito um levantamento, contendo uma síntese de Vocações e Potencialidades(C) identificadas para o Desenvolvimento Cultural, cujo quadro aponta: C1. Presença de Universidades Federais, Estaduais e privadas, que são centros de excelência na formação de alunos e na formulação de pesquisas; C2. Presença de um Instituto Municipal que produz informação e análise para o planejamento e a efetividade das políticas públicas da Cidade do Rio de Janeiro; C3. Presença de escolas municipais e outros equipamentos públicos, em todos os bairros, potencializando o uso de espaços a serem utilizados para as apresentações; C4. Disponibilidade de subvenção às lonas dos circos, de forma que possam abrigar outras atividades artísticas em locais onde não tenham espaços culturais, ou onde os mesmos não possuam pauta; C5.

Presença de estações de trens, ônibus e metrô que podem ser espaços de apresentação de diferentes linguagens artísticas; C6. Existência de imóveis municipais desocupados que podem ser utilizados para abrigar condomínios culturais e/ou residências artísticas; C7. Disponibilidade de equipamentos privados, com potencial vocação para a implantação de política pública de Cultura, que podem ser subsidiados pelo Poder Público, em substituição a gastos com a construção de novos espaços; C8. Existência de espaço físico para a implantação de equipamentos culturais, públicos e privados, em áreas distintas dos eixos Centro e Zona Sul.

Nesse quadro, é possível perceber por parte da Prefeitura, um foco no turismo, no desenvolvimento da zona portuária, e na indústria criativa, nas seguintes Metas (D): D1. Implantação do projeto de desenvolvimento da área portuária, o Projeto Porto Maravilha, apresentado pela Prefeitura naquele período, cuja proposta pretendia criar um potencial de construção e de instalação de novos equipamentos culturais, e também, o restauro de equipamentos existentes, em especial, Museus e Centros Culturais; D2. Aproveitamento da divisão geográfica da Cidade, em 5 Áreas de Planejamento, que se subdividem formando um total de 10 e, de forma administrativa, dividida em 33 Administrações Regionais; D3. Integração das três esferas de Poder: Municipal, Estadual e Federal; D4. Fixação de percentual mínimo de 1% da receita do ISS para a aplicação em projetos culturais, incentivados pela Lei Municipal de Incentivo. D5. Valorização do Patrimônio e da Memória Imaterial por meio de tombamentos e preservações.

Essa configuração pretendia potencializar a delimitação de distritos criativos, espaços fundamentais de criação e produção cultural. Identificou-se a existência de escolas técnicas mantidas pela iniciativa privada com potencial para trabalhar

em parceria com o setor público. A Cidade do Rio estava se preparando para sediar grandes eventos internacionais – Copa das Confederações e do Mundo, Olimpíadas, Jornada da Juventude, ICOM, dentre outras ações, conforme destacava o Plano Estratégico 2013-2016.

Nesse Plano, a Prefeitura destacou a Indústria Criativa como uma referência, em especial, nos setores de Moda, Design e Audiovisual. E mencionava o grande potencial turístico da Cidade, sendo considerado o principal destino turístico nacional e internacional do país. Os espaços abertos, em geral, espalhados nos diversos bairros com potencial de utilização para a ocupação artística e cultural. A presença de eventos de rua que misturam diversas linguagens artísticas e contribuem para a criação de novas cenas e intervenções e a existência de um Centro Histórico rico em edificações marcantes em constante preservação.

Somado ao quadro apresentado, esse trabalho, - realizado em 2012, da qual fiz parte, juntamente com Bruna Carvalho, na condição de consultoras do MinC/UFBA para a criação do Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, - envolveu também, apontarmos as diretrizes que foram retiradas do resultado da 1ª Conferência Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, - que englobou as temáticas nacionais e as questões da cidade e desenvolveu-se sob o tema “Integração e Direito à Cidade”, com a Plenária Final, realizada nos dias 24 e 25 de outubro de 2009, nas dependências do Palácio Gustavo Capanema, pela Secretária Municipal de Cultura Jandira Feghali, na gestão do Prefeito Eduardo Paes.

Registramos as Diretrizes (E) desta 1ª Conferência Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, e também do Plano Diretor da Cidade e da Lei Orgânica do Município, conforme a seguir: E1. Garantir a liberda-

de, a integração e o respeito a todas as manifestações culturais, tendo a diversidade cultural como patrimônio e referência permanente; E2. Estimular a produção, a valorização e a difusão da Cultura em suas múltiplas manifestações; E3. Estimular a ampliação do acesso e a difusão das atividades criativas da cidade, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população; E4. Ocupar os espaços públicos com atividades culturais integrando as comunidades; E5. Promover o desenvolvimento cultural dentro das comunidades; E6. Incentivar e difundir produções artísticas e pesquisas acadêmicas que destaquem, valorizem e contribuam para a construção da memória e a ampliação do conhecimento sobre a Cidade do Rio.

Essas diretrizes referem-se, ainda, ao acesso, à diversidade, à melhoria de condições dos espaços culturais, dentre outras demandas: E7. Proporcionar o estímulo à participação social, assegurando que os espaços municipais de Cultura sejam abertos para todas as linguagens artísticas e manifestações culturais; E8. Diversificar as atividades culturais da rede de espaços culturais municipais, democratizando o acesso às pautas, através de um sistema público e transparente, priorizando as diversidades culturais locais; E9. Estimular a construção, ou reforma, de novos espaços cênicos distribuídos pela cidade, a fim de atender às diferentes regiões e à diversidade de manifestações artístico-culturais, com especial aplicabilidade à Dança; E10. Promover o desenvolvimento das indústrias e serviços criativos na Cidade do Rio de Janeiro; E11. Assegurar a participação social, institucionalizando e democratizando a gestão dos recursos públicos de Cultura e a formulação das políticas culturais do município.

Na sequência, observamos que muitas das diretrizes estavam voltadas para a valorização do artista local, o papel da Cultura enquanto potencial de criação

e como uma política de Estado, a necessidade de capacitação dos profissionais da área e a elaboração de uma cartografia local: E12. Assegurar que a Cultura seja uma política de Estado, garantindo uma estrutura organizacional e orçamentária adequada à política cultural; E13. Valorizar o artista local através do estímulo à capacidade criativa do cidadão, à manutenção de grupos culturais tradicionais e ao apoio à produção artística e às manifestações culturais das diversas áreas; E14. Fortalecer o papel da Cultura e o potencial criativo da cidade como vetores importantes da economia do Rio de Janeiro; E15. Promover a capacitação de gestores culturais garantindo o aperfeiçoamento dos serviços culturais a serem realizados nos equipamentos municipais; E16. Garantir a criação de um escritório de apoio à elaboração de projetos culturais; E17. Promover a identificação das diversas manifestações culturais para a criação de uma cartografia cultural local.

Nessas diretrizes, dentre outros aspectos mencionados, é possível perceber a necessidade de atentar-se para as legislações específicas do setor, o intercâmbio cultural, a integração transversal entre instituições e secretarias, a preservação do patrimônio e a inclusão social: E18. Assegurar mecanismos de fomento para a gestão da Cultura e da política cultural; E19. Promover a revisão e o aprimoramento das leis tributárias no campo das artes; E20. Assegurar o cumprimento das legislações específicas para os setores artísticos e culturais da Cidade do Rio de Janeiro; E21. Incentivar a integração transversal das instituições públicas com as instituições privadas na consolidação das políticas públicas; E22. Assegurar a integração entre as Secretarias Municipais na promoção de projetos de cunho cultural, na simplificação dos entraves burocráticos; E23. Estimular o aperfeiçoamento dos diversos profissionais da Cultura, por meio de apoio e incentivo ao

intercâmbio cultural com outros países, com outros estados e municípios; E24. Fortalecer os Poderes Municipais, com a colaboração da comunidade, na proteção do Patrimônio Cultural por meio de inventários, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação; E25. Valorizar e promover o cadastro atualizado, organizado sob a orientação técnica, do Patrimônio Histórico e do Acervo Cultural Público e privado; E26. Promover a preservação documental, modernizando a rede de Arquivos de forma a torná-los adequados a receber todo tipo de acervo e E27. Reconhecer a Cultura como indutora da inclusão social. A partir desses diagnósticos existentes, de um olhar, escuta e observação com os diversos agentes da cidade, apresentamos alguns tópicos levantados, naquele momento, como prioridades.

No tocante à gestão, a prioridade é estabelecer e implementar uma Política de Estado (F), conforme a seguir: F1. Adesão do Rio ao Sistema Nacional de Cultura, com a aproximação, pactuação e parcerias em programas e ações com os governos estadual e federal em conjunto com a sociedade civil, dentro de uma visão sistêmica; F2. Criação de um canal de diálogo com a população através da continuidade de realização da Conferência Municipal de Cultura, para discutir as diretrizes e metas de curto, médio e longo prazos, a fim de traçar um planejamento de ações de acordo com as urgências levantadas por aqueles que vivem diariamente a cidade.

As diretrizes também se referiam ao órgão gestor, ao orçamento da pasta de Cultura, editais, criação de fundo, conselho, câmaras setoriais e a formação de um fórum permanente: F3. Fortalecimento da Secretaria Municipal das Culturas, com a elaboração de um Plano de Cargos e Salários e concursos públicos para a composição, valorização e qualificação do quadro de funcionários com cursos de

formação e capacitação na área de gestão cultural; F4. Criação e instalação de Câmaras Setoriais dos segmentos artísticos – Teatro, Dança, Circo, Música, Artes Visuais. Cultura Digital, a fim de se levantar as diretrizes específicas de cada área, para constar de um Plano Municipal de Cultura e planejar ações e programas culturais; F5. Instalação do Conselho Municipal de Cultura, como importante instrumento de controle social, acompanhamento e fiscalização da gestão municipal; F6. Criação de um Fundo de Cultura, cuja verba, não contingenciável, será executada através de um edital de fomento e apoio, principalmente às ações que não são apoiadas pelo mercado; F7. Criação de um Sistema de Informações Culturais – com levantamento dos grupos, equipamentos, entidades e agentes que atuam na área cultural; F8. Criação de um Fórum Permanente de Cultura como mais um canal de diálogo e construção de políticas públicas de Cultura e F9. Orçamento de no mínimo 2% para a Cultura para além do que estabelece a PEC 150 de 2% para União, 1,5% para os Estados e 1% para os Municípios.

No que se refere à Economia da Cultura (G), que implica fomentar a geração de emprego e renda e o mercado de trabalho, algumas das principais necessidades apontadas, durante os encontros presenciais, foram: G1. Lançamento de editais, prêmios e outras formas de seleção públicas de fomento e apoio às ações culturais; G2. Desenvolver uma política para a administração da Rede de Teatros, como também, dotar as casas de espetáculo de equipamentos de som, luz e demais condições de funcionamento, com a melhoria, a conservação e a manutenção desses espaços; G3. Redefinição da Lei de Incentivo Municipal à Cultura, através de audiências públicas para discutir possíveis mudanças e adequações aos mecanismos de patrocínio, a partir de definições com a população sobre as áreas de prioridade a serem contempladas; G4. De-

finição de uma política para a RioFilmes, com o lançamento de editais de estímulo e apoio à criação de roteiro, produção e distribuição de filmes, de forma a potencializar a vocação do Rio de Janeiro como importante polo de audiovisual e G5. Implementação de uma política de distribuição e circulação dos bens culturais através de seleções públicas, como editais de fomento às artes e/ou prêmios para as culturas populares, culturas ciganas, culturas indígenas, etc.

Já na área de Patrimônio Cultural, foi sugerida a implementação de uma política de patrimônio cultural material e imaterial para apoiar a preservação, o registro e a valorização da memória e identidades locais. Com relação à Participação e Direito à Cidadania, ressaltou-se a importância do acesso e da fruição, através de Programas de popularização e/ou distribuição de ingressos, vale-cultura, loterias e campanhas para ampliar o acesso e a fruição à Cultura.

No que tange à Formação e Capacitação (H), foram levantadas as seguintes proposições: H1. Programas de formação e capacitação, em convênio com universidades, fundações, centros de pesquisa, Sebrae, Sesc, Senac, Sesi, voltados para a gestão cultural, a formulação de projetos e a prestação de contas; H2. Investimento em pesquisas, mapeamentos, censos culturais, a fim de se fazer um levantamento e estudo das cadeias produtivas e do movimento do setor, assim como, um diagnóstico da gestão, da política implementada e uma avaliação de seus resultados junto à população no que se refere à geração de emprego e renda, à manutenção de serviços e ao PIB da Cultura como importante fator de desenvolvimento da economia; H3. Definição de uma política para a RioArtes, com a retomada do Programa de Bolsas de Apoio às Pesquisas voltadas para as Artes; H4. Desenvolvimento de uma política de investimento nas bibliotecas públicas, com parcerias público-privadas

para a aquisição de novos títulos, a formação/capacitação de seus profissionais e a criação de novas bibliotecas e H5. Criação de redes de pensamento cultural, ciência e tecnologia.

Com relação às Políticas Transversais (I), para implementar ações da Cultura com outras áreas, sugeriu-se: I1. Criação de uma política da Cultura com a Educação de maneira a pensar a escola como espaço de cidadania, de conhecimento da história e memória da cultura brasileira, com o ensino das Artes e a transmissão oral de mestres da sabedoria popular, e, assim, diminuir ou eliminar a repetência e a evasão de alunos, adquirindo o pertencimento, o interesse e o envolvimento com as manifestações, fazeres e saberes locais e a possibilidade de exercer as suas potencialidades de criação e imaginação; I2. Criação de uma política de Cultura pactuada com a Comunicação de forma a democratizar os espaços às produções locais, à diversidade cultural, às diferentes linguagens, a fim de espelhar as realidades sem padronizá-las numa única imagem.

E foram apontadas também diretrizes de Políticas Transversais da Cultura com as áreas do Turismo e do Meio Ambiente: I3. Criação de uma política combinada entre a Cultura e o Turismo, com o objetivo de valorizar as potencialidades artísticas e o intercâmbio cultural ao estimular os visitantes da cidade a conhecer e prestigiar as Artes e a Cultura brasileira; I4. Criação de políticas públicas transversais da Cultura com o Meio Ambiente para uma visão sistêmica e integrada que valorize a vida, o coletivo, a cidade, o meio, o entorno, o viver junto, a cultura da paz, que se reflete nas ações de: Tratamento do lixo evitando ou combatendo o desperdício e o abandono da cidade; Valorização do patrimônio público; Segurança nas ruas; Melhoria no sistema de iluminação; Conservação e preservação do meio ambiente; Preven-

ção de doenças; Cuidado com o espaço público e Políticas de cidadania.

Passada toda essa longa etapa, diante da amplitude de algumas áreas, de imensos territórios com inúmeros bairros e regiões administrativas, ressaltou-se a necessidade de se desdobrar os 12 encontros presenciais, realizados com os agentes culturais, para captar e incluir suas carências e potências locais e regionais, de uma rica diversidade cultural. Porém, o segundo momento de elaboração do Plano Municipal de Cultura, - que previa o trabalho de campo, através da realização de 10 encontros territoriais, divididos de acordo com as cinco Áreas de Planejamento, que compõem o Município e suas subdivisões, - foi interrompido em função de ter encerrado a parceria da Secretaria Municipal de Cultura com o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia. Soma-se o fato de ter ocorrido nesse período uma mudança na gestão da SMC RJ, com a saída de Emílio Kalil, que permaneceu de 2010 a 2012, sendo substituído por Sérgio Sá Leitão, que ficou de 2012 a 2015, seguido de Marcelo Calero, que assumiu a SMC RJ, no período de 2015 a maio de 2016, e Júnior Perim, em 2016. Todos esses secretários Kalil, Sá Leitão, Calero e Perim, assumiram a pasta da Cultura na gestão do Prefeito Eduardo Paes, que permaneceu de 2009 a 2017.

Na gestão do Secretário Sérgio Sá Leitão foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Cultura do Rio, nos dias 5 e 6 de agosto de 2013, no Centro Cultural João Nogueira – Imperator, no Méier, - que contou com a presença de 524 participantes de diversas regiões da cidade e 25 delegados, que foram eleitos pelos participantes para representarem a capital na Conferência Estadual de Cultura, uma vez que considerou-se que o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro precisava de uma reestruturação. Para Sá Leitão, o que a conferência aprovou foram propos-

tas, pois, segundo ele, para reformular o Conselho Municipal de Cultura, é preciso mudar a lei.

No primeiro dia de conferência, a representatividade do atual Conselho Municipal de Cultura foi posta em xeque. O ator Patrick Sampaio, que ocupava a cadeira do teatro, renunciou ao posto dizendo que o processo de eleição para o CMC, que o levou à cadeira como Conselheiro foi algo de que a grande maioria dos agentes da Cultura na cidade não chegou a tomar conhecimento. “Não me sinto representativo. A Prefeitura do Rio de Janeiro tem acumulados nos últimos 3 anos mais de R\$ 100 milhões gastos em publicidade e elogio de si, enquanto processos de importância inestimável, como a composição de um Conselho Municipal de Cultura e esta própria Conferência, são negligenciados nesse sentido”. Em resposta, Sá Leitão disse: “Eu lamento que ele tenha renunciado — disse Sérgio Sá Leitão, secretário municipal de Cultura. — Acho que o conselho perde porque ele poderia dar boas contribuições e perde também porque é a partir de espaços como o conselho que podemos debater as mudanças”³. Vale ressaltar que nenhuma dessas gestões, desde 2012, deu continuidade para viabilizar o Plano de Cultura, processo esse que só foi, enfim, retomado seis anos depois, em 2018, quase no final da gestão de Nilcemar Nogueira, que assumiu o cargo de Secretária, no período de 2017 a 2019. Consta na página da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, que o Conselho Municipal de Cultura havia feito uma reunião aberta no dia 28 de fevereiro de 2018, para apresentar a minuta de revisão do Decreto e, também, anunciar o

3 Matéria veiculada no jornal O Globo, por Cristina Tardáguila, 08/08/2013, no site: <https://oglobo.globo.com/cultura/cariocas-pedem-reestruturacao-do-conselho-municipal-de-cultura-9434532>).

funcionamento das pré-conferências e da Conferência Municipal de Cultura. De fato, durante a gestão da secretária Nilcemar Nogueira, o CMC realizou reuniões semanais, além de alguns encontros temáticos com especialistas de diversas áreas e representantes de órgãos públicos como a Secretaria Municipal de Educação, a Riotur, o IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade) e a subsecretaria da Pessoa com Deficiência. O Conselho é formado por 24 membros, sendo 12 oriundos do poder público e 12 da sociedade civil.

No dia 28 de abril, seria a Conferência Municipal de Cultura e se definiria o conselho.⁴ Mas, na verdade, a 3ª Conferência Municipal de Cultura, ocorreu nos dias 28 e 29 de maio. E foram realizadas cinco pré-conferências, uma por Área de Planejamento (AP), abrangendo todos os bairros e regiões da cidade. A primeira pré-conferência, realizada no dia 9 de maio, no Centro de Artes Calouste Gulbenkian, reuniu produtores culturais dos bairros da região Central que integram a AP 1, composta por Zona Portuária, Centro, São Cristóvão, Rio Comprido e Santa Teresa. E as pré-conferências seguintes aconteceram na Zona Oeste (AP 5), em 12 de maio, no Teatro Estadual Arthur Azevedo; Zona Sul e Tijuca (AP 2), em 15 de maio, na Sala Municipal Baden Powell; e na Zona Norte (AP 3), dia 19 de maio, na Arena Carioca Fernando Torres. A pré-conferência da AP 4 (que engloba Cidade de Deus, Jacarepaguá, Barra e Recreio), que seria realizada em 5 de maio, foi adiada devido aos violentos confrontos ocorridos na Cidade de Deus naquele último dia 3, o que gerou instabilidade e dificuldade de acesso à região de Jacarepaguá⁵.

Essa 3ª Conferência Municipal de Cultura pretendia resultar em três grandes legados: a criação do Sistema Municipal de Cultura, a proposta de reformulação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Lei do ISS) e a criação do Fundo Municipal de Cultura, o que impactará nas políticas culturais e no financiamento à cultura em nossa cidade”, defendeu a secretária Nilcemar. “Estamos abrindo a possibilidade de construção de uma política pública com participação efetiva da população”. Segundo ela, a aprovação do Projeto de Lei é de extrema importância para a cultura carioca. “Permitirá que o investimento na cultura seja maior e realizado a partir de uma política de estado, não de governo”, afirmando que o PL seria votado em primeira discussão na sexta-feira, dia 15 de agosto, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal⁶.

Conforme consta na página da Prefeitura da Cidade, a Câmara dos Vereadores do Rio pretendia colocar em votação, no dia 15 de fevereiro, o Projeto de Lei 1.029/2018, que cria o Sistema Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (SIMC). O SIMC integra o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Estadual de Cultura, constituindo-se no principal articulador das políticas públicas de cultura da cidade. Se aprovado, o PL faria com que a cidade tenha, pela primeira vez, um Plano e um Fundo Municipal de Cultura para financiar projetos de arte, para auxiliar no desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais⁷. Mas, embora Nilcemar tenha realizado as pré-conferências preparatórias, que resultaram na 3ª Conferência Municipal de Cultura, e se pretendesse

4 Cf. 05/02/2018, site da SMC RJ: <http://www.pcrj.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=7669185>).

5 Cf. 08/05/2018, site da SMC-RJ: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=7943666>).

6 Cf. 07/05/2018, site da SMC-RJ: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=7939427>).

7 Cf. 14/02/2019, site da Prefeitura do Rio de Janeiro: <http://prefeitura.rio/web/smc/exibeconteudo?id=9179687>).

colocar em votação esse Projeto de Lei da Cultura, vimos que esse processo foi novamente interrompido com a sua saída da Secretaria, sendo substituída por Mariana Ribas, que permaneceu somente por cerca de seis meses no cargo, atualmente ocupado pelo advogado Adolpho Konder, que tomou posse no dia 2 de setembro de 2019 e ainda permanece na função.

Durante a transição, devido à saída de Nilcemar Nogueira, a Comissão Permanente de Cultura e os integrantes do Conselho Municipal de Cultura do Rio – CMRJ, agendaram uma Reunião Extraordinária com a nova Secretária empossada, Mariana Ribas, na tentativa de dar continuidade ao Plano de Cultura e aprovar o Projeto de Lei 1029 do Sistema Municipal de Cultura. Na pauta, também havia a necessidade de retornar com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020, a fim de tratar de recursos no orçamento para os territórios das AP5, AP4, AP3, AP2, AP1. Naquele momento, também conseguiram agendar uma reunião do Conselho de Cultura com a Comissão Técnica de Estudos Orçamentários e Recursos e a retomada da Política e o eixo de acessibilidade com articulação federal e um encontro da Comissão da SMC RJ e o Conselho Municipal de Cultura - CMC na gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Os integrantes do Conselho Municipal e da Comissão Permanente de Cultura compareceram também na Audiência Pública do Orçamento da Cultura, realizada no dia 22 de maio de 2019, no Plenário da Câmara Municipal do Rio, na Cinelândia, que tratou da Lei que estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2020, para as áreas de Assistência Social, Direitos Humanos e Cultura.

Porém, a Secretária de Cultura Mariana Ribas não esteve presente nessa au-

diência e a conselheira Andrea Chisorin, uma das integrantes que estava representando o CMC-RJ, considerou muito “triste não ter orçamento da Cidade para a Cultura. Não há lugar para a Cultura na gestão de Marcelo Crivella, estamos como paisagem no cenário”, disse ela. Na avaliação de Chisorin, “vê-se com isso desmontar a política cultural, de uma Secretaria de Cultura que só aposta no privado, ou seja, via ISS, que significa a privatização dos espaços públicos e na precariedade” (Depoimento colhido na Câmara Municipal no dia 22 de maio de 2019). Segundo Suellyemma Franco, assessora do mandato de Reimont Otoni (PT-RJ), - vereador que preside a Comissão de Cultura da Câmara Municipal do Rio, - nessa Audiência Pública, o que chamou a atenção foi a previsão de editais condicionados à execução de emendas federais, tendo sido mencionada a Emenda Federal da Deputada Federal Benedita da Silva. Para os editais mencionados: Edital dos Pontos de Cultura; Edital de Música; Reformas e Manutenção de Arenas, não foram apresentadas as correspondentes rubricas orçamentárias.

Sobre todo esse processo, é importante observar que, nos 12 encontros que realizamos na primeira etapa, as discussões internas entre a equipe de consultoria e a Secretaria Municipal de Cultura, inicialmente foram pensadas a partir do recorte de cinco eixos temáticos para orientar a subdivisão dos seguintes grupos de trabalho: *Identidade, Diversidade e Patrimônio Cultural; Cidade, Cidadania e Direitos Culturais; Economia da Cultura; Gestão da Cultura e Políticas Transversais de Cultura*. Os resultados foram anexados às propostas da I Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2009, incluindo as metas definidas para a área da cultura no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio até 2016, com o alinhamento às Metas do Plano Nacional de Cultura e demais documentos, pesquisas e diagnósticos atualizados.

Pretendia-se, assim, definir posteriormente as diretrizes e metas que deveriam constar do documento final, com o objetivo previsto de resultar no Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. A meta principal que buscou-se atingir nesta etapa foi envolver a efetiva participação dos diferentes atores do Estado e da Sociedade, de modo a fornecer subsídios e formular recomendações para a definição de diretrizes, estratégias e políticas públicas direcionadas aos diversos setores culturais, em sintonia com os eixos definidos pela Secretaria de Cultura e demais entes federados, apontando para: o incentivo à produção e amplo acesso à fruição simbólica; o fortalecimento da produção artístico-cultural na economia como setor capaz de gerar trabalho e renda; a promoção da cidadania mediada pela cultura e pela arte, com a elaboração de planos setoriais, definindo uma política específica para cada área.

Afirmou-se, assim, o propósito de se implantar políticas públicas democráticas e permanentes de cultura, como instrumento para atingir as metas e desafios que se apresentam, através de uma gestão compartilhada entre Estado e Sociedade e a integração dos três níveis de governo, de forma pactuada, planejada e complementar. Cumpre observar que a definição de uma política de Estado poderá auxiliar na correção das desigualdades socioeconômicas locais e regionais, de forma a garantir a participação da sociedade nos processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais, promovendo o desenvolvimento das dimensões: humana, social e econômica.

A formulação e implantação de políticas públicas de Cultura resultam de uma complexa interação entre agências estatais e não estatais. O Estado tem importante papel nesse sistema de múltiplos atores, mas não é o único. Há que se considerar a presença de atores não estatais, como: a sociedade civil através de

entidades associativas, as organizações não-governamentais, as redes culturais, o poder legislativo e a iniciativa privada.

Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade atual transcende, portanto, o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais. Políticas públicas de Cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores políticos, sociais e não somente pelo Estado, desde que sejam submetidas ao debate e ao crivo públicos como formas de controle social. A democratização do acesso e a participação são essenciais para a completude deste circuito. Indica a amplitude, a universalidade do ato de recepção da cultura, a importância central das políticas culturais, a descentralização e o pleno exercício dos direitos. Neste sentido, a Cultura se converte em elemento substantivo no estabelecimento dos acordos coletivos necessários para poder viver juntos na sociedade, a partir do reconhecimento e da inclusão de todos e todas. A Cultura é interpretação, produto de acordos humanos que possibilitam a concretude da interação social.

O conceito de Cultura cidadã, mais que ser uma ferramenta para reconhecer a existência de algumas práticas sociais, é uma ação social e cultural que orienta a construção de uma ordem social de convivência, através do acompanhamento oportuno de uma política de Estado. Nesse sentido, combina desde a visão política às diversas tramas sociais existentes no cotidiano, para criar condições de acesso à participação do público, numa sociedade cujo marco de ação é a cidade, estimulando a prática da solidariedade e de uma ética cidadã, para que estes sejam os conteúdos fundantes de um pertencimento e identidade coletivos, finalmente, de uma nova cidadania.

A prática de uma Cultura cidadã adquire importância no político, porque rede-

fine o âmbito do público, quer dizer, aspira a novos pactos sobre a base de novos acordos de conteúdos e também no social, porque aspira a estabelecer uma ordem de interação para a convivência social da cidade. No âmbito cultural porque expressa, na multiculturalidade ou pluralismo cultural, a Cultura da vida cotidiana é reconhecida como assunto de interesse público.

Por tudo que significa e representa a Cultura na vida da cidade, do município, do país e do mundo, toda e qualquer política pública de Cultura implica ouvir muitas vozes e realidades dentro do processo coletivo de construção de caminhos para a cidade – no caso, a do Rio de Janeiro. Embora os gestores da Secretaria de Cultura tenham decidido desfazer-se dos 5 eixos temáticos norteadores do plano, que são inspirados nas questões trazidas pelo Documento-base da Conferência Nacional de Cultura, optei por mantê-los neste artigo para efeito de análise e reflexão, de acordo com a seguinte divisão:

Eixo 1: Identidade, Diversidade, Patrimônio Cultural

Este primeiro eixo do plano trata da dimensão simbólica da Cultura, que fundamenta-se na ideia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio de línguas, valores, crenças e práticas. Nesse conjunto de diferentes significados no campo social, cultural, na política, na economia, são articuladas e inauguradas instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos que acontecem e se movimentam na cidade.

O texto-base da Conferência Nacional de Cultura orienta que é preciso considerar que a diversidade cultural tornou-se tão essencial quanto à biodiversidade para o futuro do planeta e da humanidade. Tor-

nou-se tão vital hoje, demandando, inclusive, uma Conferência da UNESCO, realizada em outubro de 2005, a qual discutiu e aprovou uma Convenção Internacional Sobre Diversidade Cultural. Há uma relação dialética entre identidade e criatividade. Se a identidade é um sistema de significados que se fundamenta na memória, a criatividade é o processo de produção de novos significados, que simbolizam para o futuro. Os espaços de memória, como os museus, arquivos e bibliotecas, têm, portanto, uma grande importância social e política. A memória coletiva necessita de suportes para manter-se disponível e em permanente ressignificação, cumprindo a função de guardar, conservar e disponibilizar acervos, uma vez que essas instituições contribuem para a extensão dos direitos culturais.

Para se definir uma política pública de Cultura, deverão ser observados todos os elos que compõe este amplo Sistema Cultural: criação, invenção e inovação; difusão, divulgação e transmissão; circulação, intercâmbio, trocas, cooperação; análise crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; fruição, consumo e públicos; conservação e preservação; organização, legislação, gestão e produção de Cultura. Uma política que enfatize, além dos segmentos artísticos, toda a gama de expressões que caracterizam a diversidade cultural brasileira. Artes populares, eruditas, de massas, embora mereçam a mesma atenção por parte do Estado e se misturem no mundo contemporâneo, as culturas indígenas, afro-brasileiras, ciganas e populares exigem ações, programas e projetos específicos de proteção garantida na Constituição.

Assim como as fronteiras e os territórios estão mais flexíveis nas Artes, mas ainda assim, cabe às instituições culturais compreender as especificidades de cada uma e, ao mesmo tempo, estarem atentas às novas linguagens, manifestações e expressões e suas convergências, inclusive, digitais.

Eixo 2: Cidade, Cidadania e Direitos Culturais

A cidade é vivida e descrita física e simbolicamente por cada um de forma diferente, uma cidade preenchida pelas cidades particulares (CALVINO, 2006). É, antes de tudo, uma realidade múltipla, percebida, entendida e interpretada por olhares distintos como um fenômeno mental, físico, social, econômico e cultural. É, ao mesmo tempo, personagem e objeto de investigação. Um potencial espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia e partilha de direitos e deveres e acesso a bens culturais.

A Cultura da cidade precisa ser pensada a partir dos seus múltiplos atores e com todos os segmentos da sociedade, seus agentes individuais e coletivos, com suas potencialidades criativas, suas diferentes formas de expressão e manifestação cultural, de seus territórios de identidade, do seu patrimônio natural, ambiental, material e imaterial, inventado e recriado. É com e para esses sujeitos, que se justifica pensar nas prioridades que deverão estar contidas em um Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. A cidade revela também a divisão de mundos. Um abismo separa esses mundos de bairros nobres das favelas e subúrbios, ao mesmo tempo geograficamente tão próximos numa disputa do controle e da disciplina da territorialidade comum, pública e coletiva. Na contramão, o carnaval, a procissão, a folia de reis, o circo, o teatro de rua, a arte urbana e outras expressões do humano escapam do conflito e pedem passagem. De alguma forma se dissipa por instantes a linha divisória, a separação, a tensão, o abismo que os separa para dar lugar ao campo simbólico, religioso, do imaginário se expressar.

As cidades passam por constante construção e desconstrução ocasionadas por vários fatores, crescimento da população, especulação imobiliária, alterações

do cenário urbano, impulsionados pelo poder econômico, a construção de novos bairros e a necessidade de uma política pública que estabeleça o ordenamento das cidades visando integrar a sua população. Uma política que aponte caminhos para resolver a deterioração dos centros históricos, a degradação e a violência ocasionadas pelo abandono de antigos bairros, a falta de moradia, a falta de uma dinâmica visando à sustentabilidade do patrimônio cultural. Pensar ações que aliem o desenvolvimento econômico e social das cidades e a valorização do patrimônio, visando preservar a sua memória e o bem-estar dos seus habitantes. A cidade não pode ser encarada como mercadoria, precisa ser vista como lugar que congregue e agregue valor simbólico para seus habitantes respeitando suas delimitações e espaços.

É no espaço público da cidade que ocorrem ou se encolhem históricas manifestações populares e onde se revela a transformação desses cenários e os novos contornos da cidade contemporânea. Como pensar nas condições e na distribuição mais igualitária desses espaços da cidade na atualidade? Como os agentes de cultura se apropriam do uso do espaço público? Como dialogam e são acessadas pelos habitantes da cidade?

Os criadores, inventores e inovadores, representados por artistas, cientistas e intelectuais, vinculados aos universos culturais, acadêmicos ou populares, têm certamente grande relevância no sistema cultural, pela inauguração de ideários, práticas e produtos culturais. Porém, o cidadão comum não deseja mais ser apenas o público receptor dessas manifestações, cada vez mais revela o interesse em também ocupar os espaços das ruas e das redes sociais para se manifestar e se fazer representar, mostrar sua identidade, e participar do processo criativo extrapolando os limites e as fronteiras existentes entre palco/plateia e artista/público.

Nesse aspecto, a Constituição de 88 é explícita: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais.” Trata-se da dimensão cidadã deste segundo eixo do Plano de Cultura, que afirma que os direitos culturais são parte dos direitos humanos. De acordo com os documentos internacionais, da ONU e da UNESCO, já reconhecidos pelo Brasil e a Constituição Federal de 1988, pode-se concluir que os direitos culturais são os seguintes: direito à identidade e à diversidade cultural; direito à participação na vida cultural, que inclui os direitos à livre criação, livre acesso e livre participação nas decisões de política cultural; direito autoral e direito/dever de cooperação internacional. Nas leis, convenções e declarações universais criadas, que se referem à proteção dos bens culturais, do patrimônio mundial cultural e natural; da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, dos direitos das pessoas pertencentes às minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, cabe ressaltar ainda a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, uma recomendação para os Estados apoiarem a investigação e o registro dessas manifestações, sobretudo pelo risco da Cultura popular perder seu vigor diante da indústria cultural.

As cidades e os governos locais de todo o mundo aprovaram, em 2004, a Agenda 21 da Cultura, como documento orientador das políticas culturais locais, onde assumiram como base de compromisso os direitos humanos, a diversidade cultural, a democracia participativa e a criação de condições para a paz. Nessas cidades, as populações pobres permaneceram por muito tempo excluídas das oportunidades de trabalho, cultura e lazer e os equipamentos culturais estavam situados no centro urbano ou em regiões mais ricas da cidade. A instalação de espaços culturais, nessas regiões marcadas pela exclusão, é um dos pontos cruciais para

uma política de descentralização que têm um caráter geopolítico e socioeconômico.

Reverter essa divisão, entre centro/periferia/subúrbio, deverá ser substituída por uma nova visão das cidades, que identifica no território urbano uma variedade de regiões, com seus próprios centros e periferias. Outro fator a considerar, é que as políticas públicas de Cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de atores políticos, sociais, não somente o Estado, desde que tais políticas sejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, através da instalação de conselhos, no mínimo paritários, debates, fóruns e criativos políticos. Apesar do importante papel dos trabalhadores da Cultura, não existe sistema sem que outros momentos, instituições e atores estejam contemplados e acionados. Tais processos são vitais para a democratização da Cultura. A questão da transmissão e da difusão da Cultura aparecem, desta maneira, como tema essencial a ser enfrentado em políticas culturais, e as esferas da fruição, acesso e participação também são essenciais para a completude deste circuito.

Indica a amplitude e a universalidade do ato da recepção da Cultura, a importância central das políticas culturais. Neste sentido, a Cultura se converte em elemento substantivo para estabelecer os acordos coletivos necessários para poder viver juntos na sociedade, a partir do reconhecimento e da inclusão de todas e todos.

Eixo 5: Políticas transversais da Cultura

A Cultura adquiriu um lugar singular e relevante na atualidade. Cabe propor, portanto, uma centralidade para a Cultura. Tal centralidade nos obriga a pensá-la como dimensão transversal, porque perpassa toda a complexa rede que compõe a sociedade atual. Como a cultura perpassa diferentes esferas sociais, torna-se

substantivo analisar suas interfaces, em especial com áreas afins, como Educação e Comunicação. Para isso, a definição de uma política transversal da Cultura com essas áreas, tem como desafio ultrapassar as ações e parcerias pontuais e apontar ações e programas continuados, com base no cruzamento de diagnósticos, diretrizes e metas a serem alcançadas por esses setores, dentro de uma visão sistêmica, de forma a impactar nas realidades locais e na sociedade como um todo. Nos tempos contemporâneos, há uma proliferação de estudos, políticas e práticas culturais que articulam Cultura e Identidade, Cultura e Desenvolvimento, Cultura da Paz, Cultura e Diversidade, que confirmam o valor da Cultura. Ao mesmo tempo, que comparece como um campo social e singular, simultaneamente transversa com todas as outras esferas sociais, como figura quase onipresente (RUBIN, 2007).

A natureza é indissociável da Cultura, desde o seu conceito, integrando uma série de formas de vida, identidades, cosmovisões, imaginários e manifestações simbólicas de todas as matrizes formadoras da Cultura brasileira. Essas são premissas do texto-base da segunda conferência do Ministério da Cultura, que tomou o ensinamento dos povos indígenas como um princípio organizador das políticas públicas de Cultura no Brasil.

O Plano Municipal de Cultura do Rio deverá seguir na linha do Plano Nacional de Cultura, que projetou suas diretrizes tendo como referência a biodiversidade e sua relação com os modelos de manejo assentados em culturas ancestrais dos povos ameríndios. A valorização das formas culturais e tecnológicas, que preservam a natureza, deve integrar-se a formas de uso sustentável das florestas e dos conhecimentos associados à experiência dos povos que nela habitam. A política cultural não pode estar alheia, portanto, à crise ambiental, que se torna mais grave a cada dia, até mesmo

porque decorre de um componente cultural: o modo de vida consumista que explora exaustivamente os recursos naturais.

A capacidade de criar é inerente a todos os seres humanos e se manifesta desde a infância. No entanto, para ser desenvolvida e potencializada, necessita de um contínuo processo de educação dos sentidos, de formação, informação e aperfeiçoamento. Não por acaso, a formação foi a principal demanda apontada na II Conferência Nacional de Cultura, seja voltada para o corpo técnico de seus órgãos gestores, seja para o conjunto dos trabalhadores da Cultura, tanto para o estímulo e aperfeiçoamento no campo criativo, estético, quanto institucional. Nesse contexto, investir conjuntamente em Cultura e Educação é estratégico, e para isso, é necessário criar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educacionais e estimular a interação entre as expressões da Cultura e o sistema educativo. As políticas culturais e educacionais podem construir uma agenda comum e colaborativa que qualifique a Educação Artística, implante a Educação Patrimonial e contribua para o incentivo ao Livro e à Leitura.

Tão imprescindível quanto reatar o vínculo entre Cultura e Educação, é integrar as políticas Culturais e de Comunicação, muito em função do papel dos meios de comunicação de massas de produtor e difusor de Cultura. No Brasil, sobretudo, a televisão e o rádio são os equipamentos de produção e distribuição dos bens simbólicos mais disseminados e ocupam um papel relevante na vida cultural. Mata Machado (2012) menciona que, na esfera da Comunicação, um dos principais desafios é garantir o cumprimento dos artigos da Constituição de 88, no que se refere ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, bem como, a prioridade à finalidade educativa, à promoção da Cultura nacional, regional e a produção independente (art. 221). Cabe, também,

regulamentar o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de rádio e televisão (art. 223).

O monopólio dos meios de comunicação representa uma ameaça à democracia e aos direitos humanos, afetando diretamente os requisitos básicos da produção, difusão e acesso às informações para o exercício das liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais. As TVs e rádios públicas precisam estar independentes do mercado e dos governos, voltadas para a autonomia de seus ouvintes e telespectadores, dentro de uma programação que não esteja padronizada em um único modelo, homogeneizante e hegemônico, mas que espelhe as diferentes realidades, experimentações de linguagens, debate de ideias. Para isso, necessita definir um marco regulatório descentralizado e democrático das concessões públicas, na adoção de um modelo aberto à participação de produtores independentes e na criação de um sistema de financiamento que articule o compromisso de Municípios, Estados e União, conjugando programações para diferentes meios, como a telefonia celular e a internet, e espaços educativo-culturais, como escolas, universidades, centros culturais, sindicatos e associações comunitárias.

De acordo ainda com o Documento-base da Conferência Nacional, a Cultura pode estar integrada também às políticas de Saúde, seja na criação de ambientes lúdicos para o tratamento e socialização de doentes, seja no desenvolvimento de terapias baseadas nas artes – música, dança, artes visuais – adequadas à cura de sofrimentos mentais e outras enfermidades, seja na prevenção de doenças, por estimular os sentidos e instaurar um ambiente saudável impactando diretamente em todas as dimensões da vida humana. Da mesma forma, as políticas de Cultura e Segurança Pública precisam estar interli-

gadas, não somente porque a capacidade de encantar, humanizar e reconstituir possibilidades de vida da Cultura reduzem ou previnem a violência, mas pela possibilidade de instaurar processos de autonomia e emancipação da sociedade. Requer uma política de ações e programas sociais e culturais estruturantes, de forma a garantir a valorização, a autoralidade e o pertencimento dos agentes culturais, assim como, de formação e profissionalização das polícias que garanta uma efetiva segurança pública na cidade.

Muitos dos desafios que entraram no Plano Nacional de Cultura, resultado da ampla escuta que fez o Ministério da Cultura em conferências pelo país, envolvem áreas transversais como Ciência e Tecnologia, quando sinaliza para o reconhecimento da inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a Cultura. E a ampliação dos meios digitais de expressão e acesso à Cultura e ao conhecimento, incorporando a diversidade cultural do país, com seus múltiplos conhecimentos e técnicas e articulação com os programas de inclusão digital, uma vez que os novos aparatos tecnológicos influenciam as dinâmicas de expressão, fruição e consumo cultural. Da mesma forma, o desafio da área de Turismo, para desenvolver o turismo cultural sustentável e não predatório, através da valorização da diversidade.

O Plano Municipal de Cultura terá, portanto, como desafio traçar políticas e estratégias integrais para a transformação cultural e cívica da cidade, gerar ações para a defesa da vida como valor supremo; acrescentar oportunidades da juventude; promover espaços de reconhecimento da diversidade; fomentar a promoção turística da cidade; conformar redes comunitárias para ascender a projetos produtivos, urdir as relações cotidianas que expressam as tradições e os novos cidadãos e promover pactos sociais de reconhecimento e valorização da Cultura da cidade.

Em respeito ao significado da cidade do Rio, daquilo que representa e daquilo que ainda pode ser, daquilo que anseia e almeja ser, como fazer um plano que espelhe as carências e as potências dessa cidade? Como garantir o pleno exercício dos direitos culturais dos atores desse processo? Como corrigir desigualdades e concentrações? Como democratizar o acesso e a participação?

Conforme vimos, essas questões devem estar nas bases de implantação de uma política cultural que dê condições e fomento para deixar florescer a cidade e seus cidadãos, em tudo o que são e o que ainda podem ser, dentro de um conceito de Cultura cidadã, desde o qual construir cidade é construir cidadania para a cidade. No entanto, percebe-se uma série de entraves e descontinuidades ocorridas nas mudanças de gestão, cujos impactos interferem na implantação do Plano e do Sistema Municipal de Cultura como um todo. Nessa trajetória, identificamos a necessidade de se garantir a continuidade desse processo de construção de políticas públicas, a partir dessa escuta e do diagnóstico registrado, de forma a corrigir as fragilidades, as distorções e as desigualdades, apontadas no setor cultural, reforçando suas vocações e potencialidades. O grande desafio continua sendo esse: ir além de uma política de gestão, para fazer-se uma Política de Estado para a Cultura.

Referências

- CALABRE, Lia (org.). *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
- CALABRE, Lia (org.). *Políticas Culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento*. SP: Itaú Cultural; RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- CARTILHA de Orientações sobre o Sistema Nacional de Cultura para os Municípios. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Ver a cidade: cidade, imagem e leitura*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Políticas Culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.
- GIL, Herman Montoya: La construcción de una política cultural local en Medellín. Disponível em: www.medellincultura.gov.co/plan_de_desarrollo_cultural_de_Medellin_2011-2020 pdf). Acesso em: 08/04/2012.
- MACHADO, Bernardo Novais da Mata. *Documento base da I Conferência Nacional de Cultura*, elaborado com a gestão do Ministério da Cultura. Disponível em: blogs.cultura.gov.br/snc/tag/plano-nacional-de-cultura). Acesso em: 07/02/2012.
- PLAN de Desarrollo Cultural de Medellín 2011 – 2020. Medellín, una ciudad que se piensa y se construye desde la cultura. Medellín: Imprenta Universidad de Antioquia, 2011. Disponível em: https://issuu.com/cultudocs/docs/plan_de_desarrollo_cultural_de_medellin_2011-2020). Acesso em: 13/03/2012.
- PLAN Departamental de Cultura 2006-2020 - Antioquia em suas diversas Vozes. Medellín: Universidad de Antioquia, 2009. Disponível em: <https://www.culturantioquia.gov.co/images/documentos/estrategicos/Plan-Departamental-de-Cultura-Antioquia-Diversas-Voces-2006-2020.pdf>).
- PLANO Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – 2013-2016. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf).
- RODRIGUES, Luiz Augusto F. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: CURVELLO, M. A. [et al] (orgs.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Uerj/Decult, 2009. p. 76-93.
- RUBIM, Albino. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2005. p.139-158.

Artigos

(Fluxo contínuo)

Fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional de documentos de análises físico-químicas aplicadas a objetos do patrimônio cultural¹

Fundamentos teóricos y metodológicos de tratamiento de la información de documentos de análisis físico-químicos aplicados a objetos del patrimonio cultural

Theoretical and methodological foundations of informational processing of physical-chemical analysis documents applied to objects of cultural heritage

Nair Yumiko Kobashi²
Laís de Oliveira³

Palavras-chave:

Organização da informação

Representação da informação

Imagens científicas

Curadoria digital

Metadados

Resumo:

Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional da documentação produzida por análises físico-químicas aplicadas a objetos do patrimônio cultural. Essas técnicas geram imagens e gráficos decorrentes da interação de radiação eletromagnética com a matéria dos objetos e permitem identificar materiais, técnicas, processos, origem, intervenções realizadas, autenticidade das obras, etc. Procurou-se destacar as características e atributos para descrever a documentação estudada, relacioná-la aos objetos analisados, organizar, representar e armazená-los em um sistema de informação. Foi inicialmente realizada uma revisão bibliográfica para: (a) compreender e definir o gênero documental e o tipo de documentação produzido pelas técnicas arqueométricas; (b) estudar um sistema de recuperação de informação, cujos aspectos centrais são a estrutura de metadados e a terminologia a ser empregada; (c) conhecer métodos para gerir, manter, preservar e recuperar dados de pesquisas de aplicação de métodos físico-químicos. Espera-se, ao final da pesquisa, sistematizar os parâmetros de construção de repositórios digitais para armazenar, organizar e disponibilizar esta documentação, contribuir para aumentar a visibilidade dos acervos dos museus da USP e promover melhor acesso às pesquisas sobre o patrimônio cultural.

1 Texto recebido em 10/12/2018 e aceito para publicação em 24/10/2019.

2 Nair Yumiko Kobashi. Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo. Pesquisadora 1D do CNPq, Brasil. Contato: nairkobashi@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5282-7363>

3 Laís de Oliveira. Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Contato: lais.oliveira@usp.br

Resumen:

Estudio de los fundamentos teóricos y metodológicos de tratamiento de la información de documentos producidos por análisis físico-químicos aplicados a objetos del patrimonio cultural. Estas técnicas generan imágenes y gráficos resultantes de la interacción de radiación electromagnética con la materia de los objetos y permiten identificar materiales, técnicas, procesos, origen, intervenciones realizadas, autenticidad de las obras etc. Se buscó destacar las características y atributos para describir la documentación estudiada, relacionarla con los objetos analizados, organizar, representar y almacenarlos en un sistema de información. Se realizó inicialmente una revisión bibliográfica para: (a) comprender y definir el género documental y el tipo de documentación producida por las técnicas arqueométricas; (b) estudiar un sistema de recuperación de información, cuyos aspectos centrales son la estructura de metadatos y la terminología a aplicar; (c) conocer métodos para gestionar, mantener, preservar y recuperar datos de investigaciones de aplicación de métodos físico-químicos. Se espera, al final de la investigación, sistematizar los parámetros de construcción de repositorios digitales para almacenar, organizar y poner a disposición esta documentación, contribuir a aumentar la visibilidad de los acervos de los museos de la USP y promover un mejor acceso a las investigaciones sobre el patrimonio cultural.

Palabras clave:

Organización de la información
Representación de la información
Imágenes científicas
Curaduría digital
Metadatos

Keywords:

Information organization
Information representation
Scientific images
Digital curation
Metadata

Abstract:

Study of the theoretical and methodological foundations of informational treatment of documentation that is the product of physico-chemical analysis applied to objects of cultural heritage. These techniques generate images and graphs resulting from the interaction of electromagnetic radiation with the matter of objects and allow to identify materials, techniques, processes, origin, interventions performed, authenticity of works, etc. It was sought to highlight the characteristics and attributes to describe the documentation studied, to relate it to the objects analyzed, to organize, to represent and to store them in an information system. Initially, a bibliographic review was carried out to: (a) understand and define the documentary genre and the type of documentation produced by the archeometric techniques; (b) to study an information retrieval system, whose central aspects are the metadata structure and the terminology to be used; (c) to identify methods for managing, maintaining, preserving and retrieving research data on the application of physicochemical methods. At the end of the research it is expected to systematize the construction parameters to create a digital repository to store, organize and make available this documentation, in order to contribute to increase the visibility of the collections of USP museums and to promote better access to research on cultural heritage.

Fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional de documentos de análises físico-químicas aplicadas a objetos do patrimônio cultural

1. Introdução

Esta pesquisa, que se encontra em desenvolvimento, tem como objetivo buscar fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional da documentação produzida por análises físico-químicas aplicadas a objetos do patrimônio cultural. Essas técnicas, geram imagens e gráficos decorrentes da interação de radiação eletromagnética com a matéria dos objetos e permitem identificar materiais, técnicas, processos, origem, intervenções realizadas, autenticidade das obras. Possibilitam, desse modo, detetar informações que não são perceptíveis a olho nu.

Empregadas desde o século XVIII em museus, essas técnicas tornaram-se mais comuns a partir do século XX. No Brasil, são recentes as pesquisas teóricas sobre as técnicas de análises físico-químicas de objetos de acervos museológicos. Um importante centro de pesquisas sobre o tema é o Núcleo de Apoio à pesquisa de Física Aplicada ao Estudo do Patrimônio Artístico e Histórico – NAP-FAEPAH, criado em 2012, especificamente para o estudo do patrimônio cultural dos museus da Universidade de São Paulo.

Atualmente, a documentação gerada nesses experimentos laboratoriais, constituída de relatórios e artigos acadêmicos, encontra-se dispersa, sendo de difícil acesso para consulta. Internacionalmente, foi identificado um único projeto dessa natureza: o APPEAR project, do Getty Museum, previsto para lançamento em 2018 (GETTY MUSEUM, 2013).

O projeto em andamento nasceu dos seguintes questionamentos: (a) Como relacionar a documentação gerada pelos experimentos com os objetos analisados? (b) Como organizar e representar essa documentação e armazená-la em um sistema de recuperação de informação? (c) Quais características e atributos dessa documentação podem ser descritos de forma sistemática e padronizadas? Já existem padrões elaborados para esta finalidade?

Decorrem do objetivo geral os seguintes objetivos específicos: (a) analisar as técnicas físico-químicas para identificar suas características e elementos a fim de sistematizá-las em um padrão de metadados de descrição; (b) sistematizar as teorias de análise de imagens específicas para a documentação estudada, a fim de encontrar diretrizes para a sua análise e descrição; (c) analisar as tecnologias que permitam elaborar repositórios desses tipos de documentos, em consonância com as necessidades dos usuários dessa documentação.

Espera-se, ao final da pesquisa, sistematizar os parâmetros de construção de repositórios digitais para armazenar, organizar e disponibilizar esta documentação, contribuir para aumentar a visibilidade dos acervos dos museus da USP e promover melhor acesso às pesquisas sobre o patrimônio cultural.

2. Metodologia

Na etapa inicial da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica que permitiu: a) compreender e definir o gênero documental e o tipo de documentação produzido pelas técnicas arqueométricas; b) estudar modelos de representação conceitual para descrição de documentação iconográfica; c) estudar um sistema de recuperação de informação, cujos aspectos

centrais são a estrutura de metadados e a terminologia a ser empregada; d) conhecer métodos para gerir, manter, preservar e recuperar dados de pesquisas de aplicação de métodos físico-químicos.

Para a parametrização do sistema de recuperação foram analisadas diferentes propostas de estruturação de metadados, cujos constituintes mais importantes são: identificação e descrição da informação; b) busca e recuperação; c) localização e formas de acesso; d) atualização da informação; e) preservação e conservação; f) definição de níveis de acesso; g) valorização do conteúdo; h) visibilidade da informação; i) acessibilidade ao conteúdo (RODRIGUEZ, 2002).

Dentre os modelos de metadados, o que melhor responde aos objetivos da presente pesquisa é o proposto por Gilliland (2016), que considera os seguintes atributos: a) administrativos (responsabilidade e a data de realização da análise; b) descritivos (técnicas aplicadas e tipos de documentos gerados; c) de preservação (estado físico da obra original); d) técnico (técnicas utilizadas); e) de uso (níveis de acesso de usuários).

3. Referencial teórico: Técnicas de análise de imagens

Como exposto na Introdução, a documentação estudada é composta de imagens e gráficos gerados pela interação de radiação eletromagnética com a matéria dos objetos. As técnicas de obtenção destas imagens são semelhantes às técnicas fotográficas, porém com comprimento de ondas diferentes da luz visível. Os métodos de análise envolvem dois tipos de processos: exames visuais que geram imagens como produto do diagnóstico e técnicas de análise elementar e composicional de materiais, que geram espectros

característicos das técnicas utilizadas em forma de gráficos.

Os exames visuais “baseiam-se em processos de interação da radiação eletromagnética com a matéria pictórica” (RIZZUTTO; KAJIYA; CAMPOS, s/d), cujos resultados, observados durante os processos, são capturadas por uma câmera fotográfica, ou equipamento específico, para serem documentados.

Esses tipos de documentos icônográficos têm desempenhado uma função importante, tanto para examinar como para documentar o estado de conservação da obra de arte (RIZZUTTO, 2015). Cada técnica apresenta, individualmente, dados particulares capazes de identificar informações específicas sobre a obra. Com a combinação de todas estas técnicas de imageamento “podem-se obter informações correlacionadas que permitem melhor caracterizar o objeto em estudo” (RIZZUTTO; KAJIYA; CAMPOS, s/d). As técnicas de imageamento empregadas são apresentadas a seguir.

3.1. Imagem com Luz Visível

Esta técnica consiste em iluminar a obra com luz visível, entre o comprimento de onda de 400 a 780 nm, utilizando lâmpadas de halogênio ou de tungstênio, juntamente com uma tabela de cor. Isso permite obter o registro preciso da cor e do estado aparente de conservação da obra (RIZZUTTO, 2015). O resultado gerado pode ser capturado por uma câmera fotográfica digital com sensor CCD, e filtros acoplados à lente.

Os dados relevantes que foram observados nesta técnica, a fim de registro, são: (a) tipo de técnica empregado; (b) tipo de documento produzido; (c) o tipo e características da fonte utilizada; (d) data de realização da análise; (e) responsá-

vel, indicando o laboratório ou técnico; (f) dados do equipamento do registro (câmera), como, por exemplo, ISO, tempo do obturador, etc. No caso das câmeras digitais, os dados são automaticamente registrados pela câmera como metadado do arquivo.

3.2. Imagem com Luz Rasante ou oblíqua

A obra é iluminada com uma fonte de luz que incide de forma tangencial em relação à superfície da pintura. Isso “permite observar irregularidades e movimentos do suporte e da camada cromática” (NAP-FAEPAH, s/d.) que não poderiam ser vistas a olho nu, tal como a presença de fungos, craquelamento e fissuras na policromia e áreas retocadas (RIZZUTTO; KAJIYA; CAMPOS, s/d).

Os dados observados são semelhantes aos obtidos com a técnica de Imagem com Luz Visível, (itens a a f). Porém, esta técnica revela informações complementares sobre o suporte e sobre o material cromático, levando à necessidade da criação de um campo (g) para a descrição dessas informações.

3.3. Imagem de Fluorescência visível com radiação de ultravioleta (UV)

Nesta técnica, utiliza-se uma fonte de iluminação de radiação ultravioleta entre os comprimentos de onda de 340 a 400 nm (RIZZUTTO, 2015), que incide na obra e excita o material. Este emite uma radiação fluorescente do material que, manifestando-se na forma de luz visível, pode ser capturada pelo equipamento fotográfico. Com este procedimento, podem ser observadas as intervenções ou restauros sofridos pela obra, de modo a registrar o estado de conservação atual da obra. Os dados a serem observados nesta técnica são os mesmos da técnica apresentada nos itens 3.1 e 3.2.

3.4. Reflectografia de Infravermelho (IR)

Nesta técnica, a obra é iluminada com duas lâmpadas de halógenos de 3200 K de 1.000 W, que possuem comprimento de onda entre 400 a 900 nm e ângulo de incidência de 45°. O resultado do processo de reflectância de luz infravermelha com o material, composto de carbono ou grafite, deve ser registrado com uma câmera digital de alta resolução operando entre a faixa do espectro de IR. Com esta técnica é possível observar os primeiros traços do artista feitos a carvão ou grafite, áreas que sofreram intervenções e alterações. Os dados a serem observados nesta técnica são os mesmos das técnicas apresentadas nos itens 3.1 e 3.2.

3.5. Radiografia de Raio-X

Na técnica, a obra é irradiada com feixes de Raio-X. Os materiais, ao serem atravessados pela radiação X, comportam-se de forma específica, apresentando diferentes graus de opacidade que variam de acordo com a espessura, massa específica do material e sua natureza química. O resultado é uma imagem em tons de cinza registrada digitalmente por um detector do tipo “Image Plate”, que capta a imagem gerada, por meio de um scanner especial, que a converte em sinal digital.

Este diagnóstico auxilia na avaliação do estado de conservação da obra, revelando características como: “estrutura do objeto, pinturas subjacentes, alterações e danos (emendas, recortes, etc.), localização de pregos, cravos e em alguns casos identificação do processo de montagem da obra” (NAP-FAEPAH, s/d.).

Os dados a serem observados nesta técnica são os mesmos da técnica apresentada no item 3.2.

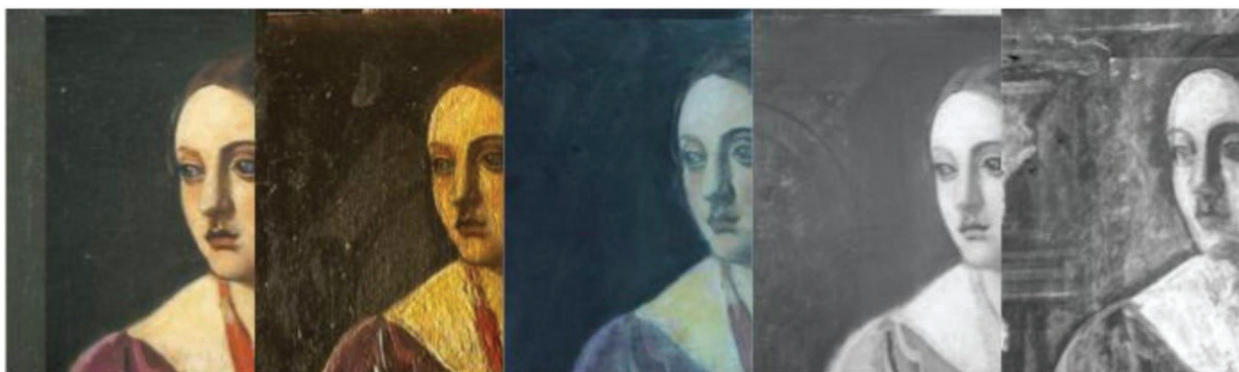


Figura 1: Exemplo dos resultados de técnicas de exames visuais na obra *Advinha* (1924) de Achille Funi (1890-1972). Da esquerda para a direita: (a) imagem de luz visível; (b) imagem de luz rasante; (c) imagem de ultravioleta; (d) imagem de infravermelho; (e) imagem de raio X. Pintura original: óleo sobre madeira. Coleção Francisco Matarazzo Sobrinho - MAC USP. Fotos: Elizabeth Kajiya

Fonte: NAP-FAEPAH, 2014. Montagem fotográfica própria.

As técnicas de análise elementar e composicional de materiais, empregadas para identificar os elementos químicos e composição de materiais orgânicos e inorgânicos que compõem, ou estejam presentes na obra estão apresentadas a seguir.

3.6. Fluorescência de raios X (EDXRF)

Consiste em irradiar uma obra com uma fonte de raio-X, ou de raio gama, que irá interagir com os elétrons orbitais dos átomos do material analisado, excitando o átomo que, no seu decaimento, emite raios X característicos do material existente no objeto estudado (RIZZUTTO; KAJIYA; CAMPOS, s/d.) que são capturados por um detector. Os resultados obtidos são gerados em forma de gráficos nos quais podem ser identificados os elementos químicos presentes na amostra utilizada (RIZZUTTO; KAJIYA; CAMPOS, s/d.).

Os dados observados são: (a) tipo de técnica empregado; (b) tipo de

documento produzido; (c) tipo e características da fonte utilizada; (d) data de realização da análise; (e) responsável, indicando o laboratório ou técnico; (f) dados do equipamento do detector (como o seu modelo, potência e precisão). Neste caso, o resultado da análise é pontual e, portanto, deve ser indicado, gerando uma segunda documentação, que é uma imagem de mapeamento da obra.

3.7. Emissão Induzida de Radiação X por partículas (PIXE)

Consiste em irradiar uma amostra com um feixe de íons capaz de atingir camadas eletrônicas internas da superfície do material analisado (TABACNIKS, s/d., p. 9), o que acaba emitindo raios X com energia característica e a detecção da radiação permite identificar a composição atômica do alvo (RIZZUTTO, 2008) e examinar pigmentos de pinturas. Os dados relevantes observados são idênticos ao do item 3.6.

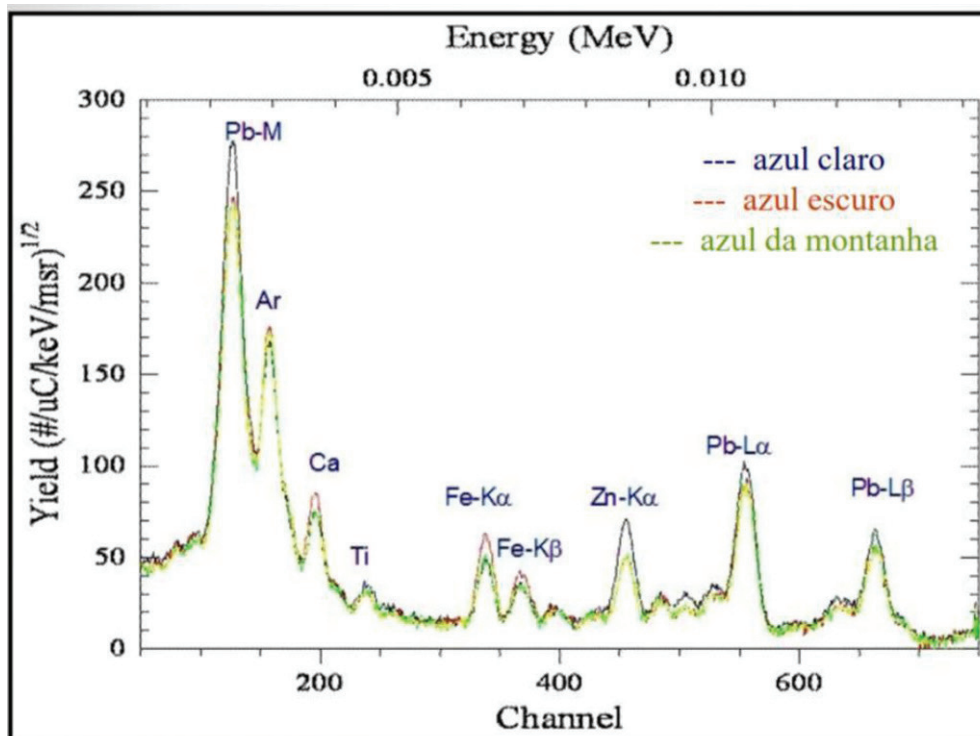


Figura 2: Gráfico resultado de análise PIXE aplicado a uma Obra Não identificada.

Foto: Paulo Pascholati.

Fonte: Aula de Física aplicada ao estudo de objetos do Patrimônio Cultural: métodos e técnicas, da Profa. Dra. Márcia A. Rizzutto, Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo.

3.8. Emissão Induzida de Radiação gama por partículas (PIGE)

Esta técnica consiste em irradiar com um feixe de íons um objeto, que faz com que o núcleo dos átomos se excite por meio de reações nucleares, emitindo raios γ característicos (RIZZUTTO, 2008). Esse método é utilizado para detectar elementos químicos (LAMFI, 2009), analisar corrosões “e deste modo possibilitar aos restauradores o melhor procedimento para a conservação e restauração das peças em estudo” (RIZZUTTO, 2008, 213).

3.9. Espalhamento Rutherford em ângulos traseiros (RBS)

Baseia-se na detecção das partículas do feixe espalhadas pela amostra utilizada, após realizar uma colisão elástica

(LAMFI, 2009). Na perda de energia da partícula é possível obter informações de espessura e de perfil de profundidade (LAMFI, 2009), que resulta em um gráfico da intensidade (taxa de contagens) em função da energia das partículas detectadas. (TABACNIKS, s/d. p. 6).

Assim, por meio de técnicas científicas, é possível ter novos olhares sobre os objetos culturais e obter informações que não eram possíveis de serem obtidas a olho nu. Estas técnicas, também, chamadas de técnicas arqueométricas, permitem que cientistas, restauradores, conservadores, arqueólogos, historiadores, realizem diagnósticos precisos que revelam materiais e técnicas utilizados pelo artista, bem como desenhos subjacentes, intervenções de restauro e perícias de autenticidade da obra.

4. Referencial teórico: teorias de análise e recepção de imagens

Para o tratamento formal da documentação objeto do presente estudo, procurou-se, também, definir teoricamente as unidades que as compõem. Para isso, partiu-se do conceito de imagem, já que as técnicas empregadas geram imagens e gráficos variados. Essas imagens são formadas por constantes formais e elementos semânticos, reunidos e registrados em um suporte. Podem, portanto, ser definidas como documentos. Neste caso, pode ser caracterizado como documento iconográfico, também chamado de documento visual (BACA, 2002), aquele que carrega informação iconográfica, ou seja, por meio da imagem, cuja “linguagem básica é a imagem” (BERNARDES *et al.*, 2008, p. 16). Pode ser compreendido como:

Documento cuja principal característica é a representação de imagens num plano em duas dimensões ou, aparentemente, em três, reproduzidas graficamente; documento visual não acompanhado de som. Costuma dividir-se em duas categorias, conforme é de acesso direto (não projetável) ou o seu acesso necessita da utilização de aparelhagem de um determinado tipo (projetável). (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 255)

No campo da Biblioteconomia, o código de catalogação Anglo-Americano - AACR2 (2005) – considera como documento iconográfico todo material gráfico, abrangendo documentos originais, ou reproduções projetáveis ou não. Na arquivologia, o documento iconográfico é aquele que possui “imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 76). Os autores Guinchat e Menou (1994) acrescentam ao conjunto dos documentos iconográficos os mapas, plantas, gráficos, tabelas, cartazes; e Baca (2002) acrescenta os slides e arquivos digitais.

Portanto, pelas definições acima, as imagens e os gráficos gerados pelas técnicas arqueométricas podem ser tomados como documentos iconográficos. Segundo Smit (2000), o documento iconográfico carrega um poder testemunhal, uma ligação íntima com o referente. Porém, essa característica depende de uma “disponibilidade de informações que permitirão entender a imagem” (SMIT, 2000, p. 75).

A questão que se segue é, como viabilizar a busca e recuperação desses tipos de documentos em um sistema de informação? Como se sabe, no âmbito da Ciência da informação, a construção de sistemas de informação requer a inscrição de dados em campos recuperáveis, ou seja, os campos contêm informações que representam os documentos.

A representação de conteúdo de documentos em um sistema de informação é feita por meio de códigos verbais, portanto, por meio de palavras. Como o documento iconográfico é constituído de um código não verbal é necessário, segundo Smit (2000), que ocorra uma ‘tradução’ da imagem para compor pontos de acesso. Para isso, é necessário dispor de métodos e ferramentas de análise e descrição de dados estruturados sob a forma de metadados.

Segundo Joly (2012), existem vários tipos de imagens, desde os que representam as coisas do mundo real; imagens científicas que capturam um instante de um dado fenômeno em estudo; imagens mentais; virtuais, etc. Há diversas formas de entender a imagem e o modelo de tratamento deve direcionar o processo de identificação e extração das informações. Deve-se observar que a aplicação direta das normas destinadas ao tratamento de documentos textuais nem sempre são adequadas para descrever documentos imagéticos.

As imagens abordadas na presente pesquisa são do tipo científico, pois se origi-

nam a partir da aplicação de diferentes técnicas de interação de radiação eletromagnética com a matéria. Cada técnica gera uma imagem com características particulares, revelando informações sobre o documento que não seriam possíveis de serem identificadas a olho nu. Para entendê-las e ‘traduzi-las’ para integrarem um sistema de informação, é necessário buscar ferramentas de análise, neste caso, uma teoria de análise da imagem que ofereça parâmetros para a sua descrição consistente.

Para realizar a análise de uma imagem é necessário dominar a linguagem visual para compreender a sua mensagem (JOLY, 2012), isto é, deve-se considerar o processo de percepção e interpretação da imagem. Deve-se ser capaz de identificar tanto o contexto de produção, quanto o de recepção, deve-se ser capaz de “decifrar as significações que a ‘naturalidade’ aparente das mensagens visuais implicam” (JOLY, 2012, p. 43).

Identificar estes contextos não significa ser capaz de reconstituir as condições em que ela foi criada ou descobrir o que o artista quis dizer. Para realizar uma análise é preciso definir um objetivo, ferramentas e referências, “levar em conta a função dessa mensagem, seu horizonte de expectativas e seus diversos tipos de contexto” (JOLY, 2012, p. 68).

Portanto, é necessário ter um referencial teórico que permita fornecer instrumentos para a análise das imagens, compreender o contexto de produção e recepção das imagens científicas e dos gráficos. Há quatro teorias conhecidas para orientar a análise de imagens: a semiótica, a iconologia, a pragmática e a fenomenologia.

Resumidamente, a semiótica, segundo Santaella (1983), pode ser aplicada a todas as formas de linguagens, desde a verbal como a de desenhos, danças, músicas, cerimoniais, jogos, arquitetura, linguagens binárias de máquinas e, até mesmo, à

linguagem da natureza e aos sistemas biológicos. A semiótica pode ser definida como a “ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido” (SANTAELLA, 1983, p. 2).

Ela teve três origens, segundo Santaella (1983), quase que simultâneas: norte-americana, cronologicamente a primeira, elaborada pelo cientista-lógico-filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914), cujo foco é o conhecimento; a europeia, conhecida como semiologia, criada por Ferdinand de Saussure (1857-1913), cujo foco é a linguística; e a soviética, elaborada por Alexander N. Viesselevski (1838-1906) e Alexander A. Potiebniá (1835-1891), considerada a raiz do estruturalismo linguístico soviético. A corrente de Charles Sanders Peirce, baseia todo o corpo teórico em tríades: na dialética afirmação-negação-incerteza; nos níveis sintático-semânticos: nome-proposição-inferência; e em raciocínios lógicos: dedução-indução-abdução.

Outra teoria importante na análise de imagens é a Iconologia, elaborada por Erwin Panofsky, apresentada na obra Estudos em Iconologia (PANOFSKY, 1939). Esta teoria propõe uma forma de análise da imagem em três níveis de descrição: pré-iconográfica, iconográfica e iconológica.

A descrição pré-iconográfica (1º nível) descreve os elementos em âmbito genérico. A descrição iconográfica (2º nível) identifica, ou especifica os elementos, tais como nomes próprios, mitológicos, religiosos, históricos, ou conteúdos não narrativos em forma de pessoa, lugar ou coisa (BACA, 2002). São considerados do nível iconológico (3º nível), a interpretação, a significação simbólica, ou o habitus:

Por intermédio da interpretação iconológica dos gestos, adquirimos “a impressão de que estes contêm modos específicos

de existência [...] Habitus enquanto conceito pode referir-se tanto a fenômenos individuais quanto a fenômenos coletivos relativos ao meio social (milieu), por exemplo, o habitus proletário ou burguês [...] também exprimir um determinado período histórico ou uma geração. (BOHNSACK, 2007, p. 291-292, grifo do autor)

Seguindo esta teoria, é possível identificar os elementos de uma imagem nos seus vários níveis, podendo-se utilizar descritores genéricos, específicos até atingir a interpretação da imagem. Essa teoria é bastante empregada no campo das artes para analisar obras de arte e realizar o seu tratamento temático. Por outro lado, as informações reveladas pelas técnicas de infravermelho e radiografia de raio-X podem contribuir com informações relevantes para a análise da obra, principalmente no terceiro nível, porém as outras técnicas revelam informações de outras naturezas que não se enquadram dentro dessa teoria.

A fenomenologia, outra importante concepção de análise de objetos, pode ser resumidamente definida como o estudo ou a ciência dos fenômenos (BACA, 2002). Edmund Husserl (1859-1938) acreditava que nós compreendemos os fenômenos por intermédio dos sentidos, que são captados e interpretados pela consciência, sendo esta última responsável por reconhecer a si e ao mundo (DARTIGUES, 1992). Nessa análise, o mundo não é uma existência, mas um fenômeno. Maurice Merleau-Ponty (1908 - 1961), aprofundou-se na questão da percepção, em que o homem e sua consciência possuem vínculos indissociáveis com o espaço e o tempo. Nessa medida, “O homem está antes dele no mundo e é no mundo que ele conhece a si mesmo” (MERLEAU-PONTY; BANNAN, 1956, p. 62, tradução livre). Por sua vez, “o mundo está sempre ‘lá’ como uma presença inalienável que precede a reflexão” (MERLEAU-PONTY; BANNAN, 1956, p. 59, tradução livre).

Assim, Merleau-Ponty e Bannan (1956) definem a fenomenologia como “o estudo das essências e, conseqüentemente, o tratamento de cada problema é uma tentativa de definir uma essência, a essência da percepção ou a essência da consciência” (MERLEAU-PONTY; BANNAN, 1956, p. 59, tradução livre). A princípio, considerou-se a hipótese de que as imagens produzidas pelas técnicas arqueométricas pudessem ser compreendidas como um fenômeno. O breve estudo sobre esta teoria levantou questões interessantes acerca da contemporaneidade, do indivíduo e seu contexto, porém, não mostra ser de aplicação direta ao tratamento da documentação abordada no contexto desta pesquisa.

Outra teoria importante sobre a atividade científica de análise e interpretação é a pragmática, uma concepção filosófica que gerou diferentes versões (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006). O termo foi empregado pela primeira vez em 1898, por William James (1842 - 1910) referindo-se à teoria filosófica exposta em um ensaio, em 1878, por Charles S. Peirce (1839-1914) (ABBAGNANO, 2007). O pragmatismo metodológico, também entendido como científico ou experimental, “valoriza a prática mais do que a teoria e considera que devemos dar mais importância às conseqüências e efeitos da ação do que a seus princípios e pressupostos” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.71). Nesta linha, há o pragmatismo de John Dewey (1859-1952), que empregou os termos instrumentalismo e experimentalismo para designar suas concepções pragmáticas, referindo-se a elas como “a essência do instrumentalismo pragmático” (ABBAGNANO, 2007, p.784) e explica que o conhecimento e a prática são “como um modo de agir sobre as coisas, funcionando como um instrumento constituidor de nossas experiências, por vezes, também conhecido como experimentalismo” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.48).

Para John Dewey, a experiência não é um ‘conteúdo objetivo’, mas “um objeto ou

evento é sempre uma parte, um momento ou um aspecto especial de um mundo ambiental experimentado, isto é, de uma situação” (ABBAGNANO, 2007, p.413). No campo das artes, Dewey (2010), discute a importância da arte para a filosofia e a análise da obra de arte sob as concepções pragmáticas. Para ele “não há teste que revele com tanta segurança a parcialidade de uma filosofia quanto sua abordagem da arte e da experiência estética” (DEWEY, 2010, p. 10).

A criação artística advém do pensamento do artista, pois “o artista tem seus problemas e pensa enquanto trabalha” (DEWEY, 2010, p. 16) e a obra de arte seria, portanto, as ideias transformadas em “significados coletivos dos objetos” (DEWEY, 2010, p. 16). Este autor enfatiza a necessidade do contexto, repudiando a ideia da obra como objeto retirado de qualquer ligação com a experiência concreta, isolado ou desvinculado de outras modalidades do experimentar (DEWEY, 2010). Assim, “a arte é produto da interação contínua e cumulativa de um eu orgânico com o mundo” (KAPLAN *apud* DEWEY, 2010, p. 18). Seu foco é a experiência proporcionada pelo produto artístico (DEWEY, 2010), independentemente, das obras derivadas, como, por exemplo, um poema lido por diferentes pessoas, ou de uma música interpretada por diferentes intérpretes, ou apresentada em diferentes espetáculos, Dessa forma, afirma não se interessar pela distinção entre o produto artístico e a obra de arte.

As imagens geradas como resultados de técnicas de análises físicas e químicas revelam informações sobre a obra de arte que vão além da experiência sensível, proporcionando outros tipos de experiências. Podem contribuir muito para entender e reconstruir o contexto de produção do produto artístico. Por outro lado, diferenciar o que seriam as imagens originais e as imagens derivadas é crucial para o tratamento dos documentos abordados nesta pesquisa, e nesse aspecto, a teoria pragmática não fornece apoio suficiente para operacionalizar as questões desta pesquisa.

Portanto, retomamos a teoria da semiótica de Peirce (2015), organizada em três categorias fundamentais, que ele chamou a princípio de primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade é “a consciência que pode ser compreendida como um instante do tempo, consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise” (PEIRCE, 2015, p. 14), também denominada de: *oriência* ou originalidade que, “tal como aquele ser é independentemente de qualquer outra coisa.” (PEIRCE, 2015, p. 27).

A segunda categoria, a secundidade, é a “consciência de um fato externo ou outra coisa” (PEIRCE, 2015, p. 14), como se houvesse um “elemento que é a força bruta.” (PEIRCE, 2015, p. 23). Tal brutalidade “consistirá na ausência de qualquer razão, regularidade ou norma que poderia tomar parte na ação como elemento terceiro ou mediador.” (PEIRCE, 2015, p. 23). Também é denominada binariedade ou *obsistência*.

A terceiridade, ou *transuasão*, é a “consciência sintética, que reúne tempo, sentido de aprendizado, pensamento.” (PEIRCE, 2015, p. 14). Ou seja, em uma ação intelectual será encontrada uma ligação tripla que requer uma mediação, da qual nasce o conceito de signo. Um signo é tudo aquilo que está relacionado com uma segunda coisa, seu Objeto, com respeito a uma qualidade, de modo tal a trazer uma terceira coisa, seu Interpretante, para uma relação com aquele Objeto (PEIRCE, 2015, p. 28)

O signo genuíno, originário da terceiridade, é um “signo cuja virtude significante se deve a um caráter que só pode ser compreendido com a ajuda de seu interpretante” (PEIRCE, 2015, p. 28-29), não precisando realmente existir, sendo suficiente a sua possibilidade de existência no futuro (PEIRCE, 2015). Peirce denomina este tipo de signo de Símbolo. Ao sofrer uma degeneração, o símbolo é denominado “signo Obsistente, ou Índice” (PEIRCE, 2015, p. 28). Este signo tem uma relação genuína

com o seu objeto, não levando em consideração o interpretante (PEIRCE, 2015). O signo, ao passar por uma última degeneração, o índice, reduz-se à sua qualidade, passando a ser denominado de signo originaliano, ou Ícone (PEIRCE, 2015).

A imagem pode ser abordada na semiótica pelo ângulo da significação, com base na tríade significante, referente e significado.

uma fotografia (significante) que apresenta um grupo alegre de pessoas (referente) pode significar, de acordo com o contexto, 'foto de família' ou, em uma publicidade, 'alegria' ou 'convívio' (significados). (JOLY, 2012, p. 34)

Segundo Bohnsack (2007), cada significante se relaciona a um significado e este se relaciona não com o objeto real, mas com a imagem mental do referente. Ou seja, cada signo é uma representação que está no lugar do objeto real. O signo está "ali, presente, para designar ou significar outra coisa, ausente, concreta ou abstrata." (JOLY, 2012, p. 33).

A imagem como um todo pode ser um signo, pois ela representa algo que não está ali, bem como cada elemento que compõe uma imagem pode ser considerado um signo. Neste caso, o ícone "corresponde à classe de signos cujo significante mantém uma relação de analogia com o que representa, isto é, com o seu referente." (JOLY, 2012, p. 35). Ou seja, a pintura de uma árvore representa uma árvore em âmbito genérico.

O índice "corresponde à classe dos signos que mantêm uma relação causal de contiguidade física com o que representam." (JOLY, 2012, p. 35), ou seja, o signo de fumaça indica fogo. As relações estabelecidas são naturais e dedutíveis. E, o símbolo, "corresponde à classe dos signos que mantêm uma relação de convenção com o seu referente." (JOLY, 2012, p. 36), ou seja, o seu significado é dado

por convenção, por exemplo, uma pomba branca pode ser um símbolo da paz.

Segundo Santaella (1983), as imagens provenientes de máquinas como fotografias, cinema e televisão seriam signos híbridos formados de hipoícones (imagens) e de índices. Seriam considerados índices pois, para Santaella (1983), as máquinas registram o efeito de radiações partidas do objeto criando uma conexão física. Este índice, por sua vez, seria altamente informativo (SANTAELLA, 1983). Portanto, seguindo este raciocínio, as imagens produzidas pela técnica de análise arqueométrica se enquadram nesse tipo de signo, pois são imagens que registram os resultados dos efeitos das radiações eletromagnéticas de luz visível, infravermelho, ultravioleta e raio-X que interagem com a obra de arte.

Para Peirce (2015), os dados de pressão baixa e ar úmido em um barômetro também são índices, pois "supomos que as forças da natureza estabelecem uma conexão provável entre o barômetro que marca pressão baixa com ar úmido e a chuva iminente." (PEIRCE, 2015, p. 67). Com este exemplo, podemos considerar que os resultados em gráficos, gerado pelas técnicas de análise elementar e composicional (RIZZUTTO, 2015), também se enquadram na categoria dos índices.

A documentação iconográfica aqui estudada pode, portanto, ser analisada segundo a semiótica peirciana, pois as imagens e os gráficos se comportam como índices, ou seja, mantêm relação genuína com a obra de arte, independentemente da relação com o interpretante (PEIRCE, 2015). Deve-se considerar também outros dados técnicos que trazem as informações necessárias para reconstituir o experimento e outras documentações adjacentes como amostras geradas, pareceres técnicos, vídeos que documentam as análises, notas, publicações utilizadas para interpretação dos resultados, ou geradas pelos resultados.

Sistema de informação e recuperação de imagens arqueométricas: requisitos

A elaboração de sistemas de informação para recuperar documentação arqueométrica tem a finalidade de facilitar o acesso dos usuários aos dados gerados pelas pesquisas desse campo. O sistema deve abrigar informações representativas dos processos de pesquisa, que permitam discriminar e registrar os produtos obtidos (GONZALES *apud* RODRIGUEZ, 2002). Para tanto, é necessário dispor de meta-

dados que “são os elementos ou estruturas de organização da informação que, atribuídos a cada objeto de informação eletrônica, os classificam, caracterizam ou descrevem” (RODRIGUEZ, 2002, p.21), a fim de possibilitar a pesquisa e recuperação (GILLILAND *apud* BACA, 2016). No exemplo abaixo, tem-se uma reprodução fotográfica de uma pintura em Negativo de Vidro. Foi produzida para ser utilizada em publicações em livros, catálogos, ou outros tipos de mídias. Trata-se, portanto, de um substituto de um original.

[Anterior](#) [Próximo](#) [Fechar](#)

Museu Paulista USP - Consulta on-line do acervo

Iconografia



Título/legenda:
REPRODUÇÃO DE PINTURA: RETRATOS DE "D.PEDRO II, D.FRANCISCA, D.JANUÁRIA " (TAUNAY, NICOLAU)*
 1-00012-0000-0000

Denominação: FOTOGRAFIA/NEGATIVO DE VIDRO
Técnica: VIDRO
Cor: MONOCROMIA
Dimensões: 23,6 cm x 17,7 cm (sem moldura)

Época: Século 20 (REPÚBLICA)

Coleção: FUNDO MUSEU PAULISTA - FMP

Palavras-chave: TELAS, NICOLAU TAUNAY, D.PEDRO II, D.FRANCISCA, D.JANUÁRIA, RETRATO

[Adicionar a uma seleção](#)

Figura 3 - Ficha catalográfica da obra *Reprodução de Pintura: retratos de 'D. Pedro II, D. Francisca, D. Januária'* pertencente ao Fundo Museu Paulista.

Fonte: Museu Paulista. Consulta online do acervo. Disponível em: <http://www.acervo.mp.usp.br/IconografiaV2.aspx#>.

Os metadados presentes no registro do catálogo do museu paulista são de identificação (título/legenda) e descrição (Dimensão, técnica, cor, etc.). Os dados propostos no Capítulo 8 da AACR2 (2005) para materiais gráficos são: (a) título e indicação de responsabilidade;

(b) edição; (c) detalhes específicos do material; (d) dados de publicação e distribuição; (e) descrição física; (f) série. (g) notas; (h) número normalizado e das modalidades de aquisição; (i) itens suplementares; (j) fac-símiles, fotocópias e outras reproduções.

As imagens abordadas na presente pesquisa são imagens científicas, por exemplo, se fosse tirada uma fotografia de infravermelho da pintura acima, ela poderia revelar a presença de desenhos subjacentes à obra. Os mesmos campos de descrição poderiam ser atribuídos a esta imagem, porém, as imagens geradas em experimentos científicos não se enquadram nestas categorias e apresentam detalhes que vão além dos dados propostos pela AACR2 (2005). Com efeito, cada técnica gera uma imagem com características particulares, revelando informações sobre o documento que não seriam possíveis de se obter a olho nu. Além disso, um estudo pode ser realizado por meio de uma única técnica ou pela combinação de várias delas. A integração dessas análises ficaria comprometida em um sistema de informação tradicional que siga o modelo da ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada), em que cada análise se comportaria como um documento.

Neste caso, o modelo conceitual FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) é mais adequado para representar documentos, baseado em relações entre entidades, de modo a estabelecer relações lógicas entre eles dentro de um banco de dados (IFLA, 2009). Esse modelo fornece uma estrutura para que os dados referentes a um documento possam interagir uns com os outros, modelando novas maneiras de lidar com a informação. A estrutura do modelo é composta por 10 entidades, organizadas em três grupos, que se baseiam nos produtos do trabalho intelectual ou artístico; na disseminação da produção desse trabalho e nos conteúdos que permeiam esses trabalhos. Ou seja, “são todos os recursos, aos quais damos acesso através de um catálogo.” (ZHANG; SALABA, 2009, p. 14, tradução nossa).

O grupo 1 é composto por: (a) obra, que é uma criação intelectual ou artística; (b) expressão, que é a realização da obra; (c) manifestação, que é a realização física de uma expressão; (d) item, que é o exemplar (único) de uma manifestação.

O grupo 2 por sua vez é composto pelos agentes responsáveis: (e) pessoa e (f) órgão, entidade coletiva. O grupo 3 adiciona ainda: (g) conceito; (h) objeto; (i) evento; (j) lugar (ZHANG; SALABA, 2009).

Ainda assim, as informações que circundam a documentação estudada são diferentes das comumente abordadas pelos centros de documentação, bibliotecas e museus. Por se tratar de imagens científicas, informações específicas dessa natureza devem ser preservadas. Diante desse contexto, a Curadoria Digital aponta diretrizes interessantes para a gestão dos dados de pesquisa.

Segundo Lee e Tibbo (2007), a Curadoria Digital aborda a gestão de dados desde a sua criação, no sentido de gerar novas fontes de informação e de conhecimentos. Sayão e Sales (2012) destacam a importância do acesso e recuperação desses dados no desenvolvimento de projetos científicos. É importante observar que os dados, neste contexto, não têm o mesmo sentido atribuído aos dados de bancos de dados bibliográficos.

Em um banco de dados bibliográficos, o campo de título, do autor, da editora, descrevem o documento. São dados intrínsecos à obra, podendo ser registrados *a posteriori* à sua produção e, portanto, só se perderiam juntamente com a perda da própria obra. No contexto da Curadoria Digital, os dados são observações ou resultados de um experimento, coletados e registrados no processo de realização da pesquisa. Segundo Amaral (2016), são fatos coletados e armazenados, além dos valores, ou conteúdo coletado, o processo, os métodos, detalhes dos instrumentos utilizados, etc. Esses registros são importantes para reproduzir o experimento, analisá-lo, ou dar continuidade, em outra época.

Amaral (2016) classifica os dados em: (a) dados estruturados, que são aqueles que possuem uma estrutura, normal-

mente, organizados em colunas e linhas devidamente nomeadas; (b) dados semi estruturados, em que “existe uma estrutura representada, porém ela não é fixa, podendo ser alterada com a inclusão de mais dados já nesta nova configuração” (AMARAL, 2016, p. 33); (c) dados não estruturados que “muitas vezes, este tipo de dado não possui sequer qualquer tipo de metadado” (AMARAL, 2016, p. 33).

As imagens consideradas na presente pesquisa são apenas uma parte dos dados de um experimento global, que envolve outros dados que não são intrínsecos à imagem em si. Mesmo os dados estruturados não apresentam por si mesmos, a metodologia utilizada para a sua coleta, informação esta que é muito importante para a compreensão e reutilização dos dados para empregos futuros. Essas questões fazem parte das propostas de Curadoria Digital, que visam encontrar as condições necessárias para preservar os dados, compartilhá-los (ao longo do tempo e do espaço), de modo a garantir sua confiabilidade, integridade, autenticidade e proveniência.

Esta preocupação tem sido compartilhada pelas agências de fomento, nacionais e internacionais. Por exemplo, a FAPESP reconhece a importância da gestão adequada dos dados de pesquisa e inclui, em seu site, instruções aos pesquisadores que pleiteiam o financiamento de suas pesquisas. Ressalta que “considera necessário que os dados resultantes de projetos financiados pela Fundação sejam gerenciados e compartilhados de forma a garantir o maior benefício possível para o avanço científico e tecnológico” (FAPESP). Além disso, é interessante que sejam passíveis de serem citados nos registros acadêmicos e conectados às publicações que venham a utilizá-los. Para tanto, os sistemas de informação precisam incluir, segundo Sayão e Sales (2012), três ações para o ciclo de vida dos dados de pesquisa: 1) ações para todo o ciclo de vida; 2) ações sequenciais; 3) ações ocasionais.

Com o item 1, ações para todo o ciclo de vida, tem-se “uma ideia de presença contínua, essas ações estão representadas graficamente como anéis concêntricos envolvendo os dados que estão no centro do modelo” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 185) para promover:

1. Descrição e representação da informação: é efetivada pela atribuição de metadados administrativos, técnicos, estruturais e de representação de acordo com os padrões apropriados; visa assegurar a descrição adequada e o controle de longo prazo; compreende também a coleta e a atribuição de informações de representação necessárias para o entendimento do dado e para a sua apresentação (ou renderização) (SAYÃO; SALES, 2012, p. 185);

2. Planejamento da Preservação: é necessário definir um plano de preservação cujo espectro englobe todo o ciclo de vida da curadoria do material digital, incluindo gestão, administração, políticas e tecnologias (SAYÃO; SALES, 2012, p. 185);

3. Participação e monitoramento: enfatiza a necessidade de atenção para as atividades que se desenrolam no âmbito das comunidades envolvidas com o problema de curadoria, bem como a necessidade de participação no desenvolvimento de padrões, de ferramentas e de software adequados ao problema e que possam também serem compartilhados (SAYÃO; SALES, 2012, p. 185);

4. Curadoria e preservação: estar continuamente alerta e empreender as ações administrativas e gerenciais planejadas para a curadoria e preservação por todo o ciclo de vida da curadoria (SAYÃO; SALES, 2012, p. 186).

No item 2, ações sequenciais, temos as “etapas que devem ser cumpridas repetidamente para assegurar que o dado permaneça em contínuo processo

de curadoria” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 186), sendo elas de:

- **Conceitualização:** “conceber e planejar a criação do dado, incluindo os métodos de captura e as opções de armazenamento” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127); questões tais como propriedade intelectual, embargos e restrições, financiamento, responsabilidades, objetivos específicos da pesquisa, ferramentas de captura e calibração devem ser registradas;

- **Criação e/ou Recebimento:** compreende a criação do “dado incluindo o elenco de metadados necessários à sua gestão e compreensão, ou seja, metadados administrativos, descritivos, estruturais e técnicos; os metadados de preservação também podem ser incluídos no momento da criação do dado.” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127);

- **Avaliação e seleção:** “avaliar o dado e selecionar o que será objeto dos processos de curadoria e de preservação por longo prazo” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127);

- **Capturar:** “transferir o dado para um arquivo, repositório, centro de dados ou outro custodiante apropriado” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127);

- **Ações de preservação:** são ações para “assegurar a preservação de longo prazo e a retenção do dado de natureza oficial” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127); devem assegurar a autenticidade, a confiabilidade e integridade dos dados, que inclui “a limpeza do dado e a sua validação, a adição de metadados de preservação e de informação de representação e a garantia de estruturas de dados ou formatos de arquivos aceitáveis” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127);

- **Armazenamento:** “armazenar o dado de forma segura mantendo a aderência aos padrões relevantes” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 127);

- **Acesso, uso e reuso:** garantir que o dado possa ser “cotidianamente acessado tanto pela sua comunidade alvo quanto pelos demais usuários interessados no reuso do dado” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 128);

- **Transformação:** “criar novos dados a partir do original” (SAYÃO; SALES, 2012, p.128).

As ações sobre o ciclo de vida dos dados, expostas pela Curadoria Digital, contribuíram para organizar o desenvolvimento da pesquisa. Permitiu rever conceitos e ter uma melhor compreensão dos metadados. Ou seja, os metadados possuem, segundo Rodriguez (2002), as funções de: a) identificação e descrição da informação; b) busca e recuperação; c) localização e formas de acesso; d) atualização da informação; e) preservação e conservação; f) limitação de uso; g) valorização do conteúdo; h) visibilidade da informação; i) acessibilidade ao conteúdo.

E especulou-se, também, sobre alguns modelos de metadados como o de Burnett, Bor Ng e Park (1999 *apud* RODRIGUEZ, 2002) que separam os metadados em dois grupos: os intrínsecos e extrínsecos. O primeiro apresenta as características inerentes ao objeto de informação como título, autor, etc., e, o segundo, as características vinculadas ao sistema como, modo de acesso, controle, etc.

Hill *et al* (1999 *apud* RODRIGUEZ, 2002) também separam em dois grupos, chamando-os de inerentes e contextuais, voltados para informações de “análises informáticas do conteúdo” (RODRIGUEZ, 2002, p. 59) e de “informação que não se pode extrair diretamente dos conteúdos da coleção” (RODRIGUEZ, 2002, p. 59). Os modelos de dois grupos pareceram desde o princípio insuficientes às necessidades apresentadas pela pesquisa. Ao analisar o modelo de ciclo de vida dos dados, proposto pela Curadoria Digital, confirmou

que os modelos de dois grupos realmente não atendem às demandas.

Prothman (2000 *apud* RODRIGUEZ, 2002) divide os metadados em cinco categorias específicas: 1) Metadados de acesso; 2) Metadados semânticos; 3) Metadados de qualidade (informação que permitem análises qualitativas dos dados); 4) Metadados de transferência (informam como os dados podem transferir-se entre aplicações); 5) Metadados de armazenamento.

Gilliand (2016) também propõe cinco categorias de metadados que chama de: 1) administrativos, cujos metadados gerenciam os objetos de informação como, por exemplo, informação de aquisição, protocolos legais, protocolos de acesso, localização etc.; 2) descritivos, que descrevem os objetos de informação tanto com dados do sistema, como pelos dados catalográficos e outras informações da instituição, como informações curatoriais, anotações, emen-

das etc.; 3) de preservação, se ocupam da gestão de preservação indicando condição física, ações de preservação físicas e digitais (atualização e migração de dados); 4) técnicos, composto de metadados sobre o funcionamento do sistema (hardware e software), onde entram também as informações de digitalização técnica (por exemplo, formatos, relações de compressão, rotinas de escala), de autenticação e segurança (senhas); 5) de uso, dados que especificam os níveis e tipos de uso dos objetos de informação como, por exemplo, registros de circulação, uso de usuários etc.

Dentre os modelos propostos, a divisão de Gilliland (2016), é a que mais se adequa às necessidades de instituições que lidam com obras do patrimônio cultural porque permite a inserção dos dados necessários à descrição das técnicas de análise arqueométrica ao ciclo de vida dos dados de pesquisa. Propõe-se, nessa perspectiva, a seguinte organização:

Tipos de Metadados	Aplicação	Campo (termos)
Administrativos	Metadados que gerenciam os objetos de informação; protocolos legais; protocolos de acesso; localização	A. dados da obra B. indicação de responsabilidade C. data de análise D. protocolos legais; E. protocolos de acesso; F. localização
Descritivos	Metadados que descrevem o objeto de informação	A. tipo de análise B. nome da técnica C. tipo de documento iconográfico D. informação revelada E. documentação adicional F. relatório técnico
Preservação	Metadados sobre a gestão de preservação; indicações de ações físicas e digitais (atualização e migração)	A. dados do sistema
Técnicos	Metadados sobre o funcionamento do sistema (hardware e software)	A. condições experimentais
Acesso	Metadados que especificam os níveis e tipos de acesso	A. classificação de acesso

Tabela 1: Organização da estrutura de metadados para documentação iconográfica de técnicas de análises arqueométricas, com base em Gilliland (2016).

Observa-se também que algumas informações são de caráter sensível e não devem ser de acesso aberto ao público por questões de segurança da obra. A privacidade do cientista/pesquisador também deve ser considerada sem ser confundida com o seu monopólio.

Considerações finais

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, de buscar fundamentos teóricos e metodológicos de tratamento informacional de imagens e gráficos gerados por meio de análises físico-químicas, pode-se constatar, por meio da revisão de literatura, que eles devem ser tomados como dados de pesquisa não estruturados, o que requer o registro das informações pertinentes no banco de dados no ato de sua elaboração. Por isso, é de extrema importância a constituição de um repositório apto a armazenar essa documentação.

Ao analisar os modelos de representação bibliográfica, observou-se que os metadados bibliográficos não atendiam à demanda que a documentação arqueométrica exige. Encontrou-se um modelo mais satisfatório na proposta de Gilliland (2016): 1) administrativos; 2) descritivos; 3) de preservação; 4) técnicos; 5) de uso.

Como bem destacam Sayão e Sales (2012), ainda existe a mentalidade, por parte de alguns pesquisadores, de que os dados gerados na pesquisa são de sua propriedade. Porém, deve-se observar que as pesquisas são, geralmente, produzidas com financiamentos públicos e, portanto, são um bem público. Os repositórios devem não só armazenar e disponibilizar os dados de forma adequada, mas também apresentar a flexibilidade necessária para garantir a privacidade e segurança dos dados e do pesquisador, para que não venham a prejudicar a possibilidade de obtenção de patentes, aplicações comer-

ciais, segurança ou ainda pela necessidade de anonimização. Mesmo os dados que não podem ser compartilhados, em um primeiro momento, precisam ser preservados e geridos para usos futuros.

Mas quando se pensa em um futuro constituído de décadas, o meio digital coloca um duplo desafio. Se, por um lado, ela permite “criar, manipular, armazenar e tornar disponível uma quantidade impressionante de informações, por outro lado, esta mesma tecnologia fugidia coloca em perigo a longevidade dos objetos informacionais por ela engendrada” (SAYÃO; SALES, 2012, p. 188-189). A preservação digital é, portanto, um problema que surge na contemporaneidade e que deve ser levada em conta desde o início da elaboração de projetos de repositórios digitais de dados de pesquisa.

Referências

- AACR2. *Código de catalogação anglo-americano*. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMARAL, Fernando. *Introdução a ciência de dados: mineração de dados e Big Data*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BACA, Murtha. *Introduction to art image access: issues, tools, standards, strategies*. Los Angeles : Getty Research Institute, 2002.
- BERNARDES, Ieda Pimenta et al. *Gestão documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BOHNSACK, Ralf. A interpretação de imagens e o Método Documentário. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, p. 286-311, jun./dez. 2007.

DARTIGUES, André. *O que é fenomenologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FAPESP. *Plano de Gestão de Dados*. Disponível em: <http://www.fapesp.br/gestaodedados/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008.

GILLIAND, Anne J. Setting the Stage. In: BACA, Murtha. *Introduction to metadata*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2016. Disponível em: <http://www.getty.edu/publications/intrometadata/introduction/>.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília: IBICT, 1994.

IFLA. *Functional Requirements for Bibliographic Records: final reports*. International Federation of Library Associations and Institutions, 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf. Acesso em: 16 dez. 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006.

LAMFI - Laboratório de Análises de Materiais Por Feixes Iônicos do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. *Relatório de Atividades 2004-2009*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www2.if.usp.br/~lamfi/Relat2009.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice; BANNAN, John F. What is phenomenology? *CrossCurrents*, Vol. 6, No. 1 (WINTER 1956), pp. 59-70. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24456652>. Acesso em: 31 out. 2017.

MOLEIRO, Guilherme F; PASCHOLATI, Paulo R; RIZZUTTO, Márcia A. *Uso da técnica PIXE em obras e objetos do pintor Almeida Júnior*. Instituto de Física, Universidade de São Paulo. s/d.

NAP-FAEPAH. *Núcleo de Apoio à Pesquisa de Física Aplicada ao Estudo do Patrimônio Artísti-*

co e Histórico. Disponível em: <http://www.usp.br/faepah/?q=pt-br>. Acesso em: 11 set. 2016.

PANOFSKY, Erwin. *Studies in Iconology: Humanist Themes in the Art of the Renaissance*. New York: Oxford University Press, 1939.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

RIZZUTTO, Márcia A. Análises não-destrutivas em obras de arte com técnicas atômico-nucleares. *Revista CPC*, São Paulo, n. 6, p. 208-218, maio-out. 2008.

RIZZUTTO, Márcia A. et al. *Analytical techniques applied to study cultural heritage objects*. INAC 2015: international nuclear atlantic conference Brazilian nuclear program State policy for a sustainable world. Brazil, 2015.

RIZZUTTO, Márcia A.; KAJIYA, Elizabeth; CAMPOS, Pedro H. O. V. *Arqueometria: Ciência à Serviço da Arte: Técnicas não Destrutivas de Análise da Pintura*. Disponível em: <http://museu.ccsf.ime.usp.br/tecnicas/>.

RODRIGUEZ, Eva Méndez. *Metadatos y recuperación de información: estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales*. Gijón: Trea, 2002.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria Digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.22, n.3, p. 179-191, set./dez. 2012.

SMIT, Johanna W. Documentação audiovisual. In: BELLOTTO, H.L.; LIMA, Y.D.; SMIT, J.W. (coord.) *Organização de arquivos*. São Paulo: ECA/IEB, 2000.

TABACNIKS, Manfredo H. *Análise de filmes finos por pixe e rbs*. São Paulo: Instituto de Física, Universidade de São Paulo, s/d.

ZHANG, Yin; SALABA, Athena. *Implementing FRBR in libraries: key issues and future directions*. Nova Iorque: Neal-Schuman, 2009.

**Communication, Cyberculture and Cinema: Baudrillard and Matrix:
“the limit point between two worlds”¹**

**Comunicação, cibercultura e cinema:
Baudrillard e Matrix: “o ponto limite entre dois mundos”**

**Comunicación, Cibercultura y Cine: Baudrillard y Matrix:
“el límite entre dos mundos”**

**Luís Miguel Cardoso²
Margarida Cesário Batista³**

Keywords:

Communication

Cyberculture

Cinema

Baudrillard

Matrix

Abstract:

Nowadays, we live in the so-called Network Society (Castells, 2003), a reality in which presence is no longer limited to physical places and begins to happen especially in virtual places. The online environment has come to emerge what is known as Cyberculture, a characteristic phenomenon of cyberspace and in which the pre-existing culture extends and renews itself and recreates itself. In this paper, we seek to explore the question of identity and the doubts that hang in the head of the human being about what is considered real or not, making use of the film *The Matrix* (1999), of the Wachowski brothers, where we will retrieve excerpts from the film and with which it can be connected with *Simulacra and Simulation* (Baudrillard, 1981).

1 Texto recebido em 05/02/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Luís Miguel Oliveira de Barros Cardoso. Doutor em Letras - Línguas e Literaturas Modernas. Professor do Instituto Politécnico de Portalegre e da Universidade de Lisboa, Portugal. Contato: lmc Cardoso@ippportalegre.pt - <https://orcid.org/0000-0002-6332-8367>

3 Margarida Cesário Batista. Mestranda em Mídia e Sociedade pelo Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal. Contato: margaridabatista1995@hotmail.com

Resumo:

Hoje em dia, vivemos na chamada sociedade em rede (Castells, 2003), uma realidade na qual a presença não está mais limitada aos lugares físicos e começa a acontecer especialmente em lugares virtuais. O ambiente em rede veio emergir o que é conhecido como cyberculture, um fenômeno característico do ciberespaço e em que a cultura preexistente se estende e se renova e recria-se. Neste artigo, procuramos explorar a questão da identidade e as dúvidas que pendem na cabeça do ser humano sobre o que é considerado real ou não, fazendo uso do filme *Matrix* (1999), dos irmãos Wachowski, onde vamos recuperar trechos do filme e com o que ele pode ser conectado com *Simulacros e simulação* (Baudrillard, 1981).

Palavras-chave:

Comunicação

Cibercultura

Cinema

Baudrillard

Matrix

Palabras clave:

Comunicación

Cibercultura

Cine

Baudrillard

Matrix

Resumen:

Hoy en día vivimos en la llamada Sociedad en Red (Castells, 2003), una realidad en la que la presencia ya no se limita a los lugares físicos y comienza a suceder especialmente en lugares virtuales. El entorno en red ha llegado a surgir lo que se conoce como la cibercultura, un fenómeno característico del ciberespacio y en el que la cultura preexistente se extiende y se renueva y se recrea. En este artículo, buscamos explorar la cuestión de la identidad y las dudas que cuelgan en la cabeza del ser humano sobre lo que se considera real o no, haciendo uso de la película *Matrix* (1999), de los hermanos Wachowski, donde recuperaremos extractos de la película y que se puede conectar con *Simulacra y Simulación* (Baudrillard, 1981).

Communication, Cyberculture and Cinema: Baudrillard and Matrix: “the limit point between two worlds”

1. Introduction

We live in the so-called Network Society (CASTELLS, 2003), a reality in which the presence is no longer limited to physical places and begins to happen especially in virtual places. The online environment has emerged as what is known as cyberculture, a phenomenon characteristic of cyberspace and in which the preexisting culture extends renews itself, recreates itself in a kind of symbiosis between the individual present in the network and its characteristics. Pierre Lévy explains that “we cannot separate the material world - and still less its artificial part - from the ideas through which technical objects are conceived and used, nor from the humans who invent, produce, and use them” (LÉVY, 1999, p.22).

It is in this society that we relate to our fellow human beings, which results in the multiplicity of virtual connections and of which we have little connection. Nowadays, cyber, digital, online, technology, in general, constitutes a “new” space whereas we have said there is no time or space, or otherwise, exist in unison. In this way, we try to explore in this article the question of the identity and doubts that we have about what is considered real or not. In other words, ideas about the relationship between man and the machine, some dualities between Modernity and Post-Modernity, the postmodern subject will be approached and how it relates to an ephemeral society saturated with technologies and means of communication and finally, an exemplary approach will be made using the film *The Matrix* (1999)

by the Wachowski brothers, where we will retrieve excerpts from the film and with which we can make a connection with the work *Simulacra and Simulation* (1981).

2. Cyberculture: building a concept

With the evolution of the informational and communicational landscape, coinciding with the evolutionary forms of Web 2.0, “new seeds began to emerge in the field of the media with the appearance of equipment and devices that enabled the emergence of a culture of the available and transitory” (SANTAELLA, 2003, p.26). Later on, the coexistence of these different types of media in cyberspace was triggered:

the proliferation of media, brought about by the emergence of media whose messages tend towards segmentation and diversification, and the hybridization of messages, caused by a mixture of media, were synchronic to the heated debates of the 1980s on postmodernity. (SANTAELLA, 2003, p. 27).

From here until the consolidation of Cyberculture and its forms of expression, in cyberspace, the gap was filled very quickly:

cyberculture takes the copresence of the messages back to their context as it did in oral societies, but on another scale, in a completely different orbit. The new universality no longer depends on the self-sufficiency of the texts, on fixation and independence of meanings. It builds and extends itself through the interconnection of messages with each other, through its permanent link with virtual communities in creation, which give it varied meanings in a permanent renewal. (LÉVY, 1999, p. 15)

Lévy explains that “the growth of cyberspace results from an international movement of young people who are eager to experiment collectively with forms of communication different from those that the classical media propose to us” (*ibidem*, p. 11). This is precisely the premise: the development of new forms of communication, from those that already existed, but which the traditional media could not power in the same way as Web 2.0.

he anxiety, desire and curiosity on the part of the human being to know what is beyond the “real reality” now materializes in a universal space where everyone can communicate, regardless of their social, socioeconomic, cultural, political or age status. In this sense, Lévy sees cyberspace as:

the new medium of communication that comes from the worldwide interconnection of computers. The term specifies not only the material infrastructure of digital communication but also the oceanic universe of information it houses, as well as the human beings who navigate and nourish this universe. (LÉVY, 1999, p. 17)

Cyberculture, inscribed in this cybernetic space, which the author calls “network”, “specifies the set of techniques (materials and intellectuals), practices, attitudes, modes of thought and values that develop along with the growth of the cyberspace” (*Idem, ibidem*). It is in this environment that the “new” symbolic exchanges happen, codified messages that pass from producer to producer, from receiver to receiver, narrowing interpersonal networks, accumulating knowledge, archiving digital memories, constructing and deconstructing identities.

The human being, in his condition of being eminently social, cultural and

political has the power to decide who wants to be in cyberspace, so that the way he appears and how we see it may or may not coincide with the true identity of the subject. As Correia explains, “in this hyperconnected world, identities are created around appearance, leisure, image and consumption. Human ties have become fragile quite unlike real off-line connections” (2017, p.70). Santaella believes that:

Telecommunications and accelerated modes of transport are causing the planet to shrink more and more as the traditional parameters of time and space disappear, it is assumed, as a rule, that technologies are the measure of our salvation or the cause of our perdition. (SANTAELLA, 2003, p. 30)

Ribeiro, based on the theory described in *Neuromancer* (1984), by the North American William Gibson, says that cyberspace “deals with a reality that is constituted by the production of a set of technologies, rooted in society, structures and principles both of society itself and of the individuals that are inserted in it” (2017, p.29). In this sense, we can say that the new technologies and all the mechanisms and tools that these offer us lead to the creation of new communication paradigms, namely in cyberspace, leading to the creation of “a parallel reality, a new communication framework that basically discards the need physical and face-to-face communication as a source of relationship” (*ibidem*).

3. The man and the machine

Ribeiro claims that the “traditional boundaries between man and machine, body and being, they are smeared, in a dynamic and voracious mechanics and in which the technical platforms as the ma-

chines act as an extension of our desires, a hybrid phenomenon” (2017, p.28):

Who is the postmodern subject? Who is this individual who, more than being in a network, lives in a network? Who is that identity that navigates through cyberspace and produces cyberculture?

Correia explains that “the postmodern subject is constructed not having a fixed, essential and permanent identity, but of networks and flows, of instantaneity and fluidity, causing profound and transforming changes in the formation of personal identity” (2017, p. 63-64) and Masaghi reinforces:

In the electronic age, this self is decentralized and fragmented into continuous instability. In this informational universe, the world is nothing but a screen and we are nothing but a play of meanings. We do not represent or write the world; he writes and represents us. (MASSAGLI, 2008, p. 372-373)

The subject, who until then was a modern being, “abandoned” this condition towards postmodernity, where it was converted to its characteristics. Prazeres addresses the issue of real/virtual dichotomies, where he talks about the separation between the body, something material, existing in physical space, and cyberspace, the immaterial, the abstract, not palpable:

The body cannot be dematerialized by its connection to cyberspace. (...) The suppression and fading that the bodies undergo in their technological representation put us under a permanent state of homesick before what we are shown to us. As an extra, cyberspace only channels fragments of intact moments whose action is still born and dies to the rhythm of social cycles in the interactions of real space. (PRAZERES, 2014, p. 27)

In this sense, Correia says that “volatility and instability have become the hallmarks of identities in the postmodern world” (CORREIA, 2017, p. 66). Even more:

The Internet is considered as one of the innovative spaces in the identity construction of the subject in postmodernity (...) leaves for a path without frontiers, where the subject transposes to another virtual environment, assumes an identity built at the moment and at the same time feels ownership to this new reality. (CORREIA, 2017, p. 67-68)

Santos gives a very concrete example of double identity by placing the subject before a computer screen:

In this opaque background where moments ago there were glitters and pixels, a fading image appears, our figure, a pale reflection that only appears from the monitor off. And, disconnected from the machine, what is seen in the background, precariously reflected, is then our own image in front of the screen, bringing to light and perhaps explaining the nuisance of a position in which we are surprised by inquiring subjectivities and disturbing identities. (SANTOS, 2001, p. 7)

The great question is: what reflection is that which is represented before us? Doubt hangs in the air: just as in a mirror, where a representation of our physiognomy appears, the same screen appears on the screen. But here the question is no longer so much in physiognomy. Reside before in the way we perceive ourselves. The question would be something like: “Is that identity mine, is it just part of it, or is it completely different?” The author speaks of an “absentee presence” (2001, p. 8), in which such a loss of sense of identity occurs:

[a] feeling that our image imposed on the computer screen may result in a kind of absence of ourselves before ourselves, an absence felt paradoxically as presence, as a melancholy return to us through traces, traces, traces, and signs that seem are evidently ours, but which bear the mark of estrangement and distance, of the apparent erasure of our singularities by the disconnection of the machine (SANTOS, 2001, p. 8)

There is a relation between the machine, created by humans, and ourselves and Prazeres points out that “recognizing the separations between time and space within this logic allows us to see more clearly how they both relate free of the limitations imposed by distance” (2014, p.16). As the author says, “the body and the connection to the network have a commitment to complementarity because without the potential for extension, the body feels the restrictions and limitations of local reach” (*ibidem*, p.27). The human body, this physical vehicle, is nothing more than “support for a human mind that could have a continuity (...) for a digital environment” (MASSAGLI, 2008, p. 375). The author states that “the identity of the individual in modern societies is something that is constantly changing and in some cases, it is practically impossible to determine or define it within time and space patterns” (2008, p. 376).

The individual within the cyberspace, where the notions of time and space come together, has the possibility of being diluted and fragmented into several different identities. In fact, in this postmodern era, it is a period in which “the limit between thinking and acting is also diluted. In a world of accelerated flow and intense circulation, there is no time for “self-evident” customs, habits, and truths to be consolidated (MASSAGLI, 2008, p. 374).

4. The real and the simulacra

Among the various theorists who studied the question of identity in and out of cyberspace, Jean Baudrillard was one of the pioneers.

According to the UOL Education website, the French philosopher was “one of the main theorists of postmodernity and one of the authors who best diagnosed contemporary malaise.” From revolutionary ideas, Baudrillard devoted himself to the study of the impact of communication and social media in postmodern culture, developing a thesis that was based on “the concept of the virtuality of the apparent world, refuting traditional scientific thinking” (portal UOL Educação). Once asked about who he was, Baudrillard replied: “What I am, I do not know. I am the simulacrum of myself” (*The Guardian*, 2007).

The theorist emphasized, through his studies, the influence of the object on the human being: “Baudrillard developed arguments about the increasing power of the” object “over the” subject “in modern society, and the way in which protest and resistance were increasingly absorbed and turned into fuel by the symbolic “system” of capitalism” (*Idem, ibidem*).

Author of *Simulacra and Simulation* (1981) this philosopher and sociologist believed to have “generated the loss of the referential of identities, made handmaids of technological feudalism that has no other purpose but its self-sustainability.” In his book, Baudrillard speaks of an “imperfect reality” created from an “illusion of the system” (THITY-CHERQUES, 2010, p. 7): “we deal with a generalized metastasis, the clone of the world and our mental universe” (BAUDRILLARD *apud* THIRY-CHERQUES, 2010, p. 7).

The idea of “synchronized time” and “obliterated space” represented in

the same context are key ideas of Baudrillard's work (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 7). It is a space that dissipates at a certain time and that leads us to not be able to distinguish between the real and the virtual. It is a "hegemonic space-time code" (Idem, *ibidem*), which results in a re-creation of values: "the system has trained us to believe that work, technology, information culture and leisure are desirable. Our reality is codified, it consists of passwords" (BAUDRILLARD *apud* THIRY-CHERQUES, 2010, p. 7).

"Autonomy" and "submission" are two more keywords present in Baudrillard's thoughts, which argue that the individual is divided by the two conditions: either autonomous or submissive to the illusion of perfect reality (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 8). In this sense, the individual lives, produces and consumes artificiality. The rational action of the worker consists of operating in the hyper-reality of the system, entering into the sphere of floating meanings, floating senses and meaninglessness.

It is in *Simulacra and Simulation* that Baudrillard launches the challenge about the transition from Modernism to Postmodernism:

For Baudrillard, modern societies are organized around the production and consumption of commodities, while postmodern societies are organized around simulation and the play of images and signs, denoting a situation in which codes, models, and signs are the organizing forms of a new social order where simulation rules. (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2007)

Baudrillard explains that in postmodern societies, identity is created from imagery models, codes that determine who we are and others, simulat-

ing someone in a simulated world: "in the society of simulation, identities are constructed by the appropriation of images, and codes and models determine how individuals perceive themselves and relate to other people" (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2007). Everything is determined by the experience of the simulacrum and therefore we live on the margins of a life built according to the postmodern and surreal parameters.

The differentiating factor, so characteristic of modernity, is losing its strength, giving way to the "dedifferentiation" of which Baudrillard speaks. With this the author intends to explain that the simulation is a phenomenon where each one can choose who wants to be:

in Baudrillard's society of simulation [...] differences between individuals and groups implode in a rapidly mutating or changing dissolution of the social and the previous boundaries and structures upon which social theory had once focused (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2007)

In the postmodern universe, virtual creation is truer than the natural and predetermined creation and with which we confront ourselves as soon as we see the world: "the realm of the hyperreal [...] is more real than real, whereby the models, images, and codes of the hyperreal begin to control thought and behaviour" (*idem, ibidem*). Man creates, reproduces whatever his "I" and his world. In this sense, it can be said that Baudrillard's hyperreal universe is nothing less than a world in which: "entertainment, information, and communication technologies provide more intense and involving experiences than the scenes of everyday life, the codes and models that structure everyday life" (*ibidem*).

Baudrillard also speaks in a “communication ecstasy” and explains that this effect has to do with the fact that the individual is wrapped in a “super approximation” to the information and imaging compositions that come to us through technology. The influence of machine and technology on man results in a loss of control on the part of man:

in the media and consumer society, people are caught up in the play of images, spectacles, and simulacra, that have less and less relationship to an outside, to an external “reality” [...] the narcotized and mesmerized media-saturated consciousness is in such a state of fascination with image and spectacle that the concept of meaning itself dissolves (STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2007)

The logic of Marxist or modernist conception is reversed, in which the individual controlled the object, to a postmodernist logic in which precisely the opposite occurs: the fragmentation of the subject and the domination of the same by the object, its creation/creature. The simulation of reality itself reaches such a point that we begin to question ourselves: what is real and what is simulacrum? As the simulations happen, individualities dissolve and we lose “as simulations proliferate, they come to refer only to themselves: a carnival of mirrors reflecting images projected from other mirrors” (*Idem, ibidem*).

The “desert of the real” is one of the author’s best-known premises and is quite explicit in *Simulacra and Simulation* when Baudrillard writes:

Today abstraction is no longer that of a map, the double, the mirror, or the concept. Simulation is no longer that of a territory, a referential being, or a substance. It is the generation by models of a real without origin or reality: a

hyper real. The territory no longer precedes the map, nor does it survive it. It is never the less the map that precedes the territory – *precession of simulacra* – that engenders the territory, and if one must return to the fable, today it is the territory whose shreds slowly rot a cross the extent of the map. It is the real and not the map, whose vestiges persist here and there in the deserts that are no longer those of the Empire, but ours. *The desert of the real itself* (BAUDRILLARD, 1994, p. 1)

Baudrillard also writes: “to dis-simulate is to pretend not to have what one has. To simulate is to feign to have what one doesn’t have. One implies a presence, the other an absence” (*ibidem*, p.3). The author argues that in Postmodernity everything “is a matter of replacing reality with the signs of reality. There is no “sense of reality” that can cover up the hoax, the postmodern culture itself is artificial ... we have lost all ability to distinguish its nature because we fabricate a hyperreal civilization that constructs illusory scenarios” (BAUDRILLARD *apud* MOREIRA, 2005, p. 195).

Thus, he explains, in *Simulacra and Simulation*:

Such is simulation, in so far as it is opposed to representation. Representation stems from the principle of the equivalence of the sign and of the real (even if this equivalence is utopian). Simulation, on the contrary, stems from the utopia of the principle of equivalence, *from the radical negation of the sign as value*, from the sign as the reversion and death sentence of every reference. Where a representation attempts to absorb simulation by interpreting it as false representation, simulation envelops the whole edifice of representation itself as a simulacrum (p. 6)

3. Matrix

The cinematographic work, *Matrix* (1999), by the Wachowski brothers, is inspired by the ideas and theories of Baudrillard, who was not at all satisfied with portraying his essay in this way. As Thiry-Cherques (2010) explains, “his essay on how the mass media produces virtual reality inspired the directors of *The Matrix* trilogy. The philosopher was then invited to participate, to give the motto, to provide the essence that would give rise to a cinematographic work that sought to portray and to show to society what Baudrillard had theorized: the duality between real and virtual and, especially, the choice of the individual before the two worlds, however, the philosopher did not accept the position of consultant that had been done to him. What happens then in this cinematographic work?

Hacker hero Neo (Keanu Reeves) hides his contraband software in a hollowed-out copy of one of the philosopher’s books, and rebel chief Morpheus (Laurence Fishburne) quotes Baudrillard’s most famous formula: “Welcome to the desert of the real”. (*THE GUARDIAN*, 2007)

As *The Guardian* reports, the film talks about “a near future where society is a machine-determined simulation that keeps us as slaves” (2007). In *Matrix*, Neo is the wanderer, an “anomalous, this boundary between two worlds, who must, at a moment, make his choice”.

Massagli, in his article “Cultural identities in the desert of the hyperreal in the movie *Matrix*, speaks in the form” of how postmodern experience displaces subjectivity and interferes with the constitution of a stable and centered modern subject, insofar as this subject, (2008, p. 371), something that Baudrillard clearly advocated. In *Matrix*, Neo faces a dilem-

ma that completely and literally changes the reason for its existence: the protagonist needs to meet and for this, he needs to realize what is and is not real. On the one hand, the normal life of an individual named Thomas Anderson, a programmer in a reputed software company and another, a dark life as a hacker and under the nickname Neo. Here we can see the fluidity between two identities, one real and one virtual, but throughout the film, there are several situations that refer us to these fluctuations between two worlds: “the characters travel between the” real “and the” virtual “world through cables and telephone lines all the time; the agents of the Matrix can be anyone; any person can be an agent of the Matrix” (*ibidem*, p. 374).

Massagli explains that “we are facing a new way of thinking, feeling and behaving ... between pure multiplicity and the exceptional individual: what exactly is the nature of the anomalous? What role would he have in relation to the pack?” (2008, p. 374). In *Matrix*, Neo is the “exceptional individual”, the “solitary” in relation to the “bando” (*Idem, ibidem*) and, in this way, using the words of the author, we ask: “what function does Neo have for what is left of reality, for those who are somehow not trapped in the virtual cage of the Matrix?” (*ibidem*).

Morpheus firmly believes that Neo is the “Chosen One”, someone who exists with the purest of missions, which implies a choice between the virtual universe, where he can make his own decisions, be he to determine his own existence, or, on the other hand, to continue giving in and accepting the pre-determinations imposed by the Matrix. Neo is nothing less than “this limit point between two worlds, which must, at one moment, make its choice” (MASSAGLI, 2008, p. 374). An example of this is when Neo consults the Oracle and comes across the Enigma of Delphi: “Know thy-

self” (ibidem). The protagonist then needs to discover at once his world and therefore his identity.

In *Matrix*, and according to Espanha & Poupinha, (2005, p.1086), the question of the “construction process of the real” is portrayed in a “total” form, since in this history “the historical evolution of humanity is itself producer of built reality. The loss of control of technological evolution makes this technology autonomous and domineering. Humanity becomes matter and is neither form nor content, which is provided by the “builders of reality” (ibidem). What is supposed to be the step to freedom, to happiness, to an experience completely detached from conventions, is also a step towards the discovery of oneself:

in all processes of discouragement of a given notion of real ... the idea of happiness is something that becomes lost, since it is only in situations where one is involved in a matrix or, at times, is seeking to belong to a given reality that the idea of happiness is present, present or potentially, always through the path of desire or illusion (ESPANHA; POUPINHA, 2005, p. 1089)

Right at the beginning of the film, we can see, along with Neo, the message he receives: “The Matrix has you ...”. Being the Matrix a virtual world conceived by Artificial Intelligence, Neo finds himself living in a pure illusion of reality: “Welcome, to the desert of the real,” Morpheus tells Neo by showing him the city of Chicago in the future (DEVI, 2008, p. 5):

The character Morpheus acts as a kind of Hyper real theorist and takes Neo and the audience through various kinds of illusions and representations that they encounter in their everyday life. Morpheus tells Neo, “I promised you the truth, Neo, and the truth is that

the world you were living in was a lie”. (DEVI, 2008, p. 4)

Baudrillard considers that in Post-modernity, everything loses its meaning, generating an emptiness of everything: “everything is empty and has lost its meaning” (ibidem, p. 5). However, the film does not portray a conclusion that encompasses this vision, but conveys the message that one day we will all find our way and everything will make sense:

The film ends positively, with Neo saying, “I’m going to show them a world without you. A world without rules and controls, without borders and boundaries. A world where anything is possible. Where we go from there is a choice I leave to you.” This shows that the people in future will understand the virtual medium better and will try to control the simulations instead of being a slave to images (DEVI, 2008, p. 5)

Neo is learning to know himself, and at the end of the film he realizes the whole process of knowing himself: “we see the slow transition from Neo from an ordinary hacker to a superman like a saviour” (ibidem, p. 5-6), but until then there is much to come.

One of the key scenes of the film is the moment in which Morpheus tells and shows to Neo that the world in which he has lived is a lie, a staging, a kind of product. *The Matrix* is the creation of a matrix, a pattern generated by Artificial Intelligence and that forces us to live according to certain norms. During the conversation between the two, Morpheus tells Neo: “I see in your eyes, you have the look of a man who accepts what he sees, because he is waiting to wake up, ironically, it is still true. Do you believe in fate, Neo?” To which he replies not because he does not like to think that he does not control his life. Morpheus

responds: *"I know exactly what you mean, I'll tell you why it's here. You know something, cannot explain what, but you feel, you've felt your whole life. There is something wrong with the world, you do not know what it is, but there is, like a buzzing in your head driving you crazy, it was that feeling that brought you to me. Do you know what I'm talking about?"* Neo really wants to find out what the Matrix is and will finally know, *"The Matrix is everywhere, around us, even now, in this room, you can see it when you look out the window, the When you turn on your television, you feel when you go to work, when you go to church, when you pay your taxes. It is the world that was placed before your eyes so that you would not see the truth."* Neo becomes increasingly confused, not knowing what to think, and Morpheus continues: *"You are a slave, like everyone else, you were born in captivity, you were born in a prison you cannot feel or touch, a prison for your mind. Unfortunately, it is impossible to tell what the Matrix is. You have to see for yourself"* (MOREIRA, 2005, p. 189-190).

According to Moreira, as in the Allegory of Plato's Cave, "Neo equals the prisoners of the cave, but what he discovers is not properly a kingdom blessed with forms, pure and gleaming in beauty. On the contrary, it finds the earth devastated by nuclear winter, the fruit of the war between man and machine, a reality lived in the centre of the Earth" (MOREIRA, 2005, p. 193). Once released from the cave, the human will face "a world that he does not recognize and does not believe. Free, he suffers, for he does not accept that which, for him, is not the true nature of reality" (*ibidem*).

Cypher is another of the characters that equal these prisoners:

You know, I know this steak does not exist. I know that when I put it in

my mouth, Matrix tells my brain that it is juicy and delicious. After nine years, do you know what I realized? Ignorance is wonderful (MOREIRA, 2005, p. 193)

Cypher had already been in the Matrix, from which he was freed. However, she repents because she is not happy in a reality that is not her own. Cypher prefers not to have to decide what he knows his steak, prefers the "wonderful ignorance" of not knowing the object that has before him, preferring to be the object to determine his world. Yet, as Moreira questions, "does Cypher, when he opts for" ignorance, "give up his supposed freedom or only make his free choice?" (MOREIRA, 2005, p. 197). That is the question...

Neo, at some point, also felt a need to know if he could return to his reality if he wanted to: "I cannot go back, can I?", He asks. really want to? ", Morpheus replies" (MERRIN, 2003, p.2).

Neo is doubtful and divided about what is and is not real and Morpheus challenges him: "What is real?" How do you define real? you can taste and see, then real is simply electrical signals interpreted by your brain" (*idem, ibidem*). If we go back to the beginning of the film, when Choi appears at Neo's house, and where we see Baudrillard's first influence on the film (Neo saves his experiences as a hacker inside a box that is nothing more than the book *Simulacra and Simulation* but no pages), there are already obvious signs of the non-distinction between being asleep or awake, when Neo asks Choi: "have you ever had that feeling where you're sure you're awake or still dreaming?" Later, on meeting Morpheus, he asks her: "If the virtual reality apparatus was wired to all of your senses and controlled them completely, would you be able to tell the difference between the virtual world and the real

world?” Neo responds: “You might not,” and Morpheus agrees: “No you would not, unless you were woken.” We reach the eternal question: what is and what is not real?

5. Conclusions

In summary, we can quote Moreira when he writes:

Simulating does not mean duplicating, but attuning to our desires and purposes. In *Matrix*, we see that the year 2199 simulates the reality of 1999 with some “extras”. In the course of the film, we do not see crimes and poverty, because hunger and crime are not the objectives of machines that, on the contrary, have programmed a docile population (MOREIRA, s / d, p. 197).

As can be seen throughout our work, all these questions involve a key factor: subjectivity. What for some may be real, for others it may not be. The question of identities has always been a complex and meaningful question. Each one decides who he wants to be and how he wants to guide his world. If it was already in the physical world, in the virtual world this situation is accentuated. In addition to our earthly identity, we have the possibility of extending it to the virtualities of the Web, being ourselves or even inventing new and different identities. In this sense, it can be said that *Matrix* constitutes a film that, within the presuppositions of the philosophy and the characteristics of the Science Fiction, corresponds in many details to this question. In this way, it is the kind of film that should be considered in studies that refer to the question of identity inside and outside cyberspace for its imagery richness, but also in terms of its messages and meanings.

Morpheus makes it clear to Neo: “you have lived in a dream world, Neo. As in Baudrillard’s conception, his whole life has been spent on a map, not on the territory” (Moreira, p. 192). But as we have seen, the similarities between Baudrillard’s conceptions did not always co-exist. While the philosopher characterized post-modernism, governed by technology and media that sucked the senses, in the film there is the idea that more day less day we will all leave the *Matrix*, governed by Artificial Intelligence, to migrate to virtual reality, where we are shaping everything according to our wishes.

Each one of us owns a kind of truth and, at this time, the question remains: is there, in fact, freedom? If it exists, where can we find it?

References

- BAUDRILLARD, J. *Simulacra and Simulation* - Translated by Sheila Faria Glaser. Michigan: The University Of Michigan Press, 1994. Available at https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=9Z9biHaoLZIC&oi=fnd&pg=PA1&dq=baudrillard+simulacra+and+simulation&ots=3NS4i2gAnV&sig=vGlaqO6nqwzK_TB_TixfNL1QDrE#v=onepage&q=baudrillard%20simulacra%20and%20simulation&f=false. Access in 01 July 2018.
- CORREIA, M. A fluidez das identidades na contemporaneidade e as redes sociais. *Revista Comunitas*, Vol. 1, Nº 1, Acre, 2017. Available at <http://periodicos.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/article/view/1105/pdf>. Access in 25 June 2018.
- DEVI, G. *The Concept Of Hyperrealism in Cyberpunk Films. The Film The Matrix (1999): a Case Study*. The 11th International Conference of ISSEI. Language Centre, University of Helsinki. Finland, 2008. Available at https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/15197/67_Gayadri%20Devi.pdf?sequence=1. Access in 02 July 2018.
- ESPANHA, R.; POUPINHA, L. *Matrix: teoria geral e*

três casos práticos. Livro de Actas – 4º SOPCOM, 2005. Available at https://www.researchgate.net/publication/242755554_Matrix_Teoria_Geral_e_Tres_Casos_Praticos. Access in 03 July 2018.

LÉVY, P. *Cibercultura* [Tradução de Carlos Irineu da Costa]. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=7L29Np0d2YcC&oi=fnd&pg=PA11&dq=cibercultura+autores&ots=gjSuvB_Ccj&sig=mIY3YQbOUNW_XLL4LpnS-j2hf5Q&redir_esc=y#v=onepage&q=cibercultura%20autores&f=false. Acesso em 03 julho 2018.

MASSAGLI, S. Identidades culturais no deserto do hiper-real no filme Matrix. *Estudos Linguísticos*, 37 (3), p. 371-378, set-dez. 2008. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228453064_Identidades_culturais_no_deserto_do_hiperreal_no_filme_Matrix. Acesso em 03 julho 2018.

MERRIN, W. *Did You Ever Eat Tasty Wheat?: Baudrillard and The Matrix*. Swansea, U.K.: University of Wales, 2003. Available at <https://www.nottingham.ac.uk/scope/documents/2003/may-2003/merrin.pdf>. Access in 02 July 2018.

MOREIRA, A. *Matrix Iluminismo e afins*. Livro de Actas – 4º SOPCOM, 2005. Disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/sopcom/article/view/3157>. Acesso em 02 julho 2018.

PIRES, H. Do gesto hesitante da dor à fusão apocalíptica do corpo. Leitura de crítica das ligações na era da técnica, org. de Bragança de Miranda e Teresa Cruz. *Revista Comunicação e Sociedade*. Vol. 4, 2002. Disponível em <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1305/1239>. Acesso em 01 julho 2018.

PRAZERES, R. *Cidade e Ciberespaço em Seis Dicotomias: espaço e tempo; corpo e conexão; alienação e fragmentação*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura – área de cultura arquitetónica. Guimarães: Universidade do Minho, 2014. Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30605/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Rui%20David%20Couto%20Prazeres_2014.pdf. Acesso em 29 julho 2018.

RIBEIRO, F. *Opinião Pública nos Média em Portugal: quem participa e porquê?*. Braga: Universidade do Minho, CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2017. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bit->

stream/1822/46238/1/2017_Ribeiro_livro-opiniao-publica.pdf. Acesso em 03 julho 2018.

SANTAELLA, L. Da Cultura das Mídias à Cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista Famecos*, nº 22, Porto Alegre, 2003. Disponível em https://www.passeidireto.com/arquivo/4731900/da-cultura-das-midias-a-cibercultura_lucia-santaella. Acesso em 27 junho 2018.

SANTOS, A. A Construção de identidades e de subjetividades no ciberespaço. *Revista Logos*, Vol. 8, nº 1, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14765>. Acesso em 25 junho 2018.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. *Jean Baudrillard*. 2007. Available at <https://plato.stanford.edu/entries/ baudrillard/#2>. Access in 01 July 2018.

THE GUARDIAN [International edition]. *Jean Baudrillard*. 2007. Available at <https://www.theguardian.com/news/2007/mar/07/guardianobituaries.france>. Access in 01 July 2018.

THIY-CHERQUES, H. (2010). Baudrillard: trabalho e hiper-realidade. *RAE-eletrônica*, vol. 9, nº 1, Art. 7, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482010000100008. Acesso em 01 julho 2018.

UOL EDUCAÇÃO. *Jean Baudrillard*. S/d. Access 01 July 2018 at <https://educacao.uol.com.br/biografias/jean-baudrillard.htm>

Comunicação digital e interação social entre jovens: o uso de materiais audiovisuais nas redes sociais¹

Comunicación digital e interacción social entre jóvenes: el uso de materiales audiovisuales en las redes sociales

Digital communication and social interaction among young people: the use of audiovisual materials in social networks

Daniel Luciano Gevehr²
Valmir Mateus dos Santos Portal³

Palavras-chave:

Audiovisuais

Redes sociais

Mídia

Educação

Jovens

Resumo:

O estudo apresenta uma revisão sistemática, que analisa as contribuições advindas de pesquisas que investigam o papel desempenhado por materiais audiovisuais, no âmbito da comunicação, distribuídos e acessados em redes sociais. Para tanto, foram selecionadas 32 publicações, disponíveis nas plataformas *Scielo* e *Periódicos CAPES*, que se constituem como duas das principais bases de consulta de publicações científicas. Ainda que apresentem diferentes perspectivas de abordagem, todas as publicações selecionadas, estabelecem uma relação entre *audiovisuais*, *redes sociais*, *jovens* e *educação*, no contexto da comunicação. As produções científicas ponderam, ainda que, essa relação é fundamental no processo de comunicação social, uma vez que caracteriza o contexto das novas relações de interação social.

1 Texto recebido em 14/03/2019 e aceito para publicação em 24/10/2019.

2 Daniel Luciano Gevehr. Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: danielgevehr@faccat.br - <https://orcid.org/0000-0003-1815-4457>

3 Valmir Mateus dos Santos Portal. Especialista em Artes Visuais e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Professor do Curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Brasil. Contato: mateusportal@faccat.br

Resumen:

El estudio presenta una revisión sistemática, que analiza las contribuciones provenientes de investigaciones que investigan el papel desempeñado por materiales audiovisuales, en el ámbito de la comunicación, distribuidos y accedidos en redes sociales. Para ello, se seleccionaron 32 publicaciones, disponibles en las plataformas *Scielo* y *Periódicos CAPES*, que se constituyen como dos de las principales bases de consulta de publicaciones científicas. Aunque presenten diferentes perspectivas de abordaje, todas las publicaciones seleccionadas, establecen una relación entre *audiovisuales*, *redes sociales*, *jóvenes* y *educación*, en el contexto de la comunicación. Las producciones científicas ponderan, aunque, esa relación es fundamental en el proceso de comunicación social, ya que caracteriza el contexto de las nuevas relaciones de interacción social.

Palabras clave:

Audiovisuales
Redes sociales
Medios de comunicación
La educación
Joven

Keywords:

Audiovisuals
Social networks
Media
Education
Young

Abstract:

The study presents a systematic review, which analyzes the contributions from researches that investigate the role played by audiovisual materials, in the scope of communication, distributed and accessed in social networks. For this purpose, 32 publications were selected, available on the Scielo and CAPES journals platforms, which constitute two of the main databases for consulting scientific publications. Although they present different perspectives of approach, all selected publications establish a relationship between *audiovisuals*, *social networks*, *youth and education* in the context of communication. Scientific productions consider, however, that this relationship is fundamental in the process of social communication, since it characterizes the context of the new relations of social interaction.

Comunicação digital e interação social entre jovens: o uso de materiais audiovisuais nas redes sociais

Introdução

Com o constante avanço da internet e as tecnologias de acesso à rede, o usuário trafega pelas mais diversas interfaces de interação social. O indivíduo está presente nesse espaço cibernético, e diversas vezes, como uma extensão de sua própria individualidade, nas redes sociais. Os jovens estão inseridos nesse ambiente on-line, consumindo os mais diversos materiais midiáticos.

O estudo desses aspectos sociais, são importantes, principalmente em relação à conteúdos culturais e comerciais. Sendo que além das pessoas as organizações estão cada vez mais presentes nesses espaços sociais na internet. Conhecer o que motiva visualizações e interações é importante para a promoção de novos estudos e direcionamentos de estratégias no âmbito da comunicação.

A internet é composta por milhões de dados, boa parte deles produzida pelos usuários nos sites em que eles navegam. O usuário nas interfaces atuais, está diretamente associado à geração de um banco de dados, e esses dados vão constituir seu próprio corpo na rede. Será através do estudo dos hábitos detectados por esse rastro de dados, que se conhecerá esse usuário. (MONTAÑO, 2017)

A “Geração Digital” tem desafios a serem contornados. Os jovens, que fazem parte dessa geração, devem estar preparados para um novo arranjo social, num espaço onde a fragmentação e a instabilidade, ocupam papel central no modo de vida. Preferem enaltecer potencialidades e aptidões, em vez de discutir as origens

e as implicações sociais e políticas destas mudanças. Diante desse cenário, surgem novos hábitos de consumo, novas maneiras de sociabilidade e de comunicação dos jovens (FREIRE FILHO; LEMOS, 2008).

Os espaços de compartilhamento na rede, apresentam uma grande quantidade de imagens audiovisuais. Todavia, esses espaços não são neutros, uma vez que nesses espaços, os vídeos obedecem à uma certa organização e espacialização. Considerando que a interface dos elementos visuais, que rodeiam os vídeos, pode encaminhar o usuário à outros conteúdos. Estabelecendo assim, uma forma inédita de relacionamento do telespectador e da imagem audiovisual, deferente das outras formas de mídia (MONTAÑO, 2017).

Algo que está em constante adaptação é a comunicação, frente as novas tecnologias. As mídias sociais possuem um infinito poder de alcance, por meio dos usuários. Isso se deve a infinidade de plataformas de comunicação, disponíveis na internet. Acarretando assim, influência nos consumidores, seja de comportamentos, atitudes, opiniões ou decisões de compra (GOMES; MONDO, 2016).

As mídias sofreram muitas mudanças nos últimos anos, principalmente em relação aos avanços tecnológicos. As “Mídias Emergentes” vêm ganhando força rapidamente e ganhando relevância frente aos meios tradicionais de comunicação. Ressaltando a mudança de comportamento no consumo das mídias pelos usuários, principalmente nos Estados Unidos onde houve uma queda abrupta nos pontos de audiência na televisão aberta desde os anos 1980, apresentando dados do aumento do consumo de vídeos *on demand* e em redes sociais. O Brasil também apresenta mudanças na forma do consumo das mídias, onde os meios tradicionais registram quedas nos índices de audiência (RODRIGUES; CHIMENTI; NOGUEIRA, 2014).

Baseado nas informações anteriores, as novas mídias digitais se expandiram no mercado brasileiro. O investimento publicitário em internet cresceu, cerca 139% entre os anos de 2010 e 2013, ultrapassando no mesmo período, o crescimento total de mídia, que foi apenas 41%. O consumidor, cada vez mais, define a sua própria grade de programação, regulando o que quer ver referente à publicidade, enquanto consome seu conteúdo predileto (RIZZI; JUSSANI, 2017).

A partir dessa realidade, se propõe analisar as contribuições advindas de pesquisas acadêmicas recentes, publicadas em periódicos científicos, que têm foco a compreensão, da relação que se estabelece no uso de materiais audiovisuais, nas redes sociais. A partir da seleção e análise dos artigos científicos publicados, pretende-se categorizar o tipo de análise proposta, investigando as principais perspectivas de análise apresentadas sobre o tema e quais os elementos que são destacados nesses estudos.

O percurso da pesquisa: seleção e análise das fontes

Coloca-se como objetivo principal da pesquisa, fazer uma revisão sistemática, que reúne contribuições sobre a relação audiovisuais e educação no contexto das redes sociais. Conforme Jung (2004), estudos com essa finalidade, tem por objetivo conhecer as diversas formas de contribuição científicas existentes, que foram realizadas sobre determinado assunto ou fenômenos. Foram utilizados três critérios de inclusão, para que o artigo pesquisado integrasse a revisão: (i) conter a expressão “audiovisuais” no título; (ii) conter as expressões “audiovisual”, “educação”, “redes sociais” e “jovens” em qualquer parte do trabalho; (iii) ter sido revisado aos pares; (iv) ser artigo científico; (v) ter sido publicado entre os anos 2008 e 2018.

Após determinados os critérios de inclusão, foram aplicados nas seguintes bases de dados: (i) *Scielo* e (ii) *Periódicos CAPES*. Dessa feita, em uma primeira busca, a inclusão de aproximadamente 1661 artigos, que se encaixavam nos critérios de inclusão, sendo feita uma triagem entre todos. Daí, foram descartados os trabalhos que não se referiam especificamente a criação de audiovisuais e que, estivessem ligados a outros elementos que se distanciassem do campo da comunicação social. Desta forma, restaram 32 trabalhos para o desenvolvimento deste estudo.

A partir da leitura dos artigos selecionados, construiu-se uma planilha eletrônica, como instrumento de organização das seguintes informações: (i) título; (ii) autores; (iii) periódico; (iv) palavras-chave; (v) uso de audiovisuais; (vi) educação; (vii) redes sociais. Os artigos foram classificados, quanto à sua área de publicação, e considerou-se as áreas temáticas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas, linguística, letras e artes.

Após a coleta de dados, foram conceituados e analisados os constructos, objetos desse estudo, bem como foram relacionadas as percepções dos autores acerca dos mesmos e as implicações mais pertinentes ao tema, de modo que os conteúdos integrantes dessa síntese referiram-se: (i) utilização de materiais audiovisuais; (ii) uso de audiovisuais por jovens; (iii) a utilização desses materiais audiovisuais na educação (iv) narrativas desenvolvidas para audiovisuais.

Para facilitar a análise dos resultados, foram desenvolvidos gráficos, que demonstram a origem das publicações (países e continentes), o ano em que a pesquisa foi publicada e a área de publicação.

No quadro 1 é apresentada a síntese das publicações, utilizada para a revisão da literatura. Nas informações do quadro, se busca relacionar cada publicação com o país em que se realizou a pesquisa, bem como as áreas de publicação.

Ano	Autor	País	Área de Publicação
2008	FREIRE FILHO, J.; LEMOS, J. F.	Brasil	Comunicação
2010	PIRES, E. G.	Brasil	Comunicação e Educação
2011	CHAMPANGNATTE, D. M. O.; NUNES, L. C.	Brasil	Educação
2011	LEITE, F.; BATISTA, L. L.; SOUZA, J. T.	Brasil	Comunicação
2012	NIEDERMAIER, A.	Argentina	Comunicação
2012	ROBLES, B.	Argentina	Educação
2012	KIELING, A. S.; GT de Estudos de Televisão	Brasil	Comunicação
2012	FREITAS, I.; CARVALHO, D. E.	Brasil	Comunicação
2012	PUHL, P. R.; ARAÚJO, W. F.	Brasil	Comunicação
2013	SILVA, C. G.; FIGUEIREDO, V. F.	Brasil	Educação
2013	MENEZES, L. M.	Brasil	Comunicação
2013	SANTOS, A. B.; SILVA, R. L. G. S.	Brasil	Comunicação
2014	RODRIGUES, M. A.S.; CHIMENTI, P. C. P. S.; NOGUEIRA, A. R. R.	Brasil	Comunicação
2015	MAZÁS, F.	Argentina	Comunicação
2015	CANTÚ, M.	Argentina	Comunicação
2015	NETO, H. P.; PAZIANI, R. R.	Brasil	Educação
2015	MUROLO, N. L.	Colômbia	Fotografia
2015	CANAVILHAS, J.; TEIXEIRA, J. F.	Portugal	Comunicação
2015	SEDEÑO-VALDELLÓS, A. M.	Colômbia	Comunicação
2015	VIDAL-GÁLVEZ, J. M.; TÉLLEZ-INFANTES, A.	Colômbia	Antropologia
2015	GOMES, B. L. T.; MONDO, T. S.	Brasil	Comunicação
2015	TUBENCHLAK, D. B.; FAVERI, D.; ZANINI, M. T.; GOLDSZMIDT, R.	Brasil	Comunicação
2016	ADERALDO, G.; RAPOSO, O.	Brasil	Comunicação
2016	MIRANDA-VILLANUEVA, O. M.	Colômbia	Cultura
2016	FECHINE, Y. C.; BRONSTEIN, K. P.	Brasil	Comunicação
2016	RIBEIRO, R. R.; SILVESTRIN, C. B.	Brasil	Comunicação
2017	COUTINHO, I.; MARINO, C.	Brasil	Comunicação
2017	SQUIRRA, S. C.M.	Brasil	Comunicação
2017	HOLZBACH, A. D.	Brasil	Comunicação
2017	MONTAÑO, S.	Brasil	Comunicação
2017	RIZZI, J. P.; JUSSANI, A. C.	Brasil	Estatística
2017	LIMA, R. R.; KANEIPP, V.	Brasil	Comunicação

Quadro 1 - Síntese das publicações (2008 - 2018).

Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se que a maior parte das publicações, estão concentradas nos anos de 2012, 2015, 2016 e 2017 ou seja, nos últimos 7 anos, somando

76% dos artigos selecionados. Essas informações indicam que existe um interesse, que se mantém constante pelo estudo do tema.

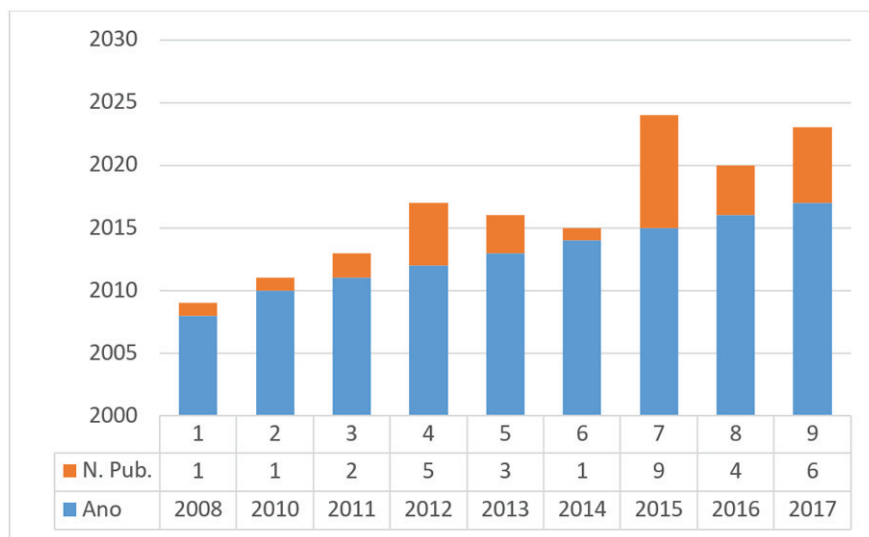


Figura 1 - Síntese das publicações (2008 - 2018).

Fonte: Elaborado pelos autores

Ressalta-se que o país que concentra o maior número de publicações, conforme as premissas metodológicas de busca, é o Brasil, com 72% dos artigos selecionados, seguido pela Colômbia e

Argentina, com 13% cada, e por Portugal com 3% ver Figura 2. Este dado, vai ao encontro do número de publicações por continente, sendo o Norte Americano, com a maioria dos artigos selecionados.

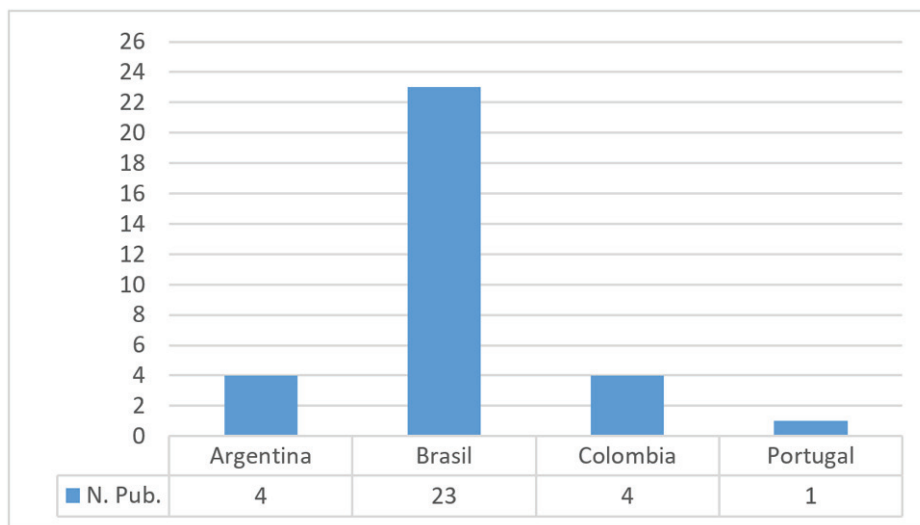


Figura 2 - Número de publicações por país

Fonte: Elaborado pelos autores

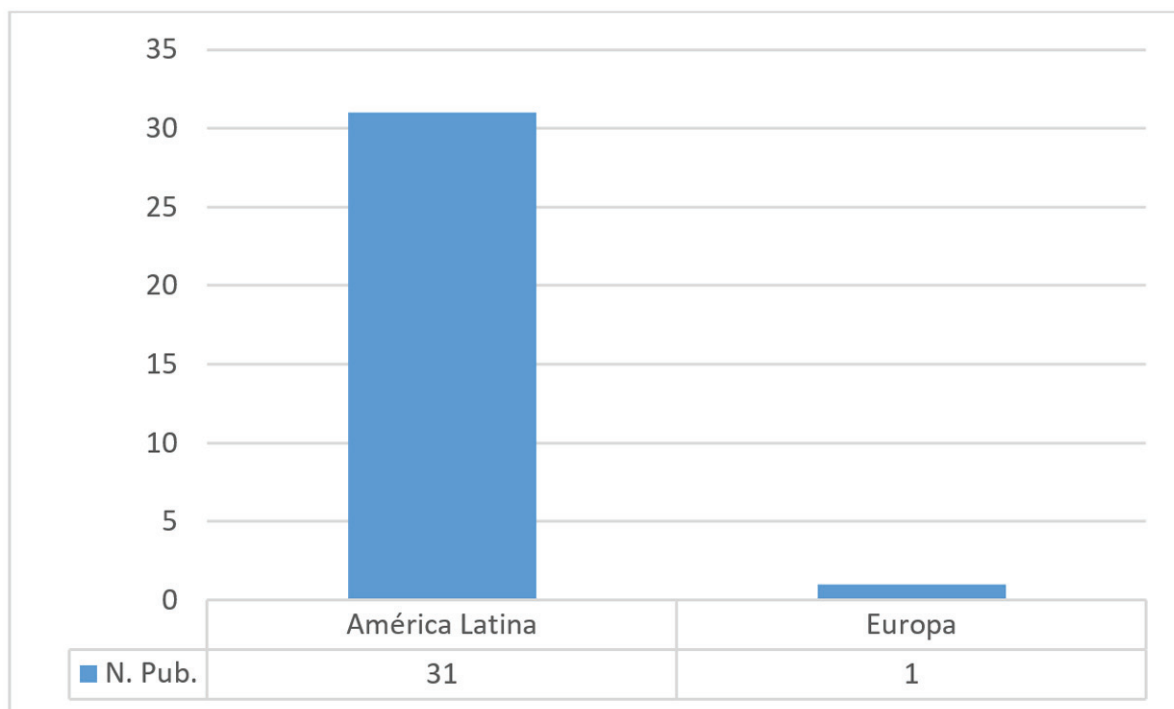


Figura 3 - Número de publicações por continente

Fonte: Elaborado pelos autores

Destaca-se que 97% das publicações que foram selecionadas para a revisão concentram-se no Continente Sul Americano e apontam para a ideia de que a internet e as redes sociais, abrem no-

vos espaços para a reprodução dos mais diversos tipos de conteúdos audiovisuais, como mostram as pesquisas publicadas por Iluska e Coutinho (2017), Figueiredo e Silva (2013), De Moraes Squirra (2017).

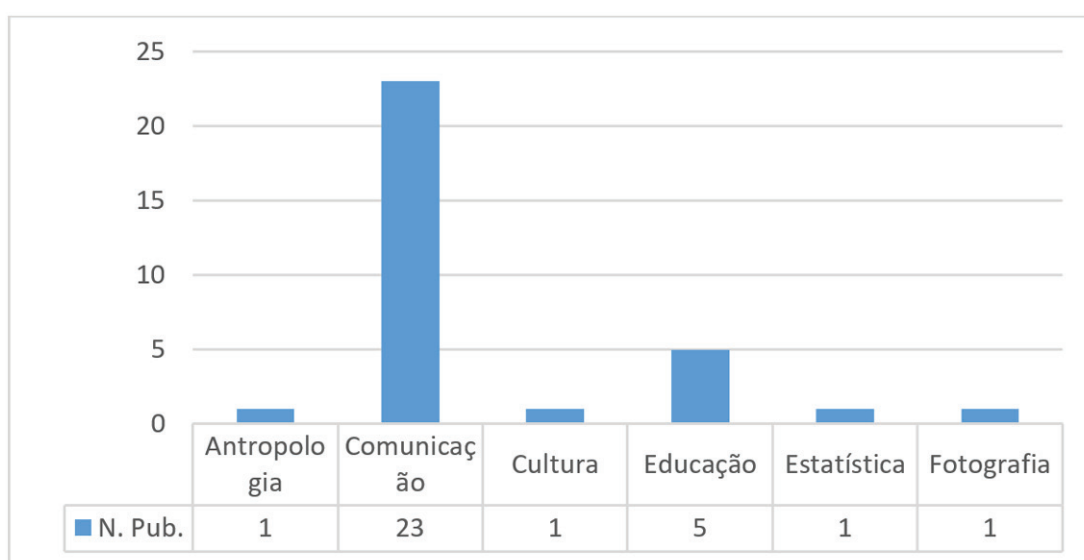


Figura 4 - Número de artigos por área de publicação

Fonte: Elaborado pelos autores

A maior parte dos artigos, foi publicada em periódicos das áreas da Comunicação (72%), Educação (16%) e Antropologia, Cultura, Estatística e Fotografia ambos com (3%), como mostra na figura 4. Esses números indicam a importância que assumem os conteúdos audiovisuais e como esses se colocam como uma pauta relevante nos estudos sobre as tecnologias de comunicação, em especial nas redes sociais. Da mesma forma, apontam para a necessidade de aprofundar o entendimento sobre as linguagens no desenvolvimento desses materiais. São exemplos disso, os artigos de Pires (2010), Mazás (2015), Vidal-Gálvez e Téllez-Infantes (2017), Canavilhas e Teixeira (2015), Niedermaier (2012), Squirra (2017), Sedeño-Valdelós (2016).

Analizando os dados da pesquisa

Com os avanços tecnológicos, em especial dos sistemas de informação, se tem a possibilidade de produção os mais diversos tipos de conteúdo. Todavia, foi necessária a criação de espaços de utilização e compartilhamento desses materiais digitais. Conforme destaca Murolo (2015), no início do século XXI, nasceram na internet, espaços para compartilhar todo tipo de produção de comunicação, que engloba, frases, vídeos, imagens e reflexões. São as redes sociais virtuais, que fomentam uma cultura colaborativa e um cenário da produção própria de cada indivíduo.

Nesses espaços virtuais, existe liberdade para o desenvolvimento de produções próprias. Coutinho e Marino (2017) afirmam que nesses espaços se desenvolvem narrativas contra hegemônicas, que devem desenvolver produtos comunicacionais, onde os protagonistas são o próprio povo ou organizações e pessoas ligadas a eles.

A internet permite, ainda, uma grande difusão dos mais diversos materiais audiovisuais, dentre eles aqueles de conteúdo amador, conteúdo institucional e *videoclipes*. Essa disseminação de conteúdo de vídeo, foi facilitada, ainda mais, através do site YouTube, criado em 2005, permitindo a viralização de conteúdos *on-line*. Nessa perspectiva, Holzbach (2017) coloca que, a plataforma se tornou um repositório fundamental de conteúdo institucional. Ressalta ainda que, o *Youtube* ajudou a tornar o gênero *videoclipe*, independente da televisão, sendo um dos conteúdos mais consumidos e demonstrando, uma nova forma de consumir audiovisuais, através da internet.

Atualmente o Facebook⁴ é o maior site de redes sociais no mundo e no Brasil. Contando com mais de 2 bilhões de usuários no mundo e, mais de 102 milhões de usuários no Brasil. Seguido do YouTube⁵, com mais de 1,5 bilhão de pessoas logadas e acessando conteúdos, no Brasil são 98 milhões de usuários conectados (YOUTUBE, 2017). Observa-se o gigantesco crescimento do Facebook, que nos últimos 5 anos, teve um aumento de 53% no número de usuários.

O YouTube é amplamente conhecido, por ser um espaço de compartilhamento de conteúdo audiovisual. Dentre suas características, destaca-se o fato de que é também, um espaço de interpelação da cultura pop e uma vitrine audiovisual independente. Menezes (2013) coloca que, ele além de prover um serviço de vídeo *on-line* de qualidade, é um arcabouço comercial da cultura pop e, uma vitrine para

4 Facebook disponível em <https://br.newsroom.fb.com/company-info/> Acesso em: 15 fev. 2019.

5 YouTube disponível em <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/youtubeinsights/2017/introducao/> Acesso em: 15 fev. 2019.

a criatividade audiovisual. Destaca ainda que, é um portal de vídeos, com uma dinâmica distinta de canais da TV, uma vez que possui uma organização, diversidade de conteúdos e ritmo próprio.

Nesse contexto, as preferências dos usuários falam mais alto, diferentemente da mídia tradicional, que estabelece uma grade de conteúdo, aqui o usuário tem liberdade de escolha. Menezes (2013) afirma que essa é uma das possíveis razões, para que diversas pesquisas, indiquem para a pouca disposição dos usuários, em visualizar, comentar ou compartilhar vídeos que fujam de suas preferências de consumo. O autor destaca, também, que dessa forma, os usuários não fazem uso de todo potencial, de uma “cultura em redes”, para criar novas “pontes” narrativas entre profissionais e amadores. Na cultura participativa do YouTube, se destacam mais as questões culturais e políticas, do que aquelas associadas à questões tecnológicas.

Os audiovisuais e a linguagem

Desde o surgimento do vídeo-tape, na década de 1960, o vídeo provocou novas formas de produção e de linguagem audiovisual. Buscou um constante ensaio, desde pesquisas, experimentações e inovação. Pires (2010) destaca a ruptura que as novas tecnologias proporcionaram na área, proporcionando a criação de novas linguagens, com estéticas próprias das imagens híbridas, pós-cinematográficas (eletrônicas e digitais). A autora pondera, entretanto, que ele apresenta problemas de identidade, visto que surge entre o cinema e a imagem infográfica, de caráter transitória e marginal entre universos de imagens fortes e bem definidas. Movimenta-se entre a ficção e o real, o filme e a TV, a arte e a comunicação. Sua aplicação foi, ainda, explorada por artistas, através da videoarte, e

no espaço doméstico, permeando entre esses dois mundos.

Mazás (2015), por seu turno, destaca que a linguagem é, principalmente, um fato estético, e cada signo representa a expressão de uma intuição. Dessa forma, o autor coloca que a perspectiva, estaria mais relacionada à análise da imagem e do objeto concreto particular, e não da análise abstrata geral, baseada em conceitos racionais. Destaca que a análise do audiovisual, deve ter como ponto de partida, uma semiótica, que parte da observação da imagem e, não da semiologia de inspiração linguística e conceitual.

Entram em debate, nesse momento, os problemas associados ao uso do equipamento audiovisual, como meio de captar a realidade social. Nesse aspecto, Vidal-Gálvez e Téllez-Infantes (2017) ponderam que o produtor deve compreender que o filme, com caráter social, é uma ação compartilhada, um ato de comunicação, um fenômeno que ocorre da interação e de maneira implícita, envolvendo um acordo entre *quem se registra* e *quem é registrado*.

Nessa perspectiva, os materiais audiovisuais produzidos, mesclam em sua linguagem, convenções de imagem, já solidificadas e outras produzidas pelos usuários. Entra em cena a experimentação imagética, que Holzbach (2017) destaca como sendo o elemento que incentiva a participação dos internautas, em conteúdos voltados para a rede. Verificando assim, que existem segmentos que desenvolvem uma cultura própria na internet, e não mais na televisão tradicional, como no caso dos *videoclipes*.

Uma das particularidades da internet é a descentralização, que permite multiplicar as fontes de emissão e interações entre os usuários. Coutinho e Marino (2017) apontam que, no ciberespaço,

além dessas características, as interações geram a disponibilização de diversos tipos de conteúdo, como texto, imagem e som. Canavilhas e Teixeira (2015), por sua vez, analisam o crescimento exponencial, graças à multiplicação de canais, de plataformas e de dispositivos, que permitem receber vídeo, ampliando as possibilidades de consumo de conteúdos audiovisuais.

É importante considerar que os conteúdos, os dispositivos e o contexto, estão em constante interação entre si, configurando a atual cenário da multimedialidade. Favorecendo as possibilidades oferecidas pelo contexto digital, existem várias alternativas. Como por exemplo, os dispositivos móveis, cujas últimas gerações, permitem produzir e distribuir conteúdos audiovisuais de boa qualidade.

Aprofundando a discussão, Niedermaier (2012) observa que a inter-relação entre os elementos audiovisuais, é fundamental para a alfabetização da sensibilidade, possibilitando, através do cruzamento desses elementos, uma profunda transformação criativa. Acrescenta que, as diferentes carreiras do campo do design e da comunicação, são fundamentadas na criação e elaboração de conceitos, que passam a fazer parte desse processo de produção.

O coletivo social consome, cada vez mais informações. Nesse sentido, Squirra (2017) mostra que isso se deve, principalmente, a grande quantidade de informação, que circula, aliado ao intercâmbio proporcionado pelo parque das inovações tecnológicas. A adesão tecnológica, torna visível o grande sucesso dos aparatos comunicativos, e deixa perceptível as alterações cognitivas, culturais e sensoriais nos usuários. Esse cenário define a cibercomunicação, um território de expressão através de imagens, animações e sons, em plataformas individuais e distintas, mas que se integram e convergem.

A utilização de diferentes formas de mídia, para comunicar uma mensagem, está cada vez mais presente na vida das pessoas. A utilização de várias mídias, para contar uma história é a transmídia. Nesse contexto, Sedeño-Valdellós (2016) destaca que a experiência do usuário, exigirá um gerenciamento de distribuição diferente, por parte da indústria do entretenimento. Tendendo assim a criação de conteúdos em vários formatos, que podem ser conectados.

Aqui entra o papel da gestão das marcas e a geração de narrativas, fragmentadas em diferentes mídias, utilizando a criação de estratégias globais de entretenimento. Essa soma de elementos faz parte de uma nova etapa da estética audiovisual. O autor coloca que esse é um conjunto de novas condições de mídia, e se vale dos estudos de John Richardson e Claudia Gorbman (2013), que definem as seguintes características: maior inter-relação audiovisual; intertextualidade e intermediação; interatividade e imersão; a necessidade de atentar para a identidade cultural e, por último, mas não menos importante, o som.

Impõe-se, diante do cenário contemporâneo, o fato de que a “Geração Digital” tem desafios a serem contornados. Os jovens que fazem parte dessa geração, devem estar preparados para um novo arranjo social e, como enfatiza Filho e Lemos (2008), num espaço onde a fragmentação e a instabilidade ocupam papel central no modo de vida. Os autores, enfatizam ainda que, os jovens preferem enaltecer potencialidades e aptidões, em vez de discutir as origens e as implicações sociais e políticas destas mudanças.

Diante disso, surgem novos hábitos de consumo e novas maneiras de sociabilidade e de comunicação dos jovens. Nesse aspecto, Filho e Lemos (2008) destacam que essas mudanças são descritas como modelos ideais de conduta, por apontarem

uma flexibilização, que vai garantir a efetividade dos novos processos de capilaridade da ordem econômica, inclusive mundial.

O usuário é responsável pelo consumo dos mais diversos conteúdos, além é claro, da criação de conteúdos autorais. Ele deixa de ser um receptor passivo e é peça ativa dentro da rede, interagindo e produzindo os mais diversos materiais, tais como fotos, vídeos, textos, músicas, etc. O usuário é, nessa perspectiva, enunciado por Montaño (2017) como o centro da internet, e baseado nessa premissa, destaca o usuário conectado, como o centro da vida contemporânea, pela grande quantidade de pessoas que geram conteúdos em redes sociais, sites e blogs.

No ciberespaço o usuário consegue construir diversos conhecimentos, além de socializar com outros usuários. Conforme Puhl (2012), que menciona ainda que a estrutura da internet possibilita o surgimento de laços sociais baseados através dos conteúdos, o usuário é responsável pelo consumo dos mais diversos conteúdos, além é claro, da criação de criação própria.

Segundo Puhl, o autor deixa de ser um receptor passivo e passa a ser uma peça ativa dentro da rede, interagindo e produzindo os mais diversos materiais, tais como fotos, vídeos, textos, músicas, etc. O usuário é, também, enunciado por Montaño (2017), como o centro da internet. Baseado nisso, destaca o usuário conectado, como o centro da vida contemporânea, pela grande quantidade de pessoas que geram conteúdos em redes sociais, sites e blogs.

Ampliando a discussão, Pires (2010) menciona o caráter híbrido do produto videográfico, eu para ele, mostra-se mais rico, quando se mostra aberto à intervenção do espectador. As possibilidades tecnológicas dos novos meios, estão em permanente modificação, na mesma proporção que crescem as obras produzidas.

Pires destaca a importância do ato criador, que conturba a função da máquina, reinventando suas funções e suas finalidades. Indo ao encontro desse pensamento, Niedermaier (2012) destaca os estudos contemporâneos nas áreas culturais, artes e comunicação, indicando a “emancipação” do espectador/receptor. Para ele, este sai do seu papel passivo, interagindo de acordo com as suas diferentes competências.

Já Aderaldo e Raposo (2016) defendem que, mesmo com uso dos amplos recursos tecnológicos, é no momento que realizam suas práticas cidadinas, nos espaços urbanos, que se constituem efetivamente movimentos coletivos. Citam o exemplo das “ocupações audiovisuais” organizadas pelo “Cinescadão”, nas periferias de São Paulo. Estes, segundo os autores, estimulam a celebração de seus vínculos de pertencimento aos espaços, dos quais se originam, reafirmando sua inclusão nos coletivos que integram.

Miranda-Villanueva (2016) apresenta um importante estudo sobre o tema, afirmando que, no contexto da domesticação, a análise refere-se ao momento em que o consumidor relaciona o texto audiovisual com o espaço físico que o circunda. Este momento é chamado de objetivação. Destaca, em sua pesquisa, que jovens entrevistados, às vezes legitimam as linhas rotineiras de pensamento e ação, contidas nas histórias audiovisuais, porém modificam o significado à sua maneira, dessa forma tornando-o acessível a sua cultura e ideologia que os cerca. Esses jovens reconstróem completamente a história, de modo a atribuir-lhe um significado distinto do que se almejava.

Dados, interface, mídias e educação: aproximações possíveis

A internet é composta por milhões de dados, boa parte deles produzida pelos produzida pelos usuários nos sites em que navegam. Tudo que é produzido e difundi-

do na web, ajuda na compreensão do indivíduo que navega na internet. Montaño (2017) defende que o usuário nas interfaces atuais, está diretamente associado à geração de um banco de dados, e esses dados vão constituir seu próprio corpo na rede. Será através do estudo dos hábitos detectados, por esse rastro de dados, que se conhecerá esse usuário. Dentre as formas de dados, estão os sites pelos quais o usuário navega, os produtos que consome, as postagens que ele comenta, vídeos que assiste, comenta, posta ou compartilha.

Os espaços de compartilhamento na rede têm uma grande quantidade de imagens audiovisuais. Os conteúdos são produzidos e colocados em circulação pelos usuários. Todavia, esses espaços não são neutros, Montaño (2017) afirma que nesses espaços, os vídeos obedecem à uma certa organização e espacialização. Considerando que na interface, os elementos visuais que rodeiam os vídeos, podem encaminhar o usuário à outros conteúdos. Estabelece-se, assim, uma forma inédita de relacionamento do telespectador e a imagem audiovisual, diferente das outras formas de mídia.

Pode-se constatar mudanças significativas, que podem ser vistas e compreendidas como gêneros próprios de conteúdo, que são criados, repetidos e apropriados pelos usuários. Alguns exemplos disso são colocados por Montaño (2017) como: os memes, os vlogs, os “tutoriais”, as web séries, programas de humor e de outros conteúdos em formatos curtos, além de vídeos com propósito de experimentação audiovisual, entre outros. Essa nova forma, de produzir e consumir conteúdos, afeta as bases tradicionais de construção da informação.

Algo que está em constante adaptação é a comunicação frente às novas tecnologias. Com base nisso, Gomes e Mondo (2016) colocam que as mídias sociais possuem um infinito poder de alcan-

ce, por meio dos usuários. Isso se deve a infinidade de plataformas de comunicação, disponíveis na internet. Assim, a tecnologia assume um papel evolutivo no antigo “boca-orelha”, produzindo influência direta nos consumidores, seja de comportamentos, atitudes, opiniões ou decisões de compra.

Atualmente o Facebook é o site de relacionamentos, que detém no Brasil, o maior número de usuários. Outro site, considerado como de relacionamento, é o YouTube, ficando em segundo lugar, em outros moldes, com a participação dos brasileiros. Existe, ainda, um grande relacionamento dos expectadores de outras mídias, nesses sites. Bronsztein e Fechine (2016) analisam as relações existentes entre expectadores de telenovelas com seu relacionamento na web. No caso específico desse gênero televisivo, identificou-se expressividade do Facebook, usado para discussões do cotidiano. Indicando o quanto a televisão e a internet podem operar, sinergicamente juntas.

Nessa mesma linha de pensamento, deve-se considerar que, progressivamente, espaços de compartilhamento e aproximação de plataformas distintas, como a web e mídias tradicionais, fazem com que o consumo transmídia se torne, cada vez mais, presente e desafiador aos produtores de conteúdo, principalmente os televisivos. Bronsztein e Fechine (2016) defendem que estes conteúdos são o resultado, muitas vezes, da apropriação e reelaboração do que é posto em circulação pelos conglomerados de mídias (recriações, paródias) e, que irão culminar, com a produção dos chamados *fandoms*⁶. Parte deles, as práticas de downloads e

6 Um *fandom* é um grupo de pessoas que são fãs de determinada coisa em comum, como um seriado de televisão, um música, artista, filme, livro e etc. <https://www.significados.com.br/fandom/> Acesso em: 10 mar. 2019.

distribuição de episódios oficiais, *spoiling*, criação de sites e episódios próprios.

É evidente que as mídias vêm sofrendo profundas mudanças, principalmente em relação aos avanços tecnológicos. Para Rodrigues, Chimenti e Nogueira (2014), as “Mídias Emergentes” vêm ganhando força rapidamente e ganhando relevância, frente aos meios tradicionais de comunicação. Alguns exemplos de Mídias Emergentes são blogs, redes sociais, sites, videogames e celulares. Ressaltando a mudança de comportamento no consumo das mídias pelos usuários, principalmente nos Estados Unidos, onde houve uma queda abrupta nos pontos de audiência na televisão aberta desde os anos 1980, os autores esclarecem que, ocorreu um aumento do consumo de vídeos on demand e em redes sociais. O Brasil, também apresenta mudanças na forma do consumo dessas mídias, onde os meios tradicionais registram quedas nos índices de audiência.

Esse avanço tecnológico, atingido no século XXI, permitiu uma nova forma de consumir mídias, baseado em interfaces advindas das novas tecnologias criadas. Esse é um dos fenômenos levantados pela pesquisa de Rodrigues, Chimenti e Nogueira (2014), que apontam que a mudança do controle sobre o conteúdo, é transferida gradativamente, dos anunciantes para os consumidores. Dessa maneira, o consumidor regula sua exposição à publicidade, enquanto consome seu conteúdo predileto. Necessitando assim, de novas estratégias para atingir esse consumidor, saem da posição de consumidores passivos e passam a ser co-criadores e distribuidores de conteúdo nas mídias com as quais estão se relacionando.

Baseado nas informações anteriores, as novas mídias digitais se expandiram no mercado brasileiro. Nesse sentido Rizzi e Jussani (2017) corroboram com essa afirmação e trazem que o investimento publicitário em internet cresceu cerca 139% en-

tre os anos de 2010 e 2013, ultrapassando no mesmo período o crescimento total de mídia, que foi apenas 41%. O consumidor, cada vez mais, define a sua própria grade de programação, regulando o que quer ver, no que se refere à publicidade, enquanto consome seu conteúdo predileto.

Até pouco tempo, a TV exercia dominação em termos de mídia de massa. Robles (2012) destaca que na atualidade, se pulveriza em fragmentos em função da diversidade de informações multimídia disponíveis. A informação multimídia diversifica e se multiplica em fragmentos, que atendem os gostos e necessidades dos diferentes tipos de consumidores/usuários.

Através de um conteúdo personalizado, os indivíduos têm a opção de interagir e selecionar conteúdos, conforme as suas necessidades. Em especial, as redes sociais na internet proporcionariam esses momentos. Coutinho e Marino (2017) afirmam que a mídia hegemônica, não é a única a divulgar acontecimentos relevantes à população, colocando em destaque o espaço aberto pela internet e as redes sociais, para a desempenho de novas mídias, que vão encontrar na web espaço para seus conteúdos independentes.

As mudanças na área de tecnologia, em especial a ampliação ao acesso à internet, permitindo que as pessoas ampliem a sua interação social, mudam a forma com que acontecem as relações pessoais e profissionais. Silva e Figueiredo (2013) colocam que os avanços e a consolidação das redes sociais, inevitavelmente, também atingiram o setor educacional. Sobre isso, Perinelli e Paziani (2015) acreditam que os debates em torno dos saberes, sujeitos e linguagens audiovisuais, representam a base epistemológica e empírica das relações de ensino-aprendizagem e passam, por consequência, a constituir elementos principais, nos estudos acerca de processos formativos.

Robles (2012), enfatiza a necessidade de uma educação audiovisual, uma vez que considera que o sistema educacional está desatualizado, comparado aos avanços na mídia audiovisual. Evidencia a grande influência que os materiais audiovisuais exerce sobre os estudantes, em razão de seu alto índice de consumo, e que devem ser considerados nesse processo, seus fatores ideológicos e manipulação das informações que podem exercer. Existe a necessidade de uma alfabetização audiovisual, com o propósito de qualificar os cidadãos, para que possam tomar decisões racionais e dotadas de criticidade, participando ativamente da vida em sociedade. Dessa forma, amplia-se a importância da educação audiovisual no contexto da educação democrática.

O assunto da presença das mídias audiovisuais, em ambientes educacionais, tem se tornado tema cada vez mais recorrente nas pesquisas acadêmicas. Champagnatte e Nunes (2011) acrescentam que o interesse pelo tema, aparece antes mesmo, da implantação das políticas públicas para modernização das escolas. Pesquisando, de forma mais aprofundada, questões relacionadas às mediações, à mídia, à educação e à comunicação, esses autores tem contribuído para a complexificação do debate entre as mídias e os processos educativos/formativos.

Além disso, os autores são unânimes em afirmar que se faz, progressivamente, necessária a discussão sobre políticas públicas e a realização de estudos que analisem a aplicação de ações voltadas para a implementação de ações educativas, que contemplem as mídias e seus usos, nas escolas.

Conclusão

O estudo resultou em uma revisão sistemática, que procurou articular o deba-

te acerca das relações existentes entre os audiovisuais e a educação, no contexto das redes sociais e de suas transformações, cada vez mais aprofundas e aceleradas.

O estudo mostrou que os estudos sobre audiovisuais, se intensificaram entre 2012 e 2017. O assunto merece destaque, por se tratar de ferramentas com as quais as pessoas estão expostas todos os dias, nas mídias e nas redes sociais. Isso evidencia que o estudo dessas influências no contexto da comunicação, vem recebendo maior atenção, tendo em vista a ampla disponibilidade de tecnologia e acesso à informação e materiais audiovisuais nas últimas décadas.

É possível afirmar que a materiais audiovisuais, linguagens e mídias são reconhecidamente importantes, e a discussão sobre essas categorias são, cada vez mais necessárias, para melhor se compreender os impactos que os processos que envolvem a comunicação social, produzem na sociedade e, de forma mais particular, entre os jovens.

A diversidade de perspectivas, matrizes culturais, fontes e análises sobre o tema, ficou evidenciada, quando da leitura das publicações selecionadas nas duas bases de dados. Alguns autores, como Murolo (2015), Coutinho e Marino (2017), Holzbach (2017), destacam o papel do conteúdo em relação as novas tecnologias da informação; outros destacam a importância dos audiovisuais e de linguagem, como Pires (2010), Mazás (2015), Vidal-Gálvez e Téllez-Infantes (2017), Canavilhas e Teixeira (2015), Niedermaier (2012), Squirra (2017), Sedeño-Valdellós (2016).

Outros autores privilegiaram os aspectos da geração digital e os usuários da rede, como Filho e Lemos (2008), Montañó (2017), Puhl (2012), Aderaldo e Raposo (2016), Miranda-Villanueva (2016), Gomes e Mondo (2016). Já em relação as mídias e suas disseminações no meio so-

cial, o destaque foi dado nos estudos de Bronsztein e Fachine (2016), Rodrigues, Chimenti e Nogueira (2014), Rizzi e Jusani (2017), Coutinho e Marino (2017); e por fim o enfoque que dá maior visibilidade à relação das mídias com a educação, aparece nos estudos publicados por Silva e Figueiredo (2013), Perinelli e Paziani (2015), Champangnatte e Nunes (2011).

São evidentes as diferentes concepções apresentadas a respeito da problemática dos audiovisuais, bem como os demais elementos que a eles se associam. Por outro lado, todas as publicações reafirmam a importância da compreensão, mais aprofundada, sobre os fatores que se envolvem nos meios de comunicação e de linguagem e, de como esses se articulam com os processos de apropriação e utilização de informações por jovens no contexto contemporâneo.

Referências

- ADERALDO, Guilherme; RAPOSO, Otávio. Deslocando fronteiras: notas sobre intervenções estéticas, economia cultural e mobilidade juvenil em áreas periféricas de São Paulo e Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 22, n. 45, p. 279-305, jan./jun. 2016.
- CANAVILHAS, João; TEIXEIRA, Juliana Fernandes. Descontinuidades do audiovisual na segunda geração de conteúdos jornalísticos para tablets. *Observatorio (OBS*) Journal*, Lisboa, vol.9, nº3, p. 1-14, 2015.
- CANTÚ, Mariela. Archivos y video: no lo hemos comprendido todo. *Cuaderno 52*, Centro de Estudios en Diseño y Comunicación, Buenos Aires, p. 95-106, 2015.
- CARVALHO, Daniel Estima de; FREITAS, Ian de. O Aumento no Acesso à internet por jovens da Base da Pirâmide no Brasil e suas Particularidades. *Future Studies Research Journal*, São Paulo, V.4, n.2, p. 132-163, jul.-dez. 2012.
- CHAMPANGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira; NUNES, Lina Cardoso. A inserção das mídias audiovisuais no contexto escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.27, n. 3, p.15-38, dez. 2011.
- COUTINHO, Iluska; MARINO, Caroline. Ambiente digital como possibilidade para o exercício da contra-hegemonia: Jornalistas Livres, transmissões ao vivo e #GreveGeral. *Pauta Geral. Estudos em Jornalismo*. Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p. 30 -52, jan-jun 2017.
- FECHINE, Yvana Carla; BRONSZTEIN, Karla Patriota. Consumo transmídias de conteúdos televisivos: explorações em torno de uma agenda de investigação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan-abril 2016.
- FREIRE FILHO, João; LEMOS, João Francisco de. Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a "Geração Digital" na mídia impressa brasileira. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 5, n. 13, p.11-25, jul. 2008.
- GOMES, Bruna Laiene Tomacheski; MONDO, Tiago Savi. A Contribuição das Redes Sociais na Captação de Clientes sob a Percepção dos Gestores Hoteleiros. *Revista Brasileira de Marketing – ReMark*, São Paulo, v. 15, n. 2, abril-jun. 2016.
- HOLZBACH, Ariane Diniz. A categoria Video of the Year do VMA como construtora das convenções do videoclipe. *Revista FAMECOS (Online)*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, 2017.
- JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia Para Pesquisa & Desenvolvimento Aplicada a Novas Tecnologias, Produtos e Processos*. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.
- JUSSANI, Ailton Conde; RIZZI, Julia Pinheiro. Modelagem Estatística para Suportar as Decisões sobre Eficácia de Mídia: Estudo de Caso em uma Empresa de Telecomunicações. *Future Studies Research Journal*, São Paulo, v.9, n.1, p. 165 – 192, jan.-abr. 2017.
- KIELING, Alexandre S.; GT de Estudos de Televisão. Narrativas digitais interativas e o uso da tecnologia como narrador implícito. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 739-758, set.-dez. 2012.

LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo; SOUZA, Joseane Terto de. Os grupos de referência online como alvo da *propaganda*. Comunicação, mídia e consumo, São Paulo, ano 8, v. 8, n. 22, p. 241-265, jul. 2011.

LIMA, Rafael Rodolfo de; KANEIPP, Valquíria. *Profissão YouTuber: da segunda tela à cultura fã*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Fortaleza-CE. 29/06 a 01/07/2017.

MAZÁS, Fernando. Apuntes sobre el rol del audiovisual en una genealogía materialista de la representación. *Cuaderno 54*, Centro de Estudios en Diseño y Comunicación, Buenos Aires, p. 63-77, 2015.

MENEZES, Leonardo Moraes. A realidade construída pela produção documental participativa. *Galaxia*, São Paulo, n. 26, p. 227-238, dez. 2013.

MIRANDA-VILLANUEVA, Oscar Mario. Formas de interacción entre jóvenes de origen étnico en Monterrey con relatos audiovisuales extranjeros de ficción mediados por los medios de comunicación. *Palabra Clave*, Chia, 19(1), 211-239, mar. 2016.

MONTAÑO, Sonia. A construção do usuário na cultura audiovisual do YouTube. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, maio-ago. 2017.

MUROLO, Norberto Leonardo. Del mito del Narciso a la selfie: una arqueología de los cuerpos codificados. *Palabra Clave*, Bogotá, 18(3), p. 676-700, set. 2015.

NETO, Humberto Perinelli; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. Cinema, prática de ensino de história e geografia e formação docente: produção de curtas-metragens – experiências e estudos de caso. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p.279-304, out.-dez. 2015.

NIEDERMAIER, Alejandra. Alquimia de lenguajes: alfabetización, enunciación y comunicación. *Cuaderno 39*, Centro de Estudios en Diseño y Comunicación, Buenos Aires, p. 11-18, 2012.

PIRES, Eloiza Gurgel. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre *educação e comunicação*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 281-295, jan.-abr. 2010.

PUHL, Paula Regina; ARAÚJO, Willian Fernandes. YouTube como espaço de construção da memória em rede: possibilidades e desafios. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 705-722, set.-dez. 2012.

RIBEIRO, Regiane Regina; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup. Uma abordagem paranaense sobre o consumo cultural juvenil e a convergência midiática: um relato analítico. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 98-119, maio-ago. 2016.

ROBLES, Beatriz. De la educación lineal secuencial hacia una pedagogía narrativa audiovisual en la era digital. *Cuaderno 39*, Centro de Estudios en Diseño y Comunicación, Buenos Aires, p. 19-27, jan.-mar. 2012.

RODRIGUES, Marco Aurelio de Souza; CHIMENTI, Paula Castro Pires de Souza; NOGUEIRA, Antonio Roberto Ramos. Métricas, mídias e anunciantes: discutindo a relação. *REMark – Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, v. 13, n. 5, jul.-set. 2014.

SANTOS, André Bomfim dos; SILVA, Regina Lucia Gomes Souza e. O Audiovisual publicitário no contexto das mídias digitais: um olhar sobre a prática do *advertainment*. Em questão Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 65-83, jan.-jun. 2013.

SEDEÑO-VALDELLÓS, Ana María. El álbum visual como nueva forma promocional de la industria de la música: el caso de Let England Shake de PJ Harvey y Seamus Murphy. *Palabra Clave*, Buenos Aires, v. 19, n. 1, p. 105-132, mar. 2016.

SILVA, Camila Gonçalves; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Os desafios da educação contemporânea: o ensino de História e o emprego das novas tecnologias. *OPSSIS*, Catalão, v. 13, n. 1, p. 99-119, set. 2013.

SQUIRRA, Sebastião Carlos de Moraes. Conectividades plenas redimensionam a comunicação contemporânea. *Palabra Clave*, São Paulo, 20(1), p 162-183, 2017.

TUBENCHLAK, Daniel Buarque; FAVERI, Diego de; ZANINI, Marco Tulio; GOLDSZMIDT, Rafael. Motivações da Comunicação Boca a Boca Eletrônica Positiva entre Consumidores no Facebook. *RAC*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, art. 6, p. 107-126, jan.-fev. 2015.

VIDAL-GÁLVEZ, José Manuel; TÉLLEZ-INFANTES, Anastasia. El audiovisual como medio socio-comunicativo: hacia una antropología audiovisual performativa. *Palabra Clave*, São Paulo, p.556-580, 2017.

Festas Populares na Bahia: gestão e dinâmica identitária¹

Fiestas Populares en Bahia: gestión y dinámica de la identidad

Popular Festivities in Bahia: management and identity dynamics

Eduardo Davel²

Marcelo Dantas³

Palavras-chave:

Festas populares

Identidade

Gestão

Bahia

Resumo:

Festas populares são experiências coletivas que expressam a identidade de uma comunidade, de uma sociedade, de um povo. Elas se perpetuam em forma de tradição e se renovam na dinâmica cultural em permanente contemporaneidade. Os conhecimentos existentes sobre as festas populares são multidimensionais: dimensão religiosa, cultural, simbólica, econômica, política, entre outras. Todavia, sabemos pouco sobre sua dimensão organizativa. O objetivo desse artigo é mergulhar no universo das festas populares, em particular nas festas de Salvador, para discutir uma concepção de gestão pautada pela prática da negociação de sentidos - entre os diferentes organizadores da festa - que move a dinâmica identitária. Pensar as festas populares a partir dessa chave interpretativa significa um movimento duplo: de um lado, conhecer a lógica organizativa que explica o florescimento das festas populares e, de outro lado, ampliar nosso entendimento sobre a gestão desse tipo de fenômeno organizacional.

1 Texto recebido em 26/03/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Eduardo Paes Barreto Davel. Doutor em Administração pela École des Hautes Études Commerciales de Montreal, Canadá. Pesquisador visitante na Graduate Faculty of Political and Social Science da New School for Social Research (New York, EUA). Professor da Universidade Federal da Bahia, Brasil. Contato: davel.eduardo@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-0610-6474>

3 Marcelo Dantas. Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris VII – Dennis Diderot. Professor Adjunto e Coordenador do Curso Superior Tecnológico em Política e Gestão Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil. Contato: mdantas50@gmail.com

Resumen:

Las fiestas populares son experiencias colectivas que expresan la identidad de una comunidad, de una sociedad, de un pueblo. Ellas se perpetúan en forma de tradición y se renuevan en la dinámica cultural en permanente contemporaneidad. Los conocimientos existentes sobre las fiestas populares son multidimensionales: dimensión religiosa, cultural, simbólica, económica, política, entre otras. Sin embargo, sabemos poco sobre su dimensión organizativa. El objetivo de este artículo es sumergirse en el universo de las fiestas populares, en particular en las fiestas de Salvador, para discutir una concepción de gestión pautada por la práctica de la negociación de sentidos - entre los diferentes organizadores de la fiesta - que mueve la dinámica identitaria. Pensar las fiestas populares a partir de esta clave interpretativa significa un doble movimiento: por un lado, conocer la lógica organizativa que explica el florecimiento de las fiestas populares y, por otro lado, ampliar nuestro entendimiento sobre la gestión de ese tipo de fenómeno organizacional.

Palabras clave:

Fiestas populares

Identidad

Gestión

Bahia

Keywords:

Popular festivities

Identity

Management

Bahia

Abstract:

Popular festivals are collective experiences that express the identity of a community, a society, a people. They are perpetuated in the form of tradition and are renewed in the cultural dynamics in permanent contemporaneity. Knowledge about popular festivals is multidimensional: religious, cultural, symbolic, economic, political, among others. However, we know little about its organizational dimension. The purpose of this article is to delve into the universe of popular festivals, particularly at the celebrations in Salvador, to discuss a management conception guided by the practice of the negotiation of meanings - among the different party organizers - that moves the identity dynamics. Thinking about popular festivals based on this interpretative key means a double movement: on the one hand, to know the organizational logic that explains the flourishing of popular festivals and, on the other hand, to broaden our understanding of the management of this type of organizational phenomenon.

Festas Populares na Bahia: Gestão e Dinâmica Identitária

Introdução

As festas intrínsecas à história da humanidade se apresentam em múltiplos formatos, funções e espaços. As festas populares compõem um tipo específico de festa, em que a efervescência organizadora emerge da população. O conhecimento acumulado sobre as festas populares envolvem várias dimensões: sociais, religiosas, culturais, simbólicas, políticas, dentre outras (ARAÚJO, 2004; CARNEIRO, 1974; CAVALCANTI, 2013; CAVALCANTI; GONÇALVES, 2009; FERRETI, 2012; ISAMBERT, 1982; JANCÓSÓ; KANTOR, 2001a, 2001b; MORAES FILHO, 1979; PASSOS, 2002; PEREZ, 2002; RIBEIRO, 2002; RUBIM; MIRANDA, 2012; SILVA; MIGUEZ, 2014; TINHORÃO, 2002, 2008; ZALUAR, 1983). Todavia, não dispomos de informações sobre as forças organizadoras que dão vida a essas festas. A gestão das festas populares não se equipara com a imagem tradicional de gestão como forma linear, instrumental e previsível de controle. Pela complexidade do fenômeno 'festas populares', a concepção tradicional de gestão deve ser desafiada e repensada. O objetivo desse artigo é mergulhar no universo das festas populares, em particular nas festas de Salvador, para discutir uma concepção de gestão pautada pela prática da negociação de sentidos - entre os diferentes organizadores da festa - que move a dinâmica identitária. Pensar as festas populares a partir dessa chave interpretativa significa um movimento duplo: de um lado, conhecer a lógica organizativa que explica o florescimento das festas populares e, de outro lado, ampliar nosso entendimento sobre a gestão desse tipo de fenômeno organizacional.

Festas populares são celebrações enraizadas na cultura popular e na identida-

de cultural de uma sociedade que se constrói ao longo do tempo (RIBEIRO, 2002; FARIAS; MIRA, 2014; STOREY, 1993, 2003, 2015; STRANATI, 1995; GROSSBERG, 1997). São manifestações culturais que representam patrimônio imaterial da humanidade (DUVIGNAUD, 1973). Fortalecem laços comunitários e atraem interesses de agentes diversos, pelo seu poder de ativar o desenvolvimento local e o turismo (CASTRO, 2006; RIBEIRO, 2004). No mundo contemporâneo, marcado de forma ampla pelas ofertas de turismo das mais diversas regiões do planeta, as festas populares de um povo, de uma cidade, de uma comunidade são, cada vez mais, um diferencial buscado para a dinâmica da economia do lugar. Por isso, é uma tendência mundial que as manifestações culturais interessem às várias esferas de governo e ao capital.

A gestão dessas manifestações culturais tende a ser, no mundo contemporâneo, uma expressão das novas formas de gestão coletiva ou em rede, estabelecendo uma articulação entre o público, o privado e o comunitário. Isso exige uma governança cuidadosa, uma articulação bem azeitada, com cada fio dessa rede sendo tecido num cuidadoso bordado, para que cada parte mantenha sua representatividade, seu papel e sua atuação coerentes com sua representação no coletivo e que essa gestão não signifique – sob pena de fracasso – uma ameaça à historicidade e evolução dessas manifestações, que, em caso de intervenções indesejadas podem correr o risco de se desfigurar ao ponto de perder a sua força e, em consequência, a sua atratividade para o turismo, matando o seu potencial econômico para o local e a comunidade.

Nas cidades, as festas populares se perpetuaram graças às iniciativas das comunidades responsáveis pela manutenção dessas tradições, passadas de pai pra filho e são reiteradas coletivamente através de celebrações, representações e festas. Entretanto, cada vez mais, no mundo

contemporâneo, essas festas passaram a significar um importante momento para a economia das cidades, levando a que as esferas de governo e os agentes econômicos se interessassem pela sua existência, perpetuação e difusão fora dos limites municipais. Elas estão no centro de qualquer política de turismo seja no âmbito da cidade, da região ou do país, a depender da sua grandeza e impacto no imaginário fora dos limites da comunidade que a produz.

Consequentemente, as festas populares não devem ser confundidas com os conceitos de eventos ou projetos culturais, pois suas lógicas são atravessadas por interesses múltiplos, situados ao longo de uma história e de uma identidade cultural local. Eventos e projetos podem ser manifestação e gestão de iniciativas e criação individual, ao passo que as festas populares não o podem. Para entender melhor a singularidade das práticas de gestão subjacentes às festas populares, necessitamos mergulhar no universo da identidade, entendida como dinâmica que se constrói a partir da negociação permanente dos sentidos atribuídos à festa. Para explorar essa dinâmica identitária e suas repercussões em termos de gestão, nos concentraremos nas festas populares de Salvador, Bahia.

Realizada no campo das festas populares de Salvador, a pesquisa empírica foi orquestrada por uma metodologia conduzida pelos dois pesquisadores durante 20 anos de participação nas festas e em processos organizativos que sustentam a gestão das festas. O estranhamento ocorreu durante a interação entre os pesquisadores, considerando que um deles é estrangeiro ao contexto cultural da Bahia e outro familiar a este contexto. Essa composição de familiaridade e não-familiaridade gerou um estado permanente de reflexividade durante a interpretação do material empírico. A observação participante relativa às festas e no processo de organização das festas é reforçada por

produções acadêmicas (livros, dissertações, teses, artigos) e jornalísticas sobre festas populares na Bahia.

1. Festas populares, dinâmica identitária e gestão

As festas populares são atividades imprescindíveis, tanto em diversos lugares quando diversos tempos (passado e contemporaneidade). Elas permitem a distinção cultural de comunidades, reatualizam as tradições, os valores, representam momentos de congregação coletiva e reforçam a socialização em torno de crenças compartilhadas. Surpreendentemente, são mais frequentes, atuais e relevantes do que imaginamos na vida cultural das sociedades contemporâneas. São consideradas patrimônios culturais imateriais dentro da lógica da diversidade cultural promovida pela UNESCO. Nas últimas décadas, a UNESCO tem atuado como um fórum internacional amplificador do debate sobre a questão da diversidade cultural, içando-a a um lugar de destaque na agenda política internacional. A promulgação de instrumentos internacionais (Declaração e a Convenção da Diversidade Cultural) expressa não somente o protagonismo que a questão da diversidade tem ganhado, como também o papel da UNESCO na disseminação e valorização da ideia de diversidade cultural como um bem universal (PITOMBO, 2011).

As festas populares podem ativar a lógica de mercado, mobilizando recursos, gerando emprego e renda, dinamizando economias nacionais e locais, ativando o turismo, gerando impactos significativos no comércio, no artesanato, na rede de hospedagem e alimentação. São muitas organizações que se envolvem na produção da festa, o que articula setores públicos e privados. Nesse sentido, as festas podem ser reconhecidas como oportunidades de investimento e arena de empreendedorismo, se destacando como força motriz das economias culturais e criativas (MOERAN; PEDERSEN, 2011).

No contexto das indústrias culturais, feiras e festivais foram estudados na ótica de produção, negociação e transmissão de valores, com enfoque nas atividades de investimento e empreendedorismo (MOERAN *et al.*, 2011). Todavia, não se trata de festas populares, da identidade cultural nem da lógica de gestão intrínseca do processo de organização destas festas. Outros estudos aprofundaram a compreensão das festas populares como negócio (FISCHER, 1996; MIGUEZ, 1996; LOIOLA; MIGUEZ, 1996; FARIAS, 2011), como expressão de lideranças singulares (DANTAS, 1996, 2000) e como espaço de colaboração interorganizacional (CABRAL *et al.*, 2013). Os processos de colaboração entre entidade públicas e privadas no planejamento e operação do Carnaval de Salvador foi analisado, destacando-se suas tensões, conflitos e articulações (CABRAL *et al.*, 2013). Organizações do carnaval – e não a festa do carnaval em si – foram consideradas em seus aspectos de gestão, como o Olodum (DANTAS, 1994).

Em suma, nenhum estudo enfocou as festas populares em suas entranhas organizativas, sob a ótica das singularidades de sua gestão, por múltiplos atores sociais, tendo a identidade cultural como força motriz. A identidade é uma categoria que chama a atenção dos pesquisadores há muito tempo, refletindo em pesquisas que se desdobram em vários campos e escalas de análise. Encontramos reflexões sobre identidade organizacional (ALVESSON *et al.*, 2008; KNIGHTS; WILLMOTT, 1999; GIOIA *et al.*, 2013; HATCH; SCHULTZ, 2004; SCHULTZ *et al.*, 2012; CARRIERI *et al.*, 2008), identidade no consumo (RUVIO; BELK, 2013), no trabalho (BEECH *et al.*, 2008; BREINER *et al.*, 2006; SAINSAULIEU, 1977, IBARRA; PETRIGLIERI, 2010), na profissão (DUBAR, 1998; SLAY; SMITH, 2011, IBARRA, 1999) e na carreira (IBARRA, 2003, IBARRA; DESHPANDE, 2007). A identidade cultural pode perpassar essas várias escalas, mas encontra seu terreno mais consolidado no âmbito da sociedade, quando pensada

em relação a comunidades, territórios, o Estado-nação e a globalização (DU GAY *et al.*, 2000; HALL, 2006; HALL; DU GAY, 1996; HOLLAND *et al.*, 1998; SILVA *et al.*, 2014; BAUMAN, 2005; ECHEVERRI PERICO, 2009; HAESBAERT, 1997; WOODWARD, 2006; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

Consideramos a identidade como uma dinâmica. A identidade é entendida como um ‘sentimento de pertencimento’, como fonte de significado e experiência de um povo (CASTELLS, 1999), regida por um processo dinâmico de identificação/diferenciação (SILVA, 2014; WOODWARD, 2014; HALL; DU GAY, 1996), construções simbólicas oriundas de perenes lutas de representação (CHARTIER, 2002). A identidade é um processo corporificado (WOODWARD, 2006) e vivido como experiência emocional (CRAIB, 1998). A identidade envolve prática, embates, negociações de sentido dentro de contextos de atividade e subjetividades (HOLLAND *et al.*, 1998).

As festas populares exigem esse olhar mais dinâmico e integrado da identidade cultural. Trata-se de um olhar que busque integrar as diversas escalas que a identidade concilia durante a organização, planejamento e realização de uma festa popular na prática. Identidades territoriais, comunitárias, nacionais, regionais, globalizadas, profissionais, organizacionais, dentre outras, atuam ao mesmo tempo no contexto de festas populares. Essa integração multi-escalar da identidade torna-se mais explícita, dinâmica, intensa e estrategicamente determinante para todos os envolvidos em sua organização e gestão. A dinâmica identitária emerge e se renova a partir de conflitos envolvendo atores diversos que atribuem valor e sentido distintos à festa.

Quando se organiza uma festa popular, a identidade cultural da manifestação está enraizada em uma tradição territorializada. Envolve um passado ativado nas tradições do território, mas também nas

formas e processos de negociação de sentido que criam consensos e viabilizam materialmente a manifestação ao longo dos tempos. Essas formas e processos dependem das identidades profissionais, organizacionais e artísticas das pessoas comprometidas com a realização da festa. Além disso, por seu envolvimento sacralizado e corporal, festas também envolvem seus participantes em uma identidade que é experimentada, vivenciada, nos sentimentos, nas emoções e na corporeidade (CRAIB, 1998; WOODWARD, 2006). Participar de uma manifestação não é pensar ou racionalizar a experiência cultural, mas, sobretudo, experimentar, sensorialmente, simbolicamente e corporalmente, a manifestação em toda a sua força e forma cultural.

2. As festas populares na Bahia: dinâmica identitária na organização

Na Bahia, as festas populares são intensas, abundantes, plurais, sincreticamente diversas, historicamente antigas. Por isso, torna-se um contexto propício para nos debruçarmos sobre seus aspectos identitários e organizacionais. Toda cidade tem seus momentos de celebração coletiva, ou pelo menos um dia no ano dedicado à fundação daquela cidade ou ao santo padroeiro, ou a um evento que se tornou marca fundamental daquele lugar. Salvador, capital da Bahia – que foi durante os três primeiros séculos do Brasil a sua capital – se diferencia pela opulência festiva. A cidade não tem apenas uma data ou evento de celebração da sua identidade, mas um calendário de cerca de três dezenas de festas, espalhadas por todo o ano, cujo destaque é, sem dúvida, o chamado de Ciclo de Festas de Largo que começa em dezembro e segue até o carnaval, durante praticamente três meses. São festas populares como a Festa de Santa Bárbara, Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, Festa de Santa Luzia, Festa da Boa Viagem, Festa da Lavagem do Bomfim, Festa da Segunda-feira

Gorda da Ribeira, Festa de São Lázaro, Festa de Iemanjá, Festa de Itapuã, Carnaval. Na contemporaneidade, algumas dessas festas perderam importância e tiveram a participação popular reduzida, enquanto outras continuam a mobilizar enormemente a população da cidade.

Dentro de uma retrospectiva histórica, a primeira festa popular brasileira com ritualística de festa ocorreu na Bahia em 13 de junho de 1549, transcorridos apenas 74 dias do desembarque de Tomé de Souza e com a Cidade do Salvador ainda estado de canteiro de obras (VARÓN CADENA, 2015). Estamos falando dos primeiros momentos de ocupação do Brasil pelos portugueses que o descobriram ainda em 1500. A cidade de Salvador foi criada, planejada, projetada pelo mestre-arquiteto Luis Dias e construída para ser a capital do Brasil e sede do governo colonial português. Essa festa, relatada em carta do Padre Manoel da Nóbrega, foi a Procissão de Corpus Christi, como de resto é de origem religiosa católica todo o ciclo de festas populares que a Bahia iria desenvolver depois daquela espécie de batismo. Essa multiplicação de procissões e festas religiosas foram agregando, no seu contexto, camadas da população que de uma ou de outra forma interferiram na sua ritualística original, introduzindo elas próprias elementos que um dia convencionou-se chamar de profanos para estabelecer uma clara diferenciação entre os propósitos da Igreja e da participação popular (SERRA, 2009).

Centro da economia e do poder colonial e mesmo quando perdeu essa centralidade para o sul do país entre o final do século XVIII – exatamente desde 1763, quando a capital da colônia se transferiu para o Rio de Janeiro – e durante o século XIX, quando o modelo econômico agrário entra em processo irreversível de decadência, num mundo em processo acelerado de industrialização, a Bahia já misturava suas sérias responsabilidades, trabalho, econo-

mia e riqueza, com as mais grandiosas festas, desde então já multiculturais e como até hoje, misturando o sagrado e o profano sem nenhuma culpa.

Tantas eram as festas populares realizadas na Bahia nos séculos XVIII e XIX que o erário aportava um volume de recursos desproporcional para essas festas que tinham o dobro do orçamento destinado às obras públicas. As festas populares movimentavam muito dinheiro. Parte desses recursos retornava ao erário através de impostos, em especial, do comércio informal e também através das taxas de importação que eram elevadas e, praticamente, tudo que se vendia na Bahia era oriundo da Europa. Todos os setores econômicos lucravam, inclusive o transporte público, então emergente (VARÓN CADENA, 2015).

Dentro de um percurso cronológico, a primeira festa de largo é a Festa de Santa Bárbara (Iansã no Candomblé), em 04 de dezembro. Durante alguns anos, essa festa passou a ser realizada apenas para um número pequeno de devotos, até que recentemente voltou com muita força, sendo hoje não só a abertura do ciclo, mas uma de suas festas mais importantes. Ela é seguida pela Festa da Conceição da Praia, que acontece em 8 de dezembro. A partir de então, a cada semana, a festa e a multidão se deslocam para outra praça e outra igreja numa sucessão que dura praticamente três meses. Isso mobiliza a população da cidade, num ritmo de autocelebração da sua identidade. Além da Festa da Conceição (que é Oxum no candomblé), as mais importantes são a Festa do Bonfim, ou Oxalá (segunda quinta-feira de janeiro) e a Festa do Rio Vermelho ou Festa de Iemanjá, no dia 2 de fevereiro. Esse ciclo de festas, não por acaso, se encerra em seu ápice, numa espécie de celebração definitiva e totalizadora: o Carnaval.

Essa profusão de festas vai resultar num calendário voltado para a celebração

do sincretismo religioso baiano, juntando candomblé e catolicismo, assim como também expressões do sagrado e do profano, indissociáveis, em forma de festas de largo. As festas de largo, uma manifestação típica de Salvador, se estendem por todo o verão, de dezembro até fevereiro ou março. Elas têm um sentido de abrangência que é dado pelo seu caráter migratório, percorrendo largos e igrejas de toda a cidade.

2.1 O sincretismo como expressão cultural das festas populares

As Festas de Largo se distinguem de outras celebrações por muitas razões. A principal delas é o fato de serem uma expressão do sincretismo religioso singular que caracteriza a cidade de Salvador. O sincretismo é um desses conceitos de múltiplas definições, mas implicam sempre em uma relação entre duas culturas, que se influenciam mutuamente. Ao falarmos de sincretismo religioso, e como ele se verifica historicamente no Brasil e na Bahia, um dos primeiros e mais consistentes olhares foi o de Roger Bastide (1971), que alerta para o fato fundamental: o sincretismo é fluido e móvel, não é rígido nem cristalizado. Elas sempre acontecem em celebração de um santo católico e seu orixá correspondente no candomblé. Por essa razão, elas mobilizam os católicos, os praticantes de candomblé e uma grande parte da população que cultua, sem nenhum drama identitário, moral ou cultural, as duas religiões.

Com a presença cada vez mais forte, em população e influência cultural dos negros, pródigos em danças e expressões musicais, os eventos religiosos foram cada vez mais invadidos pelo profano. Chegou-se ao ponto de o arcebispado na Bahia estabelecer, em 1707, em um sínodo diocesano, a proibição, dentre outras manifestações, de danças e folias nas igrejas (VARÓN CADENA, 2015). Como a maioria das leis do Brasil colonial, essa nunca “pegou”. Os baianos continuaram, a partir

dessas práticas de reunir o sagrado e o profano em uma mesma celebração, festa, manifestação, um processo histórico de elaborado sincretismo religioso, onde os santos católicos passaram a “abrigar” nas suas imagens e nomes, os orixás do Candomblé, a religião de origem africana que iria secularmente ser compartilhada com o catolicismo até a contemporaneidade.

Na Bahia, a ancestralidade negra se mantém viva através de formas de organização cultural que garantem a continuidade da tradição trazida pelos negros africanos desde os primeiros tempos da escravidão. Essas formas de organização cultural foram mantidas através de uma forte ligação com as raízes negras de origem africana. Elas se manifestam no canto, na música, na vestimenta, nas cores, nos símbolos sagrados e nas práticas religiosas (SIQUEIRA, 1989). As raízes africanas estão também presentes nas manifestações populares, onde se misturam negros, mestiços e brancos através de um tipo de relação e de integração, possível na Bahia, apesar das desigualdades sociais.

As festas dedicadas aos santos da Igreja Católica são um exemplo da amplitude dessas relações. No mesmo espaço, a população louva seus santos católicos, reverencia seus orixás e pratica os rituais sagrados e profanos, usando danças e ritmos herdados dos ancestrais africanos tão distantes no tempo, mas tão vivos na percussão dos tambores e das batidas dos corações. A contemporaneidade traz as marcas dessa história e das singularidades das relações entre os brancos de origem europeia, os negros africanos e os mestiços brasileiros, em permanente estado de conflito e negociação (DANTAS, 2000).

As Festas de Largo também são a expressão da principal característica cultural da cidade de Salvador: a sociabilidade da rua. Desde sua fundação em 1549, como capital do Brasil, Salvador da Bahia

é uma cidade onde uma parte essencial das relações sociais, culturais, comerciais e religiosas acontece na rua. Foi assim desde as origens de cidade portuária que atraía estrangeiros do mundo inteiro e cujo porto era o mais importante do continente americano e a transformou até o século XVIII na “Rainha do Atlântico Sul”.

Essas características, fundadoras da identidade baiana, se perpetuaram e se atualizaram no tempo. Trazem até os dias atuais algumas de suas marcas fundamentais. Nas Festas de Largo, todos se encontram (pobres, ricos, classe média, mestiços, negros e brancos, jovens e adultos, iletrados e intelectuais, cidadãos comuns e membros das elites), numa espécie de libertação dos papéis sociais cotidianos para a celebração da identidade cultural compartilhada. Essa libertação de papéis sociais e dos jogos de poder chega à sua maior expressão no Carnaval, que finaliza o ciclo das festas de Largo de forma apoteótica. São dois milhões de pessoas⁴, a cada dia, fazendo a festa em alguns quilômetros de ruas da cidade, numa celebração de música e dança, alegria e festa que parece, naquele momento, abalar as distinções sociais e econômicas. A festa dura uma semana, até a quarta-feira de cinzas.

2.2 Identidade, interesses, conflitos e diálogo

Mobilizadoras do sentimento de pertencimento da população àquela identidade cultural, as Festas de Largo são organizadas há alguns séculos por um arranjo entre as representações comunitárias da sociedade civil – principalmente confrarias ou grupos

4 Esses dados são produzidos pelo marketing da Prefeitura da Cidade e faltam estudos científicos mais cuidadosos para definir a verdadeira grandeza da participação popular no Carnaval de Salvador.

religiosos ligados à devoção de cada santo ou a membros dos terreiros de candomblé daquele orixá, em parceria com representantes do poder público municipal e até com o apoio financeiro de empresas locais que buscam promover sua marca associada às festas populares locais. As empresas privadas e suas marcas são, entretanto, mais presentes no carnaval, já que as festas de largo têm a sua dimensão comercial mais restrita ao comércio de comidas e bebidas e artigos religiosos em barracas montadas no Largo ou praça em que acontece a festa.

Ainda que existam conflitos e eventuais jogos de poder, a representatividade da festa junto à população tem impedido até hoje a sua apropriação por um único grupo político, por uma entidade, ou mesmo pelo governo municipal, não havendo, portanto, nenhum ente que reserve exclusivamente para si a organização e muito menos a realização da festa. Os papéis, em geral, são divididos em função da competência legal e da representatividade social e cultural. A prefeitura é responsável por organizar as modificações necessárias para o trânsito, as facilidades de acesso ao local da festa, à organização dos transportes, à disponibilidade de serviços públicos, como postos de atendimento médico, postos de informação turística, etc. O governo estadual fica responsável pela segurança pública e determinação do contingente de policiais disponíveis para atender ao evento. As regras de funcionamento do comércio na festa são determinadas pela prefeitura, que registra e autoriza o comércio ambulante e as instalações das barracas, que, por sua vez, sofrem a fiscalização da vigilância sanitária pelo governo federal. Com isso, as três esferas de governo – típicas de repúblicas federativas como o Brasil – atuam na regulação das festas.

A parte religiosa da festa é organizada por cada representação – dos católicos e do candomblé. Enquanto o padre daquela paróquia lidera a comunidade católica para a organização da missa, procis-

são e festa religiosa católica. Os membros dos terreiros de candomblé se organizam e se vestem com suas roupas cerimoniais para participar da celebração do lado de fora da igreja com seus cânticos e cerimoniais do candomblé e também acompanham a procissão, quando há. A mistura entre católicos e praticantes do candomblé acontece, não apenas na procissão, mas também no interior da igreja durante a missa que acontece na festa.

2.3 A Festa da Conceição da Praia

Considerada uma das mais antigas festas religiosas do Brasil, a festa da Nossa Senhora da Conceição da Praia acontece desde 1550, o ano seguinte à fundação da cidade de Salvador. Ela é a santa padroeira não só da cidade de Salvador, como também do estado da Bahia e é padroeira de centenas de cidades em todo o Brasil. A imagem de Nossa Senhora da Conceição veio junto com os jesuítas, em 1549, que acompanhavam a comitiva do Governador Tomé de Souza (VARÓN CADENA, 2015).

Em Salvador, ela acontece no mesmo local desde a origem, inicialmente na capela ali construída e, a partir de 1739, diante da igreja que ali foi inaugurada e que permanece até hoje, depois de várias reformas nos dois últimos séculos. As características atuais, com as barracas da festa de largo existem desde a década de 30 do século XX (COUTO, 2010). No candomblé, Nossa Senhora da Conceição corresponde a Oxum, no sincretismo religioso baiano.

Como é comum nessas manifestações populares, elas dependem de uma constante relação de negociação entre organizadores, poderes públicos e a população. Desde os primórdios, aqui e acolá, conflitos atrapalharam a festa que chegou a ser cancelada por alguns anos. Logo depois de terminada a Guerra da Independência, com a expulsão dos portugueses em 2 de julho de 1823, o Padre Manoel Dendê Bus, atu-

ante no conflito, pede ao Governador sua nomeação para vigário da igreja (VARÓN CADENA, 2015). A contradição de ter um padre que expulsara os portugueses que contestavam a independência do Brasil até serem vencidos na Bahia em 1823, com a irmandade que era formada exclusivamente por portugueses – esses eram considerados fiéis à pátria brasileira, já que resolveram permanecer aqui, entretanto insatisfeitos pela queda do governo português local – fez com que o padre logo se indispusse com a irmandade responsável pela organização da festa que, até 1889 continuaria formada exclusivamente por portugueses e seus descendentes. O resultado desse estranhamento foi a não realização da festa de 1824 a 1827. A festa só voltou a ser realizada em 1828 porque o pároco pediu licença para ir ao Rio de Janeiro, deixando a irmandade livre para realizar a festa, sem ter que se submeter ao responsável pela expulsão de tantos patrícios portugueses, incluindo parentes e amigos.

Um outro conflito, ocorreu entre a irmandade e os poderes públicos, em 1915, e mostra o impacto negativo que pode ter, inclusive inviabilizando a festa, quando os poderes públicos, por decisão equivocada ou por incompetência, deixam de cumprir com as obrigações que fazem parte do seu papel na festa. O conflito entre a irmandade religiosa, com sua legítima representação popular nessa esfera, e o que chamamos hoje de governo municipal, com sua autoridade legal e legitimidade política, chegou às vias de fato, impedindo a realização da festa e provocando o seu adiamento.

A irmandade solicitou à intendência apressar a remodelação do asfalto para não comprometer o cortejo. Nada foi feito e isso resultou no adiamento da festa. A rua estava cheia de restos de obra, ocupada ‘com matérias impresentáveis, pedras atiradas pelos cantos e vegetação daninha em desvãos, onde a imundície culmina, nauseante mictó-

rio público, valhacouto de vagabundos e mendicantes’, assim comentou o Diário de Notícias de 3/12 daquele ano. Os festejos foram transferidos para o dia 12 seguinte. (VARÓN CADENA, 2015, p. 127)

A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, fundada em 1645, continua sendo a responsável pela Igreja da Conceição da Praia e representa na organização da Festa. Nas últimas décadas, a Irmandade tem tido um comportamento conciliatório e esteve fora de todas as polêmicas que envolveram a festa da Conceição, desde o conflito entre setores da imprensa e da opinião pública que condenavam as festas de Axé que aconteciam no entorno da Igreja. Realizado na Marina ao lado, e sem nenhuma relação com os tradicionais festejos, o evento era usado apenas como uma oportunidade de atrair o público jovem para os shows, visto que esse público não se identificava com as características tradicionais da festa. Os eventos de shows acabaram desaparecendo na segunda metade dos anos 2000, devido a dificuldades crescentes de liberação do espaço pela própria administração da Marina, certamente pressionada por parte da opinião pública que desaprovava o evento.

2.4 A Festa da Lavagem do Bomfim

A lavagem do Bomfim é a principal festa religiosa da Bahia e acontece há mais de 200 anos, desde 1754, sempre na segunda quinta-feira de janeiro. Com um cortejo que nos anos de maior afluxo reúne mais de um milhão de pessoas⁵, acontece por seis quilômetros – entre a igreja da Conceição da Praia e a colina do Bomfim. Ela é a segunda maior procissão do Brasil e só perde para o Círio de Nazaré, em Belém do

5 Mesma situação do carnaval. Faltam dados e estudos mais precisos que afirmem a quantidade de participantes da festa.

Pará, que reúne também mais de um milhão de pessoas. Nas suas origens, esta é uma procissão católica que foi se transformando, graças ao sincretismo religioso de Salvador, num cortejo festivo com danças e batuçadas oriundas do candomblé, incluindo até o desfile de carroças levadas por jegues.

Organizada pela Irmandade que é responsável pela igreja e que foi criada desde a sua inauguração, a festa expressa as ambiguidades da identidade cultural baiana. A começar pelo construtor da Igreja, um Capitão do Mar, chamado Theodozio Rodrigues de Faria, comerciante dos mais diversos produtos, suspeito também de contrabando, que escapou de um naufrágio e decidiu agradecer àquele milagre investindo parte de sua própria riqueza na construção da Igreja. Esse feito lhe garantiu viver com prestígio na cidade de Salvador até sua morte, em 1757 (SANTANA, 2009, 2012).

Até hoje, a irmandade é aberta à comunidade local e participa ativamente da vida do bairro, fazendo jus ao prestígio da Igreja que é a mais querida dos baianos e que tem a maior representatividade cultural, além da religiosa. Essa postura está claramente presente na abertura da Igreja aos atos de sincretismo religioso que caracterizam a festa desde o seu início e que, salvo alguns períodos de exceção, quando inadvertidamente um padre estrangeiro ou mesmo um cardeal autoritário e nada tolerante ao sincretismo religioso baiano, eventualmente, estabeleceram proibições de exposições de outras fés no interior da Igreja, o que jamais foi respeitado ou obedecido pela comunidade.

A Lavagem do Bomfim é a mais importante festa remanescente dos rituais de lavagem das igrejas, que começou no Século XVIII. Nessa época, a sujeira no interior das igrejas e no seu entorno, era comum não só na Bahia como em todo o Brasil. Praças e ruas de terra, sem pavimentação e, ao mesmo tempo, movimentadas por

pessoas, comércio e feiras, acabavam gerando muita sujeira que, naqueles tempos, careciam de infraestrutura e condições sanitárias para sua limpeza. Sem água encanada, sem asfalto ou pavimentação no seu entorno, as igrejas dependiam do esforço de muitas mãos para serem limpas. De início, os fiéis, especialmente mulheres, se juntavam para a lavagem das igrejas nas vésperas ou dias de festa. Com o tempo, essa tarefa foi transmitida para os escravos (VARÓN CADENA, 2015).

Uma missa católica é celebrada na igreja do Bonfim enquanto o cortejo se desloca nos seus seis quilômetros de festa. Missa terminada, o cortejo chega às escadarias da igreja, tendo à frente dezenas de baianas com seus jarros de água-de-cheiro, preparada com uma mistura de ervas, seguindo os rituais do Candomblé, que tem a função de retirar as energias negativas. É o culto de Oxalá, um dos principais orixás do panteão do candomblé, acontecendo na frente da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, seu correspondente católico no sincretismo religioso baiano. Então, elas despejam aquelas águas para fazer a lavagem do adro e escadarias da igreja, daí o nome Lavagem do Bomfim.

Entre o início do cortejo às 9:00 da manhã e final da lavagem, no início da tarde, prevalece a atmosfera religiosa e devocional da festa. Depois, assume o profano com braços abertos pela noite adentro, nas imediações da igreja, em barracas de comidas típicas e de bebidas. É a festa que melhor expressa a mistura entre sagrado e profano que caracteriza as festas populares da Bahia.

Nesta festa, um recente incidente expressa os conflitos identitários contemporâneos, através de mudanças de valores na sociedade que acabam impactando nas tradições, recusando parte delas, por não considerar em consonância com a moral ou a política contemporânea. O impasse,

nesse caso, não envolveu grupos diferentes, mas a ação de um grupo colocando em questão um aspecto tradicional da festa, na verdade expresso no próprio cortejo em si.

A procissão, que mobiliza cerca de um milhão de pessoas, além dos fiéis a pé, tradicionalmente, sempre contou com carroças conduzidas por jegues levando oferendas e santos católicos. O Ministério Público, de Salvador, em 2011, entrou com uma representação contra o uso dos jegues no cortejo por se configurar, conforme a legislação atual, maus tratos a animais. A ação obteve uma liminar favorável do Tribunal de Justiça da Bahia e, com isso, uma festa bicentenária, uma das mais importantes manifestações culturais de Salvador, teve que retirar um dos seus elementos mais tradicionais. A irmandade católica responsável pela festa, evitou participar do conflito jurídico e da polêmica nos meios de comunicação, limitando-se a cumprir a decisão judicial.

Como essa intervenção do poder legal ainda é recente, nos últimos anos os cidadãos e organizadores da festa tentam, judicialmente, a liberação para a volta das carroças e jegues para o cortejo. Em janeiro de 2017, poucos dias antes da festa, uma nova decisão foi estabelecida, permitindo a participação dos animais. Há alguns anos, o caso estava na Justiça. Depois de ter sido devolvido pelo Supremo Tribunal Federal, o processo foi decidido. Apesar dos recursos interpostos por ONGs, o TJ-BA decidiu pela liberação da participação dos animais, desde que sob fiscalização da prefeitura, para que não haja abuso ou ato de crueldade.

2.5 A Festa de Iemanjá

Diferente de outras festas de largo que expressam prioritariamente o sincretismo religioso da Bahia, a Festa de Iemanjá, que acontece em 2 de fevereiro, é considerada a maior manifestação pública do candomblé. Ou seja, a maior festa para

um orixá fora dos terreiros. Uma tradição que começou em 1924, hoje é uma das três mais importantes festas de largo de Salvador. Antes de prevalecer o aspecto religioso do candomblé, essa festa compartilhava a data, 2 de fevereiro, com muitas outras simultâneas.

Historicamente, a Festa de Iemanjá passou por diversas transformações que refletem os conflitos e conciliações entre a Igreja Católica e o candomblé. A festa começa de manhã bem cedo com o lançamento de oferendas ao mar, pelos devotos de Iemanjá, o orixá que tem seu correspondente católico em Nossa Senhora dos Navegantes. A outra referência católica é o fato de a festa acontecer na praia, entre duas igrejas católicas do Largo do Rio Vermelho. A entidade da sociedade civil que é responsável pelos rituais da festa é a Colônia de Pescadores. No final da tarde, por volta das 17:00 acontece a procissão marítima, com a participação de dezenas de barcos que vão levar as oferendas para o alto-mar. A festa, como é tradição na Bahia, continua seu lado profano nas barracas, com muita música e dança até tarde da noite.

Criada em 1882, a Irmandade da Gloriosa Senhora Sant'Anna do Rio Vermelho, era organizadora da festa em culto à santa católica e organizou essa celebração até a década de 1930, paralelamente à festa organizada pelos pescadores, celebrando a Mãe D'Água. A partir de então, a festa católica deixa de acontecer e a festa profana passa a ser conhecida como Festa de Iemanjá, como permanece até hoje. Por isso, a organização da festa tem como entidade popular principal a Colônia de Pescadores Z-1, que desde 1923 organiza a festa.

Em 2017, dois conflitos anteciparam o evento: a rebelião dos pescadores da colônia contra o seu líder, que chegou a ser preso, acusado de má gestão e suspeita de desvio financeiro dos recursos da entidade. Enquanto não houve julgamento e senten-

ça, ele permaneceu à frente da Colônia Z1 nos preparativos da festa, que aconteceu com grande sucesso, com a participação cada vez mais ativa de baianos e turistas. Para a população, a controvérsia pareceu mais relacionada a uma disputa pelo poder e prestígio da função do que uma efetiva reação a uma má gestão.

O outro conflito, no mesmo ano, esse envolvendo os poderes públicos, aconteceu em razão de um decreto publicado pela Prefeitura determinando o encerramento de todo e qualquer show musical no entorno da festa até as 22:00. As alegações do Secretário de Cultura do Município, à época, Claudio Tinoco, é que os moradores do bairro, que participam da festa desde o nascer do sol do dia 2 e que acaba em geral nas primeiras horas da noite, passaram a se incomodar com a apresentação de shows em ruas e praças do bairro noite adentro. Apesar das críticas e protestos expressos nas redes sociais, a determinação foi cumprida sem prejuízo da grandiosidade da festa.

2.6 O Carnaval de Salvador

O Carnaval foi trazido da Europa para o Brasil ainda no primeiro século da colonização, com o nome de Entrudo, conforme era chamado em Portugal. A essa época, vários países da Europa praticam o carnaval e, principalmente no campo, durante o ano, cada país tem diversas festas populares, normalmente de origens remotas que, desde tempos imemoriais celebram as estações do ano, ou as boas colheitas ou os deuses pré-cristãos. No Brasil, sucede o contrário. Desde os primeiros momentos, o carnaval, ainda como Entrudo, e depois com o nome atual, vai ser característico das cidades e praticamente inexistente no campo.

Esta uniformidade do entrudo no Brasil sempre sofre adaptações a cada cidade. Em Salvador, por exemplo, a maio-

ria negra fazia com que durante o Entrudo os negros, juntos com libertos e mestiços introduzissem na festa hábitos da sua cultura e principalmente as batucadas, típicas de suas danças, festas e cerimônias religiosas (AGIER, 2000). Muitos são os registros entre os séculos XVIII e XIX das decisões de governos municipais de reprimir os excessos de comportamento dos negros durante os Entrudos.

Entre os séculos XVIII e XIX, vão começar a se distinguir dos aspectos dionisíacos dos Entrudos, novas formas de comemorar a festa, em casa, nos salões, buscando uma maior identificação com o comportamento das elites. A introdução do Carnaval no Brasil, portanto, fez parte de um processo de reeuropeização do país, com a chegada da família real e a consequente instalação do poder monárquico em terras brasileiras. Reprimidas as manifestações típicas do Entrudo, o Carnaval à europeia vai se reproduzir por todo o Brasil. Agora um Carnaval “civilizado”, feito de bailes e em salões, com as elites usando vestimentas luxuosas e máscaras, com músicas mais tradicionais e longe do baticum dos negros. Serão necessárias algumas décadas de resistência discreta ou mais ostensiva para que o lado popular da festa voltasse a predominar no país.

A influência cultural dos negros vai conferir ao carnaval do Brasil a sua grandeza dionisíaca. Com efeito, a festa terá um significado transgressor entre nós, independente das várias tentativas oficiais de organizá-lo ou torná-lo “civilizado”. Da Matta (1979), chama a atenção para a significação do carnaval como momento de exceção, de inversão de regras, de entrega ao excesso, à alegria e ao riso. Nessa disputa entre o carnaval de rua e de clubes, os negros ganharam com a decisão dos clubes de fazerem o desfile nas ruas. Conforme Risério (1981), a apropriação do carnaval pelos negros baianos resistiu às tentativas coloniais de erradicação da

cultura negra. Ele chama a atenção justamente para a reafirmação do carnaval da Bahia na segunda metade do século XX. Essa forte influência negra no carnaval da Bahia continua até os dias de hoje, através dos afoxés e blocos afro, blocos de samba e pagode, e da forte presença de compositores, músicos e cantores negros, com forte influência no mercado da música oriundo do carnaval. Esse protagonismo é dividido com outra vertente do carnaval, representada pelos blocos de trio elétrico e seus artistas, que têm propósitos mais prioritariamente comerciais e muitas vezes são destituídos de vínculos com a cultura negra. Entretanto, mesmo na ausência de maior representatividade da ancestralidade negra, esses blocos, principalmente através do seu repertório de músicas, não escapam à influência dos ritmos de origem da cultura negra, principalmente expressa no protagonismo da percussão e da presença no repertório de músicas que expressam essa negritude, como é o caso do samba-reggae e do pagode.

Em 1950, Dodô e Osmar criam a fobica, um carro aberto, adaptado para a apresentação dos músicos. Trata-se de uma dupla que, de maneira artesanal eletrifica instrumentos de corda, conseguindo uma amplificação e sonoridade que multiplica a sua área de audição. Está inventado o trio elétrico, que será um marco na multiplicação do potencial de participação do público no carnaval. Aos poucos, o som do trio elétrico vai-se tornando a atração principal do carnaval da Bahia (Góes 2000). Em 1969, a gravação de Caetano Veloso, da música de sua autoria, 'Atrás do Trio Elétrico', consagra definitivamente a antiga fobica (a essa altura transformada em caminhões que serviam de palco para grupos musicais maiores) como a marca mais forte do carnaval baiano.

Os trios eram independentes e, contratados pela prefeitura ou por patrocinadores, puxavam as multidões livremen-

te pelas ruas do carnaval de Salvador. É a fase áurea do trio Tapajós, trios de Dodô e Osmar e outros. Paralelamente, o carnaval dos blocos vai evoluindo em várias propostas estéticas e musicais diferenciadas, onde os afoxés mantinham suas raízes africanas com a puxada do ijexá, os blocos de classe média - que começam a crescer e se multiplicar - utilizam músicas de carnaval - a maioria do carnaval carioca-brasileiro, até que surgem os blocos afro, nos anos 1970, numa evolução da proposta estética dos blocos de índio.

O fenômeno dos blocos afro surge ainda no início dos anos 70. O primeiro deles foi o Ilê-Aiyê, que procurava representar claramente a negritude baiana. Moura (1987) explica o significado do surgimento do Ilê-Aiyê, que não seria o primeiro bloco negro, visto que desde os afoxés existiam entidades de maioria negra, mas que, sem dúvida, o Ilê-Aiyê se estabeleceu como o primeiro bloco afro.

Também com música de percussão, os blocos afro com o tempo foram atraindo milhares de participantes, se caracterizando por uma estética, um ritmo, uma música ligada às raízes culturais africanas, vão ter um impacto no Carnaval da Bahia que só se compara à invenção do trio elétrico em 1950. As suas baterias de dezenas e até mais de uma centena de músicos, com prevalência de tambores, vão se tornar uma atração especial da festa. Associando-se à dança que vão criar e recriar a cada ano, os blocos afro passam a atrair o interesse das classes médias e elites, tornando-se praticamente hegemônicos na estética do Carnaval baiano (DANTAS, 2000).

Os blocos afro introduzem no carnaval algumas inovações fundamentais, como por exemplo desfile com temas e músicas compostas especialmente para a ocasião. O sucesso é tanto que as músicas de rádio no carnaval da Bahia se restringem à produção dos baianos, Caetano

Veloso, Gilberto Gil (que apesar de poucas músicas feitas para o Carnaval, produziu pelo menos um clássico de grande impacto historicamente na festa, a música Filhos de Gandhi, em homenagem ao tradicional afoxé), Moraes Moreira e Novos Baianos. O vigor, a exuberância, e a sedução do carnaval de rua, marcadamente afro, nunca deixaram de exercer forte atratividade sobre essas elites (MOURA, 2001).

No início dos anos 1990, o carnaval da Bahia já se consolidou como uma fábrica de talentos. Artistas como os precursores da axé music, Luís Caldas, a banda Chiclete com Banana, o bloco afro Ilê-Aiyê, Margareth Menezes e finalmente o Olodum levam o sucesso do carnaval para o mercado do disco e começam lentamente a abrir brechas no mercado nordestino e depois nacional da música (MIGUEZ, 1996).

É no período 92/93 que o carnaval da Bahia vai se tornar responsável pelo maior sucesso no mercado da música brasileira. Daniela Mercury alcança o primeiro lugar nas rádios de todo o Brasil com a música 'Canto da Cidade', o seu show bate recordes de público do Oiapoque ao Chuí. A artista torna-se a primeira da música baiana a ter um especial sobre a sua música e carreira exibido numa emissora nacional. O sucesso espetacular de Daniela rompe de maneira radical com os preconceitos e barreiras que os grandes centros haviam imposto à música baiana, de origem ligada ao nosso carnaval.

Na contemporaneidade, o carnaval da Bahia, continua sendo o maior do Brasil, com mais de dois milhões de pessoas participando da festa nas ruas da cidade, durante uma semana, com centenas de blocos de trio, dezenas de blocos afro, blocos de percussão e o chamado folião pipoca, que acompanham as dezenas de trios elétricos que percorrem os circuitos da festa na cidade. No carnaval de 2015, bateu-se o recorde de mais de 700 mil tu-

ristas⁶ que vieram viver a experiência da festa, o que é um número grandioso para uma cidade que possui pouco mais de três milhões de habitantes.

A festa mobiliza os órgãos públicos do município, que organizam o trânsito, as redes de transporte, o comércio ambulante, as autorizações e seus impostos referentes à instalação dos camarotes e aos blocos e trios elétricos que fazem a festa. Mobiliza também órgãos públicos estaduais, que cuidam da segurança pública, nos últimos anos com atuação de mais de 25mil policiais, incluindo alguns milhares que se deslocam de várias cidades do interior para compor o contingente de Salvador durante o carnaval.

A dimensão econômica do carnaval da Bahia é incontornável: dois milhões de pessoas⁷ por dia participam dos circuitos da festa, centenas de artistas e trios elétricos, milhares de músicos e técnicos, centenas de blocos de trio, blocos afro, afoxés e outras denominações, movimentam toda a rede hoteleira, que bate os maiores recordes de ocupação de todo o ano. Desde recursos de patrocínio, venda de abadás, entradas para camarotes, por um lado, e toda uma cadeia de economia secundária por outro, que vai de clínicas de traumatologia para atendimento de feridos e acidentados, emergências hospitalares, o setor de bares, restaurantes e lanchonetes, a economia informal com milhares de vendedores ambulantes de comidas, bebidas e outros produtos, a economia da festa movimentada na cidade de Salvador mais de um bilhão de reais em uma semana de festa.

6 Dados da Emtursa, incluindo turistas do interior da Bahia, de outros estados brasileiros e do exterior. Mais uma vez, esses dados carecem de maior rigor estatístico.

7 Número estimado oficialmente, conforme notas de páginas anteriores.

Proporcional à dimensão econômica do carnaval é a sua potencialidade de geração de conflitos a partir de visões diferentes do valor do seu significado cultural, diferentes visões estratégicas para a sua realização, diferentes interpretações do sentido identitário, estético, social e cultural da festa. Instâncias do poder público, especialmente o governo municipal e o governo estadual disputam protagonismo e legitimação política, enquanto respondem às pressões de grupos culturais, empresários e artistas, além de representações de outros setores da economia e da sociedade.

Os artistas e empresários, além de grupos culturais e organizações de caráter associativo, que são os verdadeiros responsáveis pela expressão artística e cultural da festa, disputam suas visões e interesses com os setores governamentais que, por um lado, cobram impostos, fiscalizam as atividades. Por outro, concentram os patrocínios da festa e são cobrados pelos setores artísticos menos organizados ou potentes comercialmente, por um financiamento de suas atividades.

Desde falhas na organização para a mobilidade durante a festa (por exemplo, engarrafamentos de trânsito, difícil acesso a transportes, falta de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência) até demora na limpeza dos banheiros químicos, tudo pode ser um motivo para conflito, cobrança, desgaste de imagem, perda de legitimidade, para os atores sociais que representam os poderes públicos.

Os conflitos entre os organizadores da festa podem surgir dos motivos mais inesperados. Em 2016, um conflito surgiu motivado pela venda de cerveja, com exclusividade de marca. Desde que a Prefeitura de Salvador passou a fechar patrocínio com cervejarias para o circuito do carnaval, em 2012, os conflitos têm se multiplicado, gerando protestos e discordâncias por parte dos vendedores ambulantes – obrigados

a só vender a cerveja da marca patrocinadora – mas também empresas que administram os camarotes presentes em todo o percurso da folia, especialmente no circuito da Barra. Eles ficam impedidos de exibir, nas fachadas dos camarotes, marcas de cerveja diferentes da patrocinadora da Prefeitura, mesmo sem receber nenhum patrocínio dessa marca. Com isso, as cervejarias que patrocinam os camarotes oferecem valores menores, já que a marca só será vista pelos frequentadores do camarote, perdendo visibilidade para as centenas de milhares de foliões que passam na frente durante o desfile.

No carnaval de 2016, em pleno desfile, houve um protesto e quebra-quebra promovido por vendedores ambulantes de cerveja, por terem sua mercadoria apreendida por ser de outra marca diferente da patrocinadora. O protesto bloqueou a passagem de trios no circuito Barra-Ondina, com os ambulantes bloqueando a via, principal circuito do Carnaval baiano. Os ambulantes queimaram objetos na frente dos trios, após alguns vendedores terem seus produtos apreendidos.

Outro conflito eventual do Carnaval é quando, na sequência das apresentações, um trio elétrico quebra, impedindo todos os outros que vêm atrás de continuar o percurso até o fim. Isso gera algumas consequências negativas para a apresentação, como por exemplo o desgaste dos cantores. Obrigados a continuar cantando enquanto esperam a solução do problema, isso faz com que uma apresentação prevista para quatro horas possa se prolongar por até sete horas, o que é extremamente penoso para esses cantores não só fisicamente, como também prejudica a própria apresentação, com uma repetição de repertório não prevista, que pode cansar o próprio público.

No último dia do carnaval de 2016, na terça-feira, o trio elétrico da banda Torres da Lapa, 12ª atração a desfilar no circuito

Dodô (Barra-Ondina), quebrou e atrasou o desfile de outros blocos. A situação foi motivo de reclamação por parte do cantor Carlinhos Brown, que puxava o bloco 'Camarote Andante', que vinha logo atrás. A reclamação foi seguida por vários outros artistas, a exemplo de Bell Marques, que também atrasou seu desfile em algumas horas.

Enfim, as múltiplas e intermináveis tensões vividas por esses diversos atores sociais do Carnaval da Bahia, dão uma dimensão de importância da festa. Todavia, mostram também a sua função de arena de competição, cujos conflitos são, de certo modo, submetidos ao imperativo do diálogo, em função de uma exigência do consenso social coletivo inequívoco: a realização da festa.

3. A dinâmica identitária como prática de gestão de festas populares

A experiência das festas populares de Salvador foi apresentada e analisada a partir das diversas negociações de sentido entre os diferentes atores sociais dentro de uma dinâmica identitária. Isso demanda uma concepção e uma prática mais sofisticada da gestão. Falar da gestão de festas populares pode soar estranho àqueles ouvidos mais acostumados a associar o conceito de gestão ao mundo das empresas e dos negócios. Mesmo os que veem a presença da gestão no universo das organizações públicas ou do Terceiro Setor, podem achar exótico pensar na palavra gestão para festas populares que, por serem relacionadas à tradição e à identidade cultural (HALL, 2006; HOBBS-BAWM; RANGER, 1983), parecem ser espontâneas e não administráveis. De forma automática, somos conduzidos a pensar que festas populares não são passíveis de gestão, no seu sentido mais tradicional, de responsabilidade de um gestor, um chefe, um líder que coordena e comanda a execução daquela festa.

As festas populares não são administradas por um gestor – como acontece com os eventos culturais, os shows, as festas privadas, os eventos empresariais. Neste contexto, a figura do gestor pesa pouco. O que garante a festa popular é uma série de condicionantes que lhes são peculiares. Por exemplo: a força viva de uma tradição, uma liderança reconhecida que agrega e reitera os valores dessa tradição, uma comunidade ou população que compartilha o reconhecimento da importância dessa tradição e participa anualmente (normalmente as festas têm período certo e se repetem a cada ano) dos acontecimentos que mantêm viva essa manifestação.

O principal desafio da governança de uma festa popular emerge do embate entre os diversos sentidos e interpretações atribuídos à festividade para produzir um engajamento identitário coerente e ativo. Por um lado, os membros da comunidade, que mantêm viva a manifestação cultural, tendem a tentar perpetuar os costumes, rituais e práticas tradicionais. Por outro lado, os poderes públicos e os agentes privados tentam influenciar para que a festa popular se adapte às necessidades e demandas do turismo e dos interesses econômicos mobilizados em torno daquele acontecimento. Além disso, os agentes públicos e coletivos, através de organizações da sociedade civil tendem a buscar que as festas se adaptem aos novos tempos, identidades e valores da sociedade.

As festas populares são marcadas pelas tensões regulares entre as tradições e as novas regulamentações (acordos sociais urbanos), que ganham força em uma rede variada de valores, interpretações e reivindicações públicas. Isso tenciona a gestão de festas que precisa mediar as lógicas interpretativas ancestrais com os novos valores sociais e coletivos. De pequenos conflitos, esses embates podem levar a impasses que podem chegar até a própria extinção daquela festa através do poder

legislativo. Todas essas visões, ideologias, sentidos e interesses entram em ação em um processo constante de negociação.

Neste contexto, a gestão tende a ser realizada de forma negociada entre sociedade civil, esferas do governo e da iniciativa privada. É configurada em sistemas complexos de governança – muito similar ao mundo das artes (RENTSCHLER, 2015), podendo nascer a partir de uma ou várias organizações associativas. Todavia, a organização da festa – estruturada na forma de sistema complexo – é efêmera. Não existe o dono da festa. A liderança é compartilhada, difusa, orientada pela identidade cultural, em uma regência em que os líderes expressam legitimidade social, cultural, comunitária ou representação política legal (por exemplo, o prefeito). A prefeitura não pode decidir sozinha; não consegue nem mobilizar o conjunto de atores envolvidos nem financiar toda a festa. Neste contexto, a gestão representa um esforço permanente de negociação de sentidos oriundos das diversas organizações que participam da festa. Essa gestão se articula a partir do entendimento da dinâmica identitária que permeia interesses de grupos específicos, de partidos, de ideologias, buscando uma concertação coletiva visando a realização plena da festa em seu sentido concreto, corporal, ritualístico e simbólico.

Considerando que o tipo de gestor que vai governar a cidade não tem que ser obrigatoriamente o mesmo tipo de gestor que comanda a confraria religiosa ou o bloco de carnaval ou a representação do comércio ou da polícia e da segurança pública, talvez a exigência comum para a atuação desses gestores no processo de governança seja que compreenda e respeite o consenso coletivo e histórico da importância da festa que se impõe a todos eles. Na sua organização, cada gestor expressa modos distintos de gestão, mas quando se engajam na gestão de uma festa popular, devem demonstrar uma

concepção identitária da gestão dentro de uma perspectiva de negociação de sentidos e interpretações plurais. Trata-se de um estilo de gestão pautado pela sensibilidade à mediação de interpretações múltiplas em prol de uma dinâmica identitária que viabilize a festa popular.

Com efeito, a gestão de festas populares não se adequa aos modelos vigentes de gestão baseados na liderança individual dentro de uma lógica de controle centralizado, uniformizador e instrumental. A festa não é administrada por uma pessoa, uma organização, mas por um conjunto de representações da coletividade. Distinta da lógica da gestão pautada pelo controle (WATSON, 2002), tradicionalmente difundidas para o universo das empresas, no caso da gestão de festas populares, o conhecimento e uma sensibilidade para as questões históricas e antropológicas se revela estrategicamente determinante para o sucesso da gestão. Portanto, praticar a gestão de festas populares exige um entendimento antropológico da festa e de suas dinâmicas identitárias.

Ancorada em uma dinâmica identitária, a gestão sensível da negociação de sentidos implica uma gestão de conflitos sustentada no diálogo e na aprendizagem (ROTHMAN; FRIEDMAN, 2001). Trata-se de um padrão de gestão que promove a consciência, uma distinção positiva entre os grupos, uma diferenciação e unidade simultânea entre os grupos (FIOL *et al.*, 2009). Por meio de um processo dialógico, todas as partes podem expressar e entender as preocupações profundas que orienta seus conflitos, tanto em seu contexto específico quanto na perspectiva de seus oponentes (ROTHMAN, 1997). O diálogo e a capacidade de negociação é o que encaminha a organização a uma reconciliação de interesses, sentidos e valores, que possibilita a transformação de tendências destrutivas em realidades criativas. O potencial de escuta e reconhecimento nos conflitos de caráter

identitário é o que torna os conflitos promissores, criativos, transformadores e potenciais fontes de inovação (ROTHMAN, 1997; SWAN *et al.*, 2009). O processo de gestão, neste contexto, pode ser encaminhado em quatro etapas (ROTHMAN, 1997): antagonismo (identificação de diferenças e análise de animosidades), ressonância (reenquadramento reflexivo por meio da articulação de necessidades e motivações compartilhadas), invenção (criação de soluções cooperativas) e ação (estabelecimento de uma agenda compartilhada de cooperação).

Conclusão

O propósito desta pesquisa foi discutir uma concepção de gestão pautada pela prática da negociação de sentidos – entre os diferentes organizadores da festa – que move a dinâmica identitária. Desenvolvemos um entendimento teórico de dinâmica identitária e uma análise das festas populares na Bahia, destacando a multiplicidade de sentidos e interpretações oriundas dos diversos atores sociais envolvidos na gestão da festa. Essa multiplicidade é geradora de conflitos potenciais que exigem estratégias dialógicas e práticas de negociação, que são compartilhadas por todos os envolvidos no processo de gestão.

Consequentemente, a pesquisa contribui para discutir um caminho conceitual para melhor entender os desafios da gestão de festas populares que emergem, acontecem e enriquecem a vida cultural. Ou seja, pensar as festas populares a partir dessa chave interpretativa significou um movimento duplo: de um lado, conhecer a lógica organizativa que explica o florescimento das festas populares e, de outro lado, ampliar nosso entendimento sobre a gestão desse tipo de fenômeno organizacional. A gestão de festas populares pela ótica da dinâmica identitária exige uma sensibilidade para os aspectos antropológicos e dialógicos da prática da gestão.

Referências

- AGIER, Michel. *Anthropologie du carnaval: la vielle, la fête et l'Afrique à Bahia*. Paris: Éditions Parenthèses, 2000.
- ALVESSON, Mats; LEE, Karen; THOMAS, Robyn. Identity matters: reflections on the construction of identity scholarship in organization studies. *Organization*, 15(5), p. 5-28, 2008.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore nacional I: festas, bailados, mitos e lendas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BASTIDE, Roger. *As Relações Africanas no Brasil: Contribuições a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações*. São Paulo: Editora Pioneira, 1971.
- CABRAL, Sandro; KRANE, Dale; DANTAS, Fagner. A dança dos blocos, empresários, políticos e técnicos: condicionantes da dinâmica de colaboração interorganizacional do Carnaval de Salvador. *Organizações & Sociedade*, 20(64), p. 145-163, 2013.
- CARNEIRO, Edison. *Festas tradicionais*. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.
- CARRIERI, Alexandre de P.; DE PAULA, Ana P. P.; DAVEL, Eduardo. Identidade nas Organizações: Múltipla? Fluida? Autônoma?. *Organizações & Sociedade*, 15(45), p. 127-144, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO JÚNIOR, Luís V. (org.). *Festa e Corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- CASTRO, Armando. *Irmãos de fé: tradição e turismo no Recôncavo baiano*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- CAVALCANTI, Bruno César. Novos Lugares da Festa: Tradições e Mercados. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 14 (Maio), p. 10-20, 2013.
- CAVALCANTI, Maria L V de C.; GONÇALVES, José Reginaldo S. (org.). *As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Con-*

ceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

CRAIB, Ian. *Experiencing identity*. London: Sage Publications, 1998.

CZARNIAWSKA, Barbara. Identity lost and identity found? Celebration and lamentation over the post-modern view of identity in social science and fiction. In: SCHULTZ, M.; HATCH, M. J.; LARSEN, M. H. (eds.). *The expressive organization: linking identity, reputation, and the corporate brand*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DANTAS, Marcelo. *Carnaval da Bahia: o conflito entre o público e o privado na arena da festa*. [V Encontro sobre Cultura, Identidade e Desenvolvimento: A Festa como Organização] Salvador: Escola de Administração, UFBA, 2018.

DANTAS, Marcelo. *Identité, leadership et changement organisationnel dans les blocos afro du carnaval de Bahia*. (Doctorat en Sciences Sociales). Université Paris 7, UFR Sciences sociales, 2000.

DANTAS, Marcelo. *Olodum: de bloco afro a holding cultural*. Salvador: Editora da Fundação Casa de Jorge Amado, 1994.

DANTAS, Marcelo. Três organizações afro-baianas, três modelos, três estilos de liderança. In: FISCHER, T. (org.). *Carnaval baiano: negócios e oportunidades*. Brasília: Ed. SEBRAE, 1996.

DU GAY, Paul; EVANS, Jessica; REDMAN, Peter (org.). *Identity: a reader*. London: Sage Publications, 2000.

DUVIGNAUD, Jean. *Fêtes et civilisations*. Paris: Librairie Weber, 1973.

FACHIN, Fernando F. *Organizational identity work in open innovation entrepreneurship*. (Ph.D. en Management). HEC Montréal, 2016.

FACHIN, Fernando F.; DAVEL, Eduardo. Reconciling contradictory paths: identity play and work in a career transition. *Journal of Organizational Change Management*, 28(3), p. 369-392, 2015.

FARIAS, Edson. *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2011.

FARIAS, Edson; MIRA, Maria Celeste (org.). *Faces contemporâneas da cultura popular*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

FERRETTI, Sergio F. Estudos sobre festas religiosas populares. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (org.). *Estudos da festa*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 17-32.

FIOL, C. Marlene; PRATT, Michael G.; O'CONNOR, Edward J. Managing intractable identity conflicts. *Academy of Management Review*, 34(1), p. 32-55, 2009.

FISCHER, Tânia (org.) *Carnaval baiano: negócios e oportunidades*. Brasília: Ed. SEBRAE, 1996.

GIOIA, Dennis A.; PATVARDHAN, Shubha D. Identity as process and flow. In: SCHULTZ, M.; MARGUIRE, S.; LANGLEY, A.; TSOUKAS, H. (eds.). *Constructing identity in and around organizations*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

GIOIA, Dennis A.; PATVARDHAN, Shubha D.; HAMILTON, Aimee L.; CORLEY, Kevin G. Organizational identity formation and change. *Academy of Management Annals*, 7(1), p. 123-193, 2013.

GÓES, Fred. *50 anos de trio elétrico*. Salvador: Corrupio, 2000.

GROSSBERG, Lawrence. Re-placing popular culture. In: REDHEAD, S.; WYNNE, D.; O'CONNOR, J. (eds.). *The clubcultures reader: reading in popular cultural studies*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart; DU GAY, Paul (org.). *Questions of cultural identity*. London: Sage Publications, 1996.

HATCH, Mary Jo; SCHULTZ, M. (org.). *Organizational identity: a reader*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HATCH, Mary Jo; SCHULTZ, M. Relations between organizational culture, identity and image. *European Journal of Marketing*, 31(5/6), p. 356-365, 1997.

- HATCH, Mary Jo; SCHULTZ, M. The dynamics of organizational identity. *Human Relations*, 55(8), p. 989-1018, 2002.
- HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HOLLAND, Dorothy W; LACHICOTTE, William; SKINNER, Debra; CAIN, Carole. *Identity and agency in cultural worlds*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- IBARRA, Hermínia. Provisional Selves: Experimenting with Image and Identity in Professional Adaptation. *Administrative Science Quarterly*, 44(4), p. 764, 1999.
- IBARRA, Hermínia; PETRIGLIERI, Jennifer L. Identity work and play. *Journal of Organizational Change Management*, 23(1), p. 10-25, 2010.
- ISAMBERT, François-André. *Le sens du sacré: fête et religion populaire*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.
- JANCSÓ, Istivan; KANTOR, Iris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, volume I. São Paulo: EDUSP/FAPESB/Imprensa Oficial, 2001a.
- JANCSÓ, Istivan; KANTOR, Iris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, volume II. São Paulo: EDUSP/FAPESB/Imprensa Oficial, 2001b.
- LAMPEL, Joseph. Converting values into other values: fairs and festivals as resource valuation and trading events. In: MOERAN, B.; PEDERSEN, J. S. (eds.). *Negotiating values in the creative industries: fairs, festivals and competitive events*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- LIMA, Vivaldo da Costa. *A anatomia do acarajé e outros escritos*. Salvador: Corrupio, 2010.
- LIMA, Vivaldo da Costa. *Cosme e Damião: o culto aos santos gêmeos*. Salvador: Corrupio, 2005.
- LOIOLA, Elisabete; MIGUEZ, Paulo. Tabuleiros da festa: pequenos negócios & muitos negociantes do carnaval baiano. In: FISCHER, T. (org.). *Carnaval baiano: negócios e oportunidades*. Brasília: Ed. SEBRAE, 1996.
- MIGUEZ, Paulo. *Carnaval Baiano: as tramas da alegria e a teia de negócios*. (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- MOERAN, Brian; PEDERSEN, Jesper S. (org.). *Negotiating values in the creative industries: fairs, festivals and competitive events*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: , EDUSP, 1979.
- MOURA, Milton Araújo. *Carnaval e Baianidade: Arestas e Curvas na Coreografia de Textos Identitários do Carnaval de Salvador*. (Doutorado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- MOURA, Milton Araújo. Faraó: um poder musical. *Cadernos do CEAS*, 112 (Novembro), p. 10-29, 1987.
- PASSOS, Mauro (org.). *A festa na vida: significados e imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PEREZ, Lea Freitas. A antropologia das efervescências coletivas. In M. PASSOS, M. (org.), *A festa na vida: significados e imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.
- PITOMBO, Mariella. A diferença como bem universal: a noção de diversidade cultural no discurso da UNESCO. In: ALVES, E. P. M. (org.). *Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo*. Maceió: EDUFAL, 2011.
- PUTNAM, Linda L. Dialectical Tensions and Rhetorical Tropes in Negotiations. *Organization Studies*, 25(1), p. 35-53, 2004.
- RENTSCHLER, Ruth. *Arts Governance: People, passion and performance*. London: Routledge, 2015.
- RIBEIRO, Cleodes M. P. J. *Festa e identidade: como se fez a festa da uva*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002.
- RIBEIRO, Marcelo. Festas populares e turismo cultural - inserir e valorizar ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. *Pasos - Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, 2(1), p. 47-56, 2004.

- RISÉRIO, Antônio. *Carnaval Ijexá*. Salvador: Corrupio, 1981.
- ROTHMAN, Jan; FRIEDMAN, Victor J. Identity, conflict, and organizational learning. In: DIERKES, M.; ANTAL, A. B.; CHILD, J.; NONAKA, I. (eds.). *Handbook of organizational learning and knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ROTHMAN, Jay. *Resolving Identity-based conflict in nations, organizations, and communities*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1997.
- RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (org.). *Estudos da festa*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- SANTANA, Mariely Cabral de. *Alma e festa de uma cidade: devoção e construção da Colina do Bomfim*. Salvador: Editora da UFBA, 2009.
- SANTANA, Mariely Cabral de. É dia de festa na Bahia: homenagens, ritos e construção da devoção do Senhor do Bomfim. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (org.). *Estudos da festa*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- SAQUET, Marcos A.; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, 1(31), p. 3-16, 2009.
- SCHULTZ, Majken; MAGUIRE, Steve; LANGLEY, Ann; TSOUKAS, Haridimos (org.). *Constructing identity in and around organizations*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- SERRA, Ordep. *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SILVA, Ariel Lucas; MIGUEZ, Paulo. Cultura, Festa e Cidade: Tecendo Relações. *Revista Observatório da Diversidade Cultural*, 1(1), p. 19-27, 2014.
- SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- STOREY, John. *An introductory guide to cultural theory and popular culture*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- STOREY, John. *Cultural theory and popular culture: an introduction*. London: Routledge, 2015.
- STOREY, John. *Inventing popular culture: from folklore to globalization*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.
- STRINATI, Dominic. *An introduction to theories of popular culture*. London: Routledge, 1995.
- SWANN JR.; JOHNSON, William; RUSSEL, E.; BOSSON, Jennifer K. Identity negotiation at work. *Research in Organizational Behavior*, 29, p. 81-109, 2009.
- TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- TINHORÃO, José Ramos. *Os sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos: origens*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- VARÓN CADENA, Nelson. *Festas populares da Bahia: Fé e folia*. Salvador: Edição do Autor, 2015.
- WASKUL, Dennis D.; VANNINI, Phillip. Popular culture as everyday life. In: WASKUL, D. D.; VANNINI, P. (eds.), *Popular culture as everyday life*. New York: Routledge, 2016.
- WATSON, Tony J. *Organizing and managing work: organizational, managerial and strategic behaviour in theory and practice*. London: Pearson Education, 2002.
- WOODWARD, Kath. *Understanding identity*. London: Arnold, 2006.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (orgs.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983

Effective ways of teaching pragmatics: humor in the classroom¹

Formas eficazes de ensinar pragmática: humor na sala de aula

Formas efectivas de enseñar pragmática: humor en el aula

Ulisses de Oliveira²

Sumiko Ikeda³

Marcelo Saparras⁴

Keywords:

Pragmatics

English Teaching

Humor

Systemic-Functional
Linguistics

Abstract:

Pragmatics takes into account the relations between signs and their users, the speakers. When somebody says “*Thanks, I’m not hungry*” in response to the statement “*You left the door open*”, you are making a pragmatic mistake, because in such context “*thanks I’m not hungry*” is an inappropriate reply for the statement “*You left the door open*”. So, pragmatics is the dimension of the study of languages that deals with the relation between signs and their users in their concrete contexts of use, in other words, it is the study of the use of language in communication, particularly the relationships between sentences and the contexts and situations in which they are used. Pragmatics includes the study of: (a) how the interpretation and use of utterances depend on knowledge of the real world; (b) how speakers use and understand speech acts; and (c) how the structure of sentences is influenced by the relationship between the speaker and the hearer. Furthermore, within a Systemic-Functional perspective, language is functional (people use language with a purpose), semantic (the purpose is to make meaning and socially interact with other people), semiotic (meaning making by choice) and contextual (pragmatic) as social interaction influences and is influenced by the context in which it is inserted. In this line of reasoning, the objective of this paper is the consideration that in teaching L2 pragmatics the socio-culturally and contextually appropriate (or inappropriate) communication will depend on the teaching of L2 pragmatics in the classroom in certain instances, as there can be many pragmatically appropriate ways to ask for information, to schedule an appointment, etc. With this in mind, our corpus is based on utterances and situations found in teaching English as L2 environment. Our particular the context is one of a regular English class in a private English school in the state of São Paulo, Brazil in which the L2 teacher used the excerpt of the movie *Philomena* and comic cartoons to teach English. Some results showed that the great majority of students investigated could not make out the humorous scenes of the video scenes and cartoons before their L2 teacher explained the scenes/cartoons to them mainly due to pragmatic issues.

Resumo:

A pragmática leva em consideração as relações entre os signos e seus usuários, os falantes. Quando alguém diz “*obrigado, não estou com fome*” em resposta à afirmação “*Você deixou a porta aberta*”, está cometendo um erro pragmático, porque, nesse contexto, “*obrigado, não estou com fome*” é uma resposta inadequada para a pergunta. declaração “*Você deixou a porta aberta*”. Portanto, pragmática é a dimensão do estudo de linguagens que lida com a relação entre signos e seus usuários em seus contextos concretos de uso, ou seja, é o estudo do uso da linguagem na comunicação, particularmente as relações entre sentenças e os contextos e situações em que são usados. A pragmática inclui o estudo de: (a) como a interpretação e o uso de enunciados dependem do conhecimento do mundo real; (b) como os falantes usam e entendem os atos de fala; e (c) como a estrutura das sentenças é influenciada pelo relacionamento entre o falante e o ouvinte. Além disso, dentro de uma perspectiva sistêmico-funcional, a linguagem é funcional (as pessoas usam a linguagem com um objetivo), semântica (o objetivo é criar significado e interagir socialmente com outras pessoas), semiótica (criação de significado por escolha) e contextual (pragmática) como a interação social influencia e é influenciada pelo contexto em que está inserida. Nesta linha de raciocínio, o objetivo deste artigo é considerar que, no ensino da pragmática de L2, a comunicação sociocultural e contextualmente apropriada (ou inadequada) dependerá do ensino da pragmática de L2 na sala de aula em certos casos, pois pode haver muitas maneiras pragmaticamente apropriadas de solicitar informações, agendar uma consulta, etc. Com isso em mente, nosso corpus é baseado em enunciados e situações encontradas no ensino de inglês como ambiente L2. Nosso contexto particular é o de uma aula regular de inglês em uma escola particular de inglês no estado de São Paulo, Brasil, na qual o professor de L2 usou o trecho do filme *Filomena* e quadrinhos para ensinar inglês. Alguns resultados mostraram que a grande maioria dos alunos investigados não conseguiu distinguir as cenas engraçadas das cenas de vídeo e desenhos animados antes que o professor de L2 lhes explicasse as cenas / desenhos animados, principalmente por questões pragmáticas.

Palavras-chave:

Pragmática

Ensino de Inglês

Humor

Linguística

Sistêmico-Funcional

Palabras clave:

Pragmática
 Enseñanza de inglés
 Humor
 Lingüística
 sistémica-funcional

Resumen:

La pragmática tiene en cuenta las relaciones entre los signos y sus usuarios, los hablantes. Cuando alguien dice “*Gracias, no tengo hambre*” en respuesta a la declaración “*Dejaste la puerta abierta*”, estás cometiendo un error pragmático, porque en ese contexto “*gracias no tengo hambre*” es una respuesta inapropiada para el declaración “*Dejaste la puerta abierta*”. Entonces, la pragmática es la dimensión del estudio de los idiomas que se ocupa de la relación entre los signos y sus usuarios en sus contextos concretos de uso, en otras palabras, es el estudio del uso del lenguaje en la comunicación, particularmente las relaciones entre oraciones y los contextos y situaciones en que se utilizan. La pragmática incluye el estudio de: (a) cómo la interpretación y el uso de los enunciados dependen del conocimiento del mundo real; (b) cómo los hablantes usan y entienden los actos de habla; y (c) cómo la estructura de las oraciones está influenciada por la relación entre el hablante y el oyente. Además, dentro de una perspectiva sistémica-funcional, el lenguaje es funcional (las personas usan el lenguaje con un propósito), semántico (el propósito es dar sentido e interactuar socialmente con otras personas), semiótico (hacer significado por elección) y contextual (pragmático) siendo que la interacción social influye y es influenciada por el contexto en el que se inserta. En esta línea de razonamiento, el objetivo de este trabajo es la consideración de que al enseñar la pragmática L2, la comunicación sociocultural y contextualmente apropiada (o inapropiada) dependerá de la enseñanza de la pragmática L2 en el aula en ciertos casos, ya que puede haber muchas formas pragmáticamente apropiadas de pedir información, programar una cita, etc. Teniendo esto en cuenta, nuestro corpus se basa en las expresiones y situaciones que se encuentran en la enseñanza del inglés como entorno L2. Nuestro contexto particular es el de una clase regular de inglés en una escuela privada de inglés en el estado de São Paulo, Brasil, en la que el maestro de L2 usó el extracto de la película *Philomena* y dibujos animados para enseñar inglés. Algunos resultados mostraron que la gran mayoría de los estudiantes investigados no podían distinguir las escenas humorísticas de las escenas de video y los dibujos animados antes de que su maestro de L2 les explicara las escenas / dibujos animados principalmente debido a problemas pragmáticos.

1 Texto recebido em 16/09/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Ulisses Tadeu Vaz de Oliveira. Pós-doutorando no Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-São Paulo). Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil. Contato: ulisvaz@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-5479-4905>.

3 Sumiko Nishitani Ikeda. Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular no curso de pós graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUCSP, Brasil. Contato: sumiko@uol.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-5812-5098>.

4 Marcelo Saporas: Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - PUCSP Professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil. Contato: msaporas@uol.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-9924-8369>

Effective ways of teaching pragmatics: humor in the classroom

1. Introduction

Meaning seems at once the most obvious feature of language and the most obscure aspect to study. It is obvious because it is what we use language for—to communicate with each other, to convey ‘what we mean’ effectively. But the steps in understanding something said to us in a language in which we are fluent are so rapid, so transparent, that we have little conscious feel for the principles and knowledge which underlie this communicative ability (LADUSAW, 1992).

According to Bardovi-Harlig (2013, p. 68), pragmatics have researched many of the things people do with language, including: politeness strategies, making requests, filing complaints, responding with refusals, and giving compliments, and humor. The field has also been greatly enriched by work in cross-cultural pragmatics and interlanguage pragmatics, areas that should be of particular interest to language educators, since being truly successful with a language also involves learners being able to use language “appropriately”. Questions of ‘semantics’ are an important part of the study of linguistic structure. They encompass several different investigations: how each language provides words and idioms for fundamental concepts and ideas (lexical semantics), how the parts of a sentence are integrated into the basis for understanding its meaning (com-

positional semantics), and how our assessment of what someone means on a particular occasion depends not only on what is actually said but also on aspects of the context of its saying and an assessment of the information and beliefs we share with the speaker.

In this context, one of the main points for the adhesion of more teachers to the use of pragmatics in teaching has been their own experience within language in use itself, especially owing to a growing number of professionals involved in researches in this field. Moreover, a great number of such professionals are being able to find time to professionally improve through teacher training or educational courses.

Therefore, within this context of teaching and learning languages with the use of pragmatics, we will present a study on the teaching of L2 pragmatics considering the socio-culturally and contextually appropriate (or inappropriate) communication as there can be many pragmatically appropriate ways to ask for information or to schedule an appointment, etc. With the purpose of teaching pragmatics in the classroom, our corpus is based on utterances and situations found in teaching English as L2 environment. Our particular objective is to check the understanding of humorous scenes in L2 lessons at UAM. Specifically, our context is one of a regular English class in a private English school in the state of São Paulo, Brazil when the L2 teacher was using the excerpt of the movie *Philomena* and other comic cartoons to teach English.

2. Language & Culture: Conversational Style

It seems to be consensual among language teachers that worrying only

about teaching the grammatical rules of a text is not enough to encourage students to become aware of the rules of communication which necessarily involve intercultural differences.

Communication problems caused by cultural differences called “conversational style” (TANNEN, 1984) involve the ingrained customs of a linguistic community. This style is learned early in life, and it becomes automatic, subconscious and resistant to change. Eventually it becomes apparent in communication.

The author (1984) has emphasized the existence of two major types of conversational styles. They shape the communicative behaviour of individual speakers: a high-involvement style and the opposing high-considerateness style. Tannen’s two types of conversational style differ from each other mainly in terms of rate of speech (pace), length of inter- and intraturn pauses, and occurrence (and evaluation) of simultaneous speech:

a) High-involvement style: (I) Shows a minimization of inter- and intraturn pauses; (II) Shows a faster rate of speech; (III) Speaker turns are characterized by frequently occurring simultaneous talk referred to as cooperative overlaps. (IV) Application of minimal responses / backchannels as signals of active listening and to encourage feedback.

b) High-Considerateness style: (I) Shows longer pauses within and between speaker turns; (II) Shows a slower rate of speech; and (III) Shows avoidance of simultaneous talk.

According to her (*idem*), there is a rapport talk in which simultaneous speech is used to build relationships or rapports among interactants.

3. Context: a Systemic-Functional perspective

There are two important notions for pragmatics: (a) the relationship between language and social context, involving the cultural context (genre) and the situational context (register, with its field variables, relationship and mode, referring to the subject, the interacting and constructing the text, respectively); and there is also a third - ideological context, which occupies a higher level of context, referring to positions of power, political biases and assumptions about values, tendencies and perspectives that the interlocutors bring to their texts. The analysis of ideological aspects has been done, among others, by Critical Linguistics (FOWLER, 1991); and (b) the notion of choices: when a choice is made in the linguistic system, what is written or what is said acquires meaning against a background in which are found the choices that could have been made, but which were not, fact important in discourse analysis.

In order to analyse contextual aspects, Martin & White elect Systemic-Functional Linguistics “a multiperspective model, designed to give analysts complementary lenses for interpreting the language in use.” (2005, p. 7). In addition, language is seen as a social practice, the result of the relationship between two fundamental aspects - its systematicity and its functionality (MARTIN; WHITE, 2003). Functionality - what interests me the most - is reflected in discourse through the internal grammatical structure of the language, that is, the functions of language provide the motivations for its form and its structure (HALLIDAY, 1978). In summary, SFL seeks to develop a theory about language as a social process and a methodology that allows a detailed and systematic description of language patterns. Figure 1 represents the stratification of contextual dimensions in constructing a text.

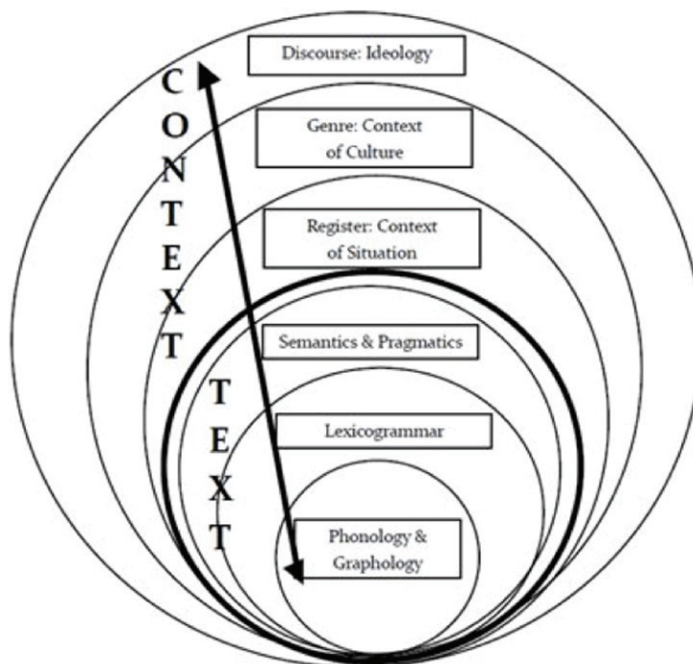


Figure 1 - Representation of Linguistic and Contextual Communicative planes
Source: Martin (1992, p. 496)

The case study presented here emphasizes the context of culture, and according to Li (2010), there's an overall understanding that sociopolitical or sociocultural ideologies are intertwined with language and discourse. A basic premise of all forms of Critical Discourse Analysis is that the use of language in discourse implies ideological meanings and that there are discursive restrictions on the use of language and the meanings involved (VAN DIJK, 1993; FOWLER, 1996; FAIRCLOUGH, 1995).

4. Frames

Frames are mental knowledge structures - our knowledge of the world - that capture the typical features of a situation to ensure consistency and, according to Minsky (1977), they can be selected or retrieved when necessary. In the following example (Figure 2), people followed each frame that they internalized in their culture.



Figure 2 - Cartoon an application of the frame notion
Source: Crystal (2011)

In Pragmatics the notion of frame is important considering that “definitions of a situation are built up in accordance with principals of organization which govern events, and our subject-

ive involvement in them” (GOFFMAN, 1974, p. 34). In the examples below, in a classroom interaction, students followed each frame that they internalized in their culture.

On a very hot day, I said in class in Japan:
Me: How hot!
Student: It's really hot! (Attention to the semantic meaning.)

In Brazil, the reaction was different:
Me: How hot!
Student: Do you want me to open the door? (Attending to the pragmatic meaning.)

This kind of performance sometimes lead to misunderstandings, as we explain in the next section.

b) Marketing blunder – Meanings of words depend on the context of experience, beliefs, or practices of a locality (Fillmore & Atkins, 1992). In Marketing, a blunder is a stupid or careless mistake which leads to bad results in consumers’ stance towards a product/service (RICKS, 1983, p. 22)

5. Pragmatics and Communication

From a semiotic standpoint (meaning-making), more than intelligibility, pragmatics is at the core of miscommunication when speakers neglect (or are unable to depict) contextual dimensions. We can see a few examples of that as follows:

Example:

a) Face-work – “Facework represents an important mediation of the intersection between an individual’s private self-conception and the individual’s need to cooperate—or not—in a society, especially at the interpersonal and organizational levels of communication. More clearly, facework builds on the notion of a metaphorical ‘face’, which represents how an individual is viewed—that is, respectfully or not—by others in an interaction” (FLETCHER *et al.*, 2014).

- In Spain, sales of the GM Corsa did not take off when the car was offered under the name NOVA (*No va*= do not go);
 - Mitsubishi sells the 4 x 4 model in Brazil and Great Britain under the name of *Pajero*, but in Spanish-speaking countries it renamed it to *Montana*, because “pajero” means “to masturbate” in these places.

c) Regional Culture - Language and culture can hardly be separated. “We consider that language is one of the systems of expression of a culture and that different languages have preferences that are influenced by culture” (GRABE; KAPLAN, 1989, p. 50).

Example:

“Go out” and “go ahead” have similar semantic meanings, but they differ in pragmatic terms. This is what happened in Brazil when a student, trying to speak English with an English-native teacher who was visiting our university said, “Please, go out!”

Example:

Two Japanese translators, when working on the novel *Quincas Berro d’agua* – a Brazilian regional novel by Jorge Amado – translated “she entered the room swinging the **chairs**”, when, in fact, the word “cadeiras” (pt.) (chairs) has the regional meaning of hips.

d) Humor - Your understanding of humor can be seriously inhibited if you are not familiar with the context of culture.

Example:

"To Wee Pig from Big Pig. Grunt! Grunt!"

Actually, the text above is a St. Valentine's Day greeting. On a certain day of the year newspapers print messages of love from people pretending to be animals. From all the examples previously presented, humor is one that demands greater cultural proficiency; in other words, the way one sees differences, responds positively (or not), engages and adapts.

Hay (2000) points out four main functions of humor: to generate solidarity; to control; to explore and confront; to set boundaries. Solidarity and power are apparently on opposite sides, but they are complementary elements. When using humor successfully, the speaker's status is assessed as positive. It entertains the speaker and shows that the interlocutors share the same ideas and conceptions, creating and maintaining solidarity among them. For the author, exploring and confronting are framed in the psychological category of humor and such functions serve to put someone in a certain position or to clarify a more serious situation (HAY, 2000, p. 32).

In the next section, we will explore a case study of L2 learning that encompasses humor from a pragmatic standpoint.

6. Methodology

In order to teach aspects of pragmatics, we implemented a methodology focused on humor due to the students' interest. The research group was composed of 27 students from a private university

in the state of São Paulo, Brazil. There, English as an in-curriculum discipline was offered for the business college. The lessons observed dealt with humor. It was an attempt for making the classes more appealing to the students. There was a didactic sequence of activities divided into five classes, as follows:

1) Students saw the following scene of the movie *Philomena* and were shown comic cartoons as well.

As an example, here's the description of the movie scene seen in class: "Philomena and her daughter meet Martin at a restaurant. He asks Philomena how she's doing about her hip replacement. Martin makes a joke that if her replacement hip wasn't made of titanium, they'd have to oil her like the Tin Man. She doesn't understand it's a joke and takes his comments as literal. Philomena's daughter explains that he's being funny. Martin agrees, and then seriously explains that his mother actually has advanced osteoporosis in both of her knees; to this comment, Philomena laughs hysterically, not being able to gauge fact from fiction."

2) Students answered about their insights and perception of humor from the scene by answering surveys in class. Then, an open discussion followed in order to allow students to share their points of view from the scene.

3) The following classes focused on teaching context, pragmatics and communication and humor, as described below and observed in Figure 3:

(a) Context: ideological, cultural (cf. Martin 1992), with a special regard to the cultural aspects that have to be considered in the meaning-making process.

(b) Pragmatics and communication: teachers taught important aspects for (mis)communication with the examples presented in the previous section of

this article. They are face-work, marketing blunders, cultural differences and humor.

(c) Humor: classes dug into the complexity of humor by analyzing five cartoons based on utterances and situations found in teaching English as L2 environment (example, Figure 3). The focus was the utterance markers of four categories (cf. Burguers & van Mulken 2012): (1) typographic markers, which are the ones that include the use of striking typography, like the use of quotation marks and capitalization; (2) morpho-syntactic markers. These markers draw the reader's attention by presenting an utterance with a striking syntactic structure or morphology. This

category includes markers such as exclamations, tag questions, negations, focus topicalization, elongation and diminutives. By showing the dissociative or hesitant stance of the communicator, these markers draw attention to the ironic nature of a statement (Kovaz et al. 2013); (3) schematic markers, which are based on schemes like figures that deal with word order and sound patterns: a deviation from the ordinary arrangement of words and sounds, like alliteration and rhyme; and (4) other tropes, which are rhetorical figures that focus on meaning operation, in that readers should reinterpret the propositional ("literal") meaning of the utterance.



Figure 3 - Example of humor in a Cartoon analysed in class
Source: Glasbergen (2014)

4) Teachers were given a survey where they could report about their experience in these five classes and about their views about what could be done in order to improve/facilitate students' understanding/learning about the pragmatic issues involved in the activity presented.

5) The last class was reserved for a re-evaluation of the scene of the movie *Philomena*.

Results are described in the next section.

7. Case Study Results: Philomena

In this research, analysis showed that, when mapping levels of culture, at first, students could not grasp the humor from the scene, reacting just like Philomena in the movie. Then, after setting up frame conditions, professors started investigating what went wrong.

Students answered surveys to help professors in mapping contextual aspects, levels and dimensions that led to misunderstanding.

As an important variable to be discarded as a factor of misunderstanding, researchers determined the levels of proficiency of students. Tests were conduct-

ed based on the CEFR standard⁵. Charts 1 and 2 indicate that proficiency levels were not determinant for results since: Students were at a higher level of proficiency, from B1 to C2 (Chart 1), and they reacted to humor on a similar rate (48% - B1; 68% - B2; 60% C1/C2), with B2 students outnumbering C1/C2 students in responsiveness to humor.

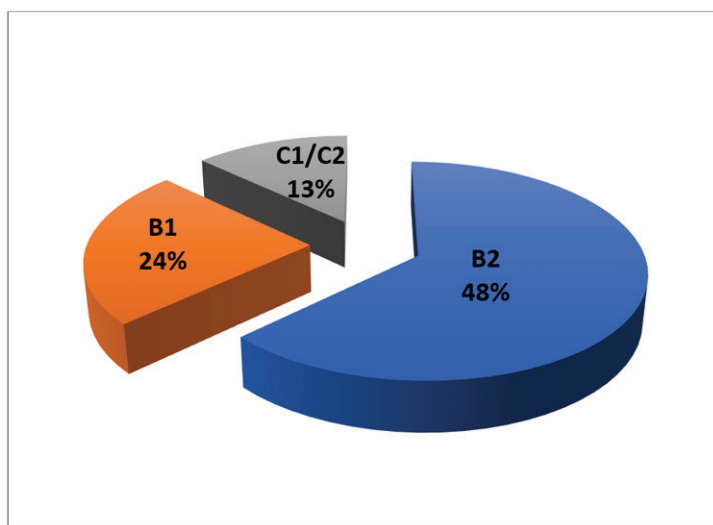


Chart 1 - Proficiency Levels
Source: Authors

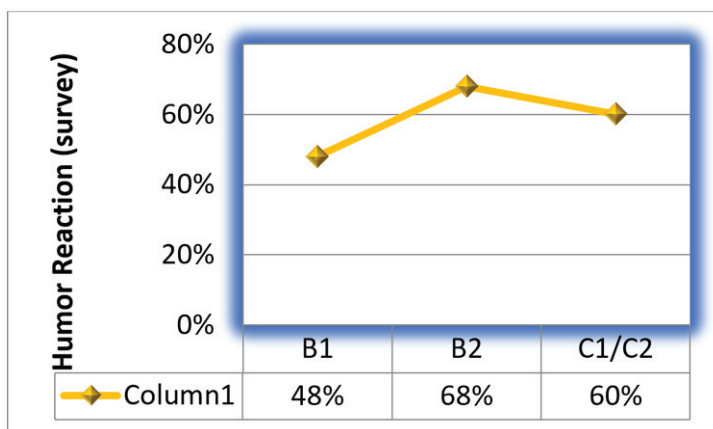


Chart 2 - Humor Reaction
Source: Authors

5 Common European Framework of Reference for Languages. The six reference English levels are widely accepted as the global standard for grading an individual's language proficiency. The CEFR organises language proficiency in six levels, A1 to C2, which can be regrouped into three broad levels: Basic User, Independent User and Proficient User, and that can be further subdivided according to the needs of the local context.

As expected, after teachers provided the necessary frames: cultural, situational and ideological dimensions that supported that interaction, students made up their minds on how funny the scene was. Beforehand, students analyzed the complexity of humor in five cartoons to juxtapose elements of humor in different genres, in this case, cartoons and movies. Students observed that in movies, tropes like the typographic, morpho-syntactic and schematic ones are mainly detected through paralinguistic features. In other words, aspects of spoken communication that may encode humor by adding emphasis or shades of meaning to what people say. In the scene, body language, gestures, facial expressions, tone and pitch of voice were all extremely important as students noted the characters in the movie “adjusting” to be funny.

Teachers conducted discussions in class about the scene and other movie scenes were presented to reinforce humor in similar contexts. Then, students answered a questionnaire to state their second-guess on the Philomena’s scene (Chart 3). Before answering the questionnaire, teachers made students aware of theories about culture and how they can vary in multiple contexts. Focus was on the model developed (SCHMITZ; TARTER; SINE, 2012), and questions varied in terms of: *Was the scene funny? How funny? Did you understand the scene? If not, why didn’t you understand it at first? What would help you understanding the scene at first? What is important to understand humor? What would facilitate your understanding? Other ideas.*

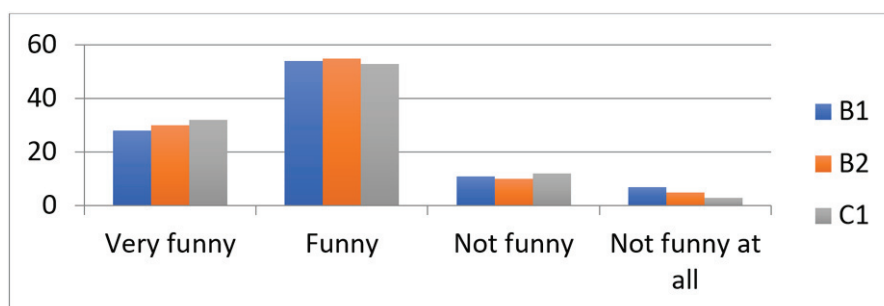


Chart 3. Survey: Did you find the scene funny?
Source: Authors

Analysis helped mapping misunderstanding by establishing a network of

cultural background among interactants and audience (Figure 3).

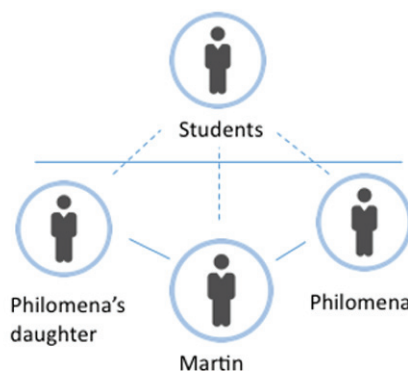


Figure 3. Cultural Proficiency network
Source: Authors

The cultural network in Figure 3 shows that grasping humor from the scene was even more challenging for our students since they were at a more distant cultural background than the characters in the movie. Characters were misunderstood for being misaligned in terms of age, instruction level and social background, and these notions were maximized for students in all of these cultural aspects.

To sum up, research provided some interesting results which implied that the great majority of students could not make out the humorous scenes before their L2 teacher explained the scenes to them. Specifically:

- Language teaching should focus on culture as it is strengthened through its expression.
- We lack intercultural competence.
- We should understand people's values in order to understand their motivations.
- We need to know the context before watching a movie.
- We should learn about intercultural competence together with language learning.
- Critical thinking and assumptions should be included in language learning.
- It is necessary for us to avoid misunderstandings to be learned about the context of culture.
- We need to be involved in intercultural competence in the foreign language classroom.
- Difficult vocabulary should be taught before watching a movie.

8. Concluding Remarks

This study proposes that the study of pragmatics in the classroom is necessary as even the so-called more advanced students in English have difficulty understanding meaning from humor utterances from authentic movies even when they can make out the language delivered. Arguing that a pragmatic knowledge of the movies and cartoons dealt with in class are not enough to cause the students to feel the humor involved in those, this study provides a case study proposed in the classroom envi-

ronment with the students and teachers during five English lessons, which were designed to promote language acquisition through a non-traditional, more playful approach based on humor. Drawing upon students' reaction to the scene and cartoons, as expected, after the teacher provided the necessary frames: cultural, situational and ideological dimensions that supported that interaction, students made up their minds on how funny the scene was. Despite the fact that the students reposted that they had there was comprehension considering the language used, most of them reposted that they had difficulty understanding why that scene or cartoons were considered humorous. As the surveys (27) were analysed, we realized that most students argued that the difficulty understanding the scene was that none of them could grasp the context of what was going on in the scene (92%). Also, the analysis of answers made reference to the fact that language classes are more focused on the morphosyntactic aspects of the language rather than other aspects such as culture and context. Despite word decoding and understanding, students did not display enough cultural awareness from their English language classes. Students should be aware that there will be will inevitably problems of difference in cultural interpretation when learning a foreign language.

The teacher conducted discussions in class about the scene and other movie scenes were presented to reinforce humor in similar contexts. She reported that after clarifying about the cultural issues in the scene and about form, function and meaning of the utterances, the students showed comprehension and could detect humor in the material presented to them. The survey distributed to students showed that there was a belief that Language teaching should focus on culture as it is strengthened through its expression. The teacher and students believed that the latter lacked intercultural competence and that they needed to know the context before watching a movie. Both the teacher and students reported that critical thinking and

assumptions should be included in language learning lessons in order to avoid misunderstandings. Besides, it's their belief that culture context should be explicitly taught so that students could be involved in intercultural competence in the foreign language classroom. Last but not least, not only the teacher but also the students involved in the study agree that difficult vocabulary should be taught before watching movies or analyzing cartoons.

References

- BARDOVI-HARLIG, K. Developing L2 pragmatics. *Language Learning*, 63(s1), p. 68-86, 2013.
- BURGERS, C.; VAN MULKEN, M. Humor markers. *The Routledge handbook of language and humor*, p. 385-399, 2017.
- CRYSTAL, D. *Internet linguistics: A student guide*. London: Routledge, 2011.
- EGGINS, S. *Introduction to systemic functional linguistics*. London: A&C Black, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Essex: Longman, 1995.
- FILLMORE, C. J.; ATKINS, B. T. Toward a frame-based lexicon: The semantics of RISK and its neighbors. *Frames, fields, and contrasts: New essays in semantic and lexical organization*, 103, p. 75-102, 1992.
- FLETCHER, C. V. *et al.* Establishing cross-cultural measurement equivalence of scales associated with face-negotiation theory: A critical issue in cross-cultural comparisons. *Journal of International and Intercultural Communication*, 7(2), p. 148-169, 2014.
- FOWLER, R. *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge, 2013.
- FOWLER, R. *On critical linguistics in Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996.
- GLASBERGEN, D. Cartoon ID: toon-321. *Glasbergen.com*. Available at http://www.glasbergen.com/ngg_tag/office-humor-cartoons/nggallery/image/we-need-to-install-better-virus-software-another-computer-just-filed-a-disability-claim-2.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- GRABE, W.; KAPLAN, R. B. Writing in a second language: Contrastive rhetoric. In: JOHNSON, D. M.; ROEN, D. H. (eds.) *Richness in writing: Empowering ESL students*. London: Addison-Wesley Longman, 1989. p. 263-283.
- HALLIDAY, M. A. *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold & Co, 1978.
- HAY, J. Functions of humor in the conversations of men and women. *Journal of pragmatics*, London, Elsevier, 32(6), p. 709-742, 2000.
- KOVAZ, D.; KREUZ, R. J.; RIORDAN, M. A. Distinguishing sarcasm from literal language: Evidence from books and blogging. *Discourse Processes*, 50(8), p. 598-61, 2013.
- LADUSAW, W. A. Expressing negation. *Semantics and linguistic theory*. Vol. 2. Maryland: University of Maryland Press, 1992. p. 237-260.
- LI, J. Transitivity and lexical cohesion: press representations of a political disaster and its actors. *Journal of Pragmatics*, 42.12, p. 3444-3458, 2010.
- MARTIN, J. R. 1992. "Genre and literacy-modeling context in educational linguistics". *Annual review of applied linguistics* 13: 141-172.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The evaluation of language: Appraisal in English*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. *The language of evaluation* (Vol. 2). Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- MINSKY, M. Frame theory. In: JOHNSON-LAIRD, P. N.; P. C. *Thinking: Reasonings in Cognitive Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 355-376.
- RICKS, D. A. *Big business blunders: Mistakes in multinational marketing*. London: Irwin Professional Publishing, 1983.
- SCHMITZ, J.; TARTER, L.; SINE, J. *Understanding the cultural orientations approach: An overview of the development and updates to the COA*. TMC Inc., A Berlitz Company, 2012.
- TANNEN, D. *Conversational style: Analyzing talk among friends*. Oxford: University Press, 1984.
- VAN DIJK, T. A. Principles of critical discourse analysis. *Discourse & society*, 4(2), p. 249-283, 1993.

Ensaio

Projeto Caos: consumo e niilismo em *Clube da Luta* (1999)¹

Proyecto Caos: consumo y niilismo en *Club de la Lucha* (1999)

Chaos Project: Consumerism and Nihilism in *Fight Club* (1999)

Lucas Ribeiro de Carvalho²
Gustavo Souza Santos³

Palavras-chave:

Sociedade de Consumo

Niilismo

Clube da Luta

Resumo:

A sociedade contemporânea se destaca por sua natureza consumista, que de acordo com Lipovetsky (2005), criou um modo de vida centrado nos valores materialistas. Nietzsche, grande crítico da sociedade moderna, em seus estudos afirmava a morte de Deus, evidenciando sua menor influência na sociedade. O vazio na sociedade contemporânea que passa a ser preenchido por valores de consumo, norteando a vida do homem para a apreciação laica do sistema capitalista. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a sociedade de consumo e a concepção niilista presente no filme *Clube da Luta* (1999) de David Fincher, descrevendo aspectos da teoria niilista de Friedrich Nietzsche que abordam os valores, a moral e a libertação do homem moderno e identificando o discurso crítico do filme sobre as relações de consumo em confronto com a máxima libertária do pensamento niilista.

1 Texto recebido em 02/07/2019 e aceito para publicação em 23/10/2019.

2 Lucas Ribeiro de Carvalho. Graduando em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário UNA, Minas Gerais, Brasil.

3 Gustavo Souza Santos. Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, Ibituruna, Minas Gerais, Brasil. Contato: gustavo.ccpv@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>

Resumen:

La sociedad contemporánea se destaca por su naturaleza consumista, que de acuerdo con Lipovetsky (2005), creó un modo de vida centrado en los valores materialistas. Nietzsche, gran crítico de la sociedad moderna, en sus estudios afirmaba la muerte de Dios, evidenciando su menor influencia en la sociedad. El vacío en la sociedad contemporánea que pasa a ser llenado por valores de consumo, orientando la vida del hombre hacia la apreciación laica del sistema capitalista. El objetivo de este trabajo es analizar la relación entre la sociedad de consumo y la concepción nihilista presente en la película Club de la Lucha (1999) de David Fincher, describiendo aspectos de la teoría nihilista de Friedrich Nietzsche que abordan los valores, la moral y la liberación del hombre moderno e identificando el discurso crítico de la película sobre las relaciones de consumo en confrontación con la máxima libertaria del pensamiento nihilista.

Palabras clave:

Sociedad de Consumo

Nihilismo

Clube de la Lucha

Keywords:

Consumer society

Nihilism

Fight Club

Abstract:

Contemporary society stands out for its consumerist nature, which according to Lipovetsky (2005) created a way of life centered on materialistic values. Nietzsche was a great critic of modern society, who in his studies affirmed the death of God, which left a void in contemporary society, which happens to be filled by values of consumption, which guides the life of man for the laicized appreciation of the system capitalist. The aim of this work is to analyze the relationship between the consumer society and the nihilistic conception present in David Fincher's film Fight Club (1999), describing aspects of Friedrich Nietzsche's nihilistic theory that deal with values, morality and liberation of man modern and identifying the film's critical discourse on consumer relations in confrontation with the libertarian maxim of nihilistic thinking.

Projeto Caos: Gestão e Dinâmica Identitária

Introdução

A sociedade de consumo é característica da modernidade. A partir do século XX, o consumo passou a ser o motor do desenvolvimento econômico e mediador das “novas relações e processos que se estabelecem no plano cultural das sociedades modernas” (RETONDAR, 2008, p. 138), moldando a vida dos indivíduos nela inseridos. De acordo com Lipovetsky (2005), criou-se um modo de vida centrado nos valores materialistas. Neste sentido, a sociedade moderna ocidental passou a gerir suas regras a respeito da identidade marcada pela posse (GIGLIO, 2003), onde o homem é posto em questão quanto à sua função, entre consumir para viver ou viver para consumir.

No progresso da sociedade ocidental, a modernidade inaugura a concepção de consumo após à revolução tecno-industrial, onde a identidade dos indivíduos também se modifica, segundo Hall (2006) tornando-se deslocadas e fragmentadas. Araldi (1998) cita Nietzsche e sua pesquisa da genealogia da moral, em que se buscava entender essas alterações da ordem da sociedade em que vivia, e constatou a morte de Deus, o que separou o mundo físico do metafísico e causou a insustentabilidade das ideias que regiam o mundo sensível.

Esse vazio deixado pela ausência de Deus fez da modernidade para Nietzsche o esforço de substituir o deus transcendente por outros valores (ARALDI, 1998). Com essa concepção, o filósofo aborda o niilismo e concebe as teorias de superar essa contemplação do vazio. Segundo Deleuze (2001), na sociedade contemporânea, esse vazio é preenchido por

outros valores, como por exemplo, o consumo, norteador da vida do homem para a apreciação secular do sistema capitalista.

Analisar e buscar compreender a sociedade pós-moderna é fazer um auto-exame sobre o consumo, das relações com a indústria cultural e identidade dos indivíduos dessa sociedade. Vale também ressaltar a importância da compreensão sobre o conceito niilista e suas implicações na sociedade e seu impacto na sociedade.

É com essa concepção sobre a sociedade de consumo e as ideias da filosofia niilista de Nietzsche que será abordado o filme *Clube da Luta* (1999), baseado na obra homônima de Chuck Palahniuk. Acompanhamos a trajetória do personagem interpretado por Edward Norton em sua superação do niilismo moderno para a aceitação da vida no plano real.

O protagonista inicia sua história como um sujeito autodeclarado consumista, que procurava preencher seu sentimento de vazio existencial com a compra de móveis e roupas de grife. As tentativas de superar suas crises de insônia somente se tornam eficazes após conhecer Tyler Durden (Brad Pitt) e formar o *Clube da Luta*, onde homens lutam entre si a fim de expurgar as frustrações do homem moderno comum.

Todavia, o filme gira em torno do processo de libertação do consumo desenfreado, no qual o homem acredita “assim preencher satisfatoriamente o seu vazio existencial, fonte de depressões e da sensação de niilismo prático” (BITTENCOURT, 2011, p. 106) e alcançar enfim o que Nietzsche define como niilismo de êxtase, onde a destruição dos valores vigentes causará a afirmação do homem em seu potencial para novos valores (ARALDI, 1998, p. 88).

O objetivo deste trabalho é expor as relações entre o comportamento de consumo da sociedade e a doutrina filosófica

do niilismo. O filme *Clube da Luta* é usado como objeto de estudo para análise da relação consumo/niilismo. Para estudo da sociedade de consumo, foi usado obras que abordam consumismo e pós-modernidade. O niilismo foi estudado a partir dos textos de Nietzsche e estudiosos de suas obras.

O Niilismo: conceito e fases

A transição para a cientificidade e a concretização do antropocentrismo no pensamento do período moderno europeu está entre as bases para os questionamentos de Nietzsche (1844-1900) sobre os valores da sociedade e a sua investigação acerca do niilismo. As obras do filósofo alemão possuem destaque para a abordagem desse conceito que procurou identificar desde suas origens ao diagnóstico da sociedade em que vivia e “buscava captar o espírito de incerteza, dúvida e hesitação que acrescia no exercício filosófico e na ação do homem moderno” (ARALDI, 1998, p.76).

O termo niilismo é conceituado como uma negação, não só dos valores, mas da própria vida ao que se refere ao norteamento da vida das pessoas por um valor que não se concretiza em nossa realidade (ARALDI, 1998).

Nietzsche trata como niilista aquele que direciona a vida para algo imaterial, inalcançável fisicamente, o que incorpora em suas críticas à metafísica cristã e seus valores morais. Definido como platonismo para o povo, o autor trata o cristianismo como um impositor da moral de renúncia e submissão e de desvalorizar a vida em nome de um ideal transcendente (PECORARO, 2007).

Baseando a sistematização de Deleuze (2001), abordaremos o niilismo em quatro formas. A primeira forma, o niilismo negativo, refere-se às críticas da metafísica cristã e ao platonismo em que o homem vislumbra os valores ainda não al-

cançados em vida. O centro da existência ficava fora da vida.

A segunda etapa sobre o niilismo de Nietzsche refere-se ao período moderno, onde renega-se os valores da eternidade quando o autor anuncia a morte de Deus (NIETZSCHE, 2006, p. 129):

O louco saltou no meio deles e trespassou-os com o olhar. “Para onde foi Deus?” - exclamou - “É o que vou dizer! Nós o matamos – vocês e eu! Nós todos, nós somos seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos esvaziar o mar? Quem nos deu uma esponja para apagar o horizonte? Que fizemos quando desatamos esta terra da corrente que a ligava seu sol? Para onde vai agora? Para onde vamos nós? Longe de todos os sóis? Não estamos incessantemente caindo? Para diante, para trás, para o lado, para todas as direções? Haverá ainda acima e um abaixo? Não estaremos errando como num nada infinito? O vazio não nos persegue com seu hálito? Não faz mais frio? Não vêem chegar a noite, sempre mais a noite?”

O niilismo reativo segundo o filósofo, na modernidade o “supra-sensível em geral, que dava à existência do homem um sentido e uma razão, caiu em descrédito, por perder a sua eficácia e a sua função de ancoragem” (OLIVEIRA, 2009, p. 63).

A partir disso, o homem então começa a ocupar a trono vazio de Deus por ideologias e valores do mundo físico em sua busca de sentido. Não há deus, a ciência é insuficiente. Contudo, mesmo com pensamentos céticos, criamos novos ídolos para continuar adorando (DELEUZE, 2001).

A terceira fase, segundo Oliveira (2009), é a de decadência, onde o homem em nada crê e nada cria. No chamado ni-

lismo passivo, a Vontade da Potência se esgota, torna-se conformista com a situação de falta do norte de seus sentidos. Esse estágio é marcado pela fraqueza de se criar novos rumos, novos sentidos. O homem se arrasta, sem a orientação divina e sem resposta da ciência.

A quarta fase, ou niilismo ativo, é considerada como a “condição para se chegar à suprema afirmação da existência” (ARALDI 1998, p. 88). É a partir dela que se apresenta o homem afirmativo que supera a negação dos sentidos, para a destruição dos valores vigentes e criação de novos. Para Nietzsche, era preciso superar a morte de Deus e enxergar o novo horizonte de sentidos a serem criados:

Será que ainda estamos demasiadamente dominados pelas primeiras consequências desse acontecimento? De fato, essas primeiras consequências, contrariamente ao que se poderia talvez esperar não nos parece tristes e sombrias, mas pelo contrário, como uma espécie de luz nova, difícil de descrever, de felicidade, de alegria, de serenidade, de encorajamento, de aurora [...]. (NIETZSCHE, 2006, p. 206)

A partir da divisão das quatro formas de niilismo, o conceito será abordado como processo evolutivo da trama dos personagens e história do filme *Clube da Luta*.

Relações de Consumo do Sujeito Pós-Moderno

As Revoluções Industriais ocorridas a partir do século XVIII introduziram uma era de transformações na sociedade. As relações de trabalho, produção, tecnologia tiveram progressiva evolução e as relações de consumo cresceram em demanda e importância (POLON, 2011, p. 1). O crescimento constante de ofertas de

produtos e as opções de modelos para o mesmo segmento transformaram as relações das pessoas com as mercadorias disponíveis para o consumo.

O mercado dispunha então de alternativas de diversas marcas para o mesmo produto que com os recursos publicitários, entregavam aos consumidores valores agregados à mercadoria, diferenciando-se da concorrência. Logo, os objetos deixam de ser meros utensílios práticos para desempenhar determinada significância, sendo então utilizados como signo de uma sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 2008, p. 151).

A lógica de consumo, segundo Baudrillard (2008), define-se pela manipulação de signos em que o objeto perde sua finalidade final para dar lugar à relação como valor principal. Por isso, a satisfação do consumidor nunca será completa, pois o consumo depende desta negação e do não atendimento de suas necessidades.

Bauman (2008, p. 111) afirma que a síndrome cultural da pós-modernidade consiste na efemeridade das coisas, degradando a sua duração para a elevação do valor da novidade. Nessa perspectiva, os objetos de desejos humanos são determinados pelo ato da apropriação a ser consumido com rapidez, encurtando a distância entre a satisfação de possuir e do descarte. Assim, o ciclo de consumo é sempre renovado.

A lógica econômica da sociedade moderna de aquisição e reprodução de capital social e seu poder de consumo estão ligados à distinção de classes sociais (NORONHA; BARBOSA, 2016, p. 41). Não mais se limita classes sociais pela renda ou capital acumulado. Bourdieu (1983, p. 191) define o capital cultural como um estratificador de classes pelo consumo de obras de arte legítimas, distinguindo as classes e reforçando sua posição na sociedade.

A estratificação social se faz então pelo consumo em níveis quantitativos e qualitativos, onde o fetichismo mercadológico surge para definir as posições de *status quo* de uma sociedade. O consumo transformou-se na moral do mundo contemporâneo (BAUDRILLARD *apud* GIGLIO, 2002, p. 236) e regente da indústria cultural.

Bittencourt (2011, p. 105) aponta as práticas de consumo da sociedade pós-moderna apresentando um novo tipo simbólico para o homem. O *Homo Consumens*, visa “consumir avidamente os bens materiais disponíveis no sistema mercadológico vigente” como uma espécie de dependência da realidade contemporânea. A Sociedade de Consumo introduz esse simbolismo e é a partir dele que será dada a leitura da obra cinematográfica proposta nesse artigo.

Caracterização e posicionamento do *Clube da Luta*

Clube da Luta foi lançado em 1999 como um dos principais filmes do fim daquela década. Usando da técnica narrador-personagem, acompanhamos a história de um executivo de uma seguradora que sofre de insônia e vive à procura de soluções para seu problema. Já no início do filme, o personagem se assume um ávido consumidor de produtos dos catálogos da IKEA, uma multinacional especializada em móveis domésticos. A cena segue com os objetos em sua sala apresentados com recursos de textos inseridos, indicando modelo e valor de cada um, reproduzindo a linguagem dos catálogos de produtos (figura 1). O protagonista fala de sua necessidade de comprar os produtos que via e, após narrar as mercadorias que adquiriu, ele questiona que tipo de porcelana o definiria.



Figura 1 - Mobília do apartamento do protagonista

Fonte: Fight Club, 20th Century Fox, 1999

Procurando tratamento para a insônia, o personagem (o narrador) de Edward Norton começa a participar de reuniões de pessoas com algum tipo de doença, como câncer nos testículos, tuberculose ou al-

coolismo. Os participantes trocam experiências e sentimentos para desabafar. No meio do sofrimento e da proximidade da morte daquelas pessoas, o protagonista encontra um alívio para seu problema com

o sono, chorando junto com desconhecidos que pensam que também estão morrendo.

O enredo do filme introduz na história Tyler Durden, um negociante de sabão de índole duvidosa interpretado por Brad Pitt. Após descobrir que houve uma explosão em seu apartamento, o protagonista se encontra com Durden em um bar,

onde conversam sobre o ocorrido. O personagem principal lamenta pelos objetos e móveis que perdeu, falando sobre estar próximo de sentir completo. Tyler por sua vez o retruca criticando a postura consumista do protagonista, manifestando um discurso de desprezo por bens de consumo, iniciando a linha de pensamento do personagem durante o filme.



Figura 2 - Cena do filme com frase emblemática, mostrando o posicionamento do personagem

Fonte: Fight Club, 20th Century Fox, 1999

A partir da formação dessa amizade o protagonista do filme passa por uma experiência de desapego material e lutas com seu parceiro na porta de bares, que logo se desdobra na formação do *Clube da Luta*, local onde homens brigam entre si para expurgar suas frustrações de sujeito pós-moderno.

Consumo e niilismo na narrativa fílmica

A obra dirigida por Fincher aborda tais assuntos em uma trama crítica aos valores de consumo de sua época. Junto

a isso, observa-se um teor niilista em seu discurso narrativo, destacando a negação dos valores e a busca de novos sentidos.

Sendo um sujeito pós-moderno, o protagonista do filme não se enquadra no modo de vida antigo, guiado por preceitos divinos. O que direciona a vida do personagem é secular. A morte de Deus foi anunciada e o niilismo passivo foi ultrapassado por ele. O filme chega a tratar de religião quando Tyler questiona seu amigo sobre a possibilidade de Deus os desprezar. E se assim for, não há por que se pre-

ocupar. *"We are God's unwanted children? So be it!"* (FOX, 1999).

O modelo de niilismo que inicialmente melhor se enquadra ao personagem de Norton é o reativo. Novos ídolos foram inseridos na sociedade. A morte de Deus é somente aparente. Nietzsche (2006, p.117) entende que "haverá talvez ainda durante milhares de anos cavernas nas quais se mostrará sua sombra – nós devemos ainda vencer sua sombra". A ciência, o antropocentrismo, o entretenimento ou o consumo são meios que se alocam no vazio divino para a guiar os homens.

A narrativa do filme deixa claro que o hábito de consumo faz parte do cerne do personagem. Suas posses integravam a vida do protagonista. Conversando com um policial que investiga a explosão de seu apartamento, ele ressalta a importância que seus bens tinham em sua vida: *"That was not just a bunch of stuff that got destroyed. It was me!"* (FOX, 1999).

Contudo, o personagem de Norton ainda se sentia doente. A falta de sono o debilitava e as posses materiais não mais o satisfazia. Encontrou em uma sombria atmosfera o seu alívio para a insônia. Nas reuniões de apoio à pessoas com alguma doença grave (na maioria terminal), Cornelius, pseudônimo usado pelo protagonista, via no sofrimento pela morte que se aproxima uma espécie de catalisador de seu problema com sono.

É após o primeiro encontro com Tyler Durden e a explosão de seu apartamento que o personagem principal da trama converge para a próxima etapa do niilismo. O relacionamento com o personagem de Pitt evidencia o posicionamento da obra sobre o modo de vida pós-moderno. A negação do sentido do consumo e da posse. A expectativa inalcançável e o sentimento de fracasso.

O filme chega a ser irônico ao acusar a indústria cultural de gerar tais ex-

pectativas na geração dos personagens. Durden é o guia para a transição do protagonista para o niilismo passivo. Os caminhos que os dois começam a fazer é o primal. As violentas lutas entre homens sobrepõem ao fetichismo da cultura capitalista com o clube da luta.

Os protagonistas do filme impõem algumas regras para o funcionamento do clube e as primeiras são emblemáticas: não se fala sobre o clube da luta. Contudo, mais e mais homens se juntam às violentas noites no clube, evidenciando a quebra de protocolo e o surgimento de uma oportunidade para o próximo nível de niilismo. Eles começam então a convocar mais pessoas para seu grupo, uma espécie de exército que inicia uma série de atos de vandalismo. *O Project Mayhem* inicia a fase do niilismo ativo. A superação da passividade pelo estado das coisas, da violência entre iguais pela falta de expectativa.

Podendo ser traduzido como "Projeto Caos", o objetivo de Tyler é instaurar um novo sentido para a sociedade a partir da destruição do que é vigente. O plano é destruir prédios das operadoras de cartão de crédito e suas centrais de informação a fim de apagar o histórico de dívidas de seus clientes, criando assim caos no sistema financeiro e abalar as estruturas de consumo. O narrador por sua vez tenta impedir o prosseguimento do projeto em uma corrida desesperada contra o tempo.

Considerações finais

Assim como as obras de Friedrich Nietzsche que causaram polêmicas em sua época, *Clube da Luta* foi recebido de diversas maneiras entre público, críticos e profissionais ligados à indústria de cinema. Com uma aura sombria e diálogos corrosivos, o filme carrega em sua narrativa a progressão de personagens da geração X diante de seus valores.

O questionamento e insatisfação referente aos ideais de uma época em plena transformação é o motor para a transformação e evolução narrativa dos protagonistas. Pode-se observar semelhante motivação nos textos de Nietzsche referente ao niilismo, onde a negação de valores antigos postulava novos nortes para a sociedade.

Desde a implementação dos processos industriais para a fabricação em massa de produtos, a ascensão da ciência e a rápida evolução tecnológica, a sociedade ocidental se afasta cada vez mais do mundo metafísico. As relações de trabalho, a arte, a educação, a cultura e o consumo se formaram na lógica de mercado, no jogo do poder. Uma geração após a outra criada para ter ou ser para ter.

A transição pelas fases do niilismo feita pelos personagens do filme ilustra o paralelo com as ideias do filósofo alemão, que de uma profunda análise da doença da sociedade ocidental, buscava uma espécie de cura para a libertação do homem frente a ideais metafísicos. Tyler Durden não conseguiu atingir a cura para essa sociedade, mas quis mostrar, assim como Nietzsche, a sua provável doença.

Referências

- ARALDI, C. L. Para uma caracterização do niilismo na obra tardia de Nietzsche. *Caderno Nietzsche*, n. 5, p. 75-94, 1998.
- BAUDRILLARD, J. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BITTENCOURT, R. N. Os dispositivos existenciais do consumismo. *Revista Espaço Acadêmico*, ano X, n. 118, p. 103-113, mar. 2011.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Editora Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- CLUBE DA LUTA. Direção: David Fincher. Produção: Art Linson et al. 20th Century Fox, 1999: 139 min, DVD.
- DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: Rés-Editora, 2001.
- GIGLIO, E. M. *O comportamento do Consumidor*. São Paulo: Thomson, 2003.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005.
- NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Editora Escala, 2006.
- NORONHA, N. S.; BARBOSA, D. M. S. Renda, consumo e centralidade do trabalho na "nova classe média" brasileira. *Revista de Administração Mackenzie*, n. 17, p. 40-54, 2016.
- PECORARO, R. *Niilismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- POLON, L. C. K. Sociedade de Consumo Ou o Consumo da Sociedade? Um Mundo Confuso e Confusamente Percebido. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5., 2011, Cascavel. *Anais (...)*. Cascavel: Unioeste, 2011.
- RETONDAR, A. M. A (Re)Construção do Indivíduo: A Sociedade de Consumo como "Contexto Social" de Produção de Subjetividades. *Sociedade e Estado*, Brasília. v. 23, n. 1, p. 137-160, 2008.
- SADOVSKI, R. Clube da Luta. Um Filme de David Fincher. *Set*, São Paulo, ed. 149, ano 13, n.11, p. 26-32, 1999.

***Índice Geral
(2011-2019, n. 1 a 16)***

Ano 1, número 1, julho 2011

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1>

ARTIGOS

Atores e discursos em Projetos de Autogestão da Moradia em São Paulo

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10333>)

Priscilla Oliveira Xavier

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1.a10333>

Resumo:

A presente investigação pretende analisar manifestações e discursos de agentes envolvidos na produção e usos da cidade em projetos voltados para a construção de habitações por autogestão. Toma-se como evento uma visita a projetos em andamento na cidade de São Paulo. São privilegiadas para análise ações e discursos de moradores, lideranças articuladoras e assessoria técnica. Parte-se da perspectiva de que tais ações e discursos são elementos profícuos para compreensão da questão da habitação autogestionada, seja pela relação entre Estado e a sociedade civil, seja pela relação entre demandantes por moradias e demais articuladores. Apreende-se dessas relações os elementos que potencialmente conferem coesão e/ou distinção entre os grupos, a partir da hipótese de que a natureza das relações se reflete no padrão das habitações, na administração dos conjuntos habitacionais, na sociabilidade da vizinhança e no desenvolvimento do entorno.

A cultura como conceito operativo:

Antropologia, Gestão Cultural e algumas implicações políticas desta última

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10334>)

Caio Gonçalves Dias

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1.a10334>

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo analisar a dimensão operativa – como possibilitador de uma prática antropológica central, a etnografia – do conceito de cultura. Para isso, parte da análise de três autores contemporâneos, Geertz, Sahlins e Barth. A partir dessa elaboração, procura discutir a definição de gestão cultural, dando ênfase para algumas das implicações políticas de suas práticas.

Amereida en Valparaíso: un sueño utópico del siglo XX

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10335>)

Roberto Segre

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1.a10335>

Resumen:

En 1952 se produce un cambio radical en la enseñanza de la arquitectura en la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, por iniciativa del arquitecto chileno Alberto Cruz Covarrubias y el escritor argentino Godofredo Iommi. El nuevo punto de partida se basa en asumir la significación poética de la arquitectura como expresión del talento individual

del creador; así como también de promover la inserción de alumnos y profesores en la realidad latinoamericana. El proyecto arquitectónico se inicia con un acto poético colectivo – llamada phalène –, que concreta la obra en un proceso dinámico y cambiante, sin definir formas y espacios a priori. Así surgieron en 1970 las viviendas y los edificios públicos de Ciudad Abierta Amereida, que materializa la utopía social y constructiva del equipo docente de la Universidad, cuyo proceso de transformación se mantiene hasta la actualidad. En un terreno situado a 30 kilómetros de Viña del Mar, en Ritoque, conformado por colinas y dunas frente al Océano Pacífico, se construyeron en forma aleatoria las ágoras que contienen las actividades sociales al aire libre, algunos edificios para la vida cultural – la sala de música –, un anfiteatro, un cementerio y las casas de los profesores, construidos por ellos mismos con la participación de los alumnos. Su configuración refleja la influencia del Surrealismo y de los movimientos artísticos contestatarios de los años sesenta. La cultura latinoamericana es asumida a través de la herencia cultural latina, una de las principales componentes de la historia regional: de allí, la relación con Virgilio y la Eneida que justificó la denominación de Amereida al conjunto de Ciudad Abierta. Esta experiencia utópica de la segunda mitad del siglo veinte, constituye una contribución importante, al representar un camino alternativo y cuestionador de los movimientos estéticos consagrados en la arquitectura de América Latina.

Financiamento, produção e identidade cultural-corporativa: as empresas culturalmente responsáveis

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10336>)

Elder Patrick Maia

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1.a10336>

Resumo:

O crescimento do interesse das corporações empresariais junto aos projetos, ações e programas culturais deriva da valorização da dimensão propriamente simbólico-cultural no cotidiano das práticas de consumo. Com efeito, com vistas a aproximar a marca dos consumidores e dos demais agentes que compõem a mesma, as grandes corporações cada vez mais investem em ações de cunho cultural. Para tanto, lançam mão dos principais dispositivos legais de financiamento, assim como utilizam recursos próprios para engendrar projetos culturais corporativos, como o Programa Petrobras Cultural e o Programa BNB de Cultura. Esses investimentos instauram novas formas de usos da cultura e impõem novos mecanismos de gestão, que corroboram para a complexificação da gestão institucional da marca. Através desses novos mecanismos, o valor simbólico e econômico de uma marca se aproximam, se cruzam e assumem posições desconhecidas há cerca de duas décadas atrás.

Cartografias conceituais sobre políticas culturais contemporâneas

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10337>)

Deborah Rebello Lima

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1.a10337>

Resumo:

O campo das políticas culturais é um ambiente de estudo e definições variadas. O presente artigo é parte de um processo de pesquisa que busca analisar a gestão

contemporânea realizada pelo Ministério da Cultura do Brasil. O interesse neste trabalho é o de tentar delinear algumas variáveis percebidas nas ações governamentais colocadas em prática nos últimos anos.

Os Filhos de Guilherme Tell: Breve ensaio sobre as gerações artísticas cubanas

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10338>)

Concepción R. Pedrosa Morgado de Segre R. Pedrosa Morgado de Segre

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes1.1.a10338>

Resumo:

Este ensaio é um breve resumo de parte da dissertação do Mestrado em Ciência da Arte, defendida na Universidade Federal Fluminense em 2001. O trabalho faz uma introdução ao estudo das gerações artísticas cubanas, focalizando sua atenção na chamada “Generación de los Ochenta”, que marcou presença no panorama da arte contemporânea nas duas últimas décadas do século XX e se atreveu a questionar os dogmas de um estado projetado até esse momento ante a opinião nacional como perfeito, sem renunciar à identidade com os princípios políticos e sociais defendidos por esse mesmo estado; uma geração que se propôs abrir portas e derrubar muros, e só conseguiu abrir janelas - amplas o suficiente como para focalizar a atenção do povo cubano e do resto do mundo, na ocorrência de um fenômeno artístico que focalizou entre suas principais propostas a discussão aberta de problemas extra-artísticos vinculados à questões sociais e políticas, tendo especial cuidado de não cair nos extremos panfletários ou propagandísticos das obras - entendidos como banalização e corrupção - de suas idéias. Esta Geração teve o perfil do momento histórico que lhe deu origem e sustento, e que ao mesmo tempo, conseguiu conquistar com sua própria voz, a atenção sobre uma outra face da política cubana, partindo dos mitos sobre a formação do “homem novo”, e trouxe à tona, desde novos pontos de vista, a discussão aberta sobre os direitos das novas gerações, nascidas sob o signifiicante da Revolução Cubana.

Ano 2, número 2, Março 2012

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2>

Dialogando/Triangulando a Questão Cultural

Luiz Augusto F. Rodrigues e João Domingues

Rede ∞ 8 Pontos em Cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10341>)

Carta do seminário internacional Panorama da Organização da Cultura da América do Sul (Brasil, 2011)

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10341>

ARTIGOS

El recurso de las ferias: Contrapunteo en torno al surgimiento y devenir de las ferias culturales en la ciudad de Rosario, Argentina pos 2001

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10342>)

Maria Virginia Massau

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10342>

Resumen:

El presente trabajo tiene por objeto reflexionar sobre el surgimiento y devenir de las ferias en la ciudad de Rosario en el marco de la intensificación y proliferación de acciones y estrategias propiamente culturales registradas en la última década y ligadas a los procesos de reconstrucción del horizonte de futuro del conjunto social argentino. Uno de los propósitos es redimensionar la complejidad de dicho proceso a la luz de las experiencias concretas y particulares, las que se presentan como plataformas de construcción de ciudadanía cultural; para desde allí, explorar nuevas conexiones entre cultura, marginalidad, mercado, ciudadanía y política en la actualidad.

Economia criativa: análise setorial

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10343>)

Alessandra Meleiro, Fabio Fonseca

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10343>

Resumo:

A economia criativa tem sido compreendida como uma potencial alavanca para o desenvolvimento de muitas nações, sendo que mais de 60 países já realizam procedimentos sistemáticos de mapeamento do seu setor criativo. Em estágio mais amadurecido encontram-se os países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos, as principais economias européias – com destaque para o Reino Unido - e a Austrália. Porém, mesmo estes ainda vislumbram as perspectivas de expansão do setor, inserindo o tema estrategicamente com papel de destaque em suas agendas econômicas. Países emergentes e em desenvolvimento conseguem ter participações expressivas em áreas específicas. Porém há um vasto território inexplorado de possibilidades, que devem ser objeto de políticas públicas, concebidas e implementadas num ambiente de cooperação internacional, especialmente a chamada Cooperação Sul-Sul.

Funk: experiências de pesquisa em cadeias produtivas da cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10344>)

Elizete Ignácio dos Santos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10344>

Resumo:

Nesta comunicação buscamos compartilhar uma experiência de pesquisa social na área de economia da cultura, com o objetivo de trazer novos elementos para o debate travado neste campo. Assim apresentamos as contribuições que as investigações realizadas com agentes atuantes no mercado do funk carioca nos trouxeram ao mensurarmos os impactos econômicos da produção deste gênero musical na cidade do Rio de Janeiro. Este gênero está intrinsecamente vinculado ao contexto socioeconômico e cultural dos seus artistas e produtores. Porém, e apesar de usarem uma linguagem escrita e musical totalmente referenciada a estes contextos, expandiu-se para além de suas regiões originais, tornando-se conhecido no Brasil e no exterior.

**Consolidación de la Institucionalidad Cultural en Colombia 1968-2011:
un camino hacia el diálogo y participación de la sociedad civil**

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10345>)

Marta Elena Bravo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10345>

Resumen:

La arquitectura institucional cultural colombiana empieza a construirse muy pocos años después del inicio de la República. Este texto hace un corto recorrido por momentos claves de esa institucionalidad, con énfasis en la creación de COLCULTURA en 1968, la formulación de la Ley de Cultura y la creación del Ministerio de Cultura en 1997. A partir de entonces éste es un camino recorrido en las políticas culturales, planes de cultura e institucionalidad que se consolidan en un interesante diálogo con participación de la sociedad civil. Asimismo se referencia un caso reciente local: Medellín “una ciudad que se piensa y se construye desde la cultura”.

¿Cómo hablar de cultura en la universidad?

La gestión de un campo para los Estudios Culturales

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10346>)

Mónica Bernabé

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10346>

Resumen:

Partimos de la complejidad que presenta el vocablo cultura y precisamos el modo en que lo usamos en el momento de formular el proyecto de la Maestría en Estudios Culturales. También argumentamos sobre la importancia de los contextos en el marco de los estudios culturales y las estrategias para establecer conexiones entre sociedad y universidad. De ahí que formulemos una agenda para una discusión de los espacios que ocupa el problema de la cultura en la era del posindustrialismo y la necesidad de revisar los marcos disciplinares que organizan las universidades. A su vez, describimos las conexiones locales y los recursos de la cultura que motivaron la fundación de un nuevo espacio de estudios de posgrado en Rosario, Argentina.

Formação em organização da cultura: a situação latino-americana

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10347>)

Antônio Albino Canela Rubin, Alexandre Barbalho, Leonardo Costa

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2.2.a10347>

Resumo:

O presente artigo aborda como se configura o campo da organização da cultura na América Latina, destacando, em especial, o lugar da formação nesse setor. Após analisar a literatura que discute esse tema no contexto latino-americano e as especificidades brasileiras, apresentaremos os principais dados referentes ao mapeamento que abrange de forma sistemática as mais diversas instituições que trabalham na formação e qualificação em organização da cultura nos mais diferenciados níveis de aprimoramento (atividades presenciais e on-line de extensão, graduação, especialização, mestrado, doutorado etc.) existentes na atualidade brasileira.

Ano 2, Número 3, setembro 2012

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3>

ARTIGOS

A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10349>)

Daniela Gomes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3.a10349>

Resumo:

Este artigo tem como objetivo observar a criação e o crescimento do movimento negro no Brasil e na América Latina a partir da indiferença presente no pensamento da esquerda local, que priorizou em determinado momento a teoria crítica europeia. Esse afastamento por parte da esquerda foi propiciado pelo pensamento de que apenas a extinção do capitalismo seria suficiente para acabar com o racismo, o que se provou infundado. Em contrapartida, o ideal da igualdade social se fez presente na base do movimento negro e margeou muitas de suas conquistas. Utilizo como metodologia a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos e websites.

Você é Sertão? – Marcel Mauss, a Ciência Política e o Sertão de Guimarães Rosa

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10350>)

Flávia Lages

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3.a10350>

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo discutir as visões do personagem lugar “Sertão”, apresentado na obra de João Guimarães Rosa: Grande Sertão: Veredas. Através das possibilidades interpretativas, debatem-se as modalidades simbólicas do Sertão tendo por base a teoria de Marcel Mauss, buscando perceber de que forma o raciocínio pautado neste autor, aplicado ao Sertão – criado e apresentado por Guimarães Rosa –, pode ser utilizado para uma percepção de uma análise política. Restam claras as múltiplas possibilidades interpretativas do personagem-lugar assim como a sua utilidade na reflexão histórico-social da política a partir das ideias e definições de Mana que Mauss criou.

A poética arquitetônica como elemento de resistência cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10351>)

Luiz Carlos Rocha de Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3.a10351>

Resumo:

Este trabalho é um desdobramento de nossa dissertação de mestrado na qual buscamos estudar a cidade de Itaboraí e a poética de seu patrimônio cultural como um viés de formação e/ou desenvolvimento da identidade cultural de seus moradores. Nosso objetivo é investigar as possibilidades intrínsecas ao patrimônio arquitetônico histórico situado na cidade de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, para que ele possa se constituir como um elemento de resistência cultural para os que tenham experiências sensíveis e didáticas com a estética e

a história por ele narradas. Para que a identidade cultural possa se opor à transitoriedade da identificação cultural, é necessário irrigá-la com elementos que transmitam valores para aos indivíduos que sofrem assédios constantes por culturas estrangeiras. A arquitetura, além de ser uma expressão estética, traz consigo o poder de ensinar ao manter viva a história local que permite o conhecimento da constituição do espaço e, em consequência, a formação de vínculos afetivos e identitários com ele, podendo dessa forma se estabelecer um lugar.

O alienígena e o embate entre Veja versus MEC

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10352>)

Adriana Santiago Dantas

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3.a10352>

Resumo:

Este ensaio tem por objetivo demonstrar o embate ocorrido na mídia brasileira por causa da distribuição pelo Ministério da Educação (MEC) de um livro didático para educação de jovens e adultos. Como representante midiática contrária à proposta do livro foi escolhida uma edição da revista Veja. Para análise, foi realizada uma contextualização da Sociolinguística a partir da metáfora do alienígena, representando o argumento do MEC; e a explicitação do argumento da revista Veja que teve como pano de fundo a defesa da “cultura”. A partir desta análise, foram utilizados os conceitos da Ordem do Discurso de Foucault para concluir que o embate representou uma disputa pela “vontade de verdade”, segundo conceitua o autor.

Do Pessoal do Ceará ao Movimento Cabaçal: O “local” e o “global” na música cearense

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10353>)

Jane Meyre Silva Costa

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3.a10353>

Resumo:

Neste artigo me proponho a discutir três movimentos artístico-culturais no campo musical no Nordeste e, especificamente, no Ceará. A “música nordestina” se traduz como uma manifestação cultural de músicos cearenses, caracterizados pelo hibridismo cultural, configurando uma “nova” estética musical, que utiliza uma linguagem plural, realizando a mistura de ritmos. De uma maneira geral, esses movimentos podem significar tanto a busca de uma “identidade local” em meio ao processo de globalização cultural, através do diálogo com a “cultura popular nordestina”, quanto a possibilidade de articular novos sentidos, estilos de vida, valores e comportamentos que estabelecem um diálogo entre a música “local” e “global”.

Formação e profissionalização do setor cultural - caminhos para a institucionalidade da área cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10354>)

Luiz Augusto Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes3.3.a10354>

Resumo:

O texto apresenta diferentes terminologias utilizadas para designar os profissionais que atuam no campo da organização e gestão da cultura, discute suas atuações e conceitua aspectos

do campo cultural. Traz, também, resultados de mapeamento nacional sobre os espaços de formação e profissionalização do setor cultural, em suas diferentes inserções: cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, e cursos de graduação (bacharelados e graduações tecnológicas). Por fim, o artigo detalha o curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense e os caminhos profissionais de seus alunos egressos.

Ano 3, Número 4, março 2013

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4>

DOSSIÊ: Cultura e Territorialidades

ARTIGOS

A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10356>)

Ana Enne

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10356>

Resumo:

Neste artigo, busca-se pensar a relação entre as concepções acerca de um território urbano – no caso, a Baixada Fluminense – e as construções discursivas produzidas na imprensa carioca e brasileira no decorrer da década de 1990. Analisando matérias jornalísticas que têm como objeto a Baixada, é possível perceber um deslocamento de sentidos acerca da mesma, através dos quais os jornais atuam como agentes legitimadores tanto da memória/passado quanto do projeto/futuro acerca da região. Neste sentido, entendemos que a conformação das identidades está fortemente atravessada pela dimensão da cultura, fazendo com que haja um embaralhamento entre as condições físicas e materiais de um espaço e suas apropriações simbólicas, gerando uma luta permanente em torno do imaginário acerca desse espaço enquanto lugar significado.

Por que (,) Suzane? 10 anos depois

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10357>)

Danielle Brasiliense

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10357>

Resumo:

Por que (,) Suzane? 10 anos depois é um trabalho sobre o caso mais famoso de crimes em família no Brasil, o assassinato do casal Marisia e Manfred Von Richtofen ocorrido em outubro de 2002. O objetivo deste artigo é pensar a construção da representação dos crimes de família, do lugar de sustentação da ordem social e do imaginário cultural sobre a monstrosidade do sujeito criminoso, viabilizados pelo discurso midiático. Para isso, será importante pensar a evidência do caso dos Richtofen, o motivo de sua fama e referência quando se trata de violência e barbárie, e também procurar perceber nos ideais da psicanálise as desrazões que provocaram este crime. De que forma este ato de violência e as representações que são feitas sobre ele abalam as estruturas da ordem social? Serão analisados outros crimes de família, semelhantes ao de Suzane, para compreender tais questões.

Desprezando a riqueza aproveitando as respostas.

Diálogos entre cidade, território e cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10358>)

José Maurício Saldanha Alvarez

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10358>

Resumo:

Este artigo analisa a cidade contemporânea e as transformações territoriais e espaciais que sofreu desde os anos 1960 até a atualidade, quando, desde o *cultural turn* e os debates subsequentes sobre a crise da cidade, passaram a vivenciar as experiências ligadas ao *city marketing* e a reordenação dos seus espaços, desde a modelagem de projetos bem sucedidos nos Estados Unidos e na Europa com o fenômeno Barcelona. A reavaliação conceitual e operativa da cidade desde a globalização, quando ela se torna um fenômeno mundial, e os debates travados entre os projetos do poder e empresariais e as utopias dos segmentos menos favorecidos. O papel cultural da cidade e suas estratégias de representação, bem como o território como suporte para a identidade.

Trânsitos, trajetos e circulação dos jovens na cidade

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10359>)

Lívia de Tommasi

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10359>

Resumo:

O texto se propõe esboçar um olhar sobre a temática da juventude que supere as representações dicotômicas (jovens problema–jovens solução, jovens apáticos-jovens protagonistas, jovens estudantes-jovens trabalhadores) e a separação dos tempos do cotidiano em objetos de estudo estanques. No lugar das leituras que separam, encaixam, isolam, classificam, a análise propõe indagar vivências e experiências em movimento, acompanhando os trânsitos, os cruzamentos de fronteiras, a circulação entre os espaços e os tempos, tendo a cidade como lugar da experiência e da experimentação. No cenário da cidade, circuitos e curto-circuitos das vivências juvenis interrogam as categorias de análise colocando a necessidade de uma mudança do olhar que procure, ao mesmo tempo, captar e figurar as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram nos últimos decênios.

O Lugar da Cultura. A Cultura do Lugar

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10360>)

Luiz Augusto Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10360>

Resumo:

Este artigo foca a cultura em sua dimensão contemporânea, explorando a noção de diversidade cultural e contrapondo-a à persistência de certa padronização de valores. Discute referências ao planejamento urbano estratégico que tende a produzir o esvaziamento simbólico dos lugares. Nesta perspectiva, discute noções como lugar antropológico X lugar cenográfico/espetacular. Busca focar a questão do território em sua dimensão antropológica (das práticas), em sua dimensão geográfica (espaço apropriado e subjetivado) e em sua dimensão urbanística (a produção do espaço X recepção e apropriação), com o intuito de discutir as correlações cultura / identidade / sociabilidade / apropriação do território.

A Televisão e a Música Popular Brasileira: Histórias que se entrelaçam

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10361>)

Marildo J. Nercolini

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10361>

Resumo:

A consolidação da televisão no Brasil e a construção e consolidação da Música Popular Brasileira – MPB estão mais conectados do que normalmente se supõe. O que o rádio representou para os cantores nas décadas de 40 e 50, a televisão passou a fazê-lo para a geração de cantores dos anos 60, especialmente através dos festivais da canção e dos programas musicais que buscavam abarcar as diferentes tendências então existentes. Se a televisão valeu-se dos criadores da MPB para conquistar público e firmar-se no mercado; por seu lado, esses criadores-músicos, através da televisão, tornaram-se conhecidos e tiveram suas canções e ideias divulgadas para públicos massivos.

A persistente inscrição da fala da periferia no Movimento Literário Brasileiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10362>)

Rôssi Alves

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes4.4.a10362>

Resumo:

Este estudo propõe-se a refletir sobre o percurso da Literatura de periferia, da sua origem, em São Paulo - nos presídios, comunidades e em outras áreas de exclusão -, até o lançamento da coletânea carioca FLUPP Pensa. Nessa direção, serão apontadas algumas questões caras aos autores iniciais, os caminhos da legitimação, a construção da autoria e o viés adotado pela fala carioca, distinta da produção paulista, já considerada aqui um índice de aceitação e reconhecimento pela crítica e público leitor desse lugar de enunciação. Na medida em que se fizerem necessários, alguns autores, como os da antologia Letras de Liberdade, da FLUPP e o escritor Ferréz serão citados para corroborar algumas percepções.

Ano 3, Número 5, setembro 2013

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2013.5>

RESENHAS

O que é uma cidade criativa - resenha

Maria Bulcão

ARTIGOS

Alegoria para além do gênero

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10365>)

Camila Damico Medina

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2013.5.a10365>

Resumo:

O artigo em questão circula em torno da possibilidade estética da expressão alegórica como movimento para além da linguagem através do seu gesto de dizer o outro. A alegoria, em sua exarcebação e proliferação de significantes e de significados, projeta um terceiro espaço para além da significação. O procedimento exposto encontra sua base argumentativa através da exposição do termo Khôra, visto que é um termo intermitável e interminável, que não acessa de não se inscrever plenamente em nenhum nome, mas que é receptáculo de todos os discursos (por vir). Por ser proliferação infinita de espaços e lugares, a escrita apresentada não pretende encerrar possibilidades à expressão alegórica.

Sweeney Todd:

da Inglaterra para os EUA, um produto eloquente para refletir sobre a dinâmica urbana
(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10366>)

Priscilla Oliveira Xavier

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2013.5.a10366>

Resumo:

Este artigo pretende explorar as relações entre a sociedade e o espaço urbano, a partir de uma leitura sociológica do filme “Sweeney Todd: O Barbeiro Demoníaco da Rua Fleet”, adaptação de uma popular história inglesa, cuja direção é assinada por Tim Burton. Na análise são destacadas a trajetória social da história que inspirou o filme, enquanto um produto cultural, e as características da sociedade e da cidade impressos nessa história, como uma descrição de teor subjetivo de uma conjuntura na qual se instaurava uma nova ordem, inspirando novos hábitos e sensibilidades urbanas. Sobressaem na análise as alegorias dos temores, desconfortos e esperanças da sociedade enxertados em um produto cultural, o qual dialoga de modo peculiar, modificando conforme a conjuntura.

Nova forma de dominação ou cena potente?

Uma análise das relações entre Juventude e Ação Cultural na Periferia Urbana Brasileira
(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10367>)

Vinicius Carvalho Lima

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2013.5.a10367>

Resumo:

O objetivo deste artigo é investigar, a crise da dicotomia centro-periferia associada a emergência de iniciativas culturais na periferia urbana brasileira, estimuladas por políticas do Ministério da Cultura (MinC). A dicotomia centro-periferia desenvolvida na América Latina como uma tentativa de explicar o crescimento acelerado/desorganizado e o lugar das classes populares afastadas da possibilidade de moradia perto do núcleo da metrópole, sofreu diversas mudanças ao longo dos últimos 50 anos. A investigação dessas mudanças e a consideração renovada dos atores sociais, nos leva a notar a emergência de uma produção cultural juvenil periférica e a consequente descompressão do imaginário legado a essas regiões, ligados exclusivamente ao precário em suas variadas dimensões. O que modifica, inclusive, a cena política, com questões e demandas diferentes das tradicionais. Pretende-se aqui analisar a efetividade dessas políticas na reprodução social da “juventude periférica” brasileira, tomando como caso específico a análise sociológica realizada através do contato com jovens de Nova Iguaçu/RJ. O foco central é a produção de

análises que avancem no entendimento do que se modifica e/ou permanece com relação à periferia urbana/juventude nos níveis conceitual e contextual, em sua face progressista e perversa, dado a multiplicação de diferentes expressões urbanísticas e socioculturais nestes espaços das metrópoles.

Lugar: percepções e vivências - estudos de Portugal Pequeno e São Domingos, Niterói
(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10368>)

Heloisa Bueno Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2013.5.a10368>

Resumo:

Este ensaio busca, através da compreensão dos espaços urbanos e seus usos, identificar e entender a cidade como um espaço de encontros, fortalecedor de vivências, formador de identidades e de pertencimento, permeado de sentido e memória, compreendendo o espaço para além da sua construção física e da visão técnico-científica-hierárquica de alguns urbanistas e pesquisadores. O enfoque, portanto, pretende construir uma visão mais humana da cidade indo de encontro aos modelos de cidades “vazias”, cidades cenários, cidades shoppings, enfim, cidade espetáculo, e ao encontro das mais modernas correntes de pensamento sobre o olhar da(na) cidade, que humanizam os estudos sobre elas.

Com base neste fundamento e tendo como recorte a cidade de Niterói, escolhemos como núcleos para esta pesquisa, Portugal Pequeno, pequena faixa litorânea, localizada no bairro de Ponta d’Areia, que teve grande participação na história da formação da Cidade e, em uma análise paralela, trabalhamos também, o bairro São Domingos com foco no espaço circundante à Praça Leoni Ramos, conhecida como Praça da Cantareira, que, assim como o anterior, possui grande valor histórico para Niterói.

Ano 4, Número 6, março 2014

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6>

ENTREVISTAS

Entrevista -- Everardo Rocha

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10370>)

Ana Enne, Gyssele Mendes Pereira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10370>

Resumo:

Em cerca de quarenta anos de vida acadêmica, o professor e pesquisador Everardo Rocha fez dois mestrados, um em Comunicação e outro em Antropologia, um doutorado em Antropologia, lecionou na graduação e na pós-graduação, orientou inúmeros trabalhos monográficos, dissertações e teses, publicou dezesseis livros e dezenas de artigos e capítulos de livros, realizou diversas pesquisas nos campos da antropologia e da comunicação, participou da criação de um Programa de Estudos em Comunicação e Consumo, que hoje coordena, e se consagrou como um pioneiro e a maior referência brasileira nos estudos de antropologia do consumo e mídia, desde a publicação do clássico “Magia e Capitalismo: um estudo antropológico da publicidade”, em 1985. Para falar dessa consagrada trajetória, que

inclui inúmeros prêmios, títulos e homenagens, de sua inserção neste campo, de seu olhar sobre a construção da antropologia do consumo e seu cruzamento com a comunicação, de seus aportes teóricos e os rumos de suas pesquisas atuais, Everardo Rocha nos recebeu para uma entrevista/palestra/bate-papo na PUC-Rio, que, de forma simbólica, abre o nosso dossiê sobre Cultura e Consumo.

DOSSIÊ: Cultura e Práticas de Consumo

Editora: Ana Enne

Consumo, inclusão e segregação:

reflexões sobre lan houses e um comentário sobre rolezinhos

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10371>)

Pamela Passos, Adriana Facina

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10371>

Resumo:

Esse artigo é desdobramento de uma pesquisa de doutorado realizada em lan houses das favelas de Acari e Santa Marta e é também um esforço de reflexão sobre os recentes episódios dos rolezinhos nos shoppings em São Paulo. Pretendemos levantar alguns questionamentos sobre as práticas de consumo das camadas populares e sua relação com os discursos de inclusão social, bem como a visão moralizante voltada para o disciplinamento dos corpos dos jovens de periferias. Para tal, começaremos apresentando um panorama geral do funcionamento das lan houses, estabelecimentos recorrentemente demonizados, analisando os discursos de inclusão social/digital para em seguida tecer algumas considerações do que observamos desses espaços para além de pontos de acesso pago à internet. Por último, analisaremos os rolezinhos e seus impactos sob a ótica do consumo como interação social e da experiência de segregação em alguns dos espaços a ele consagrados.

Tramas do outro nas telas do discurso: circulação audiovisual e consumo cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10372>)

Rosana Soares e Andrea Limberto

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10372>

Resumo:

O artigo analisa articulações discursivas em torno da questão da invisibilidade social, notadamente em documentários brasileiros recentes (*Elena, Cidade cinza, Olhe pra mim de novo*), exibidos em circuito comercial e que, privilegiando uma abordagem referencial e de cunho realista, apresentam certos atores sociais como pertencentes a essa condição. O empenho realista interessa-nos por operar um movimento de afirmação dos sujeitos representados, aprovando-os como se eles fossem, no âmbito do filme e no âmbito da vida, exatamente como mostrados nos filmes. Este tem sido um desafio teórico para os estudos fílmicos desde o estabelecimento da noção de uma sintaxe do visível. Ainda que exista uma barreira lógica para a representação de sujeitos em situação de invisibilidade, isso de nenhum modo tem impedido que ela seja tematizada frequentemente pelo discurso cinematográfico. Tampouco tem impossibilitado que certas políticas da representação operem como marcas sobre determinados sujeitos,

supostamente periféricos, atuando como estandartes de identidades minoritárias nos modos de tornarem-se visíveis em cena.

Comunicação e consumo nas dinâmicas culturais do mundo globalizado

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10373>)

Gisela G S Castro

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10373>

Resumo:

No conjunto dos estudos multidisciplinares que caracterizam o campo da Comunicação, o consumo tornou-se um tema de destaque que tem merecido análises a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Como denominador comum, entende-se que se trata de um vetor central na constituição da experiência contemporânea num mundo crescentemente regido por processos de globalização econômica e cultural. A principal motivação deste artigo é oferecer uma cartografia comentada das principais vertentes dos estudos do consumo nas ciências sociais. Pretende-se desse modo chamar a atenção para essa temática de investigação e dar a conhecer algumas das reflexões no campo ao dialogar com o oportuno tema selecionado pelos editores para este dossiê de *Pragmatizes*, a saber: cultura e práticas de consumo.

Luz, Câmera... Inanição!: os caminhos do consumo em um seriado sobre dois mundos

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10374>)

Carla Barros

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10374>

Resumo:

O objetivo do artigo é compreender de que modo são representados diferentes universos sociais e as relações entre classes no seriado *A Diarista*, exibido pela TV Globo de 2004 a 2007. Na análise das representações que aparecem no seriado – relativas aos mundos dos “pobres” e dos “ricos” – a dimensão do consumo surge como meio privilegiado de expressão de diferenças sociais. O cotidiano da diarista aparece fortemente marcado pelo signo da “carência material”, sendo a personagem penalizada em suas tentativas de ultrapassar barreiras e usufruir do consumo dos “ricos”. Por fim, a análise das representações expressas no seriado é confrontada com um estudo sobre o consumo de empregadas domésticas, onde o papel da empregada se revela como o de mediadora entre dois mundos, permitindo uma “abertura para o consumo” dentro de seu universo social.

Televisão, o futuro será: a consolidação de uma cultura televisiva visualizada nas performances midiáticas e juvenis dos anos de 1980

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10375>)

Marina Caminha

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10375>

Resumo:

Esse artigo tem como proposta por em perspectiva as disputas memoráveis visualizadas nas práticas juvenis de 1980 para apresentar um olhar sobre a maneira como a televisão

tornou-se uma instância importante nas mediações identitárias fabuladas por essas juventudes. Enquanto o houve uma consolidação da cultura televisiva, que estreitava a relação entre consumo midiático e práticas juvenis, as condições singulares por que passava o Brasil, no que se convencionou chamar redemocratização, foram sentidas através da abertura política em conjunto com uma crise econômica que perdurou todo o período até meados de 1990. Nos entremeios desse processo as narrativas juvenis emergiram como uma busca por si a partir de uma releitura dos processos culturais localizados no período da ditadura militar.

“E daí?”, “pronto, falei!”, “confesso”:

artimanhas discursivas de qualificação e desqualificação do gosto e da distinção

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10376>)

Ana Enne

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10376>

Resumo:

Em nosso artigo, pretendemos discutir o uso de estratégias discursivas para justificar determinadas práticas de consumo cultural que tendem a ser deslegitimadas pelo status dominante em termos do que se entende como “bom gosto”. Elegemos as categorias-chave “E daí?”, “Confesso” e “Pronto, falei” como operadoras discursivas deslizantes que permitem a afirmação de um gosto desviante, que, de forma ambígua, acabam também por reiterar lugares fixados de distinção e discriminação. Para realizar a análise do uso de tais categorias, focamos nossas reflexões em exemplos pinçados do universo digital, em especial fóruns de debates, blogs, perfis em redes sociais e comunidades de partilha de gosto no Orkut.

El consumo de libros frente a las nuevas tecnologías de la información.

Reflexiones a partir de los resultados de una encuesta de lectores

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10377>)

Edwin Juno Delgado y Elise Iwasinta

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10377>

Resumen:

La lectura de un libro literario está fuertemente relacionada con la subjetividad de cada uno de nosotros y con el momento en que se lee. Leemos un libro una sola vez, pues si volvemos a leer el mismo libro, no leemos lo mismo, pareciera que el texto fuese otro, la connotación de las palabras otra. Del mismo modo, cada lector construye su propia opinión sobre lo que lee. Entonces cabe preguntarse ¿Cómo y para qué utilizar las opiniones de los lectores en la estrategia de promoción y de venta de un libro? Hoy en día los clubes de lectores, en los que podemos encontrar informaciones, consejos y encuestas, prosperan cada vez gracias a Internet, se han convertido en un “lugar” de encuentro entre los profesionales del libro y los lectores. Este artículo tiene como objetivo entender cómo la Web puede influir en las opciones de lectura literaria y enseguida en la decisión de compra de libros literarios a través de blogs, redes sociales y comunidades de lectores en línea. Gracias a un estudio cuantitativo de 871 usuarios hemos podido establecer un perfil de este nuevo “consumidor de libros literarios”. Esta investigación nos muestra la influencia de los blogs literarios en el consumidor; pero, al tiempo, también revela las limitaciones de la prescripción en línea, y presenta propuestas concretas para los profesionales del libro para utilizar mejor estas nuevas herramientas.

ADVERGAMES: Uma nova forma de fazer publicidade

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10378>)

Luci Mendes de Melo Bonini, Gilbson Fonseca do Nascimento

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10378>

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar um *advergame*, ou game publicitário oferecido ao consumidor que esteja conectado à internet. Os estudos teóricos sobre publicidade na internet ainda estão em processo em construção e a utilização deste tipo de publicidade teve explosão nos últimos anos, mas apesar da ampla propagação da internet, a sua lógica, linguagem e limites ainda não são completamente compreendidos. Os *advergames* apresentam-se como uma mídia híbrida, uma ferramenta promissora para profissionais da área que enfrentam uma crise na publicidade tradicional. A presente análise atenta para o jogo publicitário “O impossível é possível: minha vida de game” da Coca Cola Zero que conta a história de um jovem buscando tempo para poder estar com os amigos e com a namorada. Algumas questões emergem neste percurso: de que forma o ciberespaço tem sido utilizado para novas plataformas e linguagens publicitárias? Em que medida as narrativas dos games atuais se parecem com as narrativas dos romances na construção do herói? Como os processos sógnicos são construídos para a identificação com o público-alvo no *advergame* objeto desta pesquisa? Os autores que norteiam este trabalho são: Bakhtin (1997); Castells (2001); Santaella (2002 e 2005); Jung (2008), Correia e Pereira (2009); Nesteriuk (2009); Santaella e Feitoza (2009); Novak (2010); McGonigal (2012); Santaella e Nöth (2012); Mlodinow (2013). Os resultados iniciais nos conduzem a uma compreensão do uso contínuo da referencialidade cotidiana do consumidor jovem, que é um cidadão comum imerso no mundo pós-moderno que tem como o vilão o tempo. A narrativa presente se entrelaça no mundo onde a Coca Zero está inserida para ajudar o cidadão (herói) e instaurar uma realidade em que a felicidade está sempre presente.

ARTIGOS

Antes da Economia Criativa vem a Economia da Cultura: a arte, brasileira, de colocar o carro à frente dos bois

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10379>)

Manoel Marcondes Machado Neto, Lusia Angelete Ferreira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10379>

Resumo:

A partir de todo o trabalho envolvido na produção do livro “Economia da Cultura: contribuições para a construção do campo e histórico da gestão de organizações culturais no Brasil”, chamou a atenção dos autores a reincidência – de 1920 a 2010 (período que o estudo abrangeu) – dos mesmos erros. Não há falhas novas, mas sempre os mesmos velhos vícios crônicos: vai-e-vem político, fortalecimento e enfraquecimento cíclicos de ideias e organizações, mobilização e desmobilização de setores inteiros, além da aguda dependência do Estado, nas três esferas: federal, estadual e municipal. Com isto, não se criou uma mentalidade empresarial, não se criou oportunidades ou se amparou quem se dispusesse a correr os riscos de empreender. Nossa produção artístico-cultural é rica (e até reconhecida internacionalmente como das melhores, em alguns gêneros), mas absolutamente irrelevante do ponto de vista econômico, como, aliás, demonstraram em palestra realizada no Centro

Cultural da UERJ, em 2011, dois economistas dedicados ao universo do livro e das artes plásticas, George Kórnis e Fábio Sá Earp: “o Brasil detém 2,7% do PIB mundial; 1% do comércio internacional e, apenas, 0,25% do mercado de artes”.

“Cidadania: a gente vê por aqui?”

‘Pedagogia midiática’ e hegemonia no Brasil contemporâneo

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10380>)

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10380>

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de cidadania midiaticamente construído, tendo como objeto as Organizações Globo (ou Sistema Globo de Comunicação), maior grupo de comunicações do país e um dos cinco maiores do mundo. Os esforços concentram-se na construção de um arcabouço teórico-analítico, a partir dos conceitos gramscianos de hegemonia e sociedade civil, que permita uma reflexão crítica acerca dos meios de comunicação, notadamente a grande mídia, e seu papel decisivo enquanto aparelho privado de hegemonia que forja, reproduz e legitima interesses de classe, “educando” ideológica e culturalmente as diversas classes e frações de classe da sociedade civil. A hipótese central do trabalho é a defesa de que a visão de cidadania difundida pela *Globo* corresponde ao projeto liberal de sociedade. Entendendo o liberalismo como um modo de interpretar e construir a realidade social, em outras palavras, como uma ideologia que possui materialidade, elencamos no texto algumas de suas características, legitimadas pela *Globo* em suas diversas formas de atuação.

Capitu: A cultura híbrida e a liquidez pós-moderna em um olhar

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10381>)

Claiton César Czizewski, Anderson Lopes da Silva

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10381>

Resumo:

Este trabalho apresenta a microssérie *Capitu* (2008), exibida na Rede Globo, a partir de dois vieses: a hibridização da cultura e a liquidez pós-moderna que envolvem os bens simbólicos e midiáticos atuais. A discussão apresenta uma análise desta ficção seriada televisiva e, traz como conclusão, a ressignificação de variados elementos do campo estético e da cultura televisiva.

Despindo Anna Karenina

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10382>)

Amilcar Almeida Bezerra, Ana Paula Celso de Miranda

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.6.a10382>

Resumo:

O objetivo desse trabalho é contribuir com a compreensão da dinâmica de consumo no contemporâneo com a análise dos processos midiáticos como fonte de (re/des)construção da identidade de marca a partir da apropriação dos significados na narrativa dos

personagens, proporcionando ao espectador uma projeção por idealização. Neste estudo foi utilizado o filme Anna Karenina, vencedor do Oscar de melhor figurino em 2013, para apresentar uma abordagem metodológica para análise do vestuário como instrumento da narrativa cinematográfica e como esta pode ser apropriada pela narrativa das marcas utilizadas no processo de adensamento de seus sentidos.

Ano 4, Número 7, setembro 2014

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7>

DOSSIÊ: Direitos Culturais

Editor: Mário Pragmácio Telles

Um panorama das constituições brasileiras: o tratamento dado aos direitos culturais

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10384>)

Ana Lúcia Aragão

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10384>

Resumo:

A partir do resgate histórico/político das constituições brasileiras, tendo como foco o tratamento dado à cultura em todas elas, discute-se a ideia de efetividade do texto constitucional, e a teoria do neoconstitucionalismo. Do exame de todas as constituições brasileiras, se percebe que somente a atual, de 1988, traz em seu texto os direitos culturais, ao tempo em que amplia o conceito de cultura, tratada não só como arte, mas como modos de fazer, viver e criar, destacando ainda os grupos formadores do povo brasileiro. Nesse sentido é que se busca, também, o percurso das políticas culturais no país, onde se observa que, apesar do texto constitucional, somente a partir de 2003, os discursos do governo demonstram preocupação em tratar a cultura a partir do viés dos direitos, trazendo para o Estado obrigações e para os atores uma posição mais emancipatória.

Direitos culturais e políticas públicas de cultura: possíveis intersecções

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10385>)

Giuliana Kauark

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10385>

Resumo:

O objetivo deste artigo é compreender as intersecções entre direitos culturais e políticas públicas de cultura a partir do exercício de aproximação entre as disciplinas do direito e das políticas públicas. Primeiro, partiremos da relação entre os chamados direitos sociais e as políticas públicas. Na sequência traremos uma concepção de políticas culturais como uma de vertente das políticas sociais para assim justificar a relação entre políticas públicas de cultura e direitos culturais. A análise baseou-se na literatura existente sobre políticas públicas como um campo multidisciplinar além de leituras sobre teoria do direito. Concluímos que os direitos culturais devem ser tratados como objetivos, como fins das políticas culturais desenvolvidas em nosso país. Pensar as políticas públicas de cultura também como campo multidisciplinar é reconhecer a importância do papel do Estado em efetivar os direitos culturais já positivados e outros que venham a surgir.

O paradoxo do direito de autor na legislação brasileira

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10386>)

Eduardo José dos Santos de Ferreira Gomes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10386>

Resumo:

O presente artigo tem como proposta refletir sobre o sistema de propriedade intelectual e de direitos autorais, o direito de autor nas músicas e algumas teorias da ciência cultural, sugerindo um paradoxo: o direito de autor é um monopólio estatal que garante a remuneração autoral em contrapartida da publicação da obra, efetivando o acesso à cultura; entretanto, algumas práticas da indústria fonográfica brasileira promovem a desvirtuação do direito de autor, que o distancia de sua *ratio legis*.

**Sistemas municipais de cultura:
caminhos possíveis para o exercício dos direitos culturais?**

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10387>)

Fernanda Laís de Matos, Vânia Maria Andrade Brayner Rangel,

Cristina Maria do Vale Marques

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a103>

Resumo:

O presente artigo apresenta como tema a garantia dos direitos culturais por meio da instituição de Sistemas Municipais de Cultura (SMCs), no âmbito da proposta do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A pesquisa analítico-descritiva teve como base a inauguração, pela Constituição Federal de 1988, de paradigmas, como o da inclusão do Município na organização governamental brasileira e o do reconhecimento da fundamentalidade dos direitos culturais. Por meio da apresentação da proposta de estruturação, institucionalização e implantação de SNC, partiu-se para a análise da natureza das políticas públicas de cultura que darão base para os sistemas municipais e do conceito de autonomia federativa. Concluiu-se que, na autonomia municipal, podem ser encontradas justificativas para diferentes níveis de desenvolvimento dos SMCs.

**Turismo Cultural, Memória Social e Direitos Culturais:
a região serrana capixaba redescoberta**

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10388>)

Marcos Teixeira de Souza

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a103>

Resumo:

Potencialmente relevante para o desenvolvimento de uma nação, o Turismo salienta o aspecto cultural e social em uma região. Neste contexto, é importante valorizar as festas capixabas como uma expressão e um direito cultural.

DOSSIÊ EBPC

Em busca da institucionalização: a adesão ao sistema nacional de cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10389>)

Alexandre Barbalho

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10389>

Resumo:

Apresente reflexão objetiva perceber a receptividade dos governos estaduais e municipais ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) implementado pelo Ministério da Cultura. Tal problemática se coloca na medida em que a participação dos entes federados é por adesão e prevê a participação dos mais diversos agentes sociais. Interessa acessar os discursos produzidos por esses agentes com o intuito de estabelecer algumas considerações qualitativas sobre suas participações. Para tanto, analisamos um conjunto de 234 notificações na internet sobre o SNC recolhidas entre 01 de setembro e 23 de novembro de 2013. A partir dos discursos analisados, conclui-se que houve em torno do SNC um processo de hegemonização, ou seja, de construção de uma ampla identidade social com essa política cultural, tendo o Ministério da Cultura como agente principal na articulação das diferentes posições de sujeito.

Referências de um processo em construção:

O Programa de Formação e Qualificação Cultural no Estado do Rio de Janeiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10390>)

Cleisemary Campos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10390>

Resumo:

Relatos e reflexões a partir das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura, e o processo de formação de gestores públicos e agentes culturais no estado fluminense. A importância da formação dos trabalhadores culturais para o desenvolvimento da cultura.

A Potência da linguagem simbólica

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10391>)

Liliana Fiuza Magalhães

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10391>

Resumo:

A relação entre o avanço do papel das instituições culturais no país, especificamente dos centros culturais e museus, e o amadurecimento das práticas de gestão cultural é abordada a partir do questionamento sobre como essas práticas têm se desenvolvido no sentido de ativar os arranjos criativos e o desenvolvimento local.

A partir de uma visão sobre o impacto da mentalidade investidora - seus propósitos e objetivos - nos processos de produção das iniciativas culturais nos últimos 20 anos, o artigo desperta para a potência estratégica da cultura e de seu valor simbólico na sociedade do conhecimento diante do desafio de estar em sintonia com as transformações sociais. Ao citar modelos que foram apontando as novas tendências, alerta sobre a urgência de definições mais claras para os papéis, as funções e objetivos

dos modelos de gestão agora em voga e para a consequente necessidade de criação de metodologias específicas que sejam capazes de adotar uma atitude de desenvolvimento do setor da economia criativa. Caracteriza as moedas de troca entre o interesse do investidor e a resposta da gestão cultural até agora, desperta para a tendência dos interesses dos agentes transformadores e empreendedores hoje e exemplifica como as qualidades e capacidades da cultura podem de responder a essa demanda na conexão com outros setores da sociedade. Apresenta em seguida um conceito de gestão empreendedora com um relato da implantação de uma instituição cultural que estabeleceu suas premissas centradas em promover inovação para própria cidade – pautadas por princípios éticos – resultantes de estudo e investigação permanentes do meio artístico-cultural e em sintonia com as tendências de comportamento, mercado, consumo, mídia e comunidade.

Descreve a sequência de providências necessárias a uma atuação própria e legítima de instituição do terceiro setor para ser agente de mudanças. As múltiplas interseções estabelecidas entre os atores sociais permite compreender o fôlego multiplicador do modelo de gestão em parceria adotado e para exemplificar, descreve como uma mostra de arte eletrônica pode ser muito mais que uma iniciativa de exibição de um projeto cultural, pode ser um fio condutor de um movimento cultural de integração e de arranjos criativos. A dinâmica de desenvolvimento é apresentada com enfoque na nova mentalidade criada com as metodologias de gestão da iniciativa, de modo a corresponder às características da produção da arte contemporânea. Os resultados das iniciativas realizadas com os vários setores produtivos são descritos, bem como seus impactos de inovação. Para finalizar, é feita uma reflexão sobre a importância da criação de novos parâmetros e métodos de gestão a partir de uma atitude que potencialize a força transformadora da cultura.

Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10392>)

Lia Calabre

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10392>

Resumo:

As políticas culturais no Brasil somente se tornaram efetivamente objeto de estudos acadêmicos a partir dos primeiros anos do século XXI. A cultura é um tradicional objeto de trabalho acadêmico, em especial em estudos da antropologia, ou da sociologia, ou ainda formando outros subcampos de conhecimento como o da história cultural, da geografia cultural e da própria antropologia cultural, só para citar alguns exemplos. Algumas das mudanças de análise que ocorreram nas últimas décadas estão ligadas aos novos papéis atribuídos à cultura, mais especificamente, nas sociedades contemporâneas. A proposta deste artigo é a de mapear e analisar, de maneira amostral, algumas das tendências recentes presentes nos estudos acadêmicos sobre políticas culturais. Como essa área está sendo configurada? Em que campos do conhecimento tal problemática vem sendo trabalhada? Em que regiões do país esses estudos mais se evidenciam?

Territorialidades da Cultura Popular na Cidade do Rio de Janeiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10393>)

Jorge Luiz Barbosa

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10393>

Resumo:

Territorialidades da Cultura Popular na Cidade do Rio de Janeiro

ARTIGOS

“A sociedade envelhecida, diante da reprodução social e a ação contra hegemônica”

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10394>)

José Bernardo Enéias Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10394>

Resumo:

A sociedade está em mutação, influenciada, dentre outros, por fatores decorrentes do Progresso tecnológico; A globalização e o envelhecimento da população. Os novos paradigmas nos levam a abrir um imenso leque de pesquisa sobre o contemporâneo, todavia o que mais estimula é fazer um exame sobre a sociedade envelhecida, frente ao aumento da expectativa de vida da humanidade e a opção das mulheres em diminuir a fecundidade. A população amadurece e ao longo das próximas décadas, o mundo deverá estar preparado para adaptar-se a esse processo de envelhecimento.

Nesse texto, a nossa análise terá dois rumos, primeiro as atitudes preventivas de nossos governantes, frente as questões das políticas públicas e, segundo, a Reprodução social desses idosos, para a sua sobrevivência e qualidade de vida.

A Reprodução Social, para esse estudo, é a dinâmica do modo de produção necessários a sobrevivência do indivíduo idoso na sociedade e, através da sua consciência transformadora da natureza, modificar a sua própria realidade. O conhecimento, as novas competências e a autonomia empreendedora, passam ser condições importantes nesse processo.

O produtor cultural e a formalização de sua atividade

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10395>)

Sandra Pedroso

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10395>

Resumo:

Funções do produtor cultural tomando por base a formalização da atividade frente ao Ministério do Trabalho e ao mercado cultural. Novos caminhos propiciados pela formalização da profissão, a formação profissional e o conhecimento diferenciado.

De Ênio para Herberto, do INL para a Civilização

– Ensaio sobre as redes intelectuais e publicação de livros na Ditadura (1970-1981)

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10396>)

Mariana Tavares

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2014.7.a10396>

Resumo:

Esta pesquisa pretende identificar as ações definidoras das políticas de edição do Instituto Nacional do Livro (INL) e, a partir delas, levantar e mapear os conflitos e alianças intelectuais que existiram entre os indivíduos que compuseram os quadros do referido instituto. Neste artigo, adota-se um capítulo peculiar da história do Instituto Nacional do Livro. A narrativa aqui empreendida será contada por meio das relações de negociação tecidas entre editores e diretores do Instituto Nacional do Livro, sobretudo, Ênio Silveira e Herberto Sales. Empregaremos, nesta análise, o uso de correspondências e pareceres institucionais que funcionam como instrumentos de compreensão das complexas redes intelectuais, definidoras das políticas de edição, publicação e circulação de livros durante a Ditadura Civil-militar, mais especificamente, entre os anos de 1971-1980. O que este trabalho pretende é evidenciar de que maneira as negociações também fizeram e fazem parte do universo da política e, sobretudo, destacar que as posições partidárias de “esquerdas e direitas” têm também pontos de interlocução e não somente de oposição.

Ano 5, número 8, março 2015

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8>

DOSSIÊ: Políticas Culturais na América Latina

Editores: Deborah Rebello Lima e Luiz Augusto F. Rodrigues

Desculturalizar a cultura - Desafios atuais das políticas culturais

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10398>)

Victor Miguel Vich Flórez

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10398>

Resumo:

O presente artigo combina a reflexão acadêmica com a proposta política. Retoma a pergunta sobre a importância das políticas culturais e tem como objetivo fundamentar uma nova resposta. Sustenta que as políticas culturais não podem concentrar-se unicamente na pura organização de eventos. Mas além do fomento à produção cultural, do estabelecimento de melhores mecanismos para sua circulação e de dirigir-se a públicos diferenciados, o ensaio aposta numa política cultural que aponte a desconstrução dos imaginários hegemônicos, vale dizer, à intenção de intervir naqueles sentidos comuns que se encontram profundamente arraigados nos hábitos sociais. Se o capitalismo contemporâneo embasa boa parte de seu poder na dominação simbólica, este ensaio entende que os símbolos da cultura em geral são igualmente um lugar de resposta.

Políticas Culturais e Território na América Latina:

Diálogos conceituais entre Néstor García Canclini, Rodolfo Kusch e Milton Santos

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10399>)

Juan Ignacio Brizuela, José Márcio Barros

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10399>

Resumo:

Começamos este artigo com uma recapitulação, em três momentos, do conceito de políticas culturais elaborado por Néstor García Canclini. Destacamos três textos (e contextos) que

entendemos serem chaves no desenrolamento conceitual deste autor no campo das políticas culturais. O primeiro é o artigo “Políticas Culturais na América Latina”, publicado em português em 1983. O segundo momento aparece na introdução à coletânea “*Políticas Culturales en América Latina*” de 1987, onde García Canclini registra a sua primeira sistematização conceitual mais densa. E finalmente, um terceiro texto em “*Definiciones en transición*”, de 2001, onde são acrescentadas algumas questões inéditas ao conceito de 1987, incluindo categorias de análise sócio-espacial como geocultura e o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais mais recentes. Considerando estas mudanças conceituais, dialogamos com dois pensadores latino-americanos que nos ajudam a relacionar, desde diversos campos do conhecimento, geocultura, território e políticas culturais: Rodolfo Kusch e Milton Santos. Interessa-nos refletir sobre a atualidade destas construções conceituais, buscando contribuir com o estudo das políticas culturais contemporâneas no contexto latino-americano. Para concluir, registramos distintas experiências realizadas por estudiosos contemporâneos da região no intuito de continuar discutindo as relações possíveis entre território e políticas culturais na América Latina.

Análisis de programas nacionales de Extensión Universitaria en América Latina: hacia la Inclusión y la Ciudadanía Cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10400>)

Ahtziri Molina Roldán, Aldo Colorado Carvajal, Shaila Barradas Santiago, Patrick Fowler

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10400>

Resumen:

Históricamente, la Extensión Universitaria ha tenido un papel primordial en el desarrollo de los vínculos de la universidad con la sociedad; sin embargo, las nociones que se tienen acerca de ésta función sustantiva son amplias, ambiguas, confusas e incluso contradictorias y por lo tanto, la Extensión no ha podido alcanzar el mismo nivel de consolidación que la otras dos funciones sustantivas de las Instituciones de Educación Superior: la Investigación y la Docencia. La concepción de las políticas universitarias y tareas a desarrollar desde esta área tienen un carácter singular, pues la Extensión se concibió con un fuerte compromiso social de las Instituciones de Educación Superior con las comunidades que las sustentan. Sin embargo, en la actualidad, la Universidad se ha posicionado como figura hegemónica del conocimiento, dejando poco margen para el aprendizaje de lo que las comunidades aprenden en su vida cotidiana. Por estos motivos consideramos necesario cuestionar los objetivos, las actividades, los actores y el sentido que esta función tiene. Este artículo busca hacer una revisión comparativa de los elementos y modos de proceder fundamentales de las políticas nacionales de la Extensión Universitaria en cinco países del continente: México, Argentina, Brasil, Colombia y Venezuela. Estas políticas serán analizadas a la luz de los conceptos de ciudadanía cultural y democratización del acceso a los conocimientos universitarios –noción que trasciende la de ampliación de la matrícula–, las cuales se consideran como posibles motores para la construcción de modelos de Extensión Universitaria más incluyentes en la producción y reproducción del conocimiento social generado con y desde las Instituciones de Educación Superior.

O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: reflexões iniciais para construção de tipologias

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10401>)

Clarissa Guajardo Semensato

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10401>

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Resumo:

O surgimento dos observatórios de cultura e políticas culturais é um fenômeno recente, e cada vez mais tem crescido o número desse tipo de organismo. Apesar desse fato, é escassa bibliografia a respeito dos Observatórios de Cultura e Políticas Culturais. Algumas poucas informações já foram levantadas a respeito daqueles existentes na Europa, porém, pesquisas sobre esta temática na América Latina ainda são carentes, a despeito do fortalecimento do fenômeno nessa região. Na iniciativa de amenizar a carência de informações, este estudo é uma pesquisa exploratória sobre os Observatórios de Cultura e Políticas Culturais existentes na região. O objetivo deste artigo é mapear os observatórios que se propõem a cobrir a temática cultura e políticas culturais, existentes no Brasil, Chile, Argentina e Colômbia, com foco no Brasil. Através da identificação do que eles declaram como responsabilidades e missão, bem como suas fontes de financiamento, pretende-se colaborar com a construção de tipologias. Estas, por sua vez, devem fomentar reflexões que darão base para a criação de novos observatórios, bem como para reflexões sobre o fazer daqueles já existentes.

As culturas populares nas políticas culturais: uma disputa de sentidos

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10402>)

Alexandre Barbalho, Jocastra Bezerra

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10402>

Resumo:

O objetivo deste artigo é compreender os usos da noção de “cultura popular” presente nos documentos do Ministério da Cultura (MinC) no governo Lula. Tal recorte se impõe quando se constata que, a partir de 2003, a defesa e a promoção das culturas populares se fazem por meio de novas questões e de uma ampliação conceitual que envolve o patrimônio (material e imaterial), as identidades (no plural) e a diversidade cultural brasileira. A pesquisa documental, bem como depoimentos de agentes envolvidos no processo, compõem o corpus, para cuja análise utilizamos, principalmente, o aporte teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Políticas culturais, processos semióticos:

a bandeira e a festa do divino em Mogi das Cruzes, São Paulo

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10403>)

Luci Mendes de Melo Bonini, Marcia das Dores Cunha Alves Valim,

Rosália Maria Netto Prados

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10403>

Resumo:

Este artigo trata de uma análise semiótica da Festa do Divino de Mogi das Cruzes, para uma reflexão sobre processos de significação e cultura. Assim como em outras partes do continente latino-americano, na região do Alto Tietê, em Mogi das Cruzes, a Festa do Divino é um elemento significativo na constituição do patrimônio cultural. É, sem dúvida, um dos sistemas simbólicos que constituem o processo de identificação do mogiano, mesmo para aqueles que, por questões religiosas ou outras, não aceitam ou participam desta festa. Propõe-se um estudo dos discursos, mais especificamente da produtividade discursiva da festa, à luz da Semiótica do Discurso, e seus efeitos de sentido, para a

constituição do sujeito no contexto das políticas culturais locais. Selecionou-se a Bandeira do Divino, um texto não-verbal, para uma análise das relações intra e interdiscursivas.

RESENHAS

O esvaziamento da cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10404>)

Andressa Paula de Andrade

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10404>

Resumo:

O presente trabalho abarca a análise da obra “A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura” de autoria de Mario Vargas Llosa em que o mesmo traça uma análise da sociedade hodierna em que a cultura já não assume a relevância que anteriormente possuía, visto que no momento atual, a finalidade é a diversão e o entretenimento. Outrossim, argumenta que o fato de ocorrer um intenso progresso nas ciências, na educação e na tecnologia, isso não vem acompanhado de um nível maior de cultura. Enfim, a finalidade atual da “cultura” é somente salvar do tédio.

Resenha Desculturizar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10405>)

Mónica Bernabé

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.8.a10405>

Resumen:

Desculturizar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política. Víctor Vich. Buenos Aires, Siglo XXI editores, 2014., 136 páginas.

Ano 5, Número 9, setembro 2015

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9>

DOSSIÊ: Construindo identidades en las Américas: Interpelaciones desde la(s) Cultura(s) y la Gestión Cultural

Editoras: Marcela A. País Andrade e Ahtziri Molina Roldán

O sistema nacional de cultura e seu desenho cooperativo

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10408>)

Clarissa Guajardo Semensato, Deborah Rebello Lima

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10408>

Resumo:

O objetivo deste artigo é discorrer sobre o caso brasileiro como um exercício e esforço de maior diálogo entre diversas esferas de governo e grupos sociais. O interesse é analisar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), entendendo-o como uma construção coletiva, como uma política que se abre à participação de outros entes (estados, municípios e sociedade

civil). Mais do que um Sistema fechado, extremamente focado da estrutura de atuação, acredita-se que o SNC se baseia na diversidade da cultura e na necessidade de se pensar um arcabouço que dê conta de múltiplas demandas.

Identidad cultural y desarrollo urbano: ¿proyectos engañosos?

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10409>)

Luiz Augusto Rodrigues

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10409>

Resumen:

La investigación - cuyos resultados parciales presenta esta ponencia- desarrolla ideas sobre la construcción y consolidación del Camino Niemeyer, atracción turística en Niteroi, ciudad del Estado de Rio de Janeiro, Brasil. Tengo el objetivo de evaluarlo como un gran proyecto de desarrollo urbano (GPDU) viendo sus implicaciones socio-culturales en la ciudad. En general, la investigación busca seguir manifestaciones culturales tengan una fuerte capacidad de atraer turismo y evaluar cuál es su capacidad (o no) para fortalecer el desarrollo local. Uno de los principales desafíos de las políticas culturales, sobre todo en Brasil, es fortalecer la dimensión económica de la cultura, sin perjudicar sus dimensiones simbólicas y ciudadanas. Con el turismo cultural como motivo, en esta propuesta se puede observar el fortalecimiento de la dinámica económica sostenida por los valores culturales simbólicos y ver como tales intervenciones urbanas activan (o no) las prácticas de sociabilidad. La metodología de investigación consiste en el trabajo de campo, observación participante, entrevistas y noticias en periódicos. Los proyectos de consolidación de esta ciudad tan fuertemente marcada por los diseños del arquitecto Oscar Niemeyer son recurrentes en la planificación urbana y turística del municipio de Niterói, lo que creemos que fortalece la consolidación de nuevos valores identitarios asentados en iconos urbanos modernos.

El arte latinoamericano a través de la curadoría: políticas de representación y modos de inserción

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10410>)

Pablo Salvador Berríos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10410>

Resumen:

El siguiente trabajo se refiere a la construcción conceptual del arte latinoamericano que se realiza a partir de la estructuración de la curadoría contemporánea, como modo particular de discurso artístico. Así, esta presentación está dividida en dos partes: la primera responde a una breve exploración genealógica de la curadoría y su ligazón con las condiciones de producción mundializadas del capitalismo contemporáneo que permiten su ascenso en el campo artístico globalizado. La segunda parte analiza de manera general la puesta en circulación del arte latinoamericano mediante la representación curatorial, la que genera nuevas forma de comprensión e inserción del fenómeno artístico latinoamericano en la escena global.

Museus e projetos culturais: um estudo sobre a aderência de indicadores de desempenho à função social da instituição

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10411>)

Elizabete Castro Mendonça, Luis Antonio do Nascimento Neco, Nilcemar Nogueira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10411>

Resumo:

Muitos dos editais lançados, no Brasil, exigem vinculação entre preservação de bens culturais e indicadores de desempenho alinhados a metas que visam à gestão e sustentabilidade. No caso dos museus, compreendidos nas atuais políticas públicas como instituições com potencialidades de geração de renda, um dos debates recai sobre se existe e quais as possibilidades de sua total sustentabilidade sem afastar sua função de contribuir para o desenvolvimento sociocultural e econômico da comunidade do entorno. Nossa proposta é analisar potencialidades e dificuldades encontradas pelo Centro Cultural Cartola/Museu do Samba Carioca para equalizar sua missão institucional, o atendimento às exigências para aprovação de projetos culturais e a comprovação das metas e indicadores alcançados, visando explicitar: 1. se os editais na prática aplicam as propostas encaminhadas pelas Políticas Públicas setoriais de Museu e de Patrimônio Imaterial que se propõem a legitimar as demandas das comunidades; 2. se a configuração dos indicadores de desempenho apresentados nos editais é alinhada à meta de retorno social de interesse da comunidade de sambistas e se reflete os resultados socioculturais e econômicos alcançados pelos projetos. Cientes de atualmente os editais são uma das principais fontes de recurso, analisar e explicitar tais questões é um fator relevante podendo contribuir para a democratização e valorização de conhecimentos culturais.

Gran Chaco, percepciones de la imagen

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10412>)

Belén Azarola

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10412>

Resumen:

En el presente trabajo me propongo indagar sobre las percepciones de diversos actores sobre la serie “Aborígenes del gran Chaco” de la fotógrafa Grete Stern, haciendo puerto en una categoría en uso del campo registrado, la estética. Buscaré asimismo reflexionar sobre el lugar que estos actores asignan a la serie en la totalidad de la producción artística de Stern dando cuenta, a lo largo del recorrido, de ciertas cuestiones de la subjetividad de la artista que resultan significativas. Para ello, tomaré en cuenta algunas particularidades históricas que permiten situar esta producción en un contexto más dilatado, el de la fotografía de comunidades indígenas en la Argentina, reconociendo ciertas rupturas con modos anteriores de fotografiar al indígena. Metodológicamente, el trabajo se basa en la investigación etnográfica con observación participante, el registro de conversaciones informales así como de entrevistas semi-estructuradas realizadas en múltiples puntos de la ciudad de Buenos Aires a lo largo de cuatro meses.

América se hurga el ombligo

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10413>)

Luis E Arevalo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10413>

Resumen:

“América se hurga el ombligo” examina el diálogo a distancia que sostienen los autores modernistas y real-maravillosos para formular un algoritmo que racionalice la respuesta

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

americana frente a la dilución, asimilación y coacción de las identidades locales con que nos regala la globalización. El ensayo se compone de tres secciones. La primera contiene una descripción de los aportes modernistas a la construcción de una identidad continental y sus contradicciones; la segunda, los esfuerzos de los autores real-maravillosos por refinar un nuevo perfil del latinoamericano a partir de la propuesta modernista; finalmente, la tercera sección propone ejemplos de aplicación del principio rector ofrecido por los autores real-maravillosos.

Tres visiones del concepto de identidad cultural en la reflexión acerca del arte latinoamericano.

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10414>)

Tomás Ejea Mondoza

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10414>

La Extensión universitaria:

un espacio fundamental para el desarrollo de la gestión cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10415>)

Ahtziri E Molina Roldán

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10415>

Resumen:

Las Instituciones de Educación Superior (IES) en el continente han delineado tres tareas sustantivas la enseñanza, la investigación y la extensión de los servicios universitarios a la población en general. Esta tercera función, fue impulsada en la Reforma Universitaria de Córdoba (1918) pues se consideró que este era el modo de regresar a las sociedades que crearon y sustentaron a las universidades cuando el acceso a este nivel educativo era muy reducido.

Sin embargo, la recomposición del sistema universitario en el último siglo ha transformado los objetivos, estrategias de operación y resultados universitarios. Por un lado se propone un mayor acercamiento al mercado laboral y otro desde la nueva izquierda que replantea el compromiso social con las comunidades que tiene la educación superior.

En este disímbolo panorama la extensión universitaria sigue latente como una actividad sustantiva de las IES, aun cuando los horizontes se han diversificado y en ocasiones invisibilizado. Esta ponencia tiene como cometido identificar los distintos caminos adoptados por las estructuras de extensión universitaria en México, y a partir de ello explorar las posibilidades de que la gestión cultural le brinde herramientas para su capacitación e incluso profesionalización. De este modo, ambos campos saldrían beneficiados.

ARTIGOS

Políticas culturais de valorização do patrimônio imaterial em pernambuco

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10416>)

Carla Pereira Lyra

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10416>

Resumo:

Este artigo analisa a implementação das políticas de valorização do patrimônio imaterial em Pernambuco. Mostra a importância do Movimento Manguê para a consolidação de políticas

culturais implementadas na última década e para o fortalecimento e visibilidade de grupos musicais da periferia. Neste processo, abordaremos a atuação da juventude da periferia, seus movimentos e produção musical no processo de preservação do patrimônio imaterial.

O regime jurídico do tombamento e a proteção do patrimônio cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10417>)

Renato José Ramalho Alves, Fábio Brito Ferreira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10417>

Resumo:

Foi somente a partir do século XX que, na maior parte do mundo, se desenvolveu efetivamente o processo de proteção aos valores culturais da humanidade. No âmbito internacional, foram firmados diversos tratados e convenções internacionais reconhecendo a importância do patrimônio cultural, e impondo aos Estados a responsabilidade de defendê-los. No Brasil, a Constituição de 1988 foi um marco para a promoção da cultura de nosso povo, determinando que o Poder Público nacional deve utilizar de instrumentos administrativos para sua proteção. Dentre eles, destaca-se o instituto do tombamento, espécie de intervenção na propriedade, pelo Estado, que impõe certas obrigações ao proprietário, sem retirar-lhe o domínio sobre o bem. Tal instituto vem sendo cada vez mais utilizado em nosso país, eis que se mostra como um eficiente mecanismo para a preservação de bens (principalmente imóveis) que carregam importante valor cultural. Assim, o presente trabalho trata do regime jurídico do tombamento, destacando suas características e efeitos.

Cibercultura e Cinema: Revisitando a cidade-paradoxo em Blade Runner

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10418>)

Luís Miguel Oliveira de Barros Cardoso

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2015.9.a10418>

Resumo:

No universo da Cibercultura, assume lugar de relevo semiótico e significativo, em articulação com a pós-modernidade e a correlata visão do espaço da cidade como distopia, o cinema, e, em particular, Blade Runner, de Ridley Scott. Revisitamos Blade Runner, viajando pelo círculo significativo de Alien e Prometheus, em busca da cidade-paradoxo e do jogo eterno da descoberta do “Eu” e da identidade, do “Outro”, da criação e do criador.

Ano 6, Número 10, março 2016

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10>

DOSSIÊ: Economia Política da Comunicação e da Cultura na Íbero-América

Editor: Alexandre Barbalho

Economia Política da Comunicação e da Cultura: aportes para a formação de um campo disciplinar

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10421>)

Ruy Sardinha Lopes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10421>

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Resumo:

O presente artigo pretende interrogar-se sobre a conformação da Economia Política da Comunicação como um “campo disciplinar” a partir da circunscrição de alguns elementos definidores, a saber: a delimitação do campo e seus objetos de estudo, sua singularidade e seus aportes teóricos.

Políticas culturais e de comunicação: dimensões estratégicas para a reinvenção do Estado e para a construção de uma democracia intercultural – Aportes teóricos

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10422>)

Fayga Rocha Moreira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10422>

Resumo:

Refletimos sobre a centralidade da cultura e comunicação no jogo político democrático e sobre o descompasso, no Brasil, entre os investimentos e esforços públicos nessas dimensões estratégicas, cenário que dificulta uma dinâmica mais plural de troca e de visibilidade das diferenças nos meios de comunicação. Sustentamos que essa desigualdade representacional gera impactos na construção de uma democracia realmente intercultural.

Museus no brasil: análise socioeconômica de perfis

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10423>)

Ana Flavia Machado, Nayara Souza, Larissa Machado

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10423>

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo construir uma tipologia de museus, utilizando como fonte básica o Cadastro Nacional de Museus (CNM) do IBRAM aplicado à estatística multivariada de formação clusters. Tipologias são nada mais do que classificações que, em um conjunto heterogêneo, desenham tipos de maior uniformidade e, com isso, contribuem para reconhecimento e formulação de políticas públicas. Neste estudo, para além da distribuição espacial, incluímos variáveis socioeconômicas referentes aos municípios onde se localizam os museus, como também características referentes a esses equipamentos. São identificados seis perfis de museus no Brasil, observando-se que a concentração em determinadas unidades da federação, tamanho de município e tipo de gestão tendem a ser as variáveis mais relevantes para descrição desses tipos.

Cultura e trabalho imaterial:

música independente e produção cultural no novo mundo do trabalho

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10424>)

André Peralta Grillo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10424>

Resumo:

Este artigo discute a relação do produtor cultural, definido como quem realiza eventos ou produz bens culturais e artísticos, com as mudanças no “mundo do trabalho” contemporâneo.

Baseia-se em pesquisa sobre o tema focada no ramo da “música independente” brasileira contemporânea, a partir de estudo de caso da rede “Circuito Fora do Eixo”, fundada em 2005 por coletivos de produção cultural de diferentes partes do país. Tenho como hipótese que os agentes dessa rede levam ao limite algumas tendências contemporâneas de vinculação do trabalho produtivo a um cunho militante, a partir de um repertório de crenças e práticas forjados no âmbito dos movimentos de contestação juvenil dos anos 60, que ficaram conhecidos como “Contracultura”.

Políticas de comunicação no Brasil:

a proposta de um novo marco regulatório para a radiodifusão

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10425>)

Carlos Henrique Demarchi, Maria Teresa Kerbauy

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10425>

Políticas para o audiovisual no Brasil (1985-2002):

Estado, cultura e comunicação na transição democrática

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10426>)

Renata Rocha

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10426>

Resumo:

O artigo ora apresentado tem como objetivo discutir as políticas culturais para o audiovisual e as relações entre Estado, comunicação e cultura no período de transição democrática no Brasil, entre os anos de 1985 a 2002, ao longo dos Governos José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Considerando as necessárias relações entre os campos da cultura e comunicação e as dificuldades para sua efetiva consecução, enfatiza-se, nesta reflexão, as principais propostas e iniciativas do Governo Federal que envolvem o cinema, as emissoras de televisão dos campos público e privado, bem como as necessárias, e muitas vezes frustradas tentativas de regulamentação para o setor.

ARTIGOS

Sentindo do nosso jeito: humores e estudos culturais

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10427>)

Paulo Rodrigues Gajanigo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.10.a10427>

Resumo:

Este ensaio é uma contribuição a uma investigação inicial sobre a utilidade de “humor” [mood] como uma categoria analítica para os estudos culturais e de comunicação. Aqui ofereço algumas descrições de paisagens de humor que demonstram a maneira como humor pode nos levar a um mundo material de orientação, afinação e atmosfera. Sugiro também que os estudos culturais, como uma forma escritável, pode também, de forma geral, se engajar produtiva e politicamente com os humores.

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Ano 6, número 11, setembro 2016

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11>

DOSSIÊ: Múltiplos carnavais: Economia e política nas manifestações culturais populares

Editora: Marina Bay Frydberg

Manaus, 2014: o carnaval que nunca terminou

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10430>)

Ricardo José Barbieri

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10430>

Resumo:

Tomando o momento da apuração das notas dos desfiles das escolas de samba como decisivo passamos neste artigo a analisar as redes sociais articuladas pelas escolas de samba ao longo da preparação do carnaval como cisões e rixas próprias da competição entre as escolas de samba. Para tanto tomaremos o caso da apuração das notas dos desfiles em Manaus (AM) no carnaval 2014. Simultaneamente ao tomarmos este momento como desfecho de um ciclo dramático compomos um quadro completo das relações das agremiações com o poder público. Finalmente aprofundamos o significado da apuração para a manifestação carnavalesca das escolas de samba.

Escolas de Samba nos Pampas:

textos e contextos da interculturalidade no carnaval de Uruguaiana

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10431>)

Ulisses Corrêa Duarte

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10431>

Resumo:

O artigo propõe refletir sobre o carnaval das Escolas de Samba de Uruguaiana, município localizado na região dos Pampas no estado do Rio Grande do Sul, na tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai. A interculturalidade que permeia o evento carnavalesco, com a manipulação das referências simbólicas acerca da cultura regional e nacional e nas relações de trocas fomentadas entre o carnaval local e o carnaval carioca, faz com que a fundamental dimensão da translocalidade sugira a análise de sua forma artística, a história de seu surgimento e as principais características do envolvimento social que o promove. Os circuitos carnavalescos existentes, assim como as múltiplas circulações de sambistas e objetos nas fases preparatórias e nos seus desfiles competitivos, nos remetem a pensar em diferentes possibilidades teórico-metodológicas de investigar os fenômenos das culturas populares dentro, nas margens e fora do país.

Bananas e abacaxis nos “quintais” do carnaval carioca – impressões etnográficas sobre a produção de um desfile de escola de samba da Estrada Intendente Magalhães

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10432>)

Leonardo Augusto Bora

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10432>

Resumo:

O artigo lança questionamentos sobre os processos de criação, gestão e confecção dos desfiles das escolas de samba apresentados na Estrada Intendente Magalhães, Zona Norte do Rio de Janeiro. Longe do megaevento anualmente realizado na “Passarela do Samba” (o Sambódromo da Avenida Marquês de Sapucaí, na região central da cidade, onde desfilaram, em 2016, 26 escolas – 14 no Grupo de Acesso A e 12 no Grupo Especial), o dito “carnaval do povo” reúne cerca de 60 agremiações, fato que desperta um paradoxo: apesar de concentrar o maior número de escolas de samba, os desfiles da Intendente permanecem invisibilizados e inseridos em uma lógica produtiva bastante diferente daquela observada nos arredores da Sapucaí (o que é interessante do ponto de vista etnográfico). A partir do relato de um caso específico, o carnaval apresentado em 2015 pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Sossego, do Largo da Batalha, Niterói, pretende-se problematizar tal universo, redirecionando as luzes dos estudos culturais para os “quintais” do carnaval carioca.

Os blocos de enredo do carnaval carioca: identidade e organização

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10433>)

Julio Cesar Valente Ferreira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10433>

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo apresentar as primeiras discussões sobre a pesquisa em curso que tem os blocos de enredo que desfilam no carnaval carioca como objeto de estudo, diferenciando-os em relação às demais manifestações do carnaval carioca a partir das perspectivas ritualísticas e sócio-organizacionais. Desta forma, seu lugar e seus significados na configuração do carnaval carioca são inicialmente debatidos a partir do referencial bibliográfico sobre este carnaval, da análise de matérias jornalísticas e do trabalho de campo empreendido.

Carnaval de rua no Rio de Janeiro: afetos e participação política

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10434>)

Jorge Edgardo Sapia

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10434>

Resumo:

O crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro tem contribuído para mudar imagens e imaginários pela via da multiplicação de experiências e narrativas que enfatizam o valor de uso da cidade. Essa multiplicidade de experiências carnavalescas deixa entrever uma disputa pela identidade da festa. O artigo se propõe pensar, a partir da noção de festa, central em autores como Bakhtin e Lefebvre, as representações e disputas em torno do espaço público e do direito à cidade.

O Carnaval do Mindelo, Cabo Verde: reflexões sobre a festa e a cidade

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10435>)

Juliana Braz Dias

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10435>

Resumo:

Este artigo traz algumas reflexões sobre a relação entre o carnaval e a Cidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente (Cabo Verde). Tal relação desenrola-se em um processo de influências mútuas, onde um age na constituição do outro, de modo dinâmico. Desenvolvo, especialmente, três pontos. Primeiro, numa perspectiva histórica, demonstro como o carnaval deve ser compreendido na sua vinculação à singularidade da formação social na Ilha de São Vicente. Em segundo lugar, trato das formas como o carnaval tem desafiado os limites internos à cidade, marcada pela coincidência de fronteiras entre bairros e estratos sociais. Por fim, abordo a questão da escala, apresentando o dilema vivido pelos habitantes de São Vicente, entre a pequenez da Ilha e o crescimento da sua festa maior, o carnaval.

O bairro do Recife e a Economia Criativa: do Carnaval Multicultural ao Paço do Frevo
(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10436>)

Carla Pereira Lyra

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10436>

Resumo:

Este artigo tem como tema as transformações culturais e urbanas do Bairro do Recife ocasionadas pelo desenvolvimento de um polo tecnológico, obras na área portuária para o desenvolvimento do turismo e a construção de museus. Algumas questões foram levantadas: qual a importância da memória e do patrimônio no processo de regeneração e renovação do bairro do Recife? Como as políticas se articulam para a construção da paisagem urbana recifense? Qual o papel da cultura nesta transformação urbana? Neste contexto, o carnaval, a patrimonialização do frevo e a construção do Paço do Frevo e sua relação com o bairro de São José serão analisados a partir da Teoria Ator-Rede de Latour.

Carnaval, uma festa democrática? Discussão sobre segregação social e o direito à cidade a partir do universo carnavalesco do Rio de Janeiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10437>)

Thais Cunegatto

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10437>

Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir o carnaval carioca enquanto uma festa urbana nacional, um patrimônio imaterial e uma política pública que aciona identidades sociais e se constrói e reconstrói da medida em que o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro se transformam. O texto inicia sua discussão partindo da premissa que ritual carnavalesco das escolas de samba se constitui em um universo urbano que engendra relações entre o poder público e as camadas populares para à posteriori discutir os processos de segregação urbana ligados à construção de uma identidade nacional. Por fim, o artigo busca refletir sobre as múltiplas dimensões de poder dadas num processo de oficialização e patrimonialização de uma festa, bem como, os intensos processos de negociação e agência intrínsecos das relações entre poder público e as camadas populares que vivenciam cotidianamente o carnaval há gerações.

Blocos carnavalescos: culturas populares, culturas híbridas no carnaval de rua do Rio

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10438>)

Maria Rita Dias de Almeida Fernandes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10438>

Resumo:

Este artigo traz uma reflexão sobre o Carnaval de Rua do Rio no século 21, especialmente diante do fenômeno da multiplicidade de agremiações e diversidade de formatos, matizes e intenções, e as disputas de significados e de representatividade em que se colocam os agentes envolvidos – blocos, associações e poder público –, que buscam ancorar-se em conceitos como “cultura popular” e “tradição” para justificar seus espaços de legitimidade. Para conduzir essa análise e demonstrar as dificuldades de conceituações nesses campos, é proposto um diálogo entre as ideias dos historiadores Marta Abreu, com uma análise de seu texto “Cultura Popular: um conceito e várias histórias”, e de Nestor Canclini, com seu livro “Culturas Híbridas”.

Sambantropologia

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10439>)

Vinícius Ferreira Natal

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10439>

Resumo:

O Presente artigo apresenta uma breve etnografia da ala de compositores do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Vila Isabel, relativizando o papel do pesquisador em relação à proximidade e características específicas com o campo das escolas de samba do Rio de Janeiro, propondo a “Sambantropologia” como um método de pesquisa particular e situacional.

Atrás do nosso bloco só não vai quem já morreu

- o corpo carnavalesco de Mário de Andrade

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10440>)

Lucas Garcia Nunes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2016.11.a10440>

Resumo:

O referido trabalho busca apresentar algumas experiências de Mário de Andrade no carnaval brasileiro, e provocar as consequências que as vivências do escritor, políticas e artísticas refletiram em seu corpo enquanto um vetor para as relações derivadas da rua, na multidão de alegorias. Dessa forma é possível interpelar a territorialização, considerando a ação disposta no corpo do poeta e as possíveis trocas com o território; através da carnavalização, do exercício da alteridade a partir da década de 1920.

Ano 7, número 12, março 2017

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12>

DOSSIÊ: Leituras do Mundo - formas de expressão criativas e comunicativas

Editoras: Marisa Schincariol de Mello, Rôssi Gonçalves

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Rodas Culturais, UPP, Funk e Milícias: uma análise da cultura urbana carioca frente às políticas de segurança e às organizações criminosas

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10443>)

Rôssi Alves Gonçalves e Guilherme Santos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10443>

Resumo:

Este trabalho visa refletir sobre a cultura urbana do Rio de Janeiro em meio a disputas políticas e territoriais. A pesquisa tem por objetivo trazer alguma contribuição para o campo das políticas públicas, valendo-se das relações e conversações entre as rodas culturais (que se esforçam para desenvolver pontos culturais nas áreas menos favorecidas, visando ao desenvolvimento social) e os bailes funk (que são objurgados por conta de diversos apontamentos de responsabilidade e julgados um meio de disseminação da violência e exaltação ao tráfico), a partir das instalações de UPPs e milícias. Tais agentes do Estado impõem uma série de regras e restrições para o desenvolvimento de eventos culturais e os grupos milicianos alegam combater o narcotráfico, porém sobrevivem através de extorsões e outros modos ilegais. Ao analisar o embate de interesses sociopolíticos de todos os lados, percebe-se que chegar a um equilíbrio de forças é possível, mas não antes de passar por um vasto campo de batalhas. E estas se dão no campo simbólico e, mais duramente, nos territórios mais carentes de cultura.

O sarau como estratégia de resistência poética e reflexão sobre novos territórios culturais

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10444>)

Idemburgo Pereira Frazão

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10444>

Resumo:

O presente trabalho intenta, em termos gerais, refletir sobre a importância dos saraus na literatura brasileira, apontando para a utilização dos mesmos como espaço de resistência cultural, social e política. Mais especificamente, intenta-se tratar dos saraus em territórios periféricos da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, partindo da menção à trajetória histórica dos saraus da COOPERIFA (Cooperativa Cultural de Periferia) Dar-se-á ênfase à obra de Moduan Matus, um importante militante cultural da Baixada Fluminense, que inicia sua atuação poética na década de 1970, quando escrevia seus poemas em muros e portas de lojas fechadas. Suas atividades artísticas são realizadas, ainda hoje, em espaços diversos, que vão dos quintais às praças públicas. O estudo da obra de Matus e da importância dos saraus como forma de resistência cultural permitirá que se traga à luz importantes reflexões identitárias locais.

Torcedores organizados: enigma como contrapeso ao fantasma da razão esclarecida

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10445>)

Gustavo Coelho

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10445>

Resumo:

A partir de alguns relatos etnográficos conduzidos no seio de torcidas organizadas de futebol, assim como através de imagens que compõem seus cotidianos, materiais em cruzamento

teórico com autores como Simmel, Gumbrecht, Mauss, Hubert, Clastres, Durand, Durkheim, Maffesoli e alguma influência na filosofia de Nietzsche, este artigo esmiúça esse universo, particularmente seus paroxismos intimamente relacionados à temática do Mal. Desses cruzos entre empiria e teoria, então, sugerimos que universos jovens e populares de nossas cidades, mesmo sendo constantemente reduzidos sob a máquina do discurso determinante e criminalizador, podem guardar em seus complexos cotidianos, ricos reservatórios de formas de viver, de imagens, de narrativas, de rituais, de experiências estéticas, de epifanias, que operam como “tecnologias” encantadas na defesa e garantia cotidiana da manutenção de uma zona subjetiva que celebra o indeterminado, o enigma, em contrapeso ao fantasma do desencantamento pela determinação racionalista, esclarecida.

Cidade Maravilhosa: O Rio de Janeiro representado pelas letras

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10446>)

Priscilla Oliveira Xavier

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10446>

Resumo:

O moderno marca a virada do século XIX para o século XX no Brasil, construindo e se apropriando das cidades como espaços privilegiados para a encenação do poder. No período, o imaginário moderno e urbano se difunde na capital da república, inspirando e inflando a cultura. Especificamente pelo ofício das letras, as cidades foram tematizadas à exaustão, sintomatizando o novo período. Nos textos as cidades deixam de ser o cenário do que se conta e passam a ser contadas, ganhando feições, afetos e personalidade. E no fenômeno de conferir legibilidade e distinção às cidades, o Rio de Janeiro passou a ser representado como Cidade Maravilhosa. Pretendemos nesse trabalho lançar luzes sobre a associação entre o Rio de Janeiro o termo Cidade Maravilhosa, buscando a origem do termo e refletindo sobre as formas escritas de representar o Rio d

Práticas de leitura na contemporaneidade: experiências em bibliotecas na cidade do Rio de Janeiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10447>)

Marisa Schincariol de Mello

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10447>

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar uma investigação acerca das múltiplas práticas de leitura em bibliotecas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Para a realização deste estudo, buscamos delimitar o universo de frequentadores, suas práticas de leitura na biblioteca, os mediadores entre os textos, sons, imagens e a leitura, bem como as relações entre os espaços das bibliotecas e os territórios onde estão inseridos. Investiga-se ainda qual a importância e a função da leitura para os que a praticam, nos níveis objetivo, subjetivo, simbólico e imaginário. Através de entrevistas e da observação participante, procuramos trazer à tona a relação dos usuários com os livros, outros conteúdos, mídias e suportes. Cada vez mais, observamos práticas que combinam leitura, oralidade e escrita em um cenário transmidiático. Com os resultados, procura-se também contribuir com informações sobre a experiência dos usuários para a formulação e avaliação das políticas públicas de leitura e aquelas voltadas para as bibliotecas.

Mudar de corpo em ode aos invisíveis

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10448>)

Ana Luiza Hupe

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10448>

Resumo:

Este artigo entende a arte como processo de conscientização que se contrapõe à alienação imposta pelo sistema pós-industrial. As lacunas deixadas pela herança colonial são preenchidas com a força rítmica da caminhada e pelo encantamento com o afrofuturismo para desesteriotipar a África e Brasil como lugares do precário. Este texto sonha um mundo sem fronteiras, em que as sujeições identitárias escravizantes pulverizem no ar.

Descrições sobre a estada da autora na África do Sul, iluminadas por trabalhos de artistas como Sean O’Toole, Superflex, Sun Ra e Octavia Butler, fazem refletir sobre a importância de práticas de descolonização e de uma releitura dos fluxos migratórios.

Diário De Bordo: seguindo Blaise Cendrars no Brasil

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10449>)

Luca Forcucci

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10449>

Resumo:

Carnet de Routes (ou Diário de Bordo) inclui a ideia de viagem primeiro como uma metáfora da experiência da obra. A motivação começa com a observação da prática atual de som nas artes sendo ainda, de alguma forma, um nicho per se. O objetivo reside em levar a prática sônica além, explorando as possibilidades multimodais do som e suas possibilidades plásticas em relação ao espaço, corpo e percepção por meio de composições, instalações sonoras, performances, poesia e escritos. Inclui um aspecto visual e sensitivo do som por meio da performance, onde o autor / compositor delega sua responsabilidade ao público - que, por sua vez, recompõe o som para longe do alto-falante. O material é reconfigurado para explorar as inter-relações de todos os meios disponíveis para a obra em si. Portanto, a obra não é um objeto final per se, mas o resultado da soma, levando, no final das contas, à percepção dentro da mente do público. Explora questões de sorte e acaso, psicogeografia, afeto e personificação. Nesse sentido, o som pode ampliar situações e campos de possibilidades para além das considerações fenomenológicas e não como um criador de ambiência; em vez disso, é investigado em relação a questões filosóficas e antropológicas sobre interioridade e exterioridade. Em maio de 2016 cheguei ao Brasil. Dois dias depois, a Presidente Dilma Rousseff sofreu um impeachment. Durante os próximos três meses de protestos nas ruas, suas palavras e seus escritos lentamente entraram na minha mente e nos meus trabalhos.

Espectáculo “O²”: aproximações entre a prática de aula e a criação artística

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10450>)

Lara Seidler Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10450>

Resumo:

O presente artigo apresenta a dinâmica de produção artística e acadêmica desenvolvida no Projeto de Pesquisa D.O.A. (Dança e outras arte) do Departamento de Arte Corporal da

UFRJ e os aspectos peculiares presentes no processo de pesquisa em dança, no que diz respeito à preparação corporal e à composição coreográfica, baseados numa metodologia teórica-prática. Esse projeto de pesquisa teve início em 2012, e traz como enfoque, no presente momento, a investigação sobre a construção de diferentes qualidades gestuais que desencadearam o espetáculo de dança contemporânea intitulado “O²” a partir da análise, vivência e recriação de algumas práticas, abordagens e técnicas corporais já estabelecidas, como: o Método Pilates, técnicas de meditação e a dança contemporânea, sob um olhar somático-criativo. A partir da descrição do espetáculo, pretende-se discutir a metodologia usada que se baseou primeiro, na identificação de alguns princípios que regem essas técnicas, em seguida na recriação e diversificação desses princípios em diferentes situações gestuais em aulas e terceiro na criação de roteiros e cenas. Toda experiência corporal nas aulas era conduzida a partir de estratégias baseadas no pensamento somático (*soma*-corpo) introduzido pelo filósofo americano Thomas Hanna na década de 70 e que hoje é utilizada amplamente por professores e artistas da dança que entendem e trabalham sobre a subjetividade da vivência corporal, sobre os aspectos particulares da forma individual de sentir, perceber e mover, e que acessam questões que se apresentam somente na e durante a experiência do corpo. O corpo, não entendido como carne morta, mas como corpo vivo, onde se vê o “eu, o ser corporal” ou na prática onde o sujeito se vê como sujeito e objeto da experiência. Além disso, o trabalho pretende apresentar a metodologia criativa que permeou toda a prática de aula e de composição cênica, pautada nos estudos desenvolvidos pela Professora Emérita Helenita Sá Earp, que ressalta a importância do desenvolvimento da criatividade como atributo principal de um professor ou de um bailarino, que baseia todo o saber sobre o corpo na dança em princípios fundamentais da ação humana regidos pela noção de Movimento, Espaço-Forma, Dinâmica e Tempo. A escolha de tais abordagens e práticas corporais, não somente se limitaram a preparação corporal do intérprete, mas forneceram o elemento temático na composição artística: a respiração. Neste sentido, o processo de criação pretendia tecer a aproximação entre a prática de aula e a prática cênica a partir da ideia primeira de que o ato de dançar não separa o ato criativo do ato técnico, sobretudo, quando regido pelo pensamento de que o fazer na dança é imbuído de um engajamento sensível, físico e criativo. Além disso, o estudo propôs uma investigação específica no sentido de repensar, recriar algumas abordagens corporais a partir de suas bases fundamentais para criação de novos estímulos /exercícios e vivências corporais em aulas e, em conjunto, para elaboração de um produto artístico proveniente de uma prática somática e criativa.

ARTIGOS

Cultura: a dádiva da sociedade

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10451>)

Júlio Aurélio Vianna Lopes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10451>

Resumo:

O texto retoma a discussão conceitual sobre o fenômeno cultural, através dos conceitos genérico, hierárquico e diferencial de cultura, para propor um conceito baseado no “Ensaio sobre a dádiva” de Marcel Mauss. Concebida como dádiva entre grupos e seus membros, a cultura confluiria os três conceitos clássicos e seria pertinente às formulações contemporâneas de políticas, direitos e diversidade cultural.

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

O jornalista e o assessor de imprensa no cinema noir através do filme A Embriaguez do Sucesso

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10452>)

Alex Sampaio Pires, Michele Negrini

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10452>

Resumo:

Este estudo busca, com base no filme *A Embriaguez do Sucesso*, entender como o cinema *noir* mostrou os jornalistas e os assessores de imprensa, e como os reflexos sociais da época, como o fatalismo pós-guerra e o medo do comunismo, influenciaram nesta apresentação. A análise é realizada com o método da Análise de Imagens em Movimento, de Diane Ross. Entre as conclusões, destaca-se que o *noir* via os jornalistas como seres manipuladores, e que esta construção ocorre por causa do período histórico, de desilusão, vivenciado na América, enquanto os assessores de imprensa aparecem também de forma manipuladora, porém de forma inferior aos jornalistas, reflexo de um preconceito que por muito tempo existiu no meio jornalístico.

Seguindo a constituição da Joalheria contemporânea

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10453>)

Ana Neuza Botelho Videla

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10453>

Resumo:

A proposta deste estudo visou apresentar o segmento profissional da joalheria, tendo por objetivo identificar em quais circunstâncias a joalheria é considerada arte, por ser uma categoria orientada para a produção de trabalhos mais experimentais, os quais podem ter a intenção de problematizar a ornamentação corporal ou a linguagem da joalheria. Do ponto de vista metodológico, distinguir as características dos produtos gerados por artistas joalheiros implicou no acompanhamento das práticas de produção, comercialização, eventos de divulgação e lançamentos de projetos. A construção teórica da pesquisa objetivou abarcar o ponto de vista do sujeito e seu contexto. Neste sentido, a obra de Bruno Latour contribuiu para se pensar a constituição de uma categoria artística. Como resultados, observamos que os joalheiros, por se situarem entre dois campos de práticas, parecem se encontrar em um espaço liminar. De um lado, afirmam que o que os diferencia das outras formas de produzir joalheria é a exploração ou experimentação do objeto associado ao corpo. De outro, tem-se o conhecimento especializado da joalheria, o qual faz a mediação das influências externas.

Experimentos Audiovisuais entre Ramagens Otonianas: uma leitura ecossistêmica comunicacional sobre a representação da Amazônia na arte de Otoni Mesquita

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10454>)

Ítala Clay de Oliveira Freitas, Rafael de Figueiredo Lopes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10454>

Resumo:

O artigo propõe uma leitura ecossistêmica comunicacional sobre aspectos da obra do artista visual amazonense Otoni Mesquita, com destaque para seus vídeos experimentais. A perspectiva metodológica segue preceitos do pensamento complexo e sistêmico. A investigação sugere que a semiose do transcurso comunicativo, que emerge da criatividade e postura ética do

artista, impulsiona inúmeras percepções e desdobramentos sobre processos de criação na arte contemporânea e reflexões acerca de transformações socioculturais e ambientais na Amazônia.

ENSAIOS

Veredas abertas da América Latina

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10455>)

Antonio Albino Rubim

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.12.a10455>

Resumo:

No recente horizonte do século XXI, as mutações sociais, econômicas, políticas e culturais acontecidas, em especial nos países latino-americanos pós-neoliberais, abriram novas veredas para superar tal supremacia e possibilitar novos diálogos interculturais. A emergência vigorosa de movimentos político-culturais possibilitou novos horizontes possíveis para a cultura. A autoafirmação de novos segmentos, antes excluídos em múltiplas dimensões - sociais, econômicas, políticas e culturais - estão se traduzindo em inovadores processos culturais. Este texto trata de um deles: a cultura viva na América Latina.

Ano 8, n. 13, setembro 2017

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13>

DOSSIÊ: Cultura e Religião

Editores: José Abílio Perez Jr.; Leandro Durazzo e Derley Menezes Alves

Tantos grupos humanos, tantas culturas e sociedades

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10456>)

José Abílio Perez Junior, Leandro Durazzo, Derley Menezes Alves

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10456>

Resumo:

Ao longo da história das ciências sociais, a ubiquidade de termos analíticos como cultura e sociedade, a despeito de suas várias acepções possíveis, sempre determinou a variedade também de suas abordagens teóricas e mesmo metodológicas. A historicidade do termo cultura, fortemente influenciado pela concepção romântica de uma Alemanha ainda em formação (ELIAS, 1990), é bem conhecida, tanto na disciplina antropológica quanto nas demais ciências humanas. Também será bem conhecida a concepção de padrões culturais que se fortalece na antropologia dos Estados Unidos (BOAS, 2004; BENEDICT, 1934), sobretudo, e o entendimento de cultura como certo tipo coletivo reconhecível, que daí deriva.

O tríplice feminino:

Jesus, Medeia e a identidade do Poeta enquanto uma feiticeira sacrificada

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10457>)

Fábio Gerônimo Mota Diniz

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10457>

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Resumo:

Construído a partir de uma comparação entre as figuras da personagem mítica grega Medeia e do salvador e filho de Deus, da mitologia cristã, Jesus Cristo, o texto pretende apresentar uma faceta possível da figura do Poeta que nomeamos “feiticeira sacrificada”. A ideia é propor um tópos referencial simbólico a partir do qual se compreenderá o artista, especialmente o Poeta, como uma figura feminina e dotada de especiais poderes sobre o cosmos, cujo sacrifício a leva a uma ascensão. Nessa ascensão se revelam uma série de símbolos e imagens ligadas ao universo da mulher enquanto mãe, estrangeira e feiticeira, que operam como motores fundamentais do seu fazer poético, derivado dessa crise instaurada na identidade do eu-criador diante de seu martírio. Assim, partindo dessa nossa análise dos dois personagens arquetípicos e da leitura de um poema de Fernando Pessoa, da série de sonetos Passos da Cruz, faremos a proposta de uma percepção da feiticeira sacrificada como um dos possíveis arquétipos identitários desse Poeta posto diante do sofrimento.

Islamofobia brasileira online: discursos fechados sobre o Islam em uma rede social

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10458>)

Felipe Freitas de Souza

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10458>

Resumo:

Atualmente, circulam representações negativas sobre os muçulmanos em diferentes redes sociais, operando uma estereotipia dos muçulmanos e do Islam. A islamofobia, compreendida enquanto ações de violência simbólica ou física contra muçulmanos pelo mero fato de serem muçulmanos, é pressuposta enquanto o mote dessas representações. A apreensão de que os muçulmanos seriam uma ameaça constata-se desde o medievo. O presente texto visa expor as oito leituras de discurso islamofóbico presentes no relatório do *The Runnymede Trust* aplicadas sobre postagens na rede social Twitter, de modo a constatar tais modalidades de islamofobia *online*. As leituras são de que o Islam é monolítico, estático, alheio à nossa sociedade, inferior, nêmesis, manipulador, sendo justificável a discriminação contra muçulmanos, desmerecendo a crítica ao Ocidente realizada pelos muçulmanos e naturalizando o discurso anti-Islam. Os exemplos mobilizados indicam a presença de esquemas de preconceito já identificados em outros países. Para tanto, remetemos a pesquisas e relatórios internacionais. Em nosso levantamento, apreendemos também a leitura de que o Islam não é uma religião, mas uma ideologia. Concluimos refletindo sobre o posicionamento islamofóbico ser tratado enquanto manifestação de barbárie.

O Ensino Religioso nas Políticas de Currículo:

O Caso da Base Nacional Comum Curricular

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10459>)

Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10459>

Resumo:

Este artigo é fruto das reflexões e discussões acerca dos estudos curriculares e do campo da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) frente ao Ensino Religioso - ER, bem como o seu reconhecimento como componente curricular na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, cuja política de currículo será referência no que diz respeito aos conteúdos

e saberes necessário para traçar os objetivos de aprendizagens a serem ensinados e apreendidos pelos educandos nas escolas públicas e particulares do Brasil. Entretanto, na terceira versão da BNCC aprovada pelo Ministério da Educação - MEC o Ensino Religioso foi retirado desse documento, até então se tinha presente esse ensino nas duas últimas versões na BNCC. É nesse sentido que o objetivo desse trabalho é analisar os discursos produzidos nas Políticas Públicas de Currículo, acerca da exclusão do Ensino Religioso na BNCC. Metodologicamente esse estudo é de cunho bibliográfico e documental com delineamento explicativo, reflexivo e crítico. Diante da análise realizada nesse estudo frente à exclusão do Ensino Religioso na BNCC podemos concluir, portanto, que o documento proposto se faz mais um artefato para legitimar hegemonias, preconceitos, discriminações, e relações de poder no que se tratam as questões religiosas.

Cultura e regionalidade:

semelhanças e diferenças nas festas do Divino Espírito Santo no território brasileiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10460>)

Debora Bernardi Grandjean-Thomsen, Rosália Prados e Luci Mendes Bonini

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10460>

Resumo:

Estudam-se as festas do divino dos municípios de Mogi das Cruzes-SP, Alcantara –MA, Pirenópolis-GO, Poções-BA, São João Del Rei – MG e Vale do Guaporé – MT- RO a fim de se comparar eventos folclóricos, religiosos e profanos, assim como identificar se existem políticas locais de preservação de patrimônio histórico, cultural – material e imaterial. Optou-se pelo método de revisão bibliográfica e documental – tanto documentos oficiais como documentários expostos nas redes sociais e páginas oficiais dos municípios. Os resultados demonstraram que as festas do divino em várias regiões do Brasil são bastante semelhantes dadas as origens portuguesas, a tradição oral vem sustentando essas atividades e não se encontrou, na maioria dos casos, políticas culturais de reconhecimento de patrimônio cultural, mas sim, de incentivos turísticos em algumas delas.

Fé midiaticizada? Indagações sobre a abordagem comunicacional da questão religiosa na era das tecnologias digitais em rede

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10461>)

Fernanda Lima Lopes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10461>

Resumo:

As novas tecnologias de comunicação digitais e em rede parecem estar onipresentes, invadindo praticamente os mais variados campos da cultura e da sociedade, inclusive os mais tradicionais como o direito, a política, a educação. Diante disso, uma vertente bem recente de estudos de comunicação vem discutindo o conceito de midiaticização, procurando enxergar a centralidade da mídia na produção de novas ambiências, novas formas de vida. Neste trabalho, são apresentados alguns desses pontos de vista, mas o principal objetivo é questionar em que medida a noção de midiaticização serve de ferramenta teórica a ser aplicada na investigação da relação entre mídia e religião. Incluindo reflexões sobre as particularidades epistemológicas em torno da fé e da espiritualidade, são formuladas

questões acerca dos possíveis ajustes e desencaixes da teoria da midiatização como matriz de compreensão dos fenômenos na profundidade e complexidade que tais temas evocam.

A atuação de Silas Malafaia contra o PLC 122:

análise de suas páginas no Twitter e no Facebook

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10462>)

Márcia Zanin Feliciani, Leandra Cohen Schirmer, Aline Roes Dalmolin

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10462>

Resumo:

O PLC 122/2006 foi uma proposta de lei criada pela deputada Iara Bernardi com o objetivo de criminalizar atos de violência física e/ou simbólica referentes a sexualidade e gênero. Grupos conservadores posicionaram-se fortemente em contrariedade à aprovação do projeto, alegando que o mesmo feria os valores da família, da Constituição (no que tange à liberdade de expressão) e da Bíblia – que, segundo determinadas leituras, consideraria a homossexualidade pecaminosa. Percebemos Silas Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, como uma das personalidades mais atuantes nesse processo; assim, a partir dos conceitos de empreendedorismo moral (BECKER, 2008), campo social e, mais especificamente, campo religioso (BOURDIEU, 1983; 2008), midiatização e circulação (BRAGA, 2012), buscaremos compreender a atuação do pastor com relação aos desdobramentos que se seguiram à proposta. Ter-se-á como objeto as postagens feitas em seus perfis no Twitter e no Facebook nos anos de 2011 e 2012 – período em que as discussões sobre o PLC intensificaram-se.

A CNBB como promotora de notícia e fonte de informação da religião católica no Jornalismo: notas como ritual estratégico e meios alternativos de agendamento

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10463>)

Robson Dias, Eliane Muniz Lacerda, Victor Márcio Laus Reis Gomes

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10463>

Resumo:

Este artigo investiga material empírico, documental, por meio de análise de conteúdo: notas e meios alternativos de agendamento midiático (1968-1977) feitos pela Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), durante o período da Ditadura Militar no Brasil. A análise leva em conta, tematicamente, cinco casos de religiosos acusados pelo Estado de praticar atividades subversivas, publicados em Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo. O objetivo é o de resgatar a CNBB como ator no *processo de produção da notícia* (MOLOTCH e LESTER, 1999), além das ações tomadas como *news promoters* (assessores, organizações) ao se relacionar com os *news assemblers* (repórteres, editores, redações) negociando sentidos a serem ofertados no noticiário aos *news consumers* (público leitor). Muito mais que fonte de notícias no espaço público e no espaço midiático, a CNBB participou ativamente em prol da cidadania, em prol da luta pelos direitos humanos.

Cultura e Religião:

Um estudo sobre as Festas de Agosto conforme a Oficialidade Católica

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10464>)

Viviane Bernadeth Gandra Brandão

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10464>

Resumo:

O trabalho faz uma análise da percepção de líderes católicos oficiais que atuam em Montes Claros - MG, a respeito da dinâmica contemporânea das Festas de Agosto que acontecem na cidade. Essas festividades são práticas ligadas à Igreja Católica e às irmandades negras, em louvor a Nossa Senhora do Rosário, a São Benedito e ao Divino Espírito Santo. Perduram por mais de 170 anos e são consideradas patrimônio cultural regional. Porém, sofreram mudanças notáveis, pela incorporação crescente de elementos extrarreligiosos, configurando-se hoje como um fenômeno culturalmente híbrido. Pela importância do Catolicismo na estruturação da cultura brasileira, esse estudo se justifica por tentar compreender como a Igreja lida hoje com as tradições religiosas, de modo a se posicionar no mundo contemporâneo: reafirmando-as, reinventando-as, empenhando-se em alterar seus conteúdos simbólicos originais, adaptando-as a novos tempos e lugares, e, ao mesmo tempo, recusando-as juntamente com determinados elementos e tendências culturais. A pesquisa analisou as festas religiosas de Montes Claros como um fenômeno exemplar das questões expostas, capaz de dar atualidade a conceitos importantes para a análise sociocultural. Buscou-se construir apontamentos capazes de contribuir para o enriquecimento das análises sobre a religião Católica na sociedade contemporânea, para o registro de aspectos relativos à dinâmica das festas em questão, bem como para a reflexão sobre o sentido atual de uma tradição religiosa sincrética e duradoura.

As Reestruturações do Sentido de Pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10465>)

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10465>

Resumo:

Este artigo relaciona a reestruturação dos sentidos de pertença à Igreja Católica de Cabo Verde com as transformações culturais, políticas e religiosas que marcam a contemporaneidade neste arquipélago. Apresenta a «pertença como institucionalização», «pertença como tradição/memória» e «pertença como compromisso» como os paradigmas dominantes na história da Igreja Católica em Cabo Verde, e discute o significado cultural da transição da «pertença como tradição/memória» para a «pertença como compromisso», que é transversal aos bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado.

Entre imagens, modernidade e religião: a iconologia protestante no Brasil

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10466>)

Priscila Vieira-Souza Vieira-Souza

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10466>

Resumo:

Esse artigo propõe examinar as relações entre modernidade, protestantismo e fotografia a partir de um percurso teórico e de um acervo imagético. O primeiro busca compreender as relações entre modernidade, visualidade e a história do protestantismo no Brasil. Tais inter-relações compõem a primeira parte do texto. A segunda parte do texto descreve o acervo imagético. As análises apresentadas enfocam duas coleções: os arquivos do Centro Audio Visual Evangélico

- O CAVE; e *The Grubb Collection*, conjunto de álbuns pessoais do missionário britânico Keneth Grubb. O texto apresenta resultados parciais da pesquisa, tais como uma breve descrição de três tipologias classificatórias das imagens protestantes; o status privilegiado da fotografia; e dois recortes temáticos que agregam imagens dos dois acervos estudados.

The Missing God of Karl Jaspers (and Heidegger)

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10467>)

Purushottama Bilimoria

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2017.13.a10467>

Abstract:

The paper is a cross-cultural critique on how God is conceived in the works of two Existentialist Philosophers: Karl Jaspers and Heidegger (their convergence and divergences), and how we might disconceive both. And there is reference via Jaspers to Faith (since I am a Fellow of the College of the All Souls of the Faithful Departed, in Oxford), I am interested in this issue: both in respect of faith, the departed, and perhaps the yet-to-be, posthuman and postdivine.

Ano 9, n. 14, março, 2018

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14>

DOSSIÊ: Práticas socioculturais, patrimônio cultural e territórios

Editores: Fábio Castro, Luiz Augusto Rodrigues e Renata Rocha

Territórios da diplomacia cultural brasileira de 2003 a 2010: continentes, países e cidades

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10470>)

Bruno do Vale Novais

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10470>

Resumo:

O presente texto apresenta parte da análise desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada “Caminhos trilhados, horizontes possíveis: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro entre 2003 e 2010”, defendida em 2013 na Universidade Federal da Bahia. O artigo apresenta como essa política pública foi realizada nas cidades, países e continentes por meio de três agentes: Ministério das Relações Exteriores (MRE), pelo Ministério da Cultura (MINC) e pelo Ministério da Educação (MEC) no período citado. Para isso realizou-se mapeamento das ações culturais trabalhadas entre 2003 e 2010 pelos entes escolhidos para esta investigação acadêmica. Por meio deste percurso compreendeu-se que é possível falar em diplomacia cultural brasileira no primeiro decênio do século XXI a qual privilegiou as regiões da América do Sul, Europa e África e as áreas de Língua, Livro, Leitura e Literatura e Editoração. Assim, o Estado brasileiro tem por desafio o entendimento de que é preciso passar a olhar tal vertente da política externa do País como recurso estratégico ao projeto contemporâneo de inserção internacional do Brasil. A cultura brasileira tem a chance de fortalecer a presença do País no mundo de maneira autônoma e soberana uma vez que é reflexo de características internas da nação, de maneira específica o caráter pacífico e criativo de seus cidadãos e a busca pelo desenvolvimento em diversas esferas sociais, dentre elas a cultural.

Desafios da participação e da descentralização na gestão de políticas culturais nas cidades

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10469>)

Monica Cristina Moreno-Cubillos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10469>

Resumo:

Analisa-se a inserção da participação e da descentralização como princípios para a gestão das políticas culturais tomando como exemplo a capital da Colômbia mediante o levantamento documental de material normativo sobre políticas culturais nesse país e o estudo de caso intrínseco através dos depoimentos de diferentes sujeitos dentro e fora da institucionalidade que refletem sobre os mecanismos estabelecidos especificamente em Bogotá. Para tal fim, exploram-se os principais traços da governança urbana no período neoliberal e as particularidades dessa cidade, revisa-se a incorporação dos princípios de participação e descentralização nas políticas culturais e nas diretrizes para a gestão cultural da Colômbia, e discute-se a forma como estes se materializam nas políticas culturais da cidade visibilizando algumas fraquezas relacionadas com o desenho do sistema, a capacidade institucional e dos agentes culturais que agem nos espaços, a articulação entre diversos canais de participação e a incidência dos acordos em decisões como distribuição de recursos, entre outros. Finalmente, apontam-se alguns desafios em três perspectivas: a integração dos públicos nas discussões, o grau de autonomia dos espaços e a necessidade de debater a categoria 'cultura' como ponto de partida para a definição das linhas de intervenção.

Novas dinâmicas culturais: tensão e vitalidade nas cidades

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10475>)

Rachel de Sousa Gadelha

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10475>

Resumo:

Este trabalho pretende trazer elementos para a reflexão sobre as dinâmicas culturais contemporâneas, abordando algumas mudanças que estão em curso e os desafios que estão postos para os agentes culturais no âmbito das cidades e suas repercussões em uma nova institucionalidade da cultura. Para tanto, faremos um breve histórico das políticas culturais recentes no Brasil, de forma a facilitar a compreensão da conjuntura atual e proporcionar uma visão mais ampliada do campo cultural contemporâneo e de seus distintos agentes, entendendo-o como resultante, também, de um regime de valores e discursos com forte vinculação ao contexto social e político cultural do Brasil nas últimas décadas. Instiga-nos a identificação de novas dinâmicas da cultura e de movimentos de criação emergentes nas cidades, as questões que se configuram hoje e os desafios que estas impõem aos gestores culturais e aos demais agentes do campo; assim como a investigação de como esses novos fluxos se relacionam e afetam uma nova institucionalidade cultural.

Federalismo e relações intergovernamentais: uma análise dos processos de implementação e gestão dos Sistemas municipais de Cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10473>)

Rafael Luiz de Aquino

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10473>

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Resumo:

O artigo tem como objetivo analisar a efetividade da indução federativa na tomada de decisão dos municípios em pactuar com a política de organização intergovernamental da gestão cultural, proposta pelo Sistema Nacional de Cultura. A partir da análise documental e da coleta de material empírico, realizada por meio de estudos de caso, busca-se evidenciar os aspectos discricionários, formais, técnicos, sociais e políticos envolvidos no processo de implementação e gestão dos Sistemas Municipais de Cultura. Foram tomados como objetos do estudo de caso os municípios de Betim, Contagem, e Sabará, em função das diferenciações políticas, administrativas e de recursos financeiros disponibilizados para viabilizar suas políticas locais de cultura. As administrações municipais objeto do estudo têm população superior a 100 mil habitantes e possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre os patamares alto e médio. Minas Gerais é o estado da federação com o maior número de municípios, somando um total de 853 governos locais, que possuem situação econômica e formação socioespacial bastante diversa. Neste contexto, o conjunto de municípios que formam a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) permite elaborar uma contribuição conceitual e analítica referente à efetividade do desenvolvimento local das políticas públicas de cultura, estabelecidas em regime de cooperação intergovernamental.

“ICMS - Patrimônio Cultural”: um estudo sobre a política pública de preservação cultural do Estado de Minas Gerais com ênfase no processo de Educação Patrimonial (<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10478>)

Clesio Barbosa Lemos Junior

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10478>

Resumo:

Uma política pública, em particular, uma política de preservação cultural, só se mostra correta e consequente quando além de contemplar medidas referentes à memória e identidade de um povo, baseia-se amplamente em uma concepção que integra as questões socioeconômicas, técnicas, artísticas e ambientais, articulando-as com as questões de qualidade de vida, meio ambiente e cidadania. Diante desse mote, esse estudo foi organizado a partir da análise da política pública de preservação do patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais. Para tanto, o artigo foi estruturado da seguinte forma: primeiramente abordou-se, de maneira sucinta, o histórico que deu origem a lei conhecida como “Lei Robin Hood”, responsável pelo ordenamento da referida política pública. Em um segundo momento tratou-se da especificidade do critério patrimônio cultural, cujo reconhecimento se dá pelo termo “ICMS - Patrimônio Cultural”. O processo de educação para o patrimônio cultural, tratado como educação patrimonial, foi abordado na terceira seção do artigo com enfoque nas ações que podem ser desenvolvidas para a efetiva aplicação dessa metodologia educacional. Por fim, algumas considerações foram feitas na tentativa de reforçar a temática e fomentar novas discussões.

Bongar e vencer nos editais: políticas públicas culturais, mercado e grupos artísticos populares

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10479>)

Gabriela Pimentel Araújo, Leonardo Leal Esteves, Lady Selma Ferreira Albernaz

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10479>

Resumo:

Este trabalho resulta da junção de duas pesquisas, feitas separadamente, mas orientadas pela terceira autora que o subscreve. Ambas são relativas à cultura popular e suas relações com as políticas públicas de cultura por meio de editais, os quais podem requerer novas estratégias de organização destes grupos, bem como implicam em sua provável inserção, bem sucedida ou não, no mercado e indústria cultural, podendo ter desdobramentos para a autonomia de significados rituais que tais grupos expressam. Ambas as pesquisas basearam-se nos métodos da antropologia, por meio de trabalho decampo, que incluiu observação participante, elaboração de diário de campo, recolha de documentos, entrevistas. A análise de dados baseou-se na interpretação de significados, a maneira de Geertz (1989), e na teoria da prática, conforme Ortner (2007, 2011). Utilizamos-nos dos debates teóricos de José Jorge de Carvalho (2010) sobre as tensões e desigualdades que marcam as relações entre mestres e grupos de cultura popular, Estado e mercado de cultura, notadamente a indústria cultural. Para analisar estas questões, tomamos como referência o caso que nos parece bastante emblemático do grupo Bongar. A fundação e a atuação do Bongar salientam aspectos importantes sobre políticas públicas, voltadas às culturas populares, no estado de Pernambuco nas últimas décadas, cujas relações que são orientadas pelos instrumentos burocráticos dos editais para incentivo. Tentamos reunir sugestões para evitar que, nos editais, sejam feitas exigências que criem obstáculos para a autonomia financeira e ritual dos grupos de cultura popular.

Cidadania Cultural: entre a democratização da cultura e a democracia cultural

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10477>)

Valmir de Souza

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10477>

Resumo:

Análise de dois paradigmas de políticas culturais, democratização da cultura e democracia cultural, apresentando diferentes experiências de gestão cultural na Europa e no Brasil que adotaram estes dois modelos, com ênfase na gestão cultural em São Paulo.

Cidade vista de dentro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10471>)

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10471>

Resumo:

O presente artigo busca articular à noção de democracia a de participação, na perspectiva de aumento da qualidade democrática. A participação democrática se efetua de maneira concreta no espaço local, na cidade. A partir da experiência de cogestão de uma ocupação cultural em Ermelino Matarazzo, firmada entre coletivos culturais e a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, através de entrevista com um dos participantes do movimento, busca-se refletir sobre formas de articulação entre democracia representativa e democracia participativa, novas institucionalidades que permitam experimentações, sendo o campo da cultura privilegiado para isso.

Modelos de formação de agenda na análise de políticas públicas aplicados à cultura: o caso do projeto de Reestruturação do Acervo da Pinacoteca de São Bernardo do Campo

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10480>)

Mayra Carolina Ataíde Oliveira e Lúcio Nagib Bittencourt

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10480>

Resumo:

Este artigo discute a reestruturação do Acervo da Pinacoteca Municipal de São Bernardo do Campo, realizada de dezembro de 2016 a novembro de 2017, com recursos provenientes do Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo (ProAC). A questão levantada é se a entrada de recursos estaduais via Edital ProAC gerou desdobramentos para além do projeto, inserindo-o na agenda pública governamental, como problema público relevante para o município. Para respondê-la, mobilizamos referenciais teóricos relacionados ao estudo de formação de agenda na análise de políticas públicas, especificamente as teorias dos Múltiplos Fluxos e do Equilíbrio Interrompido. Além dessa revisão bibliográfica, os métodos utilizados envolveram a realização de análise do documento submetido ao Edital nº19/2016 - disponível para acesso público, pesquisa documental para o levantamento de dados quantitativos e entrevista semiestruturada com a coordenadora do projeto. Os resultados indicam que embora não seja possível afirmar que o projeto em discussão tenha entrado na agenda municipal, ele foi desenvolvido e gerou desdobramentos. Com isso, ao final, levantamos questionamentos acerca das contribuições e limites associados à mobilização desse referencial teórico para análise de políticas públicas, buscando contribuir para estudos futuros de diferentes formas de ação pública – em especial, as culturais.

A regulamentação legal do grafite:

Perspectivas e caminhos a partir de uma experiência prática em Curitiba

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10481>)

Angela Cassia Costaldello e Francisco Bley

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10481>

Resumo:

O escopo do presente texto é investigar as legislações existentes acerca da prática do grafite no Brasil, evidenciando seus avanços históricos e demonstrando suas insuficiências perante a realidade de seu exercício em âmbito local. Para tanto, serão levadas em consideração as pesquisas do projeto “Clínica Direito e Arte” da Universidade Federal do Paraná, cujo trabalho ocorre junto a grafiteiros e artistas da cidade de Curitiba para a construção de políticas públicas para o setor em questão.

Os contratemplos do espaço: patrimônio cultural imaterial e o Livro de Registro Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10472>)

João Domingues

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10472>

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir as intervenções em áreas urbanas centrais e suas conexões com as políticas culturais. De maneira mais específica, pretende-se

analisar como a radicalização da mercantilização do espaço urbano cria condições de interferência em processos de reconhecimento e vivência patrimonial. No caso em questão, destaca-se o imbróglio envolvendo o processo de registro no Livro Patrimonial “Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis”, uma novidade nas políticas patrimoniais da cidade do Rio de Janeiro. Ao final, espera-se demonstrar a inexorabilidade das inscrições sociais nas relações espaciais e temporais, carregadas de conflitos discursivos, e sua determinação para a continuidade das expressões selecionadas no novo livro de registros imateriais.

Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10474>)

Marina Bay Frydberg

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10474>

Resumo:

O século XXI trouxe consigo a expansão do carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro em proporções cada vez mais expressivas, tanto no número de blocos quanto de foliões. Inserida nesta recente valorização de brincar o carnaval, os blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro se veem em meio a uma discussão entre o aumento da rentabilidade econômica através da mercantilização da/na festa, associada à sua profissionalização, e a valorização de práticas tradicionais de se brincar o carnaval através da discussão da sua patrimonialização. Busca-se, a partir desse panorama, compreender o processo de (re)tradicionalização pelo qual vem passando o carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro. Problematizando os múltiplos significados que a noção de tradição carnavalesca tem para os diferentes agentes que organizam a festa e suas ações pela patrimonialização da festa.

Apropriação do patrimônio cultural na região portuária do Rio de Janeiro: políticas culturais entre a territorialidade e a exploração

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10483>)

Mariana Luscher Albinati

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10483>

Resumo:

O artigo se debruça sobre diferentes agentes e ações de política cultural que disputam, no contexto do projeto Porto Maravilha, os discursos e práticas acerca da cultura na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, coloca em discussão as diferentes lógicas que operam a apropriação do patrimônio cultural materialmente situado ou simbolicamente referido na região: de um lado a lógica da territorialidade que, atuando em diversas escalas, é marcada pela apropriação simbólica, pelo sentido de pertencimento (diferente de propriedade) e pela produção de bens comuns urbanos; de outro a lógica da exploração, marcada pela apropriação privada do capital simbólico coletivo produzido por grupos culturalmente subordinados em políticas culturais promovidas por e para grupos dominantes. Para tanto, parte-se de um entendimento ampliado acerca das políticas culturais, reconhecendo suas diferentes esferas de produção (institucionais ou não, do Estado ou da sociedade civil), sem ignorar a posição privilegiada que o Estado – e a coalizão de poderes e favor da qual opera – detém na disputa pela legitimidade da expressão das diferentes culturas que o espaço urbano reúne.

Cultura hip hop: Batalha dos Bombeiros - entre rimas e reivindicações

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10476>)

Amanda Rosiéli Fiuza e Silva, Sandra Rúbia da Silva, Jonária França da Silva

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10476>

Resumo:

Neste artigo descrevo os resultados obtidos através da experiência de uma pesquisa etnográfica intitulada “Batalha dos Bombeiros: elementos da cultura *hip hop* como ferramenta de resistência sociopolítica”. A investigação analisou se a Batalha dos Bombeiros, evento da cultura hip hop da cidade de Santa Maria/RS, pode ser considerado um espaço de representações e reivindicações sociopolíticas. O objetivo foi compreender como e quais são as práticas que auxiliam na construção do caráter de resistência sociopolítica da cultura *hip hop* na Batalha dos Bombeiros. A metodologia utilizada foi a etnografia e como procedimento metodológico foi realizada a técnica de entrevista individual em profundidade. As observações participantes ocorreram durante cinco meses consecutivos do ano de 2014. E as entrevistas foram realizadas com sete jovens que classificados entre organizadores da Batalha dos Bombeiros, integrantes da cultura hip hop e espectadores do evento. A investigação revelou a Batalha dos Bombeiros como cenário de múltiplos significados, isto é, a praça onde são desenvolvidas práticas culturais constitui-se em um espaço simbólico de resistência onde jovens oriundos das periferias da cidade, por meio das expressões culturais e da apropriação do espaço público, manifestam suas lutas sociais e reivindicam melhores condições de vida. Assim, a Batalha dos Bombeiros é um espaço de articulações políticas, vivências e experiências, um legítimo espaço de resistência sociopolítica.

Identidade e ethos conservador na política cultural.

Estudo comparado França- Brasil

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10482>)

Marina Ramos Neves de Castro

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.14.a10482>

Resumo:

O artigo discute o *ethos* identitário das políticas culturais conservadoras, observando as práticas de controle e disciplina da identidade pelo Estado. A reflexão é realizada com base numa perspectiva comparada, observando a conformação histórica das políticas culturais da França e do Brasil. Embora o interesse maior seja o caso brasileiro, a França constitui um elemento de comparação instigante, em função de seu pioneirismo no desenvolvimento de políticas culturais e da influência desse modelo sobre o Brasil e outros países. O artigo encontra duas dimensões estruturantes desse *ethos*, uma tendência à centralização e, outra, à institucionalização. Essas duas tendências visam, historicamente, ao mesmo objetivo: o processo de promoção e de consolidação do Estado, elemento catalizador da política, na dinâmica de consolidação do Estado moderno.

ARTIGOS

Desterritorialización, cultura internacional-popular e identidad en el cine:

El caso del western chileno “Sal”

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10511>)

Pablo Matus

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a10511>

Resumen:

El presente artículo dialoga con la tradición de estudio cultural asociado a la producción de bienes simbólicos, particularmente respecto de las formas de representación de la identidad local latinoamericana presentes en objetos mediales de distribución globalizada. En este caso se tomará como pieza de análisis el filme chileno “Sal” (2012), que se declara como perteneciente al género del western y posee un argumento acorde con el canon reconocible al mismo, pero fue dirigida por un argentino (Diego Rougier), protagonizada por un español (Fele Martínez) y chilenos (Patricio Contreras y Javiera Contador, entre otros), y cuenta con locaciones en España y Chile. Para enfrentar el análisis se emplean principalmente conceptos del sociólogo brasileño Renato Ortiz respecto de la globalización y la mundialización, así como de lo que él llama desterritorialización y cultura internacional-popular.

A errância no cinema de Walter Salles

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10514>)

Cristiane Pimentel Neder

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a10514>

Resumo:

O artigo busca mostrar, a partir da análise da obra cinematográfica de Walter Salles, especialmente com foco no filme *Terra Estrangeira*, que as escolhas do diretor influenciam no processo criativo, ou são parte dele, e que todo filme é um “filho” com o DNA do diretor, que traz na sua genética, tanto a sua formação acadêmica, artística, quanto as suas subjetividades, seu estilo e sua identidade.

Extrañamiento y desencanto

La mirada de documentalistas alemanes sobre la transición democrática argentina

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10523>)

Paola Margulis

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a10523>

Resumen:

El presente artículo analiza la mirada de dos cineastas alemanes sobre el proceso de transición democrática en Argentina a través del análisis de dos documentales: *De l'Argentine / De la Argentina* (Werner Schroeter, 1983-1985) y *Kreuzzug gegen die Subversion / Panteón militar* (Wolfgang Landgraeber, 1991). Estos films denuncian distintos aspectos del pasado traumático argentino, deteniéndose en las dificultades que encontraba hacia la década del ochenta y comienzos de la del noventa el Estado argentino para condenar

los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la última dictadura militar. El abordaje de estos documentales tendrá como objeto principal el estudio del tratamiento fílmico del “desencanto” que fue profundizándose en amplios sectores de la sociedad a partir de las leyes de prescripción de causas militares.

Chora não coleguinha: uma análise da influência da formação discursiva do movimento feminista em músicas da dupla Simone & Simaria

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27263>)

Cristiano Max Pereira Pinheiro, Rosana Vaz Silveira, Daniele Peletti de Souza, Ester Quaresma da Silva

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a27263>

Resumo:

O presente artigo analisa o discurso das letras de músicas da dupla sertaneja Simone & Simaria. A importância do tema se dá na medida em que há uma crescente participação de mulheres no meio musical, como o sertanejo, abordando assuntos envolvendo discursos ditos feministas. O objetivo geral é analisar a formação discursiva das letras e sua associação com o movimento feminista, conforme divulgado pelas cantoras em suas entrevistas na mídia. A base teórica compõe-se de autores que expressam sobre o Feminismo, sobre o gênero musical do sertanejo e a análise do discurso. O estudo apoia-se no método qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e Análise do Discurso nas letras de músicas. A análise consiste na associação da música Chora Boy de Simone & Simaria com o discurso feminista, em meio aos trabalhos da dupla. Com isso, foi possível perceber que apesar da música Chora Boy contar com aspectos discursivos da formação discursiva do Feminismo, ela possui trechos que reforçam a submissão feminina.

Um “ofício de cartógrafo mestiço”: a proposta metodológica de Jesús Martín-Barbero como base para um estudo de caso da telenovela mexicana Rubi

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27264>)

Ana Lúcia da Silva Enne, Joana d’Arc de Nantes, Ohana Boy Oliveira

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a27264>

Resumo:

Tomando por base as propostas teóricas e metodológicas de Jesús Martín-Barbero, em seus livros Ofício de cartógrafo - Travessias latino-americanas da comunicação na cultura e dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia, o presente artigo busca discutir a cartografia como inspiração metodológica para se analisar objetos televisivos e suas narrativas na contemporaneidade. A partir desse aporte, pretende-se ilustrar o mapa das mediações a partir das telenovelas mexicanas reprisadas pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com ênfase na produção Rubi, exibida pela quarta vez em 2017. Os itinerários desse estudo se guiam pelas complexas relações entre comunicação, cultura e política, que ocupam um lugar central no mapa das mediações, principalmente no eixo diacrônico entre matrizes culturais e formatos industriais. Dessa forma, inspirada pelos estudos culturais e com uma perspectiva interdisciplinar, a investigação proposta se desenvolve considerando as complexidades da cultura popular segundo a concepção de Stuart Hall e os processos de mediação que a mesma proporciona, exemplificada em alguns produtos midiáticos.

Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus: testemunho de uma existência condenada

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10519>)

Gustavo Alvarenga Oliveira Santos

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a10519>

Resumo:

Esse artigo tem como objetivo demonstrar que a obra Quarto de Despejo é um testemunho de uma existência condenada. Em um primeiro momento explica-se o que vem a ser a existência condenada a partir de uma crítica decolonial à ontologia fenomenológico-existencial de Heidegger e Sartre. Para tanto, recorre-se a autores do chamado pensamento decolonial latino-americano que adotam uma perspectiva de análise ontológica, mas ao mesmo tempo crítica ao eurocentrismo tradicional. Em um segundo momento, demonstra-se a articulação da narrativa de Carolina Maria de Jesus na obra Quarto de Despejo e a existência condenada conforme trabalhado na sessão anterior. Conclui-se que a fenomenologia-existencial, desde que descolonizada, pode contribuir para um melhor entendimento do mundo popular e subalterno latinoamericano que tem como traço característico e distinto à Europa a vivência da opressão pela via étnico-racial.

Pornô Cultural:

da concepção pornográfica como Indústria Cultural ao movimento Feminista Pornô

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27266>)

Flávia Lages Castro, Juliana Crespo

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2018.15.a27266>

Resumo:

Este artigo pretende discutir a sexualidade como campo e suas disputas, abordando a categoria pornografia para entendimento de sua configuração como fenômeno social. Perpassando pela construção epistêmica de seu termo ao longo dos séculos através do olhar da sociedade Ocidental. Além disso, pretende destrinchar, principalmente, suas especificidades ao decorrer das décadas do século XX, quando se atrela à Indústria Cultural e seus desvios, sobretudo, com a pulsão do movimento feminista pornô nas artes na primeira década do século XXI, que de certa forma redimensionam o caráter comercial da pornografia e atuam como manifestação política de empoderamento e emancipação da mulher.

Ano 10, n. 16, março 2019

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16>

DOSSIÊ: Elementos para políticas brasileiras de acervos digitais em memória e cultura

Editor: Carlos Henrique Marcondes

EDITORIAL

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a28946>

GLAM e Instituições de Memória em Rede: uma 'Infosfera' de Floridi?

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27529>)

José Murilo Costa Carvalho Junior, Dalton Lopes Martins, Leonardo Barbosa Germani

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27529>

Disponível em <http://periodicos.uff.br/pragmatizes>

Resumo:

A Ciência da Informação participa na promoção do termo 'Instituição de Memória' como metáfora para a integração de bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação. Uma das intenções assumidas foi a de encorajar uma visão coerente sobre os recursos informacionais que os acervos de tais instituições provêm. Em paralelo, a partir do movimento em se integrar acervos digitalizados do campo da cultura em rede emerge o acrônimo GLAM da língua inglesa, que integra Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus, e enfatiza a promoção do acesso como missão principal. É justo afirmar que a demanda pela interoperabilidade dos acervos dos diferentes domínios arquivísticos é pautada pela possibilidade de integração dos conteúdos diversos via web, cenário que propicia inovação no acesso e no processamento das informações de patrimônio cultural pela sociedade. A partir de um foco na reconstrução crítica de Richard Fyffe, sobre o papel do especialista em CI na perspectiva da Infosfera de Floridi, buscamos identificar como novos conceitos para o campo da Ciência da Informação, derivados da FI e da Ética da Informação (EI) de Floridi, podem auxiliar a compreensão de transformações radicais em curso no campo dos acervos digitalizados de instituições de memória, e sua relação com as questões éticas mais amplas no plano da Infosfera.

Objetos digitais: da maleabilidade do não-finito à uma ontologia

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27519>)

Renan Marinho de Castro

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27519>

Resumo:

Apresenta os objetos digitais e seu impacto às unidades de informação utilizando a análise do caso do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). Destaca, brevemente, o impacto das tecnologias no cotidiano social contemporâneo, e sua influência nas transformações observadas no campo informacional. Manifesta a necessidade de uma reflexão, por parte das Unidades de Informação, a respeito do impacto que os documentos digitalizados e digitais têm sobre seu cerne, uma vez que com a criação de uma massificação do digital, se promove uma maleabilidade que suportes tradicionais de natureza física não comportam. Conceitua o *born-digital* e o destaca como sendo um elemento capaz de renovar toda a cadeia lógica informacional. Analisa os dados de consulta ao acervo do CPDOC, de acordo com as coleções mais visitadas no período de 2010 a 2016, destacando o impacto no número de acessos a partir da disponibilização de cópias digitais das coleções. Aponta a ontologia do digital como uma possibilidade de apropriação da informação e suas repercussões sob contexto da revolução tecnológica.

Elementos para uma política brasileira de acesso integrado, utilização e preservação de acervos digitais em memória e cultura

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27518>)

Carlos Henrique Marcondes e Angela Monteiro Bettencourt

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27518>

Resumo:

Há vários anos instituições de Memória e Cultura brasileiras vêm desenvolvendo projetos de digitalização, preservação e acesso a acervos digitais. No entanto poucas dessas iniciativas são

colaborativas e mesmo ainda envolvem acesso unificado a acervos de mais de uma instituição, além de sofrerem descontinuidades e de falta de recursos para sustentação continuada. Acervos digitais em memória e cultura têm potencialidades educacionais, culturais e econômicas que os acervos físicos não possuem. Esse trabalho revê as experiências brasileiras e internacionais de digitalização, preservação e acesso a acervos digitais e consulta documentos, projetos e literatura a respeito para ressaltar na tentativa de esboçar uma política brasileira de acesso unificado, preservação e utilização de acervos digitais em Memória e Cultura.

Wikipédia e museus: uma parceria possível?

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27509>)

Juliana Monteiro

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27509>

Resumo:

A Wikipédia é, hoje, considerada uma das principais fontes terciárias de informação da atualidade, tendo grande impacto na difusão de conteúdos relacionados a todas as áreas do conhecimento humano. Outro aspecto importante da Wikipedia é o modo como ela é gerenciada: por uma comunidade ativa de editores e editoras voluntários, que constroem ferramentas, regras e colaboram para melhorar ou criar artigos. Nesse sentido, muitos museus têm procurado trabalhar com a Wikipédia e seus projetos irmãos como parte de uma estratégia digital para disseminar o conhecimento que produzem. As possibilidades derivadas de tal conexão entre instituições culturais e Wikipedia são numerosas, desde a reutilização criativa de imagens e outros conteúdos digitais relacionados às coleções, até a produção de novos dados, com o apoio dos editores da enciclopédia, sobre a coleções. É, portanto, uma forma aberta, colaborativa e inovadora de criar novos contextos para o patrimônio cultural. Sendo assim, é válido discutir quais os impactos que parcerias entre museus e a Wikipédia podem ter para a forma como as instituições museológicas se portam diante do ciclo de produção de conhecimento. Esse é um dos objetivos do presente artigo.

Rede web de museus: Relato de experiência na gestão e acesso aos acervos culturais do Estado do Rio de Janeiro

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27513>)

Éricka Madeira de Souza, Elenora Nobre Machado

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27513>

Resumo:

Relata experiência no processo de criação de política pública de gestão, acesso e disponibilização dos acervos dos museus vinculados à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e outros equipamentos culturais sediados no Rio de Janeiro, através de projetos específicos, e a importância das novas tecnologias da informação no aprimoramento da documentação museológica. A Rede Web de Museus é apresentada como política que visa ampliar o acesso aos acervos, oferecendo orientação técnica e ferramentas para a produção de acervos digitais e seu reuso, promovendo a articulação em rede. As formas de adesão à Rede e a plataforma tecnológica da Rede – um sistema de base de dados *web* compartilhado, voltado para a disponibilização e gestão de acervos museológicos – o SISGAM, são apresentadas. Futuros desdobramentos para a atualização da Rede Web de Museus e sua plataforma tecnológica, são relatados.

Política de indexação no contexto da política arquivística de preservação digital do Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27982>)

Mariângela Spotti Lopes Fujita, Sonia Troitiño

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27982>

Resumo:

O acesso e recuperação de documentos da memória social brasileira é necessário para comprovar a identidade de movimentos político-sociais brasileiros. Para isso, existe uma logística operacional que envolve estratégias metodológicas da arquivística, da indexação, de interoperabilidade tecnológica e de preservação digital. A união dessas estratégias necessita planejamento mediante elaboração de política de indexação para representação documental com finalidade de precisão e revocação na recuperação. Este trabalho, de característica ensaística, propõe uma abordagem sobre as relações existentes entre as políticas de gestão documental e de indexação com o objetivo de refletir sobre a aplicabilidade da elaboração e implementação da política de indexação no âmbito arquivístico do Centro de Documentação e Memória da Unesp. A análise de uma política de indexação realizou-se com a avaliação do contexto da instituição mediante requisitos para a definição de elementos e variáveis influentes tanto na indexação quanto na recuperação. Entre os resultados destacam-se a necessidade de uso de vocabulário controlado e a sistematização do processo de indexação que propiciarão especificidade e/ou exaustividade. Considera-se que os resultados desta análise ensaística têm inovação porque proporciona visão gerencial à sistemas de recuperação da informação e de recursos informacionais em suporte digital para o contínuo aprimoramento dos métodos e instrumentos de representação documental direcionados ao contexto arquivístico.

Desenvolvimento da nova Biblioteca Digital da Biblioteca Brasileira USP:

Relato de Experiência

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27527>)

Rodrigo Moreira Garcia

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27527>

Resumo:

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin é um órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Como entidade acadêmica da Universidade de São Paulo, configura-se como um centro interdisciplinar de informação e documentação, pesquisa e difusão científica. Tendo como finalidade a preservar e proporcionar irrestrito acesso de seu acervo, a estratégia adotada foi o desenvolvimento de uma biblioteca digital brasileira. Este trabalho apresenta um relato de experiência do desenvolvimento da nova plataforma para a Biblioteca Digital da BBM. Apresenta uma retrospectiva desde o projeto-piloto, os problemas e êxitos no decorrer do percurso do projeto. Relata os desafios enfrentados e as soluções encontradas para a retomada dos processos de digitalização e desenvolvimento da coleção digital. Por fim, apresenta os próximos passos, desafios e aponta para a necessidade de definições estratégicas para a sua sustentabilidade institucional.

Acervos digitais e o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em Arquivos Brasileiros

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27532>)

Luciana Piazzon Barbosa Lima e Isabela Bertolini Coelho

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27532>

Resumo:

Os arquivos podem contribuir para a ampliação do acesso à cultura por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), sobretudo pela oferta de bens culturais na Internet. A pesquisa TIC Cultura, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), analisa a infraestrutura e os usos dessas tecnologias por equipamentos culturais brasileiros. O artigo apresenta os resultados do estudo para o caso específico dos arquivos, com foco, em especial, nos indicadores sobre a apropriação das TIC para a criação de acervos digitais e sua disponibilização na Internet. Os dados revelam ser este um potencial ainda pouco explorado por estas instituições, que poderia ser mais bem aproveitado com o desenvolvimento de políticas públicas para investimento e capacitação para a digitalização de acervos.

Patrimônio cultural europeo digitalizado: Europeana

(<http://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/27530>)

Maria Antonia Garcia-Moreno, Tony Hernández-Pérez

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes2019.16.a27530>

Resumen:

Se presentan las principales políticas, líneas de actuación, estrategias y marcos de referencia de la Unión Europea respecto a uno de los proyectos más importantes en materia de digitalización del patrimonio cultural europeo: Europeana. Se hace un recorrido por los derechos de autor y las 14 declaraciones de derechos que admite Europeana, y se pone en relación con el uso y reutilización de los objetos digitales. Se presentan los cuatro niveles de publicación que establece el Marco de Publicación de Europeana, así como la Estrategia de Contenidos que da prioridad a la calidad de lo digitalizado, más que a la cantidad, y a las necesidades de los usuarios.